

**LEANDRO RIBEIRO GOMES**

**VISÕES DA UTOPIA: imaginário e pensamento político na imprensa  
operária brasileira (1922-1935)**

ASSIS  
2019

**LEANDRO RIBEIRO GOMES**

**VISÕES DA UTOPIA: imaginário e pensamento político na imprensa  
operária brasileira (1922-1935)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. Claudinei Magno Magre Mendes.

Bolsista: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

G633v Gomes, Leandro Ribeiro  
Visões da Utopia: imaginário e pensamento político na  
imprensa operária brasileira (1922-1935) / Leandro Ribeiro  
Gomes. Assis, 2019.  
537 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Dr. Claudinei Magno Magre Mendes

1. Imprensa e política. 2. Movimento operário - Brasil.  
3. Imaginário. 4. Anarquismo e anarquistas. I. Título.

CDD 331.1

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

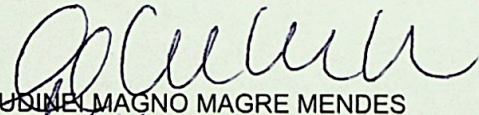
TÍTULO DA TESE: **VISÕES DA UTOPIA: imaginário e pensamento político na imprensa operária brasileira (1922-1935)**

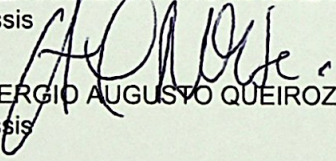
**AUTOR: LEANDRO RIBEIRO GOMES**

**ORIENTADOR: CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES**



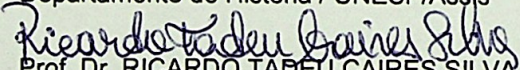
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES  
UNESP/Assis

  
Prof. Dr. SERGIO AUGUSTO QUEIROZ NORTE E SILVA  
UNESP/Assis

Prof. Dr. ALEXANDRE RIBEIRO SAMIS  
Colégio Pedro II/RJ

  
Profa. Dra. TANIA REGINA DE LUCA  
Departamento de História / UNESP/Assis

  
Prof. Dr. RICARDO TADEU CAIRES SILVA  
UNESPAR-Paranavaí/PR

Assis, 07 de agosto de 2019

Dedico esta tese a minha mãe, Cassia Aparecida Ribeiro Gomes, que sempre me foi fonte de amor e tolerância.

E em memória de meu pai, David Gomes, um trabalhador, ao qual eu aprendi o ofício de borracheiro e o valor da honestidade.

## **Agradecimentos**

Inicialmente, gostaria de agradecer à CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio material que me foi concedido durante esta pesquisa e de meu programa de Doutorado. Sem o auxílio destes recursos, a realização deste trabalho, assim como a coleta de documentos nos arquivos consultados e a participação em congressos científicos, não seria possível.

Quero muito agradecer também, em particular e com grande alegria e satisfação, o professor Claudinei Magno Magre Mendes, meu orientador, que sempre me apoiou, me ouviu e me incentivou desde a graduação. Professor este, que sempre me concedeu liberdade em meus caminhos de pesquisa sem deixar de acrescentar as suas considerações e opiniões. Que sempre leu atentamente a minha produção enriquecendo este estudo com sugestões e reflexões valiosas. Sem o seu auxílio, desde o início, esse trabalho não teria se efetivado. Muito obrigado professor.

Agradeço também em especial, e com grande carinho, o meu primeiro orientador professor Sergio Norte. Professor este, que já em minha graduação, me abriu as portas para a Anarquia, consistindo não apenas em uma inspiração intelectual como também espiritual. Desde então, até esta presente pesquisa, muito ele me auxiliou em indicações para a compreensão do anarquismo e em sugestões para o desenvolvimento deste trabalho. Gratidão professor, meu amigo, pelo seu conhecimento e por sua jovialidade. Saúde e liberdade.

Igualmente agradeço com apreço as colaborações do professor Alexandre Samis, cuja obra historiográfica me foi muito importante desde o mestrado. Professor este que me incentivou no intento da abrangência deste trabalho e que me auxiliou no acesso a documentos importantes que foram utilizados nesta pesquisa. Sou grato também por sua atenção fraternal professor.

Esta pesquisa, que resulta de estudos que realizo desde fins de minha graduação em 2006, como toda produção de conhecimento, não é um empreendimento individual, pois também depende, e é influenciada, pelos aprimoramentos e auxílios oferecidos por muitos. Assim, eu também lembro do professor José Luís Bendicho Beired do departamento de História da UNESP-Assis, que participou de meu Exame de Qualificação, adicionando sugestões e críticas importantes. Também gostaria de mencionar os nomes da professora Tania Regina de Luca e do professor Áureo Busetto – ambos também do departamento de História da UNESP-Assis – por todo o aprendizado, indicações e considerações

indispensáveis as minhas pesquisas nos vários congressos transcorridos ao longo desses anos de UNESP em Assis. Agradecimentos também ao professor Milton Carlos Costa pela inspiração e fonte de conhecimento ao longo dos anos. Uma gratidão especial também devo prestar ao meu amigo e companheiro Clodoaldo Vicente da Silva (o nosso Clodô) por toda a ajuda na revisão final de meus textos, e desta tese, ao longo dos últimos anos. Um abraço libertário meu irmão.

Não me esqueço ainda de todos os funcionários e das instituições que me auxiliaram, imprescindíveis para este programa de Doutorado. Assim, agradeço aos funcionários da pós-graduação e da Biblioteca da FCL/UNESP-Assis, ao pessoal do CEDAP (Centro de Apoio à Documentação e Pesquisa da UNESP-Assis); ao CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP) e ao AEL (Arquivo Edgard Leuenroth), na UNICAMP em Campinas.

Quero agradecer ainda o auxílio direto ou indireto de companheiros que contribuíram com informações, reflexões e ajudas diversas. Agradecimentos ao pesquisador Lucas Andreto que forneceu fontes e indicações importantes sobre a história do comunismo; a Ester Gabriela Limeira pelas revisões dos resumos na língua inglesa ao longo dos anos; ao amigo Eder Capobianco por auxílios técnicos. Obrigado também ao Antonio Carlos Oliveira do CCS-SP (Centro de Cultura Social) pelo fornecimento de leituras importantes.

Gratidões especiais também a Rafael Morato Zanatto (Sem Teto); Rafael Antunes Seleznevas e Marcel Furquim (X) pelas reflexões e conversas ao longo da vida. Agradeço também aos amigos Edinei Teixeira e Leandro Ribeiro do Amaral (Tuquis) pela expansão de nossas consciências. Assim, como para Johny Revolta, do CCS-Favela Vila Dalva-SP pelas conversas libertárias. Agradecimentos, igualmente, a galera da banda Vamo Vovó Big Band pela amizade aos longos dos anos. E gratidão, com afeto, ao pessoal da banda Heresia Blues ao qual tive a felicidade de participar e que marcou os meus anos de doutorado, com muito aprendizado musical, numa época em que minhas concepções ficavam ainda mais heréticas.

À minha família e todos os amigos mais íntimos agradeço, mais uma vez, pela paciência, incentivo e carinho. Agradeço e devo muito a todos, e muitos outros amigos e amigas que não cabem neste espaço, ao qual eu aprendi coisas para além dos livros, conhecimentos e ensinamentos adquiridos sobre a vida em nosso cotidiano, em casa, no trabalho, numa festa, num bar...

A todos, Saúde e Anarquia!

A velha civilização está terminada; um novo sol nasce e logo renovará a face da Terra. Deixemos a velha geração perecer, deixemos os velhos evasivos morrerem no deserto! A terra santa não cobrirá seus ossos. Jovem – exasperado pela corrupção dos tempos e absorvido em seu zelo pela justiça – se você ama seu país, e se tem na realidade os interesses da humanidade, tenha a coragem de juntar-se à causa da liberdade! Abandone seu velho egoísmo e mergulhe na crescente onda de igualdade popular. Sua alma regenerada ganhará novo dia e vigor; seu espírito receberá uma energia invencível, e seu coração, talvez já fraco, será rejuvenescido. (Pierre-Joseph Proudhon, *O Nascimento da Anarquia: a morte da Propriedade*, 1840, Apud WOODCOCK, 1981, p. 65).

Definitivamente, abraçar a utopia com amoroso cuidado para que brilhe em todo o seu esplendor; desprende-la de seu peso escatológico e prendê-la firmemente no aqui e agora; concentrar nossas energias na transformação do presente; construir materialmente alternativas sedutoras frente às que nos oferece a sociedade existente; guardar no baú dos erros da juventude as ilusões totalizantes, aceitando não ser nada mais do que uma opção, entre outras; voltar a pensar, em profundidade, nossas concepções de poder e desprender-nos dos vestígios da ideologia legitimadora da modernidade, que ainda podem estar aninhados em nossas concepções. (IBÁÑEZ, 2015, p. 101).



GOMES, Leandro Ribeiro. **Visões da Utopia: imaginário e pensamento político na imprensa operária brasileira (1922-1935)**. 2019. 537 p. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

## Resumo

No Brasil de inícios do século XX, durante as décadas de 1920 e primeira metade de 1930, o movimento operário passou por grandes conflitos internos em meio a uma conjuntura política marcada pela intensa repressão estatal. Com a Revolução Russa de 1917, a fundação do PCB em 1922 e a conseqüente ascensão dos comunistas no cenário político brasileiro, os embates ideológicos no interior do movimento operário se intensificaram entre comunistas e anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário – tendências estas últimas que até então predominavam nas organizações trabalhistas. Estas polêmicas e debates entre estas tendências e, posteriormente, com a inserção dos trotskistas, foram registradas na imprensa operária ligada a esses grupos políticos. Este trabalho constitui no resultado de uma pesquisa que buscou analisar o pensamento e o imaginário político nos debates entre estas correntes operárias que foram publicadas neste tipo de imprensa – dando relevo aos aspectos novos que o pensamento anarquista produziu nesse contexto, visto que a historiografia, por vezes, não compreendeu a dinamicidade e especificidades do pensamento ácrata do período. Como temas de análise, abordaremos o pensamento político e o imaginário a respeito da organização operária, da Rússia soviética e sobre as crises políticas que ocorriam no Brasil da época. Para isso, utilizamos como fontes documentais os jornais anarquistas *A Plebe* (SP); *O Libertario* (SP); *O Trabalho* (RJ); *O Trabalho* (SP); *O Syndicalista* (RS); *A Liberdade* (SP); e *O Trabalhador* (SP). Entre os periódicos de inclinação comunista fazemos uso de *o Movimento Comunista* (RJ); *Voz Cosmopolita* (RJ); *O Internacional* (SP); *O Solidario* (Santos); *A Classe Operaria* (RJ); *O Combate* (SP); e *A Nação* (RJ). Ainda analisamos o jornal trotskista *A Luta de Classe* (RJ); a folha *O Trabalhador Graphico* (SP), órgão este sindicalista e que depois se associou ao comunismo; o impresso *O 5 de Julho* (RJ), que era comunista, mas teve participação de anarquistas; e o jornal *A Pátria* (RJ), que teve a participação de anarquistas e comunistas. Em um contexto de intensas lutas sociais, as várias *Visões da Utopia* das esquerdas disputaram as organizações operárias na imprensa trabalhista, que é tomada, assim, como fonte histórica para a maior compreensão das disputas internas do movimento operário.

**Palavras-chave:** Imprensa Operária. Pensamento Político. Imaginário. Anarquismo.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Visions of the Utopia: imaginary and political thought in the Brazilian working press (1922-1935)**. 2019. 537 p. Thesis (Doctorate in History). – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

## Abstract

In Brazil, during the 1920's and the first half of 1930's, the labor movement experienced major internal conflicts amidst a political conjuncture marked by intense state repression. The Russian Revolution of 1917, the founding of the PCB (Brazilian Communist Party) in 1922, and the consequent rise of the communists in the Brazilian political scene, the ideological clashes in the workers' movement intensified between communists and anarchists who were adepts of revolutionary syndicalism - trend that had hitherto prevailed in labor organizations. These controversies and debates between these tendencies and, later, with the insertion of Trotskyists, were registered in the working press linked to these political groups. This work constitutes the result of a research that sought to analyze the thought and the political imaginary in the debates among these workers' currents that were published in this type of press - highlighting the new aspects that the anarchist thought produced in this context, since the historiography, sometimes, did not understand the dynamics and specificities of the anarchist thought of the period. As topics of analysis, we will discuss political and imaginary thought about Soviet Russia and about the political crises that occurred in Brazil at the time. For this, we use as documentary sources the anarchist newspapers *A Plebe* (SP); *O Libertário* (SP); *O Trabalho* (RJ); *O Trabalho* (SP); *O Sindicalista* (RS); *A Liberdade* (SP); and *O Trabalhador* (SP). Among Communist-leaning periodicals we make use of the *Movimento Comunista* (RJ); *Voz Cosmopolita* (RJ); *O Internacional* (SP); *O Solidario* (Santos); *A Classe Operaria* (RJ); *O Combate* (SP); and *A Nação* (RJ). We also analyzed the Trotskyist newspaper *A Luta de Classe* (RJ); the newspaper *O Trabalhador Graphico* (SP), a syndicalist organ later associated with communism; the leaflet *O 5 de Julho* (RJ), of communist tendency, but with participation of anarchists; and the newspaper *A Pátria* (RJ), which had the participation of anarchists and communists. In a context of intense social struggles, the various Visions of the Utopia of the leftist tendencies disputed the workers' organizations in the worker's press, which is seen as a historical source for a better understanding of the internal disputes of the Brazilian labor movement in the early 20th century.

**Keywords:** Working Press. Political Thought. Imaginary. Anarchism.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	12
O Movimento Operário brasileiro e a Historiografia .....	16
As Práticas e Representações na Imprensa Operária.....	28
A Cultura Política e as Representações na Imprensa Operária .....	32
Uma História do Pensamento Político e do Imaginário Político.....	36
A Imprensa Operária: fontes da pesquisa histórica .....	42
<b>Capítulo 1</b>	
A Imprensa do Movimento Operário no contexto da república oligárquica .....	54
1.1. Movimento operário e sua imprensa .....	56
1.2. Jornais, militantes e organizações .....	78
1.3. Eventos na Rússia e impactos no Brasil .....	106
1.4. A primeira república e suas crises .....	116
<b>Capítulo 2</b>	
No Fogo da Crise: os conflitos de utopias nos tempos das sublevações militares (1922-1924).....	128
2.1. A organização operária e a luta dos trabalhadores: da cisão à repressão .....	130
2.1.1. 1922: camaleões e cristalizados no Brasil .....	131
2.1.2. A Batalha das Federações e o aprofundamento da cisão.....	156
2.2. A Rússia Soviética: mito, revolução e desvio .....	183
2.2.1. A força da Revolução Mundial.....	185
2.2.2. A Revolução traída .....	202
2.3. As crises políticas da República: os levantes tenentistas .....	231
<b>Capítulo 3</b>	
O Interstício: os rumos da luta operária na revolução do Brasil (1924-1927).....	245
3.1. A utopia operária sitiada.....	247
3.1.1. A luta trabalhista sob censura .....	248
3.1.2. A consolidação da União Soviética .....	279
3.1.3. A revolução no Brasil e a Coluna Prestes .....	302
3.2. 1927: o debate em campo aberto .....	321
3.2.1. A luta política do proletariado .....	323
3.2.2. O que se passa no país dos trabalhadores? .....	341
3.2.3. Impasses da revolução no Brasil .....	357

## **Capítulo 4**

Combates e Resistência: as visões da revolução proletária no avanço da repressão burocrática (1928-1935).....	<b>369</b>
<b>4.1. Uma passagem difícil .....</b>	<b>373</b>
<b>4.1.1. Um único caminho para os trabalhadores .....</b>	<b>374</b>
<b>4.1.2. Uma Rússia sem opositores .....</b>	<b>386</b>
<b>4.1.3. Esperanças e desilusões de um Brasil revolucionário .....</b>	<b>392</b>
<b>4.2. A Segunda República em dissolução .....</b>	<b>401</b>
<b>4.2.1. A luta operária na repressão burocrática .....</b>	<b>403</b>
<b>4.2.2. O mito soviético blasfemado .....</b>	<b>443</b>
<b>4.2.3. “Revolução”, guerra civil e frente única .....</b>	<b>465</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>500</b>
<b>Referências .....</b>	<b>521</b>

## Introdução

“A história, de modo geral, e a história da revolução, em particular, é sempre mais rica em conteúdo, mais variada, mais multiforme, mais viva e sutil do que mesmo” o melhor historiador e o melhor metodólogo podem imaginar. A história está cheia de “acidentes e conjunturas e curiosas justaposições de eventos” [...] e demonstra-nos a “complexidade da mudança humana e o caráter imprevisível das consequências últimas de qualquer ato ou decisão dos homens” [...] (FEYERABEND, 2011, p. 31-32).

Sempre é importante lembrarmos que a própria diversidade e riqueza de uma determinada dinâmica histórica constitui uma fonte inesgotável de surpresas, obstáculos e desafios para a escrita da História. E que a História de períodos conturbados, de intensos conflitos sociais, portanto, é especialmente marcante na produção de fenômenos sociais de delicada compreensão para nós que a escrevemos. Assim ocorre porque é nas épocas de graves lutas e crises políticas, e de embates entre classes e mudanças sociais profundas, que proliferam e abundam com toda a sua força as visões de mundo, de futuro e de utopias que alimentam os sonhos e a imaginação coletiva de pessoas que sofreram as violências e imposições da sociedade de seu tempo. Expressam, por isso, de sua forma, o desejo de um mundo melhor. Escrever a História do pensamento político deste tipo de conjuntura, e de camadas sociais subjugadas e marginalizadas, é se deparar não apenas com o seu conteúdo racional, mas também com grande parte do que era “imaginado”.

Assim, estudar este pensamento político neste contexto nos faz deparar tanto com ideias, debates e propostas claramente e racionalmente definidas, como também com as “visões” e “imagens” de um futuro a construir, de um ideal a perseguir. Isso porque a “imaginação utópica” é um ponto de contato entre a vida real e o sonho, um fenômeno inerente ao ser humano, exteriorizando elementos íntimos do ser e se colocando como um fator que influi no desenvolvimento histórico e político (COELHO, 1984, p. 8-14). Esta perspectiva do “imaginário” e de um “imaginário” que é “político”, portanto, irá acompanhar as nossas tentativas de reconstruir o rico pensamento político expresso em nossas fontes.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que buscou oferecer uma contribuição para a História do pensamento político das esquerdas brasileiras atuantes no movimento operário entre os anos de 1922 e 1935, valendo-se exclusivamente de sua imprensa militante como fonte histórica. A nossa investigação envolve as mais destacadas correntes políticas atuantes no movimento trabalhista daquela época e que defendiam posições revolucionárias, a saber:

os anarquistas, os comunistas, os sindicalistas e os trotskistas – fazendo uso, assim, de jornais de classe ligados e influenciados por estes grupos. Com isso, procuramos uma compreensão mais profunda de como se transformou o pensamento político destes setores ao longo deste tempo a partir basicamente de três temas de pesquisa que foram cruciais para o movimento operário do período, produzindo debates acalorados entre as suas tendências e seus militantes, que são: sobre “*A organização operária e a luta dos trabalhadores*”; “*A Rússia Soviética*”; e “*As crises políticas da República*”.

Os jornais que iremos utilizar são dos principais polos urbanos e industriais do Brasil da época – cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Santos, onde se destacavam as organizações operárias mais estruturadas. Assim, entre os impressos anarquistas trabalharemos com *A Plebe* (São Paulo-SP, de 1922 a 1924, 1927 e 1932 a 1935); *O Libertario* (São Paulo-SP, de 1922); *O Trabalho* (Rio de Janeiro-RJ, de 1922 e 1924); *O Trabalho* (São Paulo-SP, de 1931); *O Syndicalista* (Porto Alegre-RS, de 1923 a 1928); *A Liberdade* (São Paulo-SP, de 1924); e *O Trabalhador* (São Paulo-SP, de 1931 a 1934). Entre as publicações de caráter comunista, utilizaremos *Movimento Comunista* (Rio de Janeiro-RJ, de 1922 a 1923); *Voz Cosmopolita* (Rio de Janeiro-RJ, de 1922 a 1928 e 1933); *O Internacional* (São Paulo-SP, de 1922 e 1924 a 1928); *O Solidario* (Santos-SP, de 1923 a 1926); *A Classe Operaria* (Rio de Janeiro-RJ, de 1925 e 1928 a 1930); *O Combate* (São Paulo-SP, de 1928); e *A Nação* (Rio de Janeiro-RJ, de 1927). Valer-nos-emos também do jornal *A Luta de Classe* (Rio de Janeiro-RJ, de 1930 a 1935) entre os comunistas trotskistas. Ainda selecionamos títulos importantes que transitaram de uma tendência a outra ou que tiveram colaborações de militantes de posições políticas distintas, como o jornal *O 5 de Julho* (Rio de Janeiro/Niterói-RJ, de 1924 a 1926 e 1932 a 1933), não vinculado oficialmente aos comunistas do PCB, mas que possuía uma direção marxista e que teve ainda relações com militantes anarquistas. Assim como o jornal *A Pátria* (Rio de Janeiro-RJ, de 1923 e 1924), que teve participação de anarquistas e comunistas. Também o periódico *O Trabalhador Graphico* (São Paulo-SP, de 1922 a 1929 e 1932 a 1935), órgão disputado por anarquistas e comunistas, chegando depois a ser trotskista nos anos 1930. As dificuldades da imprensa operária do período nos impõem a necessidade de utilizarmos vários títulos para tentar abarcar o nosso recorte cronológico, questões estas que serão devidamente tratadas adiante.

O período que estudamos (1922-1935) ainda se encontrava muito influenciado, no Brasil e no mundo, pelo mito da revolução mundial que derrubaria o capitalismo, cujo princípio, acreditava-se, teria tido início com a Revolução Russa de 1917 (HOBBSAWM, 1995, p. 79). Foi esse o ambiente histórico de expectativas e questões políticas que produziu

as nossas fontes, algo importante de se salientar, visto que isso alimentou as reflexões dos redatores de nossa imprensa operária e influenciou nos debates importantes que repercutiram por anos – cujo três temas de análise que escolhemos fazem parte desta produção do pensamento político do período. Estas implicações nos trazem a necessidade, portanto, de abordarmos mais detalhadamente, nesta introdução, além do conceito de “pensamento político”, outros igualmente importantes que se constituem em nossas ferramentas teóricas e metodológicas: o de “imaginário político”; o de “cultura política”; e os conceitos de “práticas” e “representações”.

Ainda é fundamental salientar que ao analisarmos a imprensa operária para o estudo de seu pensamento político estamos focando determinados grupos e setores sociais que fizeram parte da classe operária do período e que constituíram-se a “expressão” atuante, organizada e combativa das classes trabalhadoras urbanas do Brasil daquela época, construindo o movimento operário organizado.<sup>1</sup> Assim, estamos falando da história de grupos políticos minoritários diante da grande massa da classe trabalhadora, mas que mantinham relações orgânicas com ela porque os seus membros, em grande parte, também eram operários. Isso caracteriza o tipo de abordagem que fazemos como uma “história vista de baixo”, isto é, uma história das “pessoas comuns”, das “camadas inferiores”, e a relação inevitável que esta história tem com a “realidade social mais ampla”, com as estruturas sociais.<sup>2</sup>

Dessa forma, ao analisarmos as posições, debates e polêmicas que eram travadas em torno dos temas que escolhemos para esta pesquisa – que foram questões centrais no debate interno do movimento operário da época, publicados em sua imprensa – estamos incluindo o nosso trabalho dentro da perspectiva de uma História Política. E uma História Política não apenas por intencionar um novo capítulo para a história do pensamento político do movimento operário, mas porque uma das definições básicas de uma História Política é a referência ao “poder”, sendo a política a busca da conquista, do exercício e da prática do poder. Estes debates na imprensa operária eram vistos pelos seus protagonistas e leitores

---

<sup>1</sup> Estas definições sobre o movimento operário como expressão atuante e combativa do proletariado numa determinada época e lugar remete-se ao verbete “movimento operário”, do *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio. Cf.: Bravo (1991, p. 781).

<sup>2</sup> Estas concepções a respeito da “história vista de baixo”, em oposição à “história das elites” – das classes dirigentes e abastadas – e as suas relações com a história social, aspecto este que também desenvolveremos ao longo deste trabalho, extraímos do artigo de Jim Sharpe (2011, p. 39-44; 54-55).

como decisivos para aumentar o poder de influência destas correntes políticas (anarquistas, comunistas, trotskistas e sindicalistas) sobre a classe trabalhadora.<sup>3</sup>

Trata-se, assim, de um momento bastante agitado da história do movimento operário brasileiro e extremamente singular com o acirramento das lutas ideológicas no seu interior devido à emergência de uma nova força política representada pelos comunistas. Essas lutas foram influenciadas diretamente, no plano mundial, pela revolução socialista na Rússia, em 1917, e, no plano nacional, pela fundação do PCB em 1922. Com isso, constitui a nossa tese central: *foram acontecimentos que levaram os anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário – tendências até então majoritárias e mais antigas nas lutas sociais e trabalhistas no Brasil – a repensarem muitas de suas formulações teóricas diante das tentativas de se colocar em prática as teorias marxistas*. Acreditamos que esses fatos estimularam a criação de outras perspectivas no pensamento político que era produzido e publicado na imprensa anarquista como aspectos específicos daquele momento histórico.

Nesta conjuntura de ebulição do pensamento político destas correntes operárias, enfatizaremos os novos contornos do pensamento anarquista do período, privilegiando a posição deles, pois defendemos a hipótese de trabalho – a nossa tese – *de que a Revolução Russa e a fundação do PCB não constituíram apenas em novos temas a serem debatidos, mas em eventos que permitiram que os anarquistas reavaliassem seus posicionamentos*. Assinalamos que estes, diante destes fatos novos, não se limitaram a repetir formulações ou reafirmar posições, mas que procuraram refazer suas avaliações políticas. Procuraremos, pois, demonstrar que os anarquistas não foram sectários, presos a um dogma. Antes, tentaram compreender o novo momento e elaborar novas análises e entendimentos sobre a realidade.

Ao perseguirmos esta hipótese de trabalho destacamos uma discussão que nos permite repensar formulações de alguns trabalhos historiográficos que não souberam captar, ou não perceberam, que os anarquistas também buscaram se atualizar diante das mudanças ocorridas. Dessa forma, procuraremos debater com essa historiografia que não atentou para o fato de que o anarquismo brasileiro se renovava, tratando-os, ao contrário, de forma indistinta quanto à época, reafirmando e reforçando determinados preconceitos políticos. Por isso é importante agora deixarmos claro o porquê da escolha desta hipótese de trabalho, de nosso recorte temporal e as avaliações necessárias da historiografia deste campo de pesquisas.

---

<sup>3</sup> Referenciamos aqui, sobre as definições básicas da História Política, nas considerações de René Rémond (2003b, p. 443-444).



## O Movimento Operário brasileiro e a Historiografia

Em relação ao nosso recorte cronológico (1922-1935), transição da República Velha para a Segunda República de Getúlio Vargas, selecionamos esse período porque são datas significativas e de grande importância para o movimento operário e para os movimentos políticos que os acompanhavam – e também para a História Política do Brasil. Iniciamos a nossa pesquisa no último ano do recorte cronológico do nosso mestrado, em 1922, pois esta é uma data simbólica por ter sido o ano em que foi fundado o Partido Comunista do Brasil, o PCB, em 27 de março daquele ano.<sup>4</sup> E também por ter ocorrido o episódio dos “*Dezeto do Forte de Copacabana*”, uma revolta do exército que deu início ao “movimento tenentista”. Assim, tal movimento ganhou relevância nas discussões do movimento operário devido ao seu caráter insurrecional, como também devido às consequências repressivas do governo contra as organizações operárias nesta conjuntura (SAMIS, 2002, p. 109-120). No plano cultural, não podemos nos esquecer que, também nesse ano, ocorreu a “*Semana de Arte Moderna*”, em São Paulo, o que indica a grande efervescência e inquietação do período.

A pesquisa se estende até 1935 porque este foi o ano da “*Insurreição Comunista*”, quando houve uma tentativa de revolta armada dos comunistas em apoio à ANL (Aliança Nacional Libertadora), que se opunha à política de Getúlio Vargas. Esta revolta desencadeou uma perseguição violenta a todas as tendências revolucionárias (comunistas, anarquistas, sindicalistas e trotskistas).<sup>5</sup> A relevância deste contexto também está relacionada à política de Getúlio Vargas em relação à classe trabalhadora, iniciada com a chamada “*Revolução de 1930*”, quando ele assumiu a presidência e deu início a uma política trabalhista que influenciou profundamente o movimento operário. Esse “trabalhismo” se caracterizou por uma política populista de Vargas que atendeu a várias reivindicações históricas das lutas dos trabalhadores, esvaziando o capital simbólico de muitas de suas lideranças, ou seja, foi uma intervenção do Estado que produziu uma “identidade de fora” na classe trabalhadora, exterior à classe, e que condenou muitos sindicatos e organizações dos trabalhadores a uma atuação

---

<sup>4</sup> É importante mencionar que há discussões sobre a utilização desta sigla (PCB) em 1922. Isso porque, nesta data, na ocasião da fundação do partido, esta agremiação adotou a nomenclatura, com a grafia, de: *Partido Comunista do Brasil*, com o adicional da sigla SBIC (Seção Brasileira da Internacional Comunista), devido as intenções do partido de se vincular com a Internacional Comunista de Moscou na Rússia (CARONE, 1982, p. 21 e 23).

<sup>5</sup> Sobre este episódio da “*Insurreição Comunista*”, as suas ligações com setores do exército e suas repercussões consultar Dulles (1977, p. 424-427).

política ligada a lideranças externas à classe.<sup>6</sup> Ainda neste contexto, ocorre a “*Revolução Constitucionalista de 1932*”, que foi uma guerra civil onde as elites paulistas conduzem o Estado de São Paulo contra o governo federal de Getúlio Vargas, constituindo mais um episódio das crises políticas do período. Por fim, consideramos que é importante estender a pesquisa até esta época porque o movimento anarquista em São Paulo ainda continuou tendo uma influência importante sobre o movimento operário até 1934, apesar do seu refluxo nos anos 1920 devido à repressão e à concorrência com os comunistas (SAMIS, 2002, p. 301).

A decisão de focar a nossa pesquisa a partir da fundação do PCB decorre de um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado, que abordou a temática da Revolução Russa na imprensa anarquista. Por isso, agora buscamos ampliar a análise, abarcando outras correntes e posições políticas no interior do movimento operário para examinar a produção de seu pensamento político de maneira mais abrangente. Como procuramos ressaltar em nosso trabalho anterior, há um potencial muito grande na pesquisa da imprensa militante tomando-as como fonte histórica. O mesmo ocorre quando se trata das particularidades da história do movimento operário brasileiro a partir da década de 1920, examinando o debate do anarquismo com as outras correntes revolucionárias em um novo cenário político a partir de 1922, fim do recorte da nossa pesquisa anterior.<sup>7</sup>

Trata-se de um momento histórico em que o movimento operário no Brasil está mais dividido e heterogêneo do que em relação à década de 1910, estudada no mestrado – em parte devido aos impactos da experiência soviética – e está sofrendo uma repressão ainda mais sistemática do governo – algo que caracterizou a política do governo de Artur Bernardes, de 1922 a 1926. Em função disso, as disputas políticas internas ficaram ainda mais delicadas e polêmicas na imprensa operária nesse período. A importância e relevância da discussão de certos temas nesta imprensa (como aqueles que selecionamos para a análise) se tornaram capitais num momento de maior repressão policial e de lutas políticas sérias que ocorriam no

---

<sup>6</sup> As questões relacionadas a esta ação do Estado getulista nas políticas trabalhistas e seus efeitos são amplamente discutidas na obra de Angela Maria de Castro Gomes, como sendo a “invenção do trabalhismo” (GOMES, 1994, p. 7).

<sup>7</sup> Refiro-me ao trabalho que resultou na dissertação de mestrado intitulada: “*Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira*”, Gomes (2012). Esta pesquisa de mestrado obteve dois anos de financiamento pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). E este trabalho deu resultado a um levantamento surpreendente na quantidade de fontes, onde foram totalizadas 335 fontes sobre o tema distribuídas por 375 edições entre os 12 jornais trabalhados entre os anos de 1917 a 1922, em que apenas 117 fontes foram utilizadas e analisadas para a redação da dissertação devido às limitações de espaço e tempo. Nesta dissertação, em que foi analisada apenas a imprensa anarquista, ficaram evidentes as potencialidades de pesquisa deste tipo de imprensa da época e de que ela poderia oferecer novas possibilidades de estudo, tanto de temas pouco explorados na dissertação quanto de novas fontes não trabalhadas e levantadas no mestrado. Portanto, ao analisarmos esta documentação na atual fase de nossa pesquisa, constatamos que as discussões a respeito da Revolução Russa – e consequentemente sobre a organização operária – se mantiveram fortes e continuaram por toda a década de 1920 e adiante.

Brasil, como o tenentismo e a Coluna Prestes, que repercutiram seus efeitos até o governo de Washington Luis (1926-1930).<sup>8</sup>

Dedicar-se, portanto, à história do pensamento político do movimento operário na sua imprensa no Brasil dessa época é deparar-se com uma produção rica e vasta, devido às intensas lutas políticas que marcaram esse “período do entre guerras”. Além dos conflitos internos no Brasil, que colocava o PCB em destaque nas disputas do movimento operário (conferindo a discussão acerca da organização operária como tema central), os anos 1920 são marcados pelo agravamento de um “esquerdismo sectário” na política da União Soviética e pela ascensão de Stálin, o que repercutiu nos Partidos Comunistas em várias partes do mundo. Apesar da retórica soviética, na prática, o movimento comunista internacional liderado por ela não se preparou para tomar o poder em parte alguma. Cada vez era mais evidente o paradoxo de um Estado que tinha que manter relações com outros que não eram socialistas – e a Rússia soviética passa a ganhar reconhecimento internacional como regime a partir de 1920 – e o movimento que tinha a intenção de subverter e derrubar todos os outros governos.<sup>9</sup> Assim, esse é um momento em que os militantes anarquistas e sindicalistas no Brasil já não olhavam mais a Rússia com a mesma admiração que foi mostrada em nossa pesquisa de mestrado e as discussões e disputas internas da luta operária tomam outros rumos. Os debates em torno da Rússia e sua importância continuaram, portanto, ao longo de toda a década de 1920 e 1930.<sup>10</sup>

Os acontecimentos a partir de 1922, por conseguinte, acirraram a repressão do governo contra o movimento trabalhista, atingindo anarquistas, comunistas e sindicalistas, pois o governo temia uma identificação dos revoltosos militares com o operariado, principalmente pelo fato de que muitas das reivindicações tenentistas encontravam eco nas demandas do

<sup>8</sup> Sobre o contexto desta fase da Primeira República: (CARONE, 1974, p. 337 e 362).

<sup>9</sup> A respeito desta conjuntura internacional do movimento comunista: (HOBBSAWM, 1995, p. 77). Sobre os conflitos internos que ocorriam no Brasil dos anos 1920 e a relevância política que o PCB adquiriu nesse contexto é importante mencionar a posição que os comunistas tiveram em relação ao movimento tenentista, um dos assuntos que analisaremos como parte do tema “*As crises políticas da República*” – como, por exemplo, o fato de que no 2º Congresso do partido em 1925, considerou-se o tenentismo como um reflexo das lutas de classes no Brasil – e, portanto, a intenção de aproximação dos comunistas com Luis Carlos Prestes (DULLES, 1977, p. 224-225 e 282 a 284; SAMIS, 2002, p. 306-307; CARONE, 1982, p. 39 e 43).

<sup>10</sup> Em nossa pesquisa de mestrado, ficou demonstrado que no período estudado o movimento operário brasileiro era majoritariamente de tendência anarquista e sindicalista-revolucionário, e que a Revolução Russa de 1917 influenciou profundamente o movimento anarquista, fazendo até mesmo que alguns militantes libertários se convertessem ao marxismo, acabando estes por fundar o PCB em 1922. Por isso, a ligação desta proposta com este tema. Cf.: Gomes (2012, p. 10, 17-18, 92-93). As questões relativas à evolução histórica do movimento operário brasileiro serão debatidas, como se verá adiante, em um dos capítulos desta pesquisa. Porém, em nosso trabalho de mestrado também foi amplamente discutido que antes da fundação do PCB, a partir de 1920, alguns anarquistas vinham enfatizando cada vez mais as suas discordâncias em relação aos marxistas e aos andamentos do processo político na Rússia, como atesta uma obra de grande importância nesta pesquisa de mestrado, e que também tem grande relevância nesse trabalho, do cientista político Moniz Bandeira (1980, p. 258-259). Também podemos citar que, desde essa época, os comunistas já rotulavam os anarquistas de “pequenos burgueses”, devido às suas críticas a Rússia, como atesta Jaime Cubero (1997, p. 33).

movimento operário. Estas, desde a década anterior, já desgastavam a imagem da República oligárquica brasileira com uma forte conjuntura de greves e sublevações, verificadas entre 1917 e 1920. A imagem da Revolução Russa, com a aproximação decisiva entre o exército e o operariado, já excitara o imaginário dos militantes operários brasileiros desde antes, tanto quanto os temores do governo em relação a essa nova onda insurrecional que partia agora justamente dos setores militares (SAMIS, 2002, p. 109-113).

A fundação do PCB representou para os comunistas brasileiros e para aqueles que se tornaram entusiastas e defensores da Revolução Russa de 1917 uma consequência inevitável do desenvolvimento histórico. Para os anarquistas, era um desvio e uma cisão, já que militantes libertários (anarquistas) formaram a primeira geração fundadora do PCB. Os impactos da Revolução Russa no movimento operário e na militância anarquista no Brasil, portanto, provocaram amplas e profundas agitações entusiásticas assim como rupturas e divisões. De início, os anarquistas brasileiros defenderam o caráter popular e autonomista dos soviets – de 1917 até 1919 –, mas, conforme as notícias da centralização do regime bolchevique e das perseguições aos anarquistas na Rússia começaram a chegar, as rupturas no movimento operário brasileiro foram se configurando – a partir de 1920, se estendendo até 1922 – (GOMES, 2012, p. 17; BANDEIRA, 1980, p. 256-265).<sup>11</sup>

As cisões no movimento operário brasileiro, devido aos impactos da Revolução Russa de 1917 e os consequentes debates e polêmicas entre os anarquistas – que eram socialistas antiestatais – e os comunistas – que defendiam a tomada do poder do Estado –, já foram temas de diversos trabalhos e pesquisas. Com a fundação do PCB em 1922 e a ascensão dos comunistas na política brasileira, juntamente com a crise do movimento anarquista, a partir desta época ocorreu que, muitas vezes, houve tendências na historiografia que se mostraram e se expressaram sob os contornos de estereótipos e preconceitos em relação à experiência política do anarquismo. Com isso, produziu-se um certo “silêncio” daqueles que foram vencidos no processo das lutas políticas.<sup>12</sup> A partir destes “silêncios” identificou-se certos

---

<sup>11</sup> Outra obra também importante a esta proposta é um livro já muito conhecido neste campo de pesquisa e que sempre é citado, pois fez um levantamento documental muito grande. Trata-se do trabalho do brasilianista estadunidense John W. Foster Dulles (1977), que escreveu *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Essa obra por vezes é criticada na historiografia por ter sido muito descritiva e pouco analítica. De fato, ele descreve muito porque oferece uma quantidade enorme de fontes, mas é importante por mencionar e citar alguns dos jornais e polêmicas em que ocorreram os embates ideológicos entre os militantes anarquistas, sindicalistas e comunistas. Contudo, ele não faz uma análise mais profunda dos conflitos das ideias políticas que estas matérias jornalísticas tinham a respeito de determinados temas, apenas descreve os vários conflitos e episódios que aconteceram.

<sup>12</sup> Podemos apontar alguns trabalhos historiográficos importantes que expressaram qualificações do movimento anarquista operário – que era hegemônico na década de 1910 – de forma “indistinta” quanto à época, ou seja, de forma às vezes confusa, vaga e mal definida. Caracterizando o movimento ácrata apenas sob o signo de sua “incapacidade” ou de seu “atraso” e, portanto, da sua “desorganização” – ainda que a discussão do problema da

“esquecimentos” na história das lutas trabalhistas deste momento obscuro, de rupturas do movimento operário na década de 1920-1930 devido as influências da Revolução Russa – rupturas que obliteraram a memória de um movimento operário anterior que não foi suprimido e que passou por um processo de rearticulação (SEIXAS, 1992, p. 239-240).

A interpretação que relaciona o anarquismo como fenômeno político de uma classe trabalhadora formada pela pequena indústria artesanal e como isso, de alguma forma, poderia ser indício de um “atraso” ecoou até trabalhos mais recentes. Marcos Del Roio diz que, pelo fato de o anarquismo ter prosperado em países de capitalismo mais atrasado (como Itália e Espanha), ele não se adaptou à grande indústria. Isso fez com que, ao se defrontar com as necessidades políticas das “lutas de massa”, o anarquismo demonstrou os seus limites teóricos e organizativos – não conseguindo se tornar um efetivo antagonismo ao poder do capital (DEL ROIO, 2007b, p. 54-55).

Devido à concorrência que a opção política ácrata exerceu historicamente com o marxismo no movimento dos trabalhadores, e com os primeiros trabalhos históricos realizados por militantes ligados ao PCB e a ele simpatizantes, acabou-se por construir concepções “etapistas” da história. Tais interpretações afirmaram, assim, que a história da luta dos trabalhadores no Brasil se divide em duas etapas: uma “pré-história inconsciente” (antes da fundação do PCB) e uma “verdadeira história”, que se iniciou a partir da fundação do partido em 1922, inaugurando uma etapa “consciente” na vida da classe trabalhadora. Essa data tornou-se, assim, um marco cronológico e foi interpretado – por obras historiográficas que deram continuidade a essa noção – que o surgimento do partido foi uma demonstração de amadurecimento político da classe operária (BATALHA, 2007, p. 147-148).

Um exemplo emblemático deste tipo de interpretação foi oferecido, inicialmente, por Astrojildo Pereira (1890-1965). Militante de origem anarquista e um dos mais influentes jornalistas junto ao movimento operário, Astrojildo Pereira foi um dos principais articuladores

---

desorganização tenha sido uma questão recorrente no anarquismo, até mesmo dentro do anarquismo. O próprio Moniz Bandeira (1980, p. 263 e 265) afirma que após as experiências da ascensão das lutas operárias em 1917-1920, que resultou na fundação do partido, o movimento operário anarquista no Brasil deu sinais de ser uma etapa “superada pelo desenvolvimento histórico”. Isso porque, segundo ele, os anarquistas que se viraram contra a Rússia soviética se “voltaram contra a história”, pois não perceberam “que se encerrava uma fase do movimento operário”. Já Edgar Carone (1982, p.2) explica a baixa filiação nos inícios do PCB pela falta de sentimento de coletividade, ao qual o anarquismo era um dos responsáveis, por ter sido contra qualquer tipo de organização, com exceção dos sindicatos. O mesmo autor qualificou o anarquismo por ter um pensamento “pouco dinâmico” e uma “visão estreita” da sociedade, por valorizar a vontade pessoal e ter raízes na indústria artesanal (CARONE, 1996, p. 116-118). Já Boris Fausto (1977, p. 247) apontou que a debilidade da teoria anarquista se encontrava justamente por ignorar a instância política, a luta parlamentar, e não formular o problema do partido como ponto central da luta operária, o que privilegiou o ponto de vista da ação política dentro dos quadros institucionais do Estado. As particularidades doutrinárias e ideológicas de cada corrente política operária serão tratadas ao longo deste trabalho.

da fundação do PCB após sua conversão ao marxismo a partir de 1921. Astrojildo Pereira qualificou o anarquismo como uma tendência “antipolítica” por sua recusa à organização partidária e por ser uma ideologia “pequeno-burguesa”. Ele responsabilizava o anarquismo pelas derrotas das greves e insurreições operárias na conjuntura de 1917-1920 devido a sua incapacidade teórica, política e organizativa para oferecer respostas à direção revolucionária do movimento operário (PEREIRA, 1976, p. 34 e 51-52).

Um trabalho fundamental para a nossa pesquisa e que ajudou a elucidar as lacunas destes “silêncios” é a obra de Edgar De Decca. O autor demonstra como que a prática historiográfica, mesmo que pretensamente crítica, manteve-se atrelada às representações dos discursos políticos que acabaram por determinar a “revolução liberal de 1930” como um fato histórico estabelecido – sem se aprofundar a respeito das enunciações e proveniências desses discursos. Assim, De Decca perfaz uma análise da produção desta memória histórica na intenção de fazer um alerta a uma “certa historiografia de esquerda” que: “[...] ao buscar os sentidos profundos de um fato histórico consagrado pelo exercício de dominação, tornou-se presa fácil dos mecanismos de silêncio produzidos pelos discursos políticos em sua auto-legitimação” (DE DECCA, 1994, p. 16).

O pesquisador salienta que o marco histórico da “revolução de 1930” recebeu uma atenção do pensamento marxista dos anos 1960 que, na tentativa de encontrar no passado elementos revolucionários, acabou por reforçar o campo imagético dos vencedores dos anos trinta (DE DECCA, 1994, p. 17-18). Essa tendência, segundo o autor, ao elaborar o tenentismo como umas das “forças revolucionárias”, acabou por tomar a memória histórica dos vencedores como um “fato histórico consagrado” e não como uma versão possível do processo histórico – conferindo ao Estado o único representante legítimo das mudanças sociais e apontando a insuficiência histórica do proletariado (DE DECCA, 1994, p. 24-25 e 32).

Dessa forma, o historiador faz uma crítica da produção a respeito do “fato histórico” de 1930, argumentando que isso ocorreu também devido às implicações na historiografia dos esquemas e teses explicativas que encararam a “revolução de 1930” como uma “revolução burguesa” – por meio do viés das interpretações marxistas. Assim, este “fato histórico” pertenceria, portanto, a um movimento ideológico resultante da luta de classes do período e que acabou por ocultar e silenciar, com sua dimensão simbólica, a voz dos dominados (DE DECCA, 1994, p. 68-70 e 74).

Assim, ele enfatiza que o conjunto das oposições políticas a Washington Luis a partir de 1927 se identificou como forças “revolucionárias” – comunistas, tenentistas e liberais do

partido democrático. E que, no acordo de oposições contra as oligarquias dos partidos republicanos, a classe operária foi aceita como uma aliada desde que se apresentasse como uma agremiação partidária no movimento de oposição. Nesta perspectiva, os comunistas encontraram uma forma de consolidação política junto à classe operária – defendendo a tese marxista de que ocorria uma “revolução democrático-burguesa”. Consolidou-se, assim, uma concepção de luta do proletariado que passava pela intermediação do partido político parlamentar, atacando e combatendo as tendências anarquistas e anarcossindicalistas no interior do movimento operário. Com isso, tornando-se aliados de uma “revolução” definida de fora da classe operária, os comunistas, por meio de sua proposta teórico-prática, também foram responsáveis pela supressão das vozes do proletariado quando estas falavam em nome do anarquismo – o que ajudou a reforçar indiretamente a memória histórica da “Revolução de Trinta”. Esses conflitos entre as tendências de esquerda no movimento operário também foram documentados na imprensa operária e militante do período (DE DECCA, 1994, p. 93-95 e 99-100).

Podemos apontar que um dos problemas destas interpretações historiográficas, ao atrelar a ideia de “maturidade” da luta operária apenas à via parlamentar e estatal, foi justamente não ter se aprofundado na complexidade do pensamento político dos grupos e setores operários que recusavam este caminho. Assim como ter ignorado as consequências da sujeição do movimento operário às normas institucionais do Estado, o que obscureceu tanto a compreensão mais profunda do pensamento político operário do período quanto a história do movimento anarquista em seu interior.

Entretanto, estudos mais recentes, que se preocuparam em entender mais profundamente o movimento anarquista a partir deste contexto de conflitos com os comunistas, apontam que a conjuntura histórico-social foi mais complexa do que parece. Primeiro, ao constatar que as afirmações que explicam a hegemonia inicial do anarquismo no movimento operário brasileiro, relacionando-a à força da imigração de países de “capitalismo mais atrasado” – principalmente da Itália – constitui uma visão maniqueísta, por colocar o anarquismo como um movimento ingênuo, menos sério e responsável. Alex Côrtes aponta que mesmo Boris Fausto compartilhou desta interpretação e que ela é equivocada por não dar conta de explicar a força do anarquismo também na grande indústria em algumas regiões do mundo (CÔRTEZ, 2006, p. 52-53). E até mesmo para o caso específico brasileiro, Alexandre Samis demonstra que o anarquismo também teve forte presença entre os trabalhadores das grandes indústrias (SAMIS, 2002, p. 53-54).

Para tanto, uma contribuição importante é oferecida por Nildo Viana, que aponta que o anarquismo brasileiro possuiu uma forte base sindical e que estes sindicatos nasceram na luta direta contra o capital e o Estado. Porém, a partir do momento em que o Estado capitalista brasileiro passou a impor uma legislação trabalhista e reguladora – que antes não existia, momento que se dá a partir de 1919 –, ele passou a exercer uma ação burocratizante sobre as organizações operárias. Assim, tanto o Estado quanto os partidos políticos (e o PCB em particular) exerceram, nesse contexto, um papel burocratizante e o crescimento dos comunistas ocorreu justo neste refluxo do movimento operário e da desilusão de muitos anarquistas diante de uma estratégia de luta que perdia sua força devido às consequências da burocratização (VIANA, 2006, p. 40).

A desilusão de alguns anarquistas (que resultaria na fundação do PCB) se deu pelo fato de que os sindicatos anarquistas, adeptos do sindicalismo revolucionário, que não aceitavam a ingerência estatal e a intermediação de partidos políticos, se viram, assim, num impasse. Em relação a esta questão do enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos e a perda de seu controle sobre o mercado de trabalho, elas procedem dos estudos que foram discutidos desde a famosa contribuição de Munakata. Este autor sintetiza que antes os sindicatos da época eram majoritariamente influenciados pelo anarco-sindicalismo, corrente que negava qualquer intermediação do Estado e de partidos, contudo, estes sindicatos começaram a ver diminuir o seu poder de pressão política na medida em que normas de regulamentação do trabalho eram impostas de cima, a partir do Estado, e não por resultado da luta política da classe operária – normas que tiravam a influência e o controle dos sindicatos sobre o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que os controlavam (MUNAKATA, 1984, p. 53-55). Nesse sentido, a ideia de que os trabalhadores eram incapazes de realizar a sua luta por si mesmos, fora do Estado, foi defendida até pelos órgãos da imprensa comunista da época (MUNAKATA, 1984, p. 49-50). As polêmicas e discussões a respeito destas formas antagônicas de organização operária foram, assim, como aponta o próprio Kazumi Munakata, assuntos correntes na imprensa operária da década de 1920 entre anarquistas e comunistas (MUNAKATA, 1984, p. 42-54). Para os anarquistas, portanto, era um contrassenso lutar para se fazer cumprir as leis e que, com esta postura, neste contexto, os comunistas ganharam cada vez mais terreno por não serem contrários à pressão contra o Estado no sentido da promoção de uma legislação trabalhista. Assim, os comunistas contribuíram para o processo de burocratização por proporem uma forma de organização operária pautada por uma disciplina na aceitação de um tipo de sindicato que reforçava os dispositivos de vigilância e controle do



Estado. Criaram uma forma organizativa da luta operária que fez esta perder grande parte de seu poder de decisão (MUNAKATA, 1984, p. 41-48).

Sendo assim, como faz referência um trabalho atual do historiador Hamilton Moraes Theodoro dos Santos, há questionamentos em relação à tese de que o anarquismo brasileiro deu sinais de declínio devido a sua incapacidade teórica e organizativa a partir das experiências do período de crescimento das lutas operárias entre 1917-1920. Isso porque o autor diz que não poderíamos falar de uma “incapacidade” do anarquismo se foi justamente o anarquismo que mobilizou e organizou as massas operárias no ascenso de greves e insurreições que ocorreram nesse período. E aponta que esta polêmica da incapacidade do anarquismo surgiu com os militantes anarquistas que passaram a vislumbrar sucessos promissores nos métodos bolcheviques – referindo-se aos militantes que fundaram o PCB (SANTOS, 2017, p. 181). O autor procura demonstrar que foi a intensa repressão estatal o fator principal do declínio do anarquismo, justamente por ela atingir os sindicatos independentes, que não aceitavam qualquer interferência e colaboração com o Estado e com partidos, sufocando a militância anarquista por ela estar restringida a estes setores sindicais. A crítica feita pelo autor ao movimento ácrata é que ele não criou outros espaços para a formação política fora das organizações classistas (SANTOS, 2017, p. 218-220 e 223).<sup>13</sup>

Como apontamos, alguns trabalhos historiográficos indicam o quanto a aproximação dos comunistas com a política do Estado foi um dos fatores que sufocaram o movimento anarquista. A obra citada de Alexandre Samis aborda parte desta polêmica, ao analisar as críticas que os anarquistas lançaram aos comunistas devido a aproximação destes últimos com setores reformistas do governo a partir de 1923 – no caso com a CSCB, Confederação Sindical Cooperativista do Brasil. E o quanto que os anarquistas, naquela época, denunciavam que isso era uma estratégia para debilitar o movimento libertário. Ao que tudo indica, este é

---

<sup>13</sup> É importante esclarecer que a conjuntura de 1917-1920 foi uma época de forte ascensão das lutas operárias no Brasil, que se tornou ainda mais explosiva com as simpatias que a Revolução Russa inspirava, sendo assunto recorrente em vários estudos, além da obra já citada de Moniz Bandeira. E que isso influenciou, como já foi apontado, nas precauções repressivas que o governo manteve em relação ao movimento operário (principalmente o de cunho anarquista). Nesse contexto, portanto, o anarquismo desempenhou participação central nos movimentos que ocorreram, destacando-se a greve geral anarquista em São Paulo em 1917, ver Christina da Silva Roquette Lopreato (1997). E também a insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918, em que os libertários inspirados nos eventos russos, tentaram estabelecer um soviete operário na capital federal, ver Carlos Augusto Addor (2015). É importante salientar neste ponto que os conflitos e divergências entre marxistas e anarquistas existiam desde a Primeira Internacional dos Trabalhadores de 1864. Por isso, é necessário deixar claro que os anarquistas também eram considerados interlocutores do movimento operário e socialista. Desde o século XIX, a proposta marxista de construir o socialismo por meio da ditadura do proletariado conflitava e polemizava com os anarquistas que propunham a destruição do Estado e a construção do socialismo pela solidariedade social. Assim, explica-se o interesse e pertinência de nosso tema de pesquisa, tanto no mestrado como no doutorado, Cf.: Gomes (2012, p. 35-38).

um fator a mais para se questionar as controversas leituras historiográficas que apontaram as “debilidades teóricas” do anarquismo.<sup>14</sup>

Outra obra de suma importância a esta pesquisa de doutorado é o livro *Clevelândia*, do historiador Alexandre Samis, que apresenta uma pesquisa sobre a colônia penal no Amapá para a qual eram degredados os presos políticos nos anos 20, sob o estado de sítio do governo de Artur Bernardes (SAMIS, 2002). Neste livro, apesar do objeto de pesquisa ser o movimento anarquista, a sua militância sindical e a repressão política, que tanto debilitou o movimento, também trata dos conflitos entre comunistas e anarquistas, que igualmente prejudicaram o movimento operário. Dessa forma, tornou-se uma referência importante para indicar o fato de que as disputas e discussões entre anarquistas e comunistas, e também entre os adeptos do sindicalismo revolucionário, foram intensas no período e produziram farto material na imprensa destes movimentos.

A importância da obra de Alexandre Samis se dá, igualmente, por ele indicar alguns dos jornais em que ocorreram as polêmicas entre os militantes e por confirmar que os embates nos meios operários se verificavam entre todas as correntes do movimento. Essa obra também é relevante por confirmar que, apesar da crise do movimento anarquista no período e do aumento da importância do movimento comunista na política operária, os atritos entre as correntes se mantiveram intensos ao longo de toda a década de 1920, pois, pelo menos em São Paulo, como já destacamos, o movimento anarquista ainda teve uma relativa ascendência sobre as classes trabalhadoras até 1934, o que valida e confirma o nosso recorte temporal (SAMIS, 2002, p. 301). Contudo, não foi intenção do autor nessa obra tratar das disputas políticas entre as correntes revolucionárias por meio da imprensa militante, mas ele aborda a imprensa e explica este contexto de transformações no movimento operário, onde o anarquismo e o sindicalismo revolucionário vinham perdendo terreno político para o comunismo de vertente marxista, justo no período que pretendemos abarcar, devido aos fatores apontados de avanço do corporativismo sindical promovido pelo governo:

Torna-se necessário analisar a trajetória do PCB, nos seus oito primeiros anos de funcionamento, como condição para o entendimento de sua representatividade histórica posterior. [...] O pragmatismo dos militantes, na leitura das necessidades de seu tempo [...], franquearam aos comunistas alguns postos dentro do movimento sindical, abertos a partir do avanço do Estado corporativo no Brasil.

Mas no calor das disputas, nos anos 20, muito se discutiu e mais ainda se denunciou. Nas refregas pelo controle da fração organizada da classe

---

<sup>14</sup> Sobre estes episódios polêmicos da história do movimento operário, que repercutiram em nossas fontes e serão devidamente analisadas: (SAMIS, 2002, p. 289-296).

operária, construiu-se o cisma definitivo entre as tendências libertária e comunista (SAMIS, 2002, p. 296).

Em relação à inclusão na pesquisa da corrente conhecida por “sindicalismo revolucionário” é importante mencionar que essa tendência possuiu uma ampla representatividade nos círculos trabalhistas e no movimento socialista mais amplo no Brasil. Isso porque, na verdade, o que muitas vezes é chamado de “anarco-sindicalismo” era na realidade o movimento anarquista que agia no interior dos sindicatos, contudo, os sindicatos em si faziam parte de uma tendência distinta dentro do movimento operário, que era o “sindicalismo-revolucionário”. A base desta doutrina era heterogênea e estava restrita à ação política sindical:

O sindicalismo revolucionário reunia algumas idéias anarquistas – como a negação do Estado centralizado e do partido –, mas também idéias marxistas – como a luta de classes, recusada pelos anarquistas como base da sua doutrina. A base do sindicalismo revolucionário como doutrina e prática política era a idéia de que o sindicato era o órgão necessário e suficiente para as conquistas imediatas e para a transformação da sociedade, que, no futuro, seria gerida pelos trabalhadores através dos sindicatos. [...]. (TOLEDO, 2007, p. 64).

Dessa forma, a proximidade entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário era mais frequente, pois muitos dirigentes operários eram anarquistas que defendiam um programa sindicalista revolucionário nas organizações sindicais, recusando a luta eleitoral por meio de partidos políticos, já que não viam na prática parlamentar uma possibilidade de mudança e transformação social (BATALHA, 2006, p. 178-179). Então, certas posições do sindicalismo revolucionário iam ao encontro do anarquismo, contrário ao que propunham os comunistas, que enfatizavam a organização dos trabalhadores em partidos operários para conquistar o poder do Estado. Para o anarquismo, segundo Guérin (2015, p. 24 e 31-32) o governo é um fator de desordem social, contrário à harmonia social, que só poderia ser construída por meio da liberdade e da solidariedade. Por isso, eles não acreditavam na emancipação pelo voto. Acusados de serem “abstencionistas” pelos marxistas, de se abstrair da política, os anarquistas sempre afirmaram negar a “política burguesa”, propondo outra forma de se fazer política, não condenando a revolução política desde que ela preceda da revolução social.

É importante salientar que partimos da hipótese de trabalho de que a Revolução Russa impôs novos problemas e questões ao movimento operário brasileiro, o que acabou gerando um quadro novo, uma situação nova com novas configurações nos contornos das suas

posições políticas e ideológicas. A nossa tese, portanto, é a de que o evento russo – e o consequente movimento comunista internacional – gerou uma diversidade de perspectivas no já heterogêneo pensamento político do movimento operário no Brasil. Observamos que a conjuntura das décadas de 1920 e inícios de 1930 rompeu com o período anterior estudado no mestrado e defendemos a tese que, neste segundo momento, o pensamento político apresentou uma multiplicidade de novas formas que, muitas vezes, até desafiavam as fronteiras entre as correntes políticas do movimento. Devemos considerar que a imprensa e, portanto, o debate jornalístico confere uma dinâmica ao debate ideológico ausente nos livros, ou seja, que não se encontra nos clássicos que delimitam as fronteiras das tradições e das tendências do movimento. De fato, enquanto os livros demoram a ser elaborados e publicados, “decantando” o debate, os textos na imprensa (aqui, a imprensa operária) constituem uma resposta imediata aos conflitos do dia a dia e aos acontecimentos vividos pelos trabalhadores organizados. Trata-se, por isso, de uma boa amostra das “flutuações” dos pensamentos e das “representações políticas” em consequência das reflexões que eram publicadas.

Seguindo a linha de pesquisa de história política e das “ações e representações” na política, visamos explorar as potencialidades de pesquisa que a imprensa operária do período possui no que concerne à produção de suas “ideias políticas”, as “ações” militantes em decorrência destas ideias e também as “representações”, ou seja, as ideias e as percepções da realidade social produzidas por estes setores – conceitos estes que trabalharemos adiante. Pretendemos, dessa forma, obter um maior entendimento das disputas políticas internas do movimento operário ocorridas em seu espaço privilegiado: a imprensa operária, principal veículo de divulgação de ideias e de expressão dos trabalhadores urbanos organizados.

Se, por um lado, os anarquistas e sindicalistas libertários foram obrigados a se defender diante do avanço do movimento de cunho bolchevique e das tentativas de concretização do comunismo, de outro, o desencanto de alguns também resultou em novas formulações teóricas e militantes, em reformulações de suas posições e argumentos, afetando a produção de seu pensamento político – é, por isso, também, uma questão de “cultura política”. Trata-se, portanto, de uma proposta de pesquisa que, em última análise, chama a atenção ao que foi trazido de novo com essa nova conjuntura política, analisando a imprensa militante e operária como um todo, para examinar as modificações do seu pensamento, reflexões e posicionamentos. Para, com isso, particularmente, analisar como o pensamento anarquista se desenvolveu nesse período, defendendo a hipótese – contrariamente a certas

formulações historiográficas – de que este não se manteve “estático” e “inoperante”, mas que buscou novas respostas e interpretações aos desafios políticos que se travaram.<sup>15</sup>

Apesar dos conflitos ideológicos entre marxistas e libertários já terem sido tema de estudos na historiografia e na produção acadêmica sobre o movimento operário brasileiro, esta pesquisa busca a inovação por focar este novo momento histórico entre os anarquistas. E por levar em consideração as peculiaridades que os textos jornalísticos conferem ao debate político. Assim, dentro da “história das esquerdas no Brasil”, almejamos um aprofundamento, visto que buscamos abarcar as várias tendências políticas que disputavam o movimento operário, assim como preencher as lacunas em relação à história do pensamento político destes setores, pois muitas vezes o anarquismo foi tratado de forma “indistinta”.

### **As Práticas e Representações na Imprensa Operária**

Trataremos agora sobre a forma como iremos realizar a análise de nossas fontes de pesquisa, sobre nossas referências metodológicas e teóricas e sobre as conexões que o estudo da imprensa possui com a História Política.

Quando os estudos acadêmicos a respeito do movimento operário e a sua imprensa tiveram início no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1970, a historiografia brasileira já acompanhava as transformações e tendências que passaram a conferir grande importância ao uso dos jornais como fontes. A historiografia em geral, a partir desse período, passou a ser muito influenciada pelo contato com outras ciências sociais, o que acabou dando origem a uma nova história cultural que se dedica em parte ao estudo das “práticas” e “representações” sociais. História cultural esta que provocou uma “renovação” da história política, pois a esfera política também participa da difusão da cultura e os meios de comunicação (incluindo os jornais) também podem se tornar objetos e veículos da política – e é nesta perspectiva que trabalhamos esta pesquisa.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> E podemos dizer que, cada vez mais, a historiografia atual do anarquismo brasileiro vem desenvolvendo pesquisas que demonstram que o pensamento anarquista, antes e após a fundação do PCB, não foi sectário a ponto de banir a autocrítica e alianças políticas. E de que se utilizar das derrotas do movimento anarquista para defender afirmações quanto a sua “incapacidade” foge da análise histórica e remete às escolhas políticas do observador. Cf.: Oliveira (2018, p. 238-239). Outras indicações da autocrítica dos anarquistas em relação ao seu movimento devido aos conflitos com os comunistas, no caso a de José Oiticica, que foi um importante militante anarquista do período, encontramos em Santos (2017, p. 221-222) e também com Alexandre Samis (2009, p. 46-48). Questões que serão tratadas ao longo do trabalho.

<sup>16</sup> Este assunto sobre como a História Política foi “renovada”, ou seja, como ela se transformou a partir do final do século XX por meio do contato com outras ciências sociais, e a importância do conceito de “representações”

Na medida em que a finalidade da história das ideias políticas, com estas “renovações”, passou a ser também examinar as relações íntimas das ideias políticas com a imprensa escrita, considerando que os jornais são “aparelhos de produção e mediação” das ideias políticas, a finalidade deste tipo de história política é: “[...] conhecer melhor os sistemas de representações das sociedades, o estudo desses sistemas tornou-se inseparável do dos aparelhos de produção e de mediação: não é apenas a ideia que age, é também o lugar de onde ela vem [...]” (WINOCK, 2003, p. 285). A imprensa, portanto, passou a ser vista como um espaço fértil para o estudo das disputas de representações.

Se almejamos realizar uma história das ideias políticas na imprensa operária, o que requer um entendimento maior de seus “sistemas de representações”, o esclarecimento destes conceitos teóricos e propostas metodológicas é imprescindível. Por isso a importância de retomarmos Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu, filósofo que se transformou em antropólogo e sociólogo, produziu conceitos e teorias de grande relevância para os historiadores. Entre eles incluem o conceito de “campo”, a teoria da “prática”, a ideia de “reprodução cultural” e a noção de “distinção”.

O conceito de “campo” refere-se a um domínio autônomo que, em dado momento, atinge a independência em uma determinada cultura e produz suas próprias convenções culturais. Convenções culturais que podem ser transmitidas por uma “reprodução cultural” que é o processo pelo qual um grupo mantém sua posição na sociedade por meio de um sistema educacional que parece ser autônomo e imparcial. Quanto a sua “teoria da prática”, destaca-se o conceito de “habitus”, examinando a prática cotidiana em termos de improvisação sustentada numa estrutura de esquemas inculcados pela cultura tanto na mente como no corpo (BURKE, 2008, p. 76-77).

Pierre Bourdieu se vale bastante de uma metáfora abrangente, extraída da economia, para analisar a cultura em termos de “bens”, “produção”, “mercado”, “capital”, etc. Expressões como “capital cultural” e “capital simbólico” entraram na linguagem de muitos historiadores. Bourdieu também empregou a metáfora militar de “estratégia” para entender como os indivíduos procuram a sua “distinção” em relação aos outros (BURKE, 2008, p. 77). Como colocou o próprio Bourdieu: “A identidade social está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça” (BURKE, 2008, 78).

---

nesse processo de mudanças, é amplamente discutida na obra de René Rémond (2003). Ver detalhadamente: (RÉMOND, 2003a, p. 29-30).

Interpretando as correntes revolucionárias do movimento operário e suas produções jornalísticas de nossa pesquisa como um “campo” político e cultural específico, podemos considerar muitas das especificidades das disputas ideológicas desta imprensa, de seus acalorados debates teóricos e seus discursos políticos, como “estratégias”. Estratégias que pretendem a busca de uma “distinção”, isto é, o que diferenciava um grupo dos outros, do que cada grupo se valia para convencer um maior número de adeptos dentro do movimento operário.

No texto *“A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”*, Bourdieu, numa passagem importante, expressa a concepção que podemos utilizar do quanto o acesso e o controle dos “instrumentos de expressão” cultural (como os jornais), por um determinado grupo político, interage nas lutas de representações entre os grupos em disputa, interferindo no “mercado” dos “produtos” oferecidos pelo campo político em questão na disputa que ocorre pela “percepção” do mundo social. Assim como ele se refere às “censuras” que limitam o universo do discurso político por um determinado grupo – que podem ser expressas na forma de seus específicos componentes doutrinários, de suas formulações ideológicas particulares, de seus sistemas de pensamento e posições políticas – são, também, uma forma de poder simbólico que busca controlar o universo daquilo que pode ser pensável politicamente:

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo (BOURDIEU, 1989, p. 165).

Este poder simbólico consiste no “capital simbólico” deste campo político, é o “capital político” que as correntes políticas do movimento operário lutam para acumular, para cada vez mais, arrebatam os corações e mentes dos leitores que “consomem” a sua imprensa:

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. [...] O poder simbólico é um

poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe [...] (BOURDIEU, 1989, p. 187-188).

Podemos pensar que a partir do momento em que trabalhamos com um tipo de documentação (no caso a imprensa operária) que consistia no palco em que se depositavam a crença, as convicções e esperanças das pessoas, temos, portanto, uma fonte rica de conteúdo do que era “imaginado” também, isto é, “sonhado”. Nestes jornais encontram-se expressões dos contornos das “mentalidades” dos trabalhadores e militantes daquela época, seus discursos jornalísticos são também “produções simbólicas” e, dessa forma, são “representações” do mundo social, ou seja, como eles enxergavam o seu mundo social. Assim, a nossa pesquisa histórica com estas fontes jornalísticas baseia-se na história política, numa perspectiva de uma história cultural que, segundo o historiador Roger Chartier, que também se inspirou em Bourdieu, é um tipo de história que objetiva identificar como (num determinado contexto) uma determinada realidade social é “construída”, “pensada”, “dada a ler”. É indispensável, portanto, ao se tratar de história da imprensa e especialmente de nossa proposta, identificar os interesses, grupos e posições de quem produziu estes jornais, pois:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio [...] (CHARTIER, 1988, p. 17).

Dessa forma, as “representações” estão contidas em nossas fontes jornalísticas tanto quanto as “práticas”. Estas práticas sociais seriam tanto as “ações” políticas, ou seja, posicionamentos políticos, as ações e “práticas” militantes que eram assumidas e defendidas num determinado discurso, quanto a “prática da leitura” realizada e expressa nestas fontes. Nesta prática da leitura compreendemos como era a “recepção” dos textos jornalísticos que eram publicados por parte de leitores (que sendo redatores ou não), respondiam e



comentavam na própria imprensa o que era produzido. Produzindo discursos, que por sua vez, também eram “práticas” políticas e militantes. Grosso modo, portanto, as disputas de “representações” do mundo social expressas nesta documentação também eram disputas políticas entre as tendências e correntes políticas pelo poder de influenciar os trabalhadores.

### **A Cultura Política e as Representações na Imprensa Operária**

As abordagens historiográficas mais recentes demonstraram que os comportamentos políticos podem ser mais bem explicados ao se levar em consideração os complexos “sistemas de representações” que são partilhados por um grupo. E a esses sistemas de representações os historiadores conferiram o nome de “cultura política” (BERSTEIN, 2009, p. 30-31). Dessa forma, culturas políticas são compostas por sistemas de representações.

Assim, observamos que estudar as representações é trabalhar com uma (ou mais) culturas políticas. Segundo Eliana Dutra, o historiador francês Serge Bernstein ofereceu contribuições muito importantes que expressam melhor a ideia de cultura política e o lugar das representações nela:

Um esforço de definir a cultura política do lugar da história, de uma perspectiva distinta da sociologia compreensiva – embora em diálogo com a sociologia e a antropologia – nos vem sobretudo de Serge Bernstein. Partindo do esclarecimento de que o termo cultura política não se equivaleria ao de idéias políticas ou forças políticas e afirmando que o interesse do historiador das culturas políticas seria o de trazer respostas ao problema fundamental das motivações do político, o autor assinala que o “ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade”. É esse sistema de representações que ele nomeia de cultura política. [...] (DUTRA, 2000, p. 23-24).

A partir disso, fica mais claro que examinar as disputas políticas na imprensa operária é estudar as culturas políticas que estavam envolvidas nestas disputas, porque se trata de suas “lutas de representações”. Trata-se de lutas que são disputas de poder que, por definição, são uma das preocupações centrais da História Política.

Estas abordagens de pesquisa do político na historiografia que temos por base atende a uma “renovação” do político promovido pela Escola dos Annales e que buscou superar a vinculação da política com o Estado, oferecendo uma perspectiva mais “culturalista”. Assim, o conceito de cultura política contribuiu muito, pois ele designa um conjunto de

comportamentos e valores de uma determinada sociedade diante do Estado. Com isso, devido a esta tendência, o estudo do político passou a se estender ao comportamento das massas, às associações e participações civis, aos meios de comunicação (como os jornais), aos padrões culturais, ao imaginário e às mentalidades, ou seja, ao poder em suas bases sociais e culturais (NÉSPOLI, 2015, p. 365).

Estas concepções de poder e o estudo do político, segundo Néspoli, são apontadas por Pierre Rosanvallon. Este autor explica as mudanças na historiografia do político, quando ela se aproximou de autores de diferentes disciplinas sociais. O que, segundo ele, vai influenciar as bases destes estudos:

[...] O pressuposto metodológico deriva da definição implícita do político sobre a qual eles se fundamentam. O político não é para eles uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade: é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo. [...] (ROSANVALLON, 1995, p. 12).

A “recuperação” da História do Político, dentro destas novas correntes da historiografia do político nas últimas décadas, entendem, assim, o político como uma realidade em que se articulam ao mesmo tempo o social e a “representação” do social. Mais um dos pontos de conexão, assim, desta pesquisa do pensamento político operário com a História social. Enquanto houve, portanto, uma “renovação” nas abordagens tradicionais do político, também ocorreu uma ampliação dos objetos de pesquisa, e é nesta segunda vertente que se insere o nosso trabalho:

[...] Os novos objetos de pesquisa em questão se concentram em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A ênfase proposta é trabalhar a política não no nível da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores. (MOTTA, 1996, p. 93).

Rodrigo Patto Sá Motta, historiador brasileiro, foi importante por apontar que trabalhar com o conceito de cultura política é fazer um estudo das representações e, também, do imaginário (conceito que trataremos adiante). Este autor esclarece a influência que a Antropologia teve na visão cultural da História, o que substituiu o conceito de “mentalidades”, até então mais utilizado, pelo de “cultura” (MOTTA, 1996, p. 93-95). Segundo ele, o conceito de cultura é mais abrangente, pois, por “cultura política” se entende um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário partilhados por um grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos. Estes elementos, porém, têm de estar

suficientemente arraigados e estruturados, reproduzidos por várias gerações, não se tratando de um fenômeno superficial e passageiro (MOTTA, 1996, p. 95).

Para Néspoli (2015, p. 365-366), a apropriação do conceito de cultura política pela historiografia se deu numa tentativa de associar um conceito que nasceu nas ciências sociais à teoria das temporalidades da Escola dos Annales (Braudel). Por isso, a questão da relação da cultura política como um fenômeno que se constrói na “longa duração”, não se tratando, dessa forma, de um fenômeno superficial. De acordo com esta argumentação, os fenômenos da cultura política apenas são compreensíveis na longa duração, no “tempo das estruturas”. O movimento de “retorno à política” e a utilização do conceito de cultura política se deu, assim, como uma reação ao “determinismo econômico” das explicações anteriores do político, representado pela segunda geração dos Annales. Tal reação assim conferiu a incorporação de uma explicação culturalista na história política (NÉSPOLI, 2015, p. 366-368).

Ainda Néspoli (2015, p. 372-373) salienta que os novos enfoques dos historiadores em resposta às críticas às formulações iniciais da terceira geração dos Annales apontam para a pluralidade das culturas políticas em disputa. A ideia de que elas podem se “mover” em breves períodos de tempo, e não só na longa duração, como enfatiza Berstein. Por isso, a importância de Berstein para lembrar que a cultura política é influenciada pela conjuntura histórica, e de que ela não é, portanto, estática:

Para os historiadores, a noção de cultura política tem acepção bem diversa. Por meio de seus estudos empíricos, eles constatam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representação coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos. Existe, é claro, uma estreita relação entre esses sistemas e a cultura global de uma sociedade, seus comportamentos coletivos, suas normas e valores. A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político. Assim, ela varia em função dos lugares, das épocas, dos tipos de civilização [...]. (BERSTEIN, 2009, p. 32).

A nossa pesquisa, desta maneira, aborda as representações políticas na imprensa operária e suas disputas. As representações das culturas políticas anarquista, comunista e sindicalista, rivais entre si, e que disputavam a hegemonia do movimento operário – que ainda que estivessem divididos em “culturas políticas”, eram expressões das camadas populares e proletarizadas da sociedade naquela época histórica.

É claro que ao tentar abordar nossas fontes históricas dentro destas perspectivas de pesquisa devemos considerar todas as dificuldades e limitações destas análises que já são discutidas. Assim, as contribuições de Motta, segundo Néspoli (2015, p. 373-374), também se encontram em suas críticas a um certo “reducionismo culturalista”, que pode “absolutizar a determinação cultural”, pois “as representações também estão calcadas na realidade”. Neste sentido, Néspoli também atenta para a importância das contribuições de autores como Botella, que recupera a tradição de Gramsci, com a noção de “hegemonia” e “sociedade civil”. Nesta tradição, o predomínio de uma cultura política constitui-se numa “hegemonia”, que é consequência de uma ação contínua da “sociedade civil” (no sentido de instituições políticas e educativas). Noção de “sociedade civil” que remete ao terreno da produção econômica e ao Estado, oferecendo uma noção dialética da totalidade e enriquecendo a análise, recuperando a importância do materialismo histórico e da noção de luta de classes (NÉSPOLI, 2015, p. 374).

Sendo assim, o predomínio de certas ideias políticas numa sociedade está ligado à existência de grupos dominantes que operam por meio de “aparelhos privados de hegemonia”. Isso faz com que a cultura política assuma uma forma de longa duração porque ela é a ação contínua das organizações da sociedade civil, no sentido de reafirmar valores e concepções (NÉSPOLI, 2015, p. 374-375).

A partir disso, devemos ter a perspectiva de que o sindicalismo revolucionário no Brasil foi um elemento que construiu uma cultura política de participação radicalizada nos meios sindicais. Isso porque se constituiu como uma forma de organização sindical, como veremos neste trabalho, que propunha a participação de todos os trabalhadores independente das opiniões políticas particulares de cada um, reivindicando a legitimidade da prática política da classe trabalhadora – o que auxiliou na construção de uma identidade e de representações dos trabalhadores como sendo os “pobres e deserdados” pela exploração burguesa (SEIXAS, 1992, p. 22-23 e 117). Uma cultura política com uma prática sindical que desconfiava completamente das vias institucionais da luta política, negando o Estado. Uma “cultura política sindical”, portanto, que foi amplamente promovida no Brasil pelos anarquistas, como aponta Seixas (1992, p. 115-117). Assim, é dentro desta aplicação do conceito de cultura política que abordaremos as representações no imaginário e no pensamento político dos anarquistas no Brasil, como uma cultura política que lutou pela construção radical de uma “democracia operária” a partir da prática sindical.

## Uma História do Pensamento Político e do Imaginário Político

Por conferirmos um enfoque particular as “visões de utopias” em disputa na imprensa operária devemos conceber que as “utopias” se constituem, portanto, segundo o pesquisador Bronislaw Baczko, como representações das realidades políticas e sociais. Representações estas que são formas específicas do imaginário social que se opõe à da sociedade real, propondo a visão de uma sociedade “radicalmente outra”, como uma manifestação onírica de novas formas de organização político e social (BACZKO, 1985b, p. 334, 342 e 347). Dessa maneira, as utopias operam como dispositivos que buscam unificar as expectativas sociais, mantendo relações complexas com o pensamento político, com os movimentos sociais e as correntes ideológicas, formando parte do imaginário coletivo (BACZKO, 1985b, p. 346). Assim, os próprios mitos políticos, as expectativas milenaristas e as representações utópicas são permeáveis a umas e outras (BACZKO, 1985b, p. 369). As utopias, com isso, acabam por se revelarem enquanto aspectos específicos do que chamamos de imaginário político e que incide na dinâmica social e nas lutas políticas:

“[...] As fronteiras das utopias tornam-se tanto mais móveis quanto mais abarcam a dinâmica social e cultural. Oferecem estruturas de acolhimento às esperanças coletivas em busca de uma ideia moral e social, intervindo assim como agente ativo que contribui para a cristalização de sonhos confusos” (BACZKO, 1985b, p. 346).

Ao se tratar do estudo de imaginário político, primeiramente, é interessante destacar que por imaginário político entendemos, e assim ele pode ser considerado, como um dos elementos constituidores da cultura política (MOTTA, 1996, p. 98). E que estudar símbolos e mitos políticos – o que é muito presente em nossas fontes – é abordar categorias de representações do imaginário político (MOTTA, 1996, p. 96). Assim, o estudo do imaginário político pode ser assim resumido e compreendido:

Resumindo, a análise dos fatores culturais ajuda a esclarecer e a compreender a ocorrência de determinados comportamentos políticos, que não se explicam somente pela vontade, pelo interesse ou por ações concertadas no plano racional, mas também pela crença, pela fé, pela força da tradição ou do costume e por determinações originadas no plano do inconsciente. (MOTTA, 1996, p. 99).

As ligações do conceito de imaginário com o de cultura política, portanto, deve ser entendido a partir do conteúdo “inconsciente” que ambos possuem. Conteúdo este que adquire

a sua força justamente do processo de “interiorização” que faz parte da própria cultura política, pois, ao mesmo tempo que ela estrutura os comportamentos políticos individuais, a cultura política também é um fenômeno coletivo (BERSTEIN, 2009, p. 43). Enfatizamos, portanto, o caráter “emotivo” das culturas políticas: “[...] Além disso, dado o caráter emocional que acabam assumindo as representações, os discursos, os símbolos e os ritos, a cultura política leva a uma verdadeira comunhão criadora de profundas solidariedades [...]” (BERSTEIN, 2009, p. 44). Com isso, acrescentando definições, destacamos que trabalhar com o imaginário político é abordar uma “perspectiva” de análise das culturas políticas:

Assim, por exemplo, entendemos que dentro da rubrica culturas políticas podem se abrigar estudos das implicações cívico-políticas dos fatos da tradição cultural; análises históricas das culturas políticas plebeia, monarquista, republicana, liberal, autoritária, socialista, comunista, anarquista, católica, nacionalista, milenarista, fascista, trabalhista, peronista, entre outras, nas suas perspectivas, míticas, utópicas e imaginárias; na sua tradução doutrinária e ideológica; na sua relação com a memória, os símbolos, os ritos e as liturgias políticas; e nas suas expressões institucionais e organizadoras da vida numa sociedade política. (DUTRA, 2000, p. 27).

A conclusão a que chegamos a partir do estudo dos jornais operários e da experiência de nosso mestrado, ocasião em que foi examinado o mesmo tipo de documentação, é que essas fontes expressam toda a complexidade e riqueza do pensamento político, das práticas e projetos militantes, das mentalidades e imaginário social e, enfim, da cultura política das camadas populares ligadas ao movimento operário em suas várias tendências (anarquistas, comunistas, sindicalistas e trotskistas). São, portanto, fontes ricas para uma História das ideias políticas e do pensamento político destas camadas.

A divulgação dessas ideias e pensamentos políticos era feita num espaço (a imprensa operária) em que o debate político e ideológico era bastante dinâmico, conferindo uma ampliação das discussões e debates destas próprias tradições políticas em que estes grupos estavam envolvidos. Daí a importância da imprensa, das fontes jornalísticas, para este campo de pesquisa de uma “história vista de baixo”.

[...] Em suma, as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e teóricos, mas também as do homem comum. Pela extensão de seu campo de curiosidade, a história das ideias políticas faz necessariamente fronteira com a história da opinião pública e a história da propaganda; distingue-se delas, mas seus entendimentos com uma e outra encontram-se numa relação de reciprocidade, numa sociedade de expressão pública desenvolvida. Daí resulta uma primeira renovação da história das ideias pela extensão da curiosidade a fontes antes inusitadas (WINOCK, 2003, p. 278-279).

Assim, de acordo com nossas referências, não se trata de uma História do Pensamento Político tradicional. Antes, trata-se de investigar as interpretações das ideias política nos círculos mais amplos dos grupos sociais: [...] Enfim, cabe esclarecer que se as elites cultas se referem diretamente às obras fundadoras, na massa da sociedade essas mesmas ideias penetram sob forma de uma vulgata que exprime, a partir de posições concretas, os princípios de cada uma das culturas políticas. [...] (BERSTEIN, 2009, p. 33).

Dessa forma, o que buscamos fazer é uma história do pensamento político do movimento operário por meio da sua imprensa, que naquela época atingia uma parcela da população trabalhadora e que era afetada pela dinâmica de suas lutas sociais. Trata-se de tentar descobrir as marcas das ideias políticas em setores mais amplos da sociedade e a “mediação” pelo qual passavam as ideias políticas até chegar neste público mais amplo e não apenas nos intelectuais acadêmicos – seguindo, assim, as transformações da Nova História Política:

[...] Dedicar-se às mediações e aos mediadores, tanto quanto aos “pensadores”, resulta da necessidade metodológica, quando o historiador quer avaliar o trabalho das ideias na sociedade tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento da expressão jornalística. [...] esse deslocamento da curiosidade do qualitativo para o quantitativo, dos grandes autores para os fabricantes do pensamento cotidiano ou semanal. O público dito “culto”, assim como os eleitores “sem bagagem”, são submetidos sem cessar aos discursos infra- e metapolíticos, e esse contato é muito maior que seu acesso à obra dos teóricos. [...] (WINOCK, 2003, p. 282).

É claro também que estas ideias políticas, expressas no pensamento político da imprensa operária, ainda que contenham a sua parcela de originalidade – transmitidas nas “reflexões” dos “jornalistas operários” –, elas derivam, também, de suas matrizes “clássicas”, isto é, da “tradição” política em que estavam inseridas, que no caso é o amplo, diverso e heterogêneo movimento socialista. Trata-se de um movimento que, desde o início, tinha ligações com o movimento operário e que tinha consagrado suas ideias principais nos debates e disputas ocorridas desde o século XIX. Comunistas de vertente marxista, anarquistas de várias matizes e sindicalistas revolucionários expressavam as várias tendências e correntes políticas dentro do que se entendia por socialismo no seu significado mais amplo. E por socialismo, neste sentido, era compreendido enquanto uma luta política para radicalizar o modelo de democracia burguesa para uma democracia mais ampla, que estendesse os direitos sociais a todos e em que o proletariado, os trabalhadores, tivessem um papel decisivo na

administração da sociedade.<sup>17</sup> Estas considerações são importantes porque temos que identificar mais claramente tanto os sentidos originais que as principais ideias políticas tiveram nos textos clássicos quanto os significados que elas representavam no contexto e na conjuntura em que se insere a imprensa operária e, ainda, as leituras (interpretações, ressignificações e apropriações) que eram feitas pelos redatores operários e militantes.

As correntes políticas do movimento operário são “revolucionárias” e assim se viam, no sentido que a revolução social era vista no horizonte histórico destas tradições políticas como um caminho para o progresso. Por isso, na imprensa que estudamos eram depositados amplos sentimentos de esperança, de expectativas e de fé nas causas que defendiam. Desta forma, na análise histórica de um jornal, devemos atentar que nele estão contidas as inflexões de uma época, que em suas páginas se refletem as relações na sociedade e em que se expressam as tentativas da sociedade de se atingir uma coerência possível entre as “doutrinas” e os “fatos” reais (WINOCK, 2003, p. 282).

Assim, examinamos as nossas fontes na condição de que elas são também portadoras de muito do que era “sonhado” dentro de seus discursos, ou seja, do que era “imaginado” em meio ao seu pensamento político, constituindo mitos políticos como a espera de uma “nova era” com as mudanças da revolução. Por meio desta documentação, então, consideramos, também, o que se denomina uma história do “imaginário político”, campo este onde o autor Raoul Girardet presta grande contribuição.

Raoul Girardet chama a atenção às especificidades deste tipo de estudo, atentando para a densidade social e coletiva em que são palco estes tipos de debates ideológicos e que implicam em grande conteúdo passional e com isso surge a necessidade de considerar a singularidade de uma realidade psicológica específica (GIRARDET, 1987, p. 9 e 14). As reflexões do autor apontam justamente para as características dos discursos que estudamos em nossas fontes, onde as grandes construções doutrinárias do pensamento político revolucionário, invocando a força do rigor demonstrativo da “ciência” e da “razão”, invocavam fortes sentimentos de adesão:

[...] E aí se encontram, sem dúvida, para muitas delas, a origem e a explicação de seu poder de atração: qual teria sido o destino de um marxismo destituído de todo apelo profético e de toda visão messiânica, reduzido exclusivamente aos dados de um sistema conceitual e de um método de análise? ... (GIRARDET, 1987, p. 11).

---

<sup>17</sup> A respeito destas definições básicas sobre o “socialismo”: (SPINDEL, 1985b, p. 15-16).



A crença em uma “nova era” social com o advento revolucionário, fundamentada sob uma doutrina filosófica e social com suas implicações proféticas e messiânicas, claro, não foi uma característica contida apenas nos movimentos de caráter marxista. Estes traços também são encontrados nos discursos militantes de anarquistas e sindicalistas, cada um com seus traços ideológicos específicos, mas que também guardavam e depositavam grandes esperanças e energias na causa dos trabalhadores organizados.

Levando-se em consideração o período que pretendemos abarcar (1922 a 1935), esse tipo de estudo do imaginário se torna mais fértil. Já que: [...] “é nos ‘períodos críticos’ que os mitos políticos se afirmam com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração” (GIRARDET, 1987, p. 180). Pesquisamos, pois, um período de fortes embates e disputas no interior do movimento operário, ao mesmo tempo que este enfrentava a conjuntura de governos muito repressivos e autoritários com o movimento dos trabalhadores e sofria os impactos das grandes crises sociais e políticas do período – como as revoltas tenentistas contra o governo oligárquico.

Importante também é mencionarmos aqui as contribuições de Baczko nas pesquisas sobre o imaginário. Este autor também enfatiza o quanto as épocas de crise intensificam a produção de “imaginários sociais” (BACZKO, 1985a, p. 310). Assim como as relações entre o imaginário, o social e o político; e que, nestes contextos, o imaginário coletivo, o poder simbólico e o exercício do poder confluem:

[...] Não será que o imaginário coletivo intervém em qualquer exercício do poder e, designadamente, do poder político? Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. [...] (BACZKO, 1985a, p. 298-299).

Dessa forma, o imaginário político é um tipo de discurso singular, onde se expressam as ideias na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais ou de imagens mentais – constituindo-se, ao olhar do historiador, como “arenas” específicas onde as diversas forças políticas se colocam e se confrontam. As “imagens”, nesse sentido, são “empunhadas como instrumentos de poder”, o que coloca, portanto, a pertinência da discussão das interconexões possíveis entre a História do Imaginário e a História Política (BARROS, 2005, p. 138).

No entanto, o historiador do imaginário tem de buscar realizar uma história problematizada, questionadora, o que consiste em relacionar estas “imagens” – em formas de símbolos, mitos e visões de mundo – às questões sociais e políticas de maior interesse do

contexto da produção destas fontes. Assim, é trabalhar os elementos do imaginário para a compreensão da vida social, econômica, cultural e política do meio que a produziu, estabelecendo interconexões diversas (BARROS, 2005, p. 138). E este meio social, no nosso caso, é o movimento operário e sua imprensa, que sofriam as consequências e influências das grandes questões políticas e dos problemas sociais de seu tempo. Com isso, é importante compreender que abordar o imaginário político na imprensa operária de nosso período é trabalhar, também, com formas de representações próprias das sociedades modernas, o que revela uma forma específica de História Política:

Os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são na verdade inúmeros. Os modos como o poder é representado – por exemplo em termos de “centro” e de “periferia” – ou como a estratificação social materializa-se em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de “classes altas” ... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Imagens como estas têm se entranhado a tal ponto nos discursos políticos e nas representações das sociedades modernas fazem de si mesmas que, não raras vezes, os próprios analistas políticos esquecem que temos aqui imagens especializadas que são elas mesmas produtos de confrontos, de imposições silenciosas, de ideologias que se infiltram sutilmente nos discursos. [...] (BARROS, 2005, p. 140).

Sendo assim, estas “imagens”, em que se expressam “representações” políticas e sociais, constituem-se em imaginários políticos que são, em certa medida, formas de expressões das disputas pelo poder. Considerando que a História Política se diferencia pela sua abordagem do fenômeno do “poder”, pretendemos desvendar estas disputas pelo “poder simbólico” que ocorriam entre as correntes políticas da imprensa operária. E assim, compreender melhor como ocorreram as disputas políticas no interior do movimento operário, ou seja, as suas lutas políticas internas. Lutas estas que, expressas na imprensa do movimento, produziram um pensamento político próprio e específico na história das esquerdas devido à conjuntura crítica daqueles anos.

Assim, resumidamente, enfatizamos que ao analisarmos as “ideias políticas” contidas em nossa documentação nos depararemos com discursos que se expressaram de formas mais “racionais” e “claras” em suas leituras de mundo, portanto são pensamentos mais objetivos e pragmáticos. Por sua vez, ao abordarmos o “imaginário político”, encontraremos pensamentos que se expressaram sob aspectos mais oníricos, míticos e subjetivos, revelando o seu caráter utópico e simbólico. É claro também que devemos entender que não há uma fronteira fixa entre as “ideias políticas” e o “imaginário político” contidas em nossas fontes.

Consideramos que os caminhos metodológicos e científicos, contudo, não possuem uma ordem fixa, que elas são variáveis de acordo com as exigências do objeto estudado. E que estas são as nossas referências e perspectivas de abordagem que pretendemos focar. Porém, devido à complexidade de nosso objeto – de sua densidade psicológica e, muitas vezes, de conteúdo emotivo – é necessário ter sensibilidade, nos estudos históricos, para entender que as peculiaridades de aplicação de cada método não são imutáveis, ou seja, não há uma única regra preestabelecida (FEYERABEND, 2011, p. 37). Para isso, passemos agora às questões importantes relativas à aplicação do estudo da imprensa e, também, às considerações pertinentes sobre nossas fontes e a estrutura na qual se organiza este trabalho.

### **A Imprensa Operária: fontes da pesquisa histórica**

As lutas ideológicas entre as correntes do movimento operário na sua imprensa acabavam por influenciar as disputas políticas dentro dos sindicatos e eram influenciadas por estas. Uma das perguntas desta pesquisa está em torno de como estas lutas influenciaram e moldaram as ideias políticas nos jornais que serão estudados. Partimos do princípio de que é sempre possível fazer reavaliações e propor novas leituras das fontes já tradicionais, como é o caso da imprensa operária (BATALHA, 2007, p. 156). Dessa forma, objetivamos um maior entendimento do desenvolvimento das ideias políticas do movimento operário nesse período agitado dos anos 20 e início dos anos 30.

Como já definimos em nossos apontamentos teóricos, os impressos que trabalhamos, por terem mantido suas posições e convicções político-ideológicas, acabavam por formar “posições simbólicas que os distinguem socialmente” – de acordo com as referências de Bourdieu. Por isso a importância de entender as relações de poder que havia na produção desta imprensa e as lutas ideológicas em sua relação complexa e permanente com os conflitos que ocorrem na sociedade. Dessa forma: [...] “A ideologia surgirá como um instrumento permanente dos poderes e como o ponto simbólico onde os poderes são incessantemente legitimados ou contestados, reforçados ou enfraquecidos.” (ANSART, 1978, p. 11).<sup>18</sup>

Os conceitos teóricos e metodológicos de nossa pesquisa ajudam a compreender melhor as relações de poder que estão inerentes na produção jornalística. Entendemos que a

---

<sup>18</sup> Pierre Ansart – autor importante que também se utilizou das noções de Bourdieu – demonstra na sua obra que os conflitos sociais e políticos não param de transformar-se em conflitos ideológicos e de formular-se no campo das posições simbólicas e, portanto, influenciando nas disputas pelo poder simbólico. Ver, particularmente, a seção “o campo das posições ideológicas”, Cf.: Ansart (1978, p. 77-83).

imprensa é um lugar em que se expressa “representações do real” e que, portanto, a sua produção torna-se um ato de poder onde há relações subentendidas, sendo esta produção resultado de “práticas sociais”. A historiadora Maria Helena Capelato teceu indicações sobre o estudo da imprensa que são fundamentais, partindo do pressuposto de que a imprensa:

[...] ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas [...]. (CAPELATO, 1988, p. 24-25).

Para desvendar estas relações de poder e compreender melhor estas práticas sociais que produziram as nossas fontes é imprescindível, no estudo histórico da imprensa, identificar a influência dos grupos de pressão e poderes sobre a mídia, por isso, a relevância de descrever a instituição do jornal: as suas finanças; suas ligações cotidianas com os vários poderes; seus métodos de recrutamento; o nascimento, vida e morte do impresso; assim como a nomeação e afastamento dos diretores e membros e as decisões importantes tomadas pelo jornal (JEANNENEY, 2003, p. 219-220). Nesse sentido mais descritivo, o autor José Luiz Braga chama a atenção para a forma em que pode se dispor as nossas fontes, no sentido de como se organizam os artigos, os tipos de matéria, como eles se distribuem pelas páginas e; também, aspectos do “contexto”: os acontecimentos que influenciaram a história do jornal, a relação de uma folha com a imprensa em geral e o contexto social. O autor defende uma perspectiva “ampliada”: “[...] Além das posições ideológicas, deve-se levar em conta também as condições materiais da produção; os processos de cooperação (pois um jornal é obra composta); as relações concretas entre as forças em presença; as relações entre os interlocutores. [...]” (BRAGA, 2002, p. 328).

Disso resulta que devemos esclarecer o “lugar social” e as “funções sociais” que uma folha periódica ocupa na sociedade, condição esta que afeta a “materialidade” dos impressos (LUCA, 2006, p. 131-132). Com tudo isso fica claro que, para usar jornais como fonte histórica, além de traçar as características de cada periódico, precisamos estar cientes de que a imprensa também participa da história, seja selecionando, ordenando, estruturando ou narrando “de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2006, p. 139). Portanto, analisá-los nesta perspectiva envolve encarar a imprensa operária tanto como fontes como também objetos da pesquisa historiográfica (LUCA, 2006, p. 139 e 141). Contudo, aqui analisaremos a imprensa operária na perspectiva de “fontes históricas” acerca do pensamento político destes setores, mas não tomaremos estes

impressos como “objeto”, visto que não realizamos um estudo das estruturas dos jornais em si – apesar de ser importante identificar estes elementos na medida em que eles auxiliem na análise de nossas fontes.

Historicizar estas fontes, portanto, envolve entender tanto a parte material do jornal como o lugar em que ele está inserido na sociedade. Entender nesta profundidade cada periódico irá nos possibilitar compreender melhor a evolução do pensamento político dos mesmos. Sendo assim, estudar as representações políticas nesta imprensa é um campo que, segundo o artigo do pesquisador Renée Zicman, que sempre é muito referenciado nos estudos desta área, é chamado de “História através da imprensa”, em que se toma a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. Isso porque, para este autor, a apresentação de notícias na imprensa é uma causa direta dos acontecimentos pelo fato de todo jornal organizar os acontecimentos a partir de seu prisma, “de seu filtro”:

[...] Partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos História Através da Imprensa – está-se sempre “esbarrando” nela, pela necessidade de historicizar os jornais.

Por outro lado devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação, todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”. (ZICMAN, 1985, p. 90).

Então, como as publicações da imprensa operária não eram uma “mera repetição de ocorrências”, pois ela também participou da história, recortando pelo seu filtro os assuntos e notícias que divulgou, ela é, portanto, fonte de estudo do pensamento político e do imaginário operário. A política editorial e a abordagem e cobertura de determinado impresso sobre um determinado tema são, por exemplo, práticas sociais que denotam as expressões do pensamento e posições políticas do jornal e de seus envolvidos. Voltemos, assim, à questão do “lugar social” desta imprensa, pois isso envolve aspectos específicos no estudo da imprensa operária.

Os jornais operários do período que estudamos enfrentaram muitas dificuldades justamente pelo lugar social que ocupavam e pela função que desempenhavam, pois eram publicações de circulação reduzida, de pequenos recursos materiais, sustentados por

organizações operárias, mantendo uma posição de combate e de oposição à ordem política vigente. Por conseguinte, podemos dizer que estes eram tipos diferentes de imprensa:

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É obvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos. (LUCA, 2006, p. 132).

Propomos utilizar como fonte exclusiva da pesquisa histórica os jornais que foram produzidos pelo movimento operário ou por militantes que buscavam atuar dentro deste meio, portanto, alguns desses jornais não tinham uma natureza empresarial. Eram folhas com ou sem periodicidade e números de páginas definidas, que dificilmente possuíam condições de manterem publicações diárias e uma avultosa tiragem. Esta imprensa era feita por militantes não por profissionais, impressa em pequenas oficinas com máquinas que eram disponíveis e que precisavam da contribuição financeira dos próprios operários leitores e jornalistas para sobreviver, já que muitos destes jornais, não todos, recusavam as receitas advindas do espaço publicitário (LUCA, 2006, p. 119). Devemos considerar, portanto, as dificuldades de sobrevivência de uma folha operária naquela época, dificuldades que foram apontadas inicialmente pela historiadora Maria Nazareth Ferreira e que são de dois tipos: as dificuldades financeiras, pois havia pouca publicidade e o público leitor era composto por trabalhadores; e as perseguições policiais por parte da ordem estabelecida (FERREIRA, 1978, p. 104-105).<sup>19</sup>

Diante destas peculiaridades e necessidades do estudo histórico da imprensa, e particularmente da imprensa operária, se faz necessário, então, que o nosso trabalho inicie, no seu primeiro capítulo, com uma análise histórica do movimento operário no período de nossa pesquisa. Isso envolve, conseqüentemente, dissertar sobre os principais fatos políticos do Brasil, mas também do mundo. No caso a importância da URSS, visto que um dos temas de análise é a Rússia soviética e também devido às relações que o PCB tinha com os russos pela via da Internacional Comunista. Fatores estes, que influenciaram a imprensa operária brasileira, e a articulação destes eventos com a história dos jornais que iremos trabalhar. Assim, este primeiro capítulo se intitula: *A Imprensa do Movimento Operário no contexto da*

---

<sup>19</sup> Maria Nazareth Ferreira foi a organizadora do AEL – Arquivo Edgard Leuenroth, localizado na UNICAMP-Campinas – em inícios da década de 1970, quando a imprensa operária ainda era uma fonte pouco usada e negligenciada. Este arquivo, como veremos, é muito importante para a nossa pesquisa e leva esse nome por ter sido constituído, inicialmente, pelo arquivo pessoal de Edgard Leuenroth, anarquista que foi um dos principais editores do jornal *A Plebe*. A sua obra (FERREIRA, 1978), apesar de não abordar o período que queremos estudar, trata da formação e funcionamento da imprensa operária que influenciou nos anos que abarcamos.

*república oligárquica*. É neste capítulo que iremos delinear os aspectos gerais da história dos militantes e organizações que fizeram parte dos periódicos que utilizamos, assim como as repercussões das crises políticas da época – tenentismo, Coluna Prestes, “Revolução de 1930”, “Revolução Constitucionalista de 1932” e a ANL– sobre a história desta imprensa e suas organizações.

A localização dos periódicos selecionados nesta pesquisa foi realizada com a ajuda da bibliografia consultada e em diversos arquivos e acervos, utilizando-se da internet como instrumento de acesso aos mesmos, arquivos estes que atualmente vêm ampliando cada vez mais a digitalização de parte de sua coleção disponível em seus sites.<sup>20</sup> O nosso corpo documental foi adquirido junto a estes arquivos e os materiais existentes foram catalogados, confirmando a existência dos artigos que iremos analisar e trabalhar. Isso foi realizado inicialmente junto ao CEDAP de Assis, pois este já possuía periódicos que utilizamos que foram doados a este acervo durante nossa pesquisa de mestrado. Para completar a nossa coleção de periódicos e os exemplares que faltavam, viagens de coleta de documentação foram realizadas junto ao AEL e ao CEDEM entre os anos de 2017 a 2019. Assim também como parte dos periódicos que possuímos, como apontamos, foram conseguidos por meio do acervo digital disponível nas páginas virtuais destes arquivos.

A formulação da lista de jornais selecionados para esta pesquisa seguiu, assim, tanto a disponibilidade dos títulos que se encontram nestes arquivos como o que a historiografia sobre este campo de pesquisas nos oferece de informações sobre os jornais que existiram. Contudo, com o apoio das informações desta bibliografia, também tentamos selecionar os jornais que tiveram uma certa importância e relevância tanto para o movimento operário da época quanto para a conjuntura histórica e política do período.

Sobre os jornais que foram escolhidos para a pesquisa no campo anarquista é importante esclarecermos que a quantidade de títulos desta tendência se deve ao fato de que houve muitos jornais com poucos números e de curta duração – a imprensa anarquista do período, ao que parece ao menos em alguns momentos, sofreu de problemas técnicos e estruturais maiores do que a imprensa comunista, que parece ter sido melhor estruturada, questão que será desenvolvida em nosso primeiro capítulo. Outra questão importante também, como já foi apontada e que será melhor discutida nesse primeiro capítulo, é que a

---

<sup>20</sup> Ao consultar a internet, verificamos que os jornais que utilizamos se encontram nos seguintes arquivos: CEDAP (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis) – <https://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/cedap> CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP-São Paulo) – <https://www.cedem.unesp.br> Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-UNICAMP-Campinas) – <https://www.ael.ifch.unicamp.br> Arquivo da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) – <https://www.bn.gov.br>

proximidade política entre os anarquistas e o sindicalismo revolucionário fizeram que muitos destes órgãos da imprensa operária anarquista também servissem de expressão das posições do sindicalismo revolucionário.

Dessa forma, as maiores dificuldades ao trabalharmos com periódicos da imprensa operária como fonte principal de pesquisa, e ainda mais no período que estudamos, são o grande número de títulos e folhas devido à irregularidade em sua produção. Havia uma grande quantidade de publicações que muitas vezes não passavam do primeiro número devido as dificuldades das condições desta imprensa. Poucos deles conseguiam ser diários e por curto tempo. Estas características nos fizeram selecionar diversos títulos para que houvesse uma relativa cobertura de todo o período proposto. Isso se tornou uma necessidade incontornável, ainda mais considerando as questões referentes aos problemas impostos pela repressão contra esse tipo de imprensa durante a época que abarcamos. Questões referentes à repressão, que está diretamente relacionada às crises políticas do período, condicionaram diretamente, portanto, a produção da imprensa operária e devem ser melhor explicadas porque se tornaram as balizas em que se dividem a análise de nossas fontes e dos capítulos de nosso trabalho.

Assim, já em 1922, a imprensa operária – que já vinha sendo assediada pelas crescentes perseguições estatais desde o período anterior – teve seus obstáculos aumentados devido ao estado de sítio decretado pelo governo do presidente Epitácio Pessoa, logo após a primeira revolta tenentista do forte de Copacabana no Rio de Janeiro, em 5 de julho, o que dificultou a publicação da imprensa operária e colocou na ilegalidade o recém fundado PCB – que tinha sido fundado em 25 de março daquele ano. Repressão esta que aumentou muito após a segunda revolta tenentista em São Paulo, em 5 de julho de 1924, com a decretação de um novo estado de sítio pelo presidente Arthur Bernardes e nova censura à imprensa que tirou de circulação importantes periódicos operários e encarcerou militantes anarquistas e comunistas. Esse será, portanto, o nosso primeiro período de análise das fontes, indo de janeiro de 1922 a julho de 1924, quando ocorre um corte na continuidade regular desta imprensa, com a decretação deste segundo estado de sítio. Esse período, portanto, constitui o conteúdo de nosso segundo capítulo – o primeiro em que serão analisados os jornais operários – e que se intitula: *No Fogo da Crise: os conflitos de utopias nos tempos das sublevações militares (1922-1924)*.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Sobre os estados de sítio e suas perseguições contra a imprensa operária e seus militantes nesse período: (DULLES, 1977, p. 200); (BANDEIRA, 1980, p. 272 e 281); (CARONE, 1974, p. 359-362) e (SAMIS, 2004, p. 171).



O nosso segundo período de análise, portanto, iniciará a partir de agosto de 1924, em pleno estado de sítio e nas conturbações das lutas tenentistas que continuaram em várias partes do país, passando pela época da Coluna Prestes, e indo até o ano de 1927. Isso porque, no final de 1926, ocorre a suspensão do estado de sítio com a posse do presidente Washington Luíz, que decide terminar com o estado de exceção com a intenção de se mostrar como um governo de apaziguamento (CARONE, 1974, p. 394). Assim, em 1927, a imprensa operária volta a funcionar normalmente, mas brevemente, pois em agosto deste ano a “Lei Celerada”, imposta por este último presidente, volta a colocar na ilegalidade as instituições sociais da classe operária, o que inclui a sua imprensa.<sup>22</sup> Como enfatizamos, nesse período o conjunto das oposições políticas contra a República oligárquica, na aceleração de sua crise, se reconheceram como “revolucionários” – entre eles os tenentistas e liberais de oposição do partido democrático (DE DECCA, 1994, p. 93-95 e 99-100). Então, os comunistas, anarquistas e sindicalistas, que já se reconheciam como “revolucionários”, tiveram que se posicionar diante dos rumos políticos do país nessa nova fase. Assim, o nosso terceiro capítulo trata deste período e se intitula: *O Interstício: os rumos da luta operária na revolução do Brasil (1924-1927)*.

Por fim, a análise de nossas fontes conclui-se num quarto e último capítulo que irá abranger a partir do ano de 1928, época em que o PCB está sob nova fase de ilegalidade e muitos militantes anarquistas, e também comunistas, foram presos em consequência da Lei Celerada de 1927. Com a “Revolução liberal de 1930”, a chegada ao poder de Getúlio Vargas e a “Revolução constitucionalista de 1932” a repressão aumentou ainda mais. Nesta fase, o PCB passa por divisões internas – influenciados em parte pelas mudanças no movimento comunista internacional com a ascensão de Stálin –, e ocorre o surgimento dos trotskistas como adversários na proeminência do comunismo nacional e nas disputas pelo movimento operário. Contudo, na primeira metade da década de 1930, a imprensa operária também vivenciou mais um breve revigoramento após o retorno de certa normalidade institucional, depois que Getúlio Vargas convocou uma Assembleia Constituinte em maio de 1933 como uma resposta às oposições políticas que tinham culminado com a guerra civil paulista de 1932. Revigoramento este da imprensa operária que foi aquecido com a entrada em cena, nas disputas pelas organizações trabalhistas, dos trotskistas, e também pelo relativo ressurgimento da imprensa anarquista em São Paulo. Porém, também foi um período em que o movimento

---

<sup>22</sup> A respeito desta fase em que alguns jornais operários resistiram na ilegalidade, e depois com a breve abertura em 1927 e as novas perseguições da Lei Celerada nessa época: (CARONE, 1974, p. 394 e 396); (DULLES, 1977, p. 200-216 e 276) e (DEL ROIO, 2007a, p. 235-239).

operário sofreu o revés do avanço burocrático e corporativo do Estado getulista sobre os sindicatos.<sup>23</sup> Dessa forma, o quarto capítulo tem por título: *Combates e Resistência: as visões da revolução proletária no avanço da repressão burocrática (1928-1935)*.

Evidentemente, trata-se de uma pesquisa de fôlego por abranger um longo recorte temporal e por possuir uma grande massa documental (são 18 jornais arrolados). Entretanto, é importante frisar que assim como em nosso mestrado, devido às limitações de espaço e tempo, não pretendemos realizar uma análise de todo o material que foi catalogado. Assim, faremos uma seleção, dentro do que foi mais significativo e importante nesta produção da imprensa operária a respeito dos temas que iremos trabalhar. Como destacamos, a longa lista de periódicos foi uma necessidade que se deveu à repressão a este tipo de imprensa, para que tivéssemos um mínimo de representatividade de cada tendência política nos debates que ocorreram. Ainda assim, faltam muitos números e exemplares que não se encontram nos arquivos e temos períodos com poucos jornais e fontes a nosso dispor, consistindo, portanto, em lacunas inevitáveis na discussão das polêmicas entre as correntes operárias – principalmente entre os anos críticos de 1924 a 1926 e entre 1928 e 1931.

Todos os artigos e textos, portanto, nos jornais que utilizamos e que tratavam e abordavam sobre os assuntos que classificamos como nossos “temas de análise”, ao serem identificadas, foram catalogados. Dessa forma, lembremos que classificamos esse material entre os temas que serão analisados, entre eles: 1º - “*A organização operária e a luta dos trabalhadores*”; 2º - “*A Rússia Soviética*”; e 3º - “*As crises políticas da República*”. Estes temas constituem-se em tópicos em cada um dos capítulos de análise dos jornais operários, que seguem numa perspectiva cronológica para melhor compreender as discussões operárias durante a evolução dos acontecimentos históricos. Dentro destes temas iremos, deste modo, focar nas representações, mitos e imagens que fizeram parte do pensamento político destas tendências operárias em sua imprensa. Dando relevo, sobretudo, ao imaginário político que foi construído a partir destes assuntos.

É importante esclarecer aqui a maneira como os jornais operários foram abordados e como o seu material, que foi selecionado para esta pesquisa, foi organizado em cada um destes temas ao longo dos capítulos. No 1º - “*A organização operária e a luta dos*

---

<sup>23</sup> Sobre o movimento operário e suas tendências – comunistas, anarquistas e trotskistas – nesse contexto, também muito conturbado, em que ocorreu a radicalização da direita e da esquerda em âmbito mundial, mas também no cenário nacional – com o surgimento dos integralistas e a insurreição dos comunistas em 1935 –, assim como um novo surto de movimentos grevistas de 1929 a 1933, e o crescimento do corporativismo sindical de Getúlio Vargas, Cf.: Dulles (1977, p. 370-376, 397-399 e 406); Del Roio (2007a, p. 239, 246-247); Amaral (2007, p. 256-257, 264-265); e Samis (2004, p. 174-175; 2002, p. 300-301). Questões estas que serão melhor aprofundadas no capítulo inicial.

*trabalhadores*”, procuramos dar preferência aos artigos e textos, em um determinado jornal, que discutem as questões relativas à organização operária e os rumos da luta trabalhista, mas expressando polêmicas – debates e ataques, direta ou indiretamente – dirigidas às outras correntes e posições políticas rivais dentro do movimento operário. Algo muito comum, como veremos, nas oposições entre anarquistas e comunistas, mas que também ocorreram com a participação de sindicalistas e trotskistas. O foco desse tema é o debate público dentro da imprensa operária entre as tendências políticas do movimento operário. Além das problemáticas relativas à “organização operária” em si, portanto, este tema também leva em consideração as ideias sobre a “luta dos trabalhadores”, isto é, a luta revolucionária dentro das perspectivas das culturas e tendências políticas que abordamos, luta esta que estava – dentro do pensamento destas tradições políticas – diretamente e organicamente ligadas às formas em que a classe operária iria se organizar na sua luta contra o patronato e o capitalismo. Assim, neste tema, as contendas em torno das funções (e significados) dos sindicatos, dos partidos políticos operários, da ideia da ditadura do proletariado, da organização das federações sindicais e da adesão ou não em organizações operárias internacionais são centrais, já que eram de grande relevância para o movimento operário.

No 2º tema - “*A Rússia Soviética*”, analisaremos o material jornalístico extraído dos impressos estudados que se remetem sobre a forma e a maneira como a Revolução Russa de 1917, assim como o seu processo revolucionário posterior, foram vistos e interpretados pelos diversos órgãos jornalísticos utilizados. Assim também como trabalharemos com a forma em que a URSS da época era vista e interpretada na época. Então, dessa forma, este tema perfaz sobre a história das percepções (representações e imaginários) que a imprensa operária, em suas várias tendências de esquerda, produziu sobre uma “história recente” (a Revolução Russa de 1917) e uma “história imediata” (a União Soviética na época presente nas discussões da imprensa operária). Isso é interessante porque estes aspectos, de momentos temporais diferentes, na interpretação militante sobre a Rússia, são inseparáveis da apreciação geral que eram feitas sobre o fenômeno russo por determinada corrente de esquerda. A importância que a Rússia Soviética passou a representar para o debate interno do movimento operário, como já foi salientado, mesmo para os setores que passaram a se opor ao comunismo, nos inclinou a focar neste tópico os “mitos” e “imagens” sobre a Rússia, por isso, não nos obrigamos a selecionar exclusivamente e necessariamente fontes que tinham polêmicas entre as correntes operárias sobre a URSS, ainda que isso tenha sido comum na nossa análise. Graças à relevância que o assunto “Rússia” teve para a militância operária, muitos textos jornalísticos do 1º tema, como veremos, fazem referências a este país, alguns artigos inclusive se

classificam nos dois temas, contudo, enquanto no primeiro o foco central é a organização e luta operárias no Brasil – ainda que tenha a Rússia como pano de fundo da discussão – aqui, neste 2º tópico, a essência dos debates foi, precisamente, o que “era”, ou “não era”, o mito da “Rússia Soviética”.

Em nosso 3º tema - “*As crises políticas da República*”, analisaremos artigos e textos da imprensa operária, entre as suas várias tendências de esquerda, que noticiaram e expressaram opiniões e posicionamentos políticos em relação aos grandes episódios da história brasileira do período que caracterizaram as crises políticas do sistema republicano. Estes acontecimentos que abalaram as instituições políticas da época consistiram em crises graves que o Brasil sofreu e que se expressou na forma tanto de conflitos armados como de ferrenhos embates e conflitos políticos e sociais. Entre estes episódios, portanto, escolhemos por abordar os *levantes tenentistas*, a *Coluna Prestes*, a “*Revolução de 1930*”, a “*Revolução Constitucionalista de 1932*” e a ANL (Aliança Nacional Libertadora), formada em 1935 como uma frente ampla de esquerda e forças progressistas contra o governo de Getúlio Vargas.<sup>24</sup> Estes acontecimentos foram escolhidos devido a sua importância para a história política brasileira do período, como também por terem sido fatos que afetaram o movimento operário com a repressão estatal desencadeada – aspectos para os quais já chamamos a atenção. E também porque, nesse contexto, outros agentes políticos passaram a se reconhecer como “revolucionários” – militares e combatentes do tenentismo, e da guerra civil paulista de 1932, opositores da República Velha que promoveram a “revolução de 1930”. Assim, os militantes da esquerda “revolucionária” na imprensa operária tiveram que se posicionar diante desses concorrentes políticos. E até mesmo devido ao caráter muitas vezes insurrecional e de possíveis sublevações sociais que estes conflitos continham, fez com que estes setores se posicionassem diante dos fatos, tornando-se, assim, um material importante acerca do pensamento político, e dos imaginários, do movimento operário na sua imprensa acerca de como seria o “caráter revolucionário” destes eventos e de como poderia ser uma “revolução no Brasil”. As fontes analisadas nessa seção podem, ou não, conter discussões e polêmicas entre as correntes operárias sobre estes assuntos.

Esta organização de todo o corpo documental extraído da imprensa operária em três eixos temáticos, a partir de uma cronologia específica em três fases de análise, constituem em aspectos fundamentais de nossa pesquisa. Isso porque defendemos a tese, já expressa, de que o pensamento político dos anarquistas não se manteve inerte, como um movimento político

---

<sup>24</sup> A respeito da ANL Cf.: (DULLES, 1977, p. 419).

ultrapassado – como aponta algumas interpretações historiográficas. Buscamos revelar ao longo deste trabalho que na verdade houve tentativas e esforços da militância anarquista no Brasil de se adaptar, de buscar questionamentos e análises mais profundas e de rever criticamente elementos da prática política do movimento ácrata – mesmo após a fundação do PCB em 1922. Demonstraremos como os libertários brasileiros lutaram, portanto, para construir e defenderem uma cultura política sindical autônoma da classe operária em relação aos controles burocráticos, advindos tanto do governo quanto dos partidos políticos. Uma luta que ainda ocorreu em um contexto de refluxo do movimento operário com a intensificação da repressão policial e, também, institucional, que por sua vez limitava cada vez mais as possibilidades políticas por uma luta autônoma dos trabalhadores.

Dessa maneira, almejamos resgatar parte da complexidade do pensamento e do imaginário político contidos na imprensa operária da época, a partir das contribuições dos anarquistas para as experiências políticas do movimento operário. Investigar estes três eixos de análise, portanto, é importante para abarcar os temas centrais que eram discutidos nos debates públicos entre as correntes políticas em disputa. São eixos de discussões que fazem sentido porque se relacionam entre si, pois no 1º tema encontramos um debate interno ao movimento dos trabalhadores, mas que reverbera o 2º eixo – que são os acontecimentos a partir de 1917 na Rússia – que, por sua vez, influenciaram o 3º ponto, isto é, como seriam enfrentados os nossos desafios internos – as crises políticas no Brasil. Acreditamos ser esta uma abordagem mais alternativa para investigar a produção do pensamento político dos anarquistas, tanto pela abrangência e proeminência dos temas em discussão como por considerar os debates que eram realizados pelos anarquistas publicamente, na imprensa operária, em disputas e polêmicas contra os comunistas, sindicalistas e trotskistas.

Entretanto, como também devemos enfatizar, abordar este pensamento político desta maneira é focar as questões que eram discutidas na imprensa operária a partir dos olhares e percepções dos protagonistas do tempo, quando o futuro ainda estava em aberto. Com isso, buscamos reconstituir o pensamento militante no momento em que as múltiplas possibilidades ainda estavam a depender das ações que fossem tomadas no presente – o que justificava as apostas que eram feitas, escolhas estas que se modificavam, contudo, frente à curta temporalidade que a luta política acabava por impor. Por isso, a importância de nossos recortes cronológicos (1922-1924; 1924-1927; 1928-1935) já que estes determinaram a dinâmica, a produção e a urgência das pautas que eram discutidas na imprensa operária. Assim como é importante justificar a escolha das principais cidades que sediavam o palco social dos impressos que trabalhamos – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Santos –

que possuíram diferentes tradições de lutas e conjunturas políticas, mas que consistiam nos espaços centrais dos embates de classe do movimento operário brasileiro da época.

Dessa forma, recolocar e reconstituir as formas e aspectos que as disputas políticas assumiam, tal como elas eram apreendidas no instante em que se colocavam, é um exercício que perfaz a contribuição deste trabalho para restituir ao período parte de sua complexidade. Isso para melhor compreender, assim, as riquezas e singularidades do pensamento e imaginário político de indivíduos que dedicaram a vida à luta por seus ideais. E as utopias, enquanto formas específicas de imaginários políticos e sociais, por amalgamarem estes ideais e suas expectativas, se tornaram em elementos importantes das várias visões de uma outra realidade possível. *Visões da Utopia* rivais entre si, representações utópicas que por sua natureza consistiram em mitos políticos que veiculam representações simbólicas do poder, legitimando relações de forças e as decisões no campo político (BACZKO, 1985b, p. 376-377).

Por último, chamamos atenção ao aviso que tanto os nomes dos jornais quanto os títulos dos artigos e matérias analisados, e toda a ortografia da língua portuguesa do conteúdo transcrito de nossas fontes é característica da forma escrita na época e que também era influenciada pela forma como a imprensa operária se expressava. Decidimos não alterar esta grafia original desta documentação e manter a forma como ela se apresentava, pois, como veremos, muitas vezes isso era uma adaptação, já que o público leitor a que era voltado consistia, principalmente, da classe trabalhadora.

## Capítulo 1

### A Imprensa do Movimento Operário no contexto da república oligárquica

“O nome de Astrojildo Pereira surge na conversa. Edgard Leuenroth refere-se a ele com ternura e saudade.  
– Astrojildo e eu fomos como irmãos – diz. – Quando ele vinha a São Paulo, dormia no meu quarto e comia lá em casa. Senti muito a sua separação, quando ele deixou o movimento para formar o PCB.”<sup>25</sup>

Em todo o nosso percurso de pesquisa histórica com a imprensa operária e militante na Primeira República nos deparamos com as evidências e ecos de laços estreitos que havia entre os ativistas e colaboradores desses jornais. Relações de amizade, de respeito, de admirações mútuas, mas também de rivalidades, que por vezes se expressaram com rancor, devido às divisões que ocorreram entre libertários e bolcheviques no movimento operário. Além de todo o conteúdo emotivo de nossas fontes, devido às forças de atração dos imaginários políticos nelas contidas, devemos considerar que parte do nosso material analisado ainda contém cargas passionais devido às relações que havia entre pessoas, que se não foram amigos no passado – ou até mesmo que ainda se estimavam – foram “companheiros” de luta e militância pela causa dos trabalhadores. Observamos que estas características da imprensa operária da época, na República Velha, se mostraram relativamente presentes até a década de 1930, pois a luta operária do período que estudamos foi marcada pela presença de militantes “históricos”, que ficaram famosos pela atuação que tiveram no movimento trabalhista. Entre eles, certamente, os nomes de Edgard Leuenroth – entre os mais lembrados no campo anarquista – e o de Astrojildo Pereira – que marcou a história do PCB – estão entre os mais importantes.

Este capítulo foi pensado como parte da necessidade de historicizar mais a imprensa que iremos trabalhar, para melhor compreender as nossas fontes e conseguir realizar uma análise com maior profundidade. Para tanto, pretendemos delinear aqui, o máximo possível, a história e percurso dos jornais que trabalhamos, assim como os principais militantes e personagens envolvidos e, também, das organizações operárias que estes impressos se vinculavam. Procuramos, dessa forma, sintetizar o cenário social em que a imprensa operária, e os jornais aqui selecionados, estavam inseridos, com o máximo de informações possíveis, o

---

<sup>25</sup> Entrevista de Edgard Leuenroth, publicada em 1967 nas comemorações dos 50 anos da Revolução Russa, confirmando as relações históricas entre os ativistas: Edgard Leuenroth. Depoimento, In *Revista Civilização Brasileira* – caderno especial 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 332 (Apud SAMIS, 2002, p. 269-270).

que nem sempre conseguimos, visto que há personagens e periódicos cujas informações são escassas na historiografia existente.

Sendo assim, é imprescindível que tratemos sobre os aspectos gerais do movimento operário no Brasil do período estudado, como também das relações íntimas e orgânicas que o movimento dos trabalhadores e suas organizações possuíam com os jornais que editavam e publicavam – que muitas vezes eram órgãos oficiais e públicos de suas associações. As características deste tipo de imprensa (trabalhista, operária, militante, de oposição) são aqui descritas porque são indispensáveis ao seu entendimento. Assim como o contexto cultural destes setores dos trabalhadores urbanos da época e as tradições das culturas políticas em que eles se inseriam perfazem, igualmente, as condições históricas que devemos levar em consideração como um dos fatores principais que influenciaram esta imprensa.

Entretanto, ao se tratar de pensamento e imaginário político na imprensa que iremos trabalhar e dentro dos temas que abordaremos, outros condicionamentos e fatores também são importantes para obtermos uma visão mais ampla de nosso objeto de estudo. Esses elementos são de amplitude nacional – como as condições econômicas do país, os principais acontecimentos políticos e crises do período republicano brasileiro, as perspectivas de uma revolução nacional e a repressão estatal, que repercutiram sobre a produção da imprensa operária. Contudo, é relevante também fazer o contraponto, ou seja, tratar da importância que o movimento operário e a sua imprensa tiveram sobre a evolução da política brasileira entre os anos que estudamos.

Ainda há outros fatores tratados neste capítulo que afetaram a imprensa operária e que, por sua vez, são de amplitude internacional – além das próprias perspectivas que haviam de uma possível “revolução mundial” promovida pela União Soviética. A isso se devem duas coisas importantes que devemos considerar. Primeiro, o caráter internacionalista do movimento operário entre as suas várias vertentes de esquerda que fez este tipo de imprensa intercambiar informações e material advindos do movimento operário de outros países – o que “amplificava” as discussões políticas em torno da Rússia. Segundo, devemos lembrar que, se um de nossos temas de análise é a *Rússia Soviética*, então as condições e imagens em que a URSS se mostrava ao mundo, as relações internacionais que influenciavam nas informações sobre esse país que chegavam até o Brasil e, também, o que era, mais objetivamente, o sistema soviético, são, portanto, pontos que devemos considerar. Além disso, uma outra questão central que não devemos deixar de fora: as relações que o PCB manteve com a URSS, que não só influenciou sobre o tipo de material que a imprensa comunista veiculava como também incidiu em todo o debate da época.



### 1.1. Movimento operário e sua imprensa

Inserir a história do movimento operário e de sua imprensa no contexto do Brasil das primeiras décadas do século XX é, inevitavelmente, falar também das relações destes setores sociais, constituídos pelo proletariado urbano dos principais centros industriais, com o governo e com as classes dominantes, dos quais, alguns setores foram os mesmos que promoveram a mudança de regime político em 1889 – com a implantação da República e a derrubada da monarquia de D. Pedro II – e que se mantiveram no poder até, pelo menos, 1930 – constituindo-se na elite agrária dominante. Da mesma forma, para tratar do Brasil dessa época, da chamada Primeira Republica, e de seu movimento operário, não podemos nos esquecer de que as organizações operárias do período se constituíram dentro de todo um processo de mudanças estruturais: da transição das relações de trabalho escravistas (abolidas em 1888) para as relações assalariadas; do processo de industrialização e urbanização crescentes; e do intenso fluxo imigratório advindo da Europa.

Estas mudanças estruturais condicionaram o processo de industrialização e, conseqüentemente, a formação da classe operária no Brasil. As relações da economia cafeeira desenvolvida no sudeste do país com o processo de industrialização – que impulsionou o crescimento das cidades – e da política imigratória para a introdução do trabalho livre na constituição do proletariado brasileiro são geralmente lembradas, como na obra introdutória de Segatto (1987, p. 9-13). Contudo, em estudo mais recente do historiador José Miguel Arias Neto (2006, p. 221-223), há indicativos de que este processo foi mais complexo do que aparenta, pois não houve uma necessária associação linear entre economia cafeeira e a industrialização, já que a burguesia industrial no Brasil teria surgido da fusão de capitais entre a burguesia cafeeira e a burguesia comercial, concentrados principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro – ligadas à exportação de café – e que, portanto, a industrialização ocorreu sobre uma dupla subordinação ao capital internacional agroexportador e do capital cafeeiro. Porém, segundo Arias Neto (2006, p. 223), uma fusão de capitais que não implicou numa total homogeneidade política entre as elites agrárias, comerciantes e industriais, principalmente em torno das tarifas alfandegárias – cruciais para um país agroexportador e de industrialização incipiente.

Estas elites, mesmo quando sendo do setor comercial e industrial, estavam ligadas, portanto, economicamente e politicamente às elites agrárias, devido também à política de “estadualização”, em decorrência do forte domínio das oligarquias estaduais e locais, que fez emergir o fenômeno do “coronelismo” – em que os chefes políticos locais eram a base de

origem de uma complexa rede de relações de poder que ia até o governo federal. Esse contexto social e político, como salienta a historiadora Maria Efigênia Lage de Resende (2006, p. 92 e 104), deu origem, aliado a uma concepção de um liberalismo individualista entre as elites, a uma República violenta em relação às camadas populares e que estava preocupada com a manutenção da ordem. Contudo, a autora também enfatiza que os setores populares urbanos, nesse contexto, em particular o movimento operário, também exerceram a sua pressão política sobre este sistema oligárquico (2006, p. 104).

Essa pressão política sobre a República oligárquica pelo movimento operário é importante porque isso, segundo o historiador Paulo Sérgio Pinheiro (1977, p. 137), também condicionou os limites das opções das classes dominantes, como foi demonstrado principalmente a partir de 1930 com a implantação de uma legislação trabalhista mais sistemática. Porém, o autor esclarece que estas mudanças fizeram parte de uma “abertura” que o Estado oligárquico concedeu à classe operária a partir dos anos 1920 devido às suas pressões políticas, o que contradiz visões mais idealizadas da “Revolução de 1930” como sendo o começo de uma nova fase (PINHEIRO, 1977, p. 137).

As influências da imigração européia sobre a nascente classe operária brasileira (principalmente de origem italiana) sempre foram destacadas na historiografia relacionadas à formação de seu movimento operário, e como um dos fatores que explicam as suas formas iniciais de organização. Imigração esta – preferencialmente de italianos, portugueses, espanhóis e alemães – que desde a segunda metade do século XIX estava sendo estimulada pelo governo imperial para suprir a progressiva extinção do trabalho escravo nas fazendas de café (CARONE, 1972, p. 11 e 13). O historiador Edgard Carone (1984, p. 2-6) afirma que a evolução do movimento operário brasileiro foi um reflexo do europeu, por refletir o fator qualitativo das influências européias no que tange à experiência de luta, organização e pensamento, mas que as condições brasileiras – como o desigual desenvolvimento regional – delimitaram os acontecimentos mais importantes da luta operária da época nas porções sul e sudeste do país (principalmente no eixo Rio-São Paulo e nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> A questão da imigração e da composição social da classe operária é fator importante neste estudo por ter influenciado na cultura política dos periódicos trabalhados. Como também é pertinente – devido ao recorte regional que fazemos, analisando jornais operários de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Porto Alegre – considerar o desenvolvimento regionalizado da industrialização e urbanização do período de um país ainda predominantemente rural. Assim, sabemos, segundo Pinheiro (1977, p. 138), que até pelo menos 1920, portanto, próximo ao início de nosso recorte temporal, os imigrantes estrangeiros e seus filhos nascidos no Brasil constituíam a maioria da classe operária urbana em São Paulo e Santos. Assim como também constituía boa parte da classe existente no Rio de Janeiro. Porém, enquanto os italianos eram a maioria da mão de obra industrial na cidade de São Paulo, entre os portuários, os portugueses e espanhóis eram mais numerosos,

O Brasil das primeiras décadas do século XX, como vimos, foi marcado por estas transformações estruturais que formaram o movimento operário. Mas na mesma época também ocorreram mudanças profundas no cotidiano da sociedade brasileira, que acompanhavam os progressos técnicos da comunicação pelo qual o mundo passava. Essa foi uma época de grandes inovações tecnológicas, que eram novidades para aquele momento histórico, pois nunca se tinha visto formas de transporte e comunicação tão rápidas. A humanidade se entusiasmava com os progressos da ciência e da indústria e o Brasil não ficou de fora dessas novidades do século:

Sobrepondo-se aos anacronismos de toda ordem, a chegada do século XX se impôs com seu cortejo sedutor de novidades prontamente trazidas para a criação da grande imprensa e a ampliação do parque gráfico. Luz elétrica, telefone, cinematógrafo, bondes elétricos, automóvel, máquina de escrever [...]. O telégrafo submarino e sem fio aproximou-nos dos jornais europeus, pois passou a ocorrer uma simultaneidade na publicação de informações. Houve uma ampliação de títulos e os jornais diários – já conformando a grande imprensa – figuravam como conglomerados poderosos, definindo os rumos do país. Nesse momento, a profissionalização do setor se confirma. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 11).

Assim, a imprensa escrita na época, os jornais, revistas e periódicos, constituíram-se nos principais veículos de ampla comunicação e divulgação de informações, como também foram considerados naquele momento histórico como um dos principais espaços conferidos ao debate público. Essa consideração é fundamental porque nos ajuda a situar a posição do tipo de imprensa que trabalhamos em uma sociedade onde a mídia escrita ainda era o centro das audiências. Disso resulta, por exemplo, a importância que o movimento operário conferia aos seus órgãos de imprensa e as discussões que nela ocorriam; a repressão policial e estatal que muitas vezes visava preferencialmente à supressão desses impressos; como também as

---

Pinheiro (1977, p.138). Na cidade do Rio de Janeiro, no entanto, a classe trabalhadora era em sua maior parte de nacionais (SAMIS, 2004, p. 140). Enquanto que em Porto Alegre, entretanto, o maior peso foi da imigração alemã (BILHÃO, 2008, p. 99). É apenas a partir de 1920, segundo Carone (1972, p. 192), que o fluxo migratório do norte e nordeste do país faz que os trabalhadores nacionais comecem a ultrapassar o coeficiente estrangeiro nos centros urbanos. O número de operários no país cresce continuamente no período com o êxodo rural, passando de cerca de 275.000 em 1920 para 450.000 em 1930, tendo São Paulo e Rio de Janeiro com a maior concentração e Porto Alegre numa posição secundária (CARONE, 1972, p. 192). Esta concentração industrial e urbana condicionou a produção da imprensa operária – e conseqüentemente o nosso recorte. Assim, Ferreira (1978, p. 87-91) indica que de toda a imprensa operária no período, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro corresponderam respectivamente a 42% e 30% do total, a grande maioria nas capitais destes Estados. Segundo a autora, portanto, mais de 70% da imprensa operária estava concentrada no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, em boa parte nas duas maiores cidades do Brasil na época, sendo o Rio ainda capital do país. No período que estudamos, o crescimento demográfico foi lento, em 1920 o Brasil tinha uma população de cerca de 30.600.000 habitantes, passando a pouco mais de 37.600.000 em 1930 e com uma constante preponderância da população rural sobre a urbana (CARONE, 1972, p. 9-11).

relações da imprensa operária com as classes dominantes e com a grande imprensa – que se configuravam como grandes empresas poderosas que influenciavam a política do país.

O surgimento da “grande imprensa” no Brasil, segundo Sodré (1983, p. 275-276), se deu nessa passagem dos séculos XIX para o XX. O autor salienta que durante esse período os pequenos jornais que existiam foram sufocados por empresas jornalísticas que possuíam grande equipamento gráfico. E que estes jornais se tornaram verdadeiras empresas capitalistas, afetando o plano da produção e circulação e alterando as relações do jornal com a política – onde tornou-se prático “comprar a opinião de um jornal”.

A chamada “grande imprensa”, portanto, é um conceito que se refere ao conjunto dos jornais existentes que, em um momento histórico determinado, eram os mais expressivos e estruturados em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro (LUCA, 2008a, p. 149). Este estatuto de grande imprensa se deu também entre os estudiosos, segundo a historiadora Tania Regina de Luca (2008a, p. 150-158), devido a certas características que diferenciaram estes jornais no cenário político e social, por muitas vezes estes órgãos de imprensa legitimarem os interesses sociais das classes dominantes, constituindo-se num espaço de luta simbólica onde diferentes segmentos se impunham em defesa de seus interesses. Uma diferenciação de “grande imprensa” que se deu, portanto, pelos amplos recursos publicitários destes jornais, e por eles terem condições, então, de manter uma periodicidade diária com grandes tiragens.<sup>27</sup>

Esta caracterização geral da grande imprensa no Brasil é importante para termos uma visão mais ampla do mundo jornalístico da época que estudamos. Contudo, entendermos esta questão também é pertinente porque, como já foi comentado, dois dos jornais que nós analisamos nesta pesquisa não eram jornais operários, apesar de terem aberto, por assim dizer, um espaço para a imprensa operária em suas páginas – nos casos os jornais *A Pátria* (RJ) e *O Combate* (SP) – que eram impressos de maior circulação e que serão descritos adiante. Ter por conta o que era a grande imprensa também nos ajuda a situar e a determinar a imprensa operária enquanto um tipo específico de imprensa, como sendo uma “pequena imprensa”, por

---

<sup>27</sup> É importante também considerarmos que nos anos 1920, e posteriormente 1930, já era comum a grande imprensa brasileira se utilizar das agências internacionais de notícias para divulgar informações internacionais, cuja presença no país teve início nas primeiras décadas do século XX. Agências como a Havas da França, a Reuters da Inglaterra e a Associated Press e United Press Association dos Estados Unidos (LUCA, 2008a, p. 152-153). Estas ligações da imprensa brasileira com as agências internacionais já se iniciaram no século XIX. O telégrafo, com ligação Brasil-Europa por cabo submarino, começou em 1877, com o *Jornal do Comercio* (RJ), com as primeiras notícias distribuídas pela Reuter-Havas (LUCA, 2006, p. 137). Estes dados são pertinentes, visto que, no que concerne sobre as discussões a respeito da União Soviética, as agências de notícias também foram utilizadas – ainda que criticamente – pela imprensa operária, desde a Revolução Russa de 1917. Sobre a evolução histórica destas agências internacionais de notícias no período que estudamos nos referenciamos pela contribuição de Fernando Reyes Matta (1980).

não ter os mesmos recursos materiais dos grandes impressos. Imprensa operária esta que era militante, de combate e de oposição à ordem vigente.

Dessa forma, precisamos agora especificar o tipo de imprensa que caracteriza o objeto de nossa pesquisa: que é a *imprensa operária* e como esta imprensa se desenvolveu associada às culturas políticas que existiram no interior do movimento operário. Diferentemente dos jornais da grande imprensa, devemos considerar inicialmente que a imprensa operária não possuía condições de manter uma grande oficina gráfica e de imprimir grandes tiragens.<sup>28</sup>

Os jornais operários, muitas vezes, eram conduzidos por militantes operários e sindicalistas, portanto, devemos pensar nossas fontes dentro de um “mundo operário” específico, pois estes jornais visavam principalmente o público trabalhador. Assim, o público alvo era os trabalhadores urbanos, trabalhadores pobres dos setores secundários e terciários, de baixo poder aquisitivo. O pesquisador Antonio Arnoni Prado (2008, p. 132-133), ao falar das dificuldades da imprensa anarquista no Brasil em divulgar a sua doutrina política para a conscientização da classe trabalhadora, dificuldades que eram muito maiores do que no movimento anarquista europeu, acaba dando um panorama sobre a situação dos trabalhadores urbanos no Brasil daquela época: “[...] Sem pensar no abandono a que se via relegado o trabalhador pobre no Brasil daquele tempo – desinformado, destituído dos direitos mais elementares e em geral excluído do precário sistema educacional [...]”.

No início do século XX, a imprensa operária representava também para o movimento operário – além de um veículo de circulação de suas ideias, notícias e denúncias – um instrumento de educação e formação política (PEIXOTO, 2010, p. 121). O jornal operário era considerado, assim, tão importante quanto o próprio sindicato, pois constituía um dos principais centros organizatórios dos trabalhadores e de difusão de suas correntes políticas (FAUSTO, 1977, p. 91). Estes jornais eram mantidos pelas associações operárias –

---

<sup>28</sup> Quanto à questão das tiragens da imprensa na época, tanto para a grande imprensa quanto para a imprensa operária, este informe é importante porque nos confere uma noção da amplitude de divulgação dos jornais e oferece uma medida de comparação entre estes dois tipos de imprensa. Observamos que as informações são escassas na historiografia. Estes dados serão apontados quando existentes para cada jornal aqui analisado, mas no caso da imprensa operária, nos próprios jornais, observamos que poucas, ou nenhuma, informação dessa ordem era fornecida – talvez até para não divulgar muitas informações às autoridades. Contudo, podemos ilustrar esta dimensão dos impressos da época em alguns exemplos a título de comparação. Sabemos que os jornais diários da grande imprensa podiam atingir proporções significativas, como o *Jornal do Brasil* (RJ) – uma folha que possuía um bom equipamento gráfico – que já por volta de 1902-1903 atingiu 62.000 exemplares diários (SODRÉ, 1983, p. 284-285). Já na imprensa operária, as proporções eram bem mais modestas, em 1914 a Confederação Operária Brasileira (COB), que possuía como órgão oficial o jornal *Voz do Trabalhador* (RJ), tinha uma tiragem de 4.000 exemplares, porém este jornal era quinzenal (SODRÉ, 1983, p. 315). Outro exemplo nós temos do periódico anarquista *Spártacus* (RJ), que funcionou entre 1919-1920, que tinha uma tiragem de 4.000 a 6.000 exemplares, mas este impresso era semanal (BANDEIRA, 1980, p. 158). Estas publicações são apontadas como sendo de grande tiragem para este gênero de imprensa da época, mas ainda assim com uma periodicidade mais longa e intervalada.

principalmente sindicatos – e eram distribuídos pelos próprios operários em bairros operários. Os “jornalistas operários” eram os “operários gráficos”, conhecidos como tipógrafos, trabalhadores alfabetizados, que ao entrarem em contato com o movimento operário, ajudaram a criar os seus jornais:

No caso brasileiro outra vantagem soma-se aos gráficos: o fato de que alguns elementos de destaque desta categoria, aspirando ou não, chegaram à profissão de jornalista e dos mais atuantes [...]. É preciso esclarecer, entretanto, que, embora alguns gráficos tenham se tornado jornalistas como, por exemplo, Edgard Leuenroth, o movimento operário produziu os seus próprios jornalistas. Estes “jornalistas operários”, isto é, os homens que editavam a imprensa operária, eram os gráficos. Os jornalistas operários nada tinham a ver com os profissionais da “grande imprensa”, embora estes mantivessem estreitas relações com aqueles. (FERREIRA, 1978, p. 111).

Considerando todas as dificuldades que estes jornalistas operários tinham de divulgação em um país cuja maioria da população trabalhadora ainda era analfabeta, devemos reconhecer as tentativas e esforços de aproximação que estes militantes buscavam ter com a grande massa de trabalhadores, cuja boa parte, como veremos, não era sindicalizada. Assim, como aponta Peixoto (2010, p. 122-123), os leitores desses jornais muitas vezes também eram os produtores dos textos, visto que o militante, leitor e/ou simpatizante eram convocados pelos jornais para participar de suas publicações e fortalecer o jornal, não apenas financeiramente, mas também intelectualmente – e este foi um dos principais pontos que diferenciou este tipo de imprensa da grande imprensa. Outra característica importante também destes jornais era a comemoração do dia 1º de maio como um dia de luta e memória da resistência operária – em referência aos militantes anarquistas mortos devido aos conflitos das greves de Chicago nos EUA em 1886, fato que determinou, e marcou, o significado desta data para todo o movimento operário internacional (CORRÊA, 2018b, p. 42).

A atividade destes militantes e jornalistas operários no campo da conscientização política, segundo Maria Nazareth Ferreira (1978, p. 52-53), se desenvolveu na busca de novos códigos e métodos para que se transmitissem suas mensagens ao trabalhador: ao qual se destacam o esforço na alfabetização da classe operária com a construção de “escolas operárias” – onde os anarquistas se destacaram. Novos métodos como a simplificação da palavra escrita e da ortografia portuguesa para se adaptar à linguagem operária; e os esforços de se desenvolver um trabalho de politização através da palavra falada e da tradição oral – seja organizando conferências, discursos ou peças teatrais. Também devemos considerar as leituras coletivas, feitas em voz alta, de determinados jornais, realizada por um militante para

os operários analfabetos, algo que foi comum em reuniões, assembleias e comícios (PEIXOTO, 2010, p. 123 e 126).<sup>29</sup>

Sendo assim, podemos dizer que estas foram características mais ou menos comuns da imprensa operária brasileira entre as suas várias correntes políticas de esquerda. Elementos que fizeram este tipo específico de imprensa ser voltada às questões e demandas operárias e aos problemas relativos ao mundo do trabalho – devido aos seus vínculos orgânicos com o movimento trabalhista. Com isso, uma imprensa que acabou assumindo também um caráter “educativo” da classe operária e uma cultura militante e de combate, por se opor ao regime político existente:

A história da formação do movimento operário brasileiro, já entendido como coletividade, também corresponde à história da construção das primeiras manifestações impressas do operariado. O jornal, fosse ele semanário, quinzenal ou periódico, de circulação mais espaçada, surgiu em paralelo às transformações ocorridas no interior das organizações operárias, tivessem essas caráter ácrata ou socialista. Para o movimento operário, o jornal passa a adquirir um papel *positivamente revolucionário*, no sentido de que além do seu papel combativo no terreno político, há também que se levar em consideração as transformações suscitadas em seus leitores no que tangencia a educação [...] (PEIXOTO, 2010, p. 122).

Dessa forma, como a imprensa operária se formou organicamente e concomitantemente ao movimento operário, é importante mencionarmos, como aponta Peixoto (2010, p. 125-127), que devido à tradição e cultura operárias – que já vinham se formando no Brasil desde fins do século XIX – o formato dos jornais, geralmente, seguiam um certo padrão – fossem eles socialistas, anarquistas, comunistas ou sindicalistas. Este “jornal operário”, assim, muitas vezes, se apresentava como um tabloide de quatro páginas onde era composto de uma capa, que continha o título do jornal e alguns dados administrativos – muitas vezes a capa possuía mais charges e ilustrações do que o resto do jornal, como um recurso gráfico de atração devido ao baixo nível de educação formal da população. Os artigos e matérias mais importantes e de interesse imediato para o sindicato e para o movimento, geralmente, se apresentavam nas primeira e segunda páginas, enquanto nas páginas finais havia mais espaço para tratar do movimento operário em outros lugares (seja no Brasil ou no mundo). Nestas últimas páginas também se apresentavam muitas vezes a lista de

---

<sup>29</sup> Sobre a questão do analfabetismo do Brasil republicano daqueles tempos é interessante mencionar que, como apenas os alfabetizados podiam participar do processo eleitoral, o corpo de eleitores no período oscilou entre 2% a 3% da população brasileira existente na época (ADDOR, 2015, p. 60).

colaboradores e agradecimentos ou o balanço financeiro do jornal e, quando havia, a divulgação dos patrocinadores e o espaço dedicado à publicidade.

Destacamos que as lutas do movimento operário ao redor do mundo tinham relevância e destaque na imprensa operária brasileira. O sentimento de pertencimento de um operário com a causa da luta internacional do trabalho – o que era chamado de internacionalismo operário – era um valor e, portanto, uma representação política, como veremos, que foi cultivada e estimulada pelo movimento operário em suas várias vertentes de esquerda. Este internacionalismo, inicialmente presente entre os anarcossindicalistas, que tinham laços de solidariedade mais estreitos com os movimentos operários da Espanha, Itália e Portugal, também se fez presente entre os comunistas a partir da fundação do PCB (PINHEIRO, 1977, p. 150).

Como vimos, a imprensa operária possuiu um formato próprio, ligada às demandas do movimento organizado dos trabalhadores. Contudo, houve práticas jornalísticas diferenciadas dentro do que podemos entender por imprensa operária e militante, e que também estava relacionada à cultura e tendência política à qual determinado jornal estava vinculado. O pesquisador Marcos Aurélio Santana Rodrigues nos fornece informações importantes de práticas editoriais diferentes em relação ao anarquismo carioca:

Neste sentido, podemos dizer que nas relações entre anarquismo e imprensa operária no Rio de Janeiro, existiram dois tipos de práticas jornalísticas, correspondentes a dois tipos de grupos editores, voltados para dois tipos de públicos – um de militantes e simpatizantes dos discursos anarquistas (que também envolviam os trabalhadores) e outro de militantes sindicais e operários (gráficos, garçons, metalúrgicos e outros, que também envolviam anarquistas) preocupados com suas respectivas categorias profissionais e com os problemas que se apresentavam a elas. Além disso, a imprensa anarquista e a imprensa operária podem ser consideradas ordens e práticas discursivas diferentes, possuem suas próprias linguagens e representações. (RODRIGUES, 2009, p. 174).

Com isso, o autor faz uma análise do discurso da imprensa operária e anarquista enquanto dois tipos de imprensa. Porém, ele salienta que as relações entre ambas eram próximas:

Se por um lado os periódicos anarquistas estavam preocupados em discutir as questões sociais e do mundo do trabalho, inserindo-se principalmente no sindicalismo, por outro lado os periódicos operários de influência anarquista estavam mais preocupados com questões pontuais que se relacionavam com as demandas e com os cotidianos das próprias categorias de trabalhadores. (RODRIGUES, 2009, p. 179).



Como observamos, houve características gerais da imprensa operária que foram comuns e semelhantes no universo jornalístico das correntes políticas de esquerda presentes no movimento operário. No entanto, também podemos identificar algumas particularidades em cada cultura política, em linhas gerais, visto que as características peculiares de cada impresso serão vistas em cada caso. Em relação ao anarquismo, é importante lembrar que essa corrente construiu uma larga experiência nas lutas operárias do período e sua formação – junto com o sindicalismo revolucionário – ocorreu antes do aparecimento dos comunistas de vertente marxista. Seus periódicos resistiam a duras adversidades e tentando se pautar por uma livre discussão pública, defendendo a total liberdade de expressão:

A atividade jornalística dos anarquistas, como de outros militantes é voluntária. Seus colaboradores, fazendo do jornal um meio de luta, redigem, imprimem e distribuem-no pessoalmente, pois nem todas as bancas aceitam vendê-los, na maior parte das vezes por temor a represálias policiais. Os recursos advindos da venda do periódico são usados para a sua própria sobrevivência. Por esse motivo lêem-se, em suas páginas, constantes chamadas e lembretes para assinaturas.

[...]

Além de articular entre si seus próprios periódicos, esses militantes entrosam-nos com outros, livre-pensadores, liberais, culturais, literários, socialistas e divulgando-nas anunciando seu lançamento, comentando artigos ou criticando-os quando se posicionam de formas contrárias em relação a determinadas questões [...]. (KHOURY, 1988, p. 84 e 86).

Podemos identificar uma certa “política editorial” em torno desses valores de liberdade para a livre discussão como sendo típicos da imprensa anarquista – já que a rejeição à rigidez dogmática é típica da postura do anarquismo. Mas também podemos entender que esta postura era mais ou menos presente na imprensa sindical-revolucionária, pois o sindicalismo revolucionário, como já indicamos, era próximo dos anarquistas e o seu programa político previa a possibilidade de convivência entre as “opiniões políticas e religiosas” no seu interior – colocando o campo econômico dos interesses classistas como o ponto de interesse central da organização sindical (SAMIS, 2004, p. 135).

Estas particularidades no campo anarquista de ser antidogmático, do sindicalismo revolucionário, de ser aberto a todas as tendências políticas no seu interior e não permitir que estas posições políticas interferissem na união sindical favoreceram uma grande heterogeneidade na formação ideológica dos militantes que atuavam em sua imprensa – ainda mais para o caso brasileiro em que a formação da classe operária era heterogênea do ponto de vista étnico, nacional e regional. Portanto, na experiência brasileira, também se manifestou uma característica deste tipo de imprensa que encontramos em nossas fontes: “[...] uma

despreocupação com a coerência doutrinária e com as implicações teóricas gerais das afirmações particulares. [...]” (TOLEDO, 2007, p. 69). O que faz do material jornalístico dessas tendências, do ponto de vista de uma história das ideias políticas, textos onde se expressaram grande flexibilidade de interpretações. Entretanto, em relação a imprensa comunista, observamos que a presença de um partido político, com um estatuto e funcionamento centralizado, no caso o PCB, ocorreu uma maior uniformidade ideológica nas opiniões que eram divulgadas em seus periódicos, não se aceitando publicações contrárias à linha do partido (CARONE, 1982, p. 26). Peculiaridades, estas, das culturas políticas marxistas, que também abrangem os trotskistas.

O esforço do movimento anarquista para libertar os trabalhadores da exploração capitalista envolvia aproximar o trabalhador da comunicação impressa e, assim, buscar construir uma cultura alternativa da classe operária:

Os jornais anarquistas e operários, muitos deles escritos com as novas regras, à revelia da norma culta, revelavam uma profunda preocupação com a ampliação do acesso do trabalhador aos meios de comunicação de sua classe. Queriam, muitos dos intelectuais que interagiam com os operários-escritores, a participação dos demais produtores não apenas na leitura dos periódicos, mas na confecção de artigos e colunas daqueles veículos. Até mesmo a rígida norma acadêmica deveria curvar-se, na perspectiva destes intelectuais engajados, às necessidades da classe revolucionária. Dessa forma, as centenas de jornais classistas que circularam pelo país não eram apenas veículos unilaterais de informação; eles suscitavam, quer na reforma ortográfica, para benefício do operário, quer nas mensagens instando à organização e à luta, a mobilização e a integração do trabalhador à causa de sua emancipação. (SAMIS, 2004, p. 168).

Esta militância no sentido de se construir uma nova cultura para os trabalhadores fez parte das expressões sociais, e das práticas e representações sociais, da própria “cultura operária” da época, que esteve associada às culturas políticas que atuaram junto ao movimento operário, ao qual o anarquismo se destacou no período. A luta sindical e por melhores condições para a classe fez com que o movimento dos trabalhadores construísse as suas próprias instituições, que segundo o pesquisador Francisco Foot Hardman (2002), fez parte da formação do proletariado nacional em sua luta de classes. Assim, o próprio movimento operário, e a sua imprensa, fez parte de uma experiência cultural construída pelo conjunto da classe operária, já que os aspectos culturais, segundo Hardman (2002, p. 32), não são dissociados da história social das classes em luta. Assim, esta imprensa era uma produção cultural do próprio movimento operário. Uma expressão de sua relativa autonomia cultural de classe:

A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas, concreta e *materialmente*, ela pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos etc.) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado. Isto é, a formação e o desenvolvimento das formas assumidas pelo coletivo da classe operária realizam-se no interior do processo de luta de classes. (HARDMAN, 2002, p. 39).

Disto decorre que a própria cultura operária – que perpassa as questões da sua consciência de classe, da estruturação de suas instituições e, portanto, de seus jornais – também foi moldada nas relações que o movimento operário teve com os outros setores sociais. Em relação a esta questão torna-se pertinente esclarecermos as particularidades das culturas políticas do movimento operário aqui analisadas, porque elas incidiram sobre os posicionamentos e direcionamentos políticos da classe. Isso vai influir na forma como as autoridades, e outros setores sociais, interpretaram um nascente movimento trabalhista e reivindicatório em um país de tradições autoritárias e que tinha, não há muito tempo, abolido a escravidão. Por isso, segundo Pinheiro (1977, p. 167), desde o começo do movimento operário, tanto o governo, a polícia, como grande parte da imprensa alegavam que as manifestações e protestos da classe operária eram devido à importação de ideias europeias – algo desnecessário em um país “com oportunidades para todos”. Assim, estigmatizar o elemento estrangeiro agitador e o militante anarquista passou a ser uma política de repressão das classes dominantes contra o operariado:

A figura do anarquista “perigoso”, “agitador”, “nocivo”, era efeito de uma invenção jurídica, mas também estratégia de construção de uma verdade. Ou seja, transformar em realidade o que havia sido criado como imagem, como representação. O estereótipo do anarquista, inventado pela lei, não se encerra no âmbito legislativo – se estende e se difunde através da imprensa, da Igreja, do Poder Legislativo e de outras instituições civis e militares. A importância e eficácia das leis repressivas são medidas quanto a sua disseminação pelo interior da sociedade. E o objetivo pretendido era o de constituir uma ideologia anti-anarquista, conveniente aos governos e industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro. [...] (ALVES, 1997, p. 10-11).

A oposição do movimento operário e, sobretudo, com o movimento anarquista, à exploração patronal e ao Estado oligárquico se construiu sobre inspirações do ideal internacionalista e fez este tipo de imprensa – que era central em sua organização – ter um forte caráter militante, de luta e combate político. Por isso, estes periódicos foram muito

críticos em relação à grande imprensa, apesar de muitas vezes se utilizarem das fontes e informações fornecidas pelos grandes jornais:

[...] Ao criarem esses jornais, os anarquistas no Brasil seguiam os passos habituais dos militantes de outros países, mas também visavam a criar uma experiência de informação alternativa em meio à grande imprensa e muitas vezes explicitamente em oposição a ela. Esses jornais não eram somente um veículo de propaganda, mas constituíam centros propulsores e coordenadores dos vários grupos no plano local, estadual e, às vezes, até nacional. (TOLEDO, 2007, p. 60).

A pesquisadora Edilene Toledo salientou aspectos importantes da imprensa operária anarquista que devem ser destacados até mesmo porque um de nossos temas – a *Rússia Soviética* – envolve a questão do acesso às informações internacionais e a imprensa operária teve a sua própria rede de informações. A autora indica (TOLEDO, 2007, p. 70-71) que muitos desses jornais eram formados por “grupos de propaganda” – de cooperação voluntária e espontânea típicas do anarquismo – e que estes tinham várias funções, entre elas a de se ocupar da correspondência com a imprensa anarquista e operária no Brasil e no exterior, garantindo as fontes de informação do jornal e fazendo deste um agente de ligação com outras organizações operárias. Estes grupos possuíam grande importância na edição desses jornais e deles faziam parte indivíduos de várias categorias profissionais, transmitindo dentro de suas condições e meios as mensagens desta imprensa e construindo uma cultura operária específica:

As fontes indicam que esses grupos eram compostos sobretudo por trabalhadores manuais: tipógrafos, lixeiros, sapateiros, operários de olarias, pedreiros, carpinteiros, chapeleiros, ferroviários e outros. Provavelmente vários trabalhadores aderiam ao anarquismo inspirados pela leitura de algum jornal. Por certo os mais instruídos liam para os demais, e é possível que um mesmo jornal passasse por várias mãos e fosse conservado e relido. (TOLEDO, 2007, p. 70).

Assim, por ser uma imprensa voltada para o público operário e devido às dificuldades de leitura deste público, os redatores da imprensa anarquista evitavam a publicação de textos doutrinários, deixando que os ensinamentos teóricos fossem inseridos por meio de comentários de fatos do cotidiano operário (GOMES, 1994, p. 72). Contudo, havia também resistências dos trabalhadores brasileiros para a sindicalização e uma dificuldade destes de aceitarem e entenderem a organização sindical preconizada pelos anarquistas (GOMES, 1994, p. 79). Devido a estas condições sociais, Prado (2008, p. 133) salienta que, numa visão mais

geral, a tradição gráfico-editorial da época era escassa e rarefeita, circunscrita ao pequeno universo de autores e leitores envolvidos nesta imprensa.

Entretanto, a força do anarquismo no movimento operário brasileiro se deveu tanto às influências da imigração quanto às condições políticas e sociais do Brasil naquela época. Tem sido discutido dentro da historiografia o quanto que este movimento anarquista foi influenciado pela formação da classe operária no seu afluxo da imigração italiana (VIANA, 2006, p. 24). À medida que as cidades se desenvolviam com a industrialização elas foram absorvendo parte das populações rurais que eram de imigrantes, que foram trabalhar no campo, mas que migraram para as cidades por melhores condições de vida (FAUSTO, 1977, p. 18). Um crescimento urbano que evidenciou a marginalização desta população com desemprego e pobreza e que contribuiu para colocar em destaque o problema social, chamado na época de “questão social” (FERREIRA, 1978, p. 44-45). Assim, estes imigrantes encontraram no Brasil uma realidade social distinta da de seus países de origem, que não correspondiam às suas expectativas de melhoria de vida: [...] os primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho. (FAUSTO, 1977, p. 33). Boa parte destes imigrantes vinham da Espanha e da Itália, países que tinham um forte movimento anarquista:

É desnecessário ressaltar o imenso significado da imigração no surgimento de ideologias negadoras do sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária. A crítica a posteriori às concepções anarquistas, predominantes entre os trabalhadores organizados nos primeiros vinte anos deste século, não pode obscurecer a sua importância na aparição de novas formas de luta e de uma visão crítica radical da sociedade. [...] (FAUSTO, 1977, p. 32).

O historiador Carlos Augusto Addor, em estudos mais recentes e num importante artigo de síntese (2009), analisa os fatores do anarquismo e do anarcossindicalismo terem sido as correntes hegemônicas e mais combativas do movimento operário brasileiro durante as três primeiras décadas da República. Segundo Addor (2009, p. 17-18) a formação do liberalismo brasileiro no seu processo de industrialização impôs uma auto regulação do mercado de trabalho, onde as relações entre patronato e operariado eram remetidas à ordem do privado e na ausência de qualquer regulamentação e legislação trabalhista. Isso conduziu a uma intensa

e desmedida exploração da força de trabalho. Era comum na época jornadas diárias de 10, 12, 14 a até 16 horas de trabalho.<sup>30</sup>

Houve na época, antes da Revolução Russa e do aparecimento dos comunistas, outras correntes que se formaram no movimento operário como o socialismo reformista e o trabalhismo, que foram particularmente presentes no Rio de Janeiro e que expressou a existência de setores operários dispostos à colaboração de classes e a aceitar a dependência em relação ao Estado, para uma mudança lenta e dentro da ordem pela via parlamentar (FAUSTO, 1977, p. 41). No entanto, o que mais inviabilizava esta estratégia gradualista, de acordo com Addor (2009, p. 22-23), era o próprio caráter do Estado brasileiro naquela época, que era excludente e marginalizador, onde o processo eleitoral era manipulado e fraudado pelas oligarquias agrárias, portanto, a luta política institucional (parlamentar, eleitoral, partidária) era pouco atrativa para os trabalhadores. Com isso, a estratégia dos socialistas reformistas era esvaziada e a única corrente política no movimento operário que conseguiu mobilizar as massas urbanas foi o anarquismo. Estes fatores também foram apontados por Claudio Batalha:

[...] O que levou o anarquismo a suplantar o socialismo na preferência de muitos militantes operários deve-se menos às características do tipo de trabalhador que militava nesse movimento e muito mais às condições políticas do Brasil da Primeira República. Pois é difícil supor que um socialismo em grande parte voltado para a mudança através do processo eleitoral, que distingue o socialismo da Segunda Internacional, pudesse florescer em um quadro político em que o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores fosse tão limitado quanto o caso brasileiro. (BATALHA, 2006, p. 172).

Dentro da ordem oligárquica brasileira, portanto, o anarquismo conseguiu uma importância política, como pontua Alex Côrtes, propondo uma ruptura radical:

Defendendo posições radicalmente diversas, através da militância e do que chamavam de “propaganda pela ação”, pleiteando abertamente a destruição do Estado, os anarquistas se converteram em corrente majoritária. Para eles, os sindicatos, não eram órgãos assistencialistas, mas instrumentos da luta operária, e adequados à ruptura revolucionária que daria fim ao capitalismo. (CÔRTEZ, 2006, p. 50).

---

<sup>30</sup> O historiador Paulo Sérgio Pinheiro também apontou que, na ausência de uma legislação trabalhista, dominava o regulamento da fábrica. Além do problema da jornada de trabalho extenuante e do emprego do trabalho infantil e feminino – que era considerável e ainda mais explorado com baixíssimas remunerações – que consistiam nas principais queixas dos protestos operários, não havia descanso semanal e quando havia não era remunerado, nem mesmo direito a licença saúde. Estas e outras arbitrariedades patronais eram sustentadas pela colaboração entre o empresariado e as forças de repressão do Estado (PINHEIRO, 1977, p. 144-149).

Sendo assim, houve setores trabalhistas e reformistas no movimento operário, com um socialismo mais moderado, mas não analisamos estas tendências e sim as correntes de esquerda que tinham uma perspectiva política revolucionária, ou seja, que defendiam a revolução político e social dos trabalhadores para derrubar todo o sistema capitalista.<sup>31</sup> Isso é importante porque tratar das culturas políticas aqui envolvidas remete ao campo das representações sociais e imaginários políticos destes grupos – e também ao importante debate quanto à organização operária. E entre estas culturas políticas do movimento operário brasileiro, como enfatizamos, o anarquismo esteve entre os mais atuantes. O seu pensamento político remontava a uma tradição filosófica que vinha sendo construída no movimento operário europeu desde o século XIX, onde as suas referências teóricas e principais fundadores são presentes em nossas fontes, portanto, de acordo com o historiador canadense George Woodcock devemos entender a estrutura básica desta doutrina:

É a idéia geral proposta por Proudhon em 1840 que estabelece uma ligação entre ele e outros anarquistas surgidos mais tarde, como Bakunin e Kropotkin, e também com certos filósofos que viveram antes e depois dele, como Godwin, Stirner e Tolstoi, que criaram sistemas antigovernamentais sem aceitar a designação de anarquistas; e é nesse sentido que irei tratar o anarquismo, apesar de suas muitas variantes: como um sistema de filosofia social, visando promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e, principalmente – pois esse é o elemento comum a todas as formas de anarquismo –, a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres. (WOODCOCK, 2007, p. 11-12).

No Brasil, o movimento anarquista, como vimos, adquiriu parte de sua força justamente do ambiente de exclusão proporcionado pelo liberalismo oligárquico que não oferecia meios institucionais de reivindicação. Nesse contexto, como aponta Addor (2009, p. 24) houve grande apelo dos anarquistas para a adesão da forma de luta do anarquismo, expressa pela ideia de *ação direta* – que é a negação da delegação de poderes, de responsabilidades por meio da representação, considerando o voto um ato que trai a própria liberdade individual. Enquanto as formas radicais de democracia propõem um “governo popular”, o anarquismo defende a soberania do indivíduo e a inexistência de qualquer forma de governo propondo uma lógica política alternativa. Para isso, a questão da organização dos

---

<sup>31</sup> Entendemos aqui por “revolução” o seu significado essencial de mudanças drásticas nas estruturas das sociedades, daí o contraste entre “mudança gradual” e “mudança revolucionária”. Porém, pondo de lado a questão terminológica, o uso das palavras traduz relações de poder. Do ponto de vista da esquerda radical – salvo as particularidades de cada tendência – podemos dizer que a “revolução” é uma revolução anticapitalista e antiburguesa e, portanto, uma revolução proletária e socialista – negando a ordem existente em todos os níveis (FERNANDES, 2009, p. 7-8 e 15-16).

explorados era muito presente na imprensa libertária do Brasil onde eles preconizavam uma visão social da revolução, corporificada no mito da *revolução social*: “Quando afirmam a origem espontânea da *revolução social* emergindo de uma revolta popular, os anarquistas não pensam o povo como uma massa da qual se constituiriam enquanto *vanguarda iluminada*, mas sim como um conjunto de indivíduos soberanos e conscientes” [...] (ADDOR, 2009, p. 24).<sup>32</sup>

Com isso, o movimento operário no Brasil – e tanto os anarquistas como as outras tendências em seu interior – impactou de certa forma a política brasileira do período:

[...] No contexto do Brasil da Primeira República, as reivindicações operárias, influenciadas, em parte, pelo anarquismo, eram também um esforço de democratização da sociedade, porque muitas vezes as lutas não visavam somente a melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas a assegurar o direito à própria existência, ou seja, a garantir condições de democracia e de civilidade, em que o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade. (TOLEDO, 2007, p. 55).

Recusando a luta política pelas vias institucionais do Estado e da ordem burguesa, os anarquistas se constituíram em várias correntes, das quais as que mais se destacaram foram o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo – este último consistindo em se engajar na luta classista e econômica pela via do sindicalismo. As relações do movimento anarquista com os sindicatos no Brasil, relação íntima que sustenta o conceito do que muitos autores chamaram de anarco-sindicalismo, foram melhor elucidadas em estudos mais recentes. Esta corrente não foi uma mera ramificação do anarquismo, mas uma corrente autônoma, fundamentada com uma doutrina própria. O anarco-sindicalismo foi apontado inicialmente como uma corrente do anarquismo que ganhou impulso na França do final do século XIX – e que influenciou o modelo de sindicalismo no Brasil. Esta tendência foi analisada por Woodcock (2006, p. 93-

---

<sup>32</sup> O conceito de ação direta é muito importante no anarquismo e remete a ideia de que o indivíduo não deve delegar responsabilidades sobre a sua vida a outrem, e sim autogerir-se a partir de organizações que estão dadas, não como um indivíduo solitário mas como um participante consciente em uma unidade social (COSTA, 2004, p. 20-21). Estas concepções do anarquismo derivam da própria condenação do Estado, e conseqüentemente da recusa a sua aprovação pelo voto eleitoral. O filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), o primeiro a declarar-se como anarquista e tido como um dos fundadores do anarquismo, a partir de sua análise política da França depois da revolução de 1848, expressou uma crítica do poder que fez parte de todo um debate da época e que se tornou um campo de discussões nas ciências sociais. Proudhon afirma que o Estado, por mais popular que seja sua origem, sempre se alinhará as classes ricas e dominantes contra os pobres. Assim, ele acaba condenando, então, a representação, a delegação de poder e toda forma de organização governamental – acusando o sufrágio universal de ser uma mistificação e uma forma de controle (PROUDHON, 2017, p. 40, 42, 65 e 83-84). Logo, a militância anarquista sempre buscou atuar fortemente no campo cultural e educacional, visto que esta filosofia pressupõem uma transformação ontológica do ser para a efetivação da *revolução social*. Assim, o anarquismo, mais do que uma filosofia política e social, é uma maneira de existir, de ver o mundo, e exigindo dos indivíduos uma problematização de si mesmos para se viver de uma certa maneira (AVELINO, 2004, p. 19).



94) como um anarquismo que considerava o sindicato revolucionário como o meio e o fim da ação revolucionária e como o centro da luta de classes. A partir dos sindicatos de resistência, os trabalhadores levariam adiante a luta contra o capitalismo e precipitaria o seu fim com a greve geral revolucionária e, assim, os sindicatos tornar-se-iam a estrutura básica da nova sociedade, onde a solidariedade dos trabalhadores alcançaria uma forma concreta.

Estas ideias a respeito do “sindicato revolucionário” no anarquismo estão em consonância com as doutrinas do “sindicalismo revolucionário” que se constituiu em corrente autônoma dentro do movimento operário. Desenvolvida no continente europeu contemporaneamente ao anarquismo, as relações desta doutrina com o anarquismo no Brasil foram explicadas inicialmente pela pesquisadora Jacy Alves de Seixas (1992). Ela aponta que um dos grandes teóricos da disseminação do sindicalismo revolucionário no movimento operário brasileiro foi o anarquista português Neno Vasco que defendia que o anarquismo era sindicalista. Na perspectiva do sindicalismo defendida pelo militante português o sindicato tinha que ser essencialmente dos trabalhadores para defender os seus interesses econômicos, como um “motor da ação da classe direta”. Para isso, o sindicato deveria reunir os trabalhadores “quaisquer que sejam as suas opiniões particulares” (SEIXAS, 1992, p. 117).<sup>33</sup>

Logo, as bases do sindicalismo revolucionário no Brasil se formaram na ênfase da “ação direta da classe trabalhadora”, no sentido de se tentar construir uma força política autônoma da classe operária, um “contra poder operário”. Uma autonomia política, que expressa na ideia de ação direta, pressupunha que o sindicato tinha que exercitar a “ginástica revolucionária” – ideia fundamentalmente anarquista – que pregava os choques, pequenos e variados, do sindicato contra o capital (burguesia) e o Estado, para a conquista de melhorias imediatas para os trabalhadores (SEIXAS, 1992, p. 118). Estes sindicatos, portanto, também foram chamados de sindicatos de “resistência” por objetivarem as melhorias cotidianas diante da exploração patronal, ou seja, uma “resistência ao capitalismo”, e que se pautavam pela simplicidade e pela flexibilidade reduzindo as formalidades e a burocracia – para “facilitar a entrada de todos”. Assim, no sindicalismo revolucionário, o sindicato não podia ser uma linha de transmissão de qualquer partido político ou grupo ideológico, já que a ação direta própria da classe trabalhadora expressa interesses de classe e não pode se atrelar a partidos. Os conceitos de “autonomia” e “neutralidade” são essenciais para abranger os trabalhadores de todas as ideias e tendências políticas. Dessa maneira, os sindicatos não poderiam ter como

---

<sup>33</sup> A respeito do militante anarquista português Neno Vasco que atuou no Brasil entre 1901 a 1910: (DULLES, 1977, p. 21). Neno Vasco influenciou o 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 e colaborou junto com Edgard Leuenroth no jornal anarquista *A Terra Livre*, publicado entre 1905 e 1910.

linha ideológica oficial nem mesmo o anarquismo – e isso é um dos pontos principais que diferenciam o sindicalismo revolucionário do anarcossindicalismo (SEIXAS, 1992, p. 119-121). Predominante nos Congressos Operários Brasileiros de 1906, 1913 e 1920 o sindicalismo revolucionário cultivava o mito da “greve geral”, pois os sindicatos eram considerados a força motriz da revolução proletária, que poria um fim à dominação capitalista ao preparar a revolução por meio de uma “greve geral expropriadora”, onde os meios de produção seriam expropriados pela classe trabalhadora – numa visão imagética semelhante ao anarcossindicalismo (SEIXAS, 1992, p. 117 e 122).

No entanto, o pesquisador Tiago Bernardon de Oliveira (2018) aprofundou a questão como se deu no Brasil da Primeira República – e até inícios dos anos 1930 – as relações do anarquismo com o sindicalismo revolucionário – que como já indicamos constituiu-se numa outra tendência dentro do movimento operário. Oliveira (2018, p. 215) lembra que as opções pelo sindicalismo revolucionário no Brasil já foram adotadas no I Congresso Operário Brasileiro de 1906 por influência dos anarquistas, os quais seguiram os moldes do sindicalismo revolucionário da CGT francesa (Confederação Geral do Trabalho). O autor reconhece a importância da historiadora Edilene Toledo na distinção entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, de que eram duas correntes que poderiam se sobrepor, mas que eram conjuntos teóricos diferentes, o que ocorreu não só no Brasil como em especial na Itália, França e Argentina, Oliveira (2018, p. 216). Assim, para este autor, o sindicalismo revolucionário foi concebido como um método de luta pelos anarquistas brasileiros:

Nesse sentido, embora possamos, de fato, verificar militantes ligados a correntes políticas distintas em entidades que se apresentavam como sindicalistas revolucionárias “puros”, entendo que, para o caso brasileiro, o sindicalismo revolucionário não se constituiu exatamente como uma corrente com um corpo teórico próprio, mas, antes de tudo, um conjunto de princípios que funcionariam como balizas para permitir à militância anarquista promover sua propaganda nos meios operários. [...] (OLIVEIRA, 2018, p. 217).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Estas interpretações das relações da militância anarquista brasileira com o sindicalismo revolucionário, que a utilizou como um meio de ação política, são explicações que já foram defendidas pelo referido autor desde a sua tese de doutorado. Assim, Oliveira (2009, p. 66), já afirmava que ainda que elementos do sindicalismo revolucionário fossem visíveis no sindicalismo brasileiro – especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo – este não se constituiu em corrente autônoma, mas como método de projeção dos anarquistas para combater outras correntes políticas no interior dos sindicatos. Os anarquistas no Brasil, portanto, em consonância com debates em outros pontos do mundo e principalmente na França, entendiam que o sindicato assumia, cada vez mais, um ponto central da mobilização operária e que o sindicalismo revolucionário, “politicamente neutro” – por não colocar questões ideológicas como ponto central da união sindical – serviria como estratégia fundamental para uma coesão da classe operária (OLIVEIRA, 2009, p. 70). As distinções entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário também foram trabalhadas na importante dissertação de mestrado de Felipe Corrêa (2012) onde ambos são classificados como as abordagens sindicais de um “anarquismo de massas”. E que, para o caso brasileiro, ainda que o debate entre sindicalistas revolucionários e anarcossindicalistas tenha tido alguma

Dessa maneira, há diferenças entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Ambos são entendidos, na obra coletiva organizada por Santos e Silva (2018, p. 8-9), como um “sindicalismo de intenção revolucionária” e que fizeram parte das estratégias anarquistas. Porém, enquanto o anarcossindicalismo foi um conjunto teórico surgido a partir da década de 1920, principalmente na Espanha – a construção da sociedade ácrata vinculada aos sindicatos anarquistas – o sindicalismo revolucionário, ainda que tenha recebido influências do anarquismo, já ganhara corpo teórico próprio na França na virada dos séculos XIX para o XX – estabelecendo a neutralidade política e religiosa dos sindicatos, o federalismo sindical descentralizado e a ênfase na ação direta (OLIVEIRA, 2018, p. 212-213 e 217).

Edilene Toledo (2004) se aprofundou sobre a complexidade e riqueza do pensamento e movimentos políticos do mundo operário dessa época, explicando que o sindicalismo revolucionário foi mal compreendido pela historiografia e que esta corrente teve pontos de contato tanto com o anarquismo quanto com o marxismo. Estudando o sindicalismo revolucionário italiano e a influência que este teve sobre o Brasil devido à imigração, a autora demonstra as proximidades que o sindicalismo revolucionário tinha com o anarquismo no que diz respeito à questão da autonomia das massas trabalhadoras e do sindicato. Uma autonomia que era entendida como recusa da delegação de poder a qualquer representante político, portanto, autonomia em relação aos partidos políticos e exaltação da capacidade de autogoverno dos trabalhadores (ação direta). E além da autonomia operária, ainda havia na teoria sindicalista revolucionária a defesa da destruição do Estado.<sup>35</sup> Contudo, também havia pontos de aproximação com o marxismo no sindicalismo revolucionário com a ênfase no conceito de *luta de classes*, onde se reconhece que os interesses entre as classes são inconciliáveis, levando-se a considerar os sindicatos como os veículos decisivos na luta de classes (TOLEDO, 2004, p. 37-39).

É importante lembrarmos que as divisões entre as correntes políticas do movimento operário internacional constituíram-se como culturas políticas que se desenvolveram ao longo

---

relevância durante a Primeira República, a prática do sindicalismo revolucionário foi hegemônica no período (CORRÊA, 2012, p. 198 e 201).

<sup>35</sup> Cf.: Toledo (2004, p. 31). Embora, como indica a historiadora da Unicamp, o antiestatismo sindicalista era diferente do antiestatismo anarquista. Enquanto os sindicalistas revolucionários pregavam a substituição do Estado pelos sindicatos, que seria a base da organização da sociedade futura, num sistema federativo de sindicatos, os anarquistas, por sua vez, projetavam uma federação de associações voluntárias de indivíduos. Sendo a concepção federalista da sociedade futura, então, outro elemento que aproxima o sindicalismo revolucionário do anarquismo (TOLEDO, 2004, p. 31-32 e 33). O federalismo, na teoria anarquista, remonta a Proudhon, que seria uma forma de organização social onde o poder viesse das camadas mais baixas da sociedade coordenadas com o objetivo de executar a vontade da maioria, assegurada pela autogestão social e imediata reversibilidade de qualquer delegação (WOODCOCK, 2007, p. 158-159).

de sua história desde meados do século XIX – quando se formaram as suas tradições e doutrinas. Movimentos políticos estes que influenciaram o movimento operário brasileiro.

Com a fundação da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores em Londres em 1864 é que o socialismo surge como uma força internacional dos trabalhadores organizados do mundo – é quando se inicia a “tradição política internacionalista” das esquerdas. Tal associação foi criada para coordenar as lutas operárias em âmbito internacional, e dela faziam parte associações operárias de vários países. Os conflitos e lutas no interior desta, que ficou conhecida como a 1ª Internacional, entre marxistas e anarquistas, ajudou a desenvolver o socialismo em geral como movimento. As posições marxistas, chamadas por Marx e seus seguidores de “socialismo científico”, polemizaram e entraram em conflito com os anarquistas dentro do movimento operário internacional desde essa época e foram estigmatizadas pelos anarquistas como sendo o “socialismo autoritário”, contrário ao que seria o “socialismo libertário” do anarquismo.<sup>36</sup>

A partir do século XIX, o termo “socialista” no debate europeu passou a designar as possíveis organizações sociais em que todas as pessoas pudessem ser iguais e livres. Isso fez parte de toda uma discussão (filosófica, política, econômica) que marcou uma época de gerações que conheceram a pobreza e a miséria em escala industrial produzida pelo capitalismo moderno. Assim, várias correntes elaboraram meios diferentes de tentar atingir este objetivo, apresentando suas propostas de socialismo. E num processo contínuo de mútuas influências avançou-se a ideia da nova sociedade e dos métodos para se chegar até ela:

E embora se possa dizer que o programa marxista apresente alguns traços de milenarismo (com sua crença no paraíso terrestre, que seria o comunismo, esse reino do Homem posterior às fases capitalista e socialista), a realidade é que Marx e Engels sempre procuraram distanciar suas propostas daquelas por eles chamadas de utópicas. [...] tratava-se de pôr de lado as análises e concepções subjetivistas do problema social e adotar os princípios daquilo que se apresentava como uma “ciência” do social: o materialismo histórico. Tratava-se, isto é, de encerrar o capítulo do socialismo utópico – e, por extensão, da utopia – e começar o do socialismo científico [...]. (COELHO, 1984, p. 62-63).

As relações entre o filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), um dos fundadores da Primeira Internacional e que fazia parte de seu conselho geral, e o anarquista russo Michael Bakunin (1814-1876), que representava a ala dos socialistas libertários na Associação Internacional dos Trabalhadores, deterioraram-se a partir de 1870. Culminando, assim, com a

---

<sup>36</sup> Encontramos uma bela síntese histórica sobre os conflitos do anarquismo com o marxismo na Primeira Internacional na monumental obra de G. D. H. Cole, em seu volume 2 (1958).

exclusão dos anarquistas da Internacional no congresso de Haia de 1872, que marcaria o fim desta 1ª Internacional. Cole (1958, p. 116-118) enumera os vários pontos de discordância entre os dois expoentes do movimento socialista da época, entre os quais se destaca a organização do movimento. Marx e Bakunin representaram tendências e visões distintas do socialismo no interior da Internacional, já evidenciando modelos opostos para a organização operária. Enquanto Marx concebia a Internacional sobre uma direção central e unificada – ainda que as seções nacionais tivessem liberdade para formular políticas próprias –, expressando a tendência “centralista”, Bakunin, por sua vez, insistia que cada movimento – inclusive local – teria que ter liberdade completa para formular sua política própria sem receber determinações de um centro dominante, expressando assim a tendência “federalista”.

Marx e Engels formularam as bases do “materialismo histórico” que fundamentaram o seu “socialismo científico” e que constituíram na teoria e nas sustentações ideológicas do movimento comunista. A análise materialista da história de Marx pressupõe a idéia de que as “*condições da produção da vida material*” dos homens condicionam a sua existência social. Disso resulta que, de acordo com sua doutrina, as classes sociais que detêm o poder sob os meios de produção, a classe dominante, são também, em todas as épocas históricas, os pensamentos dominantes: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes [...]. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual [...]” (MARX; ENGELS, 2007a, p. 47).

Com estes pressupostos, os autores baseiam o conceito de *luta de classes* – que é o conflito de interesses entre as classes sociais, afirmado como sendo uma realidade em todas as sociedades que existem e já existiram. O socialismo seria construído, portanto, pela classe proletária justamente por ser a classe mais explorada. Assim, Marx propunha que o proletariado, após a revolução e a derrubada da burguesia, utilizasse o domínio político para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – que para ele seria o proletariado organizado como classe dominante – para construir o comunismo e quebrar a resistência da burguesia, situação ao qual chamou de *ditadura do proletariado*.<sup>37</sup>

A visão da ditadura do proletariado, como forma de regime e governo, encontrou forte expressão em *O Estado e a Revolução* de Lênin, escrito durante a Revolução Russa em 1917 e

---

<sup>37</sup> Estes conceitos são centrais na tradição comunista marxista. Referências ao fenômeno da *luta de classes* já são encontrados no célebre *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 (MARX; ENGELS, 2007b, p. 45 e 51-52). É importante também termos em mente que por *ditadura do proletariado* Marx entendia tanto uma forma de regime político, no qual o proletariado exerceria a hegemonia, como uma forma de governo em que a classe operária exerceria as funções de governo. Como um período transitório de transformação revolucionária da sociedade capitalista para a comunista, um caminho necessário para a abolição das diferenças de classes (MILIBAND, 1988, p. 111).

que se tornou uma das principais referências teóricas dos comunistas no século XX. Inspirado nas análises de Marx, nessa obra, o grande líder da revolução bolchevique posiciona as suas teses em relação ao anarquismo:

[...] O proletariado só necessita do Estado durante algum tempo. Não divergimos de modo nenhum dos anarquistas na questão da abolição do Estado como objetivo. Afirmamos que, para atingir este objetivo, é necessário utilizar temporariamente os instrumentos, os meios e os métodos do poder de Estado contra os exploradores, como, para suprimir as classes, é necessário a ditadura temporária da classe oprimida [...] (LÉNINE, 1978a, p. 263).

Por outro lado, desde a época da 1ª Internacional, Bakunin argumentava que a escravidão política – identificada no Estado – reproduz e conserva a miséria do proletariado, como uma condição de sua existência. Assim, para destruir a miséria e a opressão, era preciso destruir o Estado por meio da revolução. Segundo Guérin (2015, p. 36 e 38), Bakunin propunha também a socialização dos meios de produção, mas de baixo para cima, pela livre associação, e ele nutria uma grande admiração pela capacidade intelectual de Marx, aderindo plenamente à concepção materialista da história. Entretanto, ele não admitia a superioridade intelectual como algo que confere um direito de direção do movimento operário, expressando uma desconfiança em relação à autoridade intelectual que marcou o anarquismo:

Os marxistas professam ideias totalmente contrárias. Eles são adoradores do poder de Estado, e necessariamente, também, os profetas da disciplina política e social, os campeões da ordem estabelecida de cima para baixo, sempre em nome do sufrágio universal e da soberania das massas, às quais reservam a felicidade e a honra de obedecer a chefes, a mestres eleitos. Os marxistas não admitem absolutamente outra emancipação senão a que eles esperam de seu Estado pretensamente popular [...]. Eles são governamentais; nós, anarquistas. (BAKUNIN, 2016a, p. 233).<sup>38</sup>

É importante destacar que a década de 1920 ainda é um momento em que se repercute esta tendência – o comunismo de viés marxista – no movimento operário do Brasil, pois todo

---

<sup>38</sup> Desde Bakunin, como vemos, ficaram expressos elementos que marcariam a essência da teoria anarquista: a rejeição ao dogma; a fuga de sistemas teóricos rígidos e a ênfase na liberdade de escolha e julgamento individuais (WOODCOCK, 2007, p. 16-17). Outro aspecto importante que marca diferenças fundamentais entre o pensamento político do anarquismo e do marxismo, que vale aqui ser dito para a nossa análise, e que é lembrado por James Joll (1964, p. 125), é que Bakunin percebeu, já naquela época, que os métodos usados para realizar a revolução viriam a afetar a natureza da sociedade depois do evento revolucionário. Com isso, ele insistiu que a organização do movimento revolucionário deveria se assemelhar ao tipo de organização social que a revolução intencionava estabelecer. Ao contrário, Marx e Engels, embora acreditassem que o Estado seria abolido no estágio superior do comunismo, estavam menos interessados nesta questão, e mais preocupados na análise da sociedade capitalista existente e nos métodos para transformá-la.

o desenvolvimento da revolução socialista internacional, mais em particular a Revolução Russa, exerceu um forte efeito “catalisador” nas lutas do movimento operário brasileiro. Contudo, ao mesmo tempo em que criava divergências e oposições, conforme as notícias da Rússia foram ficando mais claras, esse processo acabou gerando uma “transmutação ideológica” na intelectualidade do movimento operário do Brasil (DEL ROIO, 2007b, p. 63 e 69). Estas transformações ideológicas fizeram com que até mesmo alguns militantes que atuavam no anarquismo e no sindicalismo revolucionário vissem no bolchevismo uma variante do sindicalismo revolucionário, que deveria ser adaptado às situações concretas (DEL ROIO, 2007a, p. 228-229).

## **1.2. Jornais, militantes e organizações**

Já comentamos a importância, no estudo histórico da imprensa periódica como fonte, de não se dissociar o conteúdo dos jornais de suas condições materiais e técnicas, de seus objetivos políticos, do público ao qual se destinava e das condições sociais e históricas em que um determinado impresso está inserido. Contudo, além destes aspectos, devemos também considerar as organizações sociais que um periódico está vinculado e, também, os principais militantes e colaboradores que eram responsáveis pela edição e produção desta imprensa. Isso porque o jornal era um ponto de encontro de pessoas em torno de um credo comum, portanto: “[...] é preciso atentar para os responsáveis e colaboradores mais assíduos pois, na maioria das vezes, revistas e jornais constituem-se em projetos coletivos [...]” (LUCA, 2008b, p. 118).

Os intelectuais e militantes mais conhecidos, que comentaremos adiante, correspondem àqueles que estavam diretamente envolvidos na composição e redação dos jornais aqui estudados e ainda eram nomes que possuíam grande respeito e marcavam forte presença nos meios militantes e operários. Estes meios operários correspondiam às organizações sociais às quais os jornais aqui trabalhados eram associados, que muitas vezes eram sindicatos, mas que, no caso dos comunistas, também envolvia o seu partido. É inegável, dentro dos estudos sobre o movimento operário e da sua imprensa, o papel que os intelectuais operários – principalmente os gráficos – tiveram na politização dos trabalhadores e na difusão das novas doutrinas sociais trazidas com os imigrantes, e a participação ativa, portanto, destes intelectuais na fundação e colaboração dos inúmeros jornais militantes que surgiram naquele contexto (FERREIRA, 1978, p. 45-46). Muitos destes jornais operários, portanto, eram produzidos por estes intelectuais operários, militantes que se dedicavam na

elaboração destes impressos nas horas vagas de seus trabalhos e, principalmente entre os anarquistas, que se recusavam a registrar estas folhas – conforme as exigências burocráticas da lei – sujeitando-se a isso apenas nos momentos de maior repressão como garantia de sobrevivência, sem dizer que estes jornais não tinham chefes e donos, apenas cooperados (KHOURY, 1988, p. 46).

Este é o caso do jornal *A Plebe* e do grupo militante vinculado a Edgard Leuenroth que editava este jornal, que, como já indicamos, foi um dos periódicos anarquistas mais conhecidos e divulgados no movimento operário daquela época. Edgard Leuenroth (1881-1968) foi uma figura importante na história da imprensa brasileira, jornalista operário e operário gráfico, Edgard Leuenroth se envolveu com o jornalismo e com o ativismo social muito cedo, já em fins do século XIX. Em 1904 Leuenroth e companheiros de imprensa se associaram criando a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), órgão sindical que se tornaria muito importante na luta dos operários gráficos e tipógrafos – e no movimento operário de São Paulo – até os anos 1930. E, nessa ocasião, ele também colabora na fundação e na redação do jornal *O Trabalhador Graphico*, um dos jornais que também utilizamos e que era o órgão oficial da UTG.<sup>39</sup>

O jornal *A Plebe* (SP) foi fundado por Edgard Leuenroth e seus amigos e apoiadores em 9 de junho de 1917, assumindo-se como um semanário proletário e manifestando-se por um sindicalismo revolucionário. Tornou-se, tão logo, o periódico de maior expressão do movimento anarcossindicalista de São Paulo, desempenhando um papel central nos movimentos grevistas que ocorreram naquele ano na cidade – e que culminaria na greve geral anarquista que ocorreu no mês de julho de 1917. Portanto, o jornal foi fundado num momento estratégico para organizar as insatisfações operárias com a desestabilização das condições de vida e dos salários – efeitos econômicos relacionados à conjuntura internacional da Primeira Guerra Mundial (KHOURY, 1988, p. 40-41; 2007, p. 120-121).

Com a fundação do jornal *A Plebe*, Edgard Leuenroth criou um espaço de contato entre ativistas e jornalistas, no qual ele iria construir relações de amizade, trabalho, militância e colaboração por muitos anos. Estes companheiros de jornalismo e luta política – que participaram de *A Plebe* – são, também, muitos deles, personagens importantes nos outros jornais e periódicos que analisamos nesta pesquisa. Então, entre eles destacamos,

---

<sup>39</sup> Sobre o início da vida jornalística de Edgard Leuenroth, sua importância como jornalista e sua colaboração na fundação da UTG e no jornal *O Trabalhador Graphico*: (KHOURY, 1988, p. 2-4; 33-36). Ver também sobre estes dados em importante artigo mais recente da mesma autora (KHOURY, 2007, p. 118-119). Toda a coleção do jornal *A Plebe* encontra-se no arquivo do AEL em Campinas na UNICAMP, de onde adquirimos as nossas digitalizações.



principalmente pela importância: os anarquistas José Oiticica, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Adelino de Pinho e Pedro Augusto Motta; os comunistas Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta e Octávio Brandão (que na época da fundação de *A Plebe* ainda eram anarquistas) e também Everardo Dias (livre pensador) e o jornalista Nereu Rangel Pestana.<sup>40</sup>

Com a greve geral paulista de julho de 1917, os anarcossindicalistas de *A Plebe* assumem posição de vanguarda e o movimento anarquista de São Paulo destaca-se em importância despertando as energias operárias para esta onda de greves (LOPREATO, 1997, p. 16-23). Com o fortalecimento do movimento grevista, é constituída a Federação Operária de São Paulo (FOSP), na qual entre as lideranças anarcossindicalistas que estiveram à frente desta iniciativa encontra-se Edgard Leuenroth (KHOURY, 2007, p. 124). Devido à repressão policial contra os anarquistas neste contexto, *A Plebe* passou por dificuldades, mas recebeu auxílio de amigos e simpatizantes, como a do jornalista Nereu Rangel Pestana que era diretor do jornal *O Combate* e que neste momento de represálias ajudou até mesmo a imprimir *A Plebe* em sua própria oficina (KHOURY, 1988, p. 41).<sup>41</sup> Entretanto, devido à participação de Edgard Leuenroth nessa greve geral, ele é preso e nessa ocasião o anarquista Florentino de Carvalho assumiu a publicação de *A Plebe*, mas o jornal acaba sendo fechado e empastelado pela polícia em outubro de 1917 (KHOURY, 2007, p. 124-125).

Leuenroth é solto em 1918, e *A Plebe* volta à ativa em 1919 em nova fase, em pleno clímax do ascenso da conjuntura de greves daqueles anos, onde cada vez mais, aos poucos, as críticas anarquistas ao processo revolucionário russo se tornarão mais frequentes no jornal. Ainda neste ano de 1919, Leuenroth, em colaboração com o militante Antonio Candeias Duarte, sob o pseudônimo de Hélio Negro, lançam o livro *O que é o maximismo ou*

---

<sup>40</sup> A pesquisadora Yara Khoury cita a importância destas personalidades na vida jornalística de Edgard Leuenroth e de *A Plebe*, e da colaboração de Astrojildo Pereira e José Oiticica – que também militavam na imprensa operária carioca – no primeiro ano de fundação de *A Plebe*, no contexto da greve geral de 1917 e até posteriormente (KHOURY, 1988, p. 3 e 42). É importante considerarmos que havia, segundo Khoury, uma rede de relações e colaborações entre jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro em torno das questões relativas à luta dos trabalhadores (KHOURY, 2007, p. 120). Em relação a Adelino de Pinho, destacamos que ele participou muito da redação de *A Plebe*, de origem portuguesa e pedagogo libertário, Adelino de Pinho ocupará a direção de *A Plebe* na década de 1930 com a prisão do diretor Rodolfo Felipe (PINHO, 2012, p. 11-12, 15).

<sup>41</sup> Este é um fato significativo a salientar. Como já indicamos, o jornal *O Combate* é um dos periódicos que analisamos nesta pesquisa, numa fase em que ele abre espaço para a imprensa comunista, em 1928. Trataremos deste jornal mais adiante, porém, é relevante sabermos que o seu diretor, Nereu Rangel Pestana, personagem famosa na história da imprensa paulistana, teve relações próximas de amizade com Edgard Leuenroth. Khoury (1988, p. 3) diz que Nereu Rangel Pestana foi um “simpatizante anarquista”. O fato é que seu jornal *O Combate*, desde a época da greve geral de 1917, parece ter apresentado, portanto, simpatias às questões sociais e ter tido posicionamentos críticos em relação ao governo. Posteriormente o jornal assumiu posições mais nítidas de oposição. Christina da Silva Roquette Lopreato (1997, p. 50) destaca que por sugestão de Nereu Rangel Pestana, representando o jornal *O Combate*, foi formada uma comissão de jornalistas (a *Comissão de Imprensa*) para intermediar os conflitos entre os representantes dos trabalhadores e o governo durante a greve de 1917 e que estes órgãos de imprensa já alertavam o governo, desde antes da greve, a respeito da precária situação da população paulistana.

*bolchevismo*, que procura estabelecer as diferenças entre o bolchevismo e o anarquismo, reforçando as posições anarquistas e expressando uma visão ácrata da Revolução Russa (KHOURY, 1988, p. 41; 2007, p. 126).<sup>42</sup> As oficinas de *A Plebe* foram novamente empasteladas em outubro de 1919 por policiais na onda repressiva que se sucedeu às fortes greves daquele ano (BANDEIRA, 1980, p. 187-188).

No entanto, *A Plebe* resiste mesmo a todas estas adversidades e desde que reabre em fevereiro de 1919, mesmo abaixo de repressões e breves paralisações, continuou sendo publicada até 25 de julho de 1924, em seu número 244, quando foi novamente fechada com o estado de sítio de Arthur Bernardes, decorrente da revolta tenentista em São Paulo – iniciada em 5 de julho. Reaberto somente em março de 1927, o famoso hebdomadário anarquista circula neste ano até agosto, quando mais uma vez é fechado devido à *lei celerada* decretada naquele momento pelo governo de Washington Luis. Voltando ainda em nova fase, Edgard Leuenroth, com a ajuda da articulação de militantes e companheiros, consegue reabrir *A Plebe* em novembro de 1932, sendo que esta é publicada até – pelo menos como consta nos arquivos que consultamos – finais de junho de 1935. Contudo, não temos certeza quando *A Plebe* é interrompida nesse ano de 1935 – é possível que outros exemplares estejam perdidos em outros arquivos –, o que sabemos é que o jornal é interrompido em 1935 pela Lei de Segurança Nacional de Getúlio Vargas. Segundo Khoury (2007, p. 126-128), nesse contexto dos anos 1930, os anarcossindicalistas de São Paulo reorganizam a FOSP em 1931 e desde 1932 já começaram a denunciar o integralismo. Assim, Edgard Leuenroth e vários companheiros anarquistas solidarizam-se com a ANL – que reuniu comunistas, socialistas, trotskistas e outros grupos militantes contra os integralistas –, embora os anarquistas tenham expressado reservas quanto aos métodos de luta desta aliança. Por isso, as medidas repressivas de Getúlio Vargas contra as esquerdas nesse momento levaram *A Plebe* a encerrar as suas atividades, ocasião em que Edgard Leuenroth, mais uma vez, é preso, indiciado como “subversivo”, ficando na prisão até 1938.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> É importante destacar as interpretações libertárias que os anarquistas tiveram em relação a Revolução Russa em seu início. Assim, neste livro, o projeto político bolchevique é interpretado de acordo com os interesses políticos do anarquismo, onde a organização da sociedade de baixo para cima por meio de federações autônomas, assim como a abolição do Estado, é identificado nas próprias aspirações da Revolução Russa. Interpretações essas que os anarquistas brasileiros tiveram a partir da Constituição aprovada pelo 3º Congresso Pan-russo dos Soviéticos na Rússia em janeiro de 1918 – que pressupunha um regime político controlado pela classe trabalhadora, objetivando a abolição das classes sociais e do poder de Estado. Contudo, este livro foi publicado numa época anterior a supressão do poder político dos *soviets* pelo Partido Comunista. Cf.: (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 10, 15, 19-20 e 56-57).

<sup>43</sup> Informações a respeito dos períodos de funcionamento de *A Plebe*: (KHOURY, 1988, p. 44; 2007, p. 126-128) e também Samis (2002, p. 190). É importante mencionar que de acordo com Rodrigo Rosa da Silva (2006), O DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo), criado por Arthur

De acordo com Edgar Rodrigues (1997c, p. 28), *A Plebe* teve como diretores, pela ordem: Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Manuel Campos e Pedro Augusto Motta – sendo que este último foi deportado para o campo de concentração de Clevelândia no Amapá. Em relação ao caso de Pedro Augusto Motta, Alexandre Samis (2002, p. 220) explica que ele era operário gráfico e que foi preso na ocasião da revolta tenentista de 5 de julho de 1924, devido a uma moção de apoio dos militantes de *A Plebe* a esta revolta, em seu último número de 25 de julho, fato importante este que comentaremos mais detalhadamente ao longo deste trabalho. Pedro Augusto Motta foi mandado para Clevelândia, morrendo na Guiana Francesa em 1926, para onde conseguiu escapar.

O jornal *A Plebe*, geralmente no formato tablóide de quatro páginas, foi um impresso operário que raras vezes apresentou alguma publicidade. Uma característica marcante desta folha foi a seção *Mundo Operário*, que normalmente situava-se em sua terceira página e que trazia notícias do movimento operário em outras partes do Brasil e do mundo. Contudo, em sua fase dos anos 1930, Edgard Leuenroth e seus irmãos criaram a agência de publicidade *A Eclética*, para angariar fundos para os jornais que publicava, e que prestou serviços de distribuição de notícias para a imprensa (KHOURY, 2007, p. 127; 1988, p. 46-47).

Mas como vimos, o jornal *A Plebe* não foi o único jornal operário e militante que Edgard Leuenroth editou ou do qual participou, houve inúmeros outros – como já comentamos, ele também colaborou com *O Trabalhador Graphico*. Porém, para esta pesquisa, basta mencionarmos aqui que Leuenroth, durante os anos conturbados entre os estados de sítio de 1924 a 1930, participou de dois jornais clandestinos que também são analisados em nossa pesquisa: *O 5 de Julho* e *A Liberdade*. No periódico *O 5 de Julho* (RJ) Edgard Leuenroth participa, ao que parece, como redator e colaborador, ao lado do comunista Antonio Bernardo Canellas que fundou esta folha – de quem trataremos à frente, junto com a história deste jornal.<sup>44</sup>

Em relação ao jornal *A Liberdade*, que era de São Paulo, sabemos, segundo Khoury (1988, p. 44; 2007, p. 125), que Edgard Leuenroth foi o seu diretor, ao qual publica e faz

---

Bernardes em dezembro de 1924, perseguiu e reprimiu os anarquistas continuamente desde sua fundação até 1937. *A Plebe* sofreu inúmeras perseguições e represálias policiais, sendo fichada e seguida de perto pelo DEOPS. Na onda repressiva de fins de 1935, o anarquista Rodolfo Felipe, que também era redator de *A Plebe*, e que já tinha sido preso e fichado pelo DEOPS em 1933, foi preso, novamente, ficando no cárcere até 1937. Contudo, Rodrigo Rosa da Silva relata um episódio em que um militante chamado Benedito Romano, preso em 1941, confessou que era responsável pela correspondência de *A Plebe* desde 1937, o que torna possível que alguns números desse jornal tenham circulado em algum momento na clandestinidade do Estado Novo de Vargas (SILVA, 2006, p. 114-115 e 123-125).

<sup>44</sup> A colaboração de Edgard Leuenroth em *O 5 de Julho* é mencionada por Yara Khoury (1988, p. 44; 2007, p. 125).

circular clandestinamente durante o estado de sítio instaurado pelo presidente Artur Bernardes. Este estado de sítio é instaurado logo após a revolta tenentista em São Paulo, em 5 de julho de 1924, suprimindo e censurando a liberdade de imprensa no país (CARONE, 1974, p. 380-381). Como mencionamos, o último número de *A Plebe* desse ano, antes de ser fechada, é de 25 de julho de 1924, então o jornal *A Liberdade* é lançado, possivelmente, a partir de agosto de 1924.

Fazemos estas suposições porque pouquíssimas informações sobre esse jornal são oferecidas pela pesquisadora Yara Khoury e, além dessa referência, nenhuma outra informação relativa a este impresso foi encontrada na historiografia existente. Conseguimos apenas o primeiro número desse jornal e nenhum outro exemplar foi encontrado nos arquivos consultados. Nesse exemplar, o jornal não oferece nenhuma informação a seu respeito, não apresenta datas, local, nem nomes – traz apenas os artigos publicados. Possivelmente, isso foi uma estratégia de defesa para despistar a repressão, mas sabemos que o exemplar que possuímos é o mesmo jornal *A Liberdade* que Yara Khoury se refere, pois como menciona a autora (KHOURY, 1988, p. 44) o jornal traz frases de protestos como: “A liberdade não se pede, toma-se” e “Contra a tirania, a revolução é um direito e um dever”, exatamente como está em nossa cópia digitalizada. O jornal traz ainda em seu cabeçalho a frase: “Acima da lei contra a imprensa e do estado de sítio”, o que é um indício de ser um impresso de protesto contra o estado de sítio de Artur Bernardes. E por ele demonstrar disposição pela luta da liberdade de imprensa, é mais um indício de que esse jornal foi produzido por Edgard Leuenroth, um militante anarquista famoso por lutar, por toda a vida, pela liberdade de expressão.<sup>45</sup>

O jornal *A Liberdade* não foi o único impresso anarquista daqueles tempos que nos legou poucas informações e poucos exemplares, houve inúmeros outros, já que as adversidades materiais e a repressão eram dificuldades constantes desta imprensa que impediu que muitos títulos tivessem uma sobrevivência longa e regular. Fatos, estes, já apontados por Ferreira (1978, p. 104-105). Esse é o caso, portanto, de outro periódico anarquista interessante que analisamos nesta pesquisa que é *O Libertario* de São Paulo, que foi publicado de janeiro a março de 1922 de forma mais ou menos quinzenal, totalizando cinco edições.

O periódico *O Libertario* também tinha um formato tabloide de quatro páginas, quinzenário e sem publicidade alguma, apenas anunciando os festivais operários em suas

---

<sup>45</sup> Possuímos apenas a digitalização do primeiro número de *A Liberdade*, conseguido junto ao CEDEM, mas ele é importante por representar a opinião anarquista num período crítico de sobrevivência da imprensa operária (KHOURY, 1988, p. 44).

últimas páginas, festivais que eram eventos organizados pelos militantes para angariar fundos para o jornal – algo que foi comum na imprensa operária.<sup>46</sup> *O Libertario* foi um órgão da *Aliança Anarquista* de São Paulo, mas infelizmente não conseguimos maiores informações sobre esta aliança (RODRIGUES, 1997c, p. 106). John Foster Dulles (1977, p. 161-162) diz que esta foi uma publicação secundária dos anarquistas de São Paulo e que colaborou com *A Plebe* na oposição contra a imprensa comunista naquele ano de 1922. De fato, uma característica do jornal é a crítica ao bolchevismo e a defesa dos métodos anarquistas na organização operária. *O Libertario* é publicado de 1º de janeiro de 1922, até o seu número cinco, de 11 de março de 1922, quando é impedido de circular pela polícia (GOMES, 1994, p. 153). Contudo, sabemos, de acordo com Ferreira (1978, p. 96), que *O Libertario* teve por editor o militante José Romero – ao qual são endereçadas as correspondências do jornal – e que este, possivelmente, tratava-se de um imigrante espanhol de origem rural, que chegou ao Brasil ainda criança em 1891 e que foi morar no Rio de Janeiro. As informações constam que José Romero tornou-se anarquista muito cedo, aos 18 anos, e que foi o delegado representante do Sindicato Operário de Ofícios Vários de São Paulo, na ocasião do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913. É possível, assim, que desde essa época ele já residia, trabalhava e militava na cidade de São Paulo, talvez ainda neste sindicato.<sup>47</sup>

Mas há outra informação importante a respeito do jornal *O Libertario*, a de que ele teve a colaboração em sua direção do anarquista Florentino de Carvalho (1883-1947) (NASCIMENTO, 2000, p. 33). O que explica uma linha editorial de ataque ao bolchevismo, até mesmo porque Florentino de Carvalho foi o anarquista brasileiro de maior projeção que primeiro começou a criticar o regime bolchevique na Rússia, já a partir de 1920 (DULLES, 1977, p. 132). Este era o pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, famoso militante anarquista na Primeira República, que ficou conhecido como Florentino de Carvalho – como já mencionamos, ele também participou de *A Plebe* em seu início com a prisão de Edgard Leuenroth, do qual foi muito amigo. Nascido na Espanha, ele foi estivador nas docas de

---

<sup>46</sup> Foi comum na classe operária brasileira da época, principalmente entre os anarquistas, a realização de vários tipos de eventos pelos militantes que serviam para a sociabilidade operária e também para a propaganda política, como, por exemplo, peças de teatro e piqueniques ao ar livre. Entre os eventos que eram mais comuns, encontravam-se também os festivais operários em prol da fundação e manutenção de órgãos da imprensa operária (FERREIRA, 1978, p. 59-60) e (HARDMAN, 2002, p. 50-51).

<sup>47</sup> Conseguimos estas informações a respeito do militante José Romero no *Dicionário do Movimento Operário* coordenado por Claudio Batalha (2009, p. 142), ver o verbete “ROMERO, José”. Na obra *Os Companheiros* de Edgard Rodrigues conta-se que José Romero também colaborou no jornal *A Plebe*, e que por volta de 1922-1924, ele era um “estudioso anarquista convicto”, expondo com clareza as suas ideias sociais (RODRIGUES, 1997a, p. 164). Já possuíamos toda a coleção do jornal *O Libertario*, que vai apenas de janeiro a março de 1922, pois também utilizamos esta folha na dissertação de mestrado. As cópias digitalizadas deste jornal foram adquiridas junto ao AEL e foram doadas ao CEDAP – durante a nossa pesquisa anterior. Nesta pesquisa atual, utilizaremos artigos que ainda não foram analisados no mestrado, e a partir de nossas abordagens atuais.

Santos e professor, estando envolvido na fundação de escolas populares. Florentino de Carvalho mantinha correspondências com ativistas operários do mundo inteiro e deu uma contribuição muito grande ao pensamento proletário em solo brasileiro, sendo considerado um dos maiores teóricos do anarquismo na América Latina (NASCIMENTO, 2006, p. 181-184). Defendia uma imprensa operária e anarquista livre, iconoclasta e contrária ao espírito de lucro (NASCIMENTO, 2000, p. 168).

Podemos dizer que Florentino de Carvalho, ao lado de Edgard Leuenroth, foi um dos maiores editores e jornalistas operários da imprensa anarquista da época, colaborando com inúmeros periódicos. Além de ter publicado e participado da edição de *A Plebe* e *O Libertario*, como mencionamos, segundo Rodrigues (1997c, p. 92), Florentino de Carvalho atuou em outros jornais que utilizamos para esta pesquisa, como a folha *O Trabalho* de São Paulo, publicado em 1931 – que indica o nome de Florentino de Carvalho como redator. Desse jornal, que traz na capa as frases “Publicação Anarchista” e “Doutrina e Combate”, nós conseguimos apenas o seu primeiro número, de 1º de maio de 1931, não sendo encontrado nenhum outro exemplar nos arquivos visitados. Esse jornal é bem elaborado graficamente com muitas figuras e foi publicado em formato maior, com oito páginas.

Também analisamos nesta pesquisa o jornal *O Trabalhador*, também de São Paulo e do qual possuímos o seu primeiro número, de 1º de setembro de 1931. Os jornais *O Trabalho* e *O Trabalhador* – cujos exemplares de nº 1 distanciam-se em 4 meses – trazem em seu cabeçalho o mesmo endereço de redação e administração: Rua Irmã Simpliciana 7-A (sobrado). Essa informação é confirmada por Rodrigues (1997c, p. 92 e 97), sobre ambos os jornais. Isso nos faz supor que é muito possível que estes jornais tenham sido editados pelo mesmo grupo, pois, considerando o quadro repressivo da época e que era comum na imprensa anarquista um mesmo grupo fundar jornais de nomes diferentes, essa possibilidade tem que ser considerada.

*O Trabalho* e *O Trabalhador* de São Paulo são jornais que se inserem no contexto das rearticulações dos anarcossindicalistas, a partir de 1931, de reestruturação da FOSP – Federação Operária de São Paulo (KHOURY, 2007, p. 126). E sabemos que nessa mesma época (1931-1933) Florentino de Carvalho retorna à capital paulista, depois de anos se refugiando das perseguições policiais, ocasião em que ele proferiu muitas palestras e conferências em sindicatos e na própria FOSP (NASCIMENTO, 2006, p. 185). Assim, é bem provável que ele tenha atuado em vários periódicos anarquistas nesse contexto. É importante sabermos que nessa época Florentino de Carvalho publicou o livro *A guerra civil de 1932 em São Paulo*, que consistiu em uma interpretação proletária e anarquista dos acontecimentos da

chamada *crise constitucionalista*, onde o autor relaciona estes fatos com a *Revolução de 1930*, também tecendo considerações sobre este evento (NASCIMENTO, 2000, p. 36; 2006, p. 184). Isso é pertinente porque foram identificadas fontes de Florentino de Carvalho sobre este “momento revolucionário” no jornal *O Trabalho*.<sup>48</sup>

Estas informações sobre Florentino de Carvalho e sobre o contexto do movimento anarcossindicalista de São Paulo nos anos 1930 são importantes porque analisaremos o jornal *O Trabalhador* – que também apresentou um formato de quatro páginas e uma periodicidade irregular, iniciando em 1931, foi publicado até 1934. *O Trabalhador*, segundo Rodrigues (1997c, p. 105) e Silva (2006, p. 122), teve como diretor o anarquista espanhol Hermínio Marcos Hernandez e este jornal era o órgão oficial da FOSP. Em *O Trabalhador* nós encontramos artigos de Florentino de Carvalho e os posicionamentos da FOSP em relação à *Revolução Constitucionalista de 1932* de São Paulo, que ocorreu na mesma época deste jornal, então é possível que estas opiniões anarquistas sobre esse evento tenham sofrido a influência do pensamento de Florentino de Carvalho.

Nesse contexto de revigoração da imprensa anarquista de São Paulo na década de 1930, nós identificamos um grupo em comum, em torno das tentativas de reestruturação da anarcossindicalista FOSP. Em torno deste “grupo em comum”, portanto, temos como nomes envolvidos, entre os militantes mais importantes, além de Edgard Leuenroth que reestruturava *A Plebe* na mesma época, os de Hermínio Marcos e de Florentino de Carvalho. Possuímos a informação de que Hermínio Marcos era membro da Liga Operária da Construção Civil e secretário da FOSP, vigiado de perto pelo DEOPS, tido como um dos anarquistas mais conhecidos em São Paulo naquele momento, ao lado de Edgard Leuenroth (SILVA, 2006, p. 122). Toda a correspondência de *O Trabalhador* era endereçada a Hermínio Marcos e ele foi preso pelo DEOPS em 1933 várias vezes. O jornal *O Trabalhador* sobreviveu à repressão policial até 1934, quando foi fechado pelo DEOPS.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> O exemplar de *O Trabalho* (SP) conseguimos no acervo digital do AEL. Já os exemplares de *O Trabalhador* conseguimos no acervo digital do AEL e no CEDEM, e ele também se encontra no arquivo do CEDAP, que ajudou a completar a sua coleção.

<sup>49</sup> Estas informações do jornal *O Trabalhador* e de seu editor Hermínio Marcos ver também em Carneiro e Kossoy (2003, p. 204). Um dado importante que devemos acrescentar quanto à questão da correspondência dos jornais operários e anarquistas é que estes jornais não possuíam a figura do repórter, ao invés do jornal procurar a notícia era esta que procurava o jornal. Estes jornais recebiam em suas correspondências farto material do movimento operário de vários lugares, desde relatórios dos sindicatos como também cartas pessoais e denúncias (FERREIRA, 1978, p. 106). Sobre o militante espanhol Hermínio Marcos o memorialista Edgard Rodrigues ainda registra que ele se manteve como diretor de *O Trabalhador* até 1934 quando o jornal foi fechado, ocasião esta em que Hermínio Marcos foi expulso do país como estrangeiro “subversivo” pelo governo de Getúlio Vargas (RODRIGUES, 1995, p. 142).

Tanto os jornais *O Trabalho* e *O Trabalhador*, assim como *O Libertario*, foram impressos que não apresentaram nenhum tipo de publicidade em suas páginas, uma característica típica das folhas em que Florentino de Carvalho participou.

Mas *O Trabalho* também é o título de outro periódico anarquista operário importante em nossa pesquisa, dessa vez do Rio de Janeiro, e do início de nosso recorte temporal, funcionando nos anos de 1922 e 1924. Na verdade, *O Trabalho* do Rio de Janeiro foi uma das folhas anarquistas cariocas mais importante daquele período, sendo o órgão oficial e editado pelo sindicato da UOCC (União dos Operários em Construção Civil). Segundo Rodrigues (1997c, p. 102), o periódico *O Trabalho* (RJ) teve como redator principal Marques da Costa e como gerente Domingos Passos. Alexandre Samis (2009, p. 42) salienta que a UOCC – e o seu jornal *O Trabalho* –, e que teve Domingos Passos como secretário da associação várias vezes, era o sindicato vinculado aos anarquistas que mais resistiram aos avanços dos comunistas e que mais disputaram com esses pelo espaço sindical. O jornal *O Trabalho* (RJ), semanário, teve formato maior com oito páginas e sem publicidade.

Este *O Trabalho*, fundado em inícios de 1922, foi suspenso devido ao estado de sítio no Rio de Janeiro com a primeira revolta tenentista do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922 (SANTOS, 2017, p. 190). Com isso, o jornal só retorna em janeiro de 1924 e funcionou até meados desse ano, quando foi novamente suspenso com as repressões advindas da segunda revolta tenentista desse ano. Nessa ocasião, o seu principal redator, o jornalista operário Marques da Costa, que tinha origem portuguesa, foi preso e deportado em agosto de 1924 para Portugal (SAMIS, 2002, p. 101).<sup>50</sup>

A mesma sorte também sofreu Domingos Passos com a repressão, figura que foi importante no sindicato da UOCC e no anarquismo brasileiro. Após as repressões de 1922, que suspenderam *O Trabalho* temporariamente, Domingos Passos foi um dos principais articuladores da refundação da FORJ (Federação Operária do Rio de Janeiro), sobre os preceitos do sindicalismo revolucionário, do qual ele foi eleito para o comitê federal. Esta recriação da FORJ, pois esta nomenclatura já tinha existido, ocorreu porque as divergências entre anarquistas e comunistas atingiram um grau de ruptura no interior da FTRJ (Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro). Isso ocorreu, além das disputas políticas internas pela influência sindical, devido ao fato também dos comunistas aproximarem esta federação de setores reformistas ligados ao governo, como a CSCB (Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira), o que gerou grande polêmica entre anarquistas e comunistas na

---

<sup>50</sup> Alguns números do jornal *O Trabalho*, cuja coleção que possuímos não está completa, encontramos no AEL e no CEDEM.



imprensa trabalhista. Assim, em 1923 os anarquistas reorganizaram a FORJ – que passou a ter a predominância desta tendência – e, por outro lado, os sindicatos, sobre influência dos comunistas, permaneceram na FTRJ. As polêmicas dessas cisões, que consistiram no episódio que aqui chamamos de a “Batalha das Federações”, repercutiram na imprensa operária da época e será um dos momentos tratados na análise das fontes sobre a organização operária.<sup>51</sup>

De acordo com Alexandre Samis (2002, p. 218-219) e Santos (2017, p. 190-191), Domingos Passos – conhecido como o Bakunin brasileiro devido a suas peripécias, e por ser uma referência por ter sido um militante anarquista negro – também foi preso na onda repressiva do segundo levante tenentista em 1924, sendo deportado para o campo de concentração de Clevelândia no Amapá, de onde conseguiu fugir para a Guiana Francesa e de lá para Belém no Pará – onde o proletariado o ajudou a retornar para o Rio de Janeiro. Assim, ele ainda retorna à militância em 1927, sofrendo novas prisões a partir de 1928.

Estes acontecimentos que envolveram as disputas entre anarquistas e comunistas no movimento operário carioca e que resultaram na *Batalha das Federações* rivais entre as duas tendências em 1923, produziu polêmicas na época em muitos órgãos de imprensa. Um dos jornais aqui trabalhados foi um dos centros desses debates e que era, contudo, um jornal da grande imprensa, e não um jornal operário, trata-se do diário *A Pátria* do Rio de Janeiro – do qual analisamos fontes apenas dos anos de 1923-1924. Esse jornal foi fundado pelo famoso cronista João do Rio, que foi o seu diretor, em 1920, pouco antes de morrer em 1921 (SODRÉ, 1983, p. 354-355). Estando sobre outra direção, em 1923, *A Pátria* assumiu oposição política ao regime de Arthur Bernardes que, desde seu início em 1922, foi um governo que teve grande impopularidade. Assim, de acordo com Samis (2002, p. 275), esse é o motivo que explica porque este jornal concedeu a administração de sua seção trabalhista para o operário anarquista e jornalista Marques da Costa, o mesmo que era o redator de *O Trabalho*. Como já foi explicado, o jornal *O Trabalho* foi fechado com o estado de sítio resultante do 5 de julho de 1922 e sua consequente lei da imprensa, então os anarquistas cariocas ficaram sem veículos de comunicação, encontrando um abrigo no jornal de oposição *A Pátria*, que teve a redação de sua seção trabalhista assumida integralmente pelo carpinteiro e jornalista português Marques da Costa (SAMIS, 2007, p. 105-106). Nessa ocasião, Marques da Costa relata como foram os termos de negociação com o jornal:

Quando entrei para *A Pátria* tive a franqueza de dizer aos diretores deste jornal quais as idéias que professo; e além disso esclareci desde logo que (...)

---

<sup>51</sup> Para estas informações do papel de Domingos Passos na recriação da FORJ: (SANTOS, 2017, p. 190).

não me submeteria jamais a qualquer imposição (...). E tracei, desde logo, a orientação desta Seção.

Ao que parece, esta orientação não agradou a todos. Pelo menos não agradou aos comunistas bolchevistas; (...) (Marques da Costa, “Poucas palavras...”, em *A Pátria*, 15.4.23, p. 4. Apud GOMES, 1994, p. 129 e 153).

Assim, houve uma influência e predominância forte do posicionamento anarquista na seção trabalhista de *A Pátria* naqueles anos de 1923-1924, em suas polêmicas com os comunistas nas disputas sindicais envolvendo as questões em torno da FTRJ e da FORJ. Além do anarquista Marques da Costa, também participaram destes debates nesse jornal, colaborando em sua redação, o próprio Domingos Passos e também José Oiticica e Fábio Luz, que eram famosos nos círculos libertários do Rio de Janeiro (GOMES, 1994, p. 137). Porém, embora a administração desta seção de *A Pátria* estivesse com os anarquistas, sabemos que os posicionamentos dos comunistas também encontraram um espaço em suas páginas (SAMIS, 2009, p. 40). A seção trabalhista de *A Pátria* foi suspensa com o estado de sítio de 1924 (GOMES, 1994, p. 154).<sup>52</sup>

Fábio Luz foi um anarquista muito presente na imprensa operária e nas polêmicas com os comunistas. Ele é considerado um dos pioneiros do anarquismo no Brasil e, além de escritor, foi médico higienista, professor, jornalista e crítico literário, um militante veterano de origens na classe média, mas que adquiriu respeito entre os anarquistas e no movimento operário (RODRIGUES, 1969, p. 152-153).

Quanto a José Oiticica (1882-1957), este é um nome que também fez história no movimento operário e no anarquismo brasileiro. O professor José Oiticica – como era conhecido, por ter lecionado no colégio Pedro II – nasceu no interior de Minas Gerais, numa família ligada à política, e obteve uma boa formação educacional, o que lhe conferiu até mesmo reconhecimento internacional (SAMIS, 2007, p. 91-92). José Oiticica participou da insurreição anarquista do Rio de Janeiro em 1918, sendo preso nesta ocasião e voltando à capital em 1919, onde participou da composição do jornal *Spártacus* – jornal que se dedicava à cobertura da Revolução Russa e que foi analisado em nosso mestrado. Ele foi um dos anarquistas, portanto, que mais se interessaram pela Revolução Russa e que ainda manteve

---

<sup>52</sup> Apesar do movimento anarquista ter sido mais forte em São Paulo, os libertários também tiveram relativa presença na classe operária do Rio de Janeiro nessa época. *A Pátria* era um título incomum para um jornal que abrigava anarquistas, já que os anarquistas são contrários ao nacionalismo, mas a participação dos libertários se explicava devido à oposição assumida deste periódico ao regime de Arthur Bernardes. O jornal *A Pátria* encontra-se disponível no acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, infelizmente ainda não digitalizado. Nesta pesquisa nós tivemos acesso aos textos deste jornal no ano de 1923-1924 por meio da obra do historiador Alexandre Samis (2002, 2009) que reproduz na íntegra, e em anexos, artigos em que se deram os conflitos entre anarquistas e comunistas. E também artigos transcritos desse jornal, no ano de 1923, foram adquiridas com a valiosa colaboração de Alexandre Samis que nos forneceu esse material.

esperanças de diálogos entre comunistas e anarquistas, tendo contatos com Astrojildo Pereira e Octávio Brandão até 1923 (SAMIS, 2007, p. 97-99).

José Oiticica foi um ativo militante na imprensa operária que também contribuiu em muitos jornais. Além de ter editado *Spártacus*, já comentamos a sua colaboração em *A Plebe* e em *A Pátria* – onde escreveu em abundância. Intelectual de expressão, Oiticica foi articulista até mesmo no jornal da grande imprensa *Correio da Manhã*, de 1921 a 1927, que reconhecia a sua importância (LAURIS JUNIOR, 2009, p. 12). Com a repressão ao levante de 5 de julho de 1924, Oiticica também será preso pela regime de Arthur Bernardes, passando por momentos difíceis no cárcere, mas, libertado, ainda colaborou com o jornal clandestino *O 5 de Julho* – que também analisamos – ao lado do ex-anarquista e dissidente do PCB Antônio Bernardo Canellas (SAMIS, 2007, p. 99). No contexto dos anos 1930, sabemos ainda que José Oiticica tentou auxiliar os anarquistas de São Paulo na reorganização da FOSP, em colaboração com Edgard Leuenroth, com o qual também sempre teve grande proximidade (SAMIS, 2007, p. 99-100).

Em relação ao movimento operário gaúcho, que parece ter sofrido menos o estado de sítio de Arthur Bernardes, nós o tratamos em separado, porque utilizamos nessa pesquisa apenas o jornal *O Sindicalista* referente à região. Lembremos que Porto Alegre diferenciou-se do eixo Rio-São Paulo por ter apresentado uma forte influência da imigração alemã na composição de seu movimento operário, imigração esta que era até incentivada por alguns empresários, devido a maior especialidade técnica de muitos destes trabalhadores (BILHÃO, 2008, p. 99 e 101). Alexandre Samis (2004, p. 150-151) aponta a importância do movimento operário gaúcho, em particular o anarquista, no contexto da Primeira República, com a fundação da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul) em 1906, de tendência sindicalista revolucionária. Já apontamos também em nosso trabalho de mestrado os impactos que a Revolução Russa obteve entre os anarquistas de Porto Alegre, que em 1918 fundaram o jornal *A Luta*, que tinha como um dos objetivos principais a defesa da Revolução Russa – impresso este que foi analisado nesta pesquisa (GOMES, 2012, p. 22-23) e (BARTZ, 2008, p. 12).

As cópias digitalizadas do periódico *O Sindicalista* de Porto Alegre, que conseguimos nos acervos consultados, vão de 1923 a 1928, cuja coleção não está completa, e inicia-se no ano de 1923 que já era o quarto ano do jornal. Não conseguimos acesso ainda às outras fases desta folha operária. *O Sindicalista* não teve uma periodicidade regular e, dependendo da época, ora se apresentava com 4 páginas, ora com 6 páginas, e sem publicidade. De acordo com Rodrigues (1997, p. 88-89), *O Sindicalista* era órgão oficial da FORGS, filiada à AIT de

Berlim, e de tendência anarcossindicalista, possuindo várias fases, mas defendendo as mesmas ideias com redatores diferentes. De fato, o jornal assim se apresenta em sua capa, como “órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul” e apresentando o nome de F. Kniestedt como tesoureiro e correspondente, Orlando Martins aparece como redator responsável a partir de 1924. Possuímos do nº 1, ano 4, de 11 de janeiro de 1923 até o nº 1, ano 9, edição de maio de 1928.<sup>53</sup>

F. Kniestedt, na verdade Friedrich Kniestedt, era um imigrante alemão e líder anarquista no movimento operário gaúcho, foi editor de jornais operários em língua alemã na Porto Alegre dos anos 1920. Friedrich Kniestedt fez parte da Escola Moderna de Porto Alegre (escolas operárias anarquistas), atuando no campo pedagógico ao lado de Orlando Martins.<sup>54</sup>

O historiador Anderson R. P. Corrêa (2018a) apresentou uma síntese da evolução das decisões dos congressos operários do Rio Grande do Sul, que afetou a linha política da FORGS e conseqüentemente os debates em *O Syndicalista*. Corrêa (2018a, p. 98) explica que, após a fundação da FORGS em 1906, houve uma breve influência do socialismo reformista até 1910 e que a partir de então começa a ascensão da influência anarquista e do sindicalismo revolucionário, contudo o autor pontua as diferenças entre as tendências e como elas operaram no movimento operário gaúcho:

[...] O sindicalismo revolucionário, segundo a historiografia, teve muita influência no Rio Grande do Sul a partir de 1912. Este não se coloca explicitamente vinculado ao anarquismo. Porém, pode-se afirmar que o sindicalismo revolucionário é uma estratégia dos anarquistas para as entidades de classe. Havia anarquistas que defendiam o sindicalismo revolucionário e outros que defendiam o anarcossindicalismo. A diferença é que o sindicalismo revolucionário não exige a filiação a uma ideologia ou a um partido e o anarcossindicalismo defende que o sindicato inclua o anarquismo explicitamente em seu programa político. [...] (CORRÊA, 2018a, p. 98).

Os debates entre as tendências do movimento operário do Rio Grande do Sul – entre anarquistas, sindicalistas revolucionários e posteriormente os comunistas – irão repercutir no

<sup>53</sup> O jornal *O Syndicalista* é importante por representar os anarquistas em um período difícil para a imprensa operária devido ao estado de sítio do governo de Arthur Bernardes durante os anos de eclosão da Coluna Prestes. Os exemplares que conseguimos de *O Syndicalista* encontramos, também, no AEL e no CEDEM.

<sup>54</sup> Para estes dados sobre Orlando Martins e Friedrich Kniestedt: (SAMIS, 2004, p. 152); (BARTZ, 2008, p. 13) e (MARÇAL, 2009, p. 170-171). De acordo com Edgard Rodrigues “Frederico Kniestedt” era imigrante alemão anarquista que trabalhou no Brasil como operário vassoureiro. Intelectual e de vasta cultura, explica-se que Kniestedt militou na Europa ao lado de Kropotkin e Malatesta e que fugiu da Alemanha devido as perseguições políticas, vindo a residir em Porto Alegre, onde morreu em 1947 (RODRIGUES, 1995, p. 88-89). Já em relação a Orlando Martins, Edgard Rodrigues (1997b, p. 174) salienta que ele era um imigrante espanhol, tipógrafo e anarquista, e que viveu, trabalhou e faleceu no Rio Grande do Sul. Inteligente e estudioso Orlando Martins teria sido redator de *O Syndicalista* por toda a sua existência.

interior dos congressos operários nacionais e regionais que ocorreram. Os 1º, 2º e 3º Congressos Operários Brasileiros (respectivamente os de 1906, 1913 e 1920) assumiram os preceitos do sindicalismo revolucionário. Já no II Congresso Operário do Rio Grande do Sul, de 1920, apareceram oposições entre anarquistas e simpatizantes da Revolução Russa, que propuseram a adesão da FORGS à III Internacional de Moscou (IC), o que foi negado pelos anarquistas, que acabaram aderindo a FORGS à Internacional apolítica de Berlim. No III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1925, houve polêmicas em relação à aceitação de militantes comunistas nesse evento e o congresso delibera adesão ao Congresso de Amsterdam (anarcossindicalista), o que faz a FORGS aderir a esta corrente. Ainda há um IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, preparado em 1927 e ocorrido em 1928, em que houve a importante participação dos anarquistas Domingos Passos e Florentino de Carvalho, onde reafirmou-se a adesão da FORGS ao anarcossindicalismo e à Internacional de Berlim. Porém, no final da década de 1920, os anarquistas perdem força no movimento operário gaúcho, que passa a ser disputado por diversas correntes, entre elas os comunistas. Estas discussões e debates sobre a linha política que a FORGS deveria seguir repercutiram intensamente em seu órgão de imprensa, o jornal *O Syndicalista*.<sup>55</sup>

Na transição entre o campo anarquista para o campo comunista devemos descrever o jornal *O Trabalhador Graphico* de São Paulo, que teve grande notoriedade na imprensa operária e na imprensa em geral. Edgard Rodrigues (1997c, p. 97) afirma que *O Trabalhador Graphico*, sindicalista, era o órgão oficial da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). Segundo Edney Gualberto (2008, p. 3) a UTG, como já foi comentado, nasceu em 1904 e teve os anarquistas como principais envolvidos – ocasião em que teve a participação de Edgard Leuenroth. Depois de um período de enfraquecimento com a repressão policial ela é refundada permanentemente em 1919, sendo disputada por anarquistas e comunistas a partir de 1922 com a fundação do PCB, e de que no final da década de 1920 o sindicato começa a sofrer a influência dos trotskistas.

---

<sup>55</sup> Em relação a estas informações sobre estes congressos operários: (CORRÊA, 2018a, p. 98, 110, 114-115). Podemos averiguar a repercussão destes debates ao longo dos anos no jornal *O Syndicalista*. A edição nº 7, ano 7, de 24 de outubro de 1925, é a primeira em que o jornal aparece denominando na capa ser “aderido a Associação Internacional dos Trabalhadores de Berlim” (AIT), o que provavelmente é um efeito direto das decisões tomadas no III Congresso do Rio Grande do Sul ocorrido um mês antes, em que radicalizou-se a postura dos anarquistas contra os comunistas. A AIT de Berlim foi uma Internacional anarquista, criada pelo anarcossindicalista alemão Rudolf Rocker em Berlim em 1922, em oposição à Internacional Comunista de Moscou (IC) (ROCKER, 2007, p. 15). E a Internacional de Amsterdam era uma federação internacional de sindicatos, com sede na Holanda, Internacional, esta, que segundo consta, também teve grande influência do sindicalismo revolucionário (SALLES, 2005, p. 82).

Estas oscilações ideológicas ao longo dos anos influenciaram na produção jornalística de *O Trabalhador Gráfico*. Como sindicato do ramo dos gráficos, é importante entendermos a materialidade deste impresso. Edney Gualberto (2008, p. 4) salienta que os gráficos e os profissionais do ramo gráfico tinham uma instrução acima da média, assim como salários superiores à média dos demais trabalhadores fabris – o que permitia também que os gráficos pudessem investir mais em formação política e intelectual. Assim, estes profissionais estiveram na vanguarda da imprensa operária e no desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores. Logo, o seu sindicato e o seu jornal foram muito disputados pelas tendências políticas do movimento operário.

O jornal *O Trabalhador Gráfico* foi refundado em 15 de junho de 1920 com a consolidação da UTG para representar os associados do ramo gráfico e veículo de denúncias contra os abusos do patronato. Tendo todas as ideologias de esquerda contempladas em suas páginas, o jornal ora era semanal, ora era mensal e diante de acontecimentos extraordinários, como greves importantes, aparecia até diariamente (GUALBERTO, 2008, p. 80-81).

*O Trabalhador Gráfico* teve um formato que variou entre 4 e 6 páginas e, em alguns momentos, apresentou um espaço publicitário na última página. Em relação à sua linha editorial, e como as tendências políticas atuaram no seu interior, apesar do próprio Edney Gualberto afirmar que ele teve períodos de hegemonia (sindicalista, anarquista, comunista e trotskista), há evidências de que este foi um espaço jornalístico de disputas:

Através do jornal *O Trabalhador Gráfico* foi possível perceber a disputa travada entre as correntes ideológicas pela hegemonia do operariado paulista. Os artigos eram desenvolvidos por diversos operários intelectuais, cada qual com suas influências políticas e doutrinárias. Pode-se afirmar que o periódico dos gráficos era um espaço democrático, compartilhado por toda vanguarda, sem censuras ou impedimento de qualquer ordem que pudesse silenciar a opinião de algum trabalhador. [...] (GUALBERTO, 2008, p. 84).

Uma figura importante que está associada a este jornal e à própria UTG, que devemos destacar, é a de João da Costa Pimenta. Ele foi um operário gráfico, assim como Edgard Leuenroth, colaborou em vários jornais da imprensa operária anarquista, sendo posteriormente um dos membros fundadores do PCB em 25 de março de 1922 (DULLES, 1977, p. 123; BANDEIRA, 1980, p. 276). João da Costa Pimenta teve grande notoriedade com a sua atuação militante no seio da UTG, sendo eleito secretário geral do sindicato em 1920 e ficando famoso por sua atuação na greve dos gráficos de São Paulo em 1923, episódio em que foi preso, porém solto logo em seguida devido à pressão popular (FERREIRA, 1978,

p. 133; DULLES, 1977, p. 169-171). Para esta pesquisa abarcamos edições de *O Trabalhador Graphico* entre os anos de 1922 a 1929 e de 1932 a 1935, quando ele teve uma fase trotskista – ano final em que a UTG é fechada devido à repressão.<sup>56</sup>

Ainda nesta transição de jornais que tiveram influências tanto do campo anarquista quanto marxista, devemos colocar *O 5 de Julho* do Rio de Janeiro, periódico interessante e singular na imprensa militante. Este jornal circulou grande parte do seu tempo de forma clandestina e sem periodicidade certa, a não ser nos anos 1930 que ele foi semanal. *O 5 de Julho* foi importante porque ele foi criado por Antonio Bernardo Canellas, ex-anarquista e depois convertido ao comunismo – foi um dos membros fundadores do PCB. Antonio Bernardo Canellas acreditou nas potencialidades revolucionárias do tenentismo, fundando este jornal para apoiá-lo e dando o mesmo nome das datas das revoltas tenentistas de 1922 e 1924. *O 5 de Julho* circulou a partir de agosto de 1924, desafiando o estado de sítio de Arthur Bernardes, e vai até 1926; depois tendo uma segunda fase de 1932 a 1933.<sup>57</sup>

Um dos mais conhecidos jornalistas operários do período que estudamos foi, portanto, o niteroiense Antonio Bernardo Canellas (1898-1936?). Canellas foi um dos mais jovens militantes daqueles tempos, de origem humilde e estudos incompletos (SALLES, 2005, p. 39-40). Tipógrafo, a profissão dos trabalhadores indispensáveis à confecção da imprensa operária, ele é considerado por Santos (2017, p. 96) o segundo maior editor da imprensa operária depois de Edgard Leuenroth, tendo publicado em muitos jornais operários e anarquistas. Everardo Dias (1962, p. 318), militante que atuou ao lado de Canellas e que escreveu as suas memórias, indica Canellas também como gráfico linotipista.

Antonio Bernardo Canellas ainda muito jovem, depois de ter editado o jornal *A Semana Social* de Maceió em Alagoas em 1917 – periódico que analisamos em nosso mestrado – viaja à Europa em 1919, onde representou a Federação Pernambucana de Sindicatos na I Conferência dos Sindicatos Anarquistas de Amsterdã (SALLES, 2005, p. 63). De volta ao Brasil, a sua ideia de ir até a Rússia, empolgado com a revolução socialista naquele país, amadureceu. Assim, viaja novamente à Europa em 1920; ficando na França até 1922, onde lentamente ocorreu uma transformação ideológica que o conduziu ao comunismo

---

<sup>56</sup> *O Trabalhador Graphico* teve periodicidade irregular e variável, cuja coleção encontra-se parte no CEDEM e parte no AEL, onde conseguimos nossas cópias digitalizadas.

<sup>57</sup> Sobre todo o percurso da história do jornal *O 5 de Julho* temos por referência o trabalho biográfico de Iza Salles sobre Antonio Bernardo Canellas (SALLES, 2005, p. 193 a 197). Este jornal nós conseguimos no acervo do CEDEM, ainda que faltando alguns números. A respeito da história de *O 5 de Julho* e a colaboração de anarquistas – como José Oiticica e Edgard Leuenroth – junto a Canellas neste jornal, Cf.: Salles (2005, p. 193-196); Samis (2009, p. 47; 2007, p. 99); Santos (2017, p. 216-217); Khoury, (1988, p. 44) e Dulles (1977, p. 200-201).

marxista. Foi na França que ele ficou sabendo da fundação do PCB nas suas correspondências com Astrojildo Pereira, sendo votado em ausência e por unanimidade para a Comissão Central Executiva do partido e, por indicação de Astrojildo, escolhido como representante do PCB para participar do IV Congresso da Internacional Comunista (IC) em Moscou, onde fica de setembro a dezembro de 1922, para tentar admitir o PCB nesse órgão, tornando-se o primeiro brasileiro a conhecer a URSS (SALLES, 2005, p. 66-71).

Neste IV Congresso da IC em Moscou, em finais de 1922, Canellas entrou em discordância com as autoridades russas, inclusive com o próprio Trotsky, em torno da participação dos maçons no PCF (Partido Comunista Francês), acusando Trotsky de manipular o plenário para conseguir aprovar a sua resolução sobre o PCF. Canellas ficou preocupado com esta questão já que o seu amigo Everardo Dias, que tinha se convertido ao comunismo, aderindo ao PCB, também era maçom (SALLES, 2005, p. 124-126). A postura de Canellas impossibilitou naquele momento que o PCB fosse reconhecido pela IC como membro efetivo, que argumentou que o comportamento do delegado brasileiro refletia a confusão teórica do PCB devido ao seu passado anarquista (SANTOS, 2017, p. 201 a 204). Para Santos, (2017, p. 201) o episódio deve ser analisado sob o aspecto do centralismo democrático dos comunistas que, mesmo com a existência de debates, exigia a votação unânime para demonstrar centralização e que Antonio Bernardo Canellas, portanto, nesta situação, foi fiel à sua formação anarquista de expressar as opiniões livremente.

O fato é que, com este episódio, Canellas retorna ao Brasil em janeiro de 1923, sem uma resposta positiva da IC. Os dirigentes do PCB, entre eles Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, ao se inteirarem sobre o ocorrido, entram em conflito com Canellas. Assim, a partir de junho de 1923 até julho de 1924, quando finalmente o PCB é admitido na IC, o partido vai realizar um processo de expulsão de Antonio Bernardo Canellas do partido e de condenação de suas teses sobre o ocorrido que ele tinha publicado em relatório. Antonio Bernardo Canellas é expulso do PCB em 30 de novembro de 1923.<sup>58</sup>

Declarando-se, a partir de então, um “comunista independente”, Antonio Bernardo Canellas funda o jornal *O 5 de Julho* em agosto de 1924, jornal que se apresentou em formato tablóide de 4 páginas e sem publicidade. Neste novo projeto, em que a tipografia do jornal tinha que ser clandestina para fugir das perseguições do governo Bernardes, Canellas teve a ajuda de Everardo Dias e dos anarquistas José Oiticica e Edgard Leuenroth que voltaram a se aproximar de Canellas neste contexto, como aponta Santos (2017, p. 216-217) e Khoury,

---

<sup>58</sup> A respeito deste processo de expulsão de Canellas do PCB (SANTOS, 2018, p. 206-212).



(1988, p. 44). Apesar do jornal ter assumido apoio à revolta dos tenentes, ele defendeu um programa político avançado, denunciando as injustiças sociais e pregando uma ampla legislação trabalhista, medidas que não refletiam, como veremos, as ideias dos chefes militares do tenentismo (DULLES, 1977, p. 200-201). A partir dos anos 1930, *O 5 de Julho* deixa de circular na clandestinidade e passa a estampar na capa o nome de Antonio Bernardo Canellas como diretor.

Já Everardo Dias foi um militante operário famoso do período e que marca presença em nossas fontes, contudo, ele não era anarquista, apesar de ter sido amigo e ter militado ao lado dos anarquistas. Everardo Dias era maçom, livre pensador e gráfico, possuiu uma formação política ideológica com influências diversas, dialogando com republicanos, com o socialismo de várias tendências e o anarquismo. Participou ativamente das grandes greves do período – como a greve geral paulista de 1917 e nas ondas grevistas de 1919 – sendo preso diversas vezes, como em 1927 e 1935 (DIAS, 1962, p. 07-14; SANTOS, 2017, p. 217).

Passando agora para o campo estritamente comunista-marxista do movimento operário veremos que, além de sindicatos, uma organização que passa a ser central é o próprio PCB. E contar a história do Partido Comunista Brasileiro a partir de sua criação, no contexto de debates contra os anarquistas, é contar a história de Astrojildo Pereira e de Octávio Brandão, que se confundiram com a história do partido.

O já comentado Astrojildo Pereira (1890-1965), um dos principais articuladores da fundação do PCB em 1922, era carioca do interior e de família ligada ao pequeno comércio e à política local, o que lhe conferiu acesso a uma formação escolar católica. A sua fase nitidamente anarquista foi de 1911 a 1921 (FEIJÓ, 2001, p. 19-22). Podemos concluir agora que Astrojildo Pereira – ao lado de Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Antonio Bernardo Canellas – foi um dos maiores jornalistas da imprensa operária e militante do período aqui estudado. E as nossas fontes revelam que ele era bem informado sobre os acontecimentos internacionais:

Atento ao que se passava no mundo, Astrojildo evoluiu de forma gradativa de uma posição de simpatia pela teoria marxista para ser um comunista. Sua separação dos anarquistas foi um processo doloroso, por tudo pelo que haviam lutado juntos. Apesar do tom de polêmica e animosidade entre comunistas e anarquistas, Astrojildo guardou sempre respeito e até admiração pelas mais destacadas personalidades do anarquismo brasileiro. Mas seu caminho era outro, e não hesitou em segui-lo. (AMARAL, 2007, p. 254).

O PCB foi fundado entre 25 e 27 de março de 1922 no Rio de Janeiro e Niterói. No 1º congresso de fundação do partido estavam 9 representantes de grupos comunistas de algumas regiões brasileiras. Desses 9 representantes, segundo Bandeira (1980, p. 276), 7 saíram do movimento anarquista. Entre eles, nomes importantes na militância operária como os de Astrojildo Pereira e João da Costa Pimenta. O congresso elegeu para secretário geral Abílio de Nequete – imigrante sírio-libanês que foi um dos primeiros no Brasil a fundar uma associação comunista, a União Maximalista de Porto Alegre, fundada em 1918 (BARTZ, 2008, p. 122-123). E nessa ocasião Astrojildo Pereira, Antonio Bernardo Canellas e Luiz Perez integraram a Comissão Central Executiva (CCE) e Rodolfo Coutinho – outro nome importante no partido – ficou como suplente (BANDEIRA, 1980, p. 278). Nesse ano de 1922, após o estado de sítio do primeiro levante tenentista, o PCB cai na ilegalidade após apenas quatro meses de fundação.

O nome de Octávio Brandão (1896-1980) também é muito presente em nossas fontes, alagoano de origem mais humilde, sua educação foi custeada por um tio, tornando-se farmacêutico. Ainda era bem jovem quando iniciou a trajetória de ativista político, escrevendo um artigo contra a Primeira Guerra Mundial no jornal *A Semana Social* de Maceió em 1917, em colaboração com Antonio Bernardo Canellas, sendo que no ano seguinte já apresenta nítidas influências anarquistas. No início de 1919, a repressão do governo alagoano o obriga a rumar até o Rio de Janeiro, onde foi companheiro de lutas com José Oiticica. Octávio Brandão se declara anarquista até inícios de 1922, mas a sua simpatia pela Rússia socialista já era evidente desde antes de entrar para o PCB – que ocorreu em outubro desse ano – tornando-se uma das principais figuras do partido (AMARAL, 2007, p. 260-263).

De acordo com Del Roio (2007a, p. 235), após o segundo levante tenentista de São Paulo em 1924, Octávio Brandão escreveu a obra “Agrarismo e Industrialismo”, em que ele tenta fazer uma análise marxista da formação social brasileira e as perspectivas revolucionárias para a classe operária nacional, onde é apontado que a classe operária se encontrava derrotada e dividida. Esta obra, junto com os documentos do V Congresso da IC serviu de base para as discussões do II Congresso do PCB, realizado em 1925. O V Congresso da IC determinou a necessidade de ter um maior contingente operário no partido, com a formação de “blocos” comunistas nas fábricas, nisso se insere a fundação, nesse ano de 1925, do jornal *A Classe Operaria* que utilizamos para esta pesquisa, para tentar aproximar mais o partido das organizações operárias (DEL ROIO, 2007a, p. 236).

A política de “blocos” preconizada pela IC serviria para consubstanciar uma política de “frente única” proletária. Com a abertura política de final de 1926 e 1927, e com a disputa

travada com os anarquistas no movimento operário, os comunistas viram alianças plausíveis na área reformista. Assim, tendo em vista as eleições federais e estaduais daquele ano, portanto, o PCB propôs a formação de um Bloco Operário, numa frente única que envolvesse sindicatos, partidos, grupos e personalidades (DEL ROIO, 2007a, p. 237). A partir deste momento houve uma interpretação no partido, influenciado por Octávio Brandão, da necessidade de uma aliança estratégica do movimento operário com a pequena burguesia urbana e de uma aliança mais ampla que reunisse todas as forças de oposição contra as oligarquias, estimulando uma terceira revolta tenentista. Com isso, em reunião do CCE em outubro de 1927, decidiu-se transformar o Bloco Operário em BOC (Bloco Operário e Camponês), tentando se adequar à linguagem das orientações da IC para a América Latina, que determinava uma frente única das organizações operárias, populares e da pequena burguesia urbana. Nesse contexto, o tenentismo é interpretado como um movimento revolucionário da pequena burguesia e, em finais de 1927, Astrojildo Pereira é enviado à Bolívia para se encontrar com Luis Carlos Prestes – líder tenentista que estava exilado naquele momento – a fim de aproximá-lo do comunismo (DEL ROIO, 2007a, p. 239).

O III Congresso do PCB, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, confirmou a proposta de aliança com a pequena burguesia (DEL ROIO, 2007a, p. 243). Entretanto, a partir de 1929, de acordo com Del Roio (2007a, p. 246-247), iniciou-se a influência de Stálin na IC, o que mudou a linha política desta Internacional, que passou a pregar que os PC's rompessem as alianças com a social-democracia devido à possível retomada da revolução socialista naquela conjuntura de grave crise econômica do capitalismo. Isso entrou em choque com a linha que vinha sendo desenvolvida por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão desde 1924, de aliança estratégica do movimento operário com a pequena burguesia urbana. Esta mudança na orientação política do PCB imposta pela IC vai dividir as tendências dentro do partido: a de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira (que defendia a aliança de frente única do proletariado com a pequena burguesia); uma segunda que priorizava a organização operária autônoma (aproximando do anarcossindicalismo); e uma outra, que combatia a linha do III Congresso do PCB e defendia a ideia de que a revolução brasileira tinha que assumir desde o início um caráter anticapitalista e anti-imperialista – aproximando-se das concepções de Trotsky (DEL ROIO, 2007a, p. 247).<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Buscamos apresentar aqui apenas uma síntese da evolução da linha política do PCB para compreender os elementos que influenciaram nos debates contidos na imprensa comunista. Sobre a política de alianças do PCB, e das relações do partido com a IC, para a configuração destas diretrizes, encontraremos informações em seção mais adiante e conforme as fontes forem sendo analisadas.

A partir deste momento, o PCB entra em nova fase em que novos grupos e militantes assumirão a sua direção, num contexto de muitas dificuldades nos anos 1930, com o aumento da perseguição política contra o partido. Em 1931 Astrojildo Pereira é destituído da secretaria geral e, no início de 1932, ele é expulso do partido (AMARAL, 2007, p. 257; FEIJÓ, 2001, p. 91). Já Octávio Brandão passa a sofrer constantes perseguições policiais, cai no ostracismo no interior do PCB e é detido pela polícia em 1931, ano em que ele é deportado para fora do país como o primeiro preso comunista do regime Vargas (AMARAL, 2007, p. 265).

As diretrizes políticas do PCB são fatores que influenciaram na linha editorial dos jornais da imprensa comunista, principalmente dos impressos ligados diretamente ao partido, como foram os casos dos periódicos *Movimento Comunista* e *A Classe Operaria*, ambos do Rio de Janeiro. E na longa transmutação ideológica que o movimento operário brasileiro sofreu a partir da Revolução Russa, segundo Del Roio (2007b, p. 82), a importância de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão são fundamentais.

*Movimento Comunista* era uma revista que tinha por volta de 30 páginas, seguindo em ordem sequencial sem interrupção a cada número e não possuía publicidade. A revista *Movimento Comunista* iniciou-se em janeiro de 1922 por iniciativa de Astrojildo Pereira para divulgar as idéias advindas da Revolução Russa e, após a fundação do PCB em março, a revista passou a ser o órgão oficial do partido. Inicialmente mensal em 1922, a revista passa a ser quinzenal em 1923, quando começa a se apresentar como “*Movimento Comunista - Órgão do Partido Comunista S.B.I.C.*” (que queria dizer *Seção Brasileira da Internacional Comunista*). Possuímos toda a coleção deste periódico com exceção do primeiro número, indo do nº 2, de fevereiro de 1922, até o nº 24, de 10 de junho de 1923. Financeiramente bem-sucedida e, em parte, com artigos preparados pela Internacional Comunista, esta revista obteve uma estruturação que não era comum na imprensa operária, fatores que demonstram uma diferença entre a imprensa comunista, que gozava de melhores condições, e a imprensa anarquista, que possuía maiores dificuldades.<sup>60</sup>

O jornal *A Classe Operaria*, que também analisamos, como vimos, igualmente era um órgão oficial do PCB. Fundado em 1º de maio de 1925, o jornal era um semanário e teve Astrojildo Pereira e Octávio Brandão como principais responsáveis por sua edição. Contudo,

---

<sup>60</sup> Estas informações a respeito da revista *Movimento Comunista* são referenciadas em Dulles (1977, p. 151-152 e 162) e Del Roio (2007a, p. 231-232). Em relação à questão de a imprensa comunista ser melhor aparelhada do que a anarquista, podemos pensar que a estrutura partidária poderia ser uma vantagem financeira para o periódico vinculado à agremiação que o representasse. Astrojildo Pereira, em sua história do PCB, oferece um balanço financeiro da revista e calcula que *Movimento Comunista* chegou a uma tiragem total de até 15.000 exemplares (PEREIRA, 1976, p. 78). A revista *Movimento Comunista* obtivemos cópias digitalizadas junto ao AEL.

três meses após o seu lançamento, o jornal foi fechado pela polícia a mando do presidente Arthur Bernardes, mas o periódico volta em nova fase em 1928, continuando com dificuldades devido à repressão até 1930. Posteriormente, durante a década de 1930, há registros de que *A Classe Operaria* tenha circulado, mas com grandes dificuldades. *A Classe Operaria* se apresentava com a frase inicial em seu cabeçalho: “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores” e também tinha formato tablóide de quatro páginas quase sem publicidade. Sendo outro exemplo de jornal da imprensa comunista com melhores condições materiais, *A Classe Operaria*, segundo Dulles (1977, p. 226 e 295), chegou em 1925 a uma impressão de 10.000 exemplares e de 15.000 em 1928.<sup>61</sup>

As publicações *Movimento Comunista* e *A Classe Operaria* foram órgãos oficiais do PCB, que se dirigiam à classe operária e buscavam publicar um conteúdo voltado a este público. Porém, houve periódicos na imprensa comunista – que, como vimos, foi comum na imprensa anarquista – que eram ligados aos sindicatos e organismos de base da classe trabalhadora. Faziam, portanto, parte da esfera de influência do PCB no movimento operário. Estes são os casos aqui dos jornais estudados *Voz Cosmopolita*, de *O Internacional* e de *O Solidario*, todos ligados ao ramo alimentício.

O jornal *Voz Cosmopolita*, quinzenário, era “órgão dos empregados em hotéis, restaurantes, cafés, bares e anexos” do Rio de Janeiro. Era, portanto, órgão do sindicato dessas categorias, conhecido como *Centro Cosmopolita*, dos trabalhadores do setor terciário urbano. *Voz Cosmopolita* era antes um periódico anarquista que se chamava *O Cosmopolita*. Contudo, após a fundação do PCB em 1922, este periódico retornou com o título de *Voz Cosmopolita*, expressando agora a nova tendência marxista. Assim, nós trabalharemos com este título na sua fase comunista, cujos os exemplares que possuímos vai de seu primeiro número em 1922 até 1928 e 1933. *Voz Cosmopolita* também tinha formato tablóide de quatro páginas e possuía espaço publicitário em sua última página. De acordo com Peixoto (2010, p. 184), que estudou esse periódico, *Voz Cosmopolita* possuía um grupo editor extenso e tinha uma organização de

---

<sup>61</sup> As nossas cópias de *A Classe Operaria* nós obtivemos no CEDEM e, também, alguns números desse jornal podem ser visualizados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Infelizmente ainda não conseguimos obter a coleção completa deste periódico nos arquivos que consultamos, possuímos edições dos anos de 1925 e de 1928 a 1930 apenas. Sobre a história de *A Classe Operaria* Cf.: Dulles (1977, p. 226); Del Roio (2007a, p. 236); e Amaral (2007, p. 255-256). Astrojildo Pereira, mais uma vez em suas memórias, afirma que o jornal *A Classe Operaria* teve uma boa receptividade entre a classe trabalhadora e que a primeira edição, de 1º de maio de 1925, teve uma tiragem de 5.000 exemplares que logo se esgotaram (PEREIRA, 1976, p. 95-96). Proporções estas, de impressão, que já eram consideráveis para uma folha operária. Na obra de Carneiro e Kossoy (2003, p. 68 e 70) há a confirmação de que o jornal ainda tentou circular abaixo de forte repressão nos anos 1930 e que a partir de 6 de outubro de 1928, devido a perseguições policiais, o jornal passou a ser impresso na tipografia de *O Jornal*, do jornalista Assis Chateaubriand, confirmando as boas relações dos comunistas que explicam, em parte, a boa estrutura do jornal no período.

distribuição das atribuições administrativas semelhante a um partido político, com uma diretoria subdividida por hierarquia de funções. Com a fundação do PCB em março de 1922, *Voz Cosmopolita*, que é fundado em 1º de janeiro de 1922, se filia ao partido e se torna um veículo de propaganda comunista não oficial. É interessante observarmos que a mudança de cultura política desse periódico, do anarquismo para o comunismo, foi lenta, apesar da afiliação ao PCB:

O que é interessante observarmos é que mesmo assumindo abertamente a filiação com o comunismo, a presença de elementos claramente *libertários* [...] acompanhou a publicação por longos anos, entretanto, a diminuição da presença de referências ao anarquismo foi gradual, assinalando a mudança de postura da publicação. [...] (PEIXOTO, 2010, p. 185).<sup>62</sup>

O jornal *O Internacional*, de acordo com Dulles (1977, p. 153), também era um órgão dos empregados em hotéis, restaurantes, bares e anexos, mas de São Paulo. Era o principal órgão de Astrojildo Pereira e dos comunistas na capital paulista, seguindo a linha política do PCB, aparecia a cada duas ou três semanas, iniciando, na sua fase comunista, em 1922, foi publicado até 1928, período que nós temos a maioria dos exemplares. *O Internacional* também seguia o modelo tablóide de quatro páginas e com publicidade na sua última página. Este jornal era editado pelo grupo “Ação e Cultura” e teve como redator José Gil Dieguez, que também foi redator no jornal *Voz Cosmopolita* no Rio de Janeiro, como aponta Claudio Batalha (2009, p. 59). Já Rodrigues (1997c, p. 92 e 95) aponta que *O Internacional* teve uma fase anarcossindicalista em 1921 e que a partir de 1927 o periódico passa a se identificar como “órgão dos trabalhadores em indústria gastronômica”.<sup>63</sup>

*O Solidario*, jornal comunista de Santos-SP, era “órgão dos trabalhadores em alimentação”, passou a ser publicado a partir de 1923, saindo a cada duas ou três semanas, do qual possuímos algumas edições do ano de sua fundação até o ano de 1926. Dulles (1977, p. 161-162) afirma que *O Solidario* – ao lado de *Voz Cosmopolita* e de *O Internacional* – foi mais um dos jornais da imprensa comunista, ligada a sindicatos do ramo alimentício, que mais entrou em polêmicas com a imprensa anarquista nos inícios da década de 1920. Já Rodrigues

---

<sup>62</sup> Estas informações sobre *Voz Cosmopolita* encontramos em Peixoto (2010, p. 183-185). É importante esclarecermos, como enfatiza a autora, que o jornal tinha uma organização semelhante a um partido político, onde cada aderente tinha que contribuir com um valor estipulado para o jornal e que isso diferia das organizações sindicais até então existentes (PEIXOTO, 2010, p. 184). Isso se distingue, como vimos, da imprensa anarquista, que nem sempre era distribuída gratuitamente, mas onde os jornais, ainda que ligados a sindicatos, sobreviviam de subscrições voluntárias e de assinantes – o que era comum a toda a imprensa operária. A coleção de *Voz Cosmopolita* encontramos, faltando alguns números, no acervo do CEDEM.

<sup>63</sup> Quanto ao *O Internacional*, a sua coleção foi encontrada, faltando alguns números, no acervo do CEDEM.

(1997c, p. 93) confirma a tendência marxista de *O Solidario* e que o jornal tinha por diretor João Freire de Oliveira. Em relação ao diretor do jornal, Boris Kossoy (2003, p. 46) explica que o DEOPS qualificou João Freire de Oliveira como um “conhecido agitador” e um dos fundadores do jornal *O Solidario*. O autor ainda acrescenta que nos arquivos policiais consta que João Freire de Oliveira chefiava a Seção Brasileira da Internacional Comunista – possivelmente se referindo ao PCB – e que ele havia sido candidato às eleições municipais como representante do partido. *O Solidario*, seguindo o formato dos jornais anteriores, continha quatro páginas com publicidade na última.<sup>64</sup>

O jornal *A Nação*, do Rio de Janeiro, foi um caso singular na imprensa militante, pois, originalmente, este não era um jornal operário, ainda que tenha entrado, de certa forma, na esfera da imprensa operária e militante. *A Nação* era um jornal diário que pertenceu ao professor de Direito Leônidas de Resende que, convertido ao marxismo, entregou a direção do jornal para o PCB – que dirigiu o diário de janeiro a agosto de 1927, quando foi fechado diante das novas medidas repressivas daquele ano. Então, temos mais um caso que demonstra que a imprensa comunista obteve melhores condições estruturais em relação à imprensa anarquista. Astrojildo Pereira (1976, p. 99) lembra que Leônidas de Resende e o jornal *A Nação* já tinham assumido posições de oposição ao governo de Arthur Bernardes e que sofreu, com isso, perseguições políticas; e que Leônidas de Resende, portanto, resolutamente convertido às posições do marxismo-leninismo, procurou a direção do partido já em fins de 1926, propondo retomar o jornal como órgão comunista a serviço do PCB. A partir de janeiro de 1927, com o novo governo de Washington Luís, tinha-se acabado o estado de sítio do governo anterior, e de sua censura à imprensa, isso permitiu que o PCB tivesse chances de disputar as eleições estaduais daquele ano. Assim, a ajuda do jornal *A Nação* foi importante, pois foi nesse jornal que o PCB lança a proposta de formar uma “frente única eleitoral”. E, também, é importante lembrar que foi nesse jornal, segundo Del Roio (2007a, p. 238), que o PCB passou a defender a aproximação com a Coluna Prestes.<sup>65</sup>

Para esta pesquisa temos a nossa disposição todos os números diários de *A Nação* sobre a administração do PCB, que vai da edição de 3 de janeiro de 1927 até a edição de 11 de agosto de 1927. O jornal *A Nação* apresenta-se nesse período com a foice e o martelo (símbolo comunista) em sua capa e com as frases: “proletários de todos os países uni-vos!”, frase famosa de Karl Marx; e: “Não há direitos para o pobre; ao rico tudo é permitido”, verso

<sup>64</sup> O jornal *O Solidario* se encontra no acervo do CEDEM, de onde extraímos nossas cópias digitalizadas.

<sup>65</sup> Informações estas sobre *A Nação* Cf.: Pereira (1976, p. 109-110); Dulles (1977, p. 254-257) e Del Roio (2007a, p. 237-238). Cópias digitalizadas de todos os números de *A Nação*, de janeiro a agosto de 1927, nós conseguimos junto ao CEDEM.

do hino da Internacional. *A Nação*, geralmente constituído de quatro a seis páginas, apresentava muitas fotos e charges e, nem sempre, propagandas publicitárias no final. Nesse ano de 1927, *A Nação* apresentava Leônidas de Resende como diretor e João Freire de Oliveira e Paulo Mota Lima como redatores ligados ao PCB (DULLES, 1977, p. 255).

Ainda dentro da esfera política de influência do PCB, analisamos o jornal *O Combate*, cuja fase que trabalhamos é referente ao ano de 1928. *O Combate* era um jornal diário de São Paulo que fazia oposição ao governo de Washington Luís e por isso, nesse ano, abriu espaço jornalístico para a classe operária, cujos comunistas, via BOC, atuaram em sua seção trabalhista. *O Combate* foi importante porque, nesse período, ele se insere nos embates no movimento operário criticando os métodos de luta do anarquismo (DE DECCA, 1994, p. 93-95 e 187).

Já comentamos que o jornal *O Combate* pertencia ao jornalista Nereu Rangel Pestana, e que este teve relações de amizade com Edgard Leuenroth, ajudando a publicar *A Plebe* no contexto da greve geral de 1917 e utilizando o seu jornal para intermediar os conflitos. O jornal teve então uma atuação importante no cenário político e social paulistano. *O Combate* foi fundado em 1915 por Nereu Rangel Pestana e seu irmão Acilino e durou até 1930. Porém, em 1926, Nereu passou a direção de seu jornal para outro irmão, Ludolfo Rangel Pestana, momento que ocorre modificações na orientação do jornal (BALSALOBRE, 2010, p. 37 e 39).

Então, no contexto do ano de 1928, o jornal *O Combate* apoia a frente de oposições ao governo federal, passando a ser o porta voz dos “revolucionários”, congregados no BOC e no Partido Democrático, que queriam derrubar as oligarquias para realizar uma revolução brasileira. Devido à “lei celerada” de agosto de 1927, o PCB é colocado na semilegalidade, o que fez com que os comunistas se utilizassem do BOC para poderem se apresentar como uma agremiação partidária (PEREIRA, 1976, p. 125-127). Assim, os comunistas puderam ter acesso à seção trabalhista deste jornal:

*O Combate*, além de abrir um espaço considerável para as notícias sobre a movimentação operária em 1928, mantinha diariamente uma seção denominada *Movimento Operário*, na qual o Bloco Operário e Camponês abordava os mais variados assuntos e temas. Nesse sentido, a abertura para a classe operária não ocorria de forma indiscriminada e o interlocutor válido para o movimento das oposições era uma agremiação partidária específica, o Bloco Operário e Camponês (BOC). Isto quer dizer que, do ponto de vista da proposta de revolução defendida pelo *O Combate*, a classe operária tornava-se uma aliada desde que ela aparecesse representada numa agremiação partidária cuja proposta de revolução pudesse se articular no âmbito do movimento de oposição. [...] (DE DECCA, 1994, p. 93).



A seção *Movimento Operário*, portanto, se apresentava na sexta página do jornal. Possuímos as edições de *O Combate* de 1º de março de 1928 até 29 de setembro de 1928. O diário, como um impresso da grande imprensa, apresentava muita publicidade e, apesar das mudanças pelas quais o jornal passou no ano de 1928, ele ainda apresenta o nome de Nereu Rangel Pestana como diretor do jornal, o que demonstra que ele ainda tinha influência sobre o mesmo.<sup>66</sup>

Por último ainda analisamos o importante jornal trotskista *A Luta de Classe* fundado pelo famoso jornalista Mário Pedrosa (1900-1981). O militante Mário Pedrosa se filiou no PCB pouco tempo depois de sua fundação e em fins de 1927 ele é enviado pelo partido para realizar o curso de formação de quadros da IC em Moscou na URSS. Porém, devido a um inverno rigoroso, ele teve que se deter em Berlim na Alemanha, momento em que entrou em contato, por meio do PC alemão, com os documentos críticos que Trotsky (um dos maiores líderes da Revolução Russa) tinha enviado para o VI Congresso da Internacional Comunista de 1928. Concordando inteiramente com este documento, Mário Pedrosa, que já possuía um razoável conhecimento dos embates políticos entre Trotsky e Stálin na URSS, a partir da imprensa comunista francesa, decide não ir mais até Moscou depois da expulsão de Trotsky e de sua oposição ao PCUS (Partido Comunista da União Soviética).<sup>67</sup>

Trotsky foi um personagem importante nos acontecimentos da Revolução Russa, tinha sido presidente do Soviete de Petrogrado e membro do governo soviético até 1927. Contudo, ele entrou em choque com a política de Stálin – outro líder bolchevique eminente desde a revolução – em torno da política externa da URSS. Stálin e seus seguidores no partido russo passaram a defender a ideia de que a União Soviética tinha que seguir isoladamente rumo ao socialismo, já Trotsky passou a acusar Stálin de abandonar o programa marxista, visto que Marx pregava que a classe operária era internacional e que o socialismo só poderia triunfar com a derrubada do sistema capitalista em todo mundo. Trotsky, assim, desenvolveu a sua teoria da “revolução permanente”, no sentido de que para ele a revolução socialista e comunista só se consumaria com a vitória definitiva do proletariado em todo o mundo. Construindo a “Oposição de Esquerda” contra Stálin desde 1923, Trotsky é derrotado, enquanto Stálin consolidava uma ditadura sobre o partido e toda sociedade russa. Trotsky é

---

<sup>66</sup> As cópias desse periódico conseguimos junto ao CEDEM. O jornal *O Combate*, na verdade, assim como *A Pátria*, não era originalmente um jornal operário, mas que por ter possuído uma seção trabalhista, editado por militantes operários, voltado para as demandas operárias e que publicava artigos escritos por militantes e operários, consideramos, assim, que estes jornais, foram representativos para a imprensa operária e suas correntes políticas.

<sup>67</sup> Estas informações sobre a vida de Mário Pedrosa e de sua conversão ao trotskismo Cf.: Marques Neto e Karepovs (2007, p. 397), Alambert (2007, p. 412-413) e Campos (1985, p. 64-65).

expulso do partido junto com seus seguidores e é deportado da URSS em 1928. No exílio ele organizou os militantes que aceitavam seus pontos de vista e organizou a “Oposição de Esquerda Internacional”, com o objetivo inicial de levar as suas críticas a todos os Partidos Comunistas do mundo reunidos na Internacional Comunista e fazê-los reconhecer os erros cometidos e retomar os rumos da revolução. Dando início, portanto, ao movimento trotskista como uma outra vertente do comunismo (CAMPOS, 1985, p. 8-11 e 20).

Dessa forma, o trotskismo chegou ao Brasil pelas mãos de Mário Pedrosa que tinha muita influência entre os operários gráficos – e, como vimos, esta tendência passou a exercer, na década de 1930, influência sobre o jornal *O Trabalhador Graphico*. Pedrosa e seus seguidores foram expulsos do PCB por defenderem as posições de Trotsky e em julho de 1929, então, ele organiza a primeira representação trotskista no Brasil: o “Grupo Comunista Lenin”, que terá no jornal *A Luta de Classe*, lançado em 1º de maio de 1930 no Rio de Janeiro, o seu porta-voz. O jornal *A Luta de Classe* era mensal, inicialmente, depois foi irregular e durou até o fim de nosso recorte cronológico em 1935. Este periódico foi importante porque ele polemizou com as outras tendências do movimento operário, disputando as organizações sindicais tanto com os comunistas do PCB – partido este que os trotskistas ainda tentavam conquistar – quanto com os anarquistas – apesar de ter ocorrido uma aliança com estes últimos em 1931 pela independência dos sindicatos contra o Ministério do Trabalho de Vargas, como indica Dulles (1977, p. 381-385) e Campos (1985, p. 65-66).

O jornal *A Luta de Classe* é importante para que tenhamos uma maior representatividade da opinião comunista na década de 1930, pois a imprensa do PCB passou por grandes dificuldades nesse período. É por meio de *A Luta de Classe*, ainda, que os trotskistas elaboraram formas de ação política distintas da do PCB na luta de classes do Brasil (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 398). A partir de 1934, com a fundação da Liga Comunista Internacionalista (LCI), fundada em 1933, que passa a ser o órgão ao qual o jornal *A Luta de Classe* era vinculado, os trotskistas passaram a condenar a política de alianças do PCB com a pequena burguesia e a propor uma política de frente única apenas de coligações das forças operárias e de esquerda (CAMPOS, 1985, p. 68-69).<sup>68</sup>

Traçando uma linha geral da importância política da imprensa operária na história brasileira do período e do movimento operário a ela vinculada, podemos apontar que este tipo

---

<sup>68</sup> É importante mencionar que nesse contexto de divisões internas do PCB com o surgimento de sua ala trotskista, segundo o depoimento das memórias do militante trotskista Hilcar Leite, reunida na obra coordenada por Angela de Castro Gomes, entre os velhos militantes fundadores do PCB que aderiu ao trotskismo encontra-se o nome de Rodolfo Coutinho (GOMES, 1988, p. 169). Conseguimos as cópias digitalizadas de *A Luta de Classe* no CEDEM.

de imprensa amplificou as demandas e pressões sociais que culminaram no colapso da Primeira República e que se tornou um fator que influenciou na construção política da Segunda República a partir de Getúlio Vargas. Tanto os militantes anarquistas, como os sindicalistas revolucionários, os comunistas e os trotskistas, que produziam esta imprensa militante, que atuavam junto ao movimento operário, construíram uma relação com a classe operária que moldou um estilo próprio de imprensa e de valores políticos – relacionados às culturas políticas aqui analisadas. Angela Maria de Castro Gomes (1994), importante historiadora que dissertou a respeito da “invenção do trabalhismo”, parte integrante da construção da imagem de Getúlio Vargas, com a promulgação de uma legislação do trabalho, na Constituição de 1934, afirma que a classe trabalhadora e o Estado foram os principais protagonistas nesta redefinição nas questões da participação política, da cidadania e da democracia nesta “invenção do trabalhismo”. A autora, tratando do movimento anarquista, mas numa análise que também pode ser estendida às outras correntes socialistas e de esquerda, demonstra a contribuição para as mudanças no tratamento, na condição e da posição do trabalhador na sociedade:

[...] O valor do trabalho e a centralidade da figura do trabalhador para uma futura sociedade anarquista eram pontos inquestionáveis. Desta forma, os libertários reforçaram a ética do trabalho que vinha sendo construída pelos socialistas, bem como seu projeto de identidade fundado na solidariedade dos interesses dos que trabalham. Além disso, enriqueceram o modelo de homem trabalhador com uma perspectiva de educação integral que objetivava sua elevação intelectual e moral. [...]. (GOMES, 1994, p. 12).

Houve um grande esforço, portanto, dos jornais operários no sentido da conscientização política dos trabalhadores, e já mencionamos as dificuldades dos militantes operários no contexto brasileiro, diante de uma população que era destituída de vários direitos, incluindo a exclusão de um precário e quase inexistente sistema educacional. A população alfabetizada do país, assim, era mínima e, muitas vezes, relutante quanto à organização sindical e partidária.

### **1.3. Eventos na Rússia e impactos no Brasil**

A Revolução Russa de 1917 foi um evento político de amplas repercussões internacionais desde o seu início e que produziu uma quantidade enorme de interpretações e mitos ao redor do mundo. Em grande medida, a carga polêmica e explosiva que envolveu esse

assunto na época deveu-se à radicalidade com que se expressaram as massas populares e os movimentos sociais na Rússia naqueles anos, destacando-se a organização dos soviets.

A população russa em 1917, devido em grande parte às catástrofes sociais geradas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), iniciou um movimento espontâneo de auto-organização social com vigor e profundidade que “espantaram o mundo” no início do século XX. Essa auto-organização expressou-se por meio da formação de conselhos populares que objetivavam administrar a própria sociedade: os *soviets*. E quando estes órgãos, num primeiro ato, em março, ajudaram a derrubar o czar e, num segundo momento, novembro de 1917 (revolução de outubro), derrubaram o governo provisório assumindo a própria direção política do país, o significado histórico destes eventos foi sentido na época com grande alarde em vários países ao redor do globo. Estes eventos alimentaram por anos o mito e o imaginário político da Revolução Russa, como uma revolução em que a classe operária tinha tomado o poder, a revolução dos *soviets*.<sup>69</sup>

Os soviets constituíram-se em órgãos espontâneos de autogestão social, adaptados aos rigores das perseguições da política czarista e a uma legislação repressiva devido a sua organização informal, descentralizada, flexível, ágil e de mínima burocracia. E com a revolução de março de 1917 (queda do czar), os soviets assumiram a função de fiscalizar a ação do governo provisório para que se cumprissem efetivamente as reformas democráticas desejadas – quando não a de exercer de fato determinadas funções governamentais, como abastecimento, trânsito, saúde pública, iluminação, educação etc. Constituindo-se, assim, em poder popular paralelo ao Estado (FERRO, 2011, p. 40-41) e (REIS FILHO, 2003, p. 42).

Dessa forma, por ter tido como protagonista o povo trabalhador, a revolução socialista na Rússia animou os anseios dos movimentos trabalhistas ao redor do mundo e ela foi sentida na época, em grande parte, com este entusiasmo. Para as gerações que viveram nestes anos imediatos à Revolução Russa, esta época foi vista como um momento decisivo da História, como o início da possibilidade da queda do capitalismo (HOBSBAWM, 1995, p. 79). A experiência russa tornou-se, na época imediata à revolução de 1917, sinônimo de subversão, mostrando-se como uma ameaça aos regimes políticos e à ordem social dos outros países, assustando governos e classes dirigentes, pois: “[...] A revolução russa apresenta-se à opinião

---

<sup>69</sup> Esse impacto inicial que “abalou” o mundo naquele ano de 1917 foi narrado por John Reed, jornalista estadunidense, depois escritor comunista, deslocado para a Europa pelo *Metropolitan Magazine* para cobrir os eventos da Primeira Guerra Mundial – o que o fez rumar até a Rússia, que já passava por efervescências políticas a partir de 1916. John Reed estava em Petrogrado durante esses dias de queda do governo provisório e estabelecimento do novo governo soviético, recolhendo, segundo ele – num dos mais famosos relatos da Revolução Russa – vários documentos importantes. Entre esses documentos a de que o governo provisório tinha sido deposto e que o poder passou para o “Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado” (REED, 2007, p. 141-142).

pública democrática ou socialista do Ocidente como a herdeira das revoluções de 1789 e 1848. O mito da revolução soviética cristaliza as aspirações de renovação, de paz, de internacionalismo. [...]” (RÉMOND, 1976, p. 49).

Devido às hecatombes consequentes da Guerra Mundial, o mito político desta revolução soviética fez fundir, portanto, o desejo de revolução social com o anseio pela paz e pelo fim da guerra. E esse sentimento antiguerra foi tão forte que ocorreram até mesmo motins em setores do exército em vários países da Europa. Por isso, os acontecimentos revolucionários russos tiveram repercussões amplas nas experiências das lutas sociais ao redor do globo naquela época (HOBSBAWM, 1995, p. 65-66 e 73).

Insistimos na importância de salientar os “mitos políticos” que foram construídos a partir deste evento, pois isso ajuda a compreender tanto as nossas fontes como a maneira que iremos abordá-las. A Revolução Russa gerou na imprensa de todos os setores sociais embates e disputas de informações e pela *verdade* de seus fatos. Ainda mais porque o próprio governo bolchevique russo, a partir da revolução de 1917, passou a explorar a autoimagem de “socialismo versus capitalismo”. Dessa maneira, como aponta Lewin (2007b, p. 335-336), ocorreu que muitos críticos de esquerda no mundo ocidental foram induzidos a enxergar na Rússia Soviética algo que ela não conseguiu ser e nisso os grupos políticos de direita também fizeram o seu uso desta visão.

Segundo Hobsbawm (2006, p. 266), a Revolução Russa possui duas histórias entrelaçadas: o seu impacto sobre a Rússia e o seu impacto sobre o resto do mundo, sendo que esta última ainda oferece amplas lacunas e campos promissores de estudos. Dessa maneira, o seu impacto sobre o movimento operário e socialista, dentro e fora da Rússia, foi diretamente incisivo e profundo.

Nos momentos iniciais dos eventos, ainda no ano de 1917, segundo Joll (1964, p. 215), a situação na Rússia empolgou os ânimos de muitos militantes anarquistas em vários países. Isso porque houve uma quebra, ainda que virtual, da autoridade do Estado com a derrubada do czarismo e com a crise do governo provisório, assim como devido à ação dos soviets, com sua atitude espontânea, revolucionária e de um profundo desejo de mudança social. Por isso, os soviets foram vistos pelos anarquistas ao redor do mundo, inclusive na Rússia, como os embriões e protótipos das comunas livres pregadas pelo anarquismo.

Segundo Trotsky (2007a, p. 22-23 e 36), os soviets garantiram a liberdade de imprensa e a jornada de trabalho de oito horas e organizaram patrulhas para proteger os cidadãos durante as agitações revolucionárias. Assim, entre os principais marxistas russos da

época, ao menos entre os bolcheviques, os soviets também foram vistos como os “centros organizadores da revolução”:

[...] Para o futuro, como observava Lênin já naquela etapa, os soviets poderiam funcionar como órgãos tanto executivos como legislativos, e poderiam compor o mecanismo através do qual o cidadão comum seria iniciado nos ministérios do governo do país, onde os bolcheviques queriam vê-lo chegar. [...] (HILL, 1967, p. 85).

Nos países que possuíam sociedades industriais mais desenvolvidas (como a França, a Alemanha e a Itália), as forças de esquerda e o movimento operário se viram altamente divididas entre aqueles que eram a favor de Moscou e os que eram contra – ainda fiéis à II Internacional. Enquanto que na Ásia e na África, sociedades predominantemente agrárias e que sofriam a dominação colonial, o exemplo soviético cristalizou aspirações nacionais de independência, aproximando comunistas e grupos nacionalistas.<sup>70</sup>

De acordo com Boris Koval (1980), brasileiro soviético, na América Latina o movimento operário se dividiu profundamente em relação à Revolução Russa, tanto nas fileiras anarquistas quanto entre sindicalistas revolucionários e socialistas reformistas. E tais repercussões também espelharam as interpretações iniciais destes eventos, pois muitos anarquistas e sindicalistas de esquerda interpretaram o lema de “todo o poder para os Sovietes” – conclamado por Lênin em suas “Teses de Abril” – como uma confirmação à extinção do Estado e à “anarquia”:

[...] Para apoiar esta interpretação invocaram as Teses de Abril, que propunham a “supressão da polícia, do exército, da burocracia” e o estabelecimento de um “Estado-Comuna”. Os sindicalistas de esquerda, contaminados pelas idéias anarquistas, não compreenderam que se tratava da ditadura do proletariado, de um Estado que se inspirava na Comuna de Paris. As discussões em torno das Teses de Abril, mantidas entre os operários mais desenvolvidos politicamente e a direção de seus partidos e sindicatos, aceleraram a polarização dos pontos de vista sobre os problemas cardiais da guerra e da revolução e, em última instância, contribuíram para reforçar a ala marxista dos internacionalistas revolucionários. [...] (KOVAL, 1980, p. 68).

As imagens do “regime dos soviets” marcaram as primeiras ideias e “representações” que o mundo teve sobre a Rússia naqueles anos, pois esta visão da Rússia foi influenciada e construída pelas análises e primeiros testemunhos de comunistas e simpatizantes ocidentais, sobretudo ingleses, franceses e americanos. Assim demonstra, segundo uma importante obra,

---

<sup>70</sup> Ver, respectivamente, sobre as repercussões da Revolução Russa nas sociedades industriais e agrárias: Rémond (1976, p. 85-86 e 87) e Hobsbawm (1995, p. 72).

o historiador Marc Ferro (1984, p. 61-62), que diz que houve uma defasagem entre esta representação e as mudanças reais, porque foi esta a “imagem” da Rússia que perdurou nos primeiros dez anos após 1917, que marcaram o formato inicial do mito soviético e dos imaginários políticos ligados à ideia dos soviets. Contudo, esta situação durou até que as representações stalinistas começassem a tomar o seu lugar. Isso ocorreu porque entre 1917-1918, de fato, foram os comitês (soviets, em russo) que governaram a própria sociedade russa – o que conferiu força a esta primeira “representação”. Mas logo esta realidade mudou com a bolchevização e burocratização dos soviets a partir de 1918.

Os bolcheviques (comunistas), sob a influência de Lênin, adotaram uma atitude completamente antibelicista, contrária à guerra e a favor da paz. Aliás, eles aproveitaram a situação de repúdio popular à guerra para intensificar a atividade revolucionária. Para eles, a Rússia ainda não estava avançada economicamente para uma revolução socialista e proletária, contudo, qualquer que fosse a natureza de uma revolução na Rússia, eles já não tinham dúvidas da importância que o proletariado desempenharia nela. Assim como também tinham consciência de que a guerra era uma oportunidade de provocá-la, passando a apoiar então naquele momento que o poder fosse tomado pelos soviets (COLE, 1961, p. 65). Ao contrário dos anarquistas, que não apoiavam a ideia de uma vanguarda ditando os rumos do movimento operário, Lênin considerava o partido como uma elite revolucionária, cuja missão era introduzir a consciência revolucionária e o marxismo no movimento proletário de fora para dentro, porque a classe era considerada uma unidade econômica e o partido uma unidade ideológica. Nenhum marxista considerado sério na época acreditava que uma pequena elite pudesse sozinha fazer a revolução. Lênin insistia que nenhuma ação política séria era possível sem a intervenção das massas. A função do partido seria conduzir os operários na luta de classes (CARR, 1973a, p. 32-33).

No entanto, a bolchevização da opinião pública dos soviets, e dos próprios soviets, iniciou um processo que culminaria na perseguição e supressão de outras tendências da esquerda russa, além dos próprios anarquistas. A ala mais moderada e minoritária do Partido Social Democrata russo, os mencheviques, e o Partido Socialista Revolucionário, de grande prestígio entre o campesinato, com o tempo, foram se distanciando dos bolcheviques (que passaram a se autodenominar como comunistas). Estas outras tendências foram sendo perseguidas no processo de centralização do poder pelo Partido Comunista:

Para surpresa dos próprios membros do Partido, o novo governo era formado exclusivamente de bolcheviques. E aqueles que tinham tolerado o golpe de força ou que a ele se tinham associado, já começavam a manifestar sua

preocupação ou sua cólera. Estariam passando por tolos? Para dizer a verdade, anarquistas como Voline, S. R. (socialistas revolucionários) de esquerda, mencheviques-internacionalistas, ainda não se haviam dado conta de suas desilusões (FERRO, 2011, p. 91).

Com a revolução, um novo regime se estabeleceu, e com a ratificação de um programa social avançado pelo governo comunista, que na prática já tinha sido realizada pelos soviets – como a ampla distribuição de terras para o campesinato e o controle operário das fábricas –, além da retirada da Rússia do conflito mundial. Mas a guerra civil na Rússia (de 1918 a 1920) inicia-se, a partir de generais do antigo regime czarista que invadiram o país apoiado por potências estrangeiras, inclusive as ex-aliadas da Rússia na guerra mundial, como a Inglaterra e França. Esses generais e seus exércitos de russos leais à antiga ordem – os chamados russos brancos – deram início à “contra-revolução”, no intuito de derrubar os comunistas do poder. Contra estes lutaram os russos vermelhos (comunistas), pois o Exército Vermelho foi criado por Trotsky nessa época. Este contexto, segundo Reis Filho (2003, p. 68-72), foi uma época traumática e de incontáveis atrocidades na Rússia e que gerou um processo de brutalização das relações sociais, onde a aliança selada entre o governo comunista e as reivindicações igualitaristas e distributivas dos soviets foi, progressivamente, entrando em crise.

O movimento socialista russo muito pouco tinha de anarquista. Em grande parte, eles viam o socialismo sob sua forma estatal e a socialdemocracia tinha tido grande impacto sobre os movimentos de esquerda. Dessa maneira, os anarquistas russos possuíam pouca influência e não passavam de alguns milhares de indivíduos. Contudo, também estavam ligados ao movimento operário. Participaram das jornadas revolucionárias que derrubaram o governo provisório de Kerensky e muitos destacamentos de camponeses formados e ou conduzidos por anarquistas (como os de Mokrousof e Tcherniak) lutaram contra os exércitos brancos de 1918 a 1920 (GUÉRIN, 2015, p. 113-114). Em Moscou houve uma federação local de anarquistas e muitos marinheiros da base naval de Kronstadt – onde houve uma revolta importante contra o governo comunista em 1921 – demonstravam certa simpatia pelas ideias ácratas. Muitos comitês de fábrica, contrários às tendências de centralização dos sindicatos dominados pelos mencheviques, também sofreram influência dos anarcossindicalistas. Criou-se então uma União Anarcossindicalista de Petrogrado. Outras atividades também se concentraram em outras cidades como em Kúrsk e Kharkov, logo começou a se formar uma confederação das organizações anarquistas, formando-se o movimento *Nabat (Alerta)* na Ucrânia, em fins de 1918. Tais atividades atraíram os anarquistas russos mais atuantes durante o período da revolução e da guerra civil, como Volin. Esse movimento tentou unir as várias



tendências libertárias – os individualistas, os sindicalistas e os kropotkistas – e manter estreitas ligações com Makhno e seu importante movimento anarquista na Ucrânia (os russos negros). Kropotkin havia retornado também em 1917 depois de décadas de exílio (WOODCOCK, 2006, p. 199-200). Entretanto, como aponta George Woodcock (2006, p. 200-201), as perseguições políticas contra os anarquistas por parte do governo comunista russo, a partir dessa época, foram implacáveis. No início de nosso recorte cronológico pouca coisa restava do movimento anarquista na Rússia:

No fim de 1922, todos os anarquistas da Rússia haviam sido mortos, presos, banidos ou silenciados. Para os anarquistas no exílio restava a amargura de ter visto a Revolução transformar-se exatamente no oposto de tudo aquilo que esperavam; quando muito, o melancólico consolo de saber que seu antepassado Bakunin tinha previsto tudo o que acontecia agora quando examinou o socialismo marxista. (WOODCOCK, 2006, p. 201).

Para Ferro (1984, p. 61-62), a tomada do poder em outubro deu legitimidade aos soviets, que só depois perderam a realidade deste poder. De forma que as primeiras análises continham uma parte de verdade, sendo a história da URSS uma bolchevização da sociedade. Então esta foi uma realidade, mas fugidia. Logo, os membros dos comitês e soviets se separaram de sua classe de origem, formando um novo grupo social de burocratas. A evolução do regime conduziu a uma absorção dos poderes dos soviets pela cúpula do partido, num processo de concentração que se tornou praticamente ininterrupto e total (FERRO, 1984, p. 63).

Ainda no contexto da guerra civil, no ano de 1919, foi fundada por Lênin e grupos revolucionários de vários países a IC – Internacional Comunista (Komintern) – também conhecida como a III Internacional, com sede em Moscou. Tal organização foi criada para substituir a II Internacional (fundada em 1889), que já estava desacreditada, devido ao apoio de alguns de seus partidos à guerra mundial e por não ter evitado o conflito. Lênin acusou a socialdemocracia da II Internacional de reformismo e passou a chamar a sua corrente de “comunista” (o partido bolchevique mudou o nome para partido comunista em 1918). Partindo das expectativas de que a revolução socialista eclodiria em outros lugares, a IC tinha por missão organizar os partidos comunistas dos outros países para a revolução mundial, um Estado-Maior para dirigir o proletariado do mundo para a conquista do poder (SPINDEL, 1985a, p. 32-35). Em 1921 realizou-se em Moscou, no III Congresso da IC, um congresso de preparação de uma Internacional Sindical Vermelha, a ISV, (Profintern). Era a versão do Comintern para os sindicatos, pois em muitos países o movimento operário ainda tinha fortes

bases sindicalistas revolucionárias e anarcossindicalistas que os bolcheviques pretendiam atrair.<sup>71</sup> Após longos anos de lutas revolucionárias e guerra civil, o processo revolucionário russo se conclui e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é oficialmente instituída em dezembro de 1922.

Os impactos da Revolução Russa sobre o movimento operário brasileiro, como já enfatizamos, foram profundos. Com isso, as relações que as autoridades brasileiras, e as elites e grupos dirigentes, passaram a nutrir com a imagem da Rússia Soviética e com a própria Rússia foram de temor e reprovação. Como aponta Moniz Bandeira (1980, p. 38), as relações diplomáticas entre Brasil e Rússia, que foram normais durante o Império e Primeira República, e isso até no governo provisório de Kerensky, foram rompidas após a revolução de novembro de 1917. Lênin, quando assumiu o poder, não teve o seu governo reconhecido pelo encarregado de negócios do Brasil na Rússia. A partir dessa época o assunto “Rússia” na opinião pública brasileira adquire tom de polêmica, que alimentará mitos favoráveis e desfavoráveis a este país. Moniz Bandeira (1980, p. 73) chamou atenção do quanto que as notícias da imprensa refletem posições de classe, fazendo propagandas políticas por trás de sua aparente objetividade, confundindo fatos com ficção e transmitindo informações formadas e deformadas, ainda mais num momento de extrema guerra psicológica devido à revolução – o que marcou a imagem da própria Rússia. Guerra psicológica esta, pela verdade dos fatos, que envolvia também as agências internacionais de notícias que dominavam o mercado da informação na época, pois estas, longe de serem independentes, estavam vinculadas por laços financeiros e nacionalistas a seus países de origem – como foi notório, durante a I Guerra Mundial, os serviços da Reuter ao nacionalismo britânico (MATTA, 1980, p. 64-65). Assim, o Brasil, tendo se atrelado à França e à Inglaterra no fim da Primeira Guerra Mundial e tendo participado da criação da Liga das Nações após o conflito, organismo do qual participará até 1926, se aproximou, então, das potências ocidentais, se distanciando da Rússia (BURNS, 1990, p. 399-400).

Estes fatores influenciaram na forma como as notícias da Rússia chegaram ao Brasil, assim como os impactos deste evento na sociedade e no movimento operário brasileiro. A imagem do “país dos soviets”, destinado a conduzir o proletariado mundial na derrubada do capitalismo – propagado pela União Soviética – ou do perigo do comunismo – propagandeado

---

<sup>71</sup> Sobre a importância da fundação da Internacional Comunista, o seu intento de organizar a revolução mundial e o descrédito em que caiu a II Internacional após a I Guerra Mundial Cf.: Hobsbawm (1995, p. 75), Cole (1961, p. 272) e Hill (1967, p. 119). E sobre a formação do braço sindical da IC, a ISV e a intenção deste organismo de minar a autoridade dos dirigentes sindicais estabelecidos no movimento operário internacional: (COLE, 1961, p. 301).

pelas forças de direita e conservadoras de todo o mundo, e também do Brasil – fizeram parte do caldo mítico deste assunto na imprensa brasileira em geral e especialmente na imprensa operária. Devido às ligações que o movimento operário no Brasil tinha com o movimento operário internacional, a imprensa operária no Brasil, e destacando a imprensa anarquista, na época da Revolução Russa, teve grande credibilidade em relação a este assunto, já que a grande imprensa (e isto era compreendido pela crítica operária) estava comprometida com as agências internacionais de notícias – que defendiam os interesses nacionais das potências envolvidas na Guerra Mundial, como indica Toledo (2007, p. 68) e Ferreira (1978, p. 78-79).

O movimento operário brasileiro, majoritariamente anarquista e sindicalista revolucionário, acolheu as notícias da revolução dos soviets na Rússia com entusiasmo. Já comentamos da tentativa de uma insurreição anarquista no Rio de Janeiro que tentou instaurar um soviete operário em 1918, inspirado nos acontecimentos russos. E ainda houve a fundação de um primeiro Partido Comunista Brasileiro, de caráter libertário, em 1919. Este partido foi formado em apoio à Revolução Russa, mas não era um partido marxista, já que era uma organização que também tinha o intuito de aglutinar os militantes anarquistas.<sup>72</sup>

A partir destes impactos da Revolução Russa no movimento operário e anarquista no Brasil, Marcos Del Roio (2007b, p. 68-69) caracterizou este processo como uma longa e difícil cisão de “transmutação ideológica” da intelectualidade do movimento operário no Brasil. Transformação esta que insere, cada vez mais, debates, que antes eram marginalizados no movimento devido à hegemonia do anarquismo e das táticas do sindicalismo revolucionário, como a questão da formação de partidos políticos:

O debate no seio do movimento operário brasileiro girava em torno das correlatas questões da situação russa e da necessidade de fundar um partido político para guiar a luta de classes [...] No entanto, ainda que de forma muito rudimentar, o impacto da Revolução Russa estava dotando uma parte da vanguarda operária de um novo instrumental teórico, que apontava a necessidade de um partido revolucionário e a construção de um novo Estado político, sob a forma de ditadura democrática do proletariado. (DEL ROIO, 2007b, p. 73-74).

---

<sup>72</sup> A insurreição anarquista de 1918, evento que estava diretamente relacionado as péssimas condições sociais dos trabalhadores do Rio de Janeiro, foi estudada na obra de Carlos Augusto Addor (2015). Esta insurreição teve a participação, entre os principais articuladores, de José Oiticica, Astrojildo Pereira e João da Costa Pimenta (ADDOR, 2015, p. 161-162). Já o Partido Comunista de 1919, de caráter anarquista, também teve a participação de José Oiticica e Astrojildo Pereira em sua elaboração, assim como a de Edgard Leuenroth. Este partido não tinha fins eleitorais e pregava no seu programa a extinção do Estado e a tomada das fábricas pelo operariado (SANTOS, 2017, p. 150-151).

No entanto, a oposição daqueles que se mantiveram no anarquismo não se deu apenas por questões ideológicas. A partir de fins de 1919, os anarquistas brasileiros começaram a receber informações mais precisas da imprensa anarquista internacional a respeito da repressão aos anarquistas russos pelo governo bolchevique – tema importante e que será analisado – e do caráter político do novo regime implantado, desencadeando na cisão que se completaria em 1921, terminando com as esperanças libertárias dos soviets e com a constatação da nova realidade que resultaria na URSS (BANDEIRA, 1980, p. 253-265). A partir de então, entre os militantes mais importantes que passaram a reafirmar as posições anarquistas e se mantiveram nesse campo, atacando as doutrinas marxistas e o desenvolvimento do regime russo, encontramos Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, José Oiticica e Fábio Luz. Enquanto Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, João da Costa Pimenta e Antonio Bernardo Canellas passaram para o campo comunista e perfizeram a primeira geração fundadora do PCB (BANDEIRA, 1980, p. 272, 276 e 278). Assim, com a fundação do partido em 1922, a revista *Movimento Comunista* cumpriu um papel importante para a construção do PCB, para o debate sobre a Revolução Russa e para a difusão do programa da IC, organização à qual o partido buscou se adequar com o intuito de sua adesão desde seu primeiro congresso de fundação (DEL ROIO, 2007b, p. 78-79).

Ainda é pertinente sublinharmos, a partir da importante obra de Leandro Konder (1988, p. 131), que nesses primeiros tempos de fundação do PCB havia uma grande insuficiência teórica do partido, onde praticamente todos os militantes eram mal informados a respeito das concepções de Marx. O autor faz considerações relevantes sobre as condições em que se deram os debates entre os dois campos do movimento operário nesse contexto de fundação da agremiação comunista, quando o clímax das ondas de greves e insurreições já tinha perdido força e a repressão se intensificado:

Para avaliarmos corretamente as condições em que se dava a controvérsia, precisamos levar em conta o fato de que, no plano político, os comunistas estavam levando clara vantagem sobre os anarquistas, já que estes eram vistos como os principais responsáveis pelas debilidades de liderança do movimento operário, então em refluxo. Além disso, as discussões começavam a se travar, cada vez mais, em torno da União Soviética; e o debate sobre os princípios teóricos ia ficando, na realidade, subordinado à controvérsia gerada pela Revolução Russa e pelo leninismo. A União Soviética era a encarnação concreta do que podiam as posições dos comunistas. Mais do que isso: era, também, uma força material e uma potência “espiritual” da qual os comunistas podiam vir a receber precioso apoio. [...] (KONDER, 1988, p. 133).

Ocorre, então, segundo Konder (1988, p. 136-137), que a partir de sua fundação, o PCB já buscou se aproveitar da importância que o movimento comunista mundial, encarnado na URSS – como parte de uma revolução mundial – passou a adquirir. Encorajados por este amparo psicológico de terem um possível apoio da “primeira pátria do socialismo” os membros do partido estavam ansiosos. Beneficiar-se dos ganhos políticos que a adesão na IC representava naquele momento, com sua aura revolucionária e prestígio simbólico, era vital para o partido. Por isso, Astrojildo Pereira e os demais dirigentes do partido discordaram e entraram em conflito com Antônio Bernardo Canellas devido à recusa da IC pela adesão do PCB em seu IV Congresso de 1922.

#### **1.4. A primeira república e suas crises**

As polêmicas em torno da Revolução Russa preencheram as páginas da imprensa operária a partir de seu advento, ainda mais potencializadas com as cisões que criaram o PCB a partir de 1922. Não obstante, a imagem da Rússia Soviética também marcou toda uma época em que a primeira experiência republicana no Brasil, iniciada em 1889 e fundamentada no domínio das oligarquias cafeeiras do sudeste do país, começou a apresentar fissuras. A imagem e estabilidade desta Primeira República, que já havia sofrido contestações anteriores, passou pelas turbulências do forte contexto de greves e sublevações operárias de 1917 a inícios de 1920. Em seguida, o regime republicano enfrentou os *Levantes Tenentistas de 1922 e 1924* e a guerra contra a *Coluna Prestes* de 1925 a 1927. No final da década de 1920 os conflitos sociais e políticos resultaram na chamada *Revolução Liberal de 1930* e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que pôs fim a esta Primeira República que passou a ser chamada de República Velha – inaugurando uma Segunda República. Porém, as insatisfações não resolvidas no novo regime conduziram a um novo contexto de crises e conflitos na década de 1930 – como a *Revolução Constitucionalista de 1932*, a formação da ANL (*Aliança Nacional Libertadora*) e a *Insurreição Comunista de 1935*. Estes eventos igualmente incidiram sobre a imprensa operária, já que estes conflitos inseriram novos personagens que se reconheceram como “revolucionários” na cena política e que fizeram parte das crises do sistema republicano brasileiro que colocaram as possíveis perspectivas, para as correntes de esquerda no movimento operário, das possibilidades de uma Revolução política e social no Brasil.

As visões de uma real revolução no Brasil, diante das crises políticas que se intensificavam, colocaram para o movimento operário entre as suas várias tendências de

esquerda discussões que se expressaram na imprensa destes movimentos e perfizeram parte importante do pensamento político destes setores acerca da política brasileira. Diante desses conflitos e crises, independente da aprovação ou não dos lados e caminhos possíveis, tanto os comunistas quanto os anarquistas, sindicalistas e trotskistas tiveram a necessidade de se posicionarem diante dos acontecimentos e elaborar as diretrizes para o movimento operário sobre sua influência. Até onde estas crises e conflitos foram vistos e interpretados por esta imprensa operária e suas tendências políticas como reais – ou ilusórias – possibilidades de revolução, e o grau de adesão a elas, é um dos temas que objetivamos investigar. O imaginário político e as representações da *revolução brasileira*, e como ela foi vista entre as correntes do movimento operário, portanto, são parte importante deste trabalho.

Pinheiro (1992) abordou estas questões fundamentais para a nossa pesquisa numa obra que também abarca o mesmo recorte cronológico aqui estabelecido, da fundação do PCB em 1922 até a *Insurreição Comunista de 1935* – evento este que será um corte em toda uma época do movimento operário que vinha se formando desde inícios da República Velha, devido à repressão que se desencadeou. O autor analisa os impactos da Revolução Russa e da IC – e da representação da Revolução Mundial – sobre o Brasil e o PCB. A interpretação dos comunistas brasileiros sobre as crises políticas que se manifestaram a partir de 1922 foram, assim, influenciadas pelas diretrizes e leituras da situação brasileira feitas pela IC:

Essas diretrizes organizativas, especialmente a partir dos debates sobre a questão colonial e nacional no II Congresso da IC, em 1920, ofereciam aos revolucionários brasileiros – em permanente preparação para o assalto ao poder na Primeira República – uma gramática política que estavam aptos a conjugar. As colunas tenentistas, depois da Coluna Prestes, transfiguravam-se para os comunistas e para a IC em virtuais destacamentos do partido (exército) mundial da revolução. [...] (PINHEIRO, 1992, p. 13).

A concepção que a IC possuía do caso brasileiro a partir dessa época, como bem demonstra Pinheiro (1992, p. 60-63), enquadrava-se na dos países da América Latina, vistos como países, que apesar da independência formal, não passavam de “semicoloniais”, devido às influências, na sua economia dependente, do capitalismo imperialista – principalmente dos imperialismos britânico e estadunidense. Os possíveis conflitos entre os interesses da burguesia nacionalista nestes países de capitalismo mais atrasado – dentre os quais o Brasil se enquadrava – com os interesses imperialistas externos, foram vistos pelas autoridades da IC como oportunidades de haverem alianças táticas dos comunistas com setores da “pequena burguesia urbana”. Interpretando as revoltas tenentistas dos anos 1920 como fazendo parte

destes setores médios urbanos e como um movimento que estava sendo apoiado pelo imperialismo estadunidense – pois este tinha interesses no desenvolvimento das relações capitalistas modernas no Brasil, para minar a influência política da elite agrária que era o ponto de apoio do imperialismo britânico – os comunistas brasileiros e a IC vislumbraram articulações com o tenentismo.

Estas leituras políticas da realidade brasileira da época feitas pelos comunistas estrangeiros também foram compartilhadas em grande parte pelos comunistas brasileiros. Lembremos que já comentamos sobre a influência que este pensamento de aproximação com o tenentismo teve sobre Octávio Brandão e sobre as teses do PCB. Estas interpretações do caso brasileiro, de acordo com Pinheiro (1992, p. 63), portanto, eram realizadas pelas autoridades da IC com um alto grau de generalizações e devolvidas ao PCB na forma de diretrizes. Mas como aponta este autor: “Todavia, a realidade construída nessas avaliações muitas vezes somente existia nas análises dos comunistas (para não dizer em suas cabeças): é sobre essas ilusões que os dirigentes da IC irão desenvolver algumas de suas diretrizes” (PINHEIRO, 1992, p. 63-64).

Dessa forma, o autor analisa estas *estratégias da ilusão*, visto que estas teses e interpretações sobre a crise política que o Brasil sofria naquele momento, vistas da perspectiva dos comunistas, foram ilusórias, não se pautavam na realidade mais concreta. Isso porque, à luz de pesquisas mais atuais, Paulo Sérgio Pinheiro constata que as opiniões das autoridades e da imprensa estadunidense, como também britânica e francesa, desmentem as teses da IC. No caso da revolta do forte de Copacabana em 1922, a atitude que a embaixada norte-americana no Rio de Janeiro transmitiu para o Departamento de Estado em Washington foi de grande preocupação e pavor pela desestabilização política do país (PINHEIRO, 1992, p. 64). O mesmo se sucedeu na segunda revolta tenentista em São Paulo em 1924, enquanto os comunistas brasileiros e a IC, em seu IV Congresso de 1924, discutiam o tenentismo como uma “revolução democrática burguesa”, tendo-o como um movimento liberal da burguesia industrial apoiado pelo imperialismo estadunidense contra o britânico, o governo norte-americano não demonstrava entusiasmo nenhum pelos revoltosos e sim preocupação com os negócios e as empresas de seu país no Brasil (PINHEIRO, 1992, p. 69-70). Para o autor, as “invenções” e “desejos” dos comunistas nacionais e estrangeiros partiam da necessidade de justificar as teses que começaram a ser elaboradas a partir do II Congresso da IC. Porém, as especulações sobre as bases burguesas do movimento tenentista também não se sustentam, pois investigando as posições da burguesia paulistana sobre o movimento, observamos que, longe de oferecer apoio, estes setores estavam preocupados com a ordem e a preservação da

propriedade. A burguesia industrial e o proletariado não foram, portanto, personagens ativos no tenentismo (PINHEIRO, 1992, p. 74-77 e 80-82).

Estes “desejos” e “ilusões” fizeram parte das representações sobre a revolução brasileira na época e, segundo Pinheiro (1992, p. 14-15), isso fez com que muitas vezes a doutrina comunista fosse recebida mais em termos míticos do que ideológicos. Havendo, então, certa “ritualização das fórmulas”, que tinha um efeito “mágico” sobre as “práticas” militantes, para adaptar as teorias da revolução mundial para a realidade brasileira. O autor ainda salienta: “A própria conjugação dos dois termos, estratégia e ilusão, quer enfatizar que os autores não dissimulavam seus papéis, não faziam de conta e não estavam blefando” [...] (PINHEIRO, 1992, p. 15). Estas crenças dos comunistas, portanto, representam um elemento importante da constituição do imaginário político destes setores sobre as lutas políticas que se travavam no Brasil. Faz parte dos mitos e mitologias políticas e do caldo utópico que buscamos investigar. Por isso, é importante destacar, segundo um comentário de Eric Hobsbawm, que na época existia um forte internacionalismo comunista, assim: “é difícil imaginar a imensa força que seus membros obtinham da consciência de serem soldados de um único exército internacional que, por mais variada e flexível que fosse sua tática, executava uma única e ampla estratégia de revolução mundial” (PINHEIRO, 1992, p. 28).

As relações do PCB com a IC de Moscou, por sua vez, segundo Pinheiro (1992, p. 49-50), não significou num mero quadro de submissão a Moscou, ao menos até 1929, quando começaram haver contatos mais concretos. Até então houve uma integração dos comunistas brasileiros na IC, aderindo a suas diretrizes na medida em que a admissão do PCB neste organismo aumentava o prestígio do partido na política nacional. Condição esta que é confirmada por Konder (1988, p. 136) que diz que a direção da Internacional Comunista não dispunha, nos inícios dos anos 1920, de condições técnicas, materiais e administrativas para exercer um controle efetivo sobre partidos comunistas que atuavam em contextos remotos como o Brasil.

As ilusões em relação a uma possível revolução brasileira, a partir do apoio que o movimento tenentista poderia fornecer, ocorreu não apenas por uma leitura equivocada da realidade política do Brasil naquele momento, mas também devido ao próprio desconhecimento da natureza do movimento tenentista. Já Pinheiro (1992, p. 12) aponta que os “tenentes”, pelo menos até a época da Coluna Prestes, tinham “horror ao populacho”, atuavam num jogo político elitista onde o povo era tratado como figurante. Assim, de início o tenentismo age isoladamente sem a simpatia e o apoio do operariado, da burguesia e das oligarquias, tendo origens na insatisfação de setores militares com a situação do exército e



com o governo de Arthur Bernardes (CARONE, 1975, p. 9 e 19-23). O historiador Mário Cléber M. Lanna Júnior (2006, p. 316) afirma que estes militares, que não eram constituídos apenas pela baixa oficialidade, acreditavam que as mudanças no país só poderiam ocorrer pelas armas, contra o domínio oligárquico e sua corrupção, mas que o tenentismo se manteve fiel à defesa da ordem e das instituições. Aponta que eles não tinham uma proposta de governo militar, mas que era elitista, propunham a moralização política contra as oligarquias cafeeiras, mas em uma mudança a partir de cima, sem a participação das classes populares, onde o poder seria entregue pelos militares a políticos considerados “honestos”. Os jovens oficiais não acreditavam que esta luta política, portanto, era algo a ser realizada pelo povo, mas sim por uma vanguarda em nome do povo (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 323).

Sobre as relações do tenentismo com o movimento operário, tanto entre os anarquistas quanto entre os comunistas, o historiador Edgard Carone tece comentários pertinentes a partir da tentativa de aproximação dos anarquistas do líder tenentista Isidoro Dias Lopes:

O tenentismo também encara o proletariado como corpo estranho. Para o operariado de origem anarquista – o Partido Comunista surge em 1922 – a idéia de revolução se traduz em revolução social: eles pretendem mudar a sociedade e não substituir os grupos dirigentes, como querem os fautores dos dois 5 de julho; para eles o movimento é de base, e não de superfície; querem chegar ao comunismo, não transformar o regime burguês. Esta dicotomia – que não é superficial – explica o equívoco do diálogo entre Isidoro Dias Lopes e os anarquistas, que lhe pedem armas (1924), armas com que pretendem derrubar o regime e não os atuais donos do poder; a resposta de Isidoro só poderia ser um gesto de surpresa e mal-estar. É dentro da mesma perspectiva que se pode compreender as aproximações entre o Partido Comunista do Brasil e Luís Carlos Prestes [...] (CARONE, 1975, p. 10).

Houve, assim, um apoio do campo anarquista no movimento operário de São Paulo à segunda revolta tenentista que ocorreu na cidade a partir do dia 5 de julho de 1924. Fato este que foi pouco estudado e no qual nos aprofundaremos melhor na análise das fontes quanto a este tema. Contudo, adiantamos que o pesquisador Carlo Romani (2009, p. 51-52), que escreve um artigo importante sobre este episódio, explica que os anarquistas ligados ao jornal *A Plebe* tentaram se aproximar do líder tenentista General Isidoro Dias Lopes. Os anarquistas publicaram um manifesto em *A Plebe* naquela ocasião declarando apoio à revolução, desde que lhes fossem entregues armas e que eles pudessem formar um batalhão autônomo, sem a ingerência militar – o que causou a negação do general. Porém, os anarquistas entendiam que aquela não era a revolução social almejada por eles, mas que ela poderia vir a ser com o apoio e a participação dos anarquistas (ROMANI, 2009, p. 52).

Podemos observar que principalmente com a segunda revolta de São Paulo em 1924, que foi um evento de grandes proporções, é que começam a surgir manifestações de apoio ao tenentismo, ainda que tímidas. Além destas manifestações dos anarquistas de *A Plebe*, representando setores do operariado organizado, também houve apoio de estudantes e populares, mas estas simpatias não despertavam o interesse dos militares rebelados, que esperavam um apoio das elites políticas que não ocorreu (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 323).

Apesar destas revezes, e do movimento ter sido derrotado em São Paulo – o que obrigou a retirada dos revoltosos da capital paulista para o interior do Estado – novas sublevações militares ocorreram em outros pontos do país. Entre o segundo semestre de 1924 e inícios de 1925, houve vários conflitos isolados do movimento tenentista em vários pontos do Brasil e com os revoltosos de São Paulo, formando a Coluna Paulista, na união com a Coluna Gaúcha, que tinha se sublevado no sul do país, formou-se a Coluna Prestes (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 328-331). A Coluna Prestes combateu o governo de Arthur Bernardes até finais de 1926, quando então seu líder Luís Carlos Prestes, em inícios de 1927, retira-se para a Bolívia. A esta altura, segundo Edgard Carone, o tecido social que sustentava a Primeira República havia sofrido profundos abalos que iriam mudar os destinos políticos do país:

É exatamente o impasse das diversas classes, compreendidas dentro de situações concretas, que nos leva a entender as novas e surpreendentes opções táticas, com seus avanços e recuos. Desaparece o anterior isolamento de classes, no sentido político e tático, e, pela primeira vez os conchavos e acordos se fazem entre oligarquias oposicionistas e tenentes, ou entre oligarquias dissidentes e PCB, ou entre PCB e tenentismo etc. [...] O resultado final é a revolução de 1930. (CARONE, 1975, p. 11).

Já enfatizamos o quanto o movimento tenentista foi interpretado, por uma análise marxista, enquanto fazendo parte de um processo de “revolução burguesa” no Brasil. Uma análise importante sobre esta crise final da Primeira República e as rupturas que ocorreram entre as classe sociais é oferecida por Del Roio (1990) no seu estudo sobre a política de alianças do PCB. A sua análise se dá no período que, para ele, constituiu-se no momento crítico da “revolução burguesa” no Brasil – que foi entre 1928 a 1935. Para isso ele conceitua como é entendido a questão da “revolução burguesa” no Brasil:

Não pretendendo penetrar nas nuances da questão da revolução burguesa no Brasil, que essa literatura sugere, no decorrer deste trabalho se dará como certo que na formação social brasileira houve uma revolução burguesa pela via “passiva” e pelo “alto”; isto é, pelo Estado. Entende-se por revolução burguesa o processo de constituição do modo de produção especificamente

capitalista, baseado na extração da mais-valia relativa do proletariado fabril [...] (DEL ROIO, 1990, p. 11).

A questão levantada por Del Roio da “via passiva” é que as forças sociais das classes sociais em disputa eram insuficientes para realizar esta revolução, por isso ela se deu por meio do Estado. Assim, o autor analisa a política de alianças do PCB nesse processo de revolução burguesa que resultaria na *Revolução Liberal de 1930* e no período do governo Vargas. Del Roio (1990, p. 43-44) explica que a elaboração teórica dos comunistas brasileiros, que tinham por expressão as teses de Octávio Brandão, não foi diretamente imposta pela IC, mas também não era produto de uma formulação original. Elas partiram das tentativas de uma análise objetiva da situação concreta, observando as forças sociais e políticas em disputas e as correlações entre elas. A estratégia revolucionária do PCB fundou-se, assim, na necessidade de aliança entre o proletariado fabril e a pequena burguesia urbana. Teses estas que ganharam o seu formato final em fins de 1927, em reunião do CCE do partido, quando se estabeleceu uma política de alianças para o movimento operário. Nesse processo constituiu-se o BOC – Bloco Operário e Camponês, para se adequar à forma de alianças indicadas pela IC para os países semicoloniais. O BOC deveria selar, então, a frente de aliança preconizada entre o PCB e a Coluna Prestes, vista como expressão política da pequena burguesia urbana. Teses estas, como vimos, que se expressaram no jornal *A Nação*.

A “Crise de 1929”, crise econômica mundial que quebrou a Bolsa de Valores de Nova Iorque, teve seus efeitos no Brasil com a crise do setor cafeeiro e retração do mercado consumidor. E diante do quadro político de instabilidades, houve uma aglutinação de forças políticas heterogêneas em torno da *Aliança Liberal*. Esta Aliança foi uma coligação partidária oposicionista que em 1929 lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Desta Aliança fizeram parte “oligarcas dissidentes” que discordavam do encaminhamento do presidente Washington Luís à sucessão presidencial. Também fizeram parte líderes importantes do tenentismo – com exceção de Luís Carlos Prestes que se convertera ao comunismo. Apesar da heterogeneidade da Aliança Liberal, ela defendia pautas ligadas a justiça social e a liberdade política, como reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Este programa fazia ecos com as reivindicações do movimento tenentista, que além de também defender a adoção do voto secreto, defendiam a educação pública obrigatória e uma reforma agrária. Entretanto, Getúlio Vargas é derrotado, o que desagradou muitos aliancistas que, adicionado ao quadro de instabilidades, começaram a preparar uma insurreição para chegarem ao poder. Então, no dia 3 de novembro de 1929,

eclodiu o golpe político conhecido como a “Revolução de 1930”, que colocaria Getúlio Vargas na chefia de um governo provisório.<sup>73</sup>

Esse fato põe fim à República Velha, iniciando uma “Segunda República” no Brasil. Contudo, Carone (1973, p. 5) chama a atenção de que, nos momentos de transição, formas novas coexistem com as velhas. Assim, apesar dos grupos dirigentes da Primeira República terem sido contestados, isso ocorreu apenas do ponto de vista político, pois a agricultura continuou sendo a forma econômica dominante e o sistema político ainda continuava sendo dominado pelas classes tradicionais.

Quando ocorreu a Revolução de 1930 o PCB interpretou tal evento – seguindo as leituras que já tinham sido elaboradas anteriormente – de que tratava-se da luta entre o imperialismo inglês e o norte-americano em seus interesses no Brasil. E apesar de Luís Carlos Prestes ter aderido ao comunismo, a direção do partido era outra, já que Astrojildo Pereira e Octávio Brandão tinham sido afastados da nova direção, que não queria mais a aproximação com Prestes – que só conseguiu aderir ao partido, aliás, por meio de negociações com a IC na URSS em 1934, já que ele estava exilado naquele país, segundo Marly de Almeida G. Vianna (2007a, p. 71-72 e 75-76). Isso ocorreu porque houve uma mudança, como comentamos, na linha política do PCB a partir de 1929, quando Stálin passa a controlar a IC na URSS – o que determinou o rompimento das alianças com setores da pequena burguesia. É a partir desta época, 1929 em diante, que a IC vai exercer, de fato, um controle direto sobre o PCB, que até então não existia (VIANNA, 2007a, p. 71).

A partir de então, após o VI Congresso da IC em 1928 e com o início da hegemonia de Stálin na URSS, a análise política deste órgão irá influenciar a política do PCB até 1935. Em 1929 a direção do PCB foi mudada e a aliança com os tenentes foi considerada oportunista pela IC, e muitos comunistas brasileiros passaram a atacar Prestes acusando-o de “caudilho pequeno-burguês” (VIANNA, 2007a, p. 72-73). O período stalinista, segundo Vianna (2007a, p. 73), teve consequências graves sobre o partido como a vulgarização e dogmatização do marxismo, estruturando uma forma de pensar sectária que: “supria a falta de cultura política dos comunistas brasileiros pela aceitação religiosa de verdadeiros dogmas estabelecidos em Moscou”. E adicionado a política de “proletarização” do partido imposta nesta época – onde os intelectuais dirigentes do partido tinham que ser substituídos por operários legítimos –

---

<sup>73</sup> Sobre o processo que desencadeou na chamada “Revolução de 1930”: (PANDOLFI, 2007, p. 16-17). Getúlio Vargas tornou-se presidente por meio de um golpe apoiado por setores tenentistas, pelas classes médias urbanas e por políticos em ascensão. Porém, “estar do lado da revolução” nesse momento satisfazia tanto alguns setores da classe dominante como do próprio proletariado, visto que o BOC fazia parte da aliança de oposições contra as oligarquias agrárias, ao lado do Partido Democrático que fazia parte da Aliança Liberal (DE DECCA, 1994, p. 88-91).

ocorre que o PCB pegou a efervescência política da década de 1930 completamente desarticulado e desmantelado (VIANNA, 2007a, p. 73-75). Fator este que pode ajudar a explicar, além da questão da repressão, as dificuldades da imprensa ligada ao partido nessa época.

Apesar da *Revolução de 1930* ter ocorrido, Getúlio Vargas não conseguiu apaziguar as tensões entre as facções políticas. Como sintetiza Pandolfi (2007, p. 18-19 e 23-25), o governo provisório dirigido por Vargas iniciou uma série de políticas centralizadoras e intervencionistas no campo político e administrativo para bloquear a influência das oligarquias locais – inspiradas nas reivindicações tenentistas. Nisso o governo entrou em choque com a elite paulista, onde até mesmo o Partido Democrático, que havia participado da Aliança Liberal, passou a se opor a sua política e exigir a deposição de Vargas. Pressionado pelos setores tenentistas e oligárquicos de cada lado, o governo provisório teve que convocar uma Assembleia Nacional Constituinte que era esperada e editar o Código Eleitoral em fevereiro de 1932, que contemplava bandeiras da Aliança Liberal – como o sufrágio universal, direto e secreto – o que acabou acirrando ainda mais os confrontos entre as facções tenentistas e setores oligárquicos. Em julho estes impasses eclodiram na chamada *Revolução Constitucionalista de 1932*, que se transformou na pior guerra civil vivida pelo país, onde a revolta dos paulistas se concentrou contra Getúlio Vargas:

São Paulo se sentia o grande perdedor da Revolução de 30. Insatisfeitos com a política centralizadora de Vargas e com a lentidão das medidas que restaurariam o Estado de direito, os paulistas, em armas, exigiam o fim imediato do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo. Era de tal ordem a insatisfação no estado que a população, em massa, aderiu à revolução. Voluntariamente, milhares de pessoas se alistaram para participar da guerra. [...] (PANDOLFI, 2007, p. 25).

Apesar de São Paulo ter sido derrotado, após uma guerra que durou apenas três meses, os paulistas tiveram ganhos políticos, além do compromisso do governo provisório de levar avante o processo de reconstitucionalização do país, São Paulo passou a ter interventores paulistas no governo federal, como desejava a elite do Estado (PANDOLFI, 2007, p. 25-26).

Nessa época Getúlio Vargas promulga uma ampla legislação trabalhista entre 1931 e 1934, que envolveu a tutela corporativa dos sindicatos pelo Estado, tornando-os elementos de sustentação do governo e suplantando os sindicatos independentes (PANDOLFI, 2007, p. 19-20). Essa política, como enfatizamos, enfrentou a resistência da esquerda do movimento operário que tentou resistir ao controle burocrático, entre eles os comunistas do PCB, os

anarquistas aglutinados na FOSP e os trotskistas – que passaram a controlar a UTG (MUNAKATA, 1984, p. 85-88).

Esse contexto é um segundo grande momento importante, em nossa pesquisa, na produção do pensamento político operário, expresso na imprensa operária e militante, a respeito das crises políticas do país – após os levantes tenentistas de inícios da década de 1920. Isso porque a imprensa operária sofreu anos difíceis da metade desta década para frente, com sucessivos estados de sítio e censura, mas – após a *Revolução de 1930*, a *Revolução Constitucionalista de 1932* e a decorrente reconstitucionalização do país por pressão da guerra civil paulista – Vargas convoca a Assembleia Constituinte em 1933 e uma nova Constituição é dada ao país em 1934. Diante destas mudanças houve uma relativa volta da normalidade institucional, o que fortaleceu o movimento social, consultar Pandolfi (2007, p. 28-31).

É nesse período, portanto, que os trotskistas Mário Pedrosa e Lívio Xavier, que colaboravam no jornal *A Luta de Classe*, vão escrever o texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, onde os autores fazem uma interessante abordagem da Revolução de 1930. Esse texto, segundo Marques Neto e Karepovs (2007, p. 398), defende que na formação do capitalismo brasileiro coexistiram formas atrasadas e avançadas de dominação política e produção econômica e que isso condicionou um processo de instabilidades, onde governos fortes e centralistas tentavam manter o controle. Nessa situação, o governo de Washington Luís se tornou um “Poder Executivo hipertrofiado”, que se separou dos interesses da fração burguesa que o levou ao poder. Essa caracterização da *Revolução de 1930* pelos trotskistas foi fundamental na medida em que ofereceu uma leitura distinta das dos comunistas do PCB, que insistiam que os acontecimentos de 1930 eram o resultado das contradições entre os interesses do imperialismo inglês e norte-americano. Assim, com essa linha de análise, os trotskistas, que se consideravam ainda parte do PCB mesmo expulsos, passaram a propor que os comunistas lutassem por uma Assembleia Constituinte “soberana”, com a pressão da “vanguarda proletária” valendo-se das contradições entre as burguesias estaduais (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 399). Essa nova expressão de um imaginário político acerca da revolução brasileira poderá ser encontrada na imprensa operária trotskista.

Outro exemplo importante, em relação aos acontecimentos e crises nacionais deste período, nós encontramos no campo anarquista. Já comentamos a respeito do livro do anarquista Florentino de Carvalho, intitulado *A guerra civil de 1932 em São Paulo*, em que o autor faz uma análise deste evento. Neste livro, de acordo com Nascimento (2000, p. 36-37), Florentino de Carvalho relaciona a guerra civil paulista de 1932 com a Revolução de 1930,

evidenciando as disputas políticas e partidos que conduziram ao conflito, principalmente entre as elites. O escritor anarquista afirma, por outro lado, que nem todos os setores do proletariado aderiu à guerra, que houve parte destes que se mostrou reservada e “indiferente àquela imponente manifestação de civismo”, e que a guerra civil foi “o sacrifício de inocentes”, os quais em grande parte aderiram ao movimento para “não perderem o pão do dia a dia”, e que foi onde o nacionalismo paulista ocultou, portanto, a miséria social. Esse pensamento político acerca do que foram aqueles eventos conturbados que ocorreram no país, à luz do imaginário político anarquista, produzidos por Florentino de Carvalho, enquanto um influente intelectual operário, podem ter repercutido na imprensa anarcossindicalista ligada a FOSP, pois possuímos evidências documentais de que esta imprensa desaprovou a adesão na guerra civil.

Como mencionamos, o restabelecimento da ordem legal na década de 1930 estimulou a participação política, várias greves eclodiram no período e o processo político do país voltou a se radicalizar. Tanto à direita quanto à esquerda surgiram organizações políticas não-partidárias que tiveram abrangência nacional. Entre elas a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a AIB (Ação Integralista Brasileira).

A AIB, criada em 1932, era dirigida pelo intelectual Plínio Salgado, e era uma organização paramilitar de direita inspirada no fascismo italiano. Pautava-se por um nacionalismo e um moralismo extremos, propondo o combate aos partidos políticos existentes e a integração total da sociedade e do Estado – obteve grande adesão entre militares e católicos (PANDOLFI, 2007, p. 31).

Já a ANL, que também foi um fenômeno das crises do sistema republicano da época, foi criada em março de 1935, inspirou-se nas frentes populares antifascistas que surgiram na Europa com o avanço do nazifascismo. E diferentemente da AIB, ela fez oposição cerrada ao regime Vargas, defendendo propostas antiimperialistas e levantando a bandeira da reforma agrária e das liberdades públicas. Congregava comunistas, socialistas e liberais desiludidos com a revolução de 1930, e teve Luís Carlos Prestes – que tinha voltado para o Brasil – como presidente (PANDOLFI, 2007, p. 31-32). De acordo com Dulles (1977, p. 419-420), os trotskistas e os anarquistas – que haviam lutado ao lado do PCB contra os integralistas em 1934 – também fizeram parte da ANL, mas com reservas. Enquanto os trotskistas acusavam a ANL de ser oportunista – já que ela deveria ser chefiada apenas por operários – os anarquistas argumentavam que estes participariam da aliança enquanto ela combatesse o fascismo, o latifúndio e a tirania governamental, mas que se desligariam dela se o movimento desviasse para o caudilhismo, o endeusamento pessoal e se os aliancistas se tornassem governo.

É interessante considerarmos que nessa conjuntura, como destaca Marly Vianna (2007a, p. 69), com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, os Estados fortes e regimes autoritários ganharam evidência como uma possível solução para a crise da democracia liberal e do capitalismo de livre concorrência – que sofreu duro golpe com a crise de 1929. O que expressou um viés autoritário tanto à direita quanto, também, à esquerda comunista, que viam com simpatia o fortalecimento do Estado.

O PCB nessa época, em 1933, tinha passado por uma reorganização de sua direção, feita diretamente pela IC. Como explica Vianna (2007a, p. 74), embora o partido continuasse repetindo as palavras de ordem da IC de um governo de soviets, na prática, os comunistas brasileiros continuavam as suas alianças com forças democráticas no combate ao integralismo. Em 1934 ocorre o VII Congresso da IC em Moscou, com a participação da cúpula partidária do PCB, incluindo Luís Carlos Prestes já admitido no partido – reunião esta que terá consequências diretas sobre a *Insurreição Comunista* de novembro de 1935. Isso porque nesse congresso, tanto os comunistas brasileiros e os estrangeiros, tiveram uma perspectiva completamente irrealista das possibilidades de uma revolução brasileira, onde as forças comunistas no país foram sobrevalorizadas e construiu-se, assim, uma nova “ilusão” sobre as reais chances de ocorrer uma revolução. De fato, a insurreição acontece em novembro de 1935 para tentar derrubar o governo de Getúlio Vargas, com sublevações militares no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Recife. Derrotado, foi um movimento com grande influência do pensamento e formas de ação tenentistas, visto que estes militares – que estavam convencidos que a Revolução de 1930 tinha sido traída – seguiram a liderança de Luís Carlos Prestes, mas não tinham vinculação ideológica com o PCB (VIANNA, 2007a, p. 75-80). Para Pinheiro (1992, p. 14-15) a Insurreição de 1935 também foi uma ilusão devido à crença da solução militar como correção para o sistema político.



## Capítulo 2

### No Fogo da Crise: os conflitos de utopias nos tempos das sublevações militares (1922-1924)

“Mãe-Rússia, que nos deste Bakunin, isto é, a energia, e Tolstói, isto é, o amor, e Kropotkin, o auxílio-mútuo – Mãe-Rússia, que nos ensinaste a bondade na desventura (Gorki), sê bendita, ó Mãe amada, mãe de todas as mães, Mãe eterna da Vida e da Elevação!” (Otávio Brandão, *Movimento Comunista* nº1, janeiro de 1922, Apud BANDEIRA, 1980, p. 262).

Otávio Brandão, um dos fundadores do PCB, que nessa época, nos inícios de 1922, ainda era anarquista, expressava concepções libertárias ao se referir a Rússia, mencionando os grandes nomes do anarquismo russo, como os de Bakunin, Kropotkin e Tolstói, ao lado do escritor russo Máximo Gorki (1868-1936) que, apesar das suas diferenças com Lênin, também fez parte do partido bolchevique (BANDEIRA, 1980, p. 92).<sup>74</sup>

Em meio ao “fogo da crise” do movimento operário, com as divisões que se configuravam, e ainda com as crises políticas e institucionais que culminariam nas sublevações tenentistas que ocorreriam, configuravam-se, assim, anos de “tempos quentes”. Isso porque o “calor” da “chama” dos conflitos ideológicos, em meio à instabilidade da repressão, e das rupturas nos círculos militantes, constituiu-se como os elementos que elevaram a “temperatura” da época, caracterizando este período como “tempos quentes”, ou seja, os “tempos fortes” na produção do imaginário político próprio dos momentos de crise (GIRARDET, 1987, p. 86-87). E o imaginário, o mito, da Rússia revolucionária se revelava com vigor, expressa sob a imagem da “Mãe-Rússia”, a mãe da “vida” e da “elevação”. Imagens e representações que revelam que, assim como a personalidade de um “salvador”, de um “herói”, pode se revelar sob a forma paterna (GIRARDET, 1987, p. 91), a Rússia, enquanto geradora de uma nova “vida” mais “elevada”, encarnava-se na figura materna.

Há indícios, portanto, que a confusão ideológica entre as correntes às vésperas da fundação do PCB ainda era presente no primeiro número de *Movimento Comunista*. Nesta primeira edição temos informações que até mesmo José Oiticica publicou conteúdos libertários (BANDEIRA, 1980, p. 262 e 276; SANTOS, 2017, p. 182). Porém, apesar deste trecho citado por Moniz Bandeira já constituir em uma de nossas fontes, o primeiro número

<sup>74</sup> Embora Gorki tenha se afastado do bolchevismo, por ter sido contrário a Revolução de Outubro, e de ter deixado a Rússia em 1921, esse escritor foi uma figura constante na imprensa brasileira a respeito da Revolução Russa desde o início dos eventos revolucionários. Cf.: Bandeira (1980, p. 95). Consultar também a nota biográfica sobre Máximo Gorki em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gorki.htm>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

da revista *Movimento Comunista* não foi encontrado em nenhum dos arquivos que consultamos.

Nesse capítulo, em que iniciaremos a análise das fontes, como já destacamos, trataremos de um período na imprensa operária brasileira em que as polêmicas e discussões entre as correntes políticas do movimento operário assumiram um caráter ainda mais tenso e delicado. As rupturas de opiniões em relação à recente Revolução Russa – que já se configuravam desde 1920 –, a fundação do PCB, já anunciada desde antes – e fundado entre 25 a 27 de março de 1922 –, consolidando a cisão no movimento operário entre anarquistas e comunistas, e o impacto das sublevações militares dos tenentes a partir do 5 de julho do mesmo ano, potencializaram a relevância de certas discussões políticas que se realizavam.

Essa conjuntura, portanto, criou um ambiente fértil para a produção de reflexões e debates políticos. A imprensa operária transpareceu os conflitos entre os “camaleões” e “cristalizados”, no sentido dos debates entre aqueles que migraram para o comunismo marxista e aqueles que se mantiveram nas suas convicções anarquistas e ou sindicalistas. Isto é, as publicações operárias e trabalhistas expressaram, nesse momento, do ponto de vista do pensamento político, toda a riqueza e força das disputas teóricas e ideológicas entre a “cristalização” da ortodoxia comunista, ditadas pela Internacional Comunista de Moscou, ao qual o PCB procurou se vincular, e a heterodoxia em constante mudança “camaleônica” do pensamento antidogmático do anarquismo.<sup>75</sup>

E nesse primeiro período de análise, portanto, a quantidade de artigos catalogados e textos jornalísticos foram abundantes, totalizando 215 artigos, relativos aos três temas pesquisados, extraídos das 167 diferentes edições dos jornais consultados. Desse montante, foram selecionados 87 textos para a análise. São utilizados nessa seção 10 jornais, entre os anarquistas: *O Libertario*; *A Plebe*; *O Syndicalista* e *O Trabalho* do Rio de Janeiro. Entre os impressos comunistas encontra-se nessa relação a revista *Movimento Comunista* e os jornais *O Internacional*; *O Solidario* e *Voz Cosmopolita*. Ainda analisamos documentação proveniente dos jornais *O Trabalhador Graphico*, nessa época ainda fortemente influenciado pelo sindicalismo revolucionário, e também de *A Pátria*, cuja seção trabalhista, apesar de ser administrada pelos anarquistas, também publicava artigos de militantes comunistas.

---

<sup>75</sup> O termo “camaleões e cristalizados” foi aqui parafraseado ao se referir aos posicionamentos dos militantes da época porque esta expressão é o título de uma tese de doutorado que é pertinente, por estudar justamente mais um recorte das amplas repercussões mundiais que o “evento russo” exerceu sobre as organizações operárias mundo afora. Neste trabalho o autor estuda as transformações do pensamento político com o advento da Revolução Russa entre os anarquistas do rio da Prata, uruguaios e argentinos, onde a influência da Rússia revolucionária também se mostrou profunda (DOESWIJK, 1998).

Iniciemos, assim, com o nosso primeiro tema a respeito da “*organização operária e a luta dos trabalhadores*”.

## **2. 1. A Organização Operária e a luta dos trabalhadores: da cisão à repressão**

O ano de 1922 começou desde seus primeiros dias com debates intensos nas páginas da imprensa operária sobre os caminhos que o movimento dos trabalhadores no Brasil deveria seguir. As discussões já se iniciam tão acirradas porque, desde os anos anteriores, já vinham se opondo, cada vez mais, as opiniões entre os anarquistas e os adeptos do bolchevismo. De um lado aqueles a favor da continuidade da luta por meio do sindicalismo revolucionário, negando a ação parlamentar e defendendo o método federativo dos sindicatos – posições reafirmadas no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920 (DULLES, 1977, p. 113) –, portanto, uma continuidade da forma de organização defendida pelos anarquistas. Em contraponto àquelas opiniões favoráveis à tomada do poder político e do Estado, atrelando as organizações operárias junto ao um partido operário comunista – defendido pelos marxistas. Entre os militantes operários, portanto, discutir, neste contexto, a validade ou não da ideia de “ditadura do proletariado” tornava-se uma questão central e incontornável sobre os rumos da organização operária no Brasil, ainda mais devido ao avanço dos comunistas e a intenção de atrelar o movimento operário ao seu partido, que logo seria fundado.<sup>76</sup>

Este clima de rupturas incidiu de forma marcante sobre este tema na imprensa operária neste início de nosso recorte cronológico. Pinheiro (1977, p. 171-172) já chamou a atenção sobre a riqueza destes debates na imprensa operária desta época e da necessidade de reconstituí-los. Esta condição de acirramento das disputas, que se acentuará nos anos seguintes, como veremos, com conflitos internos nas próprias organizações operárias, se estende até o nosso primeiro grande corte na regularidade desta imprensa – com a repressão desencadeada com o segundo levante tenentista de 5 de julho de 1924.

---

<sup>76</sup> É importante frisar que no III Congresso Operário Brasileiro (realizado em abril de 1920) decidiu-se por não se aderir a Internacional Comunista (IC), pois não havia um consenso sobre esta questão, e nem mesmo a existência de um partido comunista, apenas foi prestada solidariedade a esta Internacional. Contudo, desde este congresso, Astrojildo Pereira já defendia a ideia de que a COB (Confederação Operária Brasileira) tinha que se organizar de forma mais centralizada, aos moldes da central sindical estadunidense IWW (Industrial Workers of the World), organização esta, porém, que é adepta do sindicalismo revolucionário, Cf.: (DEL ROIO, 2007b, p. 72-73; CORRÊA, 2018b, p. 56); <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Industrial\\_Workers\\_of\\_the\\_World](https://pt.wikipedia.org/wiki/Industrial_Workers_of_the_World)>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

### 2.1.1. 1922: camaleões e cristalizados no Brasil

Atingindo diretamente estas questões dos caminhos organizativos que a classe trabalhadora deveria seguir, o debate público na imprensa operária inicia-se no jornal *O Libertario* de São Paulo, no primeiro dia do ano, em seu primeiro número, onde se defendeu os ideais anarquistas em longo artigo de autor identificado por Clemente Vieira Santos, insinuando os perigos que as propostas dos comunistas poderiam trazer, ao qual destacamos as passagens:

Segundo os aspirantes a dictadores vermelhos e na igual opinião dos avariados anarchistas, as falanges anarchicas deviam, como attitude transitoria, embora prolongada, engrossar no partido da ditadura “proletária”, deixando de propagar os seus credos de integral emancipação humana para facilitarem e coadjuvarem o desenvolvimento das idéas communistas autoritárias, isto é, o triumpho d’um partido que, comquanto promettendo, uma vez senhor das rêdes do mando, inclinar se para a supressão gradual de seu predominio, fazendo as populações, a toque de corneta e de comando, evoluir para um sinthema francamente communista e francamente libertario – não deixará, com certeza, de rigorosamente fazer cumprir a suas determinações e as suas vontades indiscutíveis, inspiradas no autoritarismo dos 21 pontos de Moscou.<sup>77</sup>

E mais adiante ele destaca, opondo ao comunismo a forma de organização anarquista:

Mas a nossa revolução é muito diferente: tendendo para estabelecer uma sociedade fundada no accordo mutuo entre os individuos, na qual ninguém possa impôr a sua vontade sobre o seu semelhante, o seu igual, mas onde todos tenham facilidades de viver a seu modo e depois de, voluntariamente, concorrem para o bem-estar geral – é preciso desenvolver a consciencia, a vontade e a iniciativa das camadas populares. E cada golpe vibrado nas instituições da propriedade e do governo, cada elevação da consciencia popular, cada igualamento de condições, cada porção de actividade humana subtraída á fiscalização da autoridade, cada augmento de espirito de solidariedade e de iniciativa, é um passo para a anarchia, isto é, para a Revolução organizada entre as camadas proletarias, agindo por si mesmas. De resto, os anarchistas estão sempre dispostos a cooperarem nas insurgencias, nas revoltas, em todos os movimentos que tendam a impulsionar a humanidade para a frente, mas sempre no seu campo de honra.<sup>78</sup>

Em relação ao autor “Clemente Vieira Santos” desconfiamos que se trata, muito provavelmente, de “Clemente Vieira dos Santos” (1889-1960), um anarcossindicalista

<sup>77</sup> Em defesa da Anarchia. **O Libertario**, São Paulo, 1 jan. 1922. Ano 1, nº 1, p. 01.

<sup>78</sup> Em defesa da Anarchia. **O Libertario**, São Paulo, 1 jan. 1922. Ano 1, nº 1, p. 01-02.

português, tipógrafo e jornalista, que colaborou em quase toda imprensa operária libertária de Portugal e também em jornais de outros países – e que se opôs ferrenhamente a IC de Moscou.<sup>79</sup> Era comum na imprensa operária brasileira, como vimos, a publicação de artigos de militantes estrangeiros, e as posições duras e irônicas de Clemente contra o bolchevismo, para os editores de *O Libertario* naquele momento, parecem ter sido muito pertinentes. Esta fonte foi catalogada inicialmente em nossa pesquisa de mestrado, contudo, ficou de fora e não foi analisada neste trabalho anterior. Entretanto, este artigo consiste num documento significativo da oposição dos anarquistas de São Paulo nesse período ao que os comunistas estavam discutindo nos círculos militantes em nível internacional, inclusive no Brasil, principalmente entre os comunistas cariocas, pois os “21 pontos de Moscou” já eram debatidos entre os ativistas que fundaram o PCB, sendo uma das questões centrais no congresso de fundação do partido (BANDEIRA, 1980, p. 279).<sup>80</sup>

Podemos inferir o quanto foi conveniente, aos editores de *O Libertario*, um artigo que colocava ao lado dos “ditadores vermelhos” (referindo-se aos comunistas) os anarquistas que se “deterioraram” na defesa de um regime político que se colocava como pretensamente “transitório” – referindo-se à ideia da ditadura do proletariado dos marxistas e ao regime soviético na Rússia –, duvidando, assim, do caráter realmente “proletário” desta ditadura e identificando como “autoritária” esta forma de comunismo. Isso numa época em que as polêmicas das cisões no interior do movimento anarquista brasileiro estavam em alta. Assim, opondo-se à ideia de “ditadura proletária”, o autor defende a organização anarquista pelo livre acordo voluntário das “camadas proletárias agindo por si mesmas” – fazendo referência à ideia de “ação direta” do anarquismo – e identificando esta forma de organização como um processo de “elevação das consciências”, o que resultaria na concretização da própria “Anarquia”. Esta “Anarquia” apresenta-se numa imagem vaga devido ao seu componente utópico, mas relaciona-se à imagem de uma “elevação” da compreensão humana, e que consiste em parte do imaginário sobre uma revolução que fosse genuinamente anarquista, a partir de uma transformação das consciências. No final, destaca-se a disposição insurrecional

---

<sup>79</sup> A respeito do referido Clemente Vieira dos Santos ver o seu verbete no arquivo digital do “Movimento Social Crítico e Alternativo” (MOSCA): <<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=1188>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

<sup>80</sup> Trata-se, aqui, das 21 condições que foram colocadas pelo Partido Comunista russo para a adesão dos partidos comunistas nacionais na Internacional Comunista (IC), determinadas no II Congresso desta Internacional em Moscou em 1920. Estas 21 condições determinavam, entre outras coisas, a subordinação de todos os partidos comunistas nacionais à autoridade da I. C. de Moscou (SALLES, 2005, p. 84; COLE, 1961, p. 301). Ver também as 21 condições na íntegra na obra de Rodrigues (1979, p. 28-32), especialmente a condição de nº 16 que especifica a subordinação dos PC's nacionais a IC, levando-se em consideração o duro contexto de guerra civil pelo qual passava a Rússia naquele ano de 1920.

de apoiar qualquer revolta que “impulsione a humanidade para frente”, desde que mantida a “honra” – referindo-se aos valores libertários, reforçando o imaginário utópico de um estágio social mais “avançado”, mais “a frente” – numa visão linear e de um certo “messianismo”.

É importante salientar que o autor insiste que a revolução social que os anarquistas preconizam só pode ocorrer com o desenvolvimento das consciências e de que qualquer elevação da consciência popular contra as instituições da propriedade e do governo já é um rumo à “Anarquia”. Devemos entender que apesar dos elementos utópicos, o autor tenta fazer uma leitura realista ao considerar que as transformações sociais dependem de mudanças complexas, desconfiando, então, das propostas políticas dos comunistas, de que eles realmente se inclinariam a uma “supressão gradual de seu predomínio” – como subtende-se o conceito de ditadura do proletariado dentro do marxismo. Desconfia que os comunistas sejam capazes de construir o comunismo a “toque de corneta e de comando” das populações.<sup>81</sup>

Estas “imagens” da “Anarquia”, associadas a uma imagem de um estado social “elevado”, mais “a frente”, no artigo de Clemente Vieira Santos, se relaciona nessa edição a uma posição de destaque. O artigo é extenso e ocupa toda a página de capa do jornal, continuando ainda na segunda. Trata-se do texto de inauguração de *O Libertario*, que se apresenta com elaborados recursos gráficos, pois, ao lado deste artigo, intitulado “Em defesa da Anarchia”, encontra-se um grande desenho ocupando quase metade da capa onde figura-se uma mulher erguendo uma tocha e segurando uma espada em meio a uma convulsão de pessoas que se encontram abaixo dela – onde uns saúdam a luz da tocha enquanto outros parecem sofrer com sua luminosidade. Ao fundo da imagem feminina, um grande sol escrito “o libertario”, e acima a inscrição “a hora acrata”. O jornal ainda se apresenta com um cabeçalho elaborado com gravuras de fábricas com suas chaminés fumegantes. Não faz parte deste trabalho uma análise de fontes iconográficas, contudo, considerar que nossas fontes escritas estão associadas e se relacionam aos elementos visuais é importante porque ao abordarmos o imaginário político sabemos que estas formas de representações se remetem a “imagens”, que reforçam certas visões “míticas” das ideologias que defendem. Assim, a

---

<sup>81</sup> Podemos identificar aqui ecos de debates fundamentais a respeito das formas de transformação revolucionária que remontam deste a 1º Internacional, onde se formaram as matrizes das culturas políticas que analisamos. Contudo, isso dentro das discussões imediatas que se debatia o movimento operário brasileiro em 1922, com a intenção dos comunistas de centralizarem as lutas operárias a partir da conquista do Estado. Já Bakunin, na 1º Internacional, criticara as ideias centralistas de Marx como sendo algo ilógico – por estar em detrimento da organização real, espontânea e de solidariedade das massas operárias – por acreditar que um grupo de indivíduos: “mesmo os mais inteligentes e os mais bem intencionados, será capaz de tornar-se o pensamento, a alma, a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização econômica do proletariado de todos os países” (BAKUNIN, 2016, p. 232).

“Anarquia” se apresenta na forma de “luz”, de “elevação” das consciências representada pela tocha, empunhada pela musa da liberdade como uma visão de uma “utopia operária”.

No mês de fevereiro, temos indícios de que os debates internos nos setores sindicais também se preocupavam cada vez mais com a questão da união mais efetiva dos trabalhadores e da classe operária. Esta problemática sempre foi discutida no movimento operário por todas as tendências políticas, contudo, o advento da Revolução Russa e a iminência da fundação do PCB recolocou a urgência deste desafio político a partir da proposta dos comunistas de construção desta unificação por meio de um partido centralizado da classe operária no modelo bolchevique. Assim, no Rio de Janeiro, mesmo no jornal *Voz Cosmopolita*, que se iniciara recentemente com a direção dos comunistas, a desconfiança em relação aos partidos, mesmo operários, ainda era presente. Isso confirma a lenta “mutação ideológica” do jornal *Voz Cosmopolita* apontada por Peixoto (2010, p. 185). Também Edgard Carone (1984, p. 6) chamou a atenção para a ruptura tardia entre anarquistas e comunistas. Assim, em artigo não identificado que disserta sobre a necessidade de um sindicato único para a categoria – já que se tratava de um órgão dos trabalhadores do setor terciário urbano em vários serviços como hotéis, cafés, bares etc – a unificação sindical é defendida, mas com a ressalva da independência em relação aos partidos:

Exijamos dos trabalhadores que definam seu pensamento sobre a organização e o respeito e a defesa da mesma, mas acima de tudo defendamos a Unificação e a independência sindical para com partidos políticos, quer sejam socialistas, democratas ou laboristas, etc. etc.  
Gritemos bem alto, fallemos a sério, mas muito a sério, o que pretendemos, para que nossa voz penetre dentro dos corações de nossos companheiros.<sup>82</sup>

Poucos dias depois, em *O Libertario*, em artigo assinado por Mario da Silveira, o que pode ser um pseudônimo, visto que não obtivemos informações sobre a sua exata identidade, colocava-se em xeque uma tese que foi um dos elementos centrais nas discussões do movimento operário daquela época: a de que a ditadura do proletariado era inevitável no desenvolvimento histórico.<sup>83</sup> Esta ideia, que derivava como vimos das obras de Marx, e que foi intensificada devido a Revolução Russa, representou um dos elementos míticos mais

---

<sup>82</sup> Batalhemos. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1922. Ano 1, nº 3, p. 03.

<sup>83</sup> Essa ideia da revolução operária, da construção da ditadura do proletariado e do comunismo como fenômenos do desenvolvimento histórico futuro, que seriam inevitáveis, remontam ao *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. A ideia contida no *Manifesto*, de que o “espectro do comunismo rondava a Europa”, já que o triunfo histórico da burguesia também anunciava o seu declínio, devido o desenvolvimento da luta do proletariado, foi um elemento forte do imaginário político do movimento operário e que causou grande repercussão desde quando foi anunciada (VILAR, 1979, p. 115).

fortes da propaganda comunista, justificando a fundação de um partido deste tipo no Brasil. Em um longo texto em que se expõem uma visão anarquista da construção do comunismo, que se daria pela eliminação do governo, revela-se a não confiança típica dos anarquistas em relação a suposta autoridade do saber dos grupos dirigentes:

Após a revolução do partido maximalista russo, centenas de camaradas, hão dado para afirmar ser inteiramente impossível, passarmos do regime burguez para o anarchico, sem usarmos o “meio transitório” (?) da ditadura, engalanada com o pomposo nome do proletariado. Affirmam esses camaradas, entre outras coisas, o seguinte: que os trabalhadores não estão aptos para se governarem de per si e lhes falta os conhecimentos technicos necessarios para dar andamento aos diversos trabalhos indispensaveis á vida da collectividade.<sup>84</sup>

No mês de março, a revista carioca *Movimento Comunista*, fundada em janeiro para ser o porta voz dos comunistas no Brasil, e que logo se tornaria órgão oficial do PCB com sua fundação naquele mês, iniciou debates com os anarquistas que não apareceu, como vimos, no seu primeiro número. Em artigo de Astrojildo Pereira que acendeu o fogo da polêmica, o autor se esforça em argumentar que as rupturas e debates no seio do movimento operário seriam benéficas para o seu amadurecimento e que, portanto, não deveriam ser temidas. Aponta, num esforço de análise da conjuntura internacional, que as mudanças ocorridas com a guerra mundial e a Revolução Russa incidiram diretamente sobre as condições da luta operária de todos os países. Por conseguinte, as divergências que se expressavam no meio militante operário brasileiro eram reflexo de uma tendência mundial; era uma crise do próprio movimento anarquista, que era ampla maioria no Brasil, pois este não havia se adaptado a estas mudanças de conjuntura:

E entendamo-nos. A grande guerra poz em desequilibrio não somente o mundo capitalista, mas tambem o mundo proletario. Com uma diferença: que o desequilibrio do mundo capitalista é um desequilibrio mortal, de decadencia de valores, ao passo que o desequilíbrio do mundo proletario é um desequilibrio vital, de renovação de valores. A crise do mundo capitalista é uma crise de agonia; a crise do mundo proletario é uma crise de parto. [...].<sup>85</sup>

Em seguida, acrescenta, referindo-se às consequências que a Revolução Russa impôs ao movimento operário e às divisões que ela criou:

<sup>84</sup> Comunismo anarchico. **O Libertario**, São Paulo, 15 fev. 1922. Ano 1, nº 4, p. 01.

<sup>85</sup> Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, mar. 1922. Ano 1, nº 3, p. 69.



[...] As organizações syndicaes igualmente se scindiram, sinão organicamente, ideologicamente: as esquerdas pela dictadura do proletariado e as direitas contra, aquellas constituindo-se em Internacional Syndical Vermelha e estas continuando na Internacional de Amsterdam. (Deixo de parte aqui, por secundario, o dualismo não existente, nas esquerdas syndicaes, em torno do criterio “politico” e “a-politico” do movimento). Igualmente as agrupações anarchistas se fraccionaram: umas por Moscou, outras contra Moscou.<sup>86</sup>

Ao buscar enfatizar as mudanças que a I Guerra Mundial trouxe nas novas condições políticas do mundo, mudanças que também atingiam a luta proletária, Astrojildo Pereira tenta vincular os novos rumos dos tempos ao advento da Revolução Russa. A imagem do evento revolucionário russo como uma reação e um sinal para a sublevação dos povos contra os massacres da guerra constituiu-se, desde o início, como já destacamos, em um dos seus elementos centrais (HOBSBAWM, 1995, p. 62). Sabemos que, embora o tema da Revolução Russa seja um dos tópicos de nossa pesquisa sobre o pensamento político operário, que pretendemos desenvolver adiante, esse assunto era recorrente nas discussões aqui analisadas a respeito da organização operária. Por isso, para Astrojildo Pereira, os setores operários que apoiaram a Internacional Sindical Vermelha (ISV) se colocaram a favor da “ditadura do proletariado”, enquanto aqueles que se colocaram “contra Moscou” se postaram “as direitas” do movimento, incluindo os anarquistas. Esta Internacional constituiu-se no braço sindical da III Internacional Comunista (IC), criado no segundo congresso da IC em 1920 para justamente combater a Internacional de Amsterdã, que possuía grande influência do sindicalismo revolucionário de origem anarquista (SALLES, 2005, p. 82).

A convicção dos comunistas brasileiros de que a ditadura do proletariado era um fenômeno inevitável na luta revolucionária, no processo de derrubada do capitalismo, era alimentada tanto pela forma como se deu a Revolução Russa, com a vitória dos bolcheviques, como pelo que o movimento comunista internacional (via IC) defendia. Fazendo-se uso, assim como os anarquistas, de artigos de militantes estrangeiros, provenientes de organizações comunistas no exterior, os comunistas do Rio de Janeiro publicaram no mesmo número de o *Movimento Comunista* um artigo de Charles Rappoport. Este autor explica a construção do comunismo de acordo com as ideias de Marx, onde o Estado seria abolido a partir da supressão das contradições de classe, e, assim, dirigindo-se aos anarquistas:

Os anarchistas apontam frequentemente Karl Marx como o fundador do socialismo autoritario. Ora Marx formulou o argumento mais serio, mais

---

<sup>86</sup> Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, mar. 1922. Ano 1, nº 3, p. 70.

formidável, contra o Estado, contra o governo do homem pelo homem, contra a exploração política do ser humano por outro ser humano. Quando Marx declara que o Estado, todo e qualquer Estado, não é mais que um conselho de administração de uma classe dominante, cujo papel consiste em assegurar os interesses da classe dominante em assegurar a opressão sobre uma outra classe, por isso mesmo declara elle que o Estado é uma instituição de classe.

[...]

O que nos separa dos anarquistas – de Proudhon, de Bakunine, de Kropotkin – é que nós communistas não tomamos a ausencia do governo politico como ponto de partida, mas como ponto de chegada. Nós não confundimos o fim o caminho a percorrer. [...] Si nós applicamos os methods coercitivos, a compressão, numa palavra: a ditadura, que é o dever mais cruel, é necessário que se diga, porque a ditadura é a forma de compressão mais barbara – isso se explica porque não ha outro meio para livrar-se da ditadura-eterna, do privilegio, da exploração do productor pela classe capitalista...<sup>87</sup>

Charles Rappoport tinha origem russa, mas emigrou muito jovem para a França e se envolveu no movimento operário, tornando-se depois membro fundador do PCF.<sup>88</sup> A ideia defendida por Marx a que se refere, de que o Estado inevitavelmente é uma instituição de classe e de que a sua supressão só seria possível com a própria abolição das classes sociais, o que não ocorreria sem a utilização do domínio político pelo proletariado, é uma referência ao que foi chamado de “ditadura do proletariado” no pensamento do filósofo alemão. Por isso, a ênfase de que para eles, os comunistas, ao contrário dos anarquistas, o fim do governo político, do Estado, era previsto como o ponto final do processo revolucionário, não inicial. É importante refletirmos que a publicação de militantes estrangeiros na imprensa operária brasileira era vista como um recurso simbólico de autoridade nos debates e polêmicas que eram travadas entre as correntes operárias. E ainda mais para o caso dos comunistas, esse recurso era importante devido ao pouco conhecimento a respeito do pensamento de Marx no Brasil daquela época. Uma fonte que ajuda a ilustrar que o mito comunista da “ditadura proletária” era visto não só como inevitável, mas como um tipo de ditadura que era um mal menor, porque passageira, em relação a ditadura burguesa, que era a “ditadura eterna do privilégio”. Estes aspectos da inevitabilidade histórica das teorias marxistas, ao que tudo indica, são “imagens” que também habitaram o imaginário político dos comunistas no Brasil.

No mesmo mês, porém, pouco antes da fundação do PCB, o jornal anarquista *A Plebe*, de São Paulo, publicou um longo manifesto-programa com a intenção clara de definir as posições dos libertários no movimento operário, bem como dar uma resposta às crescentes

<sup>87</sup> O Comunismo e o Estado. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, mar. 1922. Ano 1, nº 3, p. 80-81.

<sup>88</sup> Informações e maiores detalhes a respeito do militante comunista Charles Rappoport confirmar em: <[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/rappoport\\_charles.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/rappoport_charles.htm)>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

polêmicas e divisões que ocorriam no seu interior. Assinado por militantes destacados do movimento anarquista, entre eles Edgard Leuenroth, um dos principais editores do jornal e operário gráfico, o manifesto defendia a visão ácrata do comunismo e desde o início também salientava a conjuntura da guerra mundial.

Neste manifesto, os libertários afirmavam que mesmo estudando a situação do movimento revolucionário e social do mundo com a deflagração da grande guerra, os princípios anarquistas mantinham-se íntegros como o melhor método para derrubar o capitalismo e instaurar o comunismo anárquico. Isso porque como método de ação eles propunham a “livre iniciativa”, a “solidariedade” e a “ação direta”, que ensina “a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e a viver sem tutela”. Ao se tratar da organização do movimento, os anarquistas esboçaram uma autocrítica, tentando oferecer também precauções para se efetivar uma direção libertária nas lutas dos trabalhadores:

Fazendo um exame retrospectivo á obra que o elemento anarchista tem desenvolvido neste paiz ha cerca de tres dezenas de annos, constatamos que se a actividade libertaria não apresenta hoje um resultado correspondente á enorme somma de esforços e sacrificios a ella dedicados, é isso devido á falta de uma acção methodica, systematica no trabalho de propaganda e organização.

[...]

Concitamos, pois, os elementos libertarios desse paiz a se constituirem em grupos, para depois serem reunidos nas federações regionaes, como base para a constituição geral libertaria do Brasil.

[...]

Para que essa organização, desde os grupos ás federações e á união geral libertaria, não tenha uma existencia nominal, deve ficar assentado de maneira categórica que a inscripção nos grupos e deste nas federações e na união geral deve corresponder á obrigação do cumprimento regular do seu programma e das resoluções que por mútuo acordo forem tomadas.<sup>89</sup>

E, mais adiante, especificamente sobre a ação anarquista no movimento operário:

Encaramos a organização de resistência dos trabalhadores como um phenomeno imanante da sociedade capitalista, consequencia natural da luta de classes, que se manifesta e se desenvolve, com ou contra a vontade de qualquer partido, como o expoente da necessidade irreprimivel das victimas do salariato se solidarizarem para a defeza dos seus direitos vilipendiados pelo patronato.

[...]

O sindicato, que é hoje o organismo da luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo, sendo também um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores, pois traz em constante exercicio o seu sentimento de solidariedade, mantendo vivo o seu espirito de combatividade e dotando-o

<sup>89</sup> Os anarchistas no momento presente. **A Plebe**, São Paulo, 18 mar. 1922. Ano 5, nº 177, p. 01.

de uma concepção de conjunto da obra renovadora do sindicalismo, está destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução económica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertárias, em oposição a toda tendência centralista e autoritária.

Somos, pois, de opinião que os anarquistas devem prestar activo e continuado auxílio á organização proletária, contribuindo para o seu desenvolvimento, combatendo a acção daquelles que a quizerem enfeudar a um partido, bem como todas as tendências de exclusivismo ou de corporativismo, das massas ou de indivíduos, que, como funcionarios ou militantes, pretendam tornal-a instrumento de suas conveniencias politicas ou pessoas.<sup>90</sup>

Ao realizar uma tentativa de análise crítica do próprio movimento, os anarquistas de São Paulo reafirmaram as propostas libertárias para que os militantes se organizassem em coletivos e em federações regionais. A organização federativa do sindicalismo, aliás, facultava aos sindicatos uma autonomia dentro da federação, o que atraía os grupos sindicais que, mesmo não sendo anarquistas – como os sindicalistas revolucionários –, se simpatizavam com os princípios descentralizados deste tipo de organização (SAMIS, 2004, p. 135). Contudo, tomaram a atenção em advertir para que estas organizações não tivessem uma existência apenas “nominal”, que elas seriam efetivas na medida que seus aderentes tomassem o seu programa “por mútuo acordo”. Assim, as próprias características do pensamento político anarquista, com sua rejeição ao dogma, conferem importância para a liberdade de escolha e ao julgamento individual. Daí, a ênfase dada ao consentimento entre todas as partes para o envolvimento e tomada de decisões. Esta fluidez do pensamento libertário que o caracteriza como um “camaleão”, por estar mais aberto à heterodoxia, se reflete na questão da organização, já que eles buscam evitar uma organização que seja artificial, excluindo formatos burocráticos e rígidos como um partido (WOODCOCK, 2007, p. 16-17). No entanto, ao tratarem da organização operária, eles reconhecem a existência e a inevitabilidade das “lutas de classes”, tema caro para os marxistas. Porém, afirmam que os sindicatos, e os anarquistas, têm que evitar as tendências “centralistas” e “autoritárias”, combater no seu interior aqueles que queriam “enfeudar” o sindicato a um partido.

Destaca-se ainda nesta fonte, portanto, a visão mítica do sindicato atrelado à ideia de lutas de classes, como pontos de convergência entre a tradição libertária e marxista, que foi tão própria do imaginário político do sindicalismo revolucionário – do sindicato como célula da sociedade futura por meio das lutas classistas (TOLEDO, 2004, p. 30-32). Isso fica claro na afirmação de que o sindicato – pelo método de luta que defendia – estava “destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução econômica da sociedade”. E ainda: “assegurando a

---

<sup>90</sup> Os anarquistas no momento presente. **A Plebe**, São Paulo, 18 mar. 1922. Ano 5, nº 177, p. 01 e 04.

viabilidade das concepções libertárias”, em oposição a “tendência centralista”. Vincula o projeto sindicalista ao ideal anarquista numa visão messiânica, em oposição possivelmente ao centralismo do marxismo. Projetando, assim, esta “imagem de futuro” nesse imaginário.

Algumas destas fontes já foram mencionadas em outros trabalhos historiográficos, como o artigo acima de Astrojildo Pereira e este manifesto de *A Plebe*. Contudo, estes trabalhos não se aprofundaram na análise dos aspectos singulares e inerentes deste pensamento político no que concerne as suas representações ligadas ao imaginário político, forjados no calor dos debates que ocorriam entre as tendências operárias (DULLES, 1977, p. 144-145; SAMIS, 2002, p. 269; KHOURY, 1988, p. 296-309). A própria fonte de *A Plebe*, que é um manifesto muito longo, foi analisada em nosso trabalho de mestrado, mas atentando-se às questões pertinentes à Revolução Russa, que também é assunto do manifesto, e deixando as discussões sobre a organização operária em segundo plano (GOMES, 2012, p. 203-204).

Por outro lado, um dos aspectos importantes do pensamento político dos comunistas desta época consistiu, como vimos, na ideia e na defesa da inevitabilidade da ditadura do proletariado para manter as conquistas sociais alcançadas com a revolução operária. Isso se devia ao fato concreto da experiência da Revolução Russa, o que colocava a pauta da organização de um partido parlamentar e centralizado da classe operária no centro das discussões do movimento operário no Brasil. Por esta razão, Astrojildo Pereira desdenhou do “dualismo” nos sindicatos sobre o caráter “político e apolítico do movimento”, referindo-se à recusa dos anarquistas da ação parlamentar. Portanto, estas interpretações eram encaradas – sobretudo pelos comunistas – como o que havia de mais atualizado na análise das condições políticas nacionais e internacionais, onde a publicação de material estrangeiro, sobretudo do movimento comunista internacional, era importante para justificar e atestar as suas posições e convicções de que ocorria uma revolução mundial. Assim, a Revolução Russa dotou parte da vanguarda intelectual operária no Brasil de um novo instrumental teórico, perfazendo-se numa longa “transmutação ideológica” que vinha desde os anos anteriores (DEL ROIO, 2007b, p. 72-74).

A questão da ditadura do proletariado, como vimos, parte das bases fundadoras do movimento comunista. Marx propunha que o proletariado utilizasse o domínio político para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – que para ele seria o proletariado organizado como classe dominante – como um período transitório para construir o comunismo.<sup>91</sup> Com isso, na teoria marxista-leninista, a ditadura do proletariado existiria até,

---

<sup>91</sup> O que seria, e o que foi chamada posteriormente, de “ditadura do proletariado” (MARX; ENGELS, 2007b, p. 66-67). Em relação a “luta de classes”, este é um conceito que se refere a um fenômeno social, que é afirmado

e apenas, para eliminar os resquícios da antiga ordem burguesa. Ao ser criada a Internacional Comunista em Moscou por Lênin, em 1919, o objetivo dos comunistas russos era preparar os movimentos operários dos vários países para a tomada do poder político e isso exigia a formação de partidos comunistas operários em todos os países para que esta luta se realizasse (SPINDEL, 1985a, p. 35). Assim, para aqueles militantes brasileiros que se colocaram ao lado da Rússia, foi exigido uma “cristalização” de suas convicções políticas que atendessem aos rígidos estatutos centralizados do PCB e da própria IC, ao qual o partido se vinculou.<sup>92</sup>

Não obstante, o jornal *A Plebe* já vinha combatendo esta interpretação da inevitabilidade histórica das teorias marxistas com o advento da revolução na Rússia. Contrariando as propostas dos comunistas, como atesta um artigo assinado por “Gastão Leval” alguns dias depois, os anarquistas reforçavam a sua visão do sindicalismo:

A these do periodo transitorio, que nos provocaria enormes desgostos, é uma mystificação [...] Nós sabemos muito bem que não podemos transformar num dia a sociedade e os seus membros; mas os factos demonstram nos que não se pode obter nenhuma realização comunista fóra da acção livre, do entendimento livre, dos trabalhadores. [...]

Causa-nos pena de ter de repetir, depois de se ter dito tantas vezes, que o poder politico não póde ser senão uma força de oppressão para o organismo economico.

[...]

Nós nada temos de essencial a modificar nos nossos métodos de acção. Temos, apenas, de os completar, intensificando-os. E a centralização da iniciativa não poderia senão castrál-os, aniquilal-os, confiando a indivíduos o que só a collectividade é capaz de levar a bom termo.<sup>93</sup>

O autor, que assina Gaston Leval, foi um conhecido anarcossindicalista francês que atuou intensamente no movimento operário europeu e, como testemunha ocular da Rússia soviética, ele se tornou uma referência importante para os anarquistas de *A Plebe* que possivelmente traduziram o seu artigo. A crítica da tese do “período transitório”, portanto,

---

pelos autores, como sendo uma realidade em todas as sociedades que já existiram e que existem. Assim, o comunismo seria construído pela “classe dos operários modernos”, os “proletários” das fábricas, os protagonistas da luta contra a burguesia dominante, justamente por serem os proletários a classe mais explorada (MARX; ENGELS, 2007b, p. 45 e 51-52).

<sup>92</sup> Em relação as analogias que fazemos entre “camaleões” e “cristalizados” é interessante notar que, segundo a experiência argentina dos impactos da Revolução Russa no movimento anarquista, os “cristalizados” eram os anarquistas ortodoxos que se mantiveram na total negação da ditadura do proletariado. Enquanto que os “camaleões”, contudo, seriam os “anarco-bolcheviques”, que fundiram elementos do anarquismo e dos sindicalismo revolucionário – como a rejeição da ação eleitoral e parlamentar com a ideia do sindicato como célula embrionária da sociedade socialista – com elementos do marxismo – principalmente a aceitação do princípio de ditadura do proletariado (DOESWIJK, 1998, p. 8-9).

<sup>93</sup> A ditadura do proletariado. *A Plebe*, São Paulo, 1 abr. 1922. Ano 5, nº 178, p. 04.

como uma “mistificação”, parte de sua experiência direta ao se constatar a centralização do regime na Rússia e a repressão dos bolcheviques contra os anarquistas russos.<sup>94</sup>

Fica implícito, com esta publicação, que estava em discussão entre os anarquistas brasileiros a consideração de que as transformações sociais revolucionárias não ocorriam de forma imediata e que isso obrigava a uma reanálise de suas ações. Porém, o artigo de Leval salienta que os métodos libertários deveriam ser aprimorados, dando a entender que os seus fundamentos estavam corretos. Considerando as discórdias e conflitos que ocorriam no movimento operário devido à ação dos comunistas, Leval denunciou os próprios “fatos” para reafirmar o princípio do “entendimento livre” para evitar mais desavenças entre os trabalhadores. E isso coincidia com a conjuntura do movimento operário também aqui no Brasil. Enfatizava que não era possível uma “realização comunista” fora da ação livre dos trabalhadores e que o “poder político” também impunha opressão econômica sobre os mesmos.<sup>95</sup>

Esta crença partia da visão anarquista que se tinha do sindicalismo, uma interpretação que ia ao encontro da plataforma política do “sindicalismo revolucionário”. Este tipo de sindicalismo, ao conferir ao campo econômico a primazia das bases para o compromisso mútuo entre os associados, por este campo ser de interesse universal e de clara compreensão de todos os operários, por se referir aos seus interesses imediatos (salários, jornada de trabalho etc.), permitia que as opiniões políticas fossem livremente discutidas e não interferissem nas decisões centrais. Esse tipo de sindicalismo tinha, portanto, um programa flexível na sua capacidade de abrangência, e era o ambiente político e sindical dominante naquele momento no Brasil, o que ajuda a explicar a pertinência da tradução deste artigo de Leval em *A Plebe*, apenas alguns dias após a fundação do PCB no Rio de Janeiro (SAMIS, 2004, p. 135).

---

<sup>94</sup> Gaston Leval atuou por anos na CNT da Espanha (Confederación Nacional del Trabajo), organização sindical de forte tendência anarquista, acompanhando a delegação da CNT no III Congresso da IC em Moscou em 1921. Nessa ocasião, ele foi um dos vários militantes ocidentais que constataram a repressão do governo comunista contra os anarquistas russos. Assim, ao retornar para a Espanha em finais de 1921, com o seu relatório do congresso de Moscou para a CNT, a separação desta organização com a IC foi definitiva. Nessa época, ele também escreveu para a imprensa anarquista francesa sobre suas impressões da Rússia, o que demonstra que *A Plebe* pode ter tido acesso a este material que vinha da imprensa operária internacional, até mesmo já traduzido de Portugal. Cf.: <[http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bright/leval/levalbio.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bright/leval/levalbio.html)>. Acesso em: 09 de agosto de 2018.

<sup>95</sup> A respeito da interpretação anarquista do comunismo, representada pela corrente anarco-comunista, é preciso esclarecer que os libertários possuíam a convicção, desde o século XIX, e tendo como um dos expoentes o geógrafo anarquista francês Élisée Reclus, de que na construção do comunismo não poderiam ocorrer a dissociação e a supressão do princípio da liberdade e da solidariedade populares, como apontou o historiador do anarquismo Max Nettlau (2008, p. 105).

As divisões no movimento operário entre anarquistas e comunistas não impediram que estes programassem juntos as comemorações do 1º de maio naquele ano de 1922, demonstrando os elos militantes que ainda haviam (DULLES, 1977, p. 152). Talvez isso explique porque nós não identificamos muitas fontes a respeito das polêmicas sobre a organização trabalhista entre as duas tendências na imprensa operária durante este mês. Contudo, as rivalidades cresciam, ainda mais após a fundação do PCB em março, e, em meados do ano, as discussões políticas acerca dos caminhos da luta operária retornam.

Um exemplo interessante das “transmutações ideológicas” pelas quais alguns militantes anarquistas passaram com a influência do bolchevismo encontramos no jornal do sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, bares, cafés e congêneres de São Paulo: *O Internacional*. Ressalte-se que este jornal foi o principal órgão dos comunistas em São Paulo, tendo Astrojildo Pereira como um de seus principais editores (DULLES, 1977, p. 153). Portanto, em meados do ano, o militante J. G. Diegues assim se manifestou:

Ao declarar-me de perfeito accordo com o programma da Terceira Internacional de Moscow, não mudo absolutamente de idéas e, portanto, não retrocedo do caminho empreendido.

Quando era pelos anarquistas tido como tal, julgava, como hoje, que o advento da sociedade anarchico-communista, só seria possível, após um intenso periodo educativo das massas populares que lhes elevaria a mentalidade á altura de comprehenderem a superperfeição da philosophia acrata sobre a organização da Sociedade Humana.

[...]

É pois imprescindível que para abrir caminho, se proceda a mais completa desapropriação da classe dominante, para que então o proletariado, transformando-se em classe dirigente e de posse de todos os meios de repressão e educação, empregue aquelles contra a reacção interna e externa do capitalismo e estes em favor de si proprio, levando a luz da nova sociedade ás mentes obscurecidas da grande massa popular. [...].<sup>96</sup>

Ao relacionar o anarquismo ao fim de uma mudança cultural após um processo educativo, J. G. Diegues, que afirma ter sido anarquista, expressa o entendimento que aderir ao programa da III Internacional (IC) não era um retrocesso. Isso porque, para alcançar o ideal ácrata, para “abrir caminho”, era imprescindível o proletariado se transformar em “classe dirigente”, ou seja, instituir a ditadura do proletariado conquistando o poder de Estado.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> Definindo-me. **O Internacional**, São Paulo, 1 jun. 1922. Ano 3, nº 31, p. 02. O artigo de J. G. Diegues que foi publicado nesta edição de *O Internacional* de 1º de junho de 1922 também foi publicado no jornal *Voz Cosmopolita*, posteriormente na edição de 15 de junho.

<sup>97</sup> Possivelmente o autor deste artigo é José Gil Diegues, que se tornaria redator, no ano seguinte, do jornal *Voz Cosmopolita* do Rio de Janeiro, que também era um órgão de um sindicato análogo, ver o verbete “DIEGUES, José Gil” no *Dicionário do Movimento Operário* coordenado por Claudio Batalha (2009, p. 59). No livro de



No mesmo número de *O Internacional*, em artigo de capa, Astrojildo Pereira volta a se manifestar, agora acerca da organização sindical. Ele deixa entender, e de forma discreta para atingir os militantes anarquistas, que aqueles que eram renitentes e intransigentes em relação às propostas de uma centralização sindical – como aquela que era proposta pela ISV – estavam desatualizados em relação às mudanças em âmbito mundial:

[...] A necessidade de reorganização de suas forças é coisa que se impõe a todos os militantes, sem excepção. De resto, é esse um movimento mundial e não apenas nacional. O problema que neste momento empolga os meios proletários de todo o mundo é precisamente esse da reorganização e unificação das massas trabalhadoras num poderoso exercito apto a enfrentar, com vantagem, a offensiva geral – e talvez a ultima offensiva – do capital mundial contra o trabalho.

[...] No referente á organização syndical, o problema tem que ser posto sobre um terreno amplo e firme, fóra do qual não ha solução efficiente possivel. Ha que considerar, em primeiro lugar, que os syndicatos, para valerem como taes, devem associar as grandes massas de assalariados e não apenas insignificantes fracções tendenciosas ou sectaristas. [...] Por outro lado velhas organizações corporativas anachronicas e retardadas – mas solidas e fortes – continuam a viver completamente arredias do movimento geral, por culpa exclusiva de um revolucionarismo inhabil e inepto que as não tem sabido conquistar.<sup>98</sup>

A visão de Astrojildo Pereira de que a necessidade de uma reorganização unificada do proletariado fazia parte de um “movimento mundial” não era isolada. O imaginário da “revolução mundial” ainda se fazia forte devido aos efeitos recentes da Revolução Russa, pois havia a esperança de que fosse provável que a revolução se espalhasse para outros lugares. Tal convicção estava ligada ao fato, naquela época, de que a Guerra Mundial generalizou uma situação de crises sociais e colapsos políticos em várias partes do mundo (HOBBSAWM, 1995, p. 65-66). Com isso, Astrojildo Pereira colocava a questão da unificação e da centralização como capital para o movimento operário daquele momento, qualificando como tendências sectárias, inúteis e atrasadas aqueles setores que contrariavam estas ideias.

Entretanto, estes conselhos de Astrojildo Pereira para que o operariado se reorganizasse a partir de programas que não fossem sectários refletia também a tese da “frente única” adotada pela IC em seu III Congresso de 1921 (DULLES, 1977, p. 152). Isso é importante porque é nesse contexto de “frente única” pregada pela IC, em que as perspectivas de revolução imediata na Europa tinham se dissipado, e a necessidade, portanto, do movimento comunista conquistar maior espaço político na classe operária, é que vai marcar o

---

Dulles (1977, p. 153), onde esta fonte também é citada, há a confirmação de que Diegues também era redator em *O Internacional*.

<sup>98</sup> A reorganização syndical. **O Internacional**, São Paulo, 1 jun. 1922. Ano 3, nº 31, p. 01-02.

momento em que surge o PCB. Apesar do PCB ainda não ser membro oficial da IC nessa época, a tentativa dos comunistas brasileiros de adequarem o recém fundado partido às suas diretrizes era indispensável para uma futura filiação. Objetivo este que era visado já que isso aumentaria o peso do partido na cena política nacional por ele passar a representar, segundo a visão “mítica” dos comunistas, o “destacamento nacional do exército mundial da revolução”, ainda que nessa época a “revolução mundial” seja mais uma referência utópica do que uma realidade, visto que a onda revolucionária na Europa acabara-se (PINHEIRO, 1992, p. 48-50).

Esta política de frente única dos comunistas naquele momento fez com que eles procurassem amenizar as diferenças políticas nos meios sindicais e tentar diminuir as desconfianças em relação a adesão na IC e no seu setor sindical, a ISV. Em artigo de Luís Peres, no jornal *Voz Cosmopolita*, encontramos uma tentativa de aproximar os projetos utópicos de um comunismo que agradasse a todas as tendências, ao mesmo tempo que argumentava que a IC e a ISV “trabalhavam de comum acordo”, talvez para dissimular o caráter centralizador da III Internacional para não “assustar” a cultura federalista nos meios sindicais brasileiros, ou até mesmo por falta de conhecimento do autor em relação ao real funcionamento da IC:

Pelos seus adherentes, como por suas formas de organização, o movimento syndical e o partido comunista se distinguem claramente. Porém seu fim, o estabelecimento do systema economico comunista é idêntico.

[...]

Como vimos, não há pois, subordinação da ISV a IC, o que há é apenas reciprocidade de relações e coordenação de esforços para combater e vencer o inimigo comum: a burguezia.

Trabalhem, pois, para a reorganização das forças proletarias do Brasil, afim de ingressarmos tambem na Internacional Syndical Vermelha.<sup>99</sup>

No entanto, no ano da fundação do PCB, em que os distanciamentos teóricos entre as correntes se manifestaram com mais força, as desavenças e atritos com a prática das organizações operárias já se fizeram sentir – algo que iria se intensificar nos anos seguintes. Uma fonte significativa e expressiva da resistência e das acusações de setores operários à política empregada pelos comunistas, e que nos ajudam a compreender os elementos em que se constituiu a crítica do pensamento libertário no Brasil ao socialismo de Estado, nos vem do jornal *O Trabalho*, do Rio de Janeiro. Em longa matéria sem autoria, mas que provavelmente

---

<sup>99</sup> A Syndical Vermelha. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1922. Ano 1, nº 12, p. 02. Nessa época Luís Peres, que era vassoureiro e um dos membros fundadores do PCB, trabalhava na Comissão Executiva do partido (PINHEIRO, 1992, p. 52). Contudo, a ISV estava ligada organicamente a IC como o seu braço sindical, sendo fundada, para além de qualquer “reciprocidade de relações”, para minar a autoridade dos dirigentes sindicais contrários a política de Moscou (COLE, 1961, p. 301).

é do grupo editorial do jornal, já que se fala em nome da UOCC – União dos Operários em Construção Civil – ao qual estava vinculado o periódico, há explicações do porquê o referido sindicato estava se separando da FTRJ – Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro:

Alguns individuos, operarios e antigos militantes (diga-se, porque é verdade), descoroçados com os ultimos acontecimentos de 1921, que trouxeram para a organização operaria do Brasil um arrefecimento até então não observado entre o proletariado revolucionario, “convenceram-se” que todas as conquistas não realizadas até ali, com o proletariado organizado do ponto de vista economico, poderiam ter consecução com a organização politica desse mesmo proletariado e, aderindo á III Internacional, de Moscovia, resolveram fundar o Grupo Communista, futuro partido e secção daquela Internacional.

[...]

“A União dos Operarios em Construcção Civil, em face das ultimas manifestações do Grupo Communista (autoritario) do Rio de Janeiro, manifestações tendentes a intrometter-se na vida activas das associações operarias syndicalistas revolucionarias, adherentes á Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, entende dever rebeliar-se, impedindo que as suas pretenções – do grupo – sigam o curso para que caminharam até agora, livres e desembaraçadas de qualquer opposição.

A União dos Operarios em Construcção Civil:

Considerando que o Grupo Communista é uma agremiação politica, de orientação opposta a que convém nos syndicatos de orientação revolucionaria; que a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, sem calcar as disposições do pacto federal, não pôde de forma alguma, acceitar a collaboração do Grupo Communista, ou de outras agrupações que não sejam de assalariados e com fins de resistencia ao capitalismo.<sup>100</sup>

O texto é longo, ocupando quase toda a página, e se assemelha a um manifesto. Ficam explícitos nesta fonte os rancores pessoais com “antigos militantes” que desanimaram com a “organização econômica” – referindo-se ao molde do sindicalismo revolucionário – por estes aderirem à fundação do PCB e à vinculação à IC. Relaciona este arrefecimento aos acontecimentos recentes de 1921, fazendo menção à forte repressão estatal contra o anarquismo que recaiu sobre os militantes desde o ano anterior (SAMIS, 2004, p. 146). O sindicato que dirigia o jornal *O Trabalho* constituiu-se no principal polo de oposição dos anarquistas à política dos comunistas no Rio de Janeiro e, desde 1920, já acompanhavam criticamente a política bolchevique na Rússia (SAMIS, 2009, p. 42). Acusam, portanto, os comunistas de se intrometerem no interior das organizações sindicais e que isso as afastava da “orientação revolucionária” e da “resistência ao capitalismo” devido ao caráter “autoritário” do grupo comunista. Além disso, criticava-os por serem uma “agremiação política”, identificando a ação parlamentar como um fator de desvio e divisionismo.

<sup>100</sup> Um incidente desagradavel. **O Trabalho**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1922. Ano 1, nº 3, p. 03.

Alguns dias depois, em seu próximo número, o jornal *O Trabalho* publicou um editorial de primeira página onde os anarquistas da construção civil fazem críticas diretas a direção da FTRJ, que para eles já estava tomada totalmente pelos comunistas. O jornal protesta pela intenção de adesão da FTRJ a ISV de Moscou, argumentando que a posição da circular da “Federação Obreira Regional Argentina Comunista” (FORA), que tinha sido consultada pela direção federal para estudar o assunto, condenava totalmente a ISV:

A F.O.R.A. Comunista diz na sua circular, dum modo claro e inconfundível, qual a sua posição em face da I.S.V., de Moscóvia, que considera um “organismo centralizador e ferrenhamente autoritario, criado por elementos da III Internacional Comunista, com o deliberado fim de fazer de Moscóvia um centro de gravidade para o qual convergiriam todos os trabalhadores do mundo”. Está contra Moscóvia, como antes estava contra Amsterdam! E a F.T.R.J., se bem que nunca se tenha manifestado pró ou contra uma ou outra das duas internacionaes, para manter de pé, integralmente, a sua orientação e atuação syndicalista libertaria para manter e defender as normas de organização federalista que adoptou, não pode fugir á declaração que o momento lhe impôz.<sup>101</sup>

Em seguida os editores ainda expressaram esperanças de que a Federação mantivesse suas tradições, mas com protestos e ironias:

Nós estamos ainda inclinados a acreditar que a F.T.R.J., respeita as suas tradições libertarias e que as poucas associações que a integram não abdicarão jamais dos seus direitos de liberdade. Essas associações, consultadas a respeito de tão importante assumpto, não poderão deixar de affirmar a sua preferencia pelo syndicalismo federalista. Mas o Comité Federal de há muito que age arbitrariamente; desde há meses que delibera a seu talante, passando por cima de suas attribuições; e, sendo como é, actualmente, composto em sua quasi totalidade por communistas symnathisantes do communismo autoritario, não estranharemos a noticia que venha dizer-nos que a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro adheriu a Moscóvia, por deliberação “erronea mas respeitavel” do Comité Federal...<sup>102</sup>

Enquanto um jornal que era representante da UOCC isso era de se esperar, pois este sindicato era considerado a “cidadela do anarquismo” na capital federal. Em março a UOCC já tinha protestado contra as “infiltrações bolchevistas” no jornal *A Pátria*. Devido à forte militância anarquista deste sindicato ele se tornou um dos alvos preferenciais das autoridades policiais. Logo após esta edição *O Trabalho* é fechado com o estado de sítio resultante da

<sup>101</sup> É preciso falar bem claro. **O Trabalho**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1922. Ano 1, nº 4, p. 01.

<sup>102</sup> “É preciso falar bem claro”. **O Trabalho**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1922. Ano 1, nº 4, p. 01.

revolta tenentista do Forte de Copacabana – que ocorreria apenas quatro dias depois, conforme indica Samis (2002, p. 277) e Santos (2017, p. 190).

Os redatores deste editorial demonstraram certo conhecimento, como dizem, por meio de uma circular, a respeito das posições da “FORA Comunista” sobre a ISV de Moscou, o que demonstra uma rede de comunicação destes militantes com o movimento operário argentino e torna esta fonte muito interessante a respeito das posições e interpretações dos anarquistas brasileiros sobre a Internacional Sindical Vermelha a partir das notícias advindas do estrangeiro. Os redatores – possivelmente entre eles se encontrava Marques da Costa – se referem a “FORA Comunista” que muito provavelmente era a FORAC – Federação Operária Regional Argentina Comunista – que se formou em 1919 e era a ala dos “anarco-bolcheviques” ao qual nos referimos. Segundo a obra de Doeswijk (1998) a FORAC foi uma dissidência da FORA – Federação Operária Regional Argentina – que se manteve estritamente de influência anarquista e sindicalista revolucionário. Os “anarco-bolcheviques” da FORAC, como explicamos, eram militantes que confluíam ideias tanto do anarquismo, quanto do sindicalismo revolucionário e do marxismo – com a aceitação da necessidade da ditadura do proletariado na Rússia – e a denominação “comunista” era tanto para estar em conformidade com os russos mas também fazia parte da tradição anarquista rioplatense. A FORAC enviou representantes para Moscou para participar do II Congresso da Internacional Comunista de 1920 que fundou a ISV e aderir a esta Internacional, e há indícios também que delegados da FORAC ainda participaram do III Congresso de 1921. Apesar desta identificação com a Rússia revolucionária, a FORAC aceitou aderir a ISV desde que ela fosse uma Internacional “anti-estatal” e “anti-política”. Entretanto, a partir de 1921 começou a ter divisões internas entre os líderes anarco-bolcheviques da FORAC cuja a razão principal era a questão da ditadura do proletariado diante das notícias das perseguições dos anarquistas na Rússia – ao qual os detalhes destas informações “iam se filtrando lentamente” segundo Doeswijk (1998, p. 163).<sup>103</sup>

Não sabemos até que ponto os anarquistas brasileiros de *O Trabalho* tinham conhecimento sobre este grau de identificação dos anarco-bolcheviques argentinos com a Revolução Russa – e se os brasileiros também sabiam que a FORAC participara de congressos recentes da IC. É possível que estas informações já fossem de conhecimento do jornal carioca, mesmo porque o que sabemos é que novamente o recurso as informações provenientes do movimento operário internacional consistiam em uma tentativa dos

---

<sup>103</sup> Estas informações a respeito da FORAC, dos anarco-bolcheviques e do movimento operário argentino extraímos de Doeswijk (1998, p. 34, 163, 167-171 e 174).

anarquistas brasileiros de se manterem atualizados sobre a ISV – e rebaterem as posições dos comunistas na imprensa operária brasileira. E sabemos também que nessa época, em 1922, as posições da FORAC em relação a IC e o seu braço sindical, a ISV, eram bem críticas. Com isso, o editorial de *O Trabalho* enfatiza, pelas próprias palavras da FORAC, que a ISV era um organismo “centralizador e autoritário”. Enfatizam que a FORAC, assim como a própria FTRJ, não se posiciona a favor da Internacional de Moscou assim como também não é favorável a Internacional de Amsterdam. Os redatores defendem a necessidade de a FTRJ manter a sua orientação “sindicalista libertária”, e que as associações integradas a esta Federação não iriam abrir mão de suas tradições libertárias e do sindicalismo federalista diante das intransigências do comitê federal tomado pelos comunistas. Aderir ou não à IC e à ISV era central tanto para as discussões sobre a organização operária como para as disputas sindicais entre anarquistas e comunistas naquele momento. Estes acontecimentos e disputas no interior da FTRJ vão conduzir à cisão desta federação no ano seguinte, ao qual esta fonte é um registro documental destas divisões que já ocorriam.<sup>104</sup>

No mesmo mês, a revista *Movimento Comunista* rebate a resistência dos anarquistas, publicando um artigo de Losovsky, bolchevique russo que era secretário geral do Profintern (ISV), em resposta aos sindicalistas anarquistas da CGT francesa. A publicação de uma autoridade da própria IC na revista servia como um recurso de autoridade para falar de um conceito ainda obscuro na intelectualidade operária: a *ditadura do proletariado*. Neste artigo, intitulado “ditadura do proletariado”, antes do texto do próprio Losovsky, os editores da revista comunista fizeram um comentário que destacamos:

[...] Nós defendemos a ditadura, não porque a julgamos um bem em si mesma, -- como não é tampouco a própria revolução, -- mas como uma dura e dolorosa e inelutável necessidade. Seria mais do que ótimo passar sem ella. Igualmente seria muito mais do que ótimo chegar ao comunismo sem passar pela revolução. Seria... mas de facto não será...<sup>105</sup>

<sup>104</sup> A FTRJ foi fundada em 1920 dentro das diretrizes do sindicalismo revolucionário e com ampla presença dos anarquistas. Em inícios de 1923 ela vai se cindir devido as disputas entre comunistas e anarquistas no seu interior, questões estas que serão desenvolvidas na próxima seção (SAMIS, 2002, p. 280-281). Quanto a Internacional de Amsterdam, de que já falamos, trata-se da Federação Internacional de Sindicatos reunido em Amsterdam na Holanda, por isso ficou conhecida como “Internacional de Amsterdam”. Essa Internacional sindical teve muitos representantes do sindicalismo revolucionário em suas fileiras, mas era dirigida pela social-democracia, já que se originou de tentativas de reviver a II Internacional. A FORA argentina enviara delegados a esta Internacional em 1919, Cf.: Cole (1961, p. 298-299); Salles (2005, p. 82); Doeswijk (1998, p. 173) e Johnstone (1988, p. 197). O princípio 10º dos “21 pontos de Moscou” determinava que todo Partido Comunista aderido a IC tinha que combater a Internacional de Amsterdam (RODRIGUES, 1979, p. 30).

<sup>105</sup> A ditadura do proletariado. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, jul. 1922. Ano 1, nº 8, p. 226. Informações sobre Solomon Alexandr Losovsky, que foi secretário geral do Profintern entre 1921 e 1923, ver: <[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/losovsky\\_solomon.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/losovsky_solomon.htm)>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

Estas passagens são significativas para uma compreensão do imaginário político dos comunistas brasileiros na insistência da defesa da ditadura do proletariado e na centralização do movimento operário. Nestes anos imediatos à Revolução Russa, ainda era forte a crença, o sentimento e o mito da ditadura proletária na Rússia, de que neste país, realmente, a classe operária e suas organizações tinham tomado o poder e resistido contra seus inimigos durante a guerra civil. Assim, a crença de que era inevitável a extensão do modelo soviético para o resto do mundo era muito forte neste momento (FERRO, 1984, p. 80) e (HOBSBAWM, 1995, p. 79).

Esta visão e crença da Rússia Soviética como o centro da revolução mundial entre os comunistas também foi utilizado para desqualificar a ideias anarquistas. No mês de agosto o jornal anarcossindicalista de São Paulo *A Plebe* publicou um artigo assinado por Adelino de Pinho e por Romeu Bolelli em que criticava os ataques de Antônio Bernardo Canellas contra os anarquistas por estes se posicionarem contra a Rússia. Para Antonio Bernardo Canellas, que publicou o referido ataque na edição de abril da revista *Movimento Comunista*, e se encontrava na Europa nessa época, os anarquistas “seguiram moda” por fazerem críticas contra a Rússia, já que toda a grande imprensa burguesa mundial estava condenando o regime russo (DULLES, 1977, p. 160). Houve muitos ataques pessoais entre os militantes, mas nós buscamos evidenciar aqui o que é relevante para o pensamento político destas tendências, no caso o que é pertinente sobre a organização operária:

[...] Mantendo todo o apoio e sympathia pela Revolução, começaram os anarchistas a não identificar essas duas cousas tão distintas: Revolução e Dictadores.

Os anarchistas foram sempre contra todas as dictaduras, combatendo a dictadura russa não seguem a moda, não o fazem por espírito de imitação, mas agem conforme a philosophia anarchica que desde o bom tempo de Bakunine se insurge contra toda a espécie de governo e centralismo. [...].<sup>106</sup>

Já chamamos a atenção o quanto os assuntos referentes à Rússia muitas vezes também envolviam as discussões sobre os rumos do movimento operário no Brasil. Aceitar os princípios da ditadura do proletariado envolvia optar por uma organização centralizada dos sindicatos. Adelino de Pinho, como mencionamos, era um pedagogo libertário e um dos redatores mais ativos de *A Plebe*, enquanto que Romeu Bolelli nós não conseguimos obter informações, tratando-se de um pseudônimo ou não era mais um redator do jornal. Esta fonte já foi citada em Dulles (1977, p. 160), mas o autor deteve-se nas polêmicas e ataques pessoais

---

<sup>106</sup> Os anarchistas e a dictadura do proletariado. *A Plebe*, São Paulo, 5 ago. 1922. Ano 5, nº 187, p. 03.

entre os militantes. Assim também como esta fonte foi analisada em nossa pesquisa de mestrado, mas que se ateu às polêmicas e discussões em torno da Revolução Russa (GOMES, 2012, p. 213). Retomando todo o apoio que os anarquistas no Brasil deram a Revolução Russa no passado, os autores buscam diferenciar a ideia de “ditadura” com a de “revolução”, reafirmando posições libertárias de negação de qualquer governo mas separando estas duas ideias como uma resposta de “distinção” diante dos argumentos dos comunistas – que tinham como maior comprovação de suas teorias a existência do regime socialista na Rússia.

No segundo semestre de 1922, os atritos entre anarquistas e comunistas na imprensa operária ficaram cada vez mais intensos, devido a evolução dos acontecimentos na Rússia que eram avaliados de ângulos diferentes (KONDER, 1988, p. 132-133). O jornal *A Plebe* nesta época se denominava como “periódico comunista-libertário”, para se diferenciar do comunismo dos marxistas e simpatizantes da Rússia. No fim do mês *A Plebe*, numa pequena nota de capa, publica uma declaração do anarquista italiano Armando Borghi sobre a III Internacional de Moscou:

A Terceira Internacional não é mais do que o órgão diplomatico por meio do qual o governo russo se conserva em contacto com o proletariado mundial. Foi fundado para servir os interesses do partido comunista e não os interesses do proletariado mundial. É um órgão governamental. Só pelo governo se interessa.<sup>107</sup>

Armando Borghi foi, portanto, um anarquista italiano adepto do sindicalismo revolucionário e, nessa época, de acordo com Edilene Toledo (2004, p. 149), ele já era um militante famoso, ocupando o posto de secretário da USI (União Sindical Italiana). Borghi mantinha estreitas correspondências com os anarquistas italianos em São Paulo, o que pode indicar as fontes de *A Plebe*. De acordo com o semanário ácrata paulistano, Armando Borghi publicou estas declarações sobre a III Internacional no jornal anarquista italiano *Umanità Nova*, jornal este que era diário e que tinha sido fundado pelo mundialmente famoso anarquista italiano Errico Malatesta em 1920 (WOODCOCK, 2006, p. 178).

Afirmar naquele momento, por meio das palavras de um proeminente anarquista italiano, que a IC era um órgão governamental, e que “só pelo governo se interessa”, para atender os anseios do partido comunista, era se opor de frente a política que os comunistas brasileiros estavam pregando nos meios sindicais – como ficou evidenciado na fonte acima de

---

<sup>107</sup> A 3ª de Moscou. **A Plebe**, São Paulo, 26 ago. 1922. Ano 5, nº 189, p. 01.



*O Trabalho*. Assim, se aproximar da IC era aderir a rígidos estatutos e abdicar de uma autonomia sindical que os anarquistas brasileiros não queriam abrir mão, e devido a centralização deste organismo, desde essa época se formou uma oposição no movimento anarquista mundial que passou a ver na IC apenas um meio do governo russo conservar o seu poder.<sup>108</sup>

Diante das críticas contundentes dos anarquistas em relação ao regime soviético – embasados na imprensa operária internacional – os comunistas, por sua vez, tentavam rebater com também contundentes análises a partir da experiência revolucionária russa e das condições internacionais. A revista carioca *Movimento Comunista* também continuou respondendo às objeções da imprensa anarquista contra a ditadura do proletariado a partir de material proveniente do movimento comunista internacional, muitas vezes de material preparado pelas próprias autoridades da IC. Na edição de agosto-setembro os comunistas do Rio de Janeiro publicaram um artigo de Victor Serge, uma personalidade polêmica na história da Revolução Russa:

A que se reduz em ultima analyse uma revolução social? A' expropriação da classe possuidora pelos trabalhadores. Mas a propriedade privada, fundada pela conquista ou qualquer outro modo de espoliação, tendo por base a coerção, defendida pela violencia organizada do Estado capitalista, não póde evidentemente ser abolida sem violencia.

[...]

Esta só palavra faz-nos dar um salto no absurdo.

A revolução é uma batalha. Nessa batalha é preciso ser forte, tenaz, organizado. É preciso impor a vontade da revolução, pulverizar as resistencias da contra-revolução. “É necessaria a dictadura, de que o Estado revolucionario não é senão a força organizada”.

Que outra solução pratica preconizam os adversarios da dictadura?<sup>109</sup>

Victor Serge (1890-1947) nasceu na França, mas era filho de exilados russos. Foi inicialmente anarquista e aderiu ao Partido Comunista da Rússia ao chegar nesse país em 1919. Jornalista, Victor Serge então passa a trabalhar como editor e tradutor da IC.<sup>110</sup> Era uma

---

<sup>108</sup> Um dos grandes problemas da Internacional Comunista que é muito apontado foi o fato deste organismo não ter representado as diversas nações que o compunham, em seus respectivos PC's nacionais, de uma forma maleável o suficiente para adequar as lutas políticas às diferentes conjunturas de cada país. Ao invés disso, os comunistas russos olharam a realidade dos demais países a partir de seu próprio ângulo e insistiram em pensar a revolução dos outros países em função da sobrevivência de seu próprio regime (SPINDEL, 1985a, p. 37-38). Assim, já nessa época em 1922, a IC já tinha sofrido duras críticas no movimento anarquista internacional, mas no início ela obteve grande poder de atração entre todas as correntes do movimento operário internacional, inclusive dos anarquistas (ROCKER, 2007, p. 118-119).

<sup>109</sup> O problema da ditadura. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, ago.-set. 1922. Ano 1, nº 9, p. 269 e 271.

<sup>110</sup> Sobre Victor Serge consultar: <[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/serge\\_victor.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/serge_victor.htm)>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

arma importante dos comunistas utilizar das palavras de um famoso ex-anarquista que agora lutava nas fileiras do bolchevismo, e que começou se utilizando de um conceito importante para o anarquismo: o de *revolução social*. Contudo, este termo foi identificado num novo contexto, onde a revolução social resultaria na ditadura do proletariado como algo inevitável para se vencer as forças da contra-revolução.

Esta edição de *Movimento Comunista* foi bimestral, como outras, devido às dificuldades que os comunistas cariocas passaram a sofrer com o estado de sítio decretado com a revolta do Forte de Copacabana que ocorrera em 5 de julho de 1922. Por isso o número de agosto atrasou e saiu junto com o de setembro (PEREIRA, 1976, p. 77). Estado de sítio este que colocou o próprio PCB na ilegalidade fechando a sede do partido (BANDEIRA, 1980, p. 281). Lembremos também que este estado de exceção institucional, com censura a imprensa, atingiu os anarquistas que passaram a ter em *A Plebe* – que já tinha se posicionado contra a ISV no manifesto de março – praticamente o único veículo de expressão em suas contendas com os comunistas, visto que os jornais *O Libertario* e *O Trabalho* foram fechados por conta deste estado de sítio (GOMES, 1994, p. 153) e (SANTOS, 2017, p. 190). Aliás na edição de 26 de agosto de *A Plebe*, em que sai o artigo de Armando Borghi, há protestos extensos na capa do jornal contra a repressão à imprensa. Então, devemos considerar o grau de desconfianças, receios e rancores – para além da ideologia – que os anarquistas tinham naquele momento em relação as medidas autoritárias e arbitrarias – ainda mais em vista das notícias de repressão aos anarquistas na Rússia que ocorriam nessa época ao qual veremos em seção adiante.

No mês seguinte, um militante identificado como João Andrade reforça a necessidade de se rever as concepções políticas diante da experiência revolucionária russa. Acusa os anarquistas de estarem sendo dogmáticos e contrarrevolucionários diante dos acontecimentos novos do mundo e por terem se posicionado contra o governo soviético:

A hora presente é de grandes revisões ideológicas. Nenhum fator moral resiste á analyse. O marxismo é revisto e completado. O sindicalismo consegue novas directrizes tendo em vista os novos acontecimentos. Unicamente os anarchistas se oppõem rotundamente a discutir a fundo e á luz meridiana suas idéas.<sup>111</sup>

Acusando os anarquistas de serem sectários e dogmáticos o autor, identificado como João Andrade – ao qual não conseguimos obter informações –, tenta opor, contra a

---

<sup>111</sup> Do sectarismo á contra-revolução. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, out. 1922. Ano 1, nº 11, p. 312.

argumentação anarquista, a leitura sobre as mudanças que ocorreram no mundo com a Revolução Russa. Para ele os anarquistas precisam de “revisões ideológicas” porque “nenhum fator moral resiste a análise”, querendo dizer com isso que as concepções anarquistas eram “morais”, e que não se sustentam diante de uma “análise” das condições reais do mundo, que mudaram com a Revolução Russa. Enfatiza ainda, portanto, que agora “o marxismo é revisto e completado”. A crença no marxismo como um tipo “científico” de socialismo e de que as suas “verdades” – de que a humanidade marchava rumo a um progresso – foram postas a prova com a experiência revolucionária russa fez parte, segundo Ferro (1984, p. 11 e 15), dos maiores mitos políticos do século XX. Diante da crise do capitalismo e do imperialismo colonial naquela época, e da ideia de que a Rússia era o centro difusor da Revolução Mundial, os militantes comunistas ao redor do mundo passaram a imaginar que o desaparecimento da velha sociedade capitalista era algo inelutável e isso, portanto, foi um dos elementos mais fortes do imaginário político dos comunistas (FERRO, 1984, p. 49-50).

Em resposta a este artigo de João Andrade, Edgard Leuenroth, principal editor de *A Plebe*, escreveu uma declaração expressando a sua desesperança e tristeza diante da atitude dos comunistas no Brasil, que ele julgava que poderia ser diferente por terem sido anarquistas, ao contrário da Europa, onde os comunistas em grande parte vinham das fileiras socialistas (DULLES, 1977, p. 136). Assim, destacamos:

A nossa previsão foi desacertada. Os comunistas do Brasil estão atacados da mesma phobia anti anarquista que caracteriza a acção de seus correligionarios de toda a parte.

Mais uma demonstração disso foi dada pelo ultimo numero do “Movimento Comunista”. Nelle aparece um artigo intitulado “Do sectarismo á contra-revolução”, subscrito por João Andrade, em que mais uma vez se assaca contra os libertarios a tendenciosa, desleal e, além de tudo, sedição insinuação de que os anarchistas fazem obra contra-revolucionaria porque discordam da organização autoritaria, estatista e centralista dos bolchevistas, organização que sempre condemnaram desde que o anarchismo tem existencia. Então, só porque do periodo actual da revolução resultou a constituição de um Estado moldado nesses falsos principios, os anarchistas deveriam mudar de attitude? Pode-se honestamente classificar-os de anti-revolucionarios porque continuam a sustentar os seus principios federalistas anti-autoritarios, em que se funda o seu corpo de doutrina, até hoje ainda não desmentido?<sup>112</sup>

Este artigo, que também foi analisado em nossa pesquisa anterior, mas no enfoque das discussões em torno da Revolução Russa (GOMES, 2012, p. 214), é revelador não apenas das posições políticas diferentes entre as correntes sobre a organização operária, mas também de “duas verdades” que se contrapunham. Leuenroth defende os princípios federalistas do

<sup>112</sup> Os bolchevistas. *A Plebe*, São Paulo, 18 nov. 1922. Ano 5, nº 196, p. 02.

sindicalismo contra a organização autoritária e centralista dos bolcheviques não porque eram contrarrevolucionários, segundo ele, mas porque o “período atual da revolução” – referindo-se ao processo russo – resultou em um Estado moldado em “falsos princípios”, e de que as ideias antiautoritárias do anarquismo ainda não haviam sido desmentidas. Isso porque ao mesmo tempo que a Revolução Russa moldou um mito favorável, a de que a classe operária governava na Rússia – que continha a sua parte de verdade porque de fato houve a participação dos soviets na revolução –, configurou-se também um mito contrário, de que a classe operária não governava e sim de que havia a tirania de poucos homens que suprimiram a autoridade dos soviets (FERRO, 1984, p. 80-81). Estes elementos do imaginário político sobre o que era a Rússia Soviética, inevitavelmente, eram centrais naquele momento para as discussões sobre a organização operária no Brasil. Ao tratarmos das fontes sobre a Rússia Soviética veremos que nessa mesma época as notícias da repressão contra os anarquistas russos intensificaram-se.

No final do ano, o jornal *O Internacional* de São Paulo publica um importante e extenso artigo de capa de Rodolfo Coutinho, que era membro titular da Comissão Central Executiva do PCB (BANDEIRA, 1980, p. 278). O texto traz declarações importantes noticiando que um membro do partido se dirigiu até a Rússia para fazer parte do próximo congresso da IC – referindo-se a Antonio Bernardo Canellas. Dessa forma, destacamos:

Já é do conhecimento de todos os camaradas do Brazil a criação do Partido Comunista (Secção Brasileira da Internacional Comunista). Este facto representa para, a nossa vida revolucionaria uma importancia incalculavel, pois o novo partido, com a sua organização homogenea, disciplinada, vai ser o seu campo de concentração e educação da actividade revolucionaria entre nós.

[...]

Por este lado o P.C. resolverá a questão. A comissão central do partido unificará todas as actividades, porque ella será a executora das decisões tomadas pelo Congresso de todos os centros communistas do Brazil.<sup>113</sup>

A partir destes pressupostos de “homogeneidade”, “disciplina” e centralização Rodolfo Coutinho reafirmava novos valores para a cultura militante e operária do Brasil. Valores estes que passam a entrar em choque, cada vez mais, com as organizações sindicais que em grande parte eram dominadas pelos anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário, conflitos estes que se intensificaram no ano seguinte.

---

<sup>113</sup> O Partido Comunista Brasileiro. *O Internacional*, São Paulo, 16 dez. 1922. Ano 3, nº 43, p. 01.

### 2.1.2. A Batalha das Federações e o aprofundamento da cisão

Um dos episódios de maior expressão das cisões no movimento operário no início de nosso recorte temporal é o caso das disputas entre as federações sindicais rivais no Rio de Janeiro em 1923. Foi quando as discordâncias políticas entre comunistas e anarquistas no interior da FTRJ (Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro), criada em 1919, resultou na refundação naquele ano da antiga Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) com maioria anarquista, definindo a permanência dos comunistas na FTRJ. As polêmicas que a divisão na federação sindical carioca gerou na imprensa operária até extrapolaram os limites do Rio de Janeiro, e continuaram pelo ano seguinte, pois eram centrais nas disputas entre as duas tendências no Brasil.

Já no início do ano nós temos um indício significativo no jornal *A Plebe* de que houve manifestações dos anarquistas que estavam insatisfeitos com os impasses no movimento libertário e operário, e que chamavam a atenção de que os erros da Revolução Russa era uma oportunidade para se repensar as ações militantes. Em artigo assinado por Luiz Bertoni, que era um militante anarquista italiano, ao qual não sabemos se atuou no Brasil, mas sabemos de sua origem já que *A Plebe* noticiou a sua morte em edição de 1947, escreve-se:

[...] Por que, é fora de duvida, com uma ditadura pretensa comunista, seríamos levados, como na Russia, a trabalhar para uma reconstrução capitalista. Agora, ai de nós! O mundo do trabalho não vê numa experiência desastrosa uma simples razão de corrigir suas ideias e modificar a sua acção, mas permanece desanimado, desmoralizado mesmo para um certo tempo e incapaz de qualquer grande esforço.

[...]

Ao sahir de nossas reuniões syndicais ou outras, detemo nos muitas vezes a constatar nossa incapacidade em empreender uma acção verdadeiramente eficaz. Mas nós não passamos dum punhado de individuos muito pobres em meios e a miúdo mesmo completamente sem recursos.<sup>114</sup>

Ao que tudo indica, a partir de 1923 a radicalização das disputas nos meios sindicais fez que as discussões na imprensa operária sobre a organização dos trabalhadores se pautassem menos em questões teóricas – como aquelas que se centralizavam sobre a ditadura do proletariado – e se remetessem mais as questões imediatas dos conflitos que ocorriam. A insatisfação expressa por Luiz Bertoni demonstra também a inquietação de alguns anarquistas com os impasses do movimento operário – após a experiência revolucionária na Rússia – e indica certa propensão, na militância anarquista, de se repensar os caminhos da luta operária.

<sup>114</sup> Nossa acção. *A Plebe*, São Paulo, 13 jan. 1923. Ano 5, nº 200, p. 01.

As experiências negativas da Revolução Russa, que conduziu o país dos soviets “para uma reconstrução capitalista”, segundo o ponto de vista da crítica do anarquista, serão melhor analisadas no tema sobre a Rússia, mas isso revela que Luiz Bertoni estava atento as discussões que ocorriam sobre o assunto. Em fevereiro, *A Plebe* de São Paulo publica um artigo numa seção dedicada a estas discussões, intitulada *A organização Operária*, assinado pelo nome de De Brevanes, cujo subtítulo era: *Resenha de uma reunião dos delegados de todas as associações do Rio*. O texto é longo e noticia uma reunião que ocorreu no Rio de Janeiro com a participação de várias associações e sindicatos operários para discutir os rumos da FTRJ. Ao que parece os embates no Rio de Janeiro também atraíam os interesses dos anarcossindicalistas de São Paulo, mas isto também pode ser um indício das dificuldades dos militantes cariocas e da sua imprensa devido as perseguições do estado de sítio que era mais intenso na capital federal. Salientando a importância desta reunião o autor afirma:

Ha casos que não podem passar sem ser noticiados. A reunião effectuada domingo retrazado na tradicional séde da União dos Operarios em Fabricas de Tecidos, e á qual compareceu um elevado numero de associações, á convite da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, é um desses casos.

De ha muito que se vinha noticiando a reunião já agora realizada. O actual Comité Federal, dado o estado paupérrimo da F.T.R.J., achou de bom aviso tomar medidas tendentes a reerguer este organismo.<sup>115</sup>

E mais adiante, expondo os pontos de vista de alguns participantes representantes de suas associações e sindicatos, o autor destaca alguns ecos do pensamento político operário acerca da organização:

Num bello discurso que proferiu, o representante da Associação dos Carpinteiros Navaes (desfederada) fez ver que o único methodo de organização que convém ao proletariado é o methodo federalista. Citou como se constituiu recentemente o Grupo Nova Era; disse que, como Carlos Dias, achava que toda a organização devia partir do simples para o composto; e assim, a organização operaria só corresponderá aos seus fins emancipadores se fôr realizado sob o principio da descentralização.

[...]

O mesmo tambem disse o delegado da Aliança dos Metallurgicos, mas frizando bem que “a unificação do proletariado deve ser feita sob principios revolucionarios, com objectivos sociaes, e não sob a influencia deste ou daquele partido politico, que seja qual fôr, nunca visa outra coisa que não seja a predominancia dum determinado numero de privilegiados”.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> A organização operaria: Resenha de uma reunião dos delegados de todas as associações do Rio. *A Plebe*, São Paulo, 24 fev. 1923. Ano 6, nº 203, p. 02.

<sup>116</sup> A organização operaria: Resenha de uma reunião dos delegados de todas as associações do Rio. *A Plebe*, São Paulo, 24 fev. 1923. Ano 6, nº 203, p. 02.

Possivelmente De Brevanes tratava-se de um pseudônimo, pois também não obtivemos nenhuma informação sobre sua identidade. Isso era comum na imprensa operária já que havia colaboradores receosos das perseguições do governo. Nessa altura esta fonte indica que as fraturas no interior da FTRJ já faziam com que os militantes pesassem sobre como “reerguer” o organismo. As discussões sobre as formas de organização operária estavam em alta devido às disputas sindicais e isso fez os participantes reafirmarem as posições do sindicalismo revolucionário, mas com nuances curiosas em suas reflexões. O representante dos carpinteiros navais, por exemplo, continuava defendendo o princípio da descentralização porque para ele a organização “devia partir do simples para o composto” – talvez querendo se referir sobre a importância das bases, dos próprios operários, para se pensar a organização, e indicando o nome de Carlos Dias como fonte destas interpretações. O representante dos metalúrgicos, por sua vez, enfatiza que a desejada unificação do proletariado deve ocorrer sobre “princípios revolucionários” e “objetivos sociais”, sem a influência de partidos políticos “seja qual for” – o que já rebatia de frente qualquer colaboração com os comunistas. É claro que devemos lembrar também o nível de exclusão do mundo eleitoral da realidade dos trabalhadores, o que influenciou ainda mais – salvo as particularidades do anarquismo – numa identidade operária antiparlamentar (BATALHA, 2006, p. 172).<sup>117</sup>

Na verdade, segundo Dulles (1977, p. 169-170), onde esta fonte também é citada, esta reunião de fevereiro narrada por De Brevanes tratava-se da refundação da FORJ pelos anarquistas, por estes discordarem da política que os comunistas estavam conduzindo a FTRJ. Esta reunião teve a participação de Florentino de Carvalho como representante do Sindicato de Ofícios Vários e também teve a participação da UOCC (União dos Operários em Construção Civil); da Associação dos Carpinteiros Navais e da Aliança dos Metalúrgicos. Sabemos também que Domingos Passos, que era secretário da UOCC, foi um dos articuladores desta reunião e que ele foi eleito para o Comitê Federal quando a FORJ foi refundada (SANTOS, 2017, p. 190). Este encontro, portanto, trouxera de volta a antiga FORJ com predominância anarquista e definiu a permanência dos comunistas na FTRJ, que passaram a ver a refundação da FORJ como um divisionismo do movimento operário (SAMIS, 2002, p. 281-282).<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> O nome de Carlos Dias a que se refere esta fonte possivelmente é a do operário gráfico e anarquista que tinha sido o primeiro diretor do jornal *Voz do Povo* em 1920, jornal este que era o órgão oficial da FTRJ naquele período. Carlos Dias foi muito influente no movimento operário do Rio de Janeiro, ver o verbete “DIAS, Carlos” no Dicionário de Batalha (2009, p. 57-58).

<sup>118</sup> A primeira FORJ foi fundada em 1906 e, após os movimentos grevistas de 1917, esta federação foi fechada pela polícia. Já a FTRJ tinha sido fundada em 1919 para substituir a União Geral dos Trabalhadores (UGT) que tinha sido fechada em 1918. A UGT tinha sido criada justamente para substituir a antiga FORJ, que tinha sido

Dessa forma, em março, no jornal *A Pátria* do Rio de Janeiro, nós já encontramos um exemplar significativo de vozes dissonantes das posições anarquistas dentro do movimento operário em relação a formação da nova entidade. Em artigo assinado por C. Leitão, ainda de fevereiro, é possível medir os impactos da Revolução Russa e do pensamento socialista de viés marxista nas “imagens” que se tinha da mudança social tão desejada pelos militantes operários e na crítica à nova federação sindical que estava sendo criada:

Fizemos estas considerações porque diversas têm sido as vezes que ouvimos os militantes anarquistas dizer, que querem a “Revolução Social” e “ipso facto” recusam a Revolução Proletária – essa para a qual os trabalhadores de todo o mundo se apresentam. Não querer a Revolução Proletária é o mesmo que dizer não organizaremos os trabalhadores sob métodos que os mantenham em constante ascendência, evitando dessa forma a eficiência da luta de classes.

É preciso que os trabalhadores em geral, e em particular, os da Comissão Organizadora não se suscetibilizem com esse sentimentalismo de ultra humanitarismo. O capital encontra-se admiravelmente bem montado em seu “cavalo de ouro” com sua “guarda de aço”.

Para desmontar pela palavra, seria necessário uma etapa de quinhentos anos no mínimo, e que os anarquistas assentassem arraiais ou tenda em seu seio. Isso é utopia. Entretanto, o processo “soviético” deu resultados admiráveis na desmonta do seu “pedestal de ouro”.

Ao meu ver deve a “Nova Federação”, sem cair em reformismos nem “águas frias” – deixar uma entrada pela qual as grandes classes possam ingressar sem esbarrar em teorias, que só com o tempo irão assimilando.

É depois do sindicato formado que devemos demonstrar o valor das teorias e deixar que as classes sigam a que mais lhes convier.<sup>119</sup>

Já explicamos a importância da obra de Alexandre Samis (2002) para o acesso de algumas fontes do jornal *A Pátria*, onde este artigo de C. Leitão é transcrito – autor este que possivelmente também se utilizou de pseudônimo já que não há informações a seu respeito. Contudo, Samis não se aprofunda no imaginário político destas fontes, já que este não era o seu enfoque. Nessa época, a seção trabalhista de *A Pátria* já era dirigida pelo anarquista Marques da Costa, que tinha encontrado abrigo neste jornal, pois o periódico *O Trabalho* tinha sido fechado pela polícia no ano anterior (SAMIS, 2007, p. 105-106). Porém, ao menos em 1923, ainda assim, a seção trabalhista de *A Pátria* era aberta a outras opiniões discordantes das dos anarquistas, inclusive com espaço reservado também aos comunistas (SAMIS, 2002, p. 283). Podemos observar que um artigo com este teor era uma inclinação à “bolchevização” do movimento operário, ainda sob efeitos diretos do recém fundado PCB, e sendo uma crítica

---

fechada no ano anterior. Ambas as federações cariocas foram fechadas com a repressão do estado de sítio decorrente do 5 de julho de 1924. Ver os verbetes “FTRJ” e “FORJ” no Dicionário citado de Claudio Batalha (2009, p. 222 e 223-224).

<sup>119</sup> *A Pátria*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1923. (Apud SAMIS, 2002, p. 282).



a membros anarquistas do jornal, ao defender a ideia da “Revolução Proletária” como uma prova da eficiência da “luta de classes” e por ela ter obtido bom êxito no “processo soviético”. A defesa das ideias e “imagens” da “Revolução Proletária” sustentava-se pelo sucesso das sublevações operárias que ocorreram na Revolução Russa, que conferia a imagem do “processo soviético” como um modelo bem-sucedido da eficácia da “luta de classes”, que é um conceito chave do marxismo. Por isso, o autor criticava os métodos anarquistas que, por serem descentralizados e não proporem a tomada do poder do Estado pelo proletariado, como propunha o marxismo, eram acusados de querer “desmontar pela palavra” as fortes estruturas do capital e, portanto, eram tidos pelo autor como métodos “utópicos” – rotulando o movimento ácrata com esta imagem.

Poucos dias depois foi publicado no jornal *O Trabalhador Graphico* um artigo interessante assinado por J. Carlos Boscolo, que divergia em grande parte de todas as opiniões a respeito da organização operária e do movimento dos trabalhadores no Brasil. O artigo trata da situação das organizações operárias afirmando que não há no país “organizações revolucionárias”, pois a forte repressão impunha ao operariado uma precária sobrevivência de suas organizações, sem dizer que, para o autor, estas organizações e seus movimentos paredistas eram de fins eminentemente econômicos. Assim, destacamos os seguintes trechos:

Embora as associações operarias no Brasil tenham um systema syndicalista, ellas constituem-se simplesmente para obedecer fins economicos. O dizer-se “associação de classe” não quer dizer que seja “revolucionaria”, na accepção da palavra, mas pleiteadora de modificar costumes de trabalho que os homens não suportam mais.

[...]

Onde, pois, estão as tendencias revolucionarias do operariado brasileiro?

Quaes os seus representantes no parlamento do paiz?

Quando porém, o proletariado de uma só classe do Brasil solicita, na forma lhana de escassa educação syndicalista que possui, não um direito politico, mas uma migalha de pão a mais, surgem ameaças de todos os lados [...].

[...]

Ha, pois, muita malignidade de ignorancia quando se affirmam ter tendencias revolucionarias o operariado brasileiro. O espirito bolchevista que se infiltra nas camadas exploradas do Brasil é chimerico, ou, puramente literario.

Não ha, entre a maioria dos operarios daqui, mesmo organizados, cultura necessaria para compreender quaes foram os factores da revolução de Moscou que resultaram a brusca quéda dum regimem secularmente constituído em proveito d’um outro apenas conhecido através inumeros pamphletos e poucos livros. [...]

O que aqui no Brasil ha, é um receio, aliás infundado, das classes capitalistas ás constituições associativas dos operarios.

É de notar, porém, que o operariado brasileiro não é syndicalista nem revolucionario – é um heróe: combate só.

Um D. Quixote...<sup>120</sup>

Este artigo foi publicado na capa do jornal, ocupando toda a página, o que demonstra o destaque que os editores de *O Trabalhador Graphico* conferiram a esta matéria. O autor do texto, de acordo com Gualberto (2008, p. 99), é José Carlos Boscolo, que era linotipista, escritor e considerado um membro da “intelectualidade gráfica”. Esta fonte, portanto, também é analisada por Gualberto (2008, p. 99-100) onde é destacado um pequeno trecho. Gualberto salienta a crítica que é feita por Boscolo à própria vanguarda operária que não possuía conhecimento teórico suficiente para conferir um caráter revolucionário ao proletariado brasileiro. Assim, destaca-se, portanto, um aspecto importante da classe operária brasileira na época: a de que muitas vezes as ações estariam mais pautadas em discursos por uma militância panfletária que era insuficiente diante de uma massa operária refratária. As críticas de Boscolo são bem claras neste sentido quando afirma ser uma ignorância acreditar que as tendências revolucionárias se infiltravam no operariado brasileiro, que isso era “quimérico e puramente literário”, pois não havia, segundo ele, uma cultura necessária nem mesmo no operariado organizado para entender o que foi a Revolução Russa – já que todas as informações provinham de muitos “panfletos e poucos livros”.

Isso é significativo de se destacar porque demonstra, como na fonte de Luiz Bertoni em *A Plebe*, de que havia insatisfações no movimento operário entre as várias tendências com os impasses e insuficiências da luta dos trabalhadores. E de que expressar e publicar estas críticas era uma maneira de expor estes problemas e buscar saídas. É certo que nestas críticas havia a suas ressalvas nas tentativas de se interpretar a realidade para encontrar explicações para as dificuldades das lutas dos trabalhadores. Como a de Luiz Bertoni, que afirma a pobreza e a miséria dos militantes operários que dificultam as suas ações. José Carlos Boscolo, por sua vez, salienta os problemas da repressão, mas insiste na crítica à militância operária que não consegue atingir o povo, onde o operário é um “herói” que “combate só”, daí o receio “infundado das classes capitalistas” em relação as associações operárias.

Esta fonte é importante porque demonstra um pensamento mais realista no seio da militância operária. José Carlos Boscolo levantou questões que eram fundamentais para a compreensão das dificuldades da organização operária no Brasil. No campo da atuação anarquista, Gomes (1994, p. 79), demonstrou a resistência e a passividade dos trabalhadores à sindicalização, que muitas vezes queriam a proteção das associações sem participar das lutas.

---

<sup>120</sup> As organizações operárias no Brasil são revolucionárias? *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, 6 mar. 1923. Ano 3, nº 25, p. 01.

Entre os comunistas, como apontou Konder (1988, p. 141-142), os próprios dirigentes do partido tinham pouco conhecimento das teorias de Marx nessa época, e os recursos materiais do PCB eram precários. O pouco de que se dispunha era investido na agitação – que envolvia a imprensa operária – e sobrava pouco para estudos e publicações teóricas. De qualquer forma, voltamos a atentar de que, ao se tratar da militância anarquista, comunista e sindicalista no movimento operário, estamos nos referindo a setores minoritários dentro da grande massa de operários e trabalhadores urbanos. A título de exemplo, Edgard Carone (1982, p. 3), afirma que em maio de 1923 o PCB tinha cerca de apenas 300 membros filiados.

Pouco material foi encontrado no jornal *O Trabalhador Graphico* nessa primeira fase de nossa análise. Uma das explicações pode estar relacionada ao fato de que nesse início de ano de 1923 os trabalhadores gráficos e a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) enfrentaram uma greve de grandes proporções em São Paulo, o que fez *O Trabalhador Graphico* se dedicar quase que exclusivamente à cobertura da greve nesse período (DULLES, 1977, p. 169-171).

Poucos dias depois, em artigo de Marques da Costa, publicado na seção “A Organização Operária” em *A Plebe*, o autor faz uma defesa da declaração de princípios para a formação da nova federação operária no Rio de Janeiro. Declaração de princípios esta que repudiava ligações com partidos políticos (DULLES, 1977, p. 172). Ao comparar a organização sindical dos anarquistas com a dos comunistas, e o que propunha cada programa político, Marques da Costa expõem aspectos do imaginário utópico do sindicalismo que defendia, para uma “organização social livre”, sem “coação de indivíduos”, que para ele era o único meio que seria capaz de conduzir ao comunismo:

Teríamos uma organização social livre de toda a coacção de individuos ou de partidos. Teríamos em menos palavras, uma sociedade comunista. E como consequencia da obra revolucionaria dos syndicalistas bolchevistas, que se propõem utilizar os meios que a propria organização estatal oferece para chegar ao communismo, nós teríamos implantada a dictadura proletaria e centralizados nas mãos do novo Estado todos os recursos de producção. Defendem-se agora, portanto, entre nós, dois objectivos diferentes.<sup>121</sup>

No entanto, no fim do mês, Astrojildo Pereira publica um artigo na revista *Movimento Comunista* em que analisa as tendências existentes no movimento operário, onde ele desqualifica a organização anarquista e expressa pensamentos que eram comuns aos comunistas em relação ao seu movimento:

---

<sup>121</sup> A proposito da declaração de principios da Federação dos Trabalhadores da Região Centro do Brasil. *A Plebe*, São Paulo, 10 mar. 1923. Ano 6, nº 204, p. 02.

O problema da organização syndical permanece na ordem do dia, reclamando o esforço e a sagacidade dos militantes das varias tendencias, para uma solução capaz de servir aos verdadeiros interesses do proletariado. Essas tendencias, na actualidade, podem ser classificadas como segue: 1º a tendencia comunista, que preconiza uma reorganização total de estrutura e de methodo, no sentido da unificação e concentração das forças operarias no terreno da luta de classes, ou da resistencia, como se diz entre nós; 2º a tendencia anarchista, que preconiza uma organização ideal, eminentemente divisionista, pois que estabelece um determinado principio politico para o sindicato [...].<sup>122</sup>

Astrojildo Pereira alega que a tendência comunista propunha uma reestruturação no método para se atingir a unificação operária, a partir de sua concentração de forças. E de que a tendência anarquista era idealista, divisionista e que “estabelece um determinado princípio político para o sindicato”. Contudo, não sabemos o que Astrojildo Pereira quis dizer nesta passagem, mas a verdade é que houve também divergências dentro do campo libertário quanto a necessidade de uma declaração de princípios para a fundação da FORJ, o que demonstra ecos do sindicalismo revolucionário (DULLES, 1977, p. 172). E devemos lembrar que a proposta comunista para os sindicatos também era de estabelecer um “princípio político”. O princípio 9º da IC estabelecia que os sindicatos deviam “ficar completamente subordinados ao conjunto do partido” (RODRIGUES, 1979, p. 30).

Na mesma edição de *Movimento Comunista* é publicado um artigo de Andres Nin, comunista espanhol antes adepto do sindicalismo revolucionário e depois convertido ao comunismo – tendo sido delegado da CNT espanhola no III Congresso da IC em 1921. A publicação de um militante estrangeiro daquela proeminência atacando o sindicalismo anarquista, para os comunistas brasileiros, era de grande importância naquele momento de radicalização das cisões no meio sindical. O texto também destaca a ideia de que o anarquismo ficou ultrapassado depois dos acontecimentos da Guerra Mundial e da Revolução Russa e que, portanto, estas interpretações não eram exclusivas do movimento comunista brasileiro:

Os syndicalistas anarchistas contentaram-se em repetir as velhas formulas, que tinham um sentido antes dos acontecimentos formidaveis que vivemos no curso destes ultimos anos, mas que estão mortas hoje para as massas operarias. O syndicalismo revolucionario anterior á guerra era uma doutrina de combate; o movimento syndicalista era como uma corrente de ar fresco na atmosphaera abafadiça do socialismo parlamentar. O syndicalismo anarchista é hoje, pelo contrario, uma doutrina fossil.<sup>123</sup>

<sup>122</sup> Manobras suspeitas. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 10-25 mar. 1923. Ano 2, nº 18 e 19, p. 83.

<sup>123</sup> A decomposição do anarcho-syndicalismo. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 10-25 mar. 1923. Ano 2, nº 18 e 19, p. 107. A respeito de Andres Nin que posteriormente se tornou um personagem importante do

Diante do aprofundamento da divisão da FTRJ em duas federações, e neste combate de leituras de mundo opostas, onde os comunistas acreditavam na iminência da Revolução Mundial Soviética e de que, por isso, os anarquistas eram irrealistas e utópicos, Astrojildo Pereira ataca a reunião que ocorrera entre os anarquistas para a refundação da FORJ. Continuando a tachar os anarquistas de “divisionistas” e a enxergar a sua doutrina como portadora de uma leitura mais realista, Astrojildo tenta convencer em prol de uma unificação operária compacta:

Podemos, de tal sorte, caracterizar a política anarchista em materia de organização syndical como sendo a *politica de divisionismo*. Esta politica deriva em linha recta de seu idealismo. Elles fizeram estes estatutos baseados unicamente no ideal, que vivem a sonhar. Pouco lhes importa o que é real. [...]

[...]

Nós, communistas, encaramos a questão de outro modo. Nós a encaramos *realisticamente*, objectivamente, e não através o prisma colorido do ideal. E a realidade crua e dura nos diz o seguinte: só argamassada num bloco único pode a organização proletaria enfrentar com vantagem o bloco burguez. [...].<sup>124</sup>

Esta fonte é citada em Dulles (1977, p. 171-172), mas sem enfatizar a insistência neste imaginário de que os comunistas encaravam a situação “realisticamente”. Poucos dias depois, contudo, foi publicado um artigo em *A Plebe* de uma figura proeminente da intelectualidade dos círculos sindicalistas espanhóis, Salvador Seguí, fonte esta comentada em Dulles (1997, p. 173). Este artigo seria fonte de discussões interessantes da qual destacamos:

Dictadura é a antítese do syndicalismo revolucionario. Organizados os productores em seus sindicatos industriaes, não necessitam dictadores para derrubarem do cume á burguesia.

[...]

Nós entendemos que a administração, isto é, o dever de atender ás necessidades economicas da sociedade comunista, -- tem que ser atribuição exclusiva dos Sindicatos.<sup>125</sup>

Apesar de dizer que o sindicalismo revolucionário é contrário à ideia de ditadura – possivelmente fazendo uma alusão à ditadura do proletariado – esta declaração de Salvador Seguí, de que a “administração da sociedade comunista deve ser atribuição exclusiva dos

---

trotskismo espanhol ver: <<https://www.marxists.org/portugues/nin/index.htm>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

<sup>124</sup> Unificação Syndical. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1923. Ano 2, nº 20, p. 116.

<sup>125</sup> O syndicalismo hespanhol. **A Plebe**, São Paulo, 21 abr. 1923, Ano 6, nº 207, p. 02.

sindicatos” gerou divergências. Como assinalou Dulles (1977, p. 173), houve anarquistas, como veremos, que discordaram desta visão centralista dos sindicatos.

No dia seguinte, no jornal *A Pátria*, o anarquista Isidoro Augusto publica um artigo que demonstra a inclinação dos libertários em repensar a suas estratégias:

Falemos a propósito da Federação do Centro que se pretende organizar neste momento. De há muito o critério federalista do sindicalismo vem merecendo justos reparos e já tem sido objeto de estudo nas grandes reuniões operárias e se bem que algumas das objeções feitas tenham já se concretizado, não se conseguiu, contudo, encontrar uma solução satisfatória para a questão. Chegou-se à aceitação do sindicato único, mas ele não corresponde à necessidade geral de concentração orgânica.<sup>126</sup>

Alexandre Samis (2002, p. 283) salienta que muitas das declarações dos militantes passavam por uma preocupação real com a causa operária, mas mesmo as mais ponderadas críticas poderiam ser delicadas neste momento de polarização ideológica. Nessa época, a imprensa operária é tomada por polêmicas e ataques pessoais entre os militantes que até mesmo ofuscou as discussões sobre a organização trabalhista. Decidimos, por isso, deixar de lado e evitar estas fontes carregadas de contendas entre os ativistas. Ocorreu mesmo nesse período ataques físicos, em que os anarquistas Marques da Costa e Isidoro Augusto foram agredidos por um militante comunista (SAMIS, 2002, p. 299).

Em maio a revista *Movimento Comunista* publicou matérias de militantes famosos que atuavam ao lado dos anarquistas e que depois constituíram o PCB. Octávio Brandão, referindo à discussão que ele teve com um sindicalista libertário numa reunião da União dos Empregados em Padarias, em 24 de março daquele ano de 1923, acaba por reforçar a ideia de que o anarquismo se tornou obsoleto após a Guerra Mundial e a Revolução Russa. Seu artigo transparece, também, a força do imaginário da Revolução Mundial – citando as revoluções socialistas que ocorreram no mundo naquela época, e que alimentavam a certeza da fé dos comunistas:

Dizer que se póde passar da sociedade capitalista para a comunista integral ou para a anarchista, sem a dictadura, como disse o orador, é uma affirmarção barata. Pura metaphysica.

[...]

A guerra de 1914-1918 foi a forja onde todas as theorias, desde o anarchismo até o reformismo, se derreteram como cera, naufragaram, perderam a individualidade. Só o marxismo, o bolchevismo, resistiu á alta temperatura, sem se fundir, saindo do forno electro ainda mais temperado. A guerra foi, pois, a pedra de toque de todas as theorias.

[...]

<sup>126</sup> *A Pátria*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1923. (Apud SAMIS, 2002, p. 283).

Cremos que nenhum dos nossos adversários poderá responder afirmativamente, demonstrando que tem estudos sérios sobre a Revolução Mundial, pois os livros decisivos só foram lidos até hoje pelos que aderiram ao Partido.<sup>127</sup>

Na mesma edição, mais adiante, Everardo Dias, defendendo que só a ditadura do proletariado poderia garantir a sobrevivência da revolução socialista contra as forças reacionárias, argumenta que certas ideias que os anarquistas estavam expressando também eram próximas das dos comunistas – talvez estes sejam ecos das repercussões do artigo de Salvador Seguí: “Alguns anarquistas falam em ‘comités de defesa’”, expressão elástica para designar de igual modo uma ditadura, pois esses comités não empregariam outra razão perante os adversários senão a força pura e simples...”<sup>128</sup>

É importante recordarmos que esta convicção dos comunistas brasileiros na época sobre a Revolução Mundial e, conseqüentemente, da urgência da ditadura do proletariado, também partia do sentimento de colapso global do capitalismo e dos regimes políticos após a Revolução Russa. Situação esta, assim, que foi potencializada por revoluções e sublevações socialistas também na Alemanha, Hungria, Itália e outros lugares entre 1918 e 1919 – além da própria guerra civil na Rússia, que tentara derrubar o regime soviético (HOBSBAWM, 1995, p. 65-66) e (REIS FILHO, 2003, p. 70). Sabemos que, desde 1920, Lênin já tinha apresentado textos no Congresso da IC defendendo que a sobrevivência do regime bolchevique só se deu devido a ditadura do proletariado e a centralização incondicional da classe operária sobre a disciplina rigorosa do partido (LÉNINE, 1978b, p. 280-281). Assim, estas lembranças e ideias eram ainda recentes na época. Isso é importante porque ajuda a entender a própria materialidade do impresso e considerar que a sua apresentação gráfica e visual estava em sintonia com o imaginário político contido naquela publicação. Esta edição de o *Movimento Comunista* foi comemorativa do dia 1º de maio, dia do trabalhador, então, na capa da revista, há um grande desenho com um operário rompendo as correntes que estão em volta do globo terrestre, como uma imagem alegórica da *Revolução Mundial*.

Já em *A Plebe*, que também sai em edição especial do dia 1º maio com um grande operário de braços cruzados na capa (simbolizando a greve) e, diante de seus instrumentos de trabalhos parados (a foice e o martelo, que eram ícones comunistas), nós encontramos uma fonte importante das críticas internas do movimento anarquista. No fim do jornal, em suas últimas páginas, um militante identificado como Agostinho faz duras críticas ao grupo editor de *A Plebe*, acusando-o de ter simpatias para com os comunistas de Estado (marxistas). Alerta

<sup>127</sup> O verbalismo anarcho-metaphysico. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 1 maio 1923. Ano 2, nº 21-22, p. 136-139.

<sup>128</sup> O que é o ‘programma comunista’. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 1 maio 1923. Ano 2, nº 21-22, p. 141.

de que há muito espaço para as discussões sindicais e pouca formação teórica do anarco-comunismo, que era a tendência que o jornal dizia seguir:

Eil-as. Com o aparecimento do partido Comunista, dividiu-se o elemento libertario em dois campos opostos [...]

[...]

Assim é, que alguns camaradas, alegando que “A Plebe” não tem sido orientada como deveria, isto é, que como jornal comunista-libertario, que é, deveria reduzir o maximo possivel o noticiário syndical, incrementando publicação de artigos de caracter doutrinario, e abrir uma systematica campanha contra os communistas d’estado, combatendo os sob qualquer pretexto e sem cessar. [...].<sup>129</sup>

Esta fonte faz parte de uma série de polêmicas que ocorreram na época entre *A Plebe* e o grupo “Os Emancipados”, que se formou no Rio de Janeiro e que tinha a participação de Fábio Luz e José Oiticica. Esse grupo, de caráter “comunista libertário”, tinha por intenção concentrar os esforços e forças anarquistas e preservar um “anarquismo puro” dos excessos das ideias sindicalistas e das influências do marxismo. Esta fonte também é citada na obra de Dulles (1977, p. 173) e também em Samis (2009, p. 45). O grupo “Os Emancipados” lançou naquela época o jornal *A Revolução Social* em São Paulo, pois, devido ao estado de sítio, estava difícil manter um jornal anarquista no Rio de Janeiro. Este jornal entrou em polêmicas com *A Plebe* e demonstra os impactos das disputas com os comunistas no interior do movimento anarquista, que lutava para manter a sua identidade (DULLES, 1977, p. 173-176). Porém, não conseguimos ter acesso ao jornal *A Revolução Social*, o que nos impede de analisar estes debates, mas a fonte acima é um exemplo ilustrativo do quanto estava dinâmico e complexo o pensamento político militante daquele período, em especial o anarquismo.

Isso é importante destacar porque esta crítica em *A Plebe*, de seu excesso de espaço sindical, são indícios que houve setores do movimento anarquista que buscaram repensar as suas ações militantes, temerosos do predomínio maior do sindicalismo revolucionário. E uma das causas destas críticas foi a publicação em *A Plebe* do artigo de Salvador Seguí. Esta crítica partiu do grupo “Os Emancipados” do qual fazia parte José Oiticica e, portanto, são considerações que refletem o pensamento de Oiticica naquele momento. De acordo com Samis (2009, p. 45-47), José Oiticica, preocupado com as disputas internas nos sindicatos com os comunistas, passou a criticar os excessos de individualismo e de sindicalismo no movimento anarquista. Tendo por referências e bases as teses defendidas por Malatesta sobre

---

<sup>129</sup> Divergência de opinião ou vontade de predominar? **A Plebe**, São Paulo, 1 maio 1923. Ano 6, nº 208, p. 03. Nessa época Edgard Leuenroth tinha se afastado de *A Plebe* e o jornal passou a ter como principal editor Rodolfo Felipe, o que pode ter influenciado em seu conteúdo (DULLES, 1977, p. 173).



o sindicalismo, José Oiticica alertava naquele período que o sindicalismo era um meio de inserção do anarquismo, não um fim em si mesmo. Os sindicatos, assim, não prefiguravam a sociedade anárquica, mas representava um estágio na luta contra o capital. Dessa forma, ele alegava que os anarquistas haviam entendido que a ação sindical era a única e principal tarefa do militante, esquecendo de formar grupos específicos que dessem sustentação prática e teórica do anarquismo, o que levou a negligência de aspectos importantes da doutrina.<sup>130</sup>

No entanto, depois destes incidentes pessoais entre os militantes, o jornal *A Pátria* publica o que seria os estatutos da nova Federação sindical (a FORJ), numa clara delimitação de fronteiras e posições anarquistas diante do crescente movimento comunista nas fileiras operárias. Assim, os anarquistas, ao fundarem a nova Federação, em seu preâmbulo, já expressavam claramente os pontos doutrinários clássicos do sindicalismo de viés anarquista:

Todos os congressos operários, todas as tentativas de federação, de união dos trabalhadores, têm sido pouco frutíferas.

O proletariado permanece, pois, disperso, desorientado, desanimado, na impotência, entregue à incondicional e irrefreável voracidade do capitalismo. [...]

Não somente no Brasil mas universalmente, a luta política e a ação eleitoral vêm empolgando as organizações trabalhistas, reforçando o Estado e, portanto, o despotismo dos dominadores, apertando cada vez mais as algemas que prendem as classes operárias.

Todos os partidos políticos, sem distinção de classes, têm-se infiltrado entre as massas trabalhadoras, tentando tomar por assalto a direção de suas organizações para mais facilmente conquistarem altas posições políticas e econômicas, colocando-se acima e contra as populações e muito especialmente contra as mais pobres, exploradas e oprimidas.

A politicagem tem destruído todos os sonhos de fraternização proletária, de federação internacional do proletariado militante, combatendo e destruindo as organizações que se colocam no verdadeiro campo da ação direta – sem intermediários e sem diretores, na pugna subversiva tendente a fazer baquear – sem a organização de Estados políticos, transitórios ou definitivos – o regime de todos os poderes autoritários de todas as classes dominantes.

Considerando que todos os partidos políticos que surgiram ou surgem entre a classe burguesa ou entre a classe trabalhadora, são poderosos elementos de opressão econômica e política do proletariado, pois todos, absolutamente todos, defendem a todo transe o capitalismo privado ou o capitalismo de

---

<sup>130</sup> José Oiticica defendia estes posicionamentos à luz das teses do anarquista italiano Errico Malatesta, que eram de inícios do século XX. Malatesta (1853-1932) foi um dos maiores teóricos e militantes do movimento anarquista internacional. Em posições defendidas em 1907, Malatesta (2018, p. 86-92) enfatiza que o sindicalismo revolucionário foi um grande passo na luta pela emancipação proletária, mas que não se devia pensar que o anarquismo seria construído apenas com o desenvolvimento do sindicalismo. Isso porque para ele os sindicatos, por sua própria natureza de lutar por interesses imediatos, tendem necessariamente a adaptar-se as condições existentes conforme aumenta a sua importância política, tornando-se novos órgãos de poder, criando-se, assim, uma aristocracia operária e cometendo os mesmos erros da social-democracia, tendendo ao reformismo. Para Malatesta, portanto, os anarquistas deveriam: “permanecer no sindicato para dar uma impulsão à marcha para a frente e tentar fazer dos sindicatos, tanto quanto possível, instrumentos de combate com vistas à revolução social” (MALATESTA, 2018, p. 90-91).

Estado e por consequência o regime do patronato particular ou o patronato governamental;

- Que todos, absolutamente todos, tendem a conservar o ignominioso sistema do salaríato;
- Que todos, absolutamente todos, procuram sustentar ou organizar o Estado, com os poderes legislativos, destinados a forjarem as leis do privilégio para os dirigentes, e as celeradas leis de exceção e de repressão para o proletariado;
- Que todos têm por fim a criação de formidáveis classes parasitárias, magistraturas, burocracias, etc...;<sup>131</sup>

Os anarquistas, na publicação da instituição da nova Federação, inclinam-se à necessidade de autocrítica de todo o movimento, ao enfatizar que a união dos trabalhadores “têm sido pouco frutífera”, e de que o proletariado permanece “disperso”, “desorientado” e em “impotência”. Nesse documento, também citado parcialmente em Samis (2002, p. 333-334), as “visões” e “imagens” da luta política institucional e eleitoral, que os comunistas não negavam, apresenta-se como uma “politicagem” que destrói a “fraternização proletária”. Isso revela que o movimento anarquista, que propunha o não aparelhamento dos sindicatos a partidos políticos, cultivava este imaginário político na forma do sonho e ideal da “fraternidade proletária”. Assim, eles acusavam a infiltração nos meios operários da ação eleitoral de partidos políticos, que acabam reforçando, segundo esta visão, o Estado e os poderes autoritários das classes dominantes. Denunciam este perigo mesmo quando este partido se constitui de operários. Com isso, quando os anarquistas publicam as bases da nova Federação em *A Pátria* eles acusavam os comunistas de perpetuarem o capitalismo por proporem um caminho político que criaria mais uma forma de Estado e que este novo Estado administraria o capitalismo – mantendo o regime social autoritário e despótico do “patronato” e do “salaríato”. Essa acusação dos anarquistas pode ser vista com ainda mais contundência se considerarmos que nessa época, em 1923, muitas notícias do processo social da Rússia soviética já tinham chegado ao Brasil e já era divulgado o fato da construção de uma espécie de “capitalismo de Estado” na URSS. Bem como, também, notícias sobre a bolchevização e o aparelhamento estatal dos conselhos populares, os soviets, com o consequente autoritarismo institucional do Partido Comunista russo (FERRO, 1984, p. 62).

É interessante notar que os anarquistas defendiam a unificação operária a partir desta representação, deste imaginário anarquista, da “fraternização proletária”, que se daria pela *ação direta* dos trabalhadores – sem representantes políticos e “politicagens”. A ideia de “fraternidade” elimina os fatores individuais e coletivos de dissuasão da unidade, aspectos

---

<sup>131</sup> Preâmbulo – Pacto de Solidariedade. *A Pátria*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1923.

característicos do “mito da unidade” (GIRARDET, 1987, p. 149). A ideia de que todos os partidos políticos, sem exceção, sustentam o Estado e suas classes parasitárias (magistraturas e burocracias) remonta a Proudhon, onde a perspectiva da revolução social – que para ele é uma ordem com liberdade – não advém da mudança de formas políticas, mas de uma reorganização econômica que tornam leis e magistraturas desnecessárias (PIOZZI, 2006, p. 122).

Um exemplo significativo da amplitude do pensamento político no movimento operário nos acirrados debates daquela época nos vem de José Oiticica, que tentou amenizar ao máximo os conflitos entre comunistas e anarquistas defendendo o respeito às suas diferenças. José Oiticica, como um expoente da intelectualidade anarquista, demonstrou a necessidade do movimento libertário brasileiro de fazer uma autocrítica à luz das polêmicas que eram travadas com os comunistas, convocando os anarquistas a uma profunda reflexão:

As verdades, quanto mais duras, mais claramente devem ser ditas. Entre nós o marasmo anarquista é igual ao marasmo ou quase marasmo anarquista em todo mundo. É a acusação capital dos bolchevistas do anarquismo e, convenhamos, eles têm nesse ponto, mil vezes razão. Somos dispersivos, não temos nenhum método, nada fazemos nem podemos fazer por desunião de vastas e sucessivas incoerências práticas. Vivemos num deixar andar incrível, por incompreensão das coisas e, pesa-nos dizer, por fanatismo. Ainda aqui os bolchevistas nos arguem com razão.<sup>132</sup>

Durante quase todo o ano de 1923 José Oiticica buscava diálogo com os comunistas, pautando-se pelo debate livre e pelas experiências políticas que ocorriam para atualizar as estratégias anarquistas (SAMIS, 2009, p. 46). Contudo, os atritos nos meios sindicais impediam um maior diálogo entre as tendências. Em um artigo assinado por Marques da Costa, na seção trabalhista de *A Pátria*, encontramos respostas às provocações que os comunistas da FTRJ lançavam contra a nova federação:

E começam então a obstruir.

A obstruir todas as iniciativas, eles, que estavam ali antes como aliados de Moscóvia do que representantes do seu sindicato; eles que estavam ali para conseguirem a canalização dos demais sindicatos para o “forno” bolchevizante, centralizando-os, ou para impedir a vitória das tendências libertárias, -- resultando daí maiores dificuldades para a conclusão do “acordo unificador”, fantasticamente imaginado...

A maioria dos associados que tomaram parte nas reuniões que a ‘Efetêrrejóta’ [FTRJ] convocou, mantinha, como mantém ainda, o seu espírito libertário. Não era possível esperar dessas organizações tão grandes

---

<sup>132</sup> *A Pátria*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1923. (Apud SAMIS, 2009, p. 45).

concessões que permitissem aos elementos bolchevizantes ver aceites os seus modernos velhos processos de disciplina e centralização. Mas esses elementos tinham em mente “conquistar a todo transe os sindicatos para o comunismo”, influenciados que andam pelas teorias de Radek e Losovsky, dois “vistosos” “líderes” das internacionais de Moscóvia, e acharam conveniente, entenderam ser de “boa tática”, dar um passo atrás.<sup>133</sup>

A partir das críticas de José Oiticica, do carácter “dispersivo” do movimento ácrata, devemos pensar também que, salvo os casos que não passavam de retórica, os militantes mais ativos e conscientes, como Marques da Costa, atacavam os comunistas e os “seus modernos velhos processos de disciplina e centralização” não por serem contra a organização mas por temerem pela autonomia das bases. Assim, Marques da Costa tenta explicar que muitos associados da FTRJ ainda mantinham um “espírito libertário”, mas que os comunistas tentaram a todo custo conquistar os sindicatos para o comunismo, influenciados pelas teorias de Losovsky e Radek.<sup>134</sup>

Alguns dias depois nós encontramos no jornal *Voz Cosmopolita* um exemplo interessante de uma opinião militante dissonante da inclinação comunista do periódico, ultrapassando os seus limites doutrinários e chamando a atenção do grupo editor. Assinado por J. Martin, o artigo fala da importância do sindicalismo revolucionário demonstrando, mais uma vez, a lenta mutação ideológica desta folha e de seu sindicato:

[...] Porque desviar os trabalhadores de seu programma de acção directa quando isso representa a satisfação da sua unidade vontade, esquecida num momento de terror por um abalo brutal que os dividiu e desorientou, se vós só lhes podeis apresentar um programma que a vossa propria consciencia repelle e a vossa razão reprova?<sup>135</sup>

Então, adiante, há uma pequena nota da redação:

Lembramos que o syndicalismo revolucionario é apenas “uma” arma na luta do proletariado contra o capitalismo e não a “principal”, que é o partido comunista. Pelo facto de agrupar elementos heterogeneos, os sindicatos não têm unidade de vistas, não podem ter, portanto, a unidade de acção que tem o P. C. Os sindicatos agrupam as grandes massas, o P. C. agrupa só uma parte delas – a mais esclarecida.<sup>136</sup>

<sup>133</sup> **A Pátria**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1923. (Apud SAMIS, 2002, p. 337-338).

<sup>134</sup> Como já explicamos Losovsky era uma das altas autoridades bolcheviques na ISV. Já Radek fazia parte nessa época do Comitê Executivo da IC. Cf.: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/radek.htm>>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

<sup>135</sup> De volta aos costumes de antanho. **Voz Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1923. Ano 2, nº 28, p. 02.

<sup>136</sup> Nota da Redacção. **Voz Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1923. Ano 2, nº 28, p. 02.

Definindo-se vagamente como J. Martin, não conseguimos obter informações sobre sua autoria. É interessante que ele se refere à ideia de *ação direta*, conceito caro aos anarquistas e que pressupõe a negação de delegação de poderes do sindicato, sem atrelá-lo a partidos, o que também vai de encontro ao sindicalismo revolucionário (OLIVEIRA, 2018, p. 213). Isso chama a atenção do grupo editor que rebate este desvio dizendo que o sindicalismo revolucionário é apenas “uma arma”, que os sindicatos “agrupam as grandes massas”, mas que é o Partido Comunista que é a “arma principal”, pois este é a sua parte “mais esclarecida”. Esta ideia de partido faz ecos com a posição de Lênin, pois para este o partido tinha o conhecimento teórico e os trabalhadores tinham que fazer parte do partido e assimilar este conhecimento, mas o revolucionário russo condenava aqueles que tentassem se aproveitar desse “atraso” teórico (HILL, 1967, p. 61).<sup>137</sup>

Nos meses finais de 1923, novos acontecimentos colocaram ainda mais combustível nas divisões e disputas sindicais entre anarquistas e comunistas e que mudaram os rumos dos debates políticos. A aproximação dos comunistas com setores reformistas ligados ao governo e a entidades patronais, representados pela CSCB (Confederação Sindical Cooperativista do Brasil) colocou o debate de uma frente única do proletariado, que ocorria entre comunistas e anarquistas, com um novo interlocutor: os cooperativistas. Entretanto, estas relações dos comunistas com os cooperativistas – que eram, estes, reformistas – desperta uma grande desconfiança por parte dos anarquistas e sindicalistas revolucionários que não irão poupar críticas severas aos rumos que estavam sendo conduzidos a organização operária e a luta dos trabalhadores. Novamente na seção trabalhista de *A Pátria* um militante anarquista identificado como Manoel A. Pereira escreve sobre a aproximação que se realizava entre a CSCB com o Centro Cosmopolita – sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, bares e anexos do Rio de Janeiro, que nessa época possuía hegemonia comunista:

A União Geral, apesar da sua intransigência, acedeu ao apelo – se o convite o era – e lá foi na esperança de ver realizado o necessário entendimento.  
[...]

---

<sup>137</sup> O “partido como vanguarda”, ou o “partido de novo tipo”, que constituiu na referência teórica dos comunistas brasileiros, era uma das ideias distintivas do pensamento de Lênin. Para o revolucionário russo a consciência socialista era um elemento importado de fora do fenômeno da luta de classes, e não algo que surja espontaneamente a partir destas lutas. Daí, assim, a importância do partido comunista na elevação do nível de consciência da classe operária, o partido teria que ser, portanto, uma vanguarda centralizada que se empenharia em fundir a consciência e a teoria socialistas com os movimentos espontâneos dos operários. Assim, Lênin ofereceu um modelo de partido para a luta revolucionária que variou em seus contornos de acordo com os contextos da experiência revolucionária russa, podendo ser tanto um partido de quadros reduzidos – uma cúpula conspirativa – como um partido de massas que exercesse a democracia operária. Contudo, independente dos contornos, o partido é visto na teoria de Lênin como a “elite da classe operária”, a “fileira mais avançada da classe operária”. Cf.: (JOHNSTONE, 1985a, p. 116-117; JOHNSTONE, 1985b, p. 14 e 16).

Aqueles que nos têm por desorganizadores, por renitentes, que tem a ‘distinta honra’ de pontificar na direção do Centro Cosmopolita, sabem bem que já nos custa muito o ‘peso’ da autoridade e da banha do pandurrismo patronal. Esse peso nas costas e demais.<sup>138</sup>

Depois de tantas críticas lançadas contra o movimento anarquista pelos comunistas, que qualificava os libertários como “desorganizadores” e “renitentes”, Manoel A. Pereira não poupou críticas numa reunião em que os comunistas se aproximavam de setores governistas. Os anarquistas não divergiam da necessidade de uma “frente” proletária, contudo, nesta época eles estavam cada vez mais pressionados e fustigados pela repressão estatal e, diante desta aproximação suspeita, os protestos e ataques contra os comunistas aumentaram (SAMIS, 2002, p. 291). Os comunistas, por sua vez, na busca de uma “frente única”, de aliados e de uma tentativa de construir uma unidade operária e sindical se aproximaram dos reformistas da CSCB – que tinha estreitos vínculos com o Ministério da Agricultura (DEL ROIO, 2007a, p. 232-233). A CSCB era reformista e foi fundada pelo governo, propunha a colaboração entre trabalhadores, patronato e o Estado e tinha um programa de transformação social lento e dentro da ordem (SAMIS, 2002, p. 289).

Alguns dias depois, novamente Manoel A. Pereira – sobre o qual também não conseguimos obter informações a seu respeito – escreve mais uma vez denunciando as ligações da CSCB – na figura de seu presidente Sarandy Raposo – com entidades patronais e, portanto, criticando a aproximação dos comunistas com esta entidade:

O sr. Sarandy querará negar que o Centro Industrial do Brasil, a Liga de Defesa nacional, Centro dos Proprietários de Hotéis e outras associações retintamente burguesas fazem parte da Confederação? Querará negar?  
O sr. Sarandy, cujas intenções políticas estão sendo exploradas pelos bolchevistas da zona (que por sua vez fornecem meios de exploração política ao sr. Sarandy) querará dizer que a Confederação só defende os interesses das associações operárias? Não querará dizer! Mas se se atrever a tal nós os desmascararíamos com os seus próprios atos.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> **A Pátria**, Rio de Janeiro, 1 out. 1923. (Apud SAMIS, 2002, p. 292).

<sup>139</sup> **A Pátria**, Rio de Janeiro, 8 out. 1923. (Apud SAMIS, 2002, p. 340). Sarandy Raposo foi funcionário do Ministério da Agricultura e defensor do cooperativismo, em 1921 tornou-se presidente da CSCB, que tinha começado a se formar em 1920. Sarandy Raposo também era redator da coluna trabalhista do jornal governista *O Paiz* e, com a aproximação dos cooperativistas com os comunistas, a seção operária deste jornal foi aberta aos comunistas, o que aumentou ainda mais as suspeitas dos anarquistas em relação as intenções destes. Em fins de 1923 e 1924, nas seções trabalhistas de *O Paiz* e de *A Pátria*, anarquistas e comunistas desferiram mútuas acusações dentro desta polêmica (SAMIS, 2002, p. 275-276) e, sobre Sarandy Raposo, ver o verbete de seu nome no Dicionário de Batalha (2009, p. 134). Não trabalhamos nesta pesquisa com o jornal *O Paiz* devido as nossas limitações de espaço, e também por ter sido este um periódico governista de tendência reformista, que não faz parte de nossa análise.

Apesar de todos estes conflitos, José Oiticica foi um dos poucos anarquistas a demonstrar uma inclinação a autocrítica do movimento anarquista, uma tolerância maior nas relações com os comunistas e uma procura de análises menos sectárias. Lembremos que José Oiticica nessa época fazia parte do grupo “Os Emancipados”, que estava sendo bem crítico em relação a certos aspectos do movimento anarquista e buscava uma concentração de esforços – para uma “unidade de ação” – e um compromisso maior entre os militantes libertários (SAMIS, 2009, p. 45-46). Dessa forma, no fim do ano ele escreve uma série de artigos em *A Plebe* direcionados aos comunistas com o título de “Resposta necessária”, em que tece considerações e autocríticas interessantes:

É doloroso ver como se expressam anarquistas em relação a bolchevistas e a “tabula rasa” que os bolchevistas fazem dos anarquistas. Se formos apurar bem os factos e as idéas, vemos que, se há em certos pontos fundamentaes divergencias profundas, no ponto “essencial”, a destruição da organização capitalista, ha perfeita congruencia. Pelo menos em todas as publicações bolchevistas e em toda a acção internacional delles, esse [...] é proclamado ininterruptamente. Sei perfeitamente que assim o fizeram os socialistas de toda a casta; mas é justo consignar que o rompimento decisivo dos bolchevistas com todos os reformistas pesa muito em favor delles. Reconheço ainda o acertado de algumas criticas bolchevistas, não “ao anarchismo”, mas “aos anarchistas”, entre ellas, sobretudo, a sua falta quasi absoluta de coesão internacional. Cumpre aliás assignalar que nesse ponto os proprios anarchistas admittem a realidade de tal fraqueza, embora apontem as causas determinantes della e as procurem corrigir. Ora, se ambas as tendencias proclamam como fim supremo e “imediate” a destruição do regimen burguez capitalista, é incomprehensivel a má vontade constante dos bolchevistas para com os anarchistas. [...].<sup>140</sup>

Estas considerações de José Oiticica numa série de artigos intitulados “Resposta necessária” saíram nas edições de final de ano de 1923 e inícios de 1924 em *A Plebe* e consistem em expressões significativas entre os anarquistas de uma revisão crítica de seu movimento diante das polêmicas com os comunistas. Estas fontes discutem questões de doutrina, sendo uma expressão importante, também, da evolução do pensamento anarquista do período sobre as maiores questões a respeito da organização operária, e tendo a experiência da Revolução Russa como pano de fundo da discussão – por isso estas fontes são classificadas em nosso estudo tanto no tema da organização operária quanto no da Revolução Russa. Alguns destes artigos de Oiticica também são comentados em Dulles (1977, p. 177).

Podemos inferir que José Oiticica, como um intelectual anarquista de profunda formação e bem informado das questões internacionais, compreendia o grau de

---

<sup>140</sup> Resposta necessaria. *A Plebe*, São Paulo, 10 nov. 1923. Ano 6, nº 222, p. 03.

distanciamento doutrinário entre o anarquismo e o marxismo. Contudo, ele tenta salientar que, apesar das “divergências profundas”, no “essencial”, as duas tendências convergiam na necessidade de destruição do capitalismo – como uma tentativa de manter as boas vizinhanças entre as correntes. Ele reconhece as críticas bolchevistas quanto a falta de “coesão internacional” dos anarquistas – criticando militantes e não a ideologia – e reconhece também os pontos fortes do bolchevismo por ter rompido com todos os reformistas, e que isso “pesa muito a favor deles” – talvez reconhecendo todo o peso heroico que teve o evento da Revolução Russa. Enfim, Oiticica deu expressões nobres de uma avaliação não sectária até mesmo porque ele foi amigo de militância de elementos expressivos do PCB, como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Antonio Bernardo Canellas.<sup>141</sup>

Ainda assim, fugindo de condenações excessivamente sectárias, José Oiticica não deixou também de fazer as suas críticas e condenações ao marxismo no campo da doutrina. Críticas estas que, longe de serem questões puramente teóricas, eram pertinentes no calor das disputas sindicais entre as tendências naquele momento, ainda mais se considerarmos a aproximação dos comunistas com os cooperativistas do governo. Assim, comentando sobre a Revolução Russa e o ímpeto revolucionário dos comunistas em seu início, e dando a entender os perigos de reformismo que uma revolução por etapas – pela conquista do Estado – podia conduzir, Oiticica ressalva:

O accordo entre o pensamento e a acção fez a força inicial do bolchevismo, que se póde, não entrando em considerações de doutrina, definir como um movimento á esquerda do socialismo – que o aproximou do anarchismo – inspirado pela vontade de realizar immediatamente a revolução.

[...]

Os anarchistas querem, com effeito, a revolução integral, ao passo que os bolchevistas a promovem a prestações, gradativamente como a querem os socialistas-reformistas de todos os tempos.<sup>142</sup>

No fim do ano, o jornal *Voz Cosmopolita* tornara-se um dos principais espaços da imprensa comunista, já que a revista *Movimento Comunista* tinha sido fechada pela polícia em junho com sua tipografia apreendida (DULLES, 1977, p. 177). Assim, o grupo editor de *Voz Cosmopolita* noticia a reunião e os acordos do Centro Cosmopolita com a CSCB em grande matéria de capa, celebrando esta aproximação e lançando ataques contra os anarquistas. Esta fonte também é comentada na obra de Dulles (1977, p. 173), mas sem

<sup>141</sup> Sobre as esperanças que José Oiticica tinha, ainda nessa época, de um diálogo com os comunistas e as lutas que ele teve ao lado de militantes como Astrojildo Pereira: (SAMIS, 2007, p. 97-98).

<sup>142</sup> Resposta necessaria II. **A Plebe**, São Paulo, 24 nov. 1923. Ano 6, nº 223, p. 03. Esta fonte em específico não foi analisada nos trabalhos historiográficos consultados.



grandes aprofundamentos quanto as suas representações políticas. Para os comunistas de *Voz Cosmopolita*, essa reunião tinha em mente a necessidade de uma união do proletariado, que os anarquistas – com o seu radicalismo e fanatismo – bloquearam, com a criação de uma nova federação:

[...] A acção dos elementos que se dizem apóstolos das ideias de Bakunine, Kropotkine e Anselmo Lorenzo, decididos pregadores da união do proletariado, não encontra mais eco entre os trabalhadores, porque seu systema de propaganda e seu methodo de organização, são eivados de preconceitos de seita e, em virtude disso, distanciam-se das realidades da vida, notadas clara e quotidianamente por todos aquelles que não têm sua mente obscurecida por fanatismo ou religiosismo.

Para robustecer nossa opinião, ahí estão os factos incontestes que a synthetizam.

Veja-se a scisão da F.T. do Rio de Janeiro, provocada pela absurda intolerancia do proselytismo anarchico, que pretendia constituir em organismo dentro da forma estreita e lunática de sua abstracta ideologia, organismo que se extendesse por toda a região central do Brazil. Esta tentativa não obteve exito algum, mas acabou produzindo um rotulo, por traz do qual se abriga o sectarismo intransigente dos que beatificamente obedecem a não sabemos que elásticos mandamentos atribuídos á paradisíaca Acracia. O rotulo em questão distingue-se pelas seguintes iniciais: F.O.R.J.

[...]

Nada mais logico do que a sympatia votada entre nós á C.S.C.B. A sua prestigiosa acção desenvolvida em torno das “carteiras domesticas” basta para justificar-a, levando-se em conta o desinteresse e mesmo o proprio sacrificio com que agiu.

Portanto o C.C. se inclina para o organismo que mais apto se apresente para congraçar em seu seio o proletariado, devido á sua face puramente economica.<sup>143</sup>

É interessante que os editores do jornal, ao qualificarem o anarquismo, expõem representações do que seria a doutrina adversária e dão indícios das representações que eles tinham de sua ideologia. Para eles o anarquismo não tinha mais apoio entre os trabalhadores porque o seu método de organização estava cheio de “preconceitos de seita”, de “fanatismo” e “religiosismo”, distanciando-se das “realidades da vida”. Para os comunistas a cisão da FTRJ e a constituição da FORJ era fruto, portanto, de um “sectarismo intransigente”, de uma ideologia que segue “mandamentos elásticos” atribuídos a “paradisíaca Acracia”. Logicamente, então, que com estas atribuições dadas ao anarquismo, eles viam, assim, a

---

<sup>143</sup> O Centro Cosmopolita e a Unificação Proletaria. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1923. Ano 2, nº 35, p. 01.

doutrina que seguiam como algo mais “realista” e “exato”. Defendem, então, a aproximação do Centro Cosmopolita com a CSCB, por esta ter uma “face puramente econômica”.<sup>144</sup>

O ano de 1924 inicia com críticas e ataques intensos dos anarquistas em relação à aproximação dos comunistas com os cooperativistas numa “frente única” proletária. O jornal da UOCC, *O Trabalho* do Rio de Janeiro volta a ser publicado, mas agora como um órgão oficial da FORJ, reforçando nessa época a imprensa anarquista. Em artigo sem autoria, expõem as suas razões de não aprovarem e não aderirem àquela união sindical:

A aproximação, portanto, que está sendo promovida, das associações de todas as cores e feitios, não visa em nada a transformação do regimen contra o qual nos insurgimos, de exploração do homem pelo homem. O regimen do salariato, ainda mesmo depois de a Confederação S. Cooperativista haver realizado os seus objectivos, ficará de pé. Pode agradar e ser util ao Partido Comunista, essa união de forças, essa enganosa e pseudo frente unica; pode mesmo ser aceita e defendida por associações aparentemente de resistencia, ou por chefes e chefetes de grupos e grupelhos que desejam fincar-se nas suas posições partidarias; mas não é obra que os nossos sindicatos possam aceitar.<sup>145</sup>

O artigo também comenta as ligações da CSCB com entidades patronais e que, portanto, esta frente única dos comunistas é falsa porque congregam “associações de todas as cores e feitios”. Defendem que, por meio desta aliança, a exploração capitalista não será atingida e que, portanto, os seus sindicatos não poderiam aceitar. Ainda de que aquela frente única servia apenas para “grupos e grupelhos” – em tom pejorativo – “fincar” suas posições partidárias, por isso era algo que só poderia ser útil ao Partido Comunista. É importante frisarmos que as desconfianças e receios dos anarquistas em relação à aproximação dos comunistas com os cooperativistas da CSCB – que era um órgão do governo – e de que esta aliança, portanto, era uma forma de minar as posições dos anarquistas no movimento operário, não era algo de todo infundado. A CSCB, ao aderir a uma frente única que envolvia a ação parlamentar em conjunto com os comunistas, fez crescer o seu distanciamento em relação aos anarquistas – que negavam a via institucional –, e a ver nestes, portanto, um inimigo irreconciliável do sindicalismo cooperativista. Já os comunistas, por sua vez, viram nesta aproximação com a CSCB uma oportunidade de ampliar a sua própria influência sindical e, a partir da adoção da ação parlamentar conjunta com os cooperativistas, isolar

<sup>144</sup> Anselmo Lorenzo ao qual se refere no texto foi um dos precursores do anarquismo espanhol. Cf.: <<http://www.anarquista.net/anselmo-lorenzo/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

<sup>145</sup> Frente Única... A Confederação S. Cooperativista é um orgam do Estado. **O Trabalho**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1924. Ano 3, nº 5, p. 02.

ainda mais os anarquistas – que eram vistos como radicais, como demonstra a última fonte de *Voz Cosmopolita*.<sup>146</sup>

Alguns dias depois temos indícios que muitos dos debates que ocorriam no eixo Rio-São Paulo também repercutiram no movimento operário gaúcho. Em artigo do grupo editor de *O Sindicalista*, que entrava na cena de discussão sobre a organização operária, os representantes da FORGS se posicionaram diante das propostas de frente única proletária lançada por militantes do PCB. Assim, referindo-se a uma reunião que houve sobre esta questão e narrando o episódio, os anarquistas da FORGS destacam:

Terminando disse que, a Federação Operaria organizada como era, Syndicalmente, respeitando a autonomia do individuo dentro do Sindicato e do Sindicato dentro da Federação e do mesmo da Confederação até á Internacional reunião as condições d’uma verdadeira frente unica [...].

[...]

Fallando novamente o segundo orador do Partido Comunista, disse que elles queriam uma frente unica obedecendo os principios da Internacional de Moscou e fóra desses principios, não aceitariam frente unica.

Finalmente, falou novamente, o representante da F. Operaria dizendo que, era justamente essa era a declaração que elle esperava e que portanto a Federação Operaria dahi por diante, elle o declarava por um dever de lealdade combateria o P.C. como partido politico que era, pois elle obedecia á direcção da III Internacional.

Durante a discussão foram trocados varios apartes.

Sendo já adeantadas horas da noite, foi encerrada a reunião que termina melhor ordem.<sup>147</sup>

Reafirmando os valores do sindicalismo revolucionário – da autonomia das bases –, os anarquistas da FORGS também recusaram a proposta de frente única dos comunistas porque, na verdade, para os anarquistas, tal proposta implicava – por trás do discurso “frentista” – numa subordinação dos sindicatos ao seu partido e, conseqüentemente, à IC. Esta decisão dos anarquistas da FORGS estava em sintonia com a dos anarquistas do Rio de Janeiro (GOMES, 1994, p. 136-137).

A partir desta época, com a aproximação do PCB com a CSCB, os anarquistas, que estavam em recuo diante da força do imaginário da “Revolução Mundial” na discussão com os comunistas, passaram a questionar ainda mais o caráter realmente “revolucionário” dos marxistas brasileiros. E isso, como veremos na próxima seção sobre a Revolução Russa, era um debate que andava junto com o que ocorrera, e ainda estava ocorrendo, na URSS. Assim,

<sup>146</sup> Sobre estas questões das relações da CSCB com o PCB: (GOMES, 1994, p. 134 a 139).

<sup>147</sup> A Federação Operaria e o Partido Comunista. *O Sindicalista*, Porto Alegre, 1 fev. 1924. Ano 6, nº 1, p. 04-05. A FORGS nesse momento refletia as posições de seu II Congresso de 1920 que tinha negado o ingresso na IC (CORRÊA, 2018a, p. 106-107).

nessa luta de representações e imaginários políticos, os anarquistas passaram a questionar o próprio mito da Revolução Mundial. A repressão aos anarquistas em todo mundo, inclusive na Rússia, e o avanço do Estado corporativo no Brasil na mediação da “questão social” – cuja “carteira doméstica” citada acima na fonte de *Voz Cosmopolita* é um indício – aumentaram ainda mais os rancores dos libertários – já que os comunistas se aproveitaram desta demanda por uma legislação trabalhista (SAMIS, 2002, p. 293-296).

Então, em um artigo sem autoria em *A Plebe*, encontramos mais expressões destas desconfianças e acusações que fizeram parte do clima psicológico onde cada tendência era obrigada a defender a sua visão de utopia diante de seus adversários e da realidade:

Os elementos bolchevistas mancomunados com o sr. Sarandy Raposo, autor da arapuca denominada Confederação Syndicalista Cooperativista Brasileira, continuam a falar em frente unica, a aconselhal-a e a proclamal-a como o elixir da restauração depauperada do organismo syndical e associativo.

Ora essa ideia, sahida da Russia, tem dado a volta ao mundo e os resultados praticos que tem dado é scindir cada vez mais os elementos proletarios, separal-os, desagregal-os, esmiuçal-os em mil e um retalhos, em mil e um grupelhos que se degladiam e se entrechocam nas suas mutuas ambições de poder, de mando, de hegemonia e predomínio politico.<sup>148</sup>

Estas críticas ao divisionismo operário promovida pelos comunistas que os anarquistas lançavam não era apenas retórica militante. De fato, a ação do PCB no interior dos sindicatos foi de efetivamente promover um divisionismo que criou muitas intrigas e conflitos, já que os comunistas tentavam seguir o princípio 9º dos 21 pontos da IC que era formar núcleos comunistas em todos os sindicatos (GOMES, 1994, p. 137; RODRIGUES, 1979, p. 33-34).

No mês de maio encontraremos críticas contundentes à proposta de frente única dos comunistas vinda de um militante de peso. Com o apoio do anarquista Marques da Costa que administrava a seção trabalhista de *A Pátria*, o militante comunista Antonio Bernardo Canellas escreve no jornal condenando a aproximação do PCB com a CSCB (SAMIS, 2002, p. 274). Canellas, nessa época, já era um “comunista dissidente”, pois tinha sido expulso do partido em 30 de novembro de 1923 (SANTOS, 2017, p. 210). Assim, destacamos:

[...] É em suma essa política uma tentativa de “domesticação” do proletariado, uma manobra sorradeira de encurralamento corporativo e político.

---

<sup>148</sup> A frente unica proletaria. *A Plebe*, São Paulo, 15 mar. 1924. Ano 6, nº 231, p. 02.

O instrumento dessa política é a Confederação Sindicalista Cooperativista organização que sempre acompanhou a missa dos presidentes anteriores e tem sempre vivido à sombra da proteção oficial.

[...]

O Executivo, ou melhor, o Executivo Ampliado da Internacional Comunista de Moscóvia aconselhava aos comunistas de todos os países a realização de “frente única” das massas proletárias sobre o terreno das ações imediatas. O sr. Sarandy antecipando-se aos comunistas, tingiu de encarnado a pontinha das unhas e os lábios e chegou-se a eles dizendo-lhes: “Aqui estou, simpáticos! Venha da lá essa frente única!”

Como a tática da frente visa “tão-somente” dar ensejo aos comunistas de entrar, resolver e captar as massas das organizações reformistas, os nossos generais da estratégia comunista, com seu maquiavelismo caipira, viram nas ofertas suspeitas do sr. Sarandy um meio fácil e cômodo de chegar aquele resultado. Mal sabiam eles que o ladino Raposo nutria precisamente as mesmas intenções – não afim de captar as massas do partido porque estas, o trigo com que se há de fazer ainda nem semeado foi, mas no propósito de servir-se do partido como escudo para poder penetrar com segurança nos arraiais revolucionários.<sup>149</sup>

Com uma linguagem bem irônica e se referindo aos ex-companheiros do PCB, Antonio Bernardo Canellas identifica na política da CSCB uma tentativa de “domesticação” do proletariado. Ele não condena a política de frente única da IC. Na verdade, Canellas, apesar de sua expulsão do PCB e de sua aproximação, depois disso, com antigos companheiros anarquistas, ainda continuava se considerando um comunista. Assim, apesar das dificuldades da imprensa comunista nesta época, este artigo de Canellas faz parte do pensamento de um comunista, não de um anarquista. Ele frisa, então, que a proposta de frente única da IC era para “captar as massas das organizações reformistas”, e não o contrário, já que não confiava nas intenções de Sarandy Raposo, que para ele queria penetrar nos “arraiais revolucionários”. Com estas posições, Canellas se opunha diretamente a política oficial do PCB naquele momento.<sup>150</sup>

Logo depois, Domingos Passos asseverava e reforçava a posição crítica da UOCC em relação aos acontecimentos e a situação da FTRJ dos comunistas:

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, foi de fato uma força organizada; mas desde que elementos seus começavam a ‘dançar de urso em corda bamba’, ela foi perdendo o prestígio inicial e hoje não é mais que um

<sup>149</sup> Uma tentativa de domesticação. **A Pátria**, Rio de Janeiro, 4 maio 1924. (Apud SAMIS, 2002, p. 330).

<sup>150</sup> A tese de “frente única” preconizada pela IC foi incorporada a partir de seu III Congresso em 1921, devido a regressão da onda revolucionária mundial que perdera a sua força inicial após a revolução russa de 1917. Assim, Lênin passou a defender uma “frente única” de todos os partidos da classe operária para lutar pelas necessidades imediatas dos trabalhadores (JOHNSTONE, 1988, p. 198). Nessa época o PCB estava prestes a ser aceito como membro oficial da IC, o que ocorreria em julho de 1924, depois do malogro de sua primeira tentativa em 1922 devido ao insucesso do próprio Antonio Bernardo Canellas, que como sabemos foi expulso do partido com este episódio (SANTOS, 2017, p. 210-211).

rapazóide cadáver a pedir a creolina salvadora que livre dos bacilos aristotélicos do colaboracionismo.<sup>151</sup>

É necessário considerarmos que nessa época em que os assédios da repressão se tornavam mais intensos, devido as preocupações de novos levantes militares, os anarquistas ainda tentavam manter e ampliar a sua correspondência com o movimento operário internacional. Isso é importante de mencionar porque isso era fundamental para que o movimento no Brasil se mantivesse informado sobre as organizações anarquistas em outros países e, como veremos, se informar sobre o que se passava na Rússia. Assim, Marques da Costa escreve uma carta – datada de 8 de maio de 1924 – para o líder e teórico anarcossindicalista da Argentina, Diego Abad de Santillán, que na época era secretário geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a Internacional Anarquista de Berlim. Nesta carta, que demonstra uma troca de correspondência, Marques da Costa reconstitui a atuação da FORJ e suas disputas com os comunistas e, o mais importante, pede informações sobre a AIT de Berlim, demonstrando o interesse de associar a FORJ a este organismo. É importante mencionarmos estas ligações dos anarquistas da UOCC com o movimento operário argentino – o que são indícios, por exemplo, de como eles obtiveram informações a respeito da FORAC na fonte citada de *O Trabalho*. Então, segue-se parte desta carta:

O fato de o nosso camarada Domingos Passos (secretário adjunto da Federação Operária do Rio de Janeiro) me mostrar hoje a vossa última carta, na qual referis ao Segundo Congresso da AIT e nos concitais a tomar parte nesse importante certame internacional, fez com que eu me decidisse a escrever-vos estas linhas, que eu desejo marquem o início duma troca de correspondência tão constante quanto espontânea e, por isso mesmo, útil à nossa obra de relações e propaganda revolucionária. (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 275).<sup>152</sup>

A opinião comunista nesta época, devido à repressão contra o PCB, ficou restrita a imprensa sindical. Em junho uma longa matéria foi publicada no jornal *Voz Cosmopolita* que

---

<sup>151</sup> **A Pátria**, Rio de Janeiro, 9 maio 1924. (Apud SAMIS, 2002, p. 292). É interessante, para termos uma dimensão da divisão do mundo sindical do Rio de Janeiro naquele biênio de 1923-1924, constatar que havia cerca de 50 sindicatos entre reformistas, independentes e indefinidos. E, por outro lado, 20 sindicatos de tendência revolucionária, destes dos quais, 11 eram anarquistas (55%) e 9 eram comunistas (45%) (SAMIS, 2002, p. 279-280).

<sup>152</sup> A Internacional Anarquista de Berlim foi fundada por Rudolf Rocker (1873-1958), libertário ativista alemão, anarco-sindicalista e também historiador. Ele ajudou a refundar uma Associação Internacional de Trabalhadores – nome da primeira Internacional – em Berlim em 1922, após fundar novas entidades sindicais em torno de uma Federação para aglutinar os militantes dispersos depois das derrotas das revoluções iniciadas no país a partir de 1918. Tal atitude era uma deliberada oposição frente à Internacional Sindical Vermelha e ao *Komintern* (ROCKER, 2007, p. 14-15). Enquanto ao jornal *O Trabalho* ele foi novamente fechado pela polícia nesta época, segundo esta carta de Marques da Costa (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 277).

indicava como fonte a revista *Spartacus*, que era editada pela ISV de Moscou. Essa matéria é interessante porque critica justamente a Internacional de Berlim – que passou a disputar o movimento operário internacional com a IC, criticando a posição dos anarcossindicalistas alemães contra os comunistas. Assim, a “batalha das Internacionais” espelhava a divisão entre comunistas e anarquistas em âmbito mundial e eram questões fundamentais para se marcar as posições e polêmicas no Brasil:

Por sua attitude deante da Revolução Russa, os anarcho-sindicalistas mostraram que não compreendiam nada do problema essencial da tomada do poder e que eram absolutamente incapazes de dirigir a luta emancipadora do proletariado. [...]

[...]

A pseudo-organização que agrupa internacionalmente o anarcho-sindicalismo, a pretensa Internacional de Berlim tomou a seu cargo todas as tolas acusações da imprensa burguesa. [...].<sup>153</sup>

Atacar a Internacional de Berlim também era importante naquele momento nas disputas operárias com os anarquistas. Afinal, disso dependia a escolha por qual das Internacionais as associações sindicais iriam se inclinar. O recurso à crença na Revolução Mundial, no socialismo soviético e, conseqüentemente, a defesa da ditadura do proletariado para a organização operária continuou sendo elementos presentes no pensamento comunista. Alguns dias depois, no jornal *O Solidario* de Santos, também encontramos atitudes menos sectárias por parte de alguns militantes. Comentando as discussões que ocorrera na imprensa operária com Edgard Leuenroth de *A Plebe*, um militante que se identifica como “Alma Rubra” tece considerações interessantes:

Edgard diz que é “incompreensível, injustificável, insubsistente” todo o pouco que escrevi com respeito a certas falhas dos camaradas anarchistas nos sindicatos de classe.

[...]

Sou, na verdade, ainda um neophito nas questões obreiras; contudo, creio, não me seja privado o pensamento na liberdade de escolha ideológica revolucionária que todo o proletário organizado tem o dever de abraçar.

Nunca fui anarchista, e, se por ventura algum dia julgar que os preceitos communistas não preenchem mais as aspirações de liberdade que óra sacodem o meu ser jamais serei eu acorrentado a um ideal vasio, estéril, ôco. Não combato o Anarchismo nem os seus verdadeiros orientadores: estigmatismo, simplesmente, o elemento escoria – e em toda a parte há – que faz d’uma idéa não plus ultra um sacco de areia.

[...]

---

<sup>153</sup> Os anarcho-sindicalistas e os acontecimentos da Alemanha. **Voz Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 1 jun. 1924. Ano 3, nº 47, p. 03.

[...] ao passo que os camaradas de hoje, vendo as doutrinas communistas às portas da victoria, atiram-lhes pedradas e cruéis apupos...<sup>154</sup>

O imaginário da concretização do socialismo na URSS assim, para Alma Rubra, era uma confirmação de que as doutrinas comunistas estavam “às portas da vitória”. A essa altura os debates entre os militantes na imprensa operária estavam às vésperas de uma grande interrupção. Com o segundo levante tenentista em 5 de julho de 1924, o presidente Arthur Bernardes estabeleceu um novo estado de sítio que suprimiu quase toda a imprensa militante e acabou até mesmo com as alianças entre o PCB e a CSCB (GOMES, 1994, p. 139-140).<sup>155</sup> Como dissemos há muitos textos com grande teor de intrigas e ataques pessoais.<sup>156</sup> Buscamos, então, destacar o que parecia mais relevante e essencial para o pensamento político sobre este assunto.

## 2. 2. A Rússia Soviética: mito, revolução e desvio

A Revolução Russa de 1917, como já procuramos demonstrar, foi um evento que obteve ampla repercussão na imprensa do mundo inteiro e que teve um impacto profundo nas lutas sociais de vários países. A intensidade com que os acontecimentos revolucionários na Rússia atingiram o pensamento político e o imaginário, do movimento operário em escala global, foi um fenômeno que marcaria toda a história do século XX. Como bem lembra Hobsbawm: “[...] A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 62).

Neste tópico analisamos as fontes da imprensa operária que expressaram as interpretações, entendimentos e posicionamentos – de cada tendência política da esquerda – a respeito da Revolução Russa e da União Soviética. Assim, o assunto “Rússia”, que tinha se tornado polêmico na época na opinião pública e na imprensa como um todo, para as diversas

<sup>154</sup> Desfazendo equívocos. **O Solidario**, Santos, 10 jun. 1924. Ano 1, nº 23, p. 01.

<sup>155</sup> Este primeiro tema sobre a organização operária foi o que teve o maior número de artigos catalogados, por isso a sua extensão. Dessa maneira, foram registrados 119 textos nessa temática dos quais utilizamos para análise 46 artigos desse total.

<sup>156</sup> Muitas contendas e conflitos pessoais entre alguns militantes nesse período de 1922-1924 foram intensos na imprensa operária. Como exemplos citamos os conflitos de Antônio Bernardo Canellas com os editores de *A Plebe*, como Adelino de Pinho, ou os conflitos entre Astrojildo Pereira e Fábio Luz (DULLES, 1977, p. 160-161; 163-166). Artigos jornalísticos com esse teor foram catalogados como fontes de nossa pesquisa, contudo, são textos que, ainda que tenham como pano de fundo as discussões teóricas sobre a organização operária, são carregados de tentativas de desmoralização do adversário e de sua doutrina.



correntes do movimento operário, acabou tendo perspectivas diversas. Enquanto que para os seus entusiastas ela era a materialização da utopia socialista – ou, ao menos, que caminhava para isso –, opinião essa defendida principalmente pelos comunistas marxistas, para outros, contudo, a Rússia representou uma “revolução perdida”, “traída” e que se desviou de seu caminho e se transformou em algo bem distinto do que se esperava dos anseios socialistas – visão que era mais forte entre os anarquistas. Estas perspectivas opostas fundamentaram a produção do pensamento político destes setores do movimento operário e alimentaram mitos e imaginários políticos que se expressaram na sua imprensa.

Dessa forma, estudar o tema da Revolução Russa implica em alguns problemas. Primeiro, a perspectiva determinista, que tanto nas análises historiográficas como de seus contemporâneos, tendeu a seguir uma “linha de partido”, a favor ou contra o que muitas vezes levou a uma desconsideração das mudanças sociais pelas quais a sociedade russa efetivamente passou (LEWIN, 2007b, p. 334). Outra questão é que a Revolução Russa teve o sentido da tentativa de construção de uma nova sociedade, então o seu processo histórico e revolucionário não se limita apenas ao ano de 1917. Ela se estende para além disso e se confunde com a própria imagem da URSS (SEGRILLO, 2010, p. 64-65).

Diante deste grande acontecimento internacional, e assim este assunto foi sentido na época – algo importante para entendermos o clima psicológico que formou as representações contidas em nossas fontes –, a imprensa operária apresentou características que são relevantes de se considerar. Primeiro, é que esta imprensa muitas vezes, apesar de ser completamente desvinculada da ordem instituída, de oposição e de viver na clandestinidade, tinha os seus deslizes da parcialidade e do tendencioso, como bem aponta Ferreira (1978, p. 87). Outro aspecto que chega ser surpreendente é a rede de comunicação internacional destes impressos, fundamentais para o debate a respeito da Revolução Russa: “[...] A impressionante rede de comunicação desenvolvida pelos militantes, através da imprensa operária, não encontra paralelo na história do trabalhador brasileiro” (FERREIRA, 1978, p. 148-149). A partir disso, e da análise de nossas fontes, observamos que na guerra de informações, de leituras e análises de conjuntura e, enfim, na oposição entre mitos e verdades entre os militantes, enquanto os anarquistas se nutriam da imprensa operária internacional – principalmente sindicalista –, os comunistas se respaldavam principalmente pela imprensa do movimento comunista internacional – em especial a imprensa da própria IC.

Entretanto, a força dos impactos iniciais deste evento no movimento operário brasileiro já não eram as mesmas na época em que começa a nossa análise, em 1922. As rupturas e cisões no seio do movimento operário anarquista, e nos meios sindicais

revolucionários, devido às apreciações e posicionamentos em relação a Revolução Russa foi um processo lento, como vimos, de “transmutações ideológicas”. Processo este que influenciou o pensamento político mesmo para aqueles que romperam o seu apoio à Rússia – como pudemos observar nas discussões sobre a organização operária. Esse fenômeno de dissensões no pensamento político ficou claramente expresso na imprensa operária já em 1920 em diante. Assim, lembremos que num primeiro momento, os anarquistas brasileiros apoiaram a causa dos soviets e se simpatizaram com a Revolução Russa – entre 1917 a 1919. Contudo, conforme as informações a respeito do processo revolucionário russo foram ficando mais claras, inclusive com a repressão aos anarquistas russos – que é um dos assuntos centrais aqui tratado, devido a sua importância para os anarquistas brasileiros – o debate na imprensa foi decantando aqueles que se mantiveram libertários e aqueles que continuariam apoiando a Rússia e a causa bolchevique (GOMES, 2012, p. 17; BANDEIRA, 1980, p. 256-265).

### 2.2.1. A força da Revolução Mundial

As visões e imagens de dois “mitos” e realidades opostas da Rússia nós encontramos já em inícios daquele ano de 1922. No jornal anarquista de São Paulo *O Libertario*, em um longo artigo assinado por J. P. Gutiérrez, que fala ironicamente dos escritores russos Tolstói e Gorki – em que o primeiro é o “mau apóstolo” – encontramos comentários interessantes sobre a Rússia:

[...] Hoje, que lá na Rússia, a burguezia, tremeu de susto, (só de susto) é que vemos o effeicto das doutrinas do mau apostolo.

[...]

O povo russo, pagalhe ás provas. Como essa leitura de curvaturas e obediências, o povo russo se vê opprimido e quasi sem forças para reagir. Espera ainda, do Justo, a salvação.<sup>157</sup>

J. P. Gutiérrez, muito provavelmente, se trata de João Perdigão Gutiérrez, pedreiro e militante de origem espanhola que viveu no Brasil desde criança e que era um intransigente defensor do anarquismo. João Perdigão Gutiérrez foi um polemista ativo na imprensa anarquista e operária e militou principalmente em Santos, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – nos maiores pólos operários (RODRIGUES, 1997a, p. 14 a 16). Esta fonte, catalogada em nossa pesquisa anterior, não tinha sido analisada. É interessante a visão que o

<sup>157</sup> Notas Esparsas. *O Libertario*, São Paulo, 15 jan. 1922. Ano 1, nº 2, p. 02-03.

autor apresenta da Rússia dizendo que lá a burguesia “tremeu de susto”, porém “só de susto”, e de que o “povo russo se vê oprimido e quase sem força para reagir”. Apresentando, dessa forma, e com muita ironia, a visão de que a ameaça revolucionária inicial contra a burguesia se dissipou, e que o povo russo, esgotado, amargava a opressão. Como já ponderamos, apesar da força do mito da “Revolução Mundial” naquela época, paralelamente, aos poucos, também foi se configurando um mito contrário, de que a Rússia dera lugar a uma tirania (FERRO, 1984, p. 80-81).

Alguns dias depois, em outro longo artigo, e dessa vez de capa, um militante que se identifica como José Moreira escreve no jornal *Voz Cosmopolita* do Rio de Janeiro uma visão bem diferente da Rússia. Dissertando sobre as injustiças sociais do mundo, o autor conclama como numa profissão de fé:

Urge, portanto, que todos trabalhem com afinco e persistencia para transformarmos esta sociedade carcomida, e rescendente a miasmas, no grandioso edifício da Sociedade Futura, cujos alicerces solidos como granito, estão sendo levantados na Russia. – tão fortes, tão consistentes, de uma resistencia tão extraordinária, que nem a furia destruidora dos apostatas Millerand e Lloyd George conseguiu destrui-los.<sup>158</sup>

José Moreira fazia parte do grupo editor de *Voz Cosmopolita*, que tinha acabado de se formar sobre direção comunista (PEIXOTO, 2010, p. 184). Referindo-se, na época, ao primeiro ministro britânico Lloyd George e ao presidente da França Millerand, José Moreira faz alusão à “fúria destruidora” destes políticos contra a Rússia, devido ao fato da Inglaterra e da França terem enviado tropas e apoiado os exércitos de russos brancos na guerra civil russa de 1919-1920 – para derrubar o regime bolchevique (REIS FILHO, 2002, p. 70-71). A resistência do regime comunista a estas agressões externas era, portanto, ainda muito recente, o que potencializava uma visão romântica e heroica do regime russo onde a sociedade do futuro estava sendo construída com “alicerces sólidos como granito”.

Em março, no mês de fundação do PCB, a revista *Movimento Comunista*, que se tornara órgão do partido, publica uma longa matéria de Victor Serge, o ex-anarquista russo que aderiu ao governo bolchevique. Essa matéria traz uma nota introdutória da redação da revista onde se explica que Victor Serge, neste texto, desmente as acusações de “Vilkens” contra o regime russo, acusações estas originalmente publicado no *Libertaire*, periódico anarquista francês. Vilkens, que foi um estrangeiro que visitou a Rússia, segundo a revista, estava sendo muito utilizado pela imprensa anarquista para atacar o governo comunista. A

---

<sup>158</sup> Que é a Vida? *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1922. Ano 1, nº 3, p. 01.

redação ainda acrescenta que este artigo de Victor Serge já tinha um ano naquela época, mas que ainda era atual. Então, destacamos as seguintes passagens:

A campanha do *Libertaire* contra a ditadura e o bolchevismo, longe de ser absurda, perigosa e caluniosa, -- o que eu havia dito, -- não visa, segundo Wilkens, senão restabelecer os factos...

Que factos? Ha um facto histórico grandioso, dum alcance incalculavel: em outubro de 1917, na Russia, pela primeira vez na historia moderna, os proletarios expropriaram os ricos. Elles o conseguiram graças á audácia, á iniciativa, á organização dos bolchevistas. [...] Elles assim começaram a Revolução mundial, abriram uma era nova, realizaram uma experiência social prodigiosa.

Ora, é a grandeza e a significação desse facto que são deformadas systematicamente por uma critica libertaria parcial preñhe de preconceitos tradicionais e sobretudo insufficientemente esclarecida. [...].<sup>159</sup>

Mais adiante Victor Serge ainda acrescenta sobre os anarquistas russos:

A maior parte dos militantes das tres primeiras organizações anarchistas citadas, e bom número de membros da quarta, consideram o movimento de Makhno como completamente degenerado em banditismo e não manifestam a seu respeito nenhuma sympatia: ao contrario. Creio que era esse o ponto de vista de Kropotkine.

[...]

O grande mal do anarchismo russo é não poderem os seus elementos mais conscientes deter a corrente dos irritados, dos impulsivos, dos revoltados falhados que querem “a anarchia immediatamente” e, não compreendendo que o communismo libertario não pode ser senão o fructo duma organização progressiva da produção socialisada e da reeducação dos trabalhadores, julgam dever combater cegamente os seus irmãos mais praticos.<sup>160</sup>

Vilkens, ou Wilkens, a quem eles se referem, segundo Rodrigues (1979, p. 28), foi um operário carpinteiro que escreveu uma série sucessiva de reportagens sob o título “Seis meses na Rússia”, em que ele trata de suas impressões sobre o país e evidencia as decepções dos anarquistas russos que participaram da revolução. Rodrigues diz ainda que esta série de reportagens foi publicado em *La Antorcha*, semanário argentino, que tinha livre trânsito no operariado brasileiro, o que evidencia as trocas de informações e correspondências internacionais que existiam. Possivelmente Vilkens foi um delegado estrangeiro que participou do congresso da IC e da ISV em 1920.<sup>161</sup>

<sup>159</sup> A Revolução e suas realidades. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, mar. 1922. Ano 1, nº 3, p. 89.

<sup>160</sup> A Revolução e suas realidades. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, mar. 1922. Ano 1, nº 3, p. 93-95.

<sup>161</sup> Concluimos que Vilkens foi um delegado estrangeiro que participara do congresso do Profintern (ISV) em 1920 a partir das informações contidas na obra *Goals and Means: Anarchism, Syndicalism, and Internationalism in the Origins of the Federación Anarquista Ibérica*, de Jason Garner. Infelizmente não conseguimos ter acesso integral a esta obra, por isso não podemos indicar onde estas referências sobre Vilkens exatamente se localiza.

Assim, quando a revista *Movimento Comunista* publica esta matéria, direta de um ex-anarquista russo que aderira ao comunismo, para contrapor às “acusações de Vilkens”, foi um recurso simbólico de peso para os comunistas brasileiros neste “embate entre verdades”. Contrapondo os fatos, Victor Serge, que como já assinalamos trabalhava na imprensa da IC nessa época, afirma que o que há na Rússia é um “fato histórico grandioso”, onde os “proletários expropriaram os ricos”, com a ajuda da organização dos bolchevistas. De que eles começaram, portanto, a “Revolução mundial”, abrindo uma “nova era”, e de que a crítica anarquista não é bem informada. Isso nos remete a uma característica interessante dos aspectos messiânicos dos movimentos revolucionários modernos, no caso o marxismo, onde expressava-se uma visão histórica linear em que o “mito da nova era” não se situava mais no passado, numa “idade de ouro”, mas sim no futuro, na sociedade comunista que será construída (GIRARDET, 1987, p. 103).

Em relação aos anarquistas russos as declarações de Victor Serge eram fundamentais naquele momento de distanciamento entre as correntes operárias com a fundação do PCB, ainda mais porque os anarquistas brasileiros, desde os anos anteriores, já acusavam as perseguições contra os anarquistas na Rússia. Victor Serge – que em suas memórias lembra que nos momentos decisivos da Revolução Russa os anarquistas se aliaram aos bolcheviques (SERGE, 1993, p. 468) – afirma que as organizações anarquistas condenavam o anarquista ucraniano Makhno, como um “degenerado em banditismo”, e que esta seria a mesma opinião de Kropotkin. Porém, apesar de sabermos que houve críticas e divergências de outros anarquistas russos em relação aos excessos pessoais de Makhno e de sua falta de conhecimento teórico (JOLL, 1964, p. 221-222), também devemos considerar que Makhno foi um revolucionário que, de fato, teve um papel profundo entre o campesinato ucraniano. De acordo com o historiador Alexandre Skirda (2001), após a revolução de 1917, Makhno – que tinha origem camponesa – e o seus seguidores anarquistas, fundaram comunas agrícolas e associações operárias independentes na Ucrânia, que se organizaram de forma autogestionária abolindo relações mercantis e o salariedade (MAKHNO; BERKMAN; SKIRDA, 2001, p. 10). Esta acusação de Victor Serge de “degenerado em banditismo” parece, então, ser exagerada e refletir a opinião oficial que o governo comunista passou a assumir a fim de reprimir o movimento anarquista russo. Em estudos mais recentes, Skirda (2017, p. 101-103), explica que a qualificação de “anarcobandidos” passou a ser empregada pelas autoridades comunistas – principalmente Trotsky – contra os anarquistas russos que, durante os eventos

revolucionários em 1917-1918, passaram a apoiar o controle operário das fábricas, obstruindo o processo de nacionalização destas pelos bolcheviques. Assim, os comunistas reprimem duramente o movimento anarquista, e fazem o possível para desqualificá-los diante da opinião pública. Quanto a Kropotkin, difícil é dizer qual foi a sua opinião quanto a Makhno, pois ele evitou dar declarações para não encorajar os reacionários (SKIRDA, 2017, p. 105).<sup>162</sup>

O texto de Victor Serge é muito extenso e trata de vários assuntos referentes à Rússia – a cultura do país, as habitações operárias e até mesmo prostituição – tudo para se contrapor às declarações de Vilkins. Podemos imaginar o interesse que estas notícias sobre a Rússia despertavam na época entre os militantes operários e os leitores mais assíduos destes jornais. Entretanto, ainda em março, uma interpretação oposta sobre o processo revolucionário russo assinado por J. Reza se expressava novamente em *O Libertario*:

A revolução russa, que tantas esperanças alimentou, (em vista de seu cunho radicalmente libertario em seu início) foi seguindo uma linha descendente até se converter no que actualmente é.

Do formidável edifício social que os anarquistas faziam parte dos “conselhos de operários e soldados”, começaram a construir sem o prático autoritarismo, nada mais resta. [...]

[...]

Astutos, capciosos e velhacos no mais alto grau – como de resto são todos os charlatões profissionais da política, cuja “liberalidade” consiste em “saber” as necessidades do povo, e, d’acordo, falar do fundo das suas aspirações – os socialistas que dominam a Rússia, souberam insinuar-se nas multidões e pouco a pouco foram arrancando aos anarquistas o ascendente que estes tinham sobre os trabalhadores o que, uma vez conseguindo lhes deixou o campo livre para deturpação dos objectivos revolucionários até a completa substituição da finalidade. Quem tenha acompanhado os factos terá visto que a tendência libertaria foi a base, o ponto de partida do drama revolucionário

[...]

A imediata dissolução dos conselhos de operários e soldados – surgidas durante a revolução – ordenada pelos lenines e o subsequente desenvolvimento da sua política comunista, dentro da Rússia raramente

---

<sup>162</sup> Ainda em relação a Nestor Makhno (1888-1943) é importante esclarecer que, diante da opinião pública internacional da época, era crucial para as autoridades comunistas a desqualificação de seu movimento na Ucrânia – país que pertencera ao Império Russo, e que estava dentro da influência russa. Isso porque com a paz assinada com os alemães em 1918 as autoridades bolcheviques entregaram a Ucrânia ao Império Central (Alemanha e Áustria-Hungria), o que desencadeou uma guerra de resistência dos ucranianos, liderados pelo movimento de Makhno, contra esta invasão estrangeira. Em vista disso, a defesa de uma concepção anarquista de soviets agrários livres de Makhno, sobre as bases de uma autogestão da vida social, e o auxílio que Makhno prestou ao Exército Vermelho contra os russos brancos na guerra civil em 1920 – o que não impediu que os makhnovistas fossem traídos e perseguidos pelo Exército Vermelho – eram memórias que precisavam ser apagadas ou diminuídas, para não arruinar a imagem do regime comunista (MAKHNO; BERKMAN; SKIRDA, 2001, p. 11, 14-15 e 87). Já Piotr Kropotkin (1842-1921), que foi um dos maiores nomes no anarquismo russo, apesar de seu silêncio, ele escreveu uma carta para o líder bolchevique Lênin, em 4 de março de 1920, pouco antes de falecer em 1921. Nesta carta Kropotkin defende que a ditadura de um partido era nociva para a construção de uma ordem socialista e asseverava: “Sem a participação das forças locais, sem o trabalho construtivo de baixo para cima, executado pelos trabalhadores e todos os cidadãos, a edificação de uma nova vida é impossível” (KROPOTKIN, 1997, p. 19).

compassiva e, no exterior, sumptuosamente transigente, mostra a sociedade, o plano, maduramente concebido de daguear, em proveito proprio, os pobres trabalhadores.

É digno de notar a pertinacia com que defendem o seu “regimen transitorio”.<sup>163</sup>

Duvidando do caráter transitório deste “regime” na Rússia, o autor, J. Reza, possivelmente “José Rezza”, era um alfaiate e militante anarquista espanhol que vivia no Brasil. De acordo com Rodrigues (1997a, p. 11), José Rezza atuou muito no anarcossindicalismo carioca e fez parte também do grupo “OS Emancipados”, sendo um militante estudioso e de grande conhecimento da cultura anarquista. O autor salienta que a política interna da Rússia é “raramente compassiva” – devido à dissolução dos “conselhos”, os soviets, ordenada “pelos lenines”. Contudo, no plano exterior, ela era “suntuosamente transigente”. O autor fala isso porque na época a Rússia foi convidada pela Inglaterra e pela França para tratar de assuntos econômicos, tanto que nesta mesma edição de *O Libertario* há outros artigos que criticam esta reunião, dizendo que a Rússia se curvara ao dinheiro destes países (DULLES, 1977, p. 162). J. Reza expressa um imaginário ligado às representações políticas de uma Revolução Russa que foi “libertária em seu início”, mas que se desviou. Segundo sua interpretação, os anarquistas, participando dos “conselhos” – soviets –, fizeram da tendência libertária a “base” deste processo de revolução. Porém, segundo ele, o “drama revolucionário” começou quando os “profissionais da política”, os “socialistas que dominam a Rússia” – referindo-se aos comunistas – arrancaram dos anarquistas a influência que estes tinham sobre os trabalhadores, resultando na supressão dos soviets.

De fato, devemos lembrar, segundo os apontamentos de Ferro (1984, p. 61-63 e 80-81), que os soviets – enquanto conselhos populares autônomos, e esta é sua origem – foi uma realidade efêmera na Revolução Russa, pois a sua existência mais intensa se deu entre 1917 e 1918. A partir de então, os membros desses soviets passaram a ser absorvidos pela cúpula do partido e estes órgãos perdem o poder de decisão política, configurando-se, a partir de 1921, um “mito contrário”, a da tirania russa. Já enfatizamos que no início da Revolução Russa os anarquistas russos viram os soviets com bons olhos, como protótipos das “comunas anarquistas” que eles imaginavam, mas os anarquistas eram uma minoria comparada aos outros grupos de esquerda (JOLL, 1964, p. 215). No entanto, à luz dos estudos mais recentes de Skirda (2017, p. 74), podemos concluir que o movimento anarquista na Rússia a partir de 1917 teve um rápido e significativo crescimento. Neste contexto, os libertários inseriram-se

---

<sup>163</sup> Mais uma. *O Libertario*, São Paulo, 11 mar. 1922. Ano 1, nº 5, p. 03.

nos meios operários – e nos soviets – e passaram a pregar um controle direto e coletivo dos próprios trabalhadores sobre a produção, um controle operário pela base e não pelo Estado, como defendiam os bolcheviques.

Quando J. Reza diz que aos dirigentes “consiste saber as necessidades do povo”, “falar do fundo das suas aspirações”, ele pode estar se referindo tanto a um processo que de fato ocorreu na Rússia quanto expressando, também, a típica desconfiança anarquista em relação à pretensa “autoridade intelectual” dos governantes. De acordo com Maurício Tragtenberg (2007, p. 117-120), os operários, que tinham tomado os estabelecimentos dos patrões durante a revolução organizando-se em soviets, passaram a obedecer aos diretores enviados pelo Partido Comunista, este como representante do “Estado operário”. Tragtenberg salienta que a medida bolchevique de entregar a produção a técnicos do Estado foi qualificada de “científica”, enquanto a auto-organização dos trabalhadores foi considerado anticientífico. Uma hierarquia na produção que foi reproduzida pelos bolcheviques porque o conhecimento continuou sendo monopólio de “especialistas”.<sup>164</sup>

No número de abril da revista *Movimento Comunista* foi publicado um artigo de Antonio Bernardo Canellas onde foram tecidas duras críticas ao julgamento que os anarquistas brasileiros faziam da Rússia. Ele deixa entender que os anarquistas passaram a ser irresponsáveis em relação a “Revolução Social na Rússia”. Expressa um raciocínio pragmático, na intenção de deslegitimar os ataques dos anarquistas por sua falta de senso de realidade. Referindo-se aos anarquistas profere Canellas:

Mas, afinal, o que querem elles? Dizem elles que o que se está fazendo na Russia não é a applicação exacta das aspirações libertarias. Ora bolas! E quem é que não sabe disso? Mas é preciso tambem que todos saibam que os russos não fazem o que querem, e sim o que podem. Elles estão cercados de exercitos capitalistas e por conseguinte são obrigados a manterem tambem um exercito, embora o militarismo lhes repugne. Elles estão cercados de nações burguesas, commercializadas, com as quaes são obrigadas a tratar. Por conseguinte, elles são obrigados a restabelecer o commercio com o

---

<sup>164</sup> Este “monopólio de especialistas”, que acabou acontecendo na experiência do socialismo soviético, foi assunto discutido desde antes nos círculos revolucionários, em discussões heterodoxas do marxismo e entre grupos de anarquistas. Jan Waclav Makhaiski (1866-1926) foi um revolucionário marxista polonês que lutou contra o czarismo – na época a Polônia fazia parte do Império Russo. Em 1905, Makhaiski escreveu um texto interessante que coloca em discussão as ideias revolucionárias de seu tempo e que serve para compreendermos melhor o círculo de ideias que influenciaram o imaginário político dos militantes do início do século XX. Makhaiski comenta que a aspiração à cientificidade do “socialismo científico” não abalava o status dos diretores e engenheiros, mantendo a divisão social do trabalho. Aspiração a cientificidade esta ao qual o anarquismo também não foi imune. Assim, o socialismo como um todo e sua grande fé em suas ideias, apesar de suas bases ateias, acabou criando para o autor uma nova religião que não chega a revelar os verdadeiros mistérios da dominação em geral, que se quer é percebido: “Os anarquistas, com sua aspiração à ‘cientificidade’, tanto como os marxistas, não fazem o socialismo sair do domínio das crenças. A ciência socialista cumpre aqui uma função comum a todas as religiões” [...] (MAKHAISKI, 1981, p. 108).



estrangeiro. Mas si deste lado elles perdem terreno, observe-se o esforço de educação que realizam, fazendo do povo russo um povo consciente que saberá respeitar a sua independencia e conservar a força das suas ideias para assim que as circunstancias lhe permittirem, usando d’essa independencia, applicar a suas ideias em toda a sua plenitude. Os bolchevistas russos dizem aos revolucionarios de todos os paises: “fazei, fazei melhor que nós, mas fazei alguma cousa, por favor”. Quem nada faz não tem o direito de criticar os que, não tendo feito tudo fazem ao menos alguma coisa.

É certo que muitos camaradas criticam, mas sem maldade; seguem as cantilenas dos pretensos intransigentes porque é a moda e porque lhes parece bonito passarem por mais “puros” que os outros. A esses tenho a dizer que essa vaidade está custando caro a nós todos e que quem se está aproveitando é a burguesia [...].<sup>165</sup>

Este artigo foi comentado anteriormente, mas não analisado, quando nos referimos às polêmicas entre Canellas e Adelino de Pinho, que escreveu em *A Plebe*. Canellas tentou deixar claro ao longo deste artigo que a não aceitação do princípio da “ditadura do proletariado” pelos anarquistas acabava contribuindo para a imprensa burguesa na sua campanha de detração contra a Rússia – comentando e se utilizando de exemplos da grande imprensa francesa em outras passagens. Acusando esta intransigência dos libertários de querer ser uma “moda”, por ser manter “pura” aos princípios anarquistas. Esta acusação de que os anarquistas estariam sendo intolerantes, por não estarem sendo realistas, como vimos, foi recorrente na época e constituiu um aspecto importante do pensamento dos comunistas brasileiros em seus debates com os anarquistas. A isso se deve ao fato da força do imaginário da “Revolução Mundial” como realidade tangível. O fato de Canellas destacar que os bolcheviques “repugnam o militarismo” pode indicar o seu afeto à antiga militância anarquista, pois Canellas, lembremos, viera também do anarquismo, e militou em campanhas antimilitaristas em consonância com o anarquismo – apesar dele criticar nesse artigo o apoio de certos anarquistas europeus a guerra mundial (DULLES, 1977, p. 160).<sup>166</sup>

É importante termos em conta que a partir desta época intensificam-se na imprensa comunista as acusações de que os anarquistas estavam fazendo uma campanha contrarrevolucionária por criticarem a Rússia. Os comunistas muitas vezes reproduziam as opiniões do governo russo de que os anarquistas russos também seriam contrarrevolucionários por se oporem ao governo soviético.

<sup>165</sup> Os anarchistas e a dictadura do proletariado. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, abr. 1922. Ano 1, nº 4, p. 108-109.

<sup>166</sup> Nessa época Canellas se encontrava em Paris desde 1920, passando a colaborar com a revista carioca enviando textos desde a sua adesão ao PCB em março de 1922. Ele viajou a Europa porque tentava chegar a Rússia para conhece-la pessoalmente, pois já passava, portanto, por sua mutação do anarquismo para o marxismo. Por já se encontrar na Europa, ele foi designado para representar o PCB no IV Congresso da IC, que ocorreria em novembro daquele ano, Cf.: Salles (2005, p. 66, 70-71); Dulles (1977, p. 160) e Santos (2017, p. 173 e 186).

Quando Canellas salienta que a Rússia não tinha aplicado as “aspirações libertárias” ele justifica este fato devido às dificuldades da guerra civil, da invasão estrangeira e de que a Rússia, “cercada de nações burguesas”, era obrigada a se relacionar com elas, restabelecendo o comercio. Assim ele procede para poder rebater às críticas dos anarquistas de que o capitalismo estaria sendo restabelecido na Rússia naquela época por causa das medidas da NEP – Nova Política Econômica – implantada para reconstruir a economia do país com medidas como, por exemplo, a volta da pequena propriedade privada na indústria e nos serviços (REIS FILHO, 2003, p. 77). De fato, após 1920, com o fim da guerra civil, reforçaram-se setores da política soviética que intencionavam um acordo com o mundo capitalista – a isso pesava as intoleráveis condições econômicas e sociais do país (CARR, 1973b, p. 284).

A imprensa anarquista não ficou isenta destas críticas e apresentou no jornal *A Plebe* de São Paulo esclarecimentos de suas posições em relação à Rússia em um artigo de primeira página, assinado com o pseudônimo de Democrito, que era Edgard Leuenroth (DULLES, 1977, p. 233). O texto começa explicando que, inicialmente, os anarquistas nutriram grandes expectativas e simpatias pela revolução na Rússia, e como a imprensa burguesa obstinava em atacá-la, eles a defenderam ardentemente. E que a partir de então, o termo “comunista” passou a ter uma interpretação dupla, pois tanto os anarquistas quanto os marxistas o reivindicam, ainda que cada um destes ideais tenham “uma concepção muito diferente do assunto” – demarcando claramente os limites entre as duas tendências. Sendo assim, Democrito expõem as razões da mudança de postura dos libertários e a visão deles sobre o fenômeno russo:

Mas, como não ha bem que sempre dure nem mal que não acabe, chegou o tempo em que foi impossível receber não só noticias directas da Russia, como também as organizações operárias e revolucionarias lá podessem mandar seus representantes directos para se certificarem de visu dos methodos de luta e das transformações economicas e moraes lá operada. E muitos delegados que para lá se dirigiram cheios de optimismo, voltaram desolados. [...].

Quem não fosse bolchevista não tinha direito de nenhuma especie: não podia falar, nem escrever, nem reunir, nem possuir armas. A Revolução, fructo do esforço de todos os revolucionarios russos, tinham se tornado um instrumento feroz de repressão contra todos que não commungassem com as vistas dos ferozes communistas.

Diante destas informações houve um movimento de repulsa. E os anarchistas, muito especialmente, ficaram impressionadíssimos, visto os seus camaradas serem, lá como em todo o mundo, as victimas de preferencia escolhidas para serem sacrificadas em holocausto aos maus humores de Lenine e de seus apaniguados, os quaes, pensam em seu bestunto, que, só pelo facto de terem attingido as culminancias do poder, todas as bandeiras se deveriam enrolar, todas as resistencias quebrar-se, todas as aspirações

afogar-se, preparando um ambiente favorável, um caminho florido aos últimos triunfadores, que apareciam ao mundo quaes novos redemptores da nova especie.

E é como se explica a mudança de attitude dos anarchistas a respeito da Russia. E não seria inconcebível outro procedimento. [...]

Muita gente desejaria que se mantivesse um cúmplice silencio, convencidos como estão de que todas essas violencias se justificam pela necessidade de resistir aos inimigos internos ou externos. Ora, nós não consideramos os anarchistas inimigos da Revolução. Pelo contrario, são, foram e serão sempre os seus mais extremados factores e defensores. E se até agora foi possível silenciar de certo modo sobre esses inauditos abusos, isso tornou-se absolutamente impossível depois que alguns anarchistas, esquecendo o seu passado de lealdade, de trabalho, de coherencia e sacrificio, tomaram a decisão de enveredar pelo caminho da ditadura [...].<sup>167</sup>

É evidente que as recentes cisões que ocorreram no movimento operário entre antigos companheiros de militância se tornaram um ingrediente emotivo inevitável para a condenação dos anarquistas. Porém, aqui, o ataque dos anarquistas ao princípio da “ditadura do proletariado” – e às justificativas de mudança de postura sobre a Rússia – talvez não partia apenas de princípios teóricos fundamentais. Para a visão de Democrito, era inaceitável que antigos companheiros de luta defendessem o “caminho da ditadura”, depois de todas as perseguições sofridas, e ainda mais num contexto em que a repressão estatal contra os anarquistas no Brasil aumentara significativamente a partir de 1921 (SAMIS, 2002, p. 78-88). E a isso ainda somava-se a repressão dos bolcheviques contra os anarquistas na Rússia que, como diz o autor, causou espanto entre os anarquistas verem “seus camaradas serem, lá como em todo o mundo” as vítimas mais visadas da repressão governamental – agora por um regime resultante de uma revolução feita pelo esforço de todos os revolucionários russos, inclusive os anarquistas.

As posições anarquistas são justificadas por Democrito, portanto, por notícias vindas não da “imprensa burguesa”, mas de notícias diretas da Rússia, advindas de “organizações operárias e revolucionárias” que de lá voltaram “desoladas” – respondendo implicitamente à acusação de Canellas de confluência dos anarquistas com a grande imprensa. Esta decepção a que se refere o autor são as apreciações dos delegados das organizações operárias de vários países que compareceram aos congressos da IC na Rússia, e da Internacional Sindical Vermelha, a exemplo de Vilkens. Muitos destes delegados, libertários e de formação sindical anarquista, se desiludiram e denunciaram o autoritarismo e a centralização institucional do regime soviético (inclusive dentro da IC), assim como a constatação da repressão aos

---

<sup>167</sup> Hontem e hoje. **A Plebe**, São Paulo, 15 abr. 1922. Ano 5, nº 179, p. 01.

anarquistas na Rússia (ROCKER, 2007, p. 32; SALLES, 2005, p. 81-85).<sup>168</sup> Porém, ainda temos que considerar uma informação importante, a de que depois que o exército negro de Nestor Makhno é derrotado na Ucrânia, e ele abandona o país, em 1921, o movimento anarquista na União Soviética chega ao seu fim. Os anarquistas russos que restaram e sobreviveram a repressão bolchevique se dispersaram pelo mundo como exilados e, por todos os países em que se estabeleciam, faziam violentas denúncias do regime tirânico que havia se implantado na Rússia (COLE, 1962, p. 204). Isso é relevante e nos faz pensar que ecos destas acusações públicas podem ter chegado à militância libertária no Brasil por meio da imprensa operária internacional.

Estas fontes que analisamos de Canellas e Democrito também foram citadas na obra de Dulles (1977, p. 160), porém o autor se atenta mais aos elementos difamatórios destes debates entre os grupos, e não se aprofunda nos contornos, aspectos e elementos das reflexões políticas expressas nesta documentação. A guerra de informações a respeito da Rússia, que antes era travada contra a grande imprensa no início da revolução, agora era disputada entre as correntes operárias. Canellas, na Europa naquele momento, ainda olhava para a Rússia sob o prisma da “Revolução Social”, termo caro para os anarquistas que sempre enfatizaram a “transformação social” ao invés de meras mudanças de forças políticas. Enquanto Democrito, por sua vez, diz que os bolcheviques, por terem atingido “as culminâncias do poder”, acharam que “todas as bandeiras deveriam se enrolar” – referindo-se às lutas dos anarquistas russos. Estas formas de “representações políticas” – a *Revolução Social*; *A Revolução Mundial*; *A Revolução Libertária* – constituem em elementos dos “imaginários políticos” em disputa em torno dos assuntos a respeito da Rússia. Devemos considerar, portanto, que as ideologias políticas “renovam” as funções dos “mitos”, garantindo um consenso social, um paradigma em que designa as posições sociais do indivíduo e tecendo uma “imagem” do sistema social (ANSART, 1978, p. 41). Assim, estas representações políticas são também formas de luta pelo “poder simbólico”, “de fazer ver e de fazer crer”, “utilizadas” pelas correntes políticas do movimento operário para convencer uma “representação do mundo social” capaz de obter o maior número de adesão (BOURDIEU, 1989, p. 174).

---

<sup>168</sup> Inclusive há um testemunho do já referido anarquista francês Gaston Leval, que foi delegado da CNT espanhola no III Congresso da IC em Moscou em 1921, de que ele encontrou pessoalmente Victor Serge na Rússia. Nesta ocasião, Leval afirma, indignado, que o próprio Victor Serge confirmou o autoritarismo do novo regime e de que havia anarquistas na prisão, e que isso era necessário para salvar a revolução (FERRO, 1984, p. 73-74).

Em *A Plebe*, na edição de 1º de maio, José Oiticica escreve um artigo analisando as declarações de Victor Serge, publicadas em *Movimento Comunista*, sobre os anarquistas na Rússia:

[...] Ao intervalo das duas revoluções, bolchevistas e anarquistas russos colaboraram fraternalmente durante as jornadas decisivas de julho e outubro, a iniciativa da acção lhes pertence igualmente.

[...] A esses deve-se ajuntar a *Confederação Anarchista Ukraniana* do *Nabat* criada por Voline, com mais espirito pratico e uma teoria muito mais forte, declara Serge. Elles admitem a dictadura do trabalho (?), negam a necessidade de um periodo de transição definida entre o capitalismo e o Communismo. Para elles a revolução não pode parar, deve prosseguir até o estabelecimento do communismo integral libertario. O *Nabat* é “irredutivelmente hostil a toda a centralização por cima e ao serviço militar imposto por uma autoridade central”.

[...]

[...] Num escripto seu Lenine confunde Makhno com os bandeiros de Ukrania e a perseguição systematica aos anarquistas não conformados com a dictadura revela o proposito da mystificação.

[...]

Portanto, devemos distinguir os *bandos* de qualquer especie, pseudo-anarchistas, rotulos intencionalmente de anarquistas, a praticarem actos anti anarchicos e os verdadeiros anarquistas que tentaram organizar as comunas no rumo libertario.

Porque se eram bem intencionados revolucionariamente, não deixavam os bolchevistas consumir se a experiência do *Nabat*? Porque impedir uma obra que promettia resultados positivos?<sup>169</sup>

José Oiticica demonstra um conhecimento apurado da Revolução Russa para a época, pois ele enfatiza que tanto os bolcheviques quanto os anarquistas participaram da revolução de 1917, nas “jornadas de julho e outubro”. Também demonstra um certo conhecimento do grupo *Nabat*, criado pelo anarquista russo Volin, desmentindo as afirmações de Victor Serge de que este grupo apoiava a ditadura, dizendo que o *Nabat* era “hostil a toda centralização de cima”. Oiticica ainda questiona os rótulos impostos aos anarquistas pelas autoridades comunistas, condenando a supressão do *Nabat* e dizendo que a perseguição a Makhno “revela o propósito da mistificação” do regime, já que o *Nabat* “prometia resultados positivos” e eram “bem-intencionados revolucionariamente”.<sup>170</sup>

<sup>169</sup> Victor Serge e os anarquistas II. *A Plebe*, São Paulo, 1 maio 1922. Ano 5, nº 180, p. 01-02.

<sup>170</sup> Quanto ao *Nabat* este grupo, como já explicamos, foi um grupo de anarquistas russos, entre eles Volin, que se organizaram para apoiar o movimento de Makhno na Ucrânia (WOODCOCK, 2006, p. 199-200). Volin (1882-1945), que também escreveu as suas memórias da Revolução Russa, deixa bem claro que os anarquistas russos lutaram contra os bolcheviques não ao lado dos contrarrevolucionários, mas pela verdadeira “Revolução Social”, rumo a uma organização e colaboração livres, de “espírito libertário” que, para ele, foi traída pelo partido bolchevique no poder (VOLIN, 1980, p. 150 e 153). A colaboração e participação conjunta de bolcheviques e anarquistas nas mencionadas jornadas de julho e outubro na Rússia em 1917 – referindo-se a luta contra o governo provisório de Kerensky e a revolução soviética de novembro – de fato ocorreram (SKIRDA, 2017, p. 75-77). É interessante considerar também as memórias de Trostsky para entender esse processo já que ele afirma

É importante saber também que, em inícios dos anos 1920, chegaram na Argentina anarquistas russos de prestígio, exilados pelo governo comunista, entre eles Anatol Gorelik. Isso pode ter favorecido numa maior quantidade e qualidade das informações que os anarquistas brasileiros passaram a ter da Rússia, visto as ligações, como vimos, que o movimento operário brasileiro tinha com o argentino (DOESWIJK, 1998, p. 182).<sup>171</sup>

Pouco depois *A Plebe* publica uma declaração de Kropotkin, já falecido nessa época, sobre a Revolução Russa:

A mania de construir um fortissimo poder centralista da Revolução Russa, não se pode levar á pratica senão por meio de decretos e de exercitos inteiros de empregados. E resolver os erros communs aos de todo Estado centralista com esse corpo de administração, é isolar a massa do ideal de construcção; e os empregado comunista, impostos pela dictadura do Estado, criam novos erros em vez de os supprimir.<sup>172</sup>

Esta opinião de Kropotkin ia ao encontro dos seus posicionamentos expressos na sua carta endereçada a Lênin. Ele enfatiza que o modelo centralista de comunismo empregado na Rússia só criará “novos erros em vez de suprimir”. Kropotkin também foi um dos grandes expoentes do anarco-comunismo e, na sua visão, o comunismo estatal era impossível devido ao autoritarismo que ele cria, já que o único comunismo que poderia durar é aquele no qual há um contato estreito entre os cidadãos na comunidade produtiva para estender a liberdade do indivíduo (KROPOTKIN, 2007, p. 132 e 138-139). Assim, os anarquistas brasileiros também se utilizavam das declarações de militantes famosos para defenderem suas posições.

Novamente, Antonio Bernardo Canellas escreve sobre a condenação dos anarquistas brasileiros contra a Rússia, dessa vez em *Voz Cosmopolita*:

---

que na revolução de fevereiro – queda do czar – o proletariado ainda não tinha a direção do movimento revolucionário e, que ao longo daquele ano, os bolcheviques não ficaram alheios a experiência espontânea das massas – subordinando os interesses do partido aos interesses das massas. Assim, em outubro, o povo russo já tinha adquirido uma grande experiência política e o parlamentarismo operário dos soviets passou a ser um mecanismo cotidiano de suas vidas (TROTSKY, 1977, p. 143; 1980a, p. 664; 1980b, p. 929). O historiador Marc Ferro (2011, p. 68-69 e 82-83) também confirma que anarquistas e bolcheviques lutaram juntos nas jornadas de julho e de que, ao longo do ano de 1917, houve uma confluência entre os interesse políticos dos soviets e a agenda política do partido bolchevique, que pregava que todo o poder fosse entregue aos soviets.

<sup>171</sup> Anatol Gorelik (1890-1956) foi um eminente anarquista russo que também teve um papel importante no grupo Nabat. Tal como Volin, Gorelik faz parte do grupo de anarquistas expulsos da Rússia em fins de 1921, e que só foram soltos devido à pressão dos delegados estrangeiros anarco-sindicalistas que estavam no Congresso do Profintern deste mesmo ano (MINTZ, 2007, p. 21-22).

<sup>172</sup> Kropotkine e a Revolução Russa. *A Plebe*, São Paulo, 10 jun. 1922. Ano 5, nº 183, p. 01. Kropotkin que tinha grande reputação internacional era vigiado, tendo que passar por visitantes ingleses uma carta para os trabalhadores ocidentais (SKIRDA, 2017, p. 75).

[...] Como pode viver o exercito revolucionario que, na fronteira da Russia dos Soviets, oppõe aos Estados capitalistas uma barreira intransponível? Ponhemos-nos no lugar dos bolchevistas e vejamos se poderíamos resolver este caso senão pela instituição do comercio, isto é, incitando o campones a produzir para vender e apurar dinheiro e ter assim a satisfação egoísta de ver que o seu trabalho aproveitará a elle só. É triste mas é verdade.

[...]

[...] Enquanto existir a inconsciencia existirá a necessidade de se empregar a coação.

Combater a Revolução Social da Russia sob este pretexto é, pois, uma inconsciencia ou uma hypocrisia.<sup>173</sup>

Afirmando sobre todas as dificuldades pelos quais a Rússia passou contra a invasão estrangeira, argumento de peso para os comunistas que tinham razão neste ponto, Canellas defende a coação como uma necessidade de sobrevivência do país, onde os bolchevistas tiveram que restaurar o comercio incentivando o camponês a produzir para a sua “satisfação egoísta”. Estes julgamentos de Canellas sobre a Rússia refletem a passagem que o país teve que fazer do “comunismo de guerra” para a NEP – Nova Política Econômica. Enquanto que no comunismo de guerra as autoridades comunistas tiveram que aplicar uma planificação unificada da economia para resistir às necessidades da guerra civil – abandonando formas comerciais e monetárias de distribuição, com confisco de cereais dos camponeses e racionamentos. A NEP, implantada por Lênin a partir de 1921, restaurou a liberdade de comercio e o capitalismo em pequena escala no campo sob controle do Estado, para restaurar e reerguer a economia (CARR, 1974a, p. 285-288).<sup>174</sup>

Canellas, ainda da Europa, escreve para a imprensa operária no Brasil e é interessante observarmos como os militantes mais ativos atuavam em diversos órgãos desta imprensa e escreviam e enviavam seus artigos até mesmo estando em outros países, indicando as redes de relações que havia por trás destes jornais. Assim como Antonio Bernardo Canellas, portanto, podemos observar que José Oiticica, Astrojildo Pereira, Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Octávio Brandão são os grandes nomes da militância operária e que dominaram estes debates porque eram os “intelectuais operários”. Isso nos remete à importância da questão do “monopólio dos profissionais”, quando se concentra o “capital político” nas mãos de pequenos grupos que influenciam nas lutas pelo “poder simbólico no campo político” – e

<sup>173</sup> Aos “anti-dictatoristas”. **Voz Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1922. Ano 1, nº 12, p. 01.

<sup>174</sup> Estas decisões políticas refletem todo um debate marxista que houve sobre a edificação de uma ordem socialista em um país agrário e atrasado como a Rússia daquela época. O comunismo de guerra havia sido uma necessidade imposta pelo período da guerra civil, passado estes problemas, Lênin, seguindo a teoria marxista, considerou que como a Rússia não tinha atingido plenamente uma fase “democrático e capitalista”, era necessário, em termos teóricos, completar a “revolução burguesa no país”, daí a necessidade da NEP (CARR, 1974a, p. 282-283).

que influenciam os discursos, pensamentos e representações possíveis de serem pensadas (BOURDIEU, 1989, p. 164-165).<sup>175</sup>

Alguns dias depois o jornal *O Trabalho* do Rio de Janeiro publica uma série de longos trechos de uma narração de um representante operário sobre sua participação no I Congresso de fundação da ISV em Moscou em 1921:

Mas, sinto-me justificado da minha attitude em Moscóvia. Eu não podia nem queria trabalhar em harmonia com a machina politica. Para mim, eu estou certo que para todo verdadeiro I. W. W. o primeiro Congresso da Internacional Syndical Vermelha significaria a criação duma internacional economica livre do domínio de qualquer grupo politico. Achei que o congresso era dominado pelo partido comunista, e com um programma que collocava toda a organização industrial mundial sob o seu domínio.<sup>176</sup>

No final desta narrativa, que terminou na edição seguinte de 1º de julho, a redação de *O Trabalho* explica que se tratava do relatório de Williams, delegado da IWW (Industrial Workers of the World, a central sindical estadunidense) que participara daquele congresso da ISV. Tal matéria consistia em um contraponto de um observador estrangeiro em relação a IC e seu braço sindical, confirmando as críticas dos anarquistas brasileiros de que este organismo era dominado pelo Partido Comunista russo – justamente para combater a propagando dos comunistas no Brasil de adesão a este organismo.<sup>177</sup>

Em agosto, Adelino de Pinho, um dos editores de *A Plebe*, publicou um artigo sobre um livro escrito por um francês chamado Mauricius, onde este também escreve a respeito de suas impressões sobre a Rússia em uma viagem que fizera a este país. Este artigo, que na verdade não trata muito diretamente das descrições de Mauricius, vai gerar um debate que é

---

<sup>175</sup> Essa característica da imprensa operária, de militantes mais ativos – como os “intelectuais operários” – que atuavam em diversos impressos e que se correspondiam com estes jornais mesmo estando em outros países, é um elemento que deve ser salientado. De acordo com o importante trabalho de Francisco Foot Hardman (2002, p. 46-47) a luta de classes, nas sociedades capitalistas, assume formas nacionais específicas ao mesmo tempo que acentua um conteúdo internacional – devido a uma mundialização das relações capitalistas. Com isso, considerando o fator da imigração – que foi uma rearticulação do mercado de trabalho no capitalismo – o movimento operário na América, e, portanto, no Brasil, foi muito influenciado por várias contribuições nacionais oriundas da Europa, em especial a contribuição italiana. Esse contexto, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura operária – comum tanto a anarquistas como comunistas – que era marcada por um forte senso e ideal de internacionalismo, com semelhanças e padrões das manifestações socioculturais das classes operárias de alguns países e uma cultura operária de valores cosmopolitas. Uma cultura operária, portanto, internacionalista e cosmopolita, que se expressava na teia de relações que havia entre militantes e organizações operárias entre vários países, com trocas de correspondências e informações entre os órgãos de sua imprensa e também com a própria “transitoriedade” de militantes, que viajavam para outros países e atuavam e estreitavam relações com o movimento operário destes países.

<sup>176</sup> Relatório de Williams. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1922. Ano 1, nº 3, p. 05.

<sup>177</sup> Williams, na verdade foi George Williams, depois desta viagem a Rússia divulgou este relatório no próprio departamento de publicação da IWW, Cf.: <<https://www.marxists.org/history/usa/unions/iww/1921/0102-chaplin-cominternandiwwbail.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2018.



um exemplo interessante de visões e das “disputas pelas verdades” entre as tendências, do qual destacamos:

Através das paginas despretenciosas desse livro, póde-se apreender, por assim dizer, uma parte da pysicsologia do povo russo, povo criança, sonhador, fatalista, quasi não tendo ideia ou noção do tempo, que se conforma em não comer um dia ou dous á espera que chegue a sua vez no terceiro ou quarto. [...]

[...]

[...] todas as criticas feitas pelos anarchistas ao bolchevismo, á dictadura russa, são completamente corroboradas pelas informações e observações insertas neste livro dum valor extraordinario pelos factos vividos que encerra.<sup>178</sup>

Adelino de Pinho elogia o livro de Mauricius, mas não apresenta maiores detalhes, embora a sua impressão do povo russo, “criança, sonhador, fatalista” são representações interessantes, pois temos que considerar que elas são frutos de uma época em que quase todas as informações de países tão distantes como a Rússia eram transmitidas pela leitura de livros, panfletos, cartas e jornais, já que o rádio ainda estava em seus inícios. Adelino de Pinho afirma que o livro de Mauricius confirma as críticas dos anarquistas sobre a Rússia. Diante disso, algum tempo depois, Astrojildo Pereira rebate este artigo com veemência, dessa vez em *O Internacional* de São Paulo:

[...] Em meio de um paiz immenso, sacudido pela maior revolução da história, entre um povo heroico e martyrizado que abre caminho ao mundo novo, dolorosamente, a braços com um milhão de dificuldades e revezes de toda especie – é em meio de tudo isso, de todo esse espectáculo gigantesco, que Mauricius passa os dias a espiolhar miudezas e pormenores, anotando, com mau humor de artista *blasé*, quanto contra tempo apparece á passagem de sua sensibilidade doentia. Um literato burguez não faria melhor, nem mostraria maior incompreensão dos acontecimentos. [...].<sup>179</sup>

Esta é uma época em que ocorrem muitos ataques pessoais entre os militantes nas discussões a respeito da Rússia, fatos estes que são narrados, sem maiores aprofundamentos, por Dulles que também cita estes artigos (1977, p. 162-163). Buscamos não nos ater nestas intrigas. O que nos interessa é o pensamento político e, no caso, o imaginário político manifestado por Astrojildo Pereira sobre a Rússia. Ele critica a atitude indolente de Mauricius em sua viagem a Rússia, já que para ele esse país passou pela “maior revolução da história”.

<sup>178</sup> No pais dos Soviets: nove meses de aventuras. **A Plebe**, São Paulo, 26 ago. 1922. Ano 5, nº 189, p. 02. Não conseguimos obter maiores informações sobre Mauricius e seu livro.

<sup>179</sup> Sobre o livro de Mauricius. **O Internacional**, São Paulo, 26 out. 1922. Ano 3, nº 40, p. 01-02.

País em que o povo era “heroico e martirizado”, e que “abre caminho para o mundo novo, dolorosamente”. Já comentamos acerca desta característica do imaginário político, contido nestas manifestações de um certo messianismo no marxismo, de projetar no futuro a “idade de ouro”, a “nova era” do mundo pós revolução socialista (GIRARDET, 1987, p. 103). A própria ideia de “Revolução” e, no caso, a “Revolução Mundial” promovida pela Rússia, foi um dos mais poderosos mitos modernos na busca da superação do passado para instaurar um “mundo novo” um “homem novo” (BACZKO, 1985, p. 325).

No fim do ano Octávio Brandão, que tinha entrado para o PCB só em outubro (AMARAL, 2007, p. 263), escreve uma longa reflexão sobre a Revolução Russa em *Movimento Comunista* onde, mais uma vez, se rebate as críticas contra os detratores do regime comunista. Destacamos, numa passagem fundamental, onde ele expressa uma interpretação sobre um dos episódios mais singulares do processo revolucionário russo:

Ignoram o atraso das massas formidáveis de camponeses que acham que a revolução avançou demais. Ignoram que os marinheiros de Kronstadt – os próprios que concorreram para a victoria da Revolução – se revoltaram em Março de 1921, para quê? Para restabelecer o pequeno commercio, a sordida pequena-burguesia, e a liberdade de o camponez vender os productos a quem pagar mais – até mesmo ao inimigo, ao burguez ou ao tzarista!<sup>180</sup>

Este é um artigo interessante que primeiro nos faz pensar se esta interpretação de Octávio Brandão parte de confusões de suas leituras sobre os eventos russos ou se reflete algum tipo de desinformação emitidas pelas autoridades comunistas. Isso porque o episódio de Kronstadt, em março de 1921, se tratou de uma grave revolta que ocorreu contra o governo comunista. Kronstadt era uma base naval próxima a Petrogrado cujo o soviete de soldados e marinheiros tiveram um papel de destaque e de vanguarda na Revolução Russa desde 1917. Por isso, este episódio foi de um grande constrangimento para o governo russo e se tratou da primeira grande crise entre a população russa e o novo regime comunista (ARVON, 1984, p. 8-9). Embora, de fato, na época desta referida revolta, a maioria do contingente de Kronstadt fosse composta de camponeses, parece que Octávio Brandão não sabia das reais causas deste conflito – e aqui também nós devemos considerar as dificuldades e atrasos na divulgação e entendimentos das informações e notícias na época. Os revoltosos de Kronstadt consideravam, em março de 1921, que os sovietes atuais não exprimiam mais a vontade dos operários e camponeses. Por isso, exigiam eleições imediatas para a renovação de todos os sovietes existentes. Os marinheiros reivindicavam, entre outras coisas: a liberdade de palavra

---

<sup>180</sup> Pensamentos da Revolução. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, nov. 1922. Ano 1, nº 12, p. 319.

e imprensa para todos os operários e camponeses, para os anarquistas e socialistas revolucionários de esquerda; abolição dos oficiais políticos do partido comunista dentro dos soviets; e abolição dos destacamentos comunistas nas unidades do exército, nas fábricas e usinas (ARVON, 1984, p. 40-41).<sup>181</sup>

A partir desta época, cujo episódio de Kronstadt animou as esperanças de libertários de todo o mundo e se tornou paradigmático devido ao seu programa autonomista (ROCKER, 2007, p. 23), os anarquistas no Brasil começaram a contestar cada vez mais a visão da Revolução Mundial com uma visão oposta, a de que a revolução foi traída na Rússia. E nisso as discussões sobre a atuação dos anarquistas na Revolução Russa, e dos episódios de contestação ao regime bolchevique, se tornaram, portanto, centrais.

### **2.2.2. A Revolução traída**

Observamos que, em 1923, a quantidade de fontes sobre a Revolução Russa diminuiu sensivelmente, comparado ao ano anterior em que estas discussões foram mais intensas. É possível que isso seja um efeito do aprofundamento das disputas e conflitos entre anarquistas e comunistas no meio sindical, o que conferiu maior espaço as discussões sobre a organização operária na imprensa trabalhista – algo que constatamos também a partir da análise da última seção. Recordemos que assim como as discussões sobre a organização operária tinham como pano de fundo a Rússia, por sua vez, os debates sobre este país tinham como pano de fundo as questões sobre a luta dos trabalhadores e suas organizações aqui no Brasil. Assim, essas pautas eram fundamentais e centrais para a vanguarda do movimento operário, representavam pontos de disputas simbólicas entre os mais destacados e famosos militantes. No início do ano Octávio Brandão, que não tinha compreendido o real significado do evento de Kronstadt, publica um artigo em *Voz Cosmopolita* explicando a sua conversão ao comunismo. Esse texto é uma fonte significativa tanto dos laços que haviam entre os principais militantes – os “intelectuais operários” – como de todo um debate político internacional que se operava na esquerda e, como também, das peculiaridades do acesso as informações naquela época:

---

<sup>181</sup> A Comuna de Kronstadt é derrotada em 18 de março de 1921, tragicamente no mesmo dia em que se comemora a Comuna de Paris de 1871. O X Congresso do PCUS, realizado em 1921 e que teve um papel decisivo nas decisões do partido para a repressão a Comuna de Kronstadt, ironicamente, comemorava os 50 anos da Comuna de Paris ao mesmo tempo em que reprimia a Comuna de Kronstadt em nome do comunismo (ARVON, 1984, p. 46 e 77).

Ainda mais: a hypertrophia do Estado no ex-imperio moscovita; a existencia de um exercito; a não extinção total da moeda; esperanças ilimitadas na obra de Makhno.

Enfim, os motivos que me afastavam dos bolchevistas eram em tal quantidade, que o proprio Astrojildo Pereira, tão firme desde o principio da Revolução Russa, teve seus momentos de vacilação.

Eu não vacilei somente.

Tomei logo uma attitude contraria, como tantos outros camaradas anarchistas daqui e da Europa (Fabio Luz, Florentino de Carvalho, no Brazil, Malatesta na Itália, Sebastião Faure, na França, Rocker, na Allemanha). A crise ideologica era universal.

[...]

No entanto, durante o correr de 1921 e 1922, de posse de uma grande documentação (1), vi-me obrigado a modificar a attitude ante a evidencia dos factos, e conclui que os communistas russos só merecem as maiores sympathias, apesar de seus erros.

Verifiquei então:

[...]

que a obra de Makhno não tinha o valor que lhe imputávamos; e que a hypertrophia do Estado e a criação do Exército Vermelho eram dolorosas contingencias da Revolução, sem as quaes ella teria baqueado.

[...]

Por ultimo perguntei:

-- Com que direito atacamos os batalhadores russos, mettidos numa luta selvagem, emquanto gozamos de uma paz relativa?

[...]

Desgraçado daquelle que, de tempos em tempos, não renova a sua ideologia de accordo com a experiencia!<sup>182</sup>

Buscamos destacar os trechos mais pertinentes visto que o texto é longo. Datado de 15 de outubro de 1922, época em que ele adere e se filia ao PCB, este artigo traz no final uma nota interessante, indicado no texto como “(1)”, em que Octávio Brandão cita diversos autores de várias tendências políticas que ele afirma ter lido para mudar a sua opinião em prol do comunismo. Vale destacar que de todos os autores que ele cita – entre eles o francês Mauricius e Vilkins – não há referências a livros e sim jornais, e muitos, inclusive estrangeiros. Isso é significativo para termos uma ideia de como estes militantes faziam para ter acesso as notícias internacionais nessa época. Da mesma forma é um indicativo de que todo o material da imprensa, nacional e internacional, que eles conseguiam adquirir, era mais ou menos compartilhado e passava pelo crivo da crítica desta “intelectualidade operária” que “monopolizava”, por assim dizer, os discursos, debates e representações políticas. Assim, Octávio Brandão cita nomes de ativistas no movimento operário brasileiro, entre comunistas e anarquistas, que eram importantes neste círculo de vanguarda do pensamento político operário, entre eles: Astrojildo Pereira; Florentino de Carvalho e Fábio Luz. Neste ponto

<sup>182</sup> Excesso de Puritanismo. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1923. Ano 2, nº 15, p. 02.

Brandão cita até mesmo nomes famosos no movimento anarquista internacional para argumentar o quanto estes debates faziam parte de uma “crise ideológica universal” – como os de Malatesta, Rudolf Rocker e o de Sebastian Faure, este um anarquista francês.<sup>183</sup>

Então, Octávio Brandão argumenta que a partir destas leituras ele compreendeu que os russos estavam “metidos numa luta selvagem” e que, por isso: “os comunistas russos merecem as maiores simpatias apesar de seus erros”. Brandão conclui que a “hipertrofia do Estado” na Rússia; a “não extinção da moeda” e a “criação do Exército Vermelho” eram “dolorosas contingências”, sem as quais a revolução não sobreviveria. Dessa forma, ele entendeu, que a luta social de Makhno na Ucrânia não tinha o valor que lhe era devido. Termina, assim, condenando aqueles que “não renovam a sua ideologia de acordo com a experiência”. Esta ênfase que Brandão confere ao fortalecimento do Estado, à manutenção da moeda e à existência do Exército Vermelho refletem respostas à sua ex-militância – e militantes – anarquistas. Haja visto que o anarquismo tem por essência a crítica do poder do Estado e da exploração de classes – consequentemente também faz uma crítica ao nacionalismo e ao patriotismo – resultando numa condenação ao capitalismo e ao sistema de salários. Além de, também, haver uma corrente pacifista no interior do anarquismo que condena o militarismo.<sup>184</sup> Por isso, estas declarações podem ser também um “acerto” de contas de Brandão com o seu passado, pois ele inicia a sua militância anarquista em campanhas antimilitaristas e contra o patriotismo em 1917, no contexto da Primeira Guerra Mundial (AMARAL, 2007, p. 261).

Ainda devemos considerar uma questão que sempre foi polêmica e que está contida neste texto. O “mito soviético” prefigurou uma “imagem”, um imaginário, a da “Revolução Mundial” – que era a perspectiva da capacidade que o sistema soviético tinha de estender o seu modelo para o resto do mundo (FERRO, 1984, p. 81). Estas crenças nas capacidades da Rússia soviética, aliadas as agressões internas e externas que o novo regime sofreu, e as dificuldades de se construir o socialismo nestas condições, foi um argumento de peso dos comunistas para contrapor as críticas dos abusos do regime – e tivemos a oportunidade de observar nas análises de nossas fontes que estes argumentos foram constantes entre os comunistas brasileiros. Contudo, segundo Ferro (1984, p. 88-89), o regime comunista sempre

---

<sup>183</sup> Octávio Brandão em um espaço de seis meses em 1922 deixa de ser anarquista e se converte ao marxismo, enviando uma carta ao PCB com a mesma data deste artigo, em 15 de outubro de 1922. Desconfiamos, então, que se trata do mesmo documento. Segundo José Oiticica, que era muito amigo de Octávio Brandão, a sua conversão se deu devido aos assédios de Astrojildo Pereira, de quem também era muito próximo (SANTOS, 2017, p. 188).

<sup>184</sup> Sobre estas características básicas da ideologia anarquista e sua vertente “anarcopacifista” Cf.: Woodcock (2007, p. 20-21).

se valeu do argumento das “circunstâncias” para justificar os excessos de seu terror repressivo contra os seus opositores políticos. E de que este terror, que começou antes da guerra civil e que continuou depois dela, no período da NEP, a partir de 1920, salvo alguns emigrados, buscou eliminar as outras facções da esquerda russa – mencheviques, socialistas revolucionários e os anarquistas. Sendo assim: “A imagem da ‘fortaleza sitiada’ permitiu aos dirigentes perpetuar o regime policial que começou a se institucionalizar muito cedo; e permitiu conservá-lo uma vez passado o perigo” (FERRO, 1984, p. 88). Em vista disso, podemos inferir até onde ia o entendimento de Brandão a respeito da repressão aos anarquistas russos e dos episódios da luta social de Makhno na Ucrânia e da revolta de Kronstadt. E, portanto, até onde estas interpretações dos comunistas não eram influenciadas – além da adesão ideológica – pela própria imagem com que a URSS passou a se mostrar para o mundo. Estas questões são cruciais, como veremos adiante, porque lembremos que o nosso foco está no anarquismo e no que o pensamento anarquista brasileiro produziu de novo neste contexto.

Pouco tempo depois, Antonio Bernardo Canellas volta a se manifestar sobre a Rússia, respondendo às críticas anarquistas sobre as concessões que o regime russo estava dando ao capitalismo estrangeiro no contexto da NEP (DULLES, 1977, p. 162) Uma passagem pertinente que ilustra a força que este “imaginário soviético” exercia nessa época:

E eis ahí em que se resumem as noticias espalhafatosas relativas ás “concessões” dos Soviets ao capitalismo. Concessões tão insignificantes e feitas apenas no quadro da *experiencia* economica não podem representar perigo algum para o desenvolvimento do communismo na Russia, tendo-se ainda em conta – e isto é essencial – que o proletariado russo conserva nas suas mãos a integridade do poder político e por conseguinte os meios de annular essas “concessões” quando e como bem entender.<sup>185</sup>

Canellas tinha retornado ao Brasil de sua viagem a Rússia em janeiro de 1923, recebendo o cargo de diretor da editora do PCB. Então, nessa época, ele ainda não tinha sido expulso do PCB. O partido só passaria a ter uma melhor compreensão dos erros de Canellas no congresso da IC a partir de maio (SANTOS, 2017, p. 205-206). A crença de que o “proletariado russo conserva nas suas mãos a integridade do poder político”, como vimos, já não passava, em 1923, de um mito que não correspondia mais com a realidade. Já a partir de 1919-1920 quase todas as principais empresas russas estavam nacionalizadas, os sovietes operários perderam, então, a gestão das fábricas (TRAGTENBERG, 2007, p. 118-119).

---

<sup>185</sup> A Política de concessões. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 10-25 mar. 1923. Ano 2, nº 18-19, p. 87.

Apesar de ter havido uma adesão dos soviets ao novo governo comunista no II Congresso Pan-Russo dos Soviets, em dezembro de 1917, os bolcheviques suprimiram a Assembleia Constituinte que tinha sido convocada em novembro daquele ano – pois não dispunham da maioria neste congresso e a aliança do governo bolchevique selada com os soviets de camponeses e suas reivindicações igualitaristas começaram a entrar em crise a partir de 1918, com as exigências da guerra civil (REIS FILHO, 2003, p. 68-69).<sup>186</sup>

Algum tempo depois, *A Plebe* publicou um artigo no fim do jornal sem autoria que oferecia novas notícias a respeito de Makhno:

Este companheiro que, na Rússia, durante a sua revolução, tanto se esforçou por impôr os principios anarchistas na reconstrução da sociedade russa, e por cuja attitude atrahiu para si os odios e furores bolchevistas, acha-se actualmente preso na Polonia, accusado de querer separar a Galicia oriental, da Polonia, para reunir á Ukrania dos soviets.<sup>187</sup>

Estas notícias refletem os percursos de Makhno após a sua fuga da Ucrânia com a derrota de seu movimento e de seu exército camponês makhnovista contra as forças do Exército Vermelho. Makhno se retira da Ucrânia em agosto de 1920, fugindo para a Romênia por onde passará por peregrinações pelas prisões deste país e, depois, para a Polônia, onde ele deveria se encontrar nessa época segundo *A Plebe* (WOODCOCK, 2006, p. 207). Não temos comprovações destas acusações contra Makhno as quais o texto menciona, mas é interessante como os redatores se referem a ele como o “companheiro que na Rússia se esforçou para impor um princípio anarquista na reconstrução da sociedade russa” – indicando certas evidências destes acontecimentos. A luta de Makhno na Ucrânia se tornou um assunto complicado e espinhoso para os militantes naquele período e havia muitas dificuldades de saber o que realmente aconteceu ainda no calor da época. Porém, devemos considerar que o movimento de Makhno na Ucrânia teve bases sociais profundas no campesinato do país. O anarquista russo Piotr Archinov, que foi íntimo de Makhno, escreveu uma bela história do movimento makhnovista e destaca fatos importantes que também são apontados pelos

---

<sup>186</sup> Devemos considerar também que apesar de ter se constituído na Rússia nessa época uma *Oposição Operária* contrária as medidas bolcheviques que retiraram o poder político dos soviets, estas políticas, ainda assim, se implantaram. Essa *Oposição Operária* – constituída por trabalhadores que participaram da revolução e que tinham por maior teórica a revolucionária Alexandra Kollontai – criticava a substituição da direção colegiada dos soviets de fábricas pela direção unipessoal de um administrador nomeado pelo Partido Comunista. Com isso, desfavorecia-se a organização política e da produção a partir do local de trabalho para concentrá-la nas mãos de “especialistas”, onde os problemas não eram mais resolvidos pela ação direta dos trabalhadores, mas a partir de decisões tomadas no topo da burocracia do governo. Consolida-se, dessa forma, um rompimento entre o bolchevismo e o proletariado. Sobre estas questões Cf.: Tragtenberg (2007, p. 118-122).

<sup>187</sup> Makhno. *A Plebe*, São Paulo, 12 maio 1923. Ano 6, nº 209, p. 04.

historiadores contemporâneos. Entre eles a de que a insurreição camponesa de Makhno ocorreu devido o rompimento dos rumos da Revolução Russa com os interesses dos trabalhadores camponeses da Ucrânia. Com isso o movimento makhnovista se organizou nas bases do anarquismo, lutando por uma revolução antiautoritária de organização livre dos trabalhadores rurais e promovendo uma revolução agrária de luta pela terra (ARCHINOV, 2008, p. 52-54). Archinov chama atenção de que os bolcheviques procuraram de todos os meios difamar Makhno e seus seguidores pela imprensa comunista – e podemos nos perguntar até onde isso influenciou na visão que os comunistas brasileiros tinham de Makhno (ARCHINOV, 2008, p. 157).<sup>188</sup>

Tempos depois o jornal *Voz Cosmopolita* demonstra que os comunistas, para rebaterem as críticas dos anarquistas, também publicavam artigos de militantes estrangeiros. Em matéria assinada por José F. Penelón e Juan Greco, os autores falavam dos avanços da agricultura na Rússia e sua importância para a construção do comunismo, destacamos pelo interesse as seguintes passagens:

Encontramo-nos num período de franco trabalho que muito breve temos de constatar se produzir em todas as cidades igualmente. E n'este trabalho se estão forjando as bases da nova sociedade comunista. A obra ha de ser lenta, porém, a unidade revolucionaria dos operarios e camponeses salvará todas as dificuldades dessa ardua empreza com a ajuda do proletariado mundial. A perfeita concordancia, de operarios e camponeses ha de permittir tempos aureos á Russia bolchevista. [...].<sup>189</sup>

Não obtivemos informações sobre quem foi Juan Greco, mas José Penelón foi um dos fundadores do Partido Comunista Argentino e que chegou a ser membro do Secretariado Sul-americano da IC na segunda metade da década de 1920 (DULLES, 1977, p. 326). É interessante observarmos a partir destas declarações, que reforçavam a propaganda dos comunistas no Brasil, que no imaginário da Revolução Mundial – que igualmente atingiu os comunistas argentinos – somava-se o papel que o “proletariado mundial” exerceria para a edificação do comunismo na Rússia.

Em setembro, *A Plebe* publica um longo texto na capa do jornal, que era uma carta, assinada com o nome de F. Agottani, indicando Reims, na França, em 4 de maio de 1923.

<sup>188</sup> Piotr Archinov foi a fonte de formação teórica de Makhno no anarquismo, quando os dois ainda estavam presos sob o regime czarista (GUÉRIN, 2015, p. 117). Ele também foi um dos anarquistas russos mais atuantes e que participou da organização do movimento Nabat, que apoiava Makhno (WOODCOCK, 2006, p. 199-200). Como vimos, Skirda (2001, p. 10-11 e 84), também salientou que o movimento makhnovista não era apenas uma insurreição, mas um movimento social agrário.

<sup>189</sup> Como se transforma a Rússia: progresso do comunismo. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1923. Ano 2, nº 24, p. 03.



Sobre o título de “Carta da Europa”, o subtítulo trazia a explicação: “Um operário expulso do Brasil envia-nos as suas impressões pessoais a respeito do momento mundial”. Assim, o autor fala de vários países e, ao se manifestar sobre os acontecimentos na Rússia, destacamos a passagem:

[...] E esta acção combativa correspondia perfeitamente aos nossos principios. Mas a confiança concedida a varios individuos que centralisaram o poder, reunindo a sua volta os elementos do velho regimen, foi o mal. A crença das massas nos seus pastores... Jovens cheios de ardor, varios expulsos das Americas, outros vindos expontaneamente, incorporavam-se nas filas revolucionarias dirigidas por Makno, forças espirituaes que derrotaram os exercitos disciplinados. E depois que viram o mal revoltaram-se contra aquelles que tinham julgado bons. Varios soffreram a pena capital, outros estão na prisão cumprindo penas bastante graves, outros ainda acharam o exilio como unico meio de salvação. Triste epilogo este, de fazer tremer todo aquelle que tenha os sentimentos sãos.<sup>190</sup>

Não conseguimos obter informações exatas sobre quem foi F. Agottani, mas as nossas pesquisas indicaram que o sobrenome era de uma família de imigrantes italianos. Possivelmente, como indica a redação do jornal, tratava-se de um militante operário imigrante que foi expulso do Brasil devido as suas atividades políticas.<sup>191</sup> Esta é uma fonte curiosa que demonstra – assim como as fontes anteriores sobre os anarquistas russos – certas suspeitas que devemos apontar. As declarações de Agottani, como diz o artigo, trata-se de suas impressões pessoais sobre a conjuntura mundial fora do Brasil, na Europa, onde ele pode ter tido acesso às fontes não disponíveis no Brasil. Assim, as suas palavras repercutem informações sobre o movimento anarquista russo que são confirmadas à luz de outras fontes e de pesquisas atuais – o que nos abre novamente as suspeitas de até onde as opiniões dos comunistas brasileiros eram influenciadas pela visão oficial emitida pelas autoridades soviéticas. Isso porque quando Agottani diz que aqueles que “centralizaram o poder” – os bolcheviques – reuniram “a sua volta os elementos do velho regime” isso pode, talvez, indicar o fato do governo comunista ter se utilizado de “especialistas” do regime anterior (capitalista) para fazer a gestão industrial, quando se suprimiu a gestão direta dos sovietes (TRAGTENBERG, 2007, p. 120). Como também quando diz sobre Makhno, que muitos

<sup>190</sup> Carta da Europa. **A Plebe**, São Paulo, 1 set. 1923. Ano 6, nº 217, p. 01.

<sup>191</sup> Foi prática comum das autoridades brasileiras, até mesmo para criminalizar o anarquismo e perseguir as suas lideranças, a expulsão de estrangeiros que fossem presos envolvidos com atividades de agitação política. Assim, em 1921, novas leis repressivas neste sentido tinham sido aplicadas e muitos militantes imigrantes tinham sido repatriados (SANTOS, 2017, p. 165).

“sofreram a pena capital e estão na prisão”, confirmando a repressão violenta desencadeada pelos comunistas contra os makhnovistas (ARCHINOV, 2008, p. 185-186).

No final do ano encontramos outros artigos importantes que expressam os debates entre as verdades da Revolução Russa e que demonstram as influências do imaginário político nas leituras que eram feitas. No jornal *O Solidario*, de Santos – órgão do sindicato dos trabalhadores em alimentação –, de tendência comunista, um longo artigo de capa identificado apenas com as iniciais A. C. C. comemora, naquela edição de 7 de novembro, os sete anos da revolução de outubro na Rússia. O texto se encontra ao lado de um grande desenho que ocupa quase metade da página, onde figura-se um grande sol com a foice e o martelo irradiando luz – reforçando o imaginário do comunismo como fonte de lucidez e razão. Assim, destacamos as passagens:

Salve 7 de Novembro!  
 SALVE Ó REVOLUÇÃO MUNDIAL! Salve, Russia Mater, Mãe do Socialismo!  
 Tu, maior que a França de 89, és o pharol luminoso que guias milhões de productores! Russia Heroica e Martyr, para Ti todos os parias da Terra lançam neste dia a sua mais sincera saudação!  
 Foste tu que primeiro soubeste implantar sobre a superfície da Terra a Justiça dos opprimidos! [...] Para Ti se voltam ao mesmo tempo ondas de odio que se diluem e o amor que redime e se corporifica! De encontro á tua luz se dissipam as trevas do passado que agoniza, e com essa luz constroes um mundo que ressurgel!  
 O que és tu? Donde vens e para onde vaes? Que forças mysteriosas te dão vida?  
 E's a synthese do soffrimento!  
 Vens de um tenebroso passado e caminhas para um aureo futuro!  
 Tua vida é alimentada pelo sangue que regou as ruas gelidas de Petrogrado e Moscou! Esses Martyres que tombaram nas luctas autocratas contra os “tzares”, revivem nos Lunatcharsky, nos Zinoview, nos Lenines e Trotzky. São esses gigantes da maior epopéa, ó Russia, que se tornaram a dinamica da Revolução Mundial. Esse esplendor, essa apotheose maravilhosa dura ha 7 ANOS e é o fructo de um trabalho persistente e inigualável desses heróes.  
 [...]  
 A Internacional Communista é a cellula que alimenta a fé de todo o proletariado.  
 Salve! Vanguarda do Proletariado Mundial!  
 Salve Heróes da ultima guerra de classe!  
 Viva a Russia Proletaria!<sup>192</sup>

Esta imagem da Rússia como “mãe do socialismo”, como já comentamos, assim como o “mito do salvador”, do “herói”, que podia se revelar sob a forma paterna (GIRARDET, 1987, p. 91), a Rússia, por ter sido a “primeira a implantar a justiça dos oprimidos”, mostrava-

<sup>192</sup> 7 de Novembro: Salve, Russia Libertadora! *O Solidario*, Santos, 7 nov. 1923. Ano 1, nº 11, p. 01.

se como “mãe”, parteira do socialismo. Identificando a Revolução Russa como maior que a Revolução Francesa, de 1789, o autor associa ao país dos soviets a imagem do “farol luminoso”, que “guia milhões de produtores” (trabalhadores). Assim, a “imagem” da “luz” – representando a racionalidade – era associada ao comunismo assim como também fez parte, como vimos, do imaginário anarquista para defender esta ideologia. Aqui destacamos a presença forte do imaginário da “Revolução Mundial” que era associada à Rússia, país que é visto pelo autor como a “dinâmica da Revolução Mundial”, e a IC como a “vanguarda do proletariado mundial”. Para o autor, a Rússia, que revive os seus mártires nas figuras dos líderes bolcheviques – Lênin, Trostsky, Lunacharsky e Zinoviev –, representava os heróis da “última guerra de classe”, demonstrando um certo messianismo.<sup>193</sup>

Devemos considerar também que as transformações pelo qual a Rússia realmente passou com a revolução, durante os anos de 1917-1920, e isso ainda em meio a resistência diante da guerra civil e da invasão estrangeira – transformações como as garantias sociais; a segurança do trabalho; a igualdade proclamada de salários entre homens e mulheres; a escolarização generalizada; o laicismo; a emancipação da mulher e a liberalização da família – tudo isso, feitos pelos soviets e pelas autoridades comunistas – que demonstraram uma autêntica vontade de efetivar estas transformações – influenciaram no mito da Rússia e na sua “visão” heroica, como a propagadora de uma “nova era” (FERRO, 1984, p. 62 e 80). Dessa forma, segundo Pinheiro (1992, p. 15), não devemos esquecer que os comunistas não tinham “consciência de suas ilusões”, pois a “Revolução Mundial” era vista como uma realidade. Os comunistas, portanto, “não dissimulavam os seus papéis”, ou seja, eles não estavam blefando, já que acreditavam efetivamente nestes “mitos”. Até mesmo porque, com a Revolução Russa de 1917, fortaleceu-se a crença na inevitabilidade histórica do socialismo, e com o capitalismo em crise por ter passado pela Guerra Mundial, e os levantes europeus entre 1918-1919 – destacando-se a revolução alemã – a crença numa “Revolução Mundial”, mesmo para os brasileiros comunistas nos anos 1920, não parecia infundada diante de um mundo em crise (HOBSBAWM, 1995, p. 62 e 74).

---

<sup>193</sup> Já enfatizamos a importância de Lênin e Trotsky na Revolução Russa. Já Lunacharsky era Comissário do Povo – governante comunista – para instrução pública nessa época. E Zinoviev, ao que tudo indica, fazia parte do CC (Comitê Central) do PC russo, e teve um papel importante nas resoluções insurrecionais do partido durante a revolução. Cf.:

<<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lunacharsky.htm>>

<<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/z/zinoviev.htm>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018. Lembremos que a revolução de outubro foi assim batizada em referência ao antigo calendário russo, por ter ocorrido entre os dias 24-25 de outubro, mas na verdade ela ocorreu em 6-7 de novembro de nosso calendário atual. O antigo calendário russo (juliano) foi abolido e substituído pelo gregoriano em 1918 (FERRO, 1984, p. 118-119).

Nesta mesma edição de *O Solidario*, iniciando na mesma página de capa e continuando a seguir, outro artigo sem autoria faz um resumo e oferece uma interpretação do processo revolucionário russo desde a introdução das ideias de Karl Marx no país. Quando se chega na revolução de 1917 destacamos as passagens:

Faz hoje sete annos que o mundo inteiro soffreu o maior dos abalos que a Historia jamais registrou.

[...]

Quem surge, então, do meio do incendio? Um Kerenski ambicioso e sem programma, ou antes, com um programma de antemão condemnado pelo povo revolucionario russo.

Onde estão os anarchistas? O que faz o povo? Os primeiros discutem theorias e o segundo destróe e saqueia. O que fazem os bolcheviques? Denunciam ao povo, pelo porta-voz que era a Duma, a traição de Kerenski em querer esgotar a saude do proletariado russo.

[...]

E a maior revolução se fez sem grandes derramamentos de sangue.

E foi assim que se realizou tão extraordinario acontecimento. E a dinamica que movimentou toda a engrenagem residia no soffrimento do povo e na tenacidade inegalavel desses dois gigantes da humanidade contemporânea: Lenine e Trotzky.

Daqui vos saudamos. Salve Heróes! O Proletariado do mundo vos acclama delirante!<sup>194</sup>

Mais uma vez sendo identificado na Revolução Russa um dos maiores “abalos que a História jamais registrou”, e expressando o ardor nesta fé, o autor do artigo diz que, quando Kerensky chegou à presidência do governo provisório, os bolcheviques denunciaram a sua traição. Contudo, naquele momento, enquanto o povo “destrói e saqueia”, os anarquistas “discutem teorias”, e que a revolução “se fez sem grandes derramamentos de sangue”. Podemos dizer que o autor demonstra, assim, uma visão excessivamente heroica e ingênua do processo revolucionário russo. Isso porque ele se refere nesta passagem à época em que o presidente do governo provisório, Kerensky, lança o país em uma nova ofensiva militar desastrosa em junho de 1917, que aumenta ainda mais as revoltas populares – já que a retirada da Rússia da Guerra Mundial era uma das principais exigências dos soviets. Nestas revoltas, conhecidas como “jornadas de julho”, não apenas os bolcheviques denunciaram esta traição, mas também os anarquistas participaram destas revoltas contra o governo provisório – ao lado dos bolcheviques. Aliás, houve anarquistas que também participaram da insurreição de outubro que resultou na queda do governo provisório – pregando também a paz imediata, a reorganização social de baixo para cima e o controle e a posse dos meios de produção pelos

<sup>194</sup> A grande revolução. *O Solidario*, Santos, 7 nov. 1923. Ano 1, nº 11, p. 01-02.

soviéticos. Então, longe de apenas “discutirem teorias”, os anarquistas russos participaram do processo revolucionário e suas organizações e experiências revolucionárias foram suprimidas com grande violência pelas autoridades comunistas.<sup>195</sup>

Poucos dias depois, no jornal *A Plebe*, encontramos um artigo representativo do quanto que o movimento anarquista no Brasil procurava produzir um pensamento crítico, e bem realista, em relação ao regime político na Rússia e as expectativas daquele momento para a luta dos trabalhadores. Aliás, esta fonte é um indício interessante do quanto que também as mulheres, naquela época, contribuíam para a militância do movimento operário e para a produção do pensamento político na imprensa operária. Em texto assinado por Isabel Silva, e comentando sobre o discurso proferido pela militante Maria Lacerda de Moura a respeito da Revolução Russa, que ocorreu em um festival operário em prol do jornal *A Plebe*, em 25 de agosto daquele ano de 1923, destacamos as passagens:

É que a oradora, em um bellissimo e elegante estylo oratorio, farpejando com destemida energia a constituição social vigente e enaltecendo o espirito de revolta, passou de repente a falar sobre a Russia, comprovando com estatísticas o que ha por lá hoje, muito além do que havia ao tempo de Nicolau II.

[...]

O regimen da Russia após o estrangulamento da revolução pode ser o que houver de excelente, mas o certo é que move atroz perseguição aos propagadores não só do anarchismo como de outros principios que não se cinjam ao seu programma – isso já ninguém mais ignora e está mais que provado.

[...]

Mas também é certo que, como notou D. Maria Lacerda, se perde precioso tempo, em detrimento da propaganda, em discussões extemporaneas e muitas vezes em litígios puramente pessoas, o que sempre lastimamos entre os companheiros e que é duplamente lamentavel, pois além de deprimir as

---

<sup>195</sup> Sobre a participação de anarquistas e bolcheviques nas jornadas de julho: (FERRO, 2011, p. 68-69). Em relação a atuação dos anarquistas desde as jornadas de julho e na insurreição de outubro, e suas experiências políticas em prol da autogestão social e da autonomia dos soviets – assim como a feroz repressão bolchevique a estas experiências –, Cf.: Skirda (2017, p. 75-77 e 101-103). Em relação a Duma, que é citada no texto, trata-se do parlamento russo. Com a revolução de fevereiro de 1917, e a queda do czar, a Duma se encarregou de formar o primeiro governo provisório para depois perder a importância na cena política, pois não existia nenhuma alternativa óbvia para a sucessão do poder, e ela própria seria incapaz de assumi-lo, já que não possuía reconhecimento. Este parlamento acaba sendo dissolvido apenas em outubro, por Kerensky, presidente do governo provisório, Cf.: Ferro (1984, p. 16 e 124); Reis Filho (2003, p. 45, 58-59) e Lewin (2007b, p. 341). Como já foi destacado, realmente houve uma radicalização dos movimentos sociais na Rússia naqueles meses devido à revolta contra a guerra mundial. Isso fez com que estes movimentos aderissem cada vez mais à plataforma bolchevique – que pregava o fim da guerra – como exemplo citamos para medida de comparação uma convocação do Soviete de Comitês de Fábrica de Petrogrado que afirma: “*A Duma do dia 3 de junho, que ajudou o tsar a oprimir o povo, agora exige um ataque imediato no front – para quê? Para afogar a liberdade conquistada no sangue, para satisfazer os opressores russos e ‘aliados’*”, (REIS FILHO, 2017b, p. 235). Ver na íntegra este documento intitulado “A radicalização dos movimentos sociais” que expressa a revolta dos revolucionários russos contra a guerra, assim como a insatisfação contra a Duma e o governo provisório.

nossas forças repercute fóra de nosso meio, avantajando os adversarios que seguem á porta da victoria.

Enquanto nos distrahimos em discutir sobre qualquer desacordo que surja em theoria, na pratica o operariado vai sendo envolvido num golpe de audacia cujas consequencias não se podem prever. A burguesia machina outras matanças.

Que de hoje em dia reine entre nós mais cordialidade para um resultado promissor no desempenho da grandiosa tarefa a que somos impelidos.<sup>196</sup>

Este artigo na verdade é a continuação de uma reflexão da autora sobre o movimento operário e o socialismo, como que oferecendo um “Ponderando” sobre certas questões, e que se inicia na edição anterior de *A Plebe*. Sabemos que Isabel Silva na verdade era um pseudônimo da militante anarquista Isabel Cerruti que, segundo Rodrigues (1995, p. 143), não há certeza se ela era de origem italiana ou natural do Brasil. Porém, o fato é que ela foi uma militante ativa na imprensa anarquista e que tinha profundos estudos da teoria ácrata – colaborando com o movimento também em conferências e participando de ligas e organizações feministas de cunho anarquista. Ao se referir sobre o discurso de Maria Lacerda de Moura – outra militante anarquista famosa do período – Isabel Silva, ou Cerruti, enfatiza que mesmo que as estatísticas apresentadas por Maria Lacerda demonstrassem que a Rússia naquele momento era melhor do que na época do czar Nicolau II, o certo era que o regime russo tinha promovido uma atroz perseguição não só aos anarquistas como também de todos que não seguiam o seu programa, e que isso já é algo que “ninguém mais ignora e está mais que provado”.<sup>197</sup>

Quando Isabel Cerruti se refere as perseguições políticas na Rússia não só dos anarquistas, mas também de outras tendências políticas, e que isso estava “mais que provado”, isso pode ser um indício que ela pode ter tido contato com as informações sobre a Rússia, que como já comentamos, eram vinculadas pela imprensa operária internacional. Sabemos que de fato, no plano político, o terror legalizado do regime comunista na Rússia se intensificou gradativamente desde a revolução e que atingiu todas as outras tendências e partidos socialistas, entre eles os anarquistas, os socialistas revolucionários e os mencheviques (FERRO, 1984, p. 89). Em um trabalho mais recente, o historiador Richard Pipes (2008, p. 237-238) contesta a tese que foi defendida pelos comunistas de que a repressão política foi uma lamentável necessidade devido os perigos e ataques da contrarrevolução. Pipes afirma

<sup>196</sup> Ponderando... *A Plebe*, São Paulo, 10 nov. 1923. Ano 6, nº 222, p. 02.

<sup>197</sup> Em relação a Maria Lacerda de Moura, educadora libertária, escritora feminista e jornalista polêmica, ela foi uma militante anarquista ativa no movimento operário paulistano desse período em inícios dos anos 1920. No ano de 1923, Maria Lacerda editava a revista feminina *Renascença* em São Paulo, com forte conteúdo libertário e feminista (RAGO, 2007, p. 275-278).

que a criação da Tcheka – a polícia política comunista e sua principal agência de terror – ocorreu em dezembro de 1917, antes de qualquer intervenção estrangeira e oposição interna organizada. E que a criação de tal organismo partiu da iniciativa do próprio Lênin, segundo os arquivos do partido, para promover o terror pelos bastidores, de forma implacável, e que promoveu um clima político de desconfiança e vigilância.<sup>198</sup>

Dessa forma, obtemos mais indícios de que o movimento anarquista no Brasil buscou questionar a forte propaganda positiva que circulava na época a respeito da Rússia com informações que eram verossímeis e atualizadas para a época – o que demonstra que o movimento libertário não apresentou um pensamento estático, mas que buscou interpretar os acontecimentos. Quando Isabel Silva não nega as “estatísticas” apresentadas por Maria Lacerda de Moura, mas contrapõe qualquer elogio ao sistema russo devido as suas perseguições políticas, ela deixa claro o problema do autoritarismo e de não haver liberdade política na Rússia. Apesar das mudanças reais na sociedade russa como já enfatizamos – inclusive com a liberalização dos costumes que conferiam maior liberdade as mulheres, como em relação ao divórcio e ao aborto, temas caros para as militantes feministas – Isabel Silva condena o regime russo porque é como se o seu autoritarismo colocasse, novamente, as discussões a respeito da Rússia no campo da teoria, pois foi uma revolução que resultou em um “estrangulamento”. Dizendo que estas discussões eram, portanto, “extemporâneas”, e que eram “desacordos que surgiram em teoria”, a autora desfaz da lógica da materialidade da Revolução Russa como algo que era palpável, evidente, como era visto pelos comunistas. Assim, ela ainda esboça um balanço dos efeitos de toda esta polêmica no movimento operário, que causou “litígios puramente pessoais” e prejuízos para a propaganda anarquista, apresentando inclinações menos sectárias, para que houvesse mais “cordialidade” entre os militantes.<sup>199</sup>

No entanto, ainda nesta mesma edição de *A Plebe*, no fim do jornal, um militante identificado com o codinome “O Secretario” escreve de Ribeirão Preto expondo discussões

---

<sup>198</sup> De acordo com Segrillo (2010, p. 79-81) Richard Pipes, historiador polonês que adquiriu notoriedade nos Estados Unidos, é um autor do período da Guerra-Fria, liberal e anticomunista, mas que realizou novos estudos após o fim da União Soviética com a abertura dos antigos arquivos secretos. Pipes enfatiza a tese da continuidade do autoritarismo na história russa, da era czarista ao período soviético.

<sup>199</sup> As medidas igualitárias entre os sexos e as mudanças nos costumes promovidas na Rússia pela revolução incitaram a imaginação da época. Na opinião pública internacional, a burguesia ocidental se sentiu ultrajada, passando a ver a Rússia soviética como o país do “estupro” e da “licenciosidade”. Podemos dar um certo crédito para a interpretação que inferimos das posições de Isabel Silva, de que o autoritarismo na Rússia anulou as suas mudanças, considerando que sob a administração de Stálin estas medidas de libertação sexual foram abolidas (FERRO, 1984, p. 68-69).

que ele afirma ter tido com os comunistas do Rio de Janeiro por correspondência. Nestas discussões ele oferece uma visão bem diferente da Revolução Russa:

[...] Portanto, o partido comunista não é mais o partido revolucionario intransigente, o partido anti-burguez, não é mais o partido que dava a verdadeira liberdade e abolia os privilegios, mas sim o partido liberticida de todas as liberdades individuais e collectivas. Não é mais o partido comunista. É o governo comunista.

Em que deu a revolução russa? Em os bolchevistas perseguirém os verdadeiros revolucionarios que de 1917 a 1919 combatiam os exercitos dos reaccionarios como Wrangel e outros. Para auxiliar o exercito vermelho o governo de Lenine entrou em relações com Makno e seus companheiros, para depois de se aproveitar de seus serviços ordenar a sua destruição e de seus aggregados, calumniando os como contra revolucionarios e saboteadores da revolução.

[...]

É uma questão grave que a historia registrará. A revolução russa falliu; e se o animo revolucionario do povo russo não esfriou, deve-se exclusivamente ao esforço dos anarchistas. Estamos assistindo aos ultimos lampejos do ideal revolucionario que conduziu á criação dos primeiros Soviets, aquelles que verdadeiramente representavam as aspirações populares dos soldados, dos operarios, dos camponeses.<sup>200</sup>

Paralelamente, assim, configurava-se entre os anarquistas o mito contrário, em consonância com a época: a classe operária não mais governa na Rússia, os soviets foram traídos (FERRO, 1984, p. 80). Insistimos nesse ponto, de inferirmos até onde a visão oficial, que o governo russo transmitia ao mundo, influenciava na apreciação dos comunistas brasileiros e até onde – nestes últimos – a visão da Rússia passava pelo filtro da distância e do desejo. Em relação à visão dos anarquistas, voltamos a destacar – salvo o seu imaginário dos “verdadeiros soviets”, que conduziriam a uma “revolução libertária” – a leitura que eles ofereciam eram mais próximas da realidade do que realmente aconteceu, à luz das pesquisas historiográficas atuais. O caso de Makhno é um exemplo, pois de fato a sua plataforma política de soviets livres e a desconfiança em relação as autoridades desagradou os bolcheviques. Estes, então, romperam a aliança com Makhno feita para se oporem aos exércitos contrarrevolucionários do general branco Wrangel. Depois que este foi derrotado, portanto, os comunistas puseram fim, como vimos, com a luta social de Makhno na Ucrânia (MAKHNO; BERKMAN; SKIRDA, 2001, p. 14-15; WOODCOCK, 2006, p. 207). Este texto de “O Secretário” representa, portanto, uma visão que se contrapõe diretamente à tese da “Revolução Mundial”, pois asseverava: a “revolução russa faliu”.

---

<sup>200</sup> De Ribeirão Preto: correspondencia trocada com os bolchevistas do Rio. **A Plebe**, São Paulo, 10 nov. 1923. Ano 6, nº 222, p. 04.



É importante lembrarmos que a imprensa periódica conferia uma dinamicidade no pensamento político que era publicado, para além dos textos clássicos e das “teses oficiais” das correntes políticas. As últimas fontes que analisamos evidenciam isso, como a de Isabel Silva que reflete acerca do socialismo. Como também o artigo de *O Solidario* e este último de *A Plebe*, por exemplo, que traziam toda uma discussão a respeito do pensamento de Marx – no primeiro – e de Bakunin – no segundo. Porém, destacamos apenas as passagens que dizem respeito aos nossos temas de análise.

No fim do ano, na série de artigos “Resposta necessária” que José Oiticica direciona aos comunistas, encontramos expressões significativas, mais uma vez, de que Oiticica foi um exemplo, no pensamento político anarquista, das tentativas de se fazer um diálogo entre as tendências e de evitar o sectarismo. Assim, as suas declarações também expressam indícios de que o pensamento anarquista foi dinâmico, buscando novas interpretações da realidade em resposta as críticas que foram feitas pelos comunistas em defesa da Rússia. Analisando os testemunhos e posições do que Oiticica indica como sendo dos ex-anarquistas e anarquistas russos sobre a revolução, os editores de *A Plebe* indicam que ele também publicou esta matéria no jornal *A Pátria*. Oiticica comenta:

Entretanto, não é verdade que os bolchevistas não possam ceder o poder, nem organizar a sociedade não autoritaria somente porque os operarios europeus e americanos ainda não derrubaram o capitalismo nos seus paises. Isso é um argumento para iludir os tolos. Elles não cedem o poder porque a manutenção desse poder, por um prazo mais ou menos longo, faz parte da theoria revolucionaria bolchevista, é ponto integrante de seu programma.  
[...]  
Pôr a culpa nas costas dos operarios europeus é um estratagemma um tanto feio.  
Houvesse ou não revolução européa os bolchevistas continuariam no poder.<sup>201</sup>

José Oiticica se refere às previsões dos líderes bolcheviques de que a comoção internacional pela Revolução Russa estenderia a revolução ao resto da Europa, e de que isso era indispensável para se construir o socialismo na Rússia já que, de acordo com a teoria marxista, a revolução comunista teria que ocorrer nos países avançados do capitalismo (REIS FILHO, 2003, p. 72; FERRO, 2011, p. 92).<sup>202</sup> Assim, para Oiticica este argumento para

<sup>201</sup> Resposta necessaria III. *A Plebe*, São Paulo, 8 dez. 1923. Ano 6, nº 224, p. 02.

<sup>202</sup> Ver ainda Hill (1967, p. 127-128) onde explica-se que Marx e Engels pressupunham que a organização de uma sociedade socialista – e posteriormente comunista – só poderia acontecer em um país altamente

justificar a ditadura soviética era um engodo e, com isso, ele começava a questionar o mito da Revolução Mundial. Entretanto, no próximo número do jornal, José Oiticica afirma a atuação dos anarquistas russos e pondera as críticas a serem feitas:

[...] Numerosos anarquistas morreram nas linhas vermelhas e não houve um só nas linhas brancas. Em toda a parte os anarquistas propagaram e realizaram, na medida do possível, greves, sabotagens, ocupações revolucionárias em defesa da Rússia ameaçada.

Portanto nós, anarquistas, sempre estivemos e estaremos com todos os actos, palavras e afirmações verdadeiramente revolucionárias dos bolchevistas, embora apontando como perigosas á causa da revolução, as medidas que nos pareçam desviatorias do verdadeiro rumo revolucionario.<sup>203</sup>

Para não colocar mais combustível no sectarismo, José Oiticica afirma que os anarquistas apoiariam os atos que fossem verdadeiramente revolucionários dos comunistas, ainda que com críticas. Para fundamentar isso, ele explicou que muitos anarquistas morreram na defesa da Revolução Russa ao lado das “linhas vermelhas” comunistas e que nenhum passou para o lado dos brancos (contrarrevolucionários). Realmente, houve alguns anarquistas russos que, diante da invasão estrangeira e dos perigos da contrarrevolução, se aliaram ao Exército Vermelho, ainda que a contragosto e sofrendo duras represálias com suas críticas (SKIRDA, 2017, p. 104-105).

Segundo a série de respostas, José Oiticica cita o discurso de um comunista chamado Senard em um congresso da ISV a título de exemplo para falar sobre a tese comunista de que o capitalismo – com a Revolução Russa – estava na sua crise final – e que o mundo rumava para uma revolução. Segundo ele, esse discurso foi publicado na revista *Movimento Comunista* e ainda cita esta revista para lembrar que também Astrojildo Pereira comungou desta mesma crença:

Não sei como concordar isso com as reiteradas declarações comunistas de que a burguezia capitalista agoniza, de que não ha salvação para a bancarrota do regimen. [...] O proprio Astrojildo Pereira se me não falha a memoria (não posso verificar agora) escreveu um artigo na mesma revista accentuando essa perda irremediavel e fatal bancarrota do capitalismo.

A conclusão deveria ser logicamente: “Sendo certa esta decomposição a ruina capitalista, cuidemos deste agora na revolução anarchica”. Com effeito, se a queda capitalista se vae fazer por desintegração do proprio capitalismo que se esphacela, nenhuma necessidade teriamos de addiar a revolução definitiva.

---

industrializado, por isso Lênin esperava que a Revolução Russa fosse um sinal para uma sequência de levantes no Ocidente da Europa, já que a Rússia ainda era predominantemente agrária e atrasada.

<sup>203</sup> Resposta necessaria IV. **A Plebe**, São Paulo, 22 dez. 1923. Ano 6, nº 225, p. 02.

A verdade, entretanto, é que muita illusão existe na supposição de Senard. O capitalismo esta fortissimo... e admiravelmente entrincheirado, entrincheirado até dentro do proprio proletariado. A Internacional de Amsterdam ainda é mais numerosa que a terceira de Moscow e nesta mesma penetra cada vez mais o espirito não “pequeno burguez”, mas “burguez de todo”, o espirito de politicagem, de camarilha, de manobra, de dominação, destruidor-mor de todo o espirito revolucionario e guia segurissimo para acordos suspeitos. [...]

[...]

Quanto á frente unica sempre o fizeram, como já accentuei, os anarchistas. Nossa dissidencia com a I.C. está sómente em que a I.C. não quer frente unica dos trabalhadores, mas frente unica dos trabalhadores “dentro do partido comunista”. [...].<sup>204</sup>

Estes artigos são citados em Dulles (1977, p. 177-178), mas sem grandes aprofundamentos. Assim, não conseguimos maiores informações sobre Senard e os referidos testemunhos dos anarquistas e ex-anarquistas russos que Oiticica se refere. Sabemos que houve anarquistas russos que aderiram ao regime comunista (SKIRDA, 2017, p. 105). Contudo, e o que é mais importante, é que José Oiticica oferece nesse momento uma nova interpretação e leitura da conjuntura do mundo, questionando a crença dos comunistas na ideia de “Revolução Mundial”, com o argumento de que o capitalismo continuava forte. Ele contraria, portanto, as ideias defendidas por Astrojildo Pereira que, como tivemos a oportunidade de observar em várias passagens, defendia esta ideia de Revolução Mundial – como, por exemplo, no artigo “Não nos assustemos com o debate” que analisamos em o *Movimento Comunista*, talvez seja até mesmo este artigo que Oiticica se refere. Concluindo que o capitalismo ainda continuava forte, e que ele estava no meio do proletariado, ele ainda condena tanto a Internacional de Amsterdam quanto a III Internacional de Moscou – já que ambas estariam contaminadas pelo espírito burguês da “politicagem” e da “dominação” – o que faz deste artigo fonte tão importante para as visões da Revolução Russa quanto das questões da organização operária. Inclusive, ele afirma que os anarquistas não são contra a “frente única” dos trabalhadores, mas que não aceitam se filiar à IC porque isso não é uma frente única e sim subordinação ao Partido Comunista. Devemos considerar, portanto, que estas interpretações representam uma certa inovação do pensamento anarquista naquele momento, expressas pelas considerações de José Oiticica que, de qualquer forma, foi um esforço crítico de rever uma visão que foi generalizada naquela época: o mito e o imaginário da “Revolução Mundial” e da “crise final do capitalismo”. Como bem expressou Hobsbawm (1995, p. 79), após a Revolução Russa: [...] A história contemporânea era a antecâmara da

---

<sup>204</sup> Resposta necessaria V. *A Plebe*, São Paulo, 5 jan. 1924. Ano 6, nº 226, p. 02.

vitória final para os que vivessem para vê-la [...]. Se a própria sociedade burguesa tinha tantos motivos para duvidar de seu futuro, por que estariam eles confiantes na sua sobrevivência? [...].

A esta altura muitas notícias a respeito da repressão bolchevique contra os anarquistas na Rússia estavam sendo cada vez mais estampadas na imprensa anarquista brasileira. Poucos dias depois, no jornal *O Trabalho*, do Rio de Janeiro, é publicado uma longa matéria no fim da edição onde há, inicialmente, uma nota da redação do jornal explicando do que se trata. Parece ser um artigo do militante Manuel Joaquim de Souza publicado no jornal *A Batalha* de Lisboa em resposta a um manifesto dos comunistas portugueses e que trata da situação da Rússia atual. A redação ainda explica, e deu a entender, que estas apreciações sobre a Rússia também tinham por base as declarações do anarquista russo Alexandre Berkman e que o mesmo tinha sido publicado na seção operária de *A Pátria*. Os redatores ainda salientam que o conteúdo “justifica de certo modo o movimento de Kronstadt”, “fielmente” narrado por Alexandre Berkman. Assim, destacamos as passagens:

E então no que se refere aos acontecimentos russos a crença chega a ser apaixonada, como se o espírito analítico dos factos não devesse existir para se poder formular um raciocínio o mais possível exacto das coisas.

[...]

Dirse-á que o espírito dogmatico domina certos cerebros, que nem toleram, como os antigos religiosos catholico-apostolico-romanos, o livre exame e a discussão, como se uma e outra coisa não fossem necessarias para averiguação da verdade. A isto chegaram criaturas, antes tão prescrutadoras, que só acceitam como verdade indiscutivel o que vem de Moscóvia, como para os catholicos só era objecto de fé o que provinha de Roma.

[...]

Se nós assim procedemos tratando-se dum regimen burguez, melhor o devemos fazer tratando-se dum Estado apresentado como “operario” de mais a mais quando nol-o apresentam como regimen experimental e sobre tudo quando se pretende tornal-o como que o eixo de toda a acção internacional do proletariado.

[...]

É o anarchista Anntónio Grigorevich Zelensnikof, que á frente dos marinheiros de Kronstadt, expulsa do Parlamento os deputados, para que a Revolução siga o seu curso de harmonia com as aspirações dos Soviets. Zelensnikof bateu-se, depois, em Ekaterinoslav, contra os guardas brancos contra-revolucionarios, e nessa lucta morreu. Denikine; um dos generaes contra-revolucionarios havia offerecido pela sua cabeça 400 mil rublos.

[...]

Os Soviets deixaram de constituir os organismos que exprimiam aspirações populares e proletarias, para serem transformados em órgãos do novo governo. A inscrição na bandeira bolche[vista] traduzida por: “Todo o poder aos Soviets”, foi apenas um meio para conquistar o Poder, meio que

consistiu, na phrase de Lenine, em “dizer á sua gente o que ella gosta sentir dizer.”<sup>205</sup>

Segundo consta nossas pesquisas, Manuel Joaquim de Souza era anarcossindicalista português e foi redator do jornal operário *A Batalha* de Lisboa. Sua militância foi marcada pela oposição obstinada contra os comunistas.<sup>206</sup> É interessante que o autor começa atacando as críticas que foram feitas aos anarquistas de que estes, ao discordarem do processo russo, estariam tomados pelo “espírito dogmático” – isso porque estas críticas dos comunistas, como vimos, também se manifestaram no Brasil. Assim, era mais um recurso de autoridade dos editores de *O Trabalho* apresentar as posições deste militante português que iam de encontro ao que os anarquistas brasileiros estavam pensando. O dogmatismo, agora, para o autor, expressava-se na visão dos comunistas, que aceitavam “como verdade indiscutível o que vinha de Moscou”. E que os anarquistas, portanto, tinham o direito de questionar um “Estado apresentado como operário” e que queria ser o “eixo da ação internacional do proletariado”.

A partir deste artigo os editores de *O Trabalho* afirmam que é justificado o movimento de Kronstadt. Isso porque Manuel Joaquim de Souza afirma que o anarquista russo “Zelensnikof” estava à frente dos marinheiros de Kronstadt, morrendo nas batalhas contra os contrarrevolucionários brancos – para que o curso da revolução seguisse em harmonia com as “aspirações dos soviets”. Assim, entendia-se, e foi interpretado dessa maneira pelos anarquistas de *O Trabalho*, a razão de Kronstadt ter se revoltado contra o governo comunista em 1921, porque a base naval tinha inspirações anarquistas. Conclui afirmando que os soviets deixaram de “exprimir aspirações populares e proletárias”, transformando-se em “órgãos do novo governo” e de que o lema bolchevique “todo o poder aos soviets” foi apenas um meio para Lenin conquistar o poder.

Em relação a revolta de Kronstadt de 1921, que gerou estes debates na imprensa operária, devemos constatar que os kronstadinos não propunham eliminar o partido comunista. Eles contestavam a sua exclusividade por ter colocado na ilegalidade os outros partidos e tendências queriam, assim, instituições pluripartidárias independentes do Estado. Os bolcheviques temeram, então, que as ideias dos kronstadinos ganhassem força e deram um ultimato a Kronstadt: rendição ou aniquilamento. Sem a rendição, o próprio Trotsky assume o comando da repressão, iniciando o bombardeio da base em 7 de março de 1921. Com isso, a

---

<sup>205</sup> Todo o poder aos soviets? – Como os communistas russos chegaram a ser governo. **O Trabalho**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1924. Ano 3, nº 5, p. 08.

<sup>206</sup> Cf.: <<http://arepublicano.blogspot.com/2013/06/o-sindicalismo-em-portugal-manuel.html>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

revolta transformou-se numa tentativa de uma *terceira revolução*, uma revolução dentro da revolução, pois os marinheiros declararam que a revolução de fevereiro de 1917 derrubou o czarismo, a de outubro derrubou o governo provisório burguês e a terceira, a de 1921, queria abolir a ditadura do partido comunista e seu capitalismo de Estado, instituindo os sovietes livres (ARVON, 1984, p. 111-112).<sup>207</sup>

Quando Manuel Joaquim de Souza afirma que os sovietes “deixaram de constituir os organismos que exprimiam aspirações populares e proletárias” e de que o lema “todo o poder aos sovietes” foi usado por Lênin para conquistar o poder, na verdade ele estava expressando um debate que já ocorria no meio anarquista e que estava em consonância com o que os anarquistas russos proferiam sobre a experiência revolucionária de seu país. Não se tratava apenas de uma crítica ideológica, pois os bolcheviques preconizaram o poder dos sovietes na medida em que o seu partido os controlasse – já que eles tinham se oposto a esse poder nos momentos que não possuíam o controle dos referidos comitês e conselhos (FERRO, 1984, p. 61). O anarquista russo Yartchuk, que participou da revolução, expressou a ideia de que os sovietes não eram anarquistas, mas, ao desferirem um golpe contra o Estado centralizado, desfazendo seu aparelho, apresentaram-se como um estágio transitório em direção ao anarquismo. Por isso, os libertários tinham que se inserir nas organizações proletárias para propagar a ideia dos sovietes livres, em consonância com a mensagem do grupo Nabat. Foi justamente durante o período revolucionário na Rússia, que a propaganda anarquista foi mais forte do que em qualquer outro país na época, com a publicação de jornais, livros, panfletos e organização de manifestações e conferências (YARTCHUK, 1997, p. 21). Rocker (2007, p. 41, 45-46 e 77), no seu livro *Os Sovietes traídos pelos bolcheviques*, escrito em 1921, já afirmava o quanto a situação extremamente difícil da Rússia soviética no período da guerra

---

<sup>207</sup> Em relação ao anarquista russo citado, na verdade o seu nome era Anatol Zelesniakov, ele de fato esteve à frente dos marinheiros de Kronstadt, mas na época das jornadas de julho de 1917 contra o governo provisório de Kerensky. Zelesniakov também participou, nomeado como comandante, do assalto do Palácio de Inverno na revolução de outubro (SKIRDA, 2017, p. 75-76). De fato, ele morreu na luta contra os russos brancos (ARVON, 1984, p. 21). Sobre a influência dos anarquistas no soviete de Kronstadt podemos dizer que a criação espontânea dos sovietes e sua tentativa de uma democracia direta, favoreceu a penetração de ideias anarquistas entre os marinheiros de Kronstadt. Houve alguns anarquistas em seu soviete, mas eles eram minoria, de forma que não tiveram um papel central no episódio da insurreição de 1921. O comitê revolucionário de Kronstadt em 1921 chegou a convidar o libertário Yartchuk – que participou ativamente no soviete local em 1917 – porém ele já se encontrava estritamente vigiado pela tcheka – polícia política bolchevique – e não pode participar dos eventos (ARVON, 1984, p. 18-21). Segundo o historiador Paul Avrich (2006, p. 170) há indícios que anarquistas de toda a Rússia, naquele momento, expressaram solidariedade à insurgência dos marinheiros da velha base naval. Já sobre Alexandre Berkman devemos salientar que ele foi, ao lado de Emma Goldman e junto com ela, um anarquista de origem russa que foi deportado dos Estados Unidos, devido as suas militâncias políticas naquele país. Deportados, eles foram para a Rússia depois da revolução de 1917 – encontrando asilo na “pátria do proletariado” –, assim, Alexandre Berkman e Emma Goldman tentaram intermediar os conflitos entre Kronstadt e o governo comunista para evitar o derramamento de sangue, pois acreditavam que o uso da força seria prejudicial para a revolução social em curso (GUÉRIN, 2015, p. 125).

civil foi conveniente para os bolcheviques combaterem os seus opositores políticos e, assim, despojar pouco a pouco todo o poder político dos conselhos (soviets) e subordiná-los ao governo central – disfarçado sobre o nome de “ditadura do proletariado”. E de que a ideia de “conselhos” operários, portanto, nada tinha a ver com a ideia de “ditadura”.<sup>208</sup>

No entanto, parece que as contundentes críticas dos anarquistas aos rumos tomados pela revolução soviética não abalavam a confiança dos comunistas em relação a Rússia. Algum tempo depois em um artigo de capa assinado sob o nome de Antonio Leão Velloso, publicado no jornal *O Internacional* de São Paulo, encontramos um comentário a respeito das declarações de um economista chamado Charles Gide após sua viagem a Rússia:

[...] Veiu dal-a o professor Charles Gide. Esteve na Russia, contemplo-a e sentiu o calor da fogueira que deveria devorar a civilização occidental, conforme rezavam as profecias dos videntes burguezes. Mas encontrou tudo em muito bôa ordem. Basta dizer que, entre outros espectaculos reconfortantes a que assistiu, deparou com um discipulo seu, antigo alumno da Faculdade de Direito de Paris, desempenhando a funcção de ministro das Finanças... Encontrou, em Riga, armazens abarrotados de mercadorias; as creanças tratadas com um carinho excepcional, o rublo ouro representando uma moeda mais sã do que o franco. Foi assim com muita razão que o professor Charles Gide pôde resumir as suas impressões sobre a Russia, nas seguintes palavras: “Lá existe a dictadura do proletariado no sentido exacto do termo. Vi-a e não me apavorei...”<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> Pano Vassilev (1901-1933), anarco-sindicalista búlgaro, desenvolveu um dos primeiros estudos, do ponto de vista anarquista, sobre este assunto na década de 1920. Vassilev argumenta que a teoria dos soviets não tinha nada em comum com o sistema de governo soviético, de que a ideia dos soviets é de uma organização da vida social, em que há a regulação da produção e da distribuição dos bens produzidos, por meio de encontros e reuniões de trabalho dos delgados diretos – substituíveis e desprovidos de qualquer poder – das organizações profissionais. Uma ideia, portanto, incompatível com a política bolchevique, com sua tendência estadista e seu sistema ditatorial na regulamentação da vida social (VASSILEV, 2008, p. 17). O autor búlgaro salienta que a ideia dos conselhos de trabalhadores para regular a vida econômica não nasceu na Rússia, em 1905 e 1917, pois ela já era discutida desde a época da Primeira Internacional, e que com o desenvolvimento posterior do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo na França, a ideia dos conselhos se desenvolveu e consolidou-se no movimento operário e socialista (VASSILEV, 2008, p. 36 e 55-56). Por outro lado, também é necessário destacar, como uma expressão do pensamento das esquerdas acerca dos conselhos operários, a contribuição do teórico marxista holandês Anton Pannekoek (1890-1965) que também destaca a inovação revolucionária do funcionamento dos conselhos operários, ao qual os soviets russos teriam sido uma experiência efetiva e avançada. Ele enfatiza, no texto *Os Conselhos Operários* de 1936, que no processo de luta de classes os trabalhadores constituíram comitês e conselhos que são compostos de delegados que representam as decisões e demandas das assembleias operárias – assembleias estas que inclusive designam os delegados dos conselhos (soviets). Estes representantes (delegados), por sua vez, faziam a ponte entre as assembleias superiores e as respectivas fábricas representadas. Estes delegados eram revogáveis a qualquer momento e o conselho ou comitê operário nunca poderia se tornar um poder independente. Assim, a base (os operários e trabalhadores) estavam em contato direto com seus delegados já que estes não eram perenes e só podiam expressar a opinião dos trabalhadores, pois só eram designados indivíduos que se conformassem às opiniões dos trabalhadores. Esta forma de parlamentarismo operário e de democracia direta construída a partir das bases – que foi a própria experiência dos soviets na Rússia – é tida por Pannekoek como a própria encarnação da ditadura do proletariado, onde o processo da luta de classes engendrou os órgãos dessa ditadura: os soviets. Cf.: <<https://www.marxists.org/portugues/pannekoek/1936/mes/conselhos.htm>>. Acesso em: 19 de março de 2019.

<sup>209</sup> Victorias do socialismo. **O Internacional**, São Paulo, 1 abr. 1924. Ano 4, nº 71, p. 01.

Não conseguimos obter informações sobre Antonio Leão Velloso mas Charles Gide, de fato, foi um importante economista e historiador francês que também teve um ativismo social.<sup>210</sup> É claro que sempre devemos lembrar, como atenta Ferro (1984, p. 58 e 80), que todas as conquistas sociais concretas do regime russo – e que envolvia a legislação trabalhista – eram medidas esperadas pelo Ocidente que suscitaram grande entusiasmo e ajudou, portanto, na formação do mito russo enquanto o “paraíso socialista”. E que, assim, desde o início da Revolução e até aquela época, a desinformação sobre o país era muito grande e o mito russo foi necessário para aqueles que mantinham suas esperanças. Em face das informações negativas que vinham da Rússia formou-se, então, uma recusa em escutá-las na opinião militante de esquerda, mesmo quando estas críticas provinham da própria esquerda.

Um artigo significativo e importante a respeito da opinião dos comunistas brasileiros sobre a URSS encontramos em *O Trabalhador Graphico* de São Paulo, na comemorativa edição de 1º de maio, onde, já no título, destaca-se que se trata das próprias palavras de um delegado do PCB que se encontrava em Moscou:

MOSCOU, 6 de março.

É impossível, nestes simples bilhetes dizer o que isto é aqui, na grande Rússia Vermelha. De resto, para penetrar a fundo na obra imensa realizada e em vias de realização, só com uma permanência demorada. Eu apenas antevejo, através das apparencias immediatamente visiveis, a profunda transformação deste periodo heroico de transição. A cada passo me vem á lembrança a imagem de um grande edificio em reconstrucção.

A primeira impressão que se tem aqui, é a da fartura. Os armazens e as cooperativas estão abarrotados de generos e artigos de toda a sorte. Creio bem que em nenhuma cidade da Europa haverá tanta fartura. Enquanto a Europa capitalista, empobrecida, esfomeia as populações laboriosas, a Rússia Proletaria, cada dia mais rica, abastece abundantemente seus milhões de operarios e camponezes libertos.

Este contraste é de uma significação decisiva para os revolucionarios de todo o mundo.

Hontem, effectuou-se na Casa dos Sindicatos (o antigo Club da Nobreza), uma sessão solenne commemorativa do jubileu da IC.

Deixou-me uma impressão inolvidavel. O palácio é de um luxo sobrio, elevado, confortavel.

[...]

Uma assembléa nitidamente, caracteristicamente “proletaria”. Homens e mulheres. A grande assembléa era composta da nata do communismo de Moscou – e esta nata é composta em sua esmagadora maioria, de authenticos operarios.<sup>211</sup>

<sup>210</sup> Cf.: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Charles\\_Gide](https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Gide)>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

<sup>211</sup> A palavra do delegado do Partido Comunista, em Moscou. **O Trabalhador Graphico**, São Paulo, 1 maio 1924. Ano 3, nº 48, p. 04.



Apesar de não estar especificando quem é esse delegado brasileiro – ao qual, no fim do relato, o narrador afirma que no final desta cerimônia em Moscou foi cantado o hino da Internacional, e que ele cantou em português – sabemos que se trata de Astrojildo Pereira. Nessa época, Astrojildo Pereira se encontrava na URSS a fim de participar do V Congresso da IC. Porém o congresso foi adiado com o falecimento de Lênin, em janeiro de 1924, e o evento foi adiado para junho. Aguardando a abertura do congresso em Moscou, Astrojildo observava a situação e escrevia cartas para os jornais operários brasileiros buscando fortalecer o PCB (DULLES, 1977, p. 179). Esse artigo já demonstra a influência que os comunistas tinham no jornal *O Trabalhador Graphico* de São Paulo.

É muito importante o fato de Astrojildo Pereira, um dos principais nomes do PCB, ter relatado as suas impressões sobre a Rússia como um visitante que a estava conhecendo pessoalmente. Ficam evidentes em seu texto imagens e representações sobre o país que já eram cultivadas desde antes, como a “grande Rússia Vermelha” e a “Rússia Proletária”, e reforçando a imagem e a visão de que este país passava por um “período heroico de transição”. É claro também que a crença e a atração que a URSS exercia sobre os comunistas na época partia de toda uma visão e imagem que a Rússia buscava transmitir ao mundo, mas também se fundamentava em fatos que eram reais. Quando Astrojildo relata a respeito da fartura econômica que ele observara, nos “armazéns” e “cooperativas”, enquanto a “Europa capitalista empobrecia”, isso é um reflexo das melhoras de condições que, de fato, a Rússia passava naquele momento em 1924. Naquele ano, os efeitos da Nova Política Econômica (NEP), já haviam provocado um renascimento econômico no país, aliviando as dificuldades da classe operária e conferindo um rápido, e inesperado, crescimento industrial que provocou grande otimismo nas autoridades bolcheviques (FITZPATRICK, 2017, p. 158 e 169). Aliás, quando Astrojildo afirma que na assembleia comemorativa da IC, que ele assistiu em Moscou, a “nata do comunismo” era composta em sua maioria de “autênticos operários” ele está, também, se referindo a uma realidade, pois naquela época o PCUS reafirmou o compromisso de uma identidade proletária e recrutou centenas de milhares de operários como membros do partido, incentivando a ocupação de cargos administrativos como uma propaganda, para se continuar criando uma “ditadura do proletariado” (FITZPATRICK, 2017, p. 158).<sup>212</sup>

---

<sup>212</sup> Trabalhos historiográficos mais recentes como a da australiana Sheila Fitzpatrick (2017) – historiadora revisionista, que é considerada uma das maiores pesquisadoras da Revolução Russa –, de acordo com Segrillo (2010, p. 76), contorna as visões críticas tradicionais de uma classe operária sendo enganada por um Estado pretensamente operário que na verdade era dominado pela burocracia. Ela enfatiza que houve, também, uma “revolução cultural” que elevou o nível educacional da classe operária russa e que colocou vários representantes da elite operária no poder, mesmo durante o stalinismo. Contudo, inserir elementos operários na burocracia, numa época em que a autonomia dos soviets já tinha sido suprimida, como enfatizamos, não pressupõe uma

Em uma edição de *A Plebe* que não conseguimos obter nos arquivos, e que se encontra em uma antologia de documentos, dessa vez de Edgard Rodrigues, destacamos comentário pertinente dos editores do jornal contra Astrojildo Pereira. Essa passagem é interessante porque evidencia que os militantes continuavam debatendo mesmo fora dos espaços dos jornais:

Pois bem, Astrojildo disse em suas cartas que se os anarquistas russos lessem o nosso modesto artiguete ficariam indignados. É como resposta a essas cartas que nós iniciamos hoje a publicação do artigo de Emma Goldman, a valente anarquista russa que, expulsa da América do Norte, entrou na Rússia e pôde falar com Lenin e observar de perto toda a sua obra e a de seus colaboradores, acabando por se convencer de que tudo que eles faziam a outra coisa não levava ao estrangulamento da revolução libertadora [...].<sup>213</sup>

No ano de 1924, portanto, o líder comunista Lênin falece na Rússia, isso gera uma série de polêmicas e ataques entre os militantes anarquistas e comunistas na imprensa operária. No fim de maio, *A Plebe* publica parte do artigo de Emma Goldman que havia sido anteriormente anunciada. Neste artigo ela faz uma análise da vida de Lênin e da Revolução Russa ao qual destacamos:

A paz de Brest-Litovsk foi o golpe de morte na revolução. A criação da Tcheka transformou a Rússia num matadouro humano. A cobrança violenta do imposto agrícola, com suas expedições punitivas, destruiu milhares de vidas e povoações inteiras. Kronstadt e o seu imposto de sangue. O decreto de guerra sem quartel contra a oposição operaria e contra os anarco-sindicalistas. [...] E enfim, o regresso ao capitalismo por meio da NEP (nova política economica). Tudo isto, e muito mais, surgiu do cerebro do homem que é hoje canonizado como o Santo da igreja comunista; todas essas medidas ajudaram a suffocar a revolução, a destruir as esperanças do povo russo.

[...]

[...] Elle conseguiu reinstaurar o que a Revolução tinha deitado a baixo; capitalismo, exploração e tudo o que isso se deriva. Nada de espantar, portanto, que Lenine fosse enterrado com a pompa dum pontentado, e que a sua realeza seja agora reconhecida por todos os poderes europeus. Porque não? A Revolução esta morta. Viva o Leninismo!!!

[...]

---

efetiva democracia socialista. Ao que tudo indica, houve um exagero de Astrojildo Pereira ao dizer que a “Rússia proletária abastece operários e camponeses libertos”. De acordo com um trabalho atual do historiador Daniel Aarão Reis (2017a, p. 168), durante o período da NEP, apesar de ter ocorrido uma recomposição do pacto político entre as autoridades comunistas e o campesinato, que conferiu algumas garantias básicas aos camponeses como a liberdade de comércio, as liberdades políticas e de participação no poder pelo campesinato, contudo, tinham sido suprimidas, com seus partidos políticos destruídos e postos na ilegalidade – com lideranças mortas, presas ou no exílio.

<sup>213</sup> Estocadas Bolchevistas-Comunistas. *A Plebe*, São Paulo, 24 maio 1924 (Apud RODRIGUES, 2005, p. 197).

Mau grado tudo, a ultima palavra sobre o destino da Russia ainda não foi dita. O povo, tão sublime durante os dias de outubro, erguer-se-á de novo para provar que o triumpho de Lenine e de tudo que se lhe seguiu, foi ao mesmo tempo a sua tragica derrota.<sup>214</sup>

Podemos imaginar como poderiam impactar palavras fortes como estas naquela época, quando a força do mito soviético ainda era forte, e isso perfaz o clima psicológico que produziu o pensamento político expresso na imprensa operária. A paz de Brest-Litovsky que ela se refere foi a paz que os russos assinaram com os alemães, que ela acusa como sendo o “golpe de morte da revolução”, pois, nesse tratado, os russos entregam a Ucrânia aos alemães. Então, Emma Goldman critica esse tratado, possivelmente por ele ter introduzido os exércitos contrarrevolucionários no país, prejudicando a luta de Makhno (FERRO, 2011, p. 94). A declaração da anarquista transparece o mito contrário que foi se configurando nessa época, da Rússia como uma tirania sem precedentes, onde Kronstadt pagou o seu “imposto de sangue” e a NEP era o renascimento do capitalismo no país (FERRO, 1984, p. 81). Para Emma Goldman, nenhuma revolução podia ser verdadeira se não rejeitasse toda a tentativa de centralização e lutasse para provocar uma reavaliação e transformação de todos os valores econômicos, sociais e culturais. O que era impossível se ocorresse um abismo separando o proletariado e os intelectuais (por estes últimos tornarem-se a burocracia dirigente), para ela, um dos grandes erros de Lênin (GOLDMAN, 1981, p. 140-149).<sup>215</sup>

No dia seguinte o jornal *Voz Cosmopolita* do Rio de Janeiro publica uma pequena nota de Astrojildo Pereira escrita direto da Rússia:

Os anarchistas, aqui, não exercem a menor influencia social. É falso que sejam perseguidos por propaganda.  
As cousas russas ultrapassaram, para melhor, minhas expectativas.<sup>216</sup>

Na mesma edição, logo abaixo da nota de Astrojildo, um pequeno artigo da redação do jornal expunha uma breve resenha do livro de Octávio Brandão *Rússia Proletária*, que,

<sup>214</sup> Vladimir Ilytch Onlianoff Lenine. **A Plebe**, São Paulo, 31 maio 1924. Ano 6, nº 238, p. 02.

<sup>215</sup> Emma Goldman (1869-1940) tinha partido da Rússia jovem com sua família, devido aos rigores do czarismo, ficou famosa no movimento anarquista internacional como oradora e defensora dos direitos da mulher. Em um texto extraído de seu livro *My Further Disillusionment with Russia*, de 1924, que também consiste nas suas memórias da Revolução Russa, ela parte de um conceito de “progresso” que consiste na aceitação mais ampla do princípio da liberdade contra a da coação (GOLDMAN, 1981). Na íntegra de suas memórias – que colhe relatos de trabalhadores russos – podemos constatar que ela também criticava a militarização da indústria na Rússia nos conturbados tempos da guerra civil, sendo contrária a abolição do sistema colegiado das fábricas (decisão pelos soviets) em favor da gerência industrial militar imposta pelo governo comunista (GOLDMAN, 2017, p. 103-104).

<sup>216</sup> Os anarchistas. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1924. Ano 3, nº 47, p. 03.

segundo a redação, foi editado pelo jornal. Nos comentários sobre o livro exprime-se a visão dos comunistas sobre a revolução e o regime russo:

Adepto fervoroso das theories de Marx, neste trabalho, Octavio Brandão reivindica para os communistas a autoria da grande revolução, considerando o regimen actual russo como uma phase transitoria, indispensavel, para a completa e perfeita igualdade de classes. A ditadura proletaria, que hoje domina o grande paiz europeu, é esse periodo transitorio. Sair da burguezia para o anarchismo, seria, na opinião de Octavio Brandão, uma pura chimera e, como tal, irrealizavel.<sup>217</sup>

Afirmando que os anarquistas não tinham a menor influência na Rússia, e de que era falso que eles fossem perseguidos, Astrojildo Pereira ignorava que a supressão das organizações anarquistas na Rússia já tinha acontecido antes, inclusive pela perseguição de sua propaganda. Já em abril de 1918, a repressão bolchevique executa vários anarquistas em Moscou e encarcera centenas, além de fechar seus periódicos (SKIRDA, 2017, 103-104).<sup>218</sup> A visão de que os comunistas tiveram a “autoria da grande revolução” é reforçada pelo artigo sobre o livro de Octávio Brandão. É interessante que esse artigo expressa com clareza o imaginário comunista do processo revolucionário russo, em que o regime atual na Rússia era visto como uma “fase transitória”, já que se constituía na própria concretização da ditadura do proletariado. Com isso, passar da “burguesia para o anarquismo era uma quimera”, algo irrealizável.

No fim de nosso primeiro período de análise, no dia que se inicia o segundo levante tenentista em São Paulo, o jornal *A Plebe* publica um artigo de um dos editores do jornal, Pedro Augusto Motta. Este artigo era uma resposta a uma série de polêmicas que foi travada entre este anarquista e Astrojildo Pereira em torno das discussões sobre a morte de Lênin, artigo este citada por Dulles (1977, p. 182). Contudo, Dulles, mais uma vez, se atem muito aos ataques pessoais entre os militantes e não se aprofunda na análise. Destacamos, então, mais uma passagem ilustrativa em que se revela, entre os anarquistas, aspectos do imaginário da “revolução libertária”:

<sup>217</sup> Rússia Proletaria. **Voz Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 1 jun. 1924. Ano 3, nº 47, p. 03.

<sup>218</sup> É interessante que Astrojildo Pereira tenha dito que as condições na Rússia: “ultrapassaram, para melhor, minhas expectativas”. Pois, talvez, os seus elogios a URSS – como também quando ficou deslumbrado com o “luxo” na assembleia da IC em Moscou – não sejam apenas comprometimento ideológico. De acordo com Ferro (1984, p. 73-74) há relatos, inclusive do já citado anarquista Gaston Leval, de que os delegados internacionais que se deslocavam até Moscou na Rússia para participar dos congressos da IC eram tratados como “turistas” e “personalidades”, de forma que eram muito bem recebidos para ter uma boa impressão do país.

E para destruir essa nossa pergunta, responde que Lenine se apoderou da revolução “por incapacidade e impotencia nossa que não a defendamos”. Poderíamos entrar em largas considerações sobre este ponto, mas isto seria recapitular tudo quanto conhecemos da história da revolução russa e o nosso jornal não o comportaria. Apenas, limitamo-nos a dizer com Jean Grave: “É que é mais facil estabelecer um programma e decretar que todos tem que se conformar com elle, de que estudar as aspirações de cada um e achar o methodo que lhe convem”.

Foi o que fez Lenine, certamente sabendo que o povo aceitaria mais facilmente uma organização estatal, que libertaria, lhe entoou o hymno da ditadura proletaria e, depois, lhe apresentou a ditadura de um partido – o Partido “Communista”.<sup>219</sup>

Respondendo para Astrojildo Pereira, e segundo Pedro A. Motta, parafraseando suas próprias palavras, o anarquista também cita Jean Grave para defender que a organização estatal era mais fácil de ser aceita do que a organização libertária, pois tratava-se apenas de “estabelecer um programa e decretar que todos” tinham que se conformar a ele. Era assim, segundo Pedro A. Motta, o que Lênin tinha feito na Rússia “entoando o hino da ditadura proletária”, que na verdade era a ditadura do partido, que ele sutilmente questiona que era “comunista”.<sup>220</sup>

Após esta longa análise dos temas da *Organização Operária* e da *Rússia Soviética* nestes tempos “quentes” de cisão e conflitos no movimento operário podemos apontar algumas conclusões preliminares. Isso porque estes dois temas estão intimamente relacionados, o que muitas vezes torna difícil classificar uma fonte entre um ou outro. Porém, se há um elemento e uma característica que tivemos a oportunidade de observar na análise destes debates na imprensa operária é o conteúdo, o teor e a qualidade muitas vezes emotivo e passional das reflexões e discussões que eram publicadas.

Certamente que os rompimentos ideológicos no seio da militância operária com a fundação do PCB, os conflitos e disputas entre anarquistas e comunistas pelos espaços sindicais, a concomitante perseguição e repressão estatal e, também, as ligações pessoais e afetivas que houve entre os militantes adversários eram fatores que potencializavam as paixões nas páginas dos periódicos operários. E é neste ambiente psicológico “quente” que os “conflitos de utopias” entre as correntes libertária e marxista do movimento operário

<sup>219</sup> Resposta a um curador de ‘engasgos’ engasgado com a pílula bolchevista. **A Plebe**, São Paulo, 5 jul. 1924. Ano 7, nº 243, p. 03.

<sup>220</sup> Jean Grave foi um famoso anarquista francês que editou periódicos libertários junto a Kropotkin no final do século XIX (WOODCOCK, 2006, p. 72-73). É interessante que Pedro A. Motta tenha defendido que a organização estatal é mais “fácil” que a libertária, pois segundo a filosofia anarquista a primeira vem de um princípio de coação, enquanto que a organização social segundo o anarquismo não seria regida pela autoridade, mas pela mútua concordância entre todos em um contínuo desenvolvimento das consciências (WOODCOCK, 2007, p. 23).

brasileiro se deram, “tempos quentes” e férteis, portanto, para a produção dos imaginários políticos.

Por outro lado, estes fatores de conjuntura interna do movimento operário brasileiro não foram os únicos condicionantes deste ambiente psicológico intenso, propício para o imaginário, pois houve fatores externos. O sonho da utopia proletária e socialista, como vimos, não foi o mesmo após o advento da Revolução Russa, pois tanto para os que aderiram a ela como para os que a ela se opuseram, todo o pensamento político a respeito da revolução e da organização operária precisaram ser repensados. Este caldo psicológico explosivo para o surgimento dos imaginários, portanto, ainda teve adicionado os sentimentos que a adesão ou a condenação em relação a Rússia despertavam nos militantes operários, devido a força que teve este evento:

[...] Foi a primeira revolução proletária, o primeiro regime na história a empreender a construção da ordem socialista, prova não só da profundidade das contradições do capitalismo, que provocaram guerras e crises, mas também da possibilidade – da certeza – de que a revolução socialista triunfaria. Foi o começo da revolução mundial, o começo de um mundo novo. [...]. (HOBSBAWM, 1982a, p. 15).

Com isso, além das questões ideológicas, a adesão ou a oposição a Rússia se tornaram um palco de disputas simbólicas na imprensa operária. A crítica anarquista ao poder político centralizado e, sobretudo, ao marxismo, em choque com a força do mito da Revolução Mundial, produziu uma série de ataques pessoais na imprensa trabalhista – que buscamos evitar – e até mesmo ataques físicos entre militantes. A segurança psicológica dos comunistas de contarem com um regime socialista estabelecido na Rússia, diante da difícil construção da utopia libertária de um socialismo antiautoritário dos anarquistas, construíram, desde aquela época, preconceitos e estereótipos em relação ao anarquismo, muitas vezes obscurecendo a sua incisiva crítica política ao poder.<sup>221</sup>

As disputas de verdade em torno do que era a Rússia influenciaram diretamente as dinâmicas das lutas e da organização operária no Brasil. É neste ponto que os imaginários

---

<sup>221</sup> A força da imagem da Rússia Soviética – como a “pátria proletária” – conferiu aos comunistas, no Brasil e no mundo, uma força retórica e um sentido prático muito grande (SAMIS, 2002, p. 271). Os preconceitos marxistas na historiografia em relação ao anarquismo são visíveis, como o próprio Hobsbawm que afirma que o atrativo do anarquismo era emocional e não intelectual, e de que apesar de ser um elemento crítico útil, o anarquismo não tem qualquer contribuição significativa a fazer à teoria socialista (HOBSBAWM, 1982c, p. 91 e 96). É interessante que Hobsbawm, no mesmo livro, reconhece o anarquismo como a tradição libertária do comunismo, contudo, talvez por insuficiências das pesquisas históricas da época, afirma que a atitude dos bolchevistas dentro e fora da Rússia foi, por um momento, mais benevolente em relação aos anarquistas (HOBSBAWM, 1982b, p. 67).

políticos, expressos como representações políticas, incidiram sobre as práticas políticas dos militantes que editavam a imprensa operária – órgãos centrais da luta trabalhista. Assim, se por um lado, os comunistas exploraram as imagens da “Revolução Mundial”, das “realizações socialistas da Rússia” e da “luta heroica do povo russo”; os anarquistas se apegaram, por sua vez, nas imagens da “Revolução Libertária”, dos “soviets livres como embriões da ordem anárquica”, e da imagem da “revolução traída”. Estas lutas de representações opostas estiveram, portanto, no centro de disputas simbólicas do movimento operário e incidiram diretamente nas discussões a respeito das organizações operárias. É interessante notar neste ponto as relações que observamos entre os “imaginários políticos” (expresso pelos mitos, símbolos e representações) e as ideias políticas mais objetivas e claras em relação a organização da luta trabalhista. Isso porque a defesa dos imaginários políticos em disputa – como a “revolução libertária” dos anarquistas e a “revolução mundial” dos comunistas – condicionavam os argumentos, posições e expectativas dos militantes no pensamento político a respeito de como deveria proceder a organização da luta operária.

Observamos também que, diante de muitos estudos históricos que revelam aspectos importantes do processo revolucionário russo, e de seus impactos no Brasil, podemos inferir a partir da análise de nossas fontes que as apreciações da imprensa comunista sobre a Rússia – muitas vezes se utilizando, assim, da importância simbólica de textos de autoridades soviéticas, e demonstrando confiança nas suas diretrizes para o movimento operário – eram “filtradas” pelo desejo, pela esperança e – até que ponto – por uma certa autocensura que barrava as opiniões críticas. Enquanto que o pensamento anarquista, contudo, também não se manteve estático diante dos impactos da experiência russa, pois houve manifestações críticas tanto de se repensar as estratégias dos libertários para o movimento operário quanto de se realizar uma nova leitura do processo russo e da própria conjuntura mundial – lançando-se mão, também, de importância simbólica, de relatos e informações os mais próximos possíveis das experiências dos anarquistas russos provenientes da imprensa operária internacional.

Sendo assim, a riqueza desta documentação para o estudo do pensamento e do imaginário político é muito grande. Muito material importante e interessante ficou de fora, de forma que a nossa análise está longe de esgotar as suas potencialidades de pesquisa. Os “conflitos de utopias”, particularmente intensos neste período, devido às cisões da militância e aos rigores da repressão, ainda tiveram que passar em meio ao fogo da crise política dos

levantes tenentistas – que iriam alimentar novos imaginários e expectativas de uma possível revolução no Brasil.<sup>222</sup>

### 2. 3. As crises políticas da República: os levantos tenentistas

Entre os anos de 1922 a 1924, quando ocorrem os dois primeiros levantos tenentistas, ambos nos dias 5 de julho destes anos, as repercussões destes fatos na imprensa operária foram escassas, tanto entre os anarquistas e sindicalistas revolucionários quanto entre os comunistas. Catalogamos neste tema dos *levantos tenentistas* – no primeiro período de análise das *crises políticas da República* – apenas 6 artigos e textos que se referem a estes acontecimentos, em que analisamos 5, mas que são fontes significativas para uma amostra do pensamento político destes setores de esquerda sobre estes graves acontecimentos que marcaram o Brasil daquela época.

Um dos fatores que podemos levar em consideração para o tímido impacto inicial que as insurreições tenentistas tiveram na militância operária, e em seus jornais, pode estar relacionado tanto às acirradas disputas que ocorriam entre as suas tendências pela influência sindical, às intensas discussões sobre a Revolução Russa e também à forte repressão policial que se abateu em decorrência destes levantos. Como já expusemos, a repressão contra o movimento operário vinha se intensificando desde 1921, após o descenso das ondas grevistas da conjuntura 1917-1920. Então, quando se deflagra o Levante do Forte de Copacabana no Rio de Janeiro, em 1922, o governo fica temeroso das possíveis identificações entre os revoltosos militares e o operariado organizado:

[...] Muitas das reivindicações suscitadas pelos tenentes em 22 e 24 podiam ser encontradas nos reclamos das associações e ligas operárias da década anterior. Parte da repressão sofrida por estas entidades deu-se justamente porque, em determinado momento, representavam a única via contestatória do poder vigente. (SAMIS, 2002, p. 110).

A primeira impressão que colhemos, portanto, deste primeiro levante nos vem de Marques da Costa, que publica um artigo em *A Plebe* sobre o ocorrido. O anarquista se queixa

---

<sup>222</sup> Nessa seção sobre a *Rússia Soviética* em nosso primeiro período de análise foram catalogados 88 artigos sobre esta temática, enquanto que utilizamos para análise desta pesquisa 36 textos deste total – o que inclui o artigo de abertura do capítulo.



de que tal sedição acarretou uma repressão policial contra a imprensa operária e não apresenta uma boa visão sobre aquela rebelião militar:

A decretação do “sítio”, se bem que apenas visasse habilitar o Executivo a tomar medida de urgente repressão contra os meshorqueiros da Reação Republicana, que a 5 do corrente pretenderam subverter a ordem legal, trouxe para a imprensa libertaria embaraços inesperados porque habilitou também a policia a proceder “a vontade”, suspendendo ou eliminando nossas publicações. Isto, pelo menos, é o que [decintoa] o sr. Ramos, da Investigação, durante alguns instantes que fomos forçados a estar ao “seu” dispor.<sup>223</sup>

O texto se encontra muito avariado devido às corrosões do tempo na cópia original, de modo que muito pouco de seu conteúdo pode ser lido, mas parece que no final ele traz a data de 16 de julho de 1922. Marques da Costa acusa e denuncia ao longo deste artigo a repressão policial que caiu sobre a imprensa anarquista e as organizações operárias no Rio de Janeiro com o estado de sítio decorrente da revolta do Forte de Copacabana. Lembremos que com o estado de sítio o jornal *O Trabalho*, do qual Marques da Costa era editor, foi fechado (SANTOS, 2017, p. 190). Talvez seja por isso que ele publica as suas denúncias em *A Plebe* de São Paulo. Inclusive ele narra no final a averiguação policial que ele e seus companheiros passaram quando estavam a “dispor” de um certo “sr. Ramos”, possivelmente um investigador da polícia. Assim, ele qualifica os rebelados tenentistas como “desordeiros” da “Reação Republicana”, interpretando esta revolta de forma negativa devido a repressão que ela gerou.

É compreensível esta visão de Marques da Costa como uma impressão inicial que os anarquistas poderiam ter deste ocorrido, ainda no calor do momento, com poucas informações e sob o peso da repressão – o que intensificava ainda mais as suas avaliações negativas. É claro que também devemos levar em consideração que Marques da Costa, enquanto anarquista convicto, condenava o Estado, o militarismo e todas as suas instituições, o que ajuda a explicar a sua pouca simpatia pelo movimento – algo que confirma-se porque em outras passagens, mais ou menos visíveis do artigo, ele expressa a sua visão, e sua propaganda, como sendo “anti-política”, “anti-governamental” e contra as instituições do Estado do presidente Epitácio Pessoa.

A primeira sublevação tenentista, que ficou conhecida como a “Revolta do Forte de Copacabana”, lembrada na sua visão heroica dos “18 do Forte” que resistiram às forças do governo, iniciou a partir de insatisfações de setores do exército de uma forma complexa.

---

<sup>223</sup> A sedição do dia 5 de julho: estilhaços. *A Plebe*, São Paulo, 22 jul. 1922. Ano 5, nº 186, p. 03.

Segundo Carone (1974, p. 341), o problema militar começa se dar mais intensamente a partir de 1920, com conflitos que envolveram a escolha de ministros civis para as Forças Armadas e problemas sucessórios de autoridades. Com isso, além de uma oposição militar mais tradicional – que acusava a corrupção do poder civil –, começou a se configurar uma nova corrente que logo ganhou força entre os tenentes e que tinha uma crítica mais profunda, mas que se formou lentamente – pedindo mudanças no sistema político e condenações a certas injustiças sociais. Ainda Carone (1975, p. 23-27 e 29) explica que, no contexto do ano de 1922, os antecedentes desta revolta são obscuros e resultam de mal entendidos, pois o Exército passa a manifestar apoio ao Marechal Hermes da Fonseca, que tenta candidatar-se à presidência da República, enquanto outros oficiais passam a apoiar a figura de Nilo Peçanha. A questão é que ocorre uma divisão nas classes oligárquicas e forma-se uma “Reação Republicana” em torno destes candidatos, contra o candidato situacionista Arthur Bernardes. Esta “Reação Republicana” possivelmente é a que Marques da Costa se refere e, com a sua derrota, e uma suposta carta provocativa de Arthur Bernardes contra o Exército – que nunca foi comprovada –, a baixa oficialidade passa a questionar a validade do pleito que elegeu Arthur Bernardes. Estoura, assim, o primeiro 5 de julho, em 1922.

Pouco tempo depois, as primeiras opiniões comunistas sobre o início do movimento tenentista eram emitidas na revista *Movimento Comunista* por um militante que se identifica como Virginio Paoliello, em artigo indicando São Paulo agosto de 1922 do qual destacamos:

[...] Formou-se então a chamada “reação republicana”. Na verdade, não havia, entre a corrente Bernardes e a corrente Nilo, nenhuma diferenciação programática. Uma e outra, declarando-se desde logo fundamentalmente conservadoras, defendiam mais ou menos os mesmos princípios políticos, econômicos, financeiros, sociais. O que separava uma da outra era, pois, uma simples e subalterna rivalidade de ambições pessoais. Para quem quer que conheça um pouco a psicologia política nacional, mais do que previsto estava, desde começo, qual o fim que teria a campanha presidencial.<sup>224</sup>

Não conseguimos maiores informações sobre quem foi Virginio Paoliello. Contudo, é interessante a avaliação que ele faz entre as facções políticas, entre a Reação Republicana – a “corrente Nilo” –, de Nilo Peçanha, e os situacionistas da “corrente Bernardes”. Para ele, “uma e outra”, declararam-se “fundamentalmente conservadoras”, com os mesmos princípios. Esta era uma visão que não estava fora da realidade e era compreensível, portanto, a desconfiança do autor em relação a este motim, pois, segundo Júnior (2006, p. 316), apesar do

---

<sup>224</sup> Commentários sobre o motim de 5 de julho. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, ago.-set. 1922. Ano 1, nº 9 e 10, p. 241.

movimento tenentista não ter uma proposta de um governo militar, este era um movimento elitista já que propunha a moralização política contra as oligarquias cafeeiras, mas: “Os jovens oficiais seriam os responsáveis por essa moralização, através da Revolução e da entrega do poder para políticos considerados por eles como ‘honestos’. Nesse sentido, destaca-se seu caráter elitista, que pregava a mudança a partir de cima” [...]. Assim, com uma proposta de “revolução” que naquele momento não tinha muito apelo às classes populares, Virginio Paoliello também não obteve boas impressões a respeito do movimento. O autor faz uma análise do ocorrido em vários pontos, avaliando as causas de sua derrota:

[...] Mas porque fracassou o motim? Pela total incapacidade politica dos chefes do movimento. Faltou a este a direcção, não só a direcção propriamente militar, mas a direcção politica, o objectivo politico, e não só em seu desfecho tragico, como durante os longos mezes de sua ruidosa e inhabil gestação. Foi, assim, um movimento desarticulado, descoordenado, desordenado e, só por isso, derrotado. [...].<sup>225</sup>

O autor define a derrota do movimento pela falta de direção política clara e definida, expressando e ecoando a típica visão comunista de centralização da organização partidária, de inspiração leninista, onde se pressupõem um “partido de novo tipo” para a tomada do poder. Tal partido tinha que ter uma disciplina férrea, abnegação e coesão de seus membros para a concentração de esforços e uma estrutura compacta e centralizada na tomada de decisões (HILL, 1967, p. 65; HOBSBAWM, 1995, p. 81-82; JOHNSTONE, 1985b, p. 14). Mais adiante ele ainda reflete sobre as consequências e posicionamentos do proletariado diante deste movimento militar:

[...] Quaes seriam as suas consequencias, do ponto de vista dos interesses do proletariado? No caso de um triumpho rapido e provavel implantação de uma dictadura militar... tudo faz crêr que a situação, pelo menos temporariamente, -- mas por quanto tempo? --, se tornaria cem vezes peor do que a actual. No caso de luta prolongada, de guerra civil difficil e generalizada... nesse caso possivelmente poderiam os trabalhadores, si firme e habilmente organizados e orientados, tirar partido em proveito proprio da classe, fazendo pesar na balança seus interesses e suas reivindicacões. Como quer que seja, mais uma vez se patentêa a lição dos factos: só fortemente organizada, no campo economico e no campo politico, póde a classe operaria adquirir capacidade de acção na defesa de seus reaes interesses. Com o fracasso do motim e o sitio resultante está o proletariado, devido á sua

---

<sup>225</sup> Commentarios sobre o motim de 5 de julho. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, ago.-set. 1922. Ano 1, nº 9 e 10, p. 243.

debilidade, na conjuntura daquelle hollandez do conto, a pagar pelo mal que não fez. [...].<sup>226</sup>

Antevendo situações mais difíceis, e demonstrando preocupação, o autor acreditava que o movimento de sedição poderia conduzir o país a uma ditadura militar ou ainda a uma guerra civil, que tornariam a situação do proletariado “cem vezes pior do que a atual”. Porém, ele avaliava que o proletariado, se estivesse “habilmente organizado e orientado”, poderia tirar um proveito próprio de uma possível luta armada. Caso o contrário, com o fracasso do motim e o estado de sítio resultante, está o proletariado, devido a “sua debilidade”, a “pagar pelo mal que não fez”. Aqui podemos identificar reflexos das lutas que ocorriam no movimento operário entre anarquistas e comunistas, já que Virginio Paoliello, tendo como modelo a organização centralizada do Partido Comunista, via a classe operária – apesar das organizações que existiam – em um estado de “debilidade”.

A partir desta época e destes acontecimentos, a manutenção do estado de sítio, que continuou no governo de Arthur Bernardes, que assume a partir de novembro de 1922, serviu como antídoto aos maiores receios do governo que temia a aproximação dos militares revoltosos com o proletariado. Assim, o governo passou a agir, cada vez mais, com extrema severidade e truculência e na rotina das repressões às reivindicações operárias qualquer movimento paredista e reuniões eram vistos pelas autoridades como algo muito além da sua realidade (SAMIS, 2002, p. 113).

No ano seguinte os comunistas voltam a se manifestar sobre o movimento dos tenentes e um editorial de *Movimento Comunista*, fazem uma avaliação da conjuntura política do país após meses de estado de sítio. Assim, destacamos estas passagens:

Mais um mez, e um anno se completará de vigencia do estado de sítio no Districto Federal e no E. do Rio. Decretado por dois mezes, quando estalou o previsto e mallogrado motim militar de 5 de julho, elle foi sendo prorogado até 31 de dezembro deste anno. 18 mezes seguidos de suspensão das garantias constitucionaes! Isso, no minimo: porque ninguem sabe si o arbitrio governamental não se decidirá, de prorogação em prorogação, a manter o sitio até o fim do quatriennio...

[...]

Já mostrámos, aqui mesmo, como toda a politica nacional gyra em torno deste eixo: a hegemonia da associação São Paulo-Minas. O fracassado motim de julho do anno passado, dando ensejo á decretação do sitio, successivamente prorogado, veio propiciar enormemente a obra de solidificação dessa hegemonia. [...]

[...]

---

<sup>226</sup> Commentarios sobre o motim de 5 de julho. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, ago.-set. 1922. Ano 1, nº 9 e 10, p. 244.

Ora, o reforçamento da hegemonia mineiro-paulistana significa o reforçamento de uma política fundamentalmente reaccionaria. A opposição burguesa, no fim de contas, se accommodará; o proletariado, porém, é que se verá cada vez mais oprimido. E que fazer, diante de tão negras perspectivas? É o que temos dito daqui, insistentemente: união, unificação, concentração de todas as forças proletárias!<sup>227</sup>

Insistindo novamente na questão da organização da classe operária, os comunistas avaliaram que o motim militar, que era “previsto”, fez com que a hegemonia da aliança entre São Paulo e Minas Gerais fosse reforçada. Então, tal situação intensificaria “uma política fundamentalmente reacionária”, que iria oprimir cada vez mais o operariado, que só poderia resistir, por sua vez, por meio da unificação e união de suas forças – em concordância com o que os comunistas estavam pregando e discutindo na imprensa trabalhista sobre a organização operária.<sup>228</sup>

Esta visão dos comunistas estava de acordo com os acontecimentos históricos daquele momento, pois, de fato, todos os movimentos no exército que apoiaram a revolta dos tenentes no Rio de Janeiro – já que houve outras tentativas de apoio em outros pontos do país – foram desarticulados e não tiveram uma ação conjunta sistemática. Assim, ao contrário de enfraquecer as oligarquias, o tenentismo serviu de inimigo comum que as uniram e as fortaleceram – por isso as considerações do editorial de que tal evento uniu ainda mais São Paulo com Minas Gerais (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 318-319).

É pertinente mencionarmos que a partir dessa época, em 1923, iniciou-se os primeiros contatos entre os líderes dos conspiradores militares e as lideranças do movimento operário. Segundo Dulles (1977, p. 194), líderes tenentistas, entre eles Isidoro Dias Lopes, que era uma das principais lideranças, procuraram tanto os representantes do PCB quanto organizações de orientação anarcossindicalistas para pedir apoio a uma segunda revolta. Dulles não oferece muitas informações e estas se apoiam nos trabalhos de memorialistas como o de Everardo Dias, mas há indícios de que o PCB manifestou o seu apoio, porém, queixando-se de que suas forças eram fracas já que possuíam poucos militantes. Quanto aos anarquistas não há maiores informações sobre estes contatos.

Curiosamente, em inícios de 1924, encontramos um comentário peculiar entre os anarquistas. No jornal *O Trabalho*, do Rio de Janeiro, que voltava a circular depois de ter sido

<sup>227</sup> Negras Perspectivas. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923. Ano 2, nº 24, p. 181-182.

<sup>228</sup> É importante sabermos que a crise no exército que resultou no 5 de julho de 1922 era algo que já era divulgado em meio a opinião pública, e que o motim se organizava lentamente contra a candidatura de Arthur Bernardes desde pelo menos fevereiro de 1922. A partir de meados e fins do ano de 1923 os conspiradores militares começam a articular uma segunda revolta, com isso o movimento tenentista continuava por detrás dos bastidores (CARONE, 1975, p. 23, 31, 45 e 47).

suprimido pelo primeiro estado de sítio, parece que os redatores do jornal – já que é uma nota sem autoria e que pode ser do próprio editorial – afirmavam:

A proposito dos boatos que circularam, ha dias, sobre uma supposta “nova conspiração militar”, na qual estariam envolvidos, segundo a imprensa burguesa, elementos bolchevistas (sic), o órgão official destes “revolucionarios” estampou a seguinte nota, que, pretendendo dar ao “boato” maior importancia, deixa todavia transparecer a temperados que redigiram, “communistas” por excellencia e, caracteristicamente, revolucionarios...[...] [...]

No momento actual, os communistas do Rio não cogitam absolutamente de quaesquer movimento. Vivem preocupações exclusivamente com a propaganda pelos meios legais e com a organização do operariado.

É preciso acabar de uma vez com essas ballelas de “complots” e revoluções, que só existem na cabeça de certos typos subsidiados por outros de igual categoria.<sup>229</sup>

Os anarquistas, comentando boatos da “imprensa burguesa” de que uma “nova conspiração militar” com “elementos bolchevistas” estaria sendo preparada, mas sem mencionar o nome do jornal acabam por desqualificar estas suspeitas. Eles afirmam que os comunistas não cogitavam “de qualquer movimento”, pois viviam preocupados com a propaganda legal e a organização do operariado. Essa fonte é interessante porque ela nos leva a duas suposições. Essas opiniões dos libertários da UOCC, associada naquela época à FORJ – ao qual o jornal *O Trabalho* representava –, poderiam estar, na verdade, emitindo esta opinião porque receavam a repressão governamental que poderia ocorrer às suas associações, a pretexto e encoberto pela repressão ao tenentismo, já que o jornal acabava de voltar a circular. Estes temores eram reais e recentes, visto que a polícia, em busca de evidências contra os militares suspeitos, prenderam, em junho de 1923, membros importantes do PCB, como Octávio Brandão e Luís Peres, e fechando a revista *Movimento Comunista*. Entretanto, a repressão policial também fechou a sede da UOCC e prendeu o anarquista Florentino de Carvalho (DULLES, 1977, p. 195).

Em uma segunda hipótese, podemos pensar que talvez estas opiniões dos anarquistas de *O Trabalho* sejam uma estratégia para tentar despistar as autoridades e as suspeitas de aproximação dos tenentistas com os setores da esquerda do movimento operário. Caso tenha realmente ocorrido estas aproximações de líderes tenentistas com os comunistas e, até mesmo, com os anarquistas, em 1923, então, os anarquistas teriam ainda mais motivos – além do receio da repressão – de desqualificar as suspeitas das autoridades e da grande imprensa. A

<sup>229</sup> O revolucionarismo comunista. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1924. Ano 3, nº 5, p. 07.

isso reforça-se com a forma que os anarquistas julgaram a nota da “imprensa burguesa”: “essas balelas de complôs e revoluções, que só existem na cabeça de certos tipos”. O que chega ser irônico para um jornal, e uma tendência política, que era tão crítica em relação aos comunistas e que pregava a revolução – dentro de sua visão.

Os conflitos entre o governo de Arthur Bernardes e os setores radicalizados do Exército não cessaram. Como a primeira revolta de 1922 fortaleceu e uniu ainda mais as oligarquias os tenentes sublevados que foram capturados foram menosprezados como rebeldes e julgados como revolucionários. Os tenentistas então acusaram a parcialidade e a subserviência do Judiciário ao Executivo nas sentenças dos condenados, e estes foram os motivos que condicionaram a segunda revolta em 5 de julho de 1924, desta vez em São Paulo (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 319). Já Carone (1975, p. 45-49) aponta que as articulações de uma nova revolta, portanto, já vinham ocorrendo entre os líderes do movimento desde 1923 e a sublevação de 1924 já estava sendo organizada desde janeiro daquele ano.

Ao irromper a “Segunda Revolução”, em 1924, na capital paulista, como ela foi chamada pelos tenentes, nós encontraremos umas das mais significativas passagens da história da imprensa operária anarquista, que é pouco conhecida. No combativo semanário *A Plebe*, na edição seguinte ao 5 de julho, já que esta edição já tinha saído quando foi decretada a sublevação, o jornal lança uma edição especial em forma de panfleto de apenas duas páginas – talvez devido às dificuldades e urgências do momento – onde toda a edição era dedicada ao que a redação do jornal intitulou como “Movimento Revolucionário”. Os textos são longos e envolvem várias partes e assuntos sobre o movimento revolucionário dos tenentes e a guerra que recaiu sobre a cidade de São Paulo entre os exércitos legalistas do governo de Arthur Bernardes e as tropas tenentistas. Destacamos por partes:

É verdade que esse movimento revolucionario não é uma obra levada a efeito pelo povo. Todavia, embora dirigida e alimentada por officiaes do exercito, a causa principal de seu triumpho é devida, sem desconhecer os serviços da officialidade, aos soldados que a secundaram, soldados estes que representam uma partícula desse todo que se chama – POVO.<sup>230</sup>

Esta passagem também é citada na obra de Samis (2002, p. 117), onde este autor explica que evidencia-se as esperanças de união entre os soldados e a população, ainda sobre a influência do imaginário dos soviets – de operários e soldados –, mas sem a influência bolchevista da Revolução Russa, e sim a partir de uma visão federalista dos anarquistas.

---

<sup>230</sup> Movimento Revolucionario: O caracter da revolução. *A Plebe*, São Paulo, 25 jul. 1924. Ano 7, nº 244, p. 01.

Reconhecendo o caráter desta revolução, que “não é uma obra levada a efeito pelo povo”, os anarquistas, em outra passagem adiante, não citada na íntegra por Samis, embora comentada, se posicionam e emitem a opinião do jornal e do grupo anarquista ligado a ele:

Partidarios que somos, defensores que temos sido e seremos continuamente de uma sociedade comunista-libertaria, sem grandes e pequenos, autoritários e submissos, operarios e patrões, escravos e senhores, victimas e verdugos, oprimidos e opressores, pobres e ricos, não podemos, sem transigir com nossos principios, deixar de olhar o movimento revolucionario triunphante com devida sympathia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito o aproveitaremos na propaganda de nossos ideaes de emancipação humana.

Bem sabemos, pela experiencia adquirida com os passados movimentos revolucionarios, que a liberdade, os direitos e a justiça promettidos ao povo nunca foram além de promessas ou cataplasmas para amenizar e arrefecer os ímpetos de revoltas que sacodem o seu ser numa soffreguidão de os adquirir e desfructar.

Mas, muito embora reconheçamos esta verdade, cremos que não devemos menosprezar aquillo cujos fins caracterizam parte do que aspiramos.

Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente “nossa”, entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentarmos com fazer uma revolução o mais “nossa” que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento directo no sentido da justiça e da liberdade.<sup>231</sup>

Recorrendo à autoridade do anarquista italiano Malatesta, os libertários de São Paulo afirmam o apoio a revolta dos tenentes. A partir do raciocínio de que se a natureza da revolução não é “genuinamente nossa”, a participação no movimento poderia, talvez, fazer daquela revolução “o mais nossa que seja possível”. Por isso, viam o “movimento revolucionário triunfante com devida simpatia”, já que ele poderia ser um meio dos anarquistas propagandarem os seus “ideais de emancipação humana”. Podemos identificar influências do pensamento de Malatesta sobre a revolução no posicionamento dos editores de *A Plebe*, uma vez que, para Malatesta, que era bem pragmático, antes de se pensar detalhadamente a organização futura, era indispensável entender que a revolução não mudaria radicalmente as coisas de um dia para o outro.<sup>232</sup>

É interessante o jogo de imagens e representações binárias e opostas que os autores expressam no imaginário de como seria a almejada sociedade comunista libertária, “sem

<sup>231</sup> Movimento Revolucionario: A nossa opinião. **A Plebe**, São Paulo, 25 jul. 1924. Ano 7, nº 244, p. 01.

<sup>232</sup> Para Malatesta, e para os anarquistas em geral que compartilhavam de uma visão social da revolução, os libertários no processo revolucionário tinham que se esforçar em fornecer as pessoas o máximo de ideias de uma elevação da consciência social, para despertar nas massas o espírito de iniciativa e o hábito de agirem por si mesmas (MALATESTA, 2008, p. 149 e 151).



grandes e pequenos”, “autoritários e submissos”, “operários e patrões”, “pobres e ricos” e assim sucessivamente. A ética anarquista, como dizem, fazem com que eles não negligenciem as potencialidades daquele movimento, “sem transigir com nossos princípios”. É importante destacarmos como é entendido essa “ética anarquista” e as influências de Malatesta nas decisões do grupo editor de *A Plebe* que, naquele momento, tomara a inesperada e corajosa decisão de fazer um manifesto em conjunto em apoio a revolta tenentista – o que faz desta fonte de valiosa importância para acompanhar a evolução do pensamento político dos anarquistas diante de uma experiência real de sublevação. As reflexões dos libertários de São Paulo nesse manifesto expressam uma ética que foi aprofundada por Malatesta, onde a concepção anarquista não se subordina a uma teoria filosófica, científica ou moral, mas sim seria a expressão prática de atitudes antiautoritárias e de solidariedade social que só podem ocorrer e se realizar pela “vontade criadora”. Uma “vontade criadora” ao qual a finalidade da propaganda é a persuasão, e a persuasão pelo exemplo da vontade, da vontade de ter uma existência anarquista, de lutar por uma sociedade antiautoritária pelo exemplo da disposição para a bondade – sem querer ser oprimido e nem ser opressor, de respeito a individualidade humana – onde o exemplo “voluntarista”, nas lutas para o mais amplo bem de todos, seria a melhor propaganda para a causa libertária. Por isso, a atitude anarquista é uma relação com o outro pela generosidade, pelo voluntarismo, mas postulando uma liberdade de ação, escolha e vontade. É uma “estilização” da atitude, que configura o comportamento, que para o anarquismo malatestiano, também já é trabalhar na organização da sociedade.<sup>233</sup>

Destaca-se, ainda, o reconhecimento de que eles sabem, “pela experiência adquirida”, de que os movimentos revolucionários traem os desejos do povo com promessas a fim de controlar as massas, suprimindo direitos e liberdades – talvez encontramos aqui fortes reflexos das discussões sobre a Revolução Russa com os comunistas. E também é relevante que o manifesto reconhece que já que eles, os anarquistas, não possuíam “uma força consciente e moral” que conduzisse as classes trabalhadoras e populares, para fazer uma revolução integralmente anarquista, então eles deveriam contribuir para aquela revolta – aqui a importância da atitude voluntarista – e tentar conduzi-la a uma revolução “no sentido da justiça e da liberdade”. Isso é de fundamental importância porque demonstra que os anarquistas de *A Plebe* não apenas se inclinaram a uma visão crítica e realista do próprio movimento – reconhecendo que eles não tinham uma força política decisiva e hegemônica sob

---

<sup>233</sup> A respeito destas concepções éticas da postura e atitude anarquista de Malatesta que obteve grande influência sobre o movimento operário e libertário de São Paulo, devido ao peso da imigração italiana, encontramos na importante obra de Avelino (2004, p. 34, 36-37, 45-47).

a classe operária – mas também revela, mais uma vez, que o pensamento ácrata no Brasil foi dinâmico e que continuou produzindo uma reflexão e um conhecimento político a luz da experiência revolucionária soviética e sobre os fatos, lutas e crises políticas que ocorriam na própria realidade brasileira – com aquela possibilidade de revolução protagonizada pelo tenentismo.

Esta edição de *A Plebe* é comentada no artigo de Romani (2009, p. 51-52) onde este pesquisador explica que a Revolução paulista de 5 de julho de 1924 – cujos embates perduraram até a retirada dos revolucionários militares de São Paulo em 28 de julho – foi, talvez, o maior massacre urbano da história republicana. Neste conflito, tiveram mais de 1.000 mortos e 4.000 feridos, quase todos civis, vítimas em grande parte, também, dos bombardeios à cidade pelos exércitos legalistas.<sup>234</sup> O jornal *A Plebe*, nesta edição, inclusive, narra vários episódios de brutalidades e violências. Romani menciona (2009, p. 51) que os anarquistas, na ocasião, discutiram profundamente uma forma de participar da revolução sem comprometer os ideais do anarquismo. Assim, eles se aproximaram do líder tenentista General Isidoro Dias Lopes e propuseram que este fornecesse armas aos anarquistas para a organização de batalhões civis para lutar contra o governo central, mas exigindo a autonomia destes batalhões da disciplina e ingerência militar dos tenentes – proposta esta que, logicamente, foi negada pelo general. Atitude que também demonstra a ética anarquista do voluntarismo, mas sem abrir mão da autonomia. Ainda assim, os anarquistas decidiram publicar um manifesto em *A Plebe* definindo a posição dos libertários na luta política que se travava. Este manifesto de apoio ao tenentismo foi subscrito na forma de uma moção que ocupa grande parte da segunda página – contendo várias exigências do proletariado, entre elas a jornada de 8 horas de trabalho – e que é assinada por trabalhadores conhecidos em suas respectivas associações, entre eles anarquistas importantes como o gráfico Pedro Augusto Motta, um dos editores de *A Plebe*.<sup>235</sup>

Em outra passagem comentada por Samis (2002, p. 118), os anarquistas expõem as suas dúvidas de que se os revolucionários fossem vitoriosos realmente cumpririam as suas promessas ao povo de direitos e liberdade. Assim, eles expressam a típica desconfiança

---

<sup>234</sup> É importante mencionar neste ponto que o exército legalista do governo Bernardes bombardeou as áreas pobres da zona leste da capital paulista, onde se concentravam os bairros operários, justamente para solapar qualquer ânimo de adesão da população civil e operária com a sublevação tenentista (ROMANI, 2009, p. 55). No censo de 1920 São Paulo possuía uma população na ordem de 587.072 habitantes (CARONE, 1972, p. 12). Acreditamos que nessa época, em 1924, a sua população estava na casa de 600.000.

<sup>235</sup> Pedro Augusto Motta, como já indicamos, sofreu como muitos o peso da repressão com a ousadia deste ato. Preso devido ao seu apoio aos revoltosos ele é enviado para o núcleo penal de Clevelândia. Apesar de conseguir escapar acaba morrendo na Guiana Francesa em 1926 (SAMIS, 2002, p. 220).

anarquista em relação à autoridade e àqueles que, apoderando-se do poder, apresentam depois na prática um programa diferente do prometido. Mais adiante, em mais um trecho não citado até agora na historiografia, os libertários reafirmam a sua posição de apoio a revolução apesar das dúvidas:

Mas, embora saibamos disso, não podemos deixar de sympathizar com os objectivos dos revolucionarios, pois que veem trazer algo de aproveitavel que, sem o risco de pouco de liberdade que goza, sem o perigo da propria vida, o povo tem reclamado para si como direitos inherentes ao genero humano: liberdade, justiça, vida.  
 Todavia, se isto falhar, pouco ou nada perderemos; e, como sempre, continuaremos na estacada, propagando os nossos principios, diffundindo o nosso ideal pela implantação na terra de uma sociedade puramente igualitária, onde o homem seja livre sobre a terra livre.  
 Finalmente, conquiste ou não conquiste o povo os direitos prometidos pelos revolucionarios, nós continuaremos ser o que somos hoje: anarquistas.<sup>236</sup>

Apesar das desconfianças, os anarquistas reiteram a simpatia pelo movimento revolucionário, pois ele pode “trazer algo de aproveitável”. Isso remete a certos aspectos do pensamento anarquista que influenciaram no movimento brasileiro, como já enfatizamos, como o elemento da “vontade” de Malatesta, no qual, segundo este, a “vontade” é vital no processo revolucionário para mover os seres humanos e para intervir no processo histórico, transformando a realidade. Contudo, segundo Malatesta, não se tratava de qualquer ação voluntária, mas da ação “espontânea” guiada pela filosofia anarquista (OLIVEIRA, 2018, p. 210).

É significativo também as representações que compõem o imaginário da sociedade libertária pelos qual os anarquistas lutavam, a partir de valores como a “liberdade”, a “justiça”, a “vida” e a sociedade “igualitária”. Valores e concepções que representam a visão anarquista de sua utopia, onde se implantariam na terra “o homem livre sobre a terra livre”. Nesses momentos críticos, no fogo da crise das sublevações militares, os mitos e imaginários políticos afirmavam-se com mais força.

Esta seria a última edição de *A Plebe*, que só voltaria novamente em 1927, já que, com a derrota dos tenentes, se abateria sobre o movimento operário e os militares rebeldes o peso da repressão com um novo estado de sítio. Em meio às cisões do movimento operário e os seus conflitos de utopias, as revoltas tenentistas ofereceram, portanto, um elemento a mais para as correntes políticas da esquerda nas reflexões acerca da revolução brasileira. Mas as vicissitudes de cada tendência operária com este evento não foram os mesmos:

---

<sup>236</sup> Movimento Revolucionario: Duvidas justificaveis. *A Plebe*, São Paulo, 25 jul. 1924. Ano 7, nº 244, p. 02.

Nesse contexto de divisão do movimento operário deflagrou-se a revolução de julho de 24 que pegou os sindicalistas de surpresa e desorganizados. Os sindicalistas de tendência anarquista declararam seu apoio irrestrito à revolução dos tenentes e por causa disso foram duramente perseguidos. Já os comunistas, taticamente mais eficientes, deixaram correr os fatos e acompanharam os rumos em que se desencadearam os acontecimentos [...]. (ROMANI, 2009, p. 52-53).

Segundo Romani (2009, p. 53-54) tal posição dos comunistas fez com que estes não fossem reprimidos com a mesma intensidade, o que possibilitou que ocupassem os lugares vagos pelos anarquistas na militância operária. E que isso teria facilitado até mesmo uma relativa liberdade de imprensa. A versão dos comunistas sobre estes ocorridos só iria sair na imprensa comunista nos anos subsequentes devido a repressão. Aliás, novas considerações anarquistas sobre a revolução de 1924 também ainda serão analisadas nas publicações que surgiram após esta data, em um novo período de análise.

Uma das explicações da não participação direta dos comunistas e de sua imprensa foi a própria repressão, pois, assim que se deflagra o 5 de julho em São Paulo, é instaurado um severo estado de sítio. A perseguição contra militantes anarquistas, comunistas e sindicalistas se intensifica no Rio de Janeiro e todas as associações operárias são fechadas, a imprensa colocada sob censura e os sindicatos invadidos pela polícia (SAMIS, 2004, p. 171; GOMES, 1994, p. 139-140; DULLES, 1977, p. 197-199) – aliás alguns trechos deste manifesto de *A Plebe* também são comentadas nessas passagens de Dulles.

A partir das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, e, também, por influências das teses definidas pela IC em seu II Congresso de 1920, estas sublevações militares passam a ser interpretadas pelos comunistas brasileiros como parte de uma “revolução democrático burguesa”, que estaria inserida nas lutas entre as forças do imperialismo internacional – o que marcaria os componentes do imaginário político, e as “estratégias da ilusão”, desta tendência para os próximos anos (PINHEIRO, 1992, p. 68-69).

Observamos na imprensa operária que nesse primeiro período de análise das “visões” da utopia, do imaginário e do pensamento político do “mundo do trabalho”, em meio ao fogo da crise das insurgências tenentistas, as posturas sobre estes abalos da República oligárquica foram peculiarmente diferentes. Os comunistas tentaram fazer uma análise de inspiração marxista, identificando os grupos sociais ligados às facções políticas que estiveram em jogo na luta tenentista, identificando as fragilidades de direção e antevendo possibilidades de se aproveitar o contexto revolucionário para impulsionar a unificação e organização do proletariado para a tomada do poder político. De outra forma, os anarquistas, diante da

urgência imediata dos eventos que transcorriam, decidem por apoiar o movimento revolucionário seguindo a tradição insurrecional libertária e o sonho da Revolução Social do anarquismo. Entretanto, o pensamento ácrata não se manteve inerte e também buscou fazer uma leitura das forças políticas que estavam em jogo, desconfiando profundamente do poder político e das intenções últimas dos tenentes e buscando formas de agir autonomamente no evento. Desconfianças em relação ao tenentismo, inclusive, que partiam das reflexões da ainda recente Revolução Russa.

### Capítulo 3

#### O Interstício: os rumos da luta operária na revolução do Brasil (1924-1927)

O povo brasileiro hoje desperta  
E se rebella contra seus feitores;  
Rompe seus ferros, ruge e se liberta,  
Numa epopeia de épicos clamores.

Bebendo as lágrimas, calando as dores,  
De olhos enxutos, e de mão alerta,  
Abriu no seu presidio corredores  
E poz na furna uma janella aberta.

De Norte a Sul, que resoar de hosanas!  
Excelsa liberdade, em ti adoro  
As mais famosas expressões humanas;

De commoção empalleteço e córo,  
Lembrando a acção heroica de Cabanas  
E a grandeza suprema do Izidoro!<sup>237</sup>

Neste capítulo analisaremos as fontes jornalísticas da imprensa operária referentes ao período que vai de agosto de 1924 até o ano de 1927. Época essa em que o movimento operário e sua imprensa passaram grande parte censurados sob o estado de sítio do governo de Arthur Bernardes. Contudo, com as aberturas políticas que ocorreram quando o novo presidente, Washington Luís, assume o governo, em finais de 1926, a imprensa trabalhista, entre anarquistas e comunistas, volta a atuar intensamente a partir de janeiro de 1927.

O soneto da epígrafe, publicado no jornal *A Liberdade*, é uma fonte expressiva das expectativas e esperanças que os anarquistas ligados ao jornal nutriam em relação à luta tenentista enquanto uma possibilidade de revolução no Brasil. Lembremos que Edgard Leuenroth foi o diretor desse jornal, lançado para desafiar o estado de sítio imposto por Bernardes (KHOURY, 1988, p. 44; 2007, p. 125). Esta folha circulou clandestinamente, não apresenta nenhum nome, autoria e datas, mas, por referências contidas no próprio jornal, que analisaremos nesse capítulo, essa edição, que é a única de que dispomos, é provavelmente de dezembro de 1924. É interessante notar que o autor do soneto identifica na luta tenentista, que para ele ocorre “de Norte a Sul”, num “ressoar de hosanas”, ou seja, de louvor, uma luta em que “o povo brasileiro desperta”, se “rebela” e se “liberta” de seus “feitores”. Estas representações heroicas da luta tenentista, onde o povo brasileiro “abriu no seu presidio corredores”, perfizeram em elementos do imaginário político dos anarquistas de São Paulo a respeito daquelas crises políticas e que despertaram nestes setores, ligados ao movimento

<sup>237</sup> Soneto. *A Liberdade*, São Paulo, 1924. Ano 1, nº 1, p. 02.

operário, uma excitação diante das perspectivas de uma sublevação mais ampla no país contra o governo. É até mesmo curioso observarmos que, apesar do antimilitarismo e da desconfiança em relação aos líderes e vanguardas políticas, que são elementos típicos da doutrina anarquista, o autor do soneto e os editores de *A Liberdade* demonstraram grande simpatia pelos líderes do tenentismo – onde se lembra a “ação heroica de Cabanas e a grandeza suprema do Izidoro”. Nessa época, os revoltosos militares, depois de se retirarem de São Paulo em 28 de julho de 1924, se espalharam pelo interior paulista em agosto e ocuparam cidades estratégicas, como Campinas, Bauru e Botucatu, sendo que o General Isidoro Dias Lopes continuou designado no mando das forças revolucionárias e o tenente João Cabanas era responsável pela retaguarda das tropas (CARONE, 1975, p. 71 e 77). Podemos pensar que a postura expressa no poema é de um exagerado otimismo em relação a adesão da população ao movimento, até mesmo porque os líderes tenentistas, como já foi mencionado, possuíam uma visão elitista já que se viam enquanto uma vanguarda revolucionária e não concebiam a sua luta política como algo que poderia ser realizado pelo povo. Contudo, ainda sim, a partir da revolta de 1924 em São Paulo e as lutas no interior do Estado, nesse segundo semestre do ano – que formou a Coluna Paulista –, houve manifestações de populares em apoio aos tenentes e, até mesmo, a incorporação de alguns civis no movimento e a adesão de elementos locais nas lutas que se seguiram no interior do Estado (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 323-324). Ao que indica, isso já parecera o suficiente para impulsionar as boas expectativas dos anarquistas.

Apesar das censuras, contudo, alguns jornais sobreviveram mesmo entre os anos difíceis do período da Coluna Prestes, de 1924 a 1926 – que será o grande tema de análise sobre as *Crises Políticas da República*. Assim, trabalharemos nessa seção com 10 jornais, entre os comunistas: *A Classe Operaria*; *A Nação*; *O Internacional*; *O Solidario* e *Voz Cosmopolita*. Das folhas anarquistas, utilizaremos: *A Liberdade*; *A Plebe* e *O Sindicalista*. Ainda contaremos com *O Trabalhador Graphico* – disputado por anarquistas e comunistas – e com o jornal *O 5 de Julho* – com participação de anarquistas e comunistas. Durante o período de que trata esse capítulo foram catalogados 253 artigos entre os três temas abordados em 363 edições, dos quais foram analisados 58 artigos desse total.

A ascensão ao poder por Stálin na URSS naquele período e seu choque com Trotsky, a mencionada Coluna Prestes no Brasil, as polêmicas entre as correntes militantes com os acontecimentos das revoltas tenentistas (principalmente a de 1924) e a volta intensa das disputas sindicais no contexto de reabertura em 1927 serão os principais assuntos que nortearam este capítulo. Uma conjuntura histórica em que se discute, portanto, os rumos da revolução brasileira no aprofundamento da crise da ordem oligárquica.

### 3. 1. A utopia operária sitiada

Com o estado de sítio imposto pelo governo de Arthur Bernardes imediatamente após iniciar a segunda revolta tenentista de São Paulo, em 5 de julho de 1924, estado de sítio este que foi constantemente prorrogado até o fim de seu mandato, o movimento operário sofreu intensa repressão. O autoritarismo e a perseguição do governo se deram pela censura à imprensa operária que impediu muitos jornais de circularem e que dificultou a publicação dos impressos que não foram fechados. Como já apontamos, prisões e deportações de militantes e fechamento de sindicatos também fizeram parte destas práticas repressivas. Assim, a primeira parte deste capítulo analisa um período em que a “utopia operária estava sitiada”, ou seja, um momento em que as discussões do pensamento político na imprensa operária foram influenciadas por este contexto de recrudescimento da repressão e de grandes dificuldades para os ativistas que mantinham estes jornais.

Essa é uma época, portanto, em que os obstáculos da repressão vão incidir na dinâmica e na produção da imprensa operária e que vai ser bem diferente do contexto do ano final de que trata este capítulo, pois, em 1927, ocorre um revigoramento da imprensa operária com o fim do estado de sítio do governo Bernardes devido à posse do novo presidente, Washington Luís. Com isso, decidimos por dividir a análise das fontes nesse capítulo em duas partes, onde a primeira – “A utopia operária sitiada” – abarca o período após a segunda revolta tenentista, indo do segundo semestre de 1924 até finais do ano de 1926, quando ocorre o fim do estado de sítio com a mudança de governo. Ficando, dessa maneira, a análise do ano de 1927 na segunda parte do capítulo.

Uma característica que observamos na análise das fontes nessa primeira parte, que envolve os anos de 1924 a 1926, é que a quantidade de artigos referentes ao tema sobre a organização operária e à luta trabalhista sofre uma considerável redução em relação ao período anterior analisado no segundo capítulo. Podemos apontar os efeitos da repressão como a principal causa imediata desta mudança, onde o fechamento de jornais, a prisão de militantes e a censura impediram que o debate público aberto entre anarquistas e comunistas acerca desta temática continuassem ocorrendo na mesma intensidade. Portanto, nesse tema, em que privilegiamos as discussões entre as tendências políticas do movimento operário, a análise das fontes nesse capítulo aborda artigos onde as apreciações dos militantes sobre a organização operária, ainda que criticando e se referindo as correntes políticas adversárias, não respondiam e não eram dirigidas sempre a debates específicos entre militantes que ocorriam entre os vários jornais – algo que, como vimos, foi mais comum no período anterior



entre 1922 a 1924. Ocorre, dessa forma, que na temática sobre a organização operária entre 1924 a 1926, observamos que os textos e artigos jornalísticos, em grande parte, continuaram combatendo as tendências políticas que eram opostas, mas nem sempre eram artigos que se dirigiam e mencionavam as outras posições ou faziam esse combate; apenas pregavam as suas concepções acerca da organização operária. Assim, não são artigos, em sua maioria, que se referem às polêmicas específicas, entre os militantes e os jornais, já que a repressão rompera com a dinâmica dos debates jornalísticos que então ocorriam. Uma outra explicação para a redução da quantidade de fontes de nosso primeiro tema pode ser também a maior visibilidade dada à Coluna Prestes e às lutas tenentistas, como também a crítica ao governo de Arthur Bernardes, onde até jornais específicos foram criados para se engajar nesses assuntos – como é o caso dos impressos *A Liberdade* e *O 5 de Julho*. Sendo assim, o tema sobre as crises políticas da República obteve um significativo aumento na quantidade de fontes nesse período, enquanto que o número de fontes a respeito da Rússia Soviética se manteve expressiva como anteriormente.

### **3.1.1. A luta trabalhista sob censura**

Após a revolta tenentista em São Paulo em 1924 o pensamento político a respeito da luta trabalhista e da organização dos trabalhadores na imprensa operária, entre os periódicos que analisamos, volta a se expressar apenas no ano de 1925. Não encontramos, assim, nenhum artigo jornalístico deste tema no segundo semestre de 1924, pois é possível que as preocupações imediatas do estado de sítio e as perspectivas de uma possível guerra civil generalizada, a partir das lutas das colunas tenentistas que combatiam em alguns pontos do país, tenham tirado a urgência – ao menos temporariamente – dos debates sobre a organização operária. Sem mencionar, novamente, a própria repressão e censura em si, que tirou de circulação importantes jornais operários como *A Plebe*, que foi fechada pela polícia.

Todavia, em inícios de 1925, o jornal do sindicato dos trabalhadores em hotéis, restaurantes e anexos do Rio de Janeiro, *Voz Cosmopolita*, publicou um artigo que rompe o silêncio na polêmica entre anarquistas e comunistas sobre a organização trabalhista. Assinado por Cary do Valle, o texto faz duras críticas à atuação dos anarquistas no movimento operário e ainda se refere, indiretamente, aos acontecimentos recentes da revolta tenentista de São Paulo e à repressão governamental que se sucedeu sob a classe operária. Destacamos as passagens:

A situação que todas as classes proletárias vêm atravessando, deve ter oferecido uma esplêndida lição áquelles militantes, que, estribando-se erradamente em principios doutrinarios e philosophicos de alta illuminatura, têm impedido que se torne efectiva a unidade absoluta de algumas classes, como também têm animado o estado chaotico que impera no seio do proletariado em geral.

[...]

Os sindicatos de classe serão bastante fortes, quando sua orientação fôr isenta dos sectarismos anarchistas. Porém isto não tem succedido numa bôa parte de sociedades de classe, devido a seus conductores que, esquecidos dos fins praticos e realistas a que aspirava a maioria de seus componentes, se enlevaram por vagas phantasias.

Assim é que vimos uma parte do proletariado assistir indifferente ao sacrificio daquelles que por sua organização tanto se têm esforçado. Mas se tal succede, deve-se isto á propria acção da quase totalidade dos representantes, que ora soffrem carceres ou no desterro.

Elles não trataram de fazer homens capazes de tomar iniciativas praticas, que tanto serviriam para soccorrel-os como para defender-se. Crearam um proselitismo idéologico e nada mais. E dahi a situação que se verifica.

É preciso que a lição que a todos proporcionou a reacção, seja devidamente aproveitada, iniciando-se a reorganização das classes de accordo com os methodos e a tactica da Internacional Syndical Vermelha. Se assim agirmos, em breve teremos o proletariado dispondo de efficientes órgãos de combate e realizando a unidade syndical.<sup>238</sup>

O autor do artigo, Cary do Valle, não foi identificado e o nome pode ser um pseudônimo. Ele enfatiza que a situação que o movimento operário atravessava, com sua falta de unidade e situação caótica, era “uma esplêndida lição” aos militantes que se confundem em princípios doutrinários e filosofias de “alta iluminatura”, referindo-se ironicamente ao anarquismo. O autor ainda insiste que os sindicatos apenas serão fortes se estes se desvencilharem de “sectarismos anarquistas” e de que os dirigentes destes sindicatos perderam os “fins práticos e realistas”, direcionando-se por “vagas fantasias”. Já destacamos que um dos traços do pensamento político dos comunistas em seus debates contra a corrente anarquista foi, justamente, encarar o socialismo de viés marxista como mais “prático e realista” em relação ao socialismo libertário dos anarquistas – e a ideologia destes últimos como “fantasias”, ou um pensamento que era apenas “moral”, como uma filosofia de “alta iluminatura”. Para além do combate à ideologia adversária, devemos considerar também o contexto pelo qual o jornal *Voz Cosmopolita* passava naquele momento. Lembremos que até 1923 ainda se manifestaram nesse jornal opiniões favoráveis ao sindicalismo revolucionário, que destoavam da linha comunista marxista assumida pelo periódico – como, por exemplo, o artigo de J. Martin analisado no capítulo anterior. Porém, a partir de 1924, ocorre uma mudança substancial na composição deste jornal com o aumento e fortalecimento das

<sup>238</sup> Pela Unidade Syndical. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1925. Ano 4, nº 51, p. 02.

opiniões e posições de cunho marxista. A isso se deve que, em 1924, ocorre a homologação da inscrição do PCB enquanto partido plenamente aceito como componente da Internacional Comunista de Moscou, de forma que a partir desta data *Voz Cosmopolita* se torna, definitivamente, um veículo de propaganda e agitação exclusivamente comunista. No ano de 1925, portanto, essa mudança já era bem visível, até mesmo nos ataques mais enfáticos contra a atuação dos anarquistas nos sindicatos, pregando que estes órgãos de classe deviam aderir aos “métodos” e às “táticas” da Internacional Sindical Vermelha (ISV), o setor sindical da IC – o que envolvia a adesão política dos sindicatos ao partido comunista. A partir dessa época, inclusive, *Voz Cosmopolita* passa a fazer a divulgação de periódicos e revistas ligados ao PCB, como o jornal *A Classe Operaria*, que passa a ser o órgão oficial do partido.<sup>239</sup>

O autor do texto acusa os “sectarismos anarquistas” como responsáveis pela indiferença do proletariado pelos sacrifícios dos militantes e que isso se deve à ação desses representantes sindicais que agora “sofrem cárceres ou no desterro”. Ataca esses militantes libertários por não tomarem “iniciativas práticas” que serviriam para se defenderem e que, ao contrário, criaram apenas um “proselitismo ideológico” nos sindicatos. Situação que, para o autor, “proporcionou a reação” e que, portanto, a lição que se deveria tirar desses acontecimentos é a mudança de postura das organizações operárias em prol da ISV.

Cary do Valle, ao tratar dos militantes operários que foram presos e desterrados, pode estar se referindo sobretudo aos anarquistas que foram detidos pela repressão que se verificou em São Paulo após o levante tenentista de 1924. Contudo, como evidenciamos na análise documental no capítulo anterior, o autor se equivoca, ou desconsidera deliberadamente, que os anarquistas naquela ocasião, longe de “não tomarem iniciativas práticas”, manifestaram o seu apoio e disposição de auxílio à revolta tenentista. Até mesmo realizaram tentativas de sensibilização e mobilização das massas operárias para o evento – como no manifesto publicado em *A Plebe* que foi analisado. É claro que devemos imaginar que o “proselitismo ideológico” e o “sectarismo” – e os radicalismos e preconceitos que disso deriva – são problemas que eram enfrentados e que habitavam todas as tendências e correntes políticas do movimento operário. Entretanto, aqui o autor também ignora que o anarquismo era um interlocutor e uma força política no movimento operário, e que tinha estruturado suas

---

<sup>239</sup> Estas mudanças em 1924-1925 na linha editorial de *Voz Cosmopolita*, que inicialmente era um periódico anarquista, com a reafirmação e fortalecimento das posições comunistas a partir dessa época, são apontadas por Peixoto (2010, p. 189-190) que estudou esse impresso. Em relação a adesão política dos sindicatos ao PC, quando os sindicatos se inseriam na ISV, é importante lembrar que quando o Profintern (ISV) é criado no II Congresso da IC, em 1920, a diretriz que foi imposta pelos dirigentes comunistas russos era a de que os líderes sindicais tinham que combater todas as outras tendências políticas no interior do movimento operário em prol do movimento comunista. Inclusive essa era a determinação expressa na 2ª condição dos 21 mandamentos da IC para se inserir nesta Internacional (COLE, 1961, p. 301-302; RODRIGUES, 1979, p. 29).

organizações operárias, reduzindo, assim, o movimento ácrata a mero proselitismo idealista. Tais afirmações também desconsideram que houve, como vimos, algumas manifestações no interior do movimento anarquista que buscaram evitar atitudes mais sectárias, revendo criticamente o movimento e buscando um diálogo com os comunistas – em que se destaca os artigos de José Oiticica publicados em *A Plebe* e *A Pátria*.<sup>240</sup>

Pouco depois a visão de disciplina rígida dos comunistas para a centralização do movimento operário, e ainda expressando a fé no mito da revolução mundial, se mostra em um artigo publicado em *O Solidario* de Santos. Assinado apenas pelas iniciais M. R., e com um ponto de vista romântico, é interessante notar que esta visão de como deveria ser a militância em meio aos trabalhadores relacionava-se a política dos comunistas para a organização operária:

O comunismo é o homem activo, infatigavel, que penetra constantemente no seio das massas.

Organisa-as, mette-as dentro do circulo de ferro da disciplina e ahi vae conquistando, pouco a pouco elementos para o partido comunista, para os nucleos syndicaes communistas.

[...]

[...] labor obscuro, mas fundamental, creando verdadeiras consciencias dentro dos centros de cultura Proletaria, dentro das cellulas, e dos nucleos syndicaes communistas – forjando os futuros chefes da Revolução Mundial.<sup>241</sup>

Neste primeiro semestre de 1925 não encontramos artigos sobre a opinião anarquista a respeito da organização operária já que, como destacamos, alguns jornais foram censurados com o estado de sítio em que o país foi colocado. É o exemplo do jornal *A Plebe*, que foi fechado e só voltaria em 1927. Outras publicações anarquistas passavam por dificuldades de maneira que o ponto de vista libertário só retornou na imprensa operária, ao menos entre os periódicos que trabalhamos nesta pesquisa, no segundo semestre de 1925. De acordo com

---

<sup>240</sup> Sobre a questão do anarquismo ser uma força política que era um “interlocutor” no movimento operário, Avelino (2004, p. 25) lembra que a tradição anarquista obteve uma presença vigorosa no movimento socialista mundial e que foi com muito custo que o marxismo ganhou projeção social nos meios operários a partir da segunda metade do século XIX. Em relação aos anarquistas que foram presos e desterrados pela repressão, após a revolta tenentista de 1924, já nos referimos ao caso de Pedro Augusto Motta, editor de *A Plebe* e um dos signatários do manifesto publicado no jornal em prol a revolução dos tenentes. Como mencionamos Pedro Augusto Motta foi preso e enviado para a colônia penal de Clevelândia no Amapá (SAMIS, 2002, p. 220). Por isso deve ser ao desterro de Clevelândia que Cary do Valle deve estar se referindo. Já Romani (2009, p. 58-59) explica que após a retirada das forças tenentistas de São Paulo a atividade sindical, no segundo semestre de 1924, foi completamente desmantelada, mas que uma parte dos sindicalistas anarquistas conseguiram fugir da repressão devido a breve desorganização da polícia naquele contexto. Contudo, no Rio de Janeiro, a repressão ao movimento operário foi mais intensa, começando tão logo quando estalara a sublevação dos tenentes em São Paulo, e que, assim, muitos militantes cariocas foram encarcerados e enviados ao campo de Clevelândia.

<sup>241</sup> “Que é o Comunismo”. *O Solidario*, Santos, 11 abr. 1925. Ano 2, nº 36, p. 01.

Dulles (1977, p. 200), o estado de sítio proibiu a circulação até mesmo do diário oposicionista *Correio da Manhã*, que era um órgão da grande imprensa. E que apenas pequenos impressores foram capazes de desafiar a fiscalização, como deve ser o caso dos periódicos sindicais *Voz Cosmopolita* e *O Solidario*. Entretanto, nesse ano, o PCB desafia o estado de exceção do governo Arthur Bernardes para lançar o novo periódico oficial do partido: *A Classe Operaria*. Assim, em junho, um artigo sem autoria foi publicado neste jornal que é uma fonte significativa de como os comunistas passaram a encarar a organização operária naquele ano e, também, de forma comparativa, de como os anarquistas organizavam o movimento operário – questões, inclusive, que seriam rebatidas pela imprensa anarquista alguns meses mais tarde. Destacamos, portanto, as principais passagens:

Em continuação ás ponderações que vimos fazendo ácerca da organização syndical, trataremos hoje dos methodos de reorganização.

[...]

[...] Cremos, pelo contrario, que esta independencia não passa do resultado de um vício, que é hoje preciso corrigir, vício este que, se bem analysarmos, encontraremos a sua causa no federalismo dispersivo usado até aqui na organização dos syndicatos de resistencia.

A organização syndical, como de resto qualquer outra organização, deve ser a mais concentrada e a mais homogenea possivel. [...]

[...]

Ponhámos de lado os velhos erros e os preconceitos libertarios, cultivados no nosso movimento syndical, e procuraremos encarar seriamente o problema da reorganização da classe trabalhadora, sem outras ambições que não sejam as de livrala, o quanto antes, do jugo do capital. Precisámos substituir os velhos moldes de organização de syndicatos de officio, pelo syndicatos de industria; reunidos, não em federações, mais ou menos hypotheticas, mas em organismos centraes com attribuições bastantes para dirigir os trabalhadores nas suas luctas.

A organização dos trabalhadores deve corresponder á centralização cada dia maior do capitalismo. [...].<sup>242</sup>

Após os eventos turbulentos dos levantes tenentistas e a imposição de um estado de sítio que, como vimos, desarticulou muitas organizações operárias, os comunistas buscaram reorganizar o movimento sindical. O jornal *A Classe Operaria* foi um órgão que investiu pesadamente no apelo às classes trabalhadoras, grande parte desta folha se dedicava as denúncias dos problemas e abusos patronais cometidos contra diversas categorias profissionais – assim como notícias do movimento operário em várias partes do país e do mundo. Quando o autor do artigo se refere a “esta independência” ele está se reportando à

<sup>242</sup> Aperfeiçoemos os nossos methodos syndicaes. **A Classe Operaria**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1925. Ano 1, nº 9, p. 03. Nessa época o jornal *A Classe Operaria* foi publicado brevemente nas oficinas do jornal governista *O Paiz*, pois o governo desejava evitar agitações operárias (DULLES, 1977, p. 226). Podemos imaginar que este fato pode ter sido mais um elemento que aumentou as desconfianças dos anarquistas em relação aos marxistas.

autonomia que os sindicatos possuíam, e em parte ainda possuíam, no movimento trabalhista até então – organizados sob um “federalismo dispersivo”, que predominou sob os “sindicatos de resistência”. Ele se refere ao modelo organizativo desenvolvido pelo sindicalismo revolucionário, que em grande parte foi construído no Brasil pela militância anarquista. Essa forma de organização sindical, para o autor, consistia em um “vício” que deveria ser corrigido pela maior concentração e homogeneização das organizações operárias, pondo de lado os “velhos erros e preconceitos libertários”. Assim, o autor propõe “encarar seriamente o problema” da organização operária – dando a entender que a experiência anarquista de organização não possuiu méritos e comprometimentos. Com isso, a alternativa proposta pelos comunistas era a de que “os velhos moldes” de organização de sindicatos por ofício fossem substituídos pela organização em sindicatos de indústria, reunidos não em “federações mais ou menos hipotéticas”, mas em órgãos centrais – que também correspondessem “a centralização cada dia maior do capitalismo”.

Esta fonte jornalística também foi comentada por Dulles (1977, p. 227). Para além das posições comumente já conhecidas dos comunistas, de uma maior centralização e disciplina rígida – típica de sua doutrina e que se estendia tanto a militância partidária quanto a sindical – devemos levar em consideração também as condições da conjuntura daquele ano de 1925 no movimento comunista. A partir do V Congresso da IC, realizado em 1924, e da conferência sindical do PCB, realizada em fevereiro de 1925, e do II Congresso do partido, realizado em maio, ficou estabelecido que os comunistas deveriam construir relações mais sólidas do partido com a classe operária com a formação de blocos de simpatizantes nos sindicatos, estabelecendo “o partido nas fábricas”. Isso significava sobrepor-se às outras correntes do movimento operário, inclusive a anarcossindicalista. Aliás o próprio jornal *A Classe Operaria* foi fundado para dar conta destes objetivos, ao qual o principal responsável pela sua redação foi Octávio Brandão (DEL ROIO, 2007a, p. 235-236; AMARAL, 2007, p. 263). Portanto, era necessário uma maior centralização do movimento operário e a substituição dos sindicatos organizados por ofício – por categorias profissionais, como eram nos sindicatos de resistência aos moldes do sindicalismo revolucionário – por sindicatos de indústria – que englobaria as várias classes profissionais dentro de um setor industrial em uma única organização, centralizando o movimento sindical nas mãos dos comunistas.

Estas diretrizes dos comunistas para a organização sindical seguiam as recomendações da própria IC, reforçadas pela crença no imaginário da “revolução mundial”, em que a intenção preconizada era a de livrar os operários do “julgo do capital”, onde a organização dos trabalhadores deveria corresponder, portanto, “à centralização cada dia maior do

capitalismo”. Estas convicções dos comunistas – aliado a posse de um socialismo que pretendia ser científico como o marxismo, e a experiência real da Revolução Russa – pode ter condicionado a uma interpretação e posição em que os métodos dos anarquistas eram vistos como “fora da realidade” – dando continuidade a uma tendência de pensamento que vinha, como vimos, desde o período anterior. Contudo, como destacamos, muitos militantes que formaram o PCB em 1922 vinham do campo anarquista, conheciam as suas particularidades, e atacar os adversários – que eram antigos companheiros de militância – fazia parte de uma necessidade que sempre estaria envolto em tons de polêmica. No número seguinte de *A Classe Operária* encontramos mais um artigo importante destas disputas sindicais que ainda ocorriam entre as tendências:

Um dos grandes erros de todo o proletariado do Brasil tem sido o corporativismo estreito. A visão do trabalhador não vai além das quatro paredes do seu sindicato. Não compreendendo que, acima de sua corporação, está a classe operaria. Não compreendendo que o proletariado só vencerá como classe e não como corporação. [...]

Lembremos que, nessas derrotas, o libertarismo tem sua parte. Confundindo a classe com a corporação, os companheiros libertarios elevaram a corporação às alturas da classe. Por outro lado, a descentralização anarchica fez com que os sindicatinhos quizessem ser collocados no mesmo nivel dos grandes sindicatos. [...] Tudo isto prova o alheamento da realidade em que se encontravam esses companheiros libertarios.<sup>243</sup>

Este artigo é assinado pelo nome de Manoel Braúna que, na verdade, foi um pseudônimo utilizado pelo próprio Octávio Brandão.<sup>244</sup> Mais uma vez as derrotas do movimento operário são tidas como de responsabilidade dos libertários e de sua “descentralização anárquica”. É de notar que, nos ataques contra a tendência adversária no movimento operário, o recurso simbólico de se possuir uma visão mais racional e, portanto, mais precisa das condições pelo qual o movimento trabalhista passava, continuava sendo utilizado, pois, para Brandão, a própria situação comprovava “o alheamento da realidade” dos companheiros libertários. Ele deixa claro, dessa forma, que os anarquistas confundiam “a classe com a corporação”, elevando a corporação ao nível de importância da própria classe operária. Refere-se, assim, aos sindicatos de ofício típicos do sindicalismo revolucionário defendido pelos anarquistas, afirmando que esta forma de organização é um “corporativismo

<sup>243</sup> Corporativismo. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1925. Ano 1, nº 10, p. 03.

<sup>244</sup> A confirmação de que este nome era um pseudônimo de Octávio Brandão se baseia nas próprias memórias escritas por ele. Cf.: <<https://www.marxists.org/portugues/brandao/ano/mes/classe.htm>>. Acesso em: 6 de abril de 2019.

estreito”, já que acima dos interesses da corporação estão os interesses da classe operária como um todo.

Devemos lembrar que, de acordo com Santos (2017, p. 218-220), o sindicalismo revolucionário, sob a militância anarquista, continuou presente e organizando o movimento operário após a criação do PCB e que o surgimento deste partido se deveu às decepções de ex-militantes anarquistas após as derrotas das insurreições operárias entre 1917-1920. Assim como deu-se, também, aos êxitos da Revolução Russa, que fez com que partidos comunistas fossem criados no mundo inteiro. Estes militantes que saíram do anarquismo e formaram o PCB, portanto, tiveram desde o início que criticar os métodos anarquistas, mas que não haviam, em si, uma “necessidade histórica” de mudança comprovadas pelas derrotas do anarquismo brasileiro, como defenderam os fundadores do PCB que antes eram anarquistas, já que a decisão de criar a agremiação partiu destes militantes e não por um colapso do anarquismo e seus métodos.

No entanto, as opiniões anarquistas a respeito da organização trabalhista voltaram a aparecer na imprensa operária no segundo semestre daquele ano de 1925. Surpreendentemente, constatamos que os posicionamentos libertários acerca destes assuntos retornaram, primeiramente, não pela imprensa anarquista, mas pela própria imprensa comunista. No jornal *O Internacional* de São Paulo, órgão oficial do sindicato dos trabalhadores em “hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, cafés e classes anexas” – e era assim que ele se apresentava –, impresso que tinha uma orientação comunista, encontramos uma fonte singular que revela as disputas entre as correntes políticas que ocorriam naquele sindicato. Em artigo de capa ocupando grande espaço na página e com o título de “Orientação Sindical” um militante que assina como V. M. Saavedra defende posições contrárias à direção sindical e do próprio jornal:

Uma vez que o syndicato é, em sua essencia, o baluarte da defesa dos opprimidos, nelle ingressam, por igual, os operarios de todas as raças, de todas as crenças religiosas e de todas as correntes ideologicas. A elle accodem todos os irmãos escravos: alli fraternizam-se as vontades, com o intuito de lutar pelas melhorias de salarios, diminuição de horas de trabalho, boa alimentação, etc., assim como tambem pelo seu aperfeiçoamento moral e intellectual.

[...]

Os homens que se põem á frente das organizações hão de tratar de se fazerem merecedores da confiança que nelles depositam os seus companheiros ao elegend-os e não apartar a orientação gremial da feição a que deve caracterizar, – anti-politica e anti-estatal, – isto é, puramente operaria, puramente de luta pelas melhorias economicas e moraes, tendendo sempre ao maximo para as conquistas integraes, annullando a inhumana exploração



do homem pelo homem, e tendendo sempre a annular definitivamente todas as injustiças em que se baseia a ordem social na actualidade.

Os operarios que á frente das organizações, lhes imprimem orientação politica, são flexíveis depender para os exploradores, são a negação dos principios, são a claudição da causa.

A imprensa que representa as classes trabalhadoras deve ser o reflexo fiel das suas aspirações de escravos, e ha de tratar de redimil-os, inculcando-lhes o verdadeiro conhecimento. Deve ser impulsionadora da unidade, diffundindo a harmonia, e não se deve encobrir com os ideaes de redempção para desviar o conhecimento e levar os trabalhadores ao collaboracionismo estatal, propiciando qualquer tendencia “politica” por mais que se chame “politica dos trabalhadores”. A politica é toda uma e a differença está apenas no rótulo...<sup>245</sup>

O autor deste artigo, na verdade Victor M. Saavedra, era, segundo Dulles (1977, p. 232), o líder da ala anarcossindicalista de *O Internacional*. Dulles cita outras fontes jornalísticas do mesmo jornal em que se expressa as polêmicas criadas pelas posições de Saavedra, mas este artigo acima transcrito não foi analisado pelo historiador. É interessante observar que este texto demonstra que os posicionamentos libertários e a militância anarquista disputavam com os comunistas por espaço e influência no interior deste sindicato. De acordo com Del Roio (1990, p. 62), os comunistas tinham uma influência bem reduzida em São Paulo, onde o peso maior era dos anarquistas – estes que, por sua vez, tinham pouca influência no Rio de Janeiro onde o PCB era mais forte. Del Roio sustenta que isso ocorria porque São Paulo era um pólo de desagregação do sistema político oligárquico, por isso a sociedade civil era mais organizada e diversificada, o que fez com que o PCB possuísse pouca influência, contando, por volta de 1928, com apenas 80 a 100 militantes em todo o Estado. Igualmente, Del Roio indica que mais tarde, inclusive, o sindicato e o seu jornal *O Internacional* foi perdido para os anarquistas, que passaram a ter influência predominante sobre esta organização em detrimento dos comunistas.

Quando Saavedra salienta que os sindicatos, por terem por função a defesa dos trabalhadores, recebem no seu interior “operários de todas as raças, de todas as crenças religiosas e de todas as correntes ideológicas” ele está expressando as concepções do sindicalismo revolucionário, além de estar procurando enfatizar a própria heterogeneidade do proletariado brasileiro. É importante lembrarmos, como já foi especificado, que as bases do sindicalismo revolucionário enquanto doutrina e prática política para a organização operária – doutrina esta que no Brasil foi um conjunto de princípios que permitia a militância anarquista agir nos meios operários – estabelecia, desde a sua formação no caso francês em fins do

---

<sup>245</sup> Orientação Syndical. *O Internacional*, São Paulo, ago. 1925. Ano 5, nº 95, p. 01.

século XIX, a neutralidade política e religiosa dos sindicatos, o federalismo e a ênfase na “ação direta” – pontos estes últimos em comum com a doutrina anarquista (OLIVEIRA, 2018, p. 212 e 217). Com isso, os sindicatos deveriam ser abertos aos trabalhadores de quaisquer correntes políticas ou fé religiosa, de qualquer origem étnica ou nacional, pois no sindicalismo revolucionário a liberdade política e religiosa dos indivíduos, assim como a coesão interna dos trabalhadores, só poderia ser de fato garantida por meio da neutralidade do sindicato enquanto entidade. Essa forma de organização tinha por objetivo reconhecer a possibilidade de livre discussão política entre os trabalhadores no interior do sindicato, e não de os afastar previamente devido a adesão oficial da entidade com determinada corrente política ou agremiação partidária – numa tentativa de evitar um corporativismo limitado através de clivagens internas à classe.<sup>246</sup>

É interessante perceber que o problema do corporativismo, aliás, era a acusação de que os comunistas se utilizaram para atacar os métodos de organização dos anarquistas nos sindicatos – como foi a exemplo do artigo de Octávio Brandão publicado em *A Classe Operária*. Assim, a própria defesa dos princípios do sindicalismo revolucionário por Saavedra pode ser uma resposta que este militante – envolto nas discussões que já ocorriam na imprensa operária – buscou oferecer, e polemizar, em suas disputas com os comunistas. Demonstrando, portanto, que este artigo de Saavedra é mais um indício, e uma fonte histórica, que revela que houve setores do movimento anarquista que buscaram reavaliar as concepções políticas existentes à luz das condições em que se encontravam o movimento operário. Aliás, em estudos mais recentes como o de Oliveira (2018, p. 222), aponta-se que o debate em torno do sindicalismo revolucionário, como principal método de ação anarquista no Brasil, esteve presente na militância libertária até a década de 1930, indicando que o pensamento anarquista foi dinâmico, e não estático.

---

<sup>246</sup> É importante destacar neste ponto que dentro das perspectivas do sindicalismo revolucionário, que já explicamos neste trabalho, esse programa visava ser abrangente e flexível para abarcar e atrair a maior quantidade possível de trabalhadores para o interior do sindicato, colocando a luta econômica por melhorias como o centro de adesão e coesão da própria entidade. Dessa maneira, o principal ponto que diferenciou o sindicalismo revolucionário do anarcossindicalismo propriamente dito, é a de que os sindicatos – dentro dos preceitos sindicalistas revolucionários – não poderiam assumir como ideologia política oficial nem mesmo o anarquismo – ao contrário do que pregou o anarcossindicalismo puro, sendo que no Brasil “anarcossindicalismo” seria apenas uma forma de se referir a atuação de anarquistas nos sindicatos. Já enfatizamos que o sindicalismo revolucionário no Brasil foi utilizado como plataforma de luta pela militância anarquista, que houve uma simbiose entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, mas que os sindicatos não eram, em si, anarquistas e sim estavam sob a sua esfera de influência política. Contudo, houve, por exemplo, uma tentativa de se estabelecer no Brasil a propaganda anarquista como uma diretriz para os sindicatos – durante as discussões do II Congresso Operário Brasileiro de 1913 – proposta esta que foi apresentada como uma moção pela Federação Operária de Santos, contudo, na ocasião, esta moção foi rejeitada pelo congresso, tendo em Edgar Leuenroth um dos principais opositores, pelo fato desta proposta violar o princípio de neutralidade política dos sindicatos (AVELINO, 2004, p. 59; OLIVEIRA, 2018, p. 216-218, 221-222).

Podemos comprovar isso, ou ao menos inferir, inclusive, a partir de certos indícios. Quando Saavedra destaca que a feição dos sindicatos deve ser “antipolítica” e “antiestatal”, porque os operários que “imprimem uma orientação política” para os sindicatos se tornam “flexíveis” para “depende dos exploradores”. Ou ainda quando ele diz que a imprensa sindical, “propiciando qualquer tendência política”, por mais que seja uma “política dos trabalhadores”, conduz, com esta prática, os trabalhadores a um “colaboracionismo estatal”, ele pode estar tendo, como pano de fundo da discussão, as concepções que os anarquistas brasileiros passaram a ter de acontecimentos recentes. Acontecimentos estes que podem estar relacionados tanto às constatações do autoritarismo soviético na Rússia, que os anarquistas passaram a tomar conhecimento a partir da imprensa operária internacional, quanto também se referindo à própria política dos comunistas, que se apresentavam como uma “política dos trabalhadores”.

Isso porque, a partir de 1925, com a decisão do PCB de se aproximar intensamente das organizações operárias para centralizá-las sob a sua esfera de influência e controle, cada vez mais se fazia sentir uma tendência à burocratização da vida sindical. Nesse processo os sindicatos comunistas imprimiriam sobre os associados uma maior vigilância e controle, para adequar a ação dos sindicatos a “objetivos maiores” – pensemos nas críticas de Octávio Brandão, que via no “libertarismo” um erro por colocar os interesses da corporação acima dos da classe operária. Assim, essa forma de organização operária dos comunistas tendeu, cada vez mais, a uma supressão do poder de decisão e barganha política da classe operária (MUNAKATA, 1984, p. 46-48). Estas questões da centralização do movimento sindical pelos comunistas se tornariam ainda mais claras e evidentes nos anos seguintes. É nesse sentido, portanto, que Saavedra pode estar assinalando, observando que essa política conduz a um “colaboracionismo estatal” – indicando que o pensamento anarquista, ao menos entre alguns setores e militantes, se esforçou na busca de compreender os problemas que eram enfrentados pela luta operária naquele momento.

Ainda é relevante e necessário atentarmos para a forma como Saavedra qualifica a luta operária, expressando representações políticas que constituem em aspectos do imaginário anarquista acerca da luta dos trabalhadores enquanto uma forma de se promover a transformação social. Ao se referir aos sindicatos como o “baluarte da defesa dos oprimidos”, que, enquanto organização “puramente operária”, teria por missão abolir a “exploração do homem pelo homem”. Ou quando se refere a imprensa operária como o reflexo das “aspirações dos escravos”, e que esta deve “redimi-los pelo verdadeiro conhecimento”, que impulsiona a “unidade” pela “harmonia”, Saavedra revela uma visão da luta trabalhista onde

os operários, na condição e situação de oprimidos e explorados, são os únicos que podem abolir as injustiças da ordem social atual – colocando os trabalhadores e seus interesses em total assimetria em relação aos “exploradores”. Isso é relevante porque no imaginário político anarquista, tal como demonstrou o pesquisador libertário Rudolf de Jong (2008, p. 12-13 e 40), as relações entre “centro” e “periferia”, isto é, as relações entre o centro do poder – o Estado e os governos – e a periferia – os trabalhadores, as camadas civis exploradas e marginalizadas – basearam a forma como os anarquistas enxergaram as relações presentes na sociedade. Assim, isso norteou a atuação política e o modelo de luta dos anarquistas, uma luta que tinha que partir e se iniciar “da periferia para o centro”, no sentido que a luta não era para “tomar e usar” o centro, a fim de promover a revolução social – como preconiza o marxismo – mas sim, o fim da luta política anarquista, era a “destruição imediata do centro”, como um modelo de luta e estratégia que impediria a criação de um novo centro – a fim de promover a transformação social revolucionária. Assim, este artigo de Saavedra também comprova que os anarquistas estavam preocupados com a unidade sindical, com a unidade da classe operária, mas uma unidade que só poderia ser atingida, segundo eles, pela harmonia de interesses e vontades de todos os operários, de uma maneira orgânica e não autoritária.<sup>247</sup>

Alguns números adiante do jornal, no fim do ano, o mesmo Victor Saavedra publica outro artigo anunciando o próximo III Congresso Operário Estadual do Rio Grande do Sul.

---

<sup>247</sup> É necessário atentarmos que quando os anarquistas preconizam uma organização que seja “antiestatal” e “antipolítica” (como enfatizou Saavedra) isso não quer dizer que o anarquismo seja um movimento que nega absolutamente a política e o poder enquanto relações que são intrínsecas a toda organização social – e portanto elementos indispensáveis para considerar os problemas da transformação social. Já chamamos a atenção de que o anarquismo é uma doutrina política que propõem uma nova lógica política, tanto para a análise das sociedades contemporâneas como para a construção de uma nova sociedade. De acordo com Jong (2008, p. 20-22) a transformação revolucionária proposta pelo anarquismo buscou ser uma estratégia de luta e organização das camadas mais pobres, exploradas e marginalizadas pela sociedade (periferia), para a derrubada do Estado (centro), e a construção de uma nova ordem social de baixo para cima (a partir das bases populares dos movimentos sociais) para promover a descentralização do poder político. Uma nova forma de organização social que impeça a criação de um novo “centro”, já que o anarquismo se recusa a recriar novas formas de relação “centro-periferia” (JONG, 2008, p. 39). Para construir uma sociedade em que a política funcionasse sob outra lógica, e em que o poder fosse descentralizado, o anarquismo oferece ideias e concepções fundamentais que fizeram parte do desenvolvimento desta ideologia como: a ação direta; a autogestão social; a solidariedade social; o apoio mútuo e o federalismo. Por isso, é neste sentido que os anarquistas também se definiam como “antipolíticos”, “antiautoritários” e “autonomistas”, pois negavam a política centralizada no poder do Estado e com a imposição do poder por meios coercitivos e autoritários. Isso é importante esclarecer tanto para uma compreensão maior do próprio imaginário anarquista como também para realçar que as doutrinas políticas adversárias ao anarquismo, como o marxismo e o liberalismo, como também certas correntes de interpretações historiográficas, muitas vezes por medirem e analisarem o anarquismo por “padrões políticos de poder”, dentro de uma lógica “centro-periferia”, acabaram não compreendendo o pensamento anarquista e expressando preconceitos políticos; sobretudo ao qualificarem o pensamento ácrata como um movimento “pré-político”, por negar o Estado e suas instituições – pertencente as “curiosidades históricas” e “fracassos históricos” (JONG, 2008, p. 39). Inclusive podemos citar como um exemplo interessante destes preconceitos, que percorreram a historiografia e os estudos acadêmicos, a qualificação dada por Konder (1988, p. 102) de que os anarquistas brasileiros no período se apoiavam em valores “pré-políticos” ou, no máximo, “paleopolíticos”, como se o anarquismo estivesse fora de qualquer lógica política, estando na “pré-história” das doutrinas sociais.

Indicando a adesão de sindicatos de várias cidades daquele Estado – entre elas Porto Alegre, Bagé e Pelotas –, sindicatos principalmente do setor marítimo e de serviços, este artigo também é citado por Dulles (1977, p. 232-233). Esta fonte é importante porque, além de reafirmar as posições do autor em favor de um sindicalismo “antipolítico” e antiestatal” – ao lembrar que estas tinham sido também as diretrizes dos últimos congressos daquele Estado – Saavedra demonstra que os anarquistas de São Paulo estavam atentos ao que estava acontecendo em outros lugares do país. O que pode ser indício, igualmente, das trocas de correspondências entre os militantes em tempos difíceis de censura e estado de sítio. Ao lembrar dos princípios estabelecidos nos Congressos Operários Brasileiros anteriores, de negação da colaboração com partidos e governos – típica tanto do anarquismo quanto do sindicalismo revolucionário – ele enfatiza que aquela tinha sido a organização usual até então:

É de esperar que o proletariado do Rio Grande do Sul seja mais uma vez fiel às suas honrosas tradições, sempre coerentes com suas declarações de princípios dos 1º e 2º Congressos ali realizados, imprimindo a organização a orientação nitidamente syndicalista – tendencia tradicional do proletariado brasileiro. [...] Ficou tambem mais uma vez reafirmado a tendencia de orientação combativa nitidamente de lucta, isto é, syndicalista, com sua finalidade anti-politica e anti-estatal a despeito dos figurões de tendencias contemplativas.<sup>248</sup>

Podemos pensar a quem Saavedra se refere ao dizer “a despeito dos figurões de tendências contemplativas”, talvez esteja se referindo aos comunistas e julgando, desta vez, a posição destes como “contemplativas”. As declarações polêmicas de Saavedra repercutiram mais tarde na imprensa comunista, tanto no jornal *O Internacional* quanto em *Voz Cosmopolita* do Rio de Janeiro, inclusive devido aos posicionamentos de Saavedra este acaba sendo demitido do sindicato de *O Internacional* em inícios de 1926 (DULLES, 1977, p. 235). Contudo, a questão que devemos nos ater agora é que o referido III Congresso Operário do Rio Grande do Sul parece, ao que tudo indica, ter tido uma importância fundamental na reorganização e resistência do movimento anarquista brasileiro naqueles anos de forte repressão, onde os impressos libertários de São Paulo e Rio de Janeiro tinham sido suprimidos. No fim deste ano de 1925, portanto, a imprensa anarquista retorna ao debate da organização operária por meio da militância dos libertários gaúchos que, ao organizarem o seu 3º congresso operário, rearticulam o jornal *O Syndicalista*, que passa a ter grande importância nesta fase de intensa censura que muito dificultou os periódicos desta tendência. Assim, nas páginas do órgão oficial da FORGS – Federação Operária do Rio Grande do Sul –

<sup>248</sup> Congressos Operarios: finalidades. **O Internacional**, São Paulo, out. 1925. Ano 6, nº 98, p. 02.

narram-se, por várias edições, todos os assuntos discutidos no referido congresso. Entre eles a oposição aos comunistas e ao avanço destes em suas organizações sindicais:

Com a palavra o companheiro delegado d'”O Syndicalista” declara não ter protestado ha pouco contra a admissão para tomar parte do Congresso, do delegado que se apresentára em nome da União dos Trabalhadores em Calçado, apesar de saber ser o mesmo um politico, porque vinha este representando numa organização cujos principios não lhe constava serem politicos, mas que o fazia agora quanto á representação do jornal “A Classe Operaria” do Rio de Janeiro, por ser esse jornal politico, achando que o Congresso devia “separar o joio do trigo”.

O companheiro Nalipinski aparteia dizendo ser politico, porém politico operário.

O companheiro delegado d'”O Syndicalista” diz que para elle todos os politicos são iguaes tenham embora o rotulo de operarios, pois que política é a ideia de dominio não podendo ser acceita entre trabalhadores que defendem a igualdade e almejam a confraternização.<sup>249</sup>

É possível que o militante comunista que o editorial do jornal se refere – editorial este que ocupa toda a primeira e segunda página só sobre o 3º Congresso – seja Antonio Nalipinski, que era sapateiro e antes militava no anarquismo (FAUSTO, 1977, p. 95). Não sabemos quem era o “delegado” representante de *O Syndicalista*, mas este indica que houve uma disposição inicial de evitar, para com Nalipinski, atitudes mais sectárias, mesmo sabendo que este fazia parte de um partido político, e que isso não era motivo que o impedisse de participar do Congresso. Porém, ao que indica, quando Nalipinski se apresenta como representante do jornal *A Classe Operária*, o delegado gaúcho se opõe, por este jornal ser “político”, órgão oficial do PCB, devendo “separar o joio do trigo” para não permitir qualquer proselitismo partidário. O delegado ainda responde à objeção de Nalipinski, que diz ser “político operário”, enfatizando que “todos os políticos são iguais”, já que a “política é a ideia de domínio” – incompatível com os trabalhadores que defendem a “igualdade” e a “confraternização”. É interessante que esta apreciação sobre a política contida neste artigo, a de que “todos os políticos são iguais”, independentemente de terem o “rótulo de operários”, se aproxima muito da expressão de Saavedra: “de que a política é toda uma e a diferença está apenas no rótulo” – quando este se refere a um partido político operário no artigo anterior de *O Internacional*. Isso porque, longe de esta condenação total da política parlamentar ser apenas uma aversão ao Estado, que esteve presente na cultura política operária desta época, devemos considerar também que os anarquistas não estavam dispostos a abrir mão do

<sup>249</sup> 3º Congresso Operario. *O Syndicalista*, Porto Alegre, out. 1925. Ano 7, nº 6, p. 02.

princípio da liberdade e da autonomia dos sindicatos – e que na verdade isso era um elemento intrínseco a doutrina anarquista desde a sua formação.<sup>250</sup>

A FORGS e o seu porta voz oficial, o jornal *O Syndicalista*, passaram a ter grande importância e constituíram-se numa referência para os anarquistas de todo o país, já que esta entidade teve uma duração ininterrupta até 1927, sendo a única federação operária anarquista que se manteve mais livre da repressão – já que as medidas repressivas do governo atingiam mais intensamente São Paulo e Rio de Janeiro (PETERSEN, 1995, p. 143-144; OLIVEIRA, 2018, p. 235). Essa é uma das razões para explicar porque Saavedra concede grande importância para o III Congresso Operário do Rio Grande do Sul no seu artigo em *O Internacional*. Essa relevância que *O Syndicalista* e o congresso da FORGS passam a ter também se confirma pelo fato do famoso militante anarquista Edgard Leuenroth, editor de *A Plebe*, ter sido admitido no conselho de redação do jornal – já no nº 6 deste periódico, na edição do artigo acima citado, o seu nome consta na lista de redatores. De acordo com Dulles (1977, p. 233) o próprio Congresso nomeou Edgard Leuenroth para participar, junto com quatro anarquistas gaúchos, da comissão de redação do jornal. Isso é importante para se ter uma dimensão do contexto em que se insere o periódico *O Syndicalista* no movimento anarquista brasileiro, naqueles anos de intensa repressão de meados da década de 1920. Como já destacamos o jornal *A Plebe* tinha sido fechado e ao que tudo indica Edgard Leuenroth encontrou em *O Syndicalista* uma oportunidade de manter a sua militância ativa.

É necessário realçarmos que estas dificuldades impostas pela repressão e pelo estado de sítio condicionou, portanto, a dinâmica da produção da imprensa operária. Após a segunda revolta tenentista de São Paulo, já em dezembro de 1924, o governo de Arthur Bernardes cria o DOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo –, caracterizado pela vigência quase permanente de estado de sítio, constituindo-se em polícia política para controlar os “crimes políticos” (SILVA, 2006, p. 114). É nesse período também que, cada vez mais, e aos poucos, que a imprensa, tanto operária como grandes jornais, passam a ter consciência e a denunciar o campo de concentração para presos políticos de Clevelândia no Amapá, cuja as primeiras levadas de prisioneiros começam a ser internadas em dezembro de 1924 e janeiro de 1925 (SAMIS, 2002, p. 160). Assim, essa conjuntura política incidiu diretamente sobre a imprensa operária, ao censurar a divulgação de diversos títulos e permitir

---

<sup>250</sup> Na verdade, desde os conflitos entre Marx e Bakunin na 1ª Internacional esses elementos – que fazem parte de um “imaginário antipolítico” – já eram bem evidentes no anarquismo. Bakunin asseverava – ao se opor a ideia de um Estado operário de Marx – que é da própria natureza do Estado “romper a solidariedade humana”, assim, o princípio da moral da “política”, e do Estado, é sempre estigmatizar tudo o que é contrário ao desenvolvimento de seu poder (BAKUNIN, 2016b, p. 303). Assim, podemos compreender quando o delegado de *O Syndicalista* afirma que a “política é a ideia de domínio”, que é contrária a “confraternização” operária.

que o Rio Grande do Sul assumisse um papel de maior destaque para os libertários do país, já que os efeitos da repressão do governo federal nesse Estado eram menores.

No fim do mês outro artigo sem autoria e de capa é publicado em *O Syndicalista*, falando sobre as decisões do III Congresso:

Acabamos de realizar o 3º Congresso Operario do Rio Grande do Sul.

A esse Congresso concorreram as organizações operarias das principaes cidades do Estado que, de facto, sabem o que querem, definidas tanto quanto é possível, apesar das confusões estabelecidas por individuos e aggrupações politicas quer burguezas, quer mascaradas com rótulos de operarias.

[...]

Deu-se aos mistificadores do proletariado uma prova de que, apesar de todos os revezes na lucta desigual contra a educação perniciosa de todos os homens e que, infelizmente attinge aos trabalhadores como parte integrante da sociedade que são, estes, iluminados pelo facho sagrado da Idéias Libertarias souberam reafirmar o Caminho a seguir!

Formaram as principaes orga[niza]ções operarias do Estado do Rio Grande do Sul ao lado dos trabalhadores libertarios da Argentina, do Uruguay, do Mexico, do Chile e de todo o resto do mundo – adherindo á Associação Internacional dos Trabalhadores, com séde em Berlim.

Nem podia ser outra a attitude dos trabalhadores syndicalista-libertarios do Rio Grande do Sul.

Acceitamos como meio para nos defender das explorações economicas e politicas e para podermos prégar os nossos ideaies communistas-libertarios – o syndicato de classe – baseado no mais amplo systema federativo, dando ao individuo autonomia dentro do Syndicato, ao Syndicato autonomia dentro da Federação e ás Federações autonomia dentro da Confederação e a autonomia desta dentro da Internacional, desde que essa autonomia não venha desvirtuar nossos propositos de emancipação humana.

Deante da Internacional Autoritaria de Moscou, a filha da trahição á Revolução Russa está a Associação Internacional dos Trabalhadores, Libertaria.

Os trabalhadores organizados do Rio Grande do Sul tiveram de escolher entre a Liberdade e a Autoridade.

Escolheram a defeza dos principios libertarios, mas é preciso que messam a extensão das responsabilidades que tomaram.

Os trabalhadores do Brasil, estão actualmente manietados e prohibidos de manter suas organizações de classe de accordo com os principios libertarios, no Rio, S. Paulo e outros Estados.<sup>251</sup>

O artigo não tem autoria então possivelmente foi redigido por membros do corpo editorial do jornal, talvez até com a participação de Edgard Leuenroth. O texto evidencia no final que os militantes libertários no país estavam enfrentando sérias dificuldades, estando “proibidos de manter suas organizações de classe” de acordo com os princípios anarquistas, tanto no Rio de Janeiro e em São Paulo como em outros Estados do país. Afirma-se no artigo que, apesar das confusões estabelecidas por políticas quer burguezas ou “mascaradas com

<sup>251</sup> Trabalhar! *O Syndicalista*, Porto Alegre, 24 out. 1925. Ano 7, nº 7, p. 01.



rótulos de operárias” – referindo-se aos comunistas –, o proletariado gaúcho reafirmou o caminho a seguir com o “facho sagrado das ideias libertárias” – representação esta que mais uma vez aproxima o anarquismo da ideia de uma luz que ilumina o caminho. Vimos, aliás, que este tipo de representação, que fez parte do imaginário anarquista, também se revelou no artigo de Clemente Vieira dos Santos, publicado em *O Libertario*, analisado no capítulo anterior.

O informe das resoluções do III Congresso afirma que fizeram parte do mesmo as principais organizações operárias do Estado, “ao lado dos trabalhadores libertários” até de outros países, como Argentina, Uruguai, Chile e México, aderindo a Associação Internacional dos Trabalhadores, (AIT) de Berlim – a Internacional anarquista formada por Rudolf Rocker na Alemanha em 1922. Como já demonstramos, o movimento operário brasileiro mantinha ligações internacionais de comunicação com outras associações operárias de outros países por meio de correspondências, como a exemplo da carta que o anarquista Marques da Costa escreveu para o anarcossindicalista argentino Diego Abad de Santillán – mostrada no capítulo anterior. Nessa carta, Marques da Costa, que era editor de *O Trabalho* do Rio de Janeiro, já manifestara interesse pela AIT de Berlim. É bem possível que os libertários gaúchos, então, devido a própria proximidade geográfica com a Argentina e o Uruguai, acabassem obtendo contatos mais estreitos com militantes anarquistas desses países e, portanto, informações mais precisas a respeito do movimento anarquista internacional, influenciando na decisão de aderir a AIT de Berlim.

É interessante que o texto também expressa as visões da utopia anarquista baseada numa forma própria de se conceber uma nova política, em que para “pregar os seus ideais comunistas-libertários”, os anarquistas defendem uma forma específica de “sindicato de classe”. Nesta forma de organização sindical, “baseado no mais amplo sistema federativo”, o indivíduo teria autonomia dentro do sindicato, o sindicato autonomia dentro da Federação, esta com autonomia na Confederação e esta instância, ainda, com autonomia dentro da Internacional. Já vimos que o federalismo sindical, com amplo respeito à autonomia das bases, também foi próprio do sindicalismo revolucionário. Contudo, essa visão de uma lógica política estruturada de baixo para cima, pensando da “periferia para o centro”, para tentar garantir a autonomia das bases (indivíduos) assim como o seu poder de decisão (resguardando a cada um a sua parte de poder político) foi um aspecto próprio da doutrina anarquista, que influenciou no imaginário político dos próprios anarquistas ao expressarem e defenderem as suas ideias políticas para a organização sindical – observamos uma relação dinâmica entre o

imaginário, como seria a “emancipação humana”, e as ideias políticas mais claras de como estruturar a organização sindical.<sup>252</sup>

É necessário considerar, também, como aponta Barros (2005, p. 140), que a forma como o poder é representado, aqui no caso pelos anarquistas, em termos de “centro e periferia”, acaba, por assim dizer, constituindo-se em imagens sociais e políticas que se fundem nos discursos políticos e nas representações que se tem da sociedade. Assim, é importante lembrar que estas “imagens especializadas” são também produtos de confrontos sociais e de ideologias, que se infiltram nos discursos.

Ainda na mesma edição de *O Syndicalista* há a continuação da narração do III Congresso. Nela destaca-se o fato de a FORGS ter tomado a decisão de aderir a AIT de Berlim, e isso é fundamental porque revela, na verdade, mudanças nos posicionamentos a respeito da organização operária pelos anarquistas gaúchos:

Com a palavra o companheiro Kniestedt, faz longo historico dos trabalhos do Congresso realizado em Amsterdam e das suas resoluções.

[...]

Terminados os informes do Congresso de Amsterdam o 3º Congresso Operario do Rio Grande do Sul, delibera reiterar a sua solidariedade e reafirma a adherencia da F.O.R.G.S. á A.I.T.

[...]

O companheiro Kniestedt diz ser bom communicar á delegação da da U. O. Estivadores as resoluções tomadas pelo Congresso, inclusive a solidariedade deste á A. I. T. e a reaffirmação da adherencia da F.O.R.G.S. á mesma A. Internacional dos Trabalhadores.<sup>253</sup>

<sup>252</sup> A visão utópica e o imaginário também partem da análise da própria sociedade real. Já mencionamos que um aspecto singular do pensamento anarquista era considerar que as formas e táticas de luta empregadas para derrubar o capitalismo iriam, conseqüentemente, influenciar diretamente na estruturação da nova sociedade. Enfatizamos que a ideia do “federalismo”, como forma de organização social construída de “baixo para cima”, remonta a Proudhon. De acordo com Piozzi (2006, p. 134-135), o pensador francês defendia que o pluralismo administrativo do sistema federativo – reconhecendo que a política era a luta de interesses entre indivíduos e grupos – desde que fosse vinculada a reorganização das relações econômicas, poderia garantir a integração entre a liberdade, a solidariedade e a igualdade. Assim, a autora explica que: “[...] Num sistema horizontal, que liga os indivíduos às comunas e as comunas à federação, cada membro adquire o direito – e o dever – de dirigir o organismo social, realizando assim a essência da democracia, que ‘consiste na separação dos poderes, na distribuição das tarefas, no controle e responsabilidade’. Essa reorganização social de baixo para cima proposta pela filosofia proudhoniana, que consiste no federalismo, numa democracia horizontal e direta, que resguardasse a autonomia de cada um e de cada entidade, também repercutiu sob Bakunin. O militante russo, que tinha um profundo senso prático e com isso impactou profundamente o movimento anarquista, ao propor os princípios da organização da “Liga da Paz e da Liberdade”, de Genebra na Suíça, em 1867-1868, propõem substituir a antiga organização social, fundada sobre a violência de cima para baixo, sobre a: “[...] federação livre dos indivíduos nas comunas, das comunas nas províncias, das províncias nas nações” e, assim, sucessivamente até abarcar o mundo inteiro (BAKUNIN, 2017, p. 246). Como o ideal anarquista requer grande responsabilidade pessoal podemos compreender, dessa maneira, quando o artigo de *O Syndicalista* afirma no final que os operários devem compreender a “extensão das responsabilidades que tomaram” ao aderirem aos princípios libertários.

<sup>253</sup> 3º Congresso Operario. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 24 out. 1925. Ano 7, nº 7, p. 02.

Lembremos que Friedrich Kniestedt, imigrante alemão e líder anarquista no movimento operário gaúcho, era tesoureiro e correspondente de *O Syndicalista*. Kniestedt era vassoureiro, militou no movimento anarquista alemão, tendo emigrado para o Brasil devido às perseguições políticas. Ele publicou em Porto Alegre para os imigrantes jornais anarquistas em idioma alemão (RODRIGUES, 1995, p. 88-89). Por isso, é possível que o próprio Kniestedt tenha traduzido a documentação estrangeira sobre o Congresso de Amsterdam.

A AIT de Berlim, segundo Jong (2004, p. 274), foi formada por muitos sindicalistas libertários que, tendo tido contatos com os anarquistas russos no II Congresso da IC em 1920, tomaram conhecimento do autoritarismo bolchevique na Rússia. Assim também como essa Internacional teve a influência de anarquistas russos que emigraram para a Alemanha, fugindo do regime comunista de seu país. A Internacional de Berlim, apesar de instituir o federalismo, a ação direta e a autonomia contra o domínio de partidos ou de um centro político, assume-se enquanto entidade anarcossindicalista – e não sindicalista revolucionária. Portanto, nessa época, contavam-se três internacionais sindicais no mundo: a de Amsterdã (reformista e socialdemocrata); o Profintern (ISV) de Moscou, pertencente a IC (comunista), e a AIT de Berlim (anarcossindicalista). É importante não confundir esse Congresso de Amsterdã, referido em nossa fonte, com a Internacional Sindical de Amsterdã (reformista).<sup>254</sup>

Com isso, podemos inferir que as informações advindas da AIT sobre o regime soviético, como também lembremos que emigrados russos, anarquistas, aportaram na Argentina em inícios dos anos 1920 (DOESWIJK, 1998, p. 182), podem ser fatores que intensificaram ainda mais o repúdio dos anarquistas brasileiros em relação ao regime russo, devido a um maior acesso de informações. No artigo anterior de *O Syndicalista*, inclusive, se qualifica a IC de Moscou como “a filha da traição à Revolução Russa”, opondo a esta Internacional (autoritária) a AIT (libertária) de Berlim. Entender o que se passava na Rússia, e no que resultou a revolução naquele país, continuava fundamental para os anarquistas no Brasil fundamentarem as suas propostas para a organização operária e nos seus esforços de compreender a realidade.

Quando Kniestedt diz que tem de comunicar à União Operária dos Estivadores (UOE) sobre as resoluções tomadas no 3º Congresso da FORGS, de aderir a AIT, isso demonstra uma mudança fundamental. De acordo com Corrêa (2018a, p. 110), que cita esse artigo, o delegado da UOE era Manoel Pereira, membro do PCB, e com isso Kniestedt declara que não deveriam ser aceitos membros de partidos políticos naquele congresso operário. Tal fato gera

---

<sup>254</sup> Jong, nos anexos de seu artigo, explica que o II Congresso da AIT de Berlim, realizado em março de 1925, ocorreu em Amsterdã na Holanda (JONG, 2004, p. 285).

discussão e polêmica no congresso, que é toda narrada no jornal. Neste III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, portanto, ficou explícito uma confusão de propósitos e de linhas de atuação dos anarquistas gaúchos, onde a FORGS passou a assumir características mais nitidamente anarcossindicalistas, já que não permitiu a participação de militantes operários filiados a partidos políticos. Na verdade, isso também já ficara nítido no primeiro artigo analisado de *O Sindicalista* quando se nega que Nalipinski falasse em nome do jornal *A Classe Operária*, e, portanto, em nome do PCB. Esse fato também é citado em Dulles (1977, p. 233) porém o autor não se aprofunda na análise de suas ideias políticas e relata mais a polêmica entre os militantes. Para participar deste 3º Congresso, portanto – que ocorreu em Porto Alegre em setembro de 1925 –, o operário teria que assumir, então, os princípios anarquistas, que passa a ser a linha oficial da entidade – diferente do sindicalismo revolucionário que prega a neutralidade total dos sindicatos (CORRÊA, 2018a, p. 110-111). Muito já se confundiu na historiografia brasileira, desde o início dos estudos acadêmicos, o sindicalismo revolucionário com o anarcossindicalismo, como por exemplo a definição de Vamireh Chacon (1965, p. 307) de que o anarcossindicalismo foi uma “etapa importante na história das ideias socialistas no Brasil”. Por isso, essas diferenciações são importantes, como também o entendimento que o anarcossindicalismo se expressou tardiamente no Brasil, já que predominava o sindicalismo revolucionário – levado adiante pelos anarquistas.

Essa fonte é relevante porque demonstra um rompimento dos anarquistas do Rio Grande do Sul com o sindicalismo revolucionário, em direção ao anarcossindicalismo, revelando que o pensamento anarquista naquele período, ao menos na parte sul do país, poderia estar passando por mudanças fundamentais. Algo que é crucial apontar em nosso trabalho, visto que um dos nossos objetivos é identificar o que o pensamento anarquista produziu de novo no período de nosso recorte temporal, as suas transformações dinâmicas em meios às lutas de uma época que ficou marcada, na historiografia como sendo de declínio dos anarquistas no movimento operário brasileiro.<sup>255</sup>

---

<sup>255</sup> Não faz parte de nosso trabalho se debruçar nas questões sobre o declínio dos anarquistas no movimento operário, e sim o enfoque das mudanças em seu pensamento político e o que ele apresentou de novo no período, no contexto de conflitos com os comunistas e crises da República oligárquica. Porém, há uma pesquisa de mestrado importante de Alex Buzeli Bonomo (2007), que analisa o declínio dos anarquistas em São Paulo com um recorte temporal semelhante ao nosso (1920-1935), e com temas que perfazem os nossos e que nos trazem, portanto, informações importantes – ao menos para o caso específico de São Paulo. Bonomo (2007, p. 22-23) explica que a continuidade de certas referências teóricas externas advindas do anarquismo internacional, assim como as insuficiências de apreciação dos libertários brasileiros destas referências, e a continuidade dos mesmos posicionamentos e diretrizes para a organização sindical, são os principais motivos para o declínio do anarquismo – apesar do autor reconhecer que o pensamento anarquista buscou ser dinâmico para analisar as causas de sua própria insuficiência. O pesquisador salienta que os anarquistas não souberam se adaptar às mudanças de situação histórica, já que os seus posicionamentos e posturas em relação às diferentes questões

Na passagem do ano de 1925 para 1926 ocorre, como observamos, significativas alterações no quadro sindical. A oposição libertária de Saavedra no interior do sindicato de *O Internacional* e a radicalização dos anarquistas gaúchos da FORGS contra os comunistas demonstram que as disputas entre bolcheviques e libertários nas organizações operárias continuavam acirradas mesmo abaixo de intensa repressão. Esses fatos desencadeiam nessa época uma intensa troca de acusações entre militantes na imprensa sindical de ambos os lados. São polêmicas que registramos em nossa catalogação, que vão desde críticas ao divisionismo no movimento operário a, até mesmo, acusações mútuas de que ativistas de um lado, ou de outro, estariam delatando militantes adversários à polícia.<sup>256</sup> Apesar destas fontes possuírem conteúdos relativos as discussões sobre a organização operária optamos, contudo, por privilegiar os artigos jornalísticos menos carregados destas contendas pessoais e, portanto, mais ricos e interessantes para a análise do pensamento político produzido pela imprensa operária.

Dessa forma, em inícios de 1926, em *Voz Cosmopolita*, os comunistas voltam a atacar os anarquistas, e mais uma vez, pela análise da situação em que se encontrava o movimento operário e pela condição política que o país passava:

Desligados como estão, os sindicatos operarios deslisam ao léo sem rumo nem programma; claro está, que difficilmente elles sairão desse estado de fraqueza em que presentemente se encontram e ao qual foram levados pelo desatino divisionista de alguns individuos cuja vaidade era collocada por cima do bem estar do conjuncto do proletariado.

Se os anarchistas não tivessem scindido a antiga F. dos T. do Rio de Janeiro, hoje a situação dos trabalhadores seria outra. A reacção da burguezia não teria sido tão tremenda tanto no terreno economico como no terreno politico, o enfraquecimento numerico dos sindicatos não teria tomado as proporções que tomou, os agentes da politicalha burguezia estariam de vez afastados do proletariado e as associações amarelladas em que elles predominam teriam ingressado tambem no movimento.<sup>257</sup>

---

estavam orientadas mais por concepções ideológicas do que predominantemente por análises da realidade social local (BONOMO, 2007, p. 24-25).

<sup>256</sup> Estas polêmicas foram registradas por Dulles (1977, p. 234-235) e envolve os nomes de Saavedra e de Ravengar, pseudônimo de Joaquim Fernandes, que atuou como colaborador e correspondente de *O Sindicalista* no Rio de Janeiro. De acordo com Dulles Ravengar denunciou, em *O Sindicalista*, que os comunistas estariam entregando militantes anarquistas a polícia, isso em finais de dezembro de 1925. Em nossa análise documental verificamos que os comunistas, por sua vez, fazem a mesma acusação em relação aos anarquistas em sua imprensa sindical – inclusive acusando Saavedra –, mas em inícios de 1926, depois das acusações de Ravengar. A atuação de Ravengar e Saavedra gerou uma reação da imprensa comunista em seus ataques contra os anarquistas – principalmente nos jornais *Voz Cosmopolita* e *O Internacional*.

<sup>257</sup> O controle do movimento operario. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1926. Ano 5, nº 73, p. 02.

O autor deste artigo assina J. Andarahy, mas não conseguimos obter maiores informações sobre quem ele era, considerando que é um nome que também remete a uma região geográfica pode ser que seja mais um pseudônimo. Para o autor, os sindicatos foram levados pelo “desatino divisionista” devido à cisão na FTRJ, que ocorreu em 1923 – analisada no capítulo anterior – e que, para ele, se deveu unicamente à ação dos anarquistas. Essa “loucura” divisionista, para J Andarahy, foi criada pela “ vaidade” de alguns indivíduos e acima “do bem-estar do conjunto do proletariado”. É interessante notar que esse artigo, mais uma vez, demonstra as tendências e padrões com que os comunistas qualificavam a ação política dos anarquistas. Como já foi averiguado em outras fontes, os anarquistas foram vistos como “irrealistas” e “idealistas” pelos comunistas, então, dentro desta mesma lógica, J Andarahy qualifica a resistência dos libertários à adesão ao comunismo – o seu “divisionismo” – como um “desatino” e uma “ vaidade”. Como um “capricho” e uma “loucura” que não leva em consideração os interesses da classe operária – e mais uma vez apelando aos “objetivos maiores”, como no artigo último de Octávio Brandão, possivelmente no caso ao da unificação política dos trabalhadores, mas por meio do controle dos comunistas, evidentemente.

É claro também que podemos considerar que nas disputas entre as correntes políticas pelo controle e influência sob o movimento operário os comunistas se aproveitaram da situação de desarticulação das organizações operárias, provocadas pela repressão, para culpar os anarquistas por esta situação. J Andarahy afirma, assim, que se não fosse pelo divisionismo dos anarquistas, o movimento operário estaria mais preparado para resistir a “reação burguesa” – possivelmente se referindo a repressão que se desencadeou após a revolta tenentista de 1924. Continua dizendo que se não ocorresse aquele divisionismo, o proletariado teria capacidade de afastar os “agentes da politicalha burguesa” e que, portanto, até mesmo as “associações amareladas” ingressariam no movimento. No jargão militante da época, os “amarelos” eram os setores do movimento operário que eram “reformistas”, do chamado “trabalhismo carioca”, que aceitavam a colaboração política com o governo e a dependência em relação ao Estado (ADDOR, 2009, p. 29; FAUSTO, 1977, p. 41). Assim, o autor defende que, se os anarquistas não tivessem cindido o “movimento”, até mesmo setores moderados, como os sindicatos amarelos, poderiam ter aderido a ele – no caso à unificação que os comunistas propunham.

Entretanto, no mês seguinte, *O Syndicalista* de Porto Alegre continua a publicar as resoluções do 3º Congresso e a moção que foi aprovada é impressa na íntegra. Dividido em tópicos que tinham por vários temas os principais pontos que foram estabelecidos, a moção é

um registro rico do pensamento político dos anarquistas no Rio Grande do Sul. Longe de mera vaidade, o texto evidencia as interpretações dos libertários brasileiros diante da realidade política e social da época – à luz das doutrinas anarquistas. Apesar de seus componentes utópicos – apreciável para a análise dos imaginários – devemos lembrar que estas visões e posicionamentos em relação à luta social fundamentavam a forma de organização que eles defendiam para o movimento operário. Começemos pela questão da “política” no movimento, um dos pontos centrais na oposição aos comunistas:

Considerando que, no ultimo Congresso Operario do Brasil, no qual os trabalhadores organizados do Rio Grande do Sul se fizeram representar, após minuciosamente estudado este thema – “A politica no seio dos trabalhadores” – foi a politica, em suas diversas modalidades declarada a mais formidavel barreira que se oppõe ás aspirações igualitarias dos trabalhadores que, dentro da sociedade burgueza, se organizam para defender seus interesses economicos, moraes e intellectuaes mas que, almejam como objetivo principal de suas luctas o estabelecimento de uma sociedade baseada no livre entendimento e no accôrdo mutuo, fazendo desapparecer, portanto, todo e qualquer organismo coercitivo, ainda mesmo que elle tenha o rotulo de operario:

Considerando que, a Revolução Russa, longe de demonstrar o contrario das doutrinas pregadas por Kropotkine, Bakounine, Malatesta, Proudon e outros philophos libertarios que affirmam a necessidade de, após a cahida da sociedade burgueza, organizarem-se os trabalhadores em federações de productores livres, sem qualquer organismo politico, como o primeiro passo para a instauração do communismo libertario, traçou praticamente o caminho que têm o proletariado á seguir, proponho: Que as organizações operarias, representadas no 3º Congresso Operario do Rio Grande do Sul combatam interna e externamente, sempre que fôr possivel, todos os partidos politicos, ainda mesmo que se apresentem com a burla da tal dictadura do proletariado, porquanto, almejamos – uma sociedade de amôr, de trabalho e harmonia – condição essencial para que o homem possa de facto, ser livre sobre a terra livre.<sup>258</sup>

O congresso reafirma teses comuns tanto ao sindicalismo revolucionário como ao anarcossindicalismo, como ao declarar que a “política” é a principal barreira que se opõe às “aspirações igualitárias” dos trabalhadores – aos seus “interesses econômicos”, já que era pela luta das pautas ligadas às condições de trabalho que se mantinha a coesão deste tipo de sindicalismo. Logo, por isso, o Congresso recomenda que os sindicatos representados combatam todos os partidos políticos, interna e externamente aos sindicatos, ainda que partidos se apresentem como propagadores da ditadura do proletariado. Porém, devemos salientar que quando os anarquistas se referem a “política” como um empecilho eles estão se

---

<sup>258</sup> 3º Congresso Operario: A politica no seio dos trabalhadores. **O Syndicalista**, Porto Alegre, 13 fev. 1926. Ano 7, nº 12, p. 03.

referindo a “política normal”, ou seja, a política “feita a partir do centro”, a partir das decisões de um Estado (JONG, 2008, p. 44). Ao mesmo tempo, contudo, eles oferecem uma outra visão da política, uma “sociedade baseada no livre entendimento e no acordo mútuo”, contra qualquer “organismo coercitivo” – posição esta propriamente anarquista, e ainda que estes “organismos”, como se diz, se apresentem sob o “rótulo de operário”.

É evidente que estas referências aos termos “rótulo operário” e “ditadura do proletariado” se remetem aos comunistas e sua política. Enfatizam que as decisões do Congresso levaram em consideração os acontecimentos da Revolução Russa, dando a entender que este evento resultou em algo contrário às doutrinas dos principais teóricos do anarquismo (Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta). Com isso, o Congresso reafirma a organização dos trabalhadores em “federações de produtores livres”, sem qualquer “organismo político” – isto é, sem a interferência e submissão ao governo e aos partidos políticos –, para que se instaure, assim, o “comunismo libertário”, para que o ser humano possa, “de fato”, “ser livre sobre a terra livre”. Aqui podemos entender que este imaginário político anarquista, na defesa do ideal de uma sociedade em que as pessoas pudessem ser livres em uma terra – em um mundo – livre, pode ser que não seja apenas, e unicamente, a expressão de representações utópicas e de crenças políticas. Já observamos que a defesa e a presença de ideias, que se constituem enquanto “imaginários políticos”, possuem relações diretas na defesa dos pensamentos políticos objetivos em relação a organização operária. Assim, quando defendem uma sociedade que seja baseada no “amor, no trabalho e na harmonia”, salientando que apenas dessa forma o homem pode, de “fato”, ser livre, eles estão se contrapondo não apenas à visão de socialismo dos comunistas, como também à crença de que a Rússia se consistia em alguma espécie de “paraíso socialista” – ainda mais se considerarmos as referências citadas.

Onde J Andarhy enxergou apenas como uma “ vaidade ” do posicionamento político dos anarquistas, tentando com isso deslegitimar as suas atitudes, na verdade se encontra o núcleo da ética do pensamento libertário. Isso porque no anarquismo, principalmente na vertente do anarco-comunismo malatestiano, a “atitude anarquista” é fundamental, isto é, uma atitude política que seja coerentemente antiautoritária e solidária, marcada pela “vontade” de promover a liberdade, pelo voluntarismo – o “exemplo como propaganda”. Assim: “Para Malatesta o valor anarquista reside num sentimento que se pode ter pela vontade. Esse sentimento é a generosidade voluntária e deliberada pelo próximo, pelo desejo do bem-estar alheio e pela sua liberdade” (AVELINO, 2004, p. 37).

Mais adiante, sobre o “pacto de solidariedade”, a FORGS delibera:



O 3º Congresso Operario do Rio Grande do Sul, declara: Que se deve encaminhar todos os esforços até a consecução dos fins emancipadores enunciados nos considerando que antecedem, valendo se como meio, da criação de sociedades de Resistencia, Federação Local, Estadual até á Confederação, para que assim, procedendo do simples ao composto, e ajustando seu desenvolvimento com as praticas que aconselha o mais amplo federalismo, possamos formar a grande Confederação de todos os productores da terra, e assim, solidarisados, marchemos firme e decididos pela conquista da emancipação economica e social da humanidade.<sup>259</sup>

Ao propor a organização federativa dos sindicatos, os anarquistas salientam uma composição que proceda “do simples ao composto”, ou seja, desde a “sociedade de resistência” (os sindicatos) até a formação de uma Confederação. A ideia federalista no anarquismo, como vimos, provém de Proudhon, que imaginou uma reorganização social de baixo para cima, onde as decisões e a autoridade política sejam produzidas apenas pela base. Assim, “pulveriza-se o poder” político em várias instâncias, de forma que entre uma organização e à outra exista sempre um intermediário, a fim de impedir o desenvolvimento de facções políticas e proteger a sociedade da “tirania dos líderes” que promovem à desestabilidade social (PIOZZI, 2006, p. 135-136). Em relação ao tópico da “organização” o Congresso determina em seu último ponto:

6º. Nossa organização puramente economica, é distincta e opposta a de todos os partidos politicos burguezes e politicos proletarios, pois como elles se organizam para a conquista do poder politico, nos nos organizamos para que os estados politicos e juridicos, actualmente existentes, fiquem reduzidas a funcções puramente economicas, estabelecendo-se em seu lugar uma livre Federação de livres associações de productores livres.<sup>260</sup>

Os anarquistas alegam no Congresso que sua forma de organização é “puramente econômica” e, portanto, distinta e oposta a todos os partidos, sejam estes burgueses ou proletários (como os comunistas). Isso porque, ao contrário dos partidos que se organizam para a “conquista do poder político”, eles preconizam uma forma de organização em que os “estados políticos e jurídicos” – o governo – se reduzam a “funções puramente econômicas”. Além de defender uma visão de política que se organiza a partir da “periferia”, esta ideia em que o “governo se reduz a funções econômicas”, mais uma vez, advém do pensamento de Proudhon. O pensador francês, ao defender a abolição do Estado, propôs que as funções governamentais sejam substituídas por formas de autogestão social a partir da organização

<sup>259</sup> 3º Congresso Operario: Pacto de solidariedade. **O Syndicalista**, Porto Alegre, 13 fev. 1926. Ano 7, nº 12, p. 03.

<sup>260</sup> 3º Congresso Operario: Organização. **O Syndicalista**, Porto Alegre, 13 fev. 1926. Ano 7, nº 12, p. 03.

econômica da sociedade – onde o governo fosse substituído pela organização industrial; as leis, votadas de cima para baixo, substituídas pelo contrato feito pela base e no lugar da força pública a força coletiva (PROUDHON, 2019, p. 68).<sup>261</sup>

No fim do mês, em um artigo publicado em *O Internacional*, sem autoria, e que indica no final que se trata de um texto que também foi publicado em *Voz Cosmopolita*, ao tratar sobre a atuação dos anarquistas no movimento sindical, os comunistas os atacam severamente:

Mundialmente, a obra dos anarchistas (illuminados) é dividir o proletariado, desorganizar-o, enfraquecê-lo.

[...]

Os illuminados fundaram uma nova internacional com o fim quasi exclusivo de atacar o proletariado russo e sua obra: é a Internacional de Berlim ou Associação da Impotencia dos Trabalhadores ou Albergue dos Intrujões dos Trabalhadores. O primeiro congresso dessa Internacional phantastica declarou que não acceitava a theoria da luta de classes.

No Rio, os illuminados crearam uma nova federação, dividindo o proletariado para subordinal-o á tutela de pequenos imbecis: essa federação desapareceu. [...].

No Rio Grande do Sul, os illuminados acabam de realizar um congresso de associações que só existem no papel. [...].<sup>262</sup>

Não é a primeira vez, como vimos, que os comunistas qualificam os anarquistas como adeptos de uma ideologia “iluminada” – em um sentido irônico e pejorativo, dando a entender que se trata de uma filosofia moralista sem bases mais profundas. É importante enfatizarmos estes padrões nas apreciações dos comunistas sobre seus adversários libertários, já que isso ajuda a compreender de forma mais ampla a evolução do pensamento político na imprensa operária e como os anarquistas reagiram em meio a estas discussões. O autor do artigo diz que no Rio de Janeiro os anarquistas criaram uma nova federação sindical para poder cindir o movimento – referindo-se a batalha de Federações entre a FTRJ comunista e a FORJ anarquista já analisada. Colocando a alcunha de divisionismo, assim, sob os anarquistas, o autor ignora que a FORJ desapareceu devido a repressão com o estado de sítio (BATALHA,

<sup>261</sup> Interessante é notar que, condizente a toda discussão de uma época, Marx, ao teorizar o comunismo – estágio onde o Estado e a própria divisão de classes seriam abolidos – prediz que a sociedade se organizaria pela associação dos indivíduos e o poder público assim perderia o seu caráter político. Contudo, a partir de uma lógica de luta política a partir do “centro”, pela conquista do Estado. Cf.: (MARX; ENGELS, 2007a, p. 67). Isso porque no pensamento de Marx a expansão da democracia pela revolução operária acabaria com a separação entre Estado e povo, com o conflito entre interesses privados e o público – imaginando um sistema democrático em que a participação e a representação não se distinguissem mais. Assim, na sociedade comunista, o aparelho de gestão que sobreviverá a extinção do Estado, se limitaria à “administração das coisas”, isto é, à gestão das necessidades econômicas e sociais, perdendo o caráter político de divisão social em classes – retomando elementos do pensamento socialista precedente (HOBSBAWM, 1979, p. 305-306 e 308).

<sup>262</sup> Podre Anarchia! *O Internacional*, São Paulo, 24 fev. 1926. Ano 6, nº 103, p. 03.

2009, p. 224). Assim como ignora, também, ao atacar o III Congresso da FORGS no Rio Grande do Sul, que apesar deste evento ter possuído um número mais reduzido de sindicatos, estas associações não eram meramente fictícias (CORRÊA, 2018a, p. 114-115). Como as vicissitudes do movimento operário internacional eram importantes para o desenvolvimento do movimento trabalhista no Brasil o autor também ataca a AIT de Berlim, difamando esta Internacional como um “albergue de intrujões”. Afirma que esta Internacional apenas foi criada para “atacar o proletariado russo e sua obra” – se referindo a União Soviética – e diz que esta entidade é “fantástica” e nega a teoria da luta de classes. O autor, assim afirma, para desqualificar as organizações anarquistas e devido também ao fato de a FORGS ter aderido a AIT, contudo, ignora igualmente que esta Internacional, que não era meramente “fantástica”, representava associações sindicais de 13 países (JONG, 2004, p. 274).<sup>263</sup>

No mês seguinte encontramos um artigo interessante publicado em *O Solidario* de Santos, que nessa época passa a se denominar “órgão da classe operária”, pois este jornal – que antes representava os trabalhadores do ramo alimentício –, obteve a adesão de outros sindicatos. Falando sobre a situação política nacional e as condições do movimento operário brasileiro e seu histórico, o artigo, sem autoria, assinala:

A favor desta situação, pode o anarchismo predominar quase que exclusivamente, durante dezenas de annos, na direcção do movimento operario brasileiro. Dahi a profunda debilidade politica deste ultimo, mesmo no periodo culminante de sua organização syndical. A propaganda anarchista infundiu na vanguarda operaria verdadeiro horror pela palavra “politica”. O horror pela palavra levou á vanguarda á indiferença pelo “facto” politico. Resultado, desorientação, impotencia, derrotas sobre derrotas. Só depois da revolução russa, com a scisão aberta nas fileiras anarchistas, é que se foi clarificando a noção theorica da luta de classes, sentindo-se a

---

<sup>263</sup> A Internacional de Berlim (AIT), criada entre dezembro de 1922 e janeiro de 1923, obteve a representação de sindicatos de 13 países em seu primeiro congresso – incluindo cerca de 1.500.000 operários associados, segundo uma estimativa. Apesar disso, na “Batalha entre as Internacionais”, a AIT era a menor delas em números absolutos de associados, menor que a IC de Moscou e ainda menor que a Internacional reformista de Amsterdam – que era a maior de todas. Logo em seu primeiro congresso, a AIT (anarcossindicalista) condena explicitamente a “política”, isto é, os partidos políticos socialistas e comunistas, o parlamentarismo e a ideia de conquista do Estado e do poder pelo proletariado – por isso que na visão do artigo de *O Internacional* a AIT nega a “luta de classes”. Cf.: (JONG, 2004, p. 274 e 278). Porém, é importante lembrar que os anarquistas não negam a teoria da “luta de classes” contida em Marx, ao menos não no todo. Segundo Guérin (2015, p. 38), Bakunin, que entrou em conflito não só político, mas pessoal com Marx na 1ª Internacional, revelava uma viva admiração pela capacidade intelectual de Marx, de quem inclusive traduziu para o russo a sua principal obra, *O Capital*. Em seu pensamento político Bakunin adere plenamente à concepção materialista da história, apreciando a contribuição teórica de Marx para a revolução proletária. Contudo, o que Bakunin não admitia de nenhuma maneira no pensamento de Marx era a ideia da superioridade intelectual como direito de direção e centralização do movimento operário.

necessidade do partido operário, da política proletária, activa e independente.<sup>264</sup>

Os comunistas de Santos seguiam a tendência de culpar o anarquismo pela “debilidade política” do movimento operário brasileiro – mesmo na época culminante da organização sindical –, já que a propaganda anarquista infundiu na vanguarda operária o “horror pela palavra política”, que levou à “indiferença pelo fato político” – resultando em impotência, desorientação e derrotas. Afirma que foi após a Revolução Russa que anarquistas aderiram à teoria da luta de classes, sentindo a necessidade de um partido operário, de uma “política operária”, ativa e independente. Para os comunistas não havia a possibilidade de existir “política” fora da lógica do Estado e da sua conquista, ignorando, conscientemente ou inconscientemente, que os anarquistas condenam uma política específica – ainda que a dominante – que é a “política oficial”, realizada a partir do “centro”.

Fica claro nesta fonte que a cisão entre os anarquistas, que resultou no PCB, ainda era recente na memória dos militantes marxistas. Contudo, como foi salientado, a formação do PCB decorreu das decepções de alguns militantes anarquistas com as derrotas das insurreições e greves operárias entre 1917-1920, mas o anarquismo e o sindicalismo revolucionário continuaram organizando o movimento operário depois disso (SANTOS, 2017, p. 219-220). O declínio do anarquismo e a ascensão dos comunistas no Brasil foi um fenômeno complexo, concorrendo inúmeros fatores, como aponta a produção historiográfica mais recente. A criação do PCB representou a confrontação ao modelo anarquista de organização operária, às suas limitações e o fim do monopólio libertário no movimento (SANTOS, 2017, p. 220-221). Porém, o fator da repressão é um elemento importante a se considerar. Cada vez mais debilitados devido as violências governamentais, os anarquistas não conseguiram implementar uma política libertária que se fizesse dentro e fora dos sindicatos – e a repressão, atingindo com força o sindicalismo revolucionário, debilitou o movimento anarquista que estava restrito a esse meio de atuação (SANTOS, 2017, p. 220). Consideremos também que, durante o período repressivo do governo de Arthur Bernardes, o PCB ainda não tinha uma consolidação no cenário político brasileiro, acabando por sofrer menos com as perseguições do governo (BONOMO, 2007, p. 164).

Nessa época, os comunistas passaram a acusar os anarquistas de fazerem parte de uma frente única “multicolor” contra os comunistas. Eles acusavam os libertários de se aliarem a todas as outras tendências políticas – da direita à esquerda – no combate ao comunismo

---

<sup>264</sup> Caracteristicos da situação politica nacional: classes laboriosas. **O Solidario**, Santos, 10 mar. 1926. Ano 3, nº 40, p. 01.

(DULLES, 1977, p. 241). Muitas fontes com esse teor foram catalogadas, mas decidimos por não as analisar, pois estes textos possuem muitas acusações e difamações e pouco conteúdo importante a respeito do pensamento político sobre a organização operária.

Algum tempo depois, na edição especial do 1º de maio, o jornal *O Syndicalista* publica a continuação sobre as resoluções do 3º Congresso Operário de Rio Grande do Sul, que ocorrera no ano anterior. Nessa ocasião os editores publicam uma carta de Edgard Leuenroth enviada aos congressistas e datada de 19 de setembro de 1925. Como foi mencionado, Edgard Leuenroth passou a fazer parte do grupo de redatores de *O Syndicalista*, mas esta carta parece datar de antes disso, já que foi escrita pouco antes de se iniciar as reuniões. Falando a respeito do Congresso que iria se iniciar, Edgard Leuenroth tece considerações interessantes sobre a luta operária:

[...] Permittam-me, entretanto, caros companheiros, que chame a vossa atenção para a obra deleteria de divisionismo que, como reflexo damninho do que se passa em outros paizes, neste momento se procura desenvolver neste paiz a proposito de partidos que se dizem proletarios e que, proclamando falsamente intuitos de unidade proletaria, estão occasionando a desharmonia, semeando a desconfiança, alimentando discordias e provocando scições sómente em beneficio da classe adversa, pois enfraquecem as organizações, quando não as fazem desaparecer, deixando desunidos os trabalhadores e prejudicada a já reduzida organização obreira.

[...]

[...] As bases doutrinarias e taticas foram claramente assentadas nos tres Congressos Operarios citados. Nada é imutavel na vida é certo, mas os acontecimentos mundiaes e do paiz não têm feito mais do que demostrar, de maneira concreta, que os militantes reunidos nesses memoraveis certamens foram seguros na sua orientação. [...]

Os partidos, as questões politicas tem um campo vasto para se desenvolverem. Cada sindicato poderá seguir e actuar nas agrupações e de accordo com as suas tendencias partidarias, sem envolverem a organização operaria, que tem o seu programma positivo, seguro e inconfundivel a desenvolver.<sup>265</sup>

Edgard Leuenroth chama a atenção para o “divisionismo” criado no movimento operário pelos “partidos que se dizem proletários” – fazendo uma alusão indireta aos comunistas. Argumenta que estes proclamam “falsamente” a unidade proletária já que causam discórdias, divisões e desconfianças, prejudicando o movimento. É necessário lembrar que Leuenroth não está afirmando isso simplesmente para responder a alcunha de “divisionismo” que os próprios comunistas tachavam os anarquistas – respondendo com a mesma acusação – pois, como já foi comentado, a prática do “divisionismo” foi, inclusive, uma política oficial

---

<sup>265</sup> 3º Congresso Operario. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1 maio 1926. Ano 8, nº 2, p. 02.

dos comunistas. O memorialista Edgard Rodrigues lembra que a 9ª condição dos 21 pontos a serem seguidos para que os partidos comunistas aderissem oficialmente a IC determinava “a formação de núcleos comunistas dentro dos sindicatos” e, assim, o combate sistemático as outras correntes políticas em seu interior – conquistando os sindicatos para o comunismo e subordinado estes órgãos ao partido (RODRIGUES, 1979, p. 30 e 33).

É interessante notar que Edgard Leuenroth, ao afirmar que as bases doutrinárias da organização sindical já tinham sido estabelecidas nos três Congressos Operários Brasileiros anteriores, aponta que, ainda que “nada seja imutável na vida”, os acontecimentos mundiais e do Brasil demonstram, “de maneira concreta”, que estas decisões foram as corretas – referindo-se a opção pelo sindicalismo revolucionário nesses congressos. Ao dizer que os acontecimentos mundiais e do país confirmam a opção política dos anarquistas ele pode estar se referindo, muito possivelmente, ao autoritarismo que resultou o regime comunista na Rússia e às divisões criadas no movimento operário mundial com a Revolução Russa, assim como ao surgimento do PCB. Considerando que os anarquistas brasileiros, como vimos, tinham laços estreitos com a imprensa operária internacional, é de considerar, portanto, que Leuenroth levava por referência o que os anarquistas tinham de mais atualizado a disposição sobre os acontecimentos políticos do Brasil e do mundo. Então, esta fonte é um indício de que os anarquistas buscaram estar atentos às discussões mais atualizadas possível.

No entanto, no final deste recorte, Leuenroth afirma que cada sindicato poderá atuar nas organizações de “acordo com suas tendências partidárias”, sem envolver, contudo, a “organização operária”, que já possui o seu programa. Ele está fazendo, aqui, ao que parece, uma referência aos preceitos do sindicalismo revolucionário – onde cada associado poderia discutir livremente as suas inclinações partidárias e ideológicas no interior do sindicato, desde que esses posicionamentos não fossem assumidos como linha oficial da entidade, já que o sindicato deveria ser neutro politicamente. Já vimos que o 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul assumiu, contudo, contornos anarcossindicalistas – contrários aos posicionamentos do sindicalismo revolucionário nesse ponto. E que Edgard Leuenroth desde sempre tinha sido defensor da posição dos sindicatos neutros. Não sabemos se nessa época Leuenroth estava de completo acordo com as decisões do 3º Congresso, porém, é importante enfatizar neste ponto que segundo Bonomo (2007, p. 291-292) houve múltiplas posturas nas discussões dos anarquistas em relação aos sindicatos – e que isso se consistiu na época em tentativas dos anarquistas em encontrarem soluções para a crise que se instalou no movimento operário.

Essas múltiplas posturas se expressavam em: os anarco-comunistas e anarcossindicalistas partidários da ideologização dos sindicatos; os anarco-comunistas malatestianos que defendiam a atuação sindical, mas com neutralidade política dos sindicatos e os anarquistas partidários do sindicalismo revolucionário como tal. Edgard Leuenroth estaria mais enquadrado entre os anarco-comunistas malatestianos, já que, como Malatesta, ele defendia que os sindicatos deveriam ser neutros e a organização política dos anarquistas deveria ser separada da organização sindical (BONOMO, 2007, p. 291-293). Assim, podemos apontar este artigo como mais uma fonte que demonstra, ainda que indiretamente, que os debates entre os libertários eram acirrados e que o pensamento político dos anarquistas foi dinâmico, expressando tentativas de se rever as formas de organização operária diante da crise do movimento, à luz das disputas políticas com os comunistas. Quando a FORGS adere a AIT e expulsa os comunistas do congresso – assumindo posturas anarcossindicalistas – e quando Edgard Leuenroth expressa ainda uma visão mais próxima do sindicalismo revolucionário, estes podem ser indícios, portanto, que os anarquistas estavam buscando soluções para alcançar uma coesão maior da organização política do movimento libertário, além propriamente do movimento sindical.

A partir desta época não houve mais uma discussão pública entre anarquistas e comunistas a respeito da organização operária e da luta trabalhista. Não encontramos outras edições de *O Syndicalista* nos arquivos consultados e nenhum outro artigo de opinião anarquista, depois de maio de 1926, foi catalogado. Os comunistas continuaram ainda a atacar o movimento libertário e observamos que o padrão do teor de suas críticas se manteve. Como exemplo citamos um artigo publicado no final do ano em *Voz Cosmopolita* e que é interessante também por revelar que as disputas ainda se mantinham nos sindicatos:

Podemos classificar mesmo de desleixo e chatice o oposicionismo que actualmente está soffrendo a direcção do Centro e especialmente no que concerne á parte que nisso tomam os individuos que se dizem libertarios. Pelo facto de que estes se descuidaram e deixaram que a direcção dos syndicatos passasse a ser orientada pelos marxistas, não constitue motivo para tal attitude oposicionista e muito pelo contrario devemos achar que foi uma felicidade porque no final das contas os marxistas não desejam senão a derrota da burguezia. Que attitude assumiriam então os libertarios se a direcção tivesse passado para a mão dos agripinistas ou mussolinistas?

[...]

Hoje podemos dizer que a quasi totalidade dos libertarios reconhece a superioridade dos methodos marxistas e se acha incapaz de continuar a defender o Bakuninismo.

Desorientados e reduzidos numericamente os meus companheiros acratas jazem enfeixados e sob o controle dos amarelllos praticando a politica da

morfina syndical ou melhor dito a politica da burguezia e desmoralizando os velhos e são preceitos do caro mestre Bakunine.<sup>266</sup>

Este artigo é assinado por Alejo Rodrigues, mas não conseguimos obter nenhuma informação sobre quem ele foi. O autor expressa em outras passagens que antes militava no anarquismo e no final do artigo há uma nota da redação do jornal dizendo que ele veio da “extinta UG”, possivelmente se referindo a “União dos Gráficos”. Quando ele trata sobre a oposição à “direção do Centro”, ele está se referindo à oposição anarquista no interior do sindicato do “Centro Cosmopolita” – o sindicato dos empregados em hotéis, bares, restaurantes, cafés e anexos do Rio de Janeiro do qual o jornal era o porta voz. O artigo é importante porque evidencia que anarquistas se opunham à direção do sindicato controlado pelos comunistas ainda em 1926, aliás, lembremos que este sindicato e este jornal tinham sido no passado de tendência libertária. É relevante notar que o autor diz que “a quase totalidade dos libertários reconhece a superioridade dos métodos marxistas”, incapazes de continuarem a defender o anarquismo e que os anarquistas estão desorientados e reduzidos numericamente, expressando a concepção de que o anarquismo era ultrapassado. Ele ainda aproxima os anarquistas dos amarelos (reformistas) e se pergunta qual teria sido a atitude dos libertários se a direção do jornal tivesse caído sob a influência dos “mussolinistas” – se referindo ao líder fascista Mussolini da Itália – ou, então, caído sob influência dos “agripinistas” – se referindo a Agripino Nazaré, líder do Partido Socialista Brasileiro (DULLES, 1977, p. 231). Isso é importante frisar porque parte da concepção, dos comunistas, de que os anarquistas criticavam a Rússia soviética porque estariam em conluio com os socialistas reformistas e até com a direita fascista.<sup>267</sup>

### 3.1.2. A consolidação da União Soviética

Esse período que estamos analisando, entre o segundo semestre de 1924 até o ano de 1926, foi uma fase em que a URSS – a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou simplesmente União Soviética –, nome oficial adotado pela Rússia após a revolução de 1917, passou por uma consolidação das suas instituições após longos anos de turbulências. O

<sup>266</sup> Quaes os opositoristas?... *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 out. 1926. Ano 5, nº 90, p. 03.

<sup>267</sup> Nesta seção sobre a organização e a luta operária nos anos de 1925 e 1926 foram catalogados 37 artigos jornalísticos sobre este tema entre todos os periódicos estudados. Desse total, analisamos nesta pesquisa 15 artigos.



processo revolucionário russo, propriamente dito, iniciado em 1917 e mergulhado em guerra civil, estendeu-se até 1921 – ano emblemático devido a revolta de Kronstadt. Nesse ano também inicia-se a NEP (Nova Política Econômica), instituída por Lênin para recuperar a economia de um país arrasado, pois a Rússia, que entrara em uma Guerra Mundial que se iniciara em 1914, só foi terminar as suas crises políticas e conflitos armados após o esmagamento da comuna de Kronstadt, em 1921. Contudo, no início de 1924 Lênin morre, causando grande comoção no país, o que fez até mesmo, como já mencionamos, que o congresso da IC que seria realizado naquele momento fosse adiado. Assim, esta época entre 1924 a 1926 foram tempos em que a Rússia começou a ver os resultados positivos da NEP, obtendo índices melhores na economia e a reconstrução do país empolgou os comunistas na imprensa operária brasileira. Período este que também é marcado pelo início das divergências internas no PCUS – Partido Comunista da União Soviética, que era o mais importante do mundo comunista – divergências estas que se expressavam na oposição de Trotsky contra a política de Stálin. Estas condições da União Soviética, como veremos, repercutiram na imprensa operária brasileira.

É evidente que a opinião dos anarquistas, que é o que mais nos interessa, não era favorável ao regime político da Rússia, mesmo com os bons índices econômicos apresentados pelo país na época – algo que interessava mais aos comunistas, que tinham que comprovar os sucessos do sistema político que defendiam. Infelizmente, devido a repressão e ao estado de sítio instaurado no Brasil houve poucas fontes jornalísticas na imprensa anarquista a respeito da Rússia nesse período, pois o único jornal ácrata que se manteve longe da censura do governo foi *O Syndicalista* de Porto Alegre, e este impresso apresentou poucos artigos sobre esse assunto. Podemos pensar que as preocupações dos anarquistas gaúchos naquela época tenham se concentrado mais na organização de seu 3º Congresso Operário e na necessidade de evitar que os comunistas adentrassem nos sindicatos anarquistas, como vimos na seção anterior. Assim, sobraram pouco espaço e preocupação em escrever a respeito da Rússia.

Entretanto, este tema retorna a imprensa operária ainda em 1924. No fim deste ano, portanto, os anarquistas de *O Syndicalista* publicam um pequeno artigo curioso no final do jornal, sem autoria e indicando fontes russas, ao qual transcrevemos na íntegra:

A Internacional Syndical Vermelha, vangloria-se de estar em 1º linha devido aos 5 milhões de membros dos sindicatos russos e suas forças revolucionárias. As informações que tivemos da folha informativa da social-democracia russa, levantou a cortina e deixou ver o mytho dos sindicatos russos.

No dia 25 de junho teve lugar na fabrica chamada em outro tempo Siemens & Schuckert, uma reunião de obreiros do estabelecimento para examinar um novo tratado colectivo, enviado pelo syndicato da industria correspondente. Não se levanta a menor objecção. Mas desta vez um obreiro fez uso da palavra, contra a revisão. Um obreiro sem partido, levantou-se e disse que não valia a pena examinar o tratado. Primeiramente o Estado não pagará um salario satisfactorio aos trabalhadores. Contarse-nos que não ha dinheiro, – é possível que assim seja, mas em todo o caso o feito permanece no mesmo. Em segundo lugar perguntou o orador: Qual é o tratado que pode acertar-se entre os obreiros e o Estado?

Compreendo um tratado com os capitalistas, com os empregarios privados, pois com elles, nós os trabalhadores, podemos discutir e lutar Mas que lucha poderá haver entre nós e o Estado? Este tem o poder e a violencia consigo – ordena e a cousa está resolvida. Por conseguinte perderíamos o nosso tempo em examinar o tratado colectivo.<sup>268</sup>

Lembremos que em nossa análise sobre o tema da “Rússia Soviética” buscamos compreender de que maneira a Revolução Russa de 1917, o seu processo revolucionário e a Rússia contemporânea aos artigos analisados, eram vistos e interpretados pela imprensa operária brasileira – entre anarquistas e comunistas. Este artigo, portanto, é muito interessante porque revela os esforços dos anarquistas de se aproximarem o mais possível da verdade dos fatos que consistiam na realidade daquele país. Não foi possível identificar de que “folha informativa da social-democracia russa” os redatores se referem, que lhes serviram como fonte e que “descortinou o mito dos sindicatos russos” – lançando críticas ao fato da ISV se “vangloriar” de seus milhões de filiados.

É de se supor que a data de 25 de junho se refira ao ano de 1924, já que a edição do jornal é de novembro. Baseados nestas fontes russas, então, o jornal parece transcrever a narração de uma discussão que ocorreu no interior de uma fábrica russa sobre o novo contrato de trabalho enviado pelo sindicato daquela indústria. A narração afirma que aquela fábrica outrora se chamava “Siemens & Schuckert”, fazendo uma alusão, possivelmente, ao fato de que esta empresa foi uma das inúmeras que foram nacionalizadas pelo governo comunista após a revolução – já que fica claro na narração que o Estado, o governo, era o gestor da fábrica. Em nossa pesquisa confirmamos que esta empresa (Siemens & Schuckert) existiu e de que se tratava de uma empresa de engenharia elétrica alemã, que durante a Primeira Guerra Mundial chegou a produzir aviões para a guerra.<sup>269</sup>

É interessante que a narração conta que um trabalhador da fábrica, quando da apresentação do novo “tratado coletivo” enviado pelo sindicato, expressou a opinião de que

<sup>268</sup> Russia. **O Syndicalista**, Porto Alegre, nov. 1924. Ano 6, nº 3, p. 04.

<sup>269</sup> Sobre a Siemens & Schuckert Cf.: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Siemens-Schuckert>>. Acesso em: 21 de abril de 2019.

não valeria a pena perder tempo em examiná-lo, pois o Estado não pagaria um “salário satisfatório aos trabalhadores”. Ao continuar a argumentação, o empregado ainda diz, ao ser indagado sobre qual tratado pode ser acertado com o Estado, que compreende que um “tratado”, contudo, era o que havia com os capitalistas, com os “empresários privados” – onde podia se “discutir e lutar” –, pois naquele caso não havia luta possível contra o Estado. Isso porque o governo, como o personagem aponta, possui “o poder e a violência consigo”, onde ordena-se e “a coisa está resolvida” – logo examinar o tratado era perda de tempo.

Não temos como saber se este fato, tal como foi narrado, ocorreu em algum lugar da Rússia naquele 25 de junho de 1924. Não conseguimos acesso a mesma fonte de *O Syndicalista* para averiguação. Porém, o que podemos dizer é que esta história narrada não estava muito dissociada da realidade soviética – ainda que ela possa ter tido interferências de elementos ideológicos anticomunistas posteriores. Naquela época, já enfatizamos o quanto a Rússia Soviética e sua apregoada inclinação em construir o comunismo, desde o início da revolução em 1917, tornou-se um assunto de grande curiosidade no mundo inteiro. Com isso, foi muito comum a publicação de relatos de testemunhas estrangeiras que visitaram o país por algum motivo e mesmo de documentos propriamente russos enviados ao exterior – por testemunhas tanto a favor como contra o regime comunista. Sabemos, como um exemplo importante, que em 1920, por exemplo, numa excursão a uma fábrica de Moscou, Ethel Snowden, que era membro da delegação do Partido Trabalhista inglês, perguntou a um guia qual era o valor do salário de um operário médio e constatou que este ganhava mensalmente o suficiente para alimentar a família por apenas três dias – tendo que no restante do mês buscar recursos na economia informal. Isso para os padrões de 1920 (FIGES, 1999, p. 744).<sup>270</sup>

O caso de Ethel Snowden é revelador para nós por se referir especificamente às condições de trabalho em uma fábrica russa. Contudo, sabemos que em 1924 – época do artigo analisado – houve um revigoramento da economia do país devido as medidas da NEP, aliviando parte das dificuldades, e a classe operária voltou, portanto, a se recuperar e a crescer numericamente (FITZPATRICK, 2017, p. 158). Talvez isso pode ter, então, melhorado em parte as condições salariais dos trabalhadores russos em relação ao ano de 1920, mas isso não

---

<sup>270</sup> Estas informações importantes acerca das condições de trabalho na Rússia são cruciais ao nosso trabalho, do qual aqui extraímos estes dados da vasta e aclamada obra do historiador britânico Orlando Figes (1999), que muito auxiliou para o entendimento de diversos temas sobre a Rússia Soviética. A obra de Figes se insere nos novos rumos seguidos pela História Social no pós-Guerra Fria, também se utilizando da abertura dos arquivos soviéticos após a dissolução da URSS. Figes trilha um caminho revisionista buscando uma síntese da história social com a história política, realizando em sua obra, assim, um gigantesco esforço de análise documental. Ao mesmo tempo que ele escreve uma “história de baixo” – através de uma infinidade de cartas e documentos materiais diretos do povo russo – ele também faz uma “história de cima” – com um grande número de documentos oficiais e estatais (SEGRILLO, 2010, p. 81).

aliviava as pressões do autoritarismo estatal sobre os operários, como fica evidente na fonte citada.

Esse autoritarismo, como sabemos, começou a ser empregado pelo governo comunista contra as organizações operária desde cedo, e que ainda vigoravam com força em 1924. Isso porque, já em 1918, o governo de Lênin decretou a nacionalização das fábricas – possivelmente o que também ocorreu com a “Siemens & Schuckert” – medida esta que transferiu a administração das fábricas das mãos das organizações operárias, pelos órgãos colegiados dos soviets, para o controle da engrenagem administrativa do partido-Estado (FIGES, 1999, p. 768-770). As fábricas já tinham em grande parte sido “nacionalizadas”, de certa forma, pela revolução operária que impôs o controle dos soviets sobre a administração fabril, mas o decreto bolchevique atingiu especialmente as empresa de propriedade alemã, já que a Rússia entrara em guerra contra a Alemanha e indenizaria esse país de acordo com o tratado de paz – o que reforça que foi o caso da empresa citada no artigo (FIGES, 1999, p. 769). Com este decreto, agora, o “partido-patrão” recorreu a ameaças de demissão para evitar que os trabalhadores se organizassem em greves contra o governo comunista, pois movimentos oposicionistas já vinham acontecendo de todos os lados e o país estava entrando em guerra civil. Assim, muitos líderes dos outros setores de esquerda que atuavam no movimento operário russo, denunciando os desmandos dos comunistas e organizando a oposição, foram presos – como os socialistas revolucionários e os mencheviques, além, também, de anarquistas. Muitos oposicionistas foram fuzilados e outros encarcerados e acusados de “contrarrevolucionários”. As assembleias fabris dos soviets foram banidas, os sindicatos submetidos a expurgos e os dirigentes operários substituídos por executivos nomeados pelo governo em nome da disciplina e da eficiência (FIGES, 1999, p. 769-770).<sup>271</sup>

Podemos constatar, então, à luz das pesquisas historiográficas mais atuais, uma grande plausibilidade desta narração contida em *O Syndicalista* com a realidade russa da época. O autoritarismo estatal sobre o proletariado russo era uma realidade, os sindicatos não os representavam porque eram em todo controlados pelo governo. O “mito” sobre os sindicatos russos, assim, era “descortinado” por aquela matéria publicada segundo os redatores. O operário russo – que se diz sem partido talvez para não se comprometer – reconhece na narração que alguma luta era possível quando era contra os capitalistas, já que naquele

---

<sup>271</sup> Entre o final do ano de 1921 e inícios de 1922 houve uma grande polêmica no interior do Partido Comunista russo sobre a questão de fundir os sindicatos à burocracia do Estado-partido, até com a proposta de Trotsky de que todos os funcionários dos sindicatos fossem indicados pelo governo, mas acabou por prevalecer um “meio termo” por Lênin (FIGES, 1999, p. 899-900). A respeito da oposição dos anarquistas russos contra a estatização dos soviets e a repressão do governo comunista contra eles consultar a também atual e monumental obra de Skirda (2017, p. 89-91 e 104).

momento era impossível contra um Estado que tinha “o poder e a violência consigo” – demonstrando que a memória das práticas repressivas dos comunistas ainda eram recentes. A luta de um operariado aterrorizado pela violência estatal soviética era, dessa forma, tida como impossível, ainda mais se considerarmos que era um governo que se autoproclamava como um “Estado e governo operários” – destinados pela história a derrubar o capitalismo e instaurar a ordem comunista no mundo.

Estas reflexões são importantes e necessárias porque, como veremos, ao comparar a maneira como a Rússia da época foi retratada na imprensa comunista, constataremos que estes transmitiam uma visão obviamente positiva do regime. Porém, as publicações dos anarquistas – e isso é algo que já constatamos no capítulo anterior – não partiam de meras mentiras e invenções criadas pela simples necessidade ideológica de se oporem aos marxistas, pois as pesquisas historiográficas demonstram o contrário. A visão crítica dos anarquistas sobre a URSS, ao questionarem o “mito russo”, que era uma representação política tão forte nos anos de 1920, e isso no mundo inteiro, deve ser tomada como esforços sérios e corajosos de uma apreensão da realidade – demonstrando que o pensamento anarquista brasileiro no período não se reteve a meros limites simplistas e dogmáticos do pensamento libertário. E estas matérias, como sabemos, eram importantes para os anarquistas deslegitimarem a ISV, o braço sindical da IC, e combaterem os comunistas no movimento operário brasileiro.

É possível que esta narração contida em *O Syndicalista* tenha sido obtida pelos editores do jornal pelas correspondências com a imprensa operária internacional ou, até mesmo, por meio de correspondências com o movimento libertário argentino. Como enfatizamos, havia um contato maior entre os anarquistas gaúchos e organizações libertárias do Uruguai e da Argentina.

Ao adentrar o ano de 1925 não encontramos novos artigos da visão anarquista sobre a Rússia, mas observamos que a imprensa comunista publicou uma quantidade grande de material sobre o país, com muitas matérias sobre as condições das instituições, da economia, do trabalho e da vida de sua população. Isso pode ser também, além de um empenho maior na propaganda, um indício de que os comunistas buscavam responder as críticas que os anarquistas vinham lançando desde antes. Além dos marxistas combaterem as outras tendências políticas à direita do espectro político – já que também eram contra o capitalismo e a burguesia –, eles também se preocupavam muito, como vimos, em combater aqueles que estavam mais próximos e se constituíam nos adversários políticos diretos dentro do movimento operário – que, no caso do Brasil, em grande parte eram os anarquistas. Assim, no início desse ano, o jornal *Voz Cosmopolita* publicou uma extensa matéria onde, no final,

indica-se que trata de um texto preparado pela “Comissão de Educação e Cultura” do PCB, datado de 9 de junho de 1924. O texto faz um histórico da Revolução Russa se referindo ao “governo dos trabalhadores e dos pobres contra os ricos”, comparando a situação dos trabalhadores do Brasil com a da URSS. O texto é muito rico para o estudo sobre o imaginário político acerca da Rússia entre os militantes brasileiros da época:

Derrubado o governo do tzar, outra especie de ricos tomou conta do governo: eram os burguezes. Os trabalhadores não ficaram contentes: o governo dos burguezes da Russia, igual ao governo actual dos burguezes do Brazil, queria que os trabalhadores da Russia continuassem a guerrear os trabalhadores da Allemanha, exactamente como no tempo do tzar Nicolau. [...] Mas a 7 de novembro do mesmo anno, os trabalhadores, de armas na mão, conseguiram derrubar o governo dos burguezes e estabelecer o seu governo, quer dizer, o governo dos trabalhadores.

[...]

No Brazil trabalhas 8, 10, 12 e até 14 horas, como lá no Norte. Na Russia só se trabalha 8 horas.

No Brazil ha fartura; mas é só para os ricos. Na Russia ha bem estar para os trabalhadores.

[...]

No Brazil as terras pertencem aos senhores de engenho, usineiros e fazendeiros. E na Russia? Aos lavradores pobres.

No Brazil as fabricas e officinas pertencem aos industriaes. E na Russia? Ao governo dos trabalhadores, para beneficiar os trabalhadores.

[...]

No Brazil, ser mãe pobre é uma desgraça: passa fome, sente falta de tudo. Na Russia, a mãe proletaria é tratada com todo o interesse.

[...]

Na Russia não ha patrão; só ha trabalhadores, e o governo dos trabalhadores, que é formado pelos próprios trabalhadores.<sup>272</sup>

O texto é grande e ocupa a página inteira do jornal, abordando vários assuntos a respeito da Rússia. A linguagem busca ser simples e comovente, demonstrando a maior preocupação do PCB na época de aumentar a propaganda nos meios operários, o que seria reforçado na conferência sindical do partido que ocorreria em 22 de fevereiro. De qualquer maneira, estabelecer um contato maior com o movimento operário, então, já era uma discussão que vinha ocorrendo no interior do partido – seguindo as diretrizes do V Congresso da IC ocorrido em junho-julho de 1924, e lembrando que o artigo é datado desta época (DEL ROIO, 2007a, p. 236).

Apesar do objetivo de nossa tese consistir em *compreender as transformações do pensamento anarquista* dentro de nosso recorte histórico, lembremos que buscamos realizar esse intento a partir da análise de todo um debate maior que ocorreu na imprensa operária.

<sup>272</sup> O paiz e o governo dos trabalhadores. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1925. Ano 4, nº 51, p. 03.

Debates estes que, como vimos, eram amplos e é onde os anarquistas travaram com os marxistas disputas em torno das interpretações da realidade que, por sua vez, influenciavam no pensamento político que era produzido pelos libertários na imprensa operária. Daí a importância que conferimos nessa pesquisa a esta “visão mais ampla” entre as esquerdas, como uma medida de comparação para *apreender o que o pensamento anarquista apresentou de novo* durante esse período. Logicamente, também que não buscamos nos estender demasiadamente na análise do pensamento dos comunistas, mas somente até onde o estudo das tendências marxistas auxiliem na compreensão do pensamento do campo libertário. Isso ocorreu, aliás, mais direta ou indiretamente, em todos os três temas analisados em nosso trabalho com os jornais operários. Contudo, particularmente a respeito da Revolução Russa, a concorrência entre libertários e comunistas pela verdade de seus fatos, como sabemos, era crucial para as disputas no movimento operário. Na guerra de informações para desvendar o enigma soviético é revelador compreender como cada tendência se esforçou em revelar o que parecia ser mais verídico sobre a Rússia dentro de suas disponibilidades de informação – apesar das representações e dos imaginários que distorciam parte dos fatos tais como eram na Rússia. Isso também revela a força que o “mito soviético” exerceu sob o movimento operário brasileiro, assim como o quanto que foi complexo e paradoxal a formação social que resultou na URSS e a compreensão de sua realidade nos anos 1920.

Primeiramente, é interessante e necessário notar o tom mítico, heroico e de grande apelação à “identidade operária”, de maneira que na Rússia os “trabalhadores conseguiram derrubar o governo dos burgueses” – governo este igual ao que há no Brasil segundo o texto. Isso porque o governo insistiu que os trabalhadores continuassem a guerrear com a Alemanha, como tinha feito o “tzar Nicolau”. Então, os trabalhadores, “de armas na mão”, derrubaram o governo dos burgueses e estabeleceram o “governo dos trabalhadores”. Observemos que a força do imaginário e do mito da “revolução proletária” de 1917 na Rússia, a representação política da ideia do “governo dos trabalhadores” e a visão militarizada da revolução são elementos que marcaram a visão dos comunistas sobre a Rússia e que são importantes de considerar porque influíram nos debates que ocorreram na imprensa operária.<sup>273</sup>

---

<sup>273</sup> Aqui os redatores do PCB se referem aos acontecimentos das duas revoluções que ocorreram na Rússia em 1917, a de março que derrubou o czar (ou tzar) Nicolau II, e a de novembro (ou outubro no antigo calendário russo) que derrubou o governo provisório de Kerensky. É importante lembrarmos que já enfatizamos que o “mito soviético” ganhou força porque, de início, estas representações continham uma parte da verdade, a de que os trabalhadores tinham “tomado o poder na Rússia”, visão essa que predominou por muito tempo, mas o autoritarismo do governo bolchevique logo suprimiu o poder político dos soviets. Uma das maiores discussões acesas ainda hoje na historiografia é a questão se a revolução de outubro conduzida pelos bolcheviques foi uma revolução ou um golpe e, de acordo com Reis Filho (2017a, p. 107), a melhor solução proposta foi a do historiador Marc Ferro: houve ambos, um golpe e uma revolução. Isso porque na visão de Lênin e dos

A Revolução Russa foi um evento grandioso na produção de fatos que se tornaram mitos e de mitos que se tornaram fatos, e este é um elemento fundamental para compreendermos os debates que ocorriam na imprensa operária. O próprio destino do czar Nicolau II, que teria sido fuzilado pelo poder soviético, foi aclamado no mundo inteiro como a vingança de um povo que reagiu contra o despotismo de sua monarquia, mas parece que este episódio também sofreu as interferências das autoridades comunistas.<sup>274</sup>

No entanto, parte do conteúdo publicado pelos comunistas também não deixava de conter uma certa veracidade, o que serviu como uma poderosa arma de propaganda na época. Quando eles dizem que no Brasil se trabalha longas horas, mas “na Rússia só se trabalha 8 horas” – sendo que no Brasil a fartura é para os ricos, enquanto na Rússia “há bem-estar para os trabalhadores”. Ou quando dizem que “ser mãe pobre no Brasil é uma desgraça”, mas na Rússia “a mãe proletária é tratada com todo o interesse”. Os comunistas estão, na verdade, expressando dados sobre a União Soviética que continham em parte um embasamento com a realidade. Já vimos que a vontade de igualar o estatuto dos cidadãos e a emancipação da mulher, ainda que muitos direitos femininos tenham sido suprimidos na era stalinista, são fatos que marcaram as primeiras representações positivas da Rússia soviética (FERRO, 1984, p. 62 e 68-69). De acordo com Lewin (2007c, p. 380), após a revolução, a sociedade russa como um todo se tornou mais receptiva à influência dos valores ocidentais, onde as mulheres obtiveram uma igualdade legal perante os homens e começou-se a evoluir para a construção de um sistema de bem-estar social (com pensões e ajudas para mulheres grávidas). Porém, a Rússia na época sofreu uma modernização contraditória, pois o país obteve após a revolução – e sobretudo a partir da NEP – um desenvolvimento econômico e transformações culturais

---

bolcheviques eles eram os intérpretes mais consequentes da revolução e assim podiam criar fatos consumados e oferece-los à sanção dos agentes – no caso a derrubada de um governo que não atendia as expectativas dos soviets, de “pão, paz e terra”, ou seja, a saída da Guerra Mundial e a posse dos meios de produção pelos trabalhadores. Contudo, isso evidenciou as raízes de um pensamento antidemocrático e golpista, pois os perigos da contrarrevolução apregoados pelos bolcheviques não eram reais na época – como indicam as pesquisas atuais (REIS FILHO, 2017a, p. 108). Ainda assim, porém, ocorreu uma revolução porque as transformações revolucionárias, consagradas pelo II Congresso Panrusso dos Sovietes, que se iniciou logo após a revolução de outubro, foram decretadas pelo governo comunista que assumiu (paz imediata, controle operário sobre a produção, distribuição de terras, direito à secessão etc). Ocorrendo dessa maneira uma revolução de forte caráter popular, mas entrelaçada com ações e decisões golpistas dos bolcheviques (REIS FILHO, 2017a, p. 108-109).

<sup>274</sup> O czar Nicolau II – de acordo com as versões oficiais – foi fuzilado junto com a família imperial pelo poder soviético entre os dias 15 a 17 de julho de 1918, Cf.: (SERGE, 1993, p. 304 e 306). Contudo, um trabalho recente e revelador do historiador francês Marc Ferro sustenta a hipótese de que apenas o czar Nicolau II, da dinastia Romanov, foi executado nessa ocasião, e que a imperatriz – que tinha origem alemã – e suas filhas, foram salvas por um acordo secreto que ocorreu entre as autoridades bolcheviques e alemãs, em troca de presos políticos comunistas na Alemanha, Cf.: (FERRO, 2017, p. 13-14). Marc Ferro é considerado um historiador social e revisionista da Revolução Russa, crítico das visões deterministas da Guerra Fria (SEGRILLO, 2010, p. 77).



aceleradas, mas com um “arcaísmo político” marcado pelo autoritarismo (LEWIN, 2007c, p. 377-378).<sup>275</sup>

Por outro lado, quando os comunistas brasileiros alegam no artigo que no Brasil as terras pertencem aos fazendeiros e as fábricas aos industriais, enquanto que na Rússia as fábricas e terras pertenceriam aos camponeses e operários. E quando dizem que “na Rússia não há patrão”, pois “o governo é dos trabalhadores e formado por trabalhadores”. Encontramos, nesse ponto, muitas inconsistências, pois vimos acima que a nacionalização e estatização das empresas após a Revolução Russa submeteu a autonomia dos soviets e dos trabalhadores ao poder centralizado do “partido-patrão” (FIGES, 1999, p. 768-770). Novamente Lewin (2007a, p. 461 e 463) explica que a União Soviética desenvolveu uma propriedade estatal da economia e promoveu sua burocratização, com uma burocracia que adquiriu um poder que não podia ser dividido nem desafiado. Assim, o autor cunha o termo “absolutismo burocrático” para tentar explicar o regime soviético, ele enfatiza que toda a terra russa era propriedade do Estado, como na época do czarismo, e que alegando credenciais socialistas, a propriedade estatal se estendeu para todas as esferas da economia. A Rússia, então, passou por uma modernização em níveis de século XX, mas com a manutenção de categorias autocráticas na política (LEWIN, 2007a, p. 464-465).<sup>276</sup>

Outro artigo interessante que foi publicado na imprensa comunista, tanto para analisar a forma como os comunistas viam a Rússia como também para melhor compreender de que maneira eles recebiam as informações daquele país, nos vem de *O Solidario* de Santos. Sendo a continuação de um artigo anterior, que tinha por tema a unidade sindical, o autor, que assina por Joaquim B. de Souza, faz explicações singulares a respeito dos últimos acontecimentos na União Soviética:

Dissemos, em linhas acima, que os Soviets russos constituem um bloco de granito uno e inquebrantável. A que se deve essa solidez, essa

---

<sup>275</sup> O historiador polonês Moshe Lewin também é considerado um revisionista que produziu um interessante amálgama entre a história social e a história cultural. Ele critica as visões ortodoxas da Guerra Fria que defendiam que a Revolução Russa estava condenada desde o início, mostrando que houve outras possibilidades históricas (SEGRILLO, 2010, p. 76).

<sup>276</sup> É interessante que Lewin aponta que o anticomunismo e o conceito de “totalitarismo” (para explicar todo o sistema soviético) agiram como uma forma de “anti-intelectualismo” disfarçado para encobrir os crimes e fracassos das democracias liberais do Ocidente – e que isso não contribui em nada para a compreensão da URSS. Ele ainda defende que se as ciências sociais almejam qualquer nível de exatidão e tecnicidade deve-se, portanto, abandonar o termo “socialismo soviético”, visto que ele lembra que por “socialismo” entende-se a “propriedade dos meios de produção pela sociedade”, e não por uma burocracia. E que “socialismo”, tal como foi concebido, envolve também um aprofundamento da democracia política, e não a sua rejeição, por isso que ele utiliza o termo “absolutismo burocrático” para explicar o sistema soviético (LEWIN, 2007a, p. 459-461).

homogeneidade? Á sua disciplina. Á subordinação do eu ao conjuncto. Ao imperio absoluto do criterio das maiorias.

Não obstante qualificarem, os nossos adversarios, o regimen dos Soviets de “tirannia bolchevista” e de tantas outras cretinices, verifica-se exactamente que em nenhum outro paiz do mundo, a vontade do proletariado é tão respeitada quanto na Russia. Para corroborar o que fica dito, não nos perderemos em divagações theoricas. Basta que citeamos a retirada de Trotsky do importante cargo que occupava na Republica dos Soviets.

[...]

Pois bem, no proprio instante que as suas attitudes deixaram de corresponder, rigorosamente, ás opiniões da maioria, isto é, daquelles que lhe delegaram o mandato de que elle estava investido, foi elle afastado do cargo que occupava.

Que quer isso dizer?

Para os trabalhadores isso quer dizer tudo.<sup>277</sup>

O autor desse artigo, que se identifica por Joaquim B. de Souza, possivelmente é um dos fundadores do PCB, identificado por Joaquim Barbosa na obra de Bandeira (1980, p. 278), que na ocasião da fundação do partido em 1922 assumiu um cargo titular na Comissão Central Executiva.<sup>278</sup> Joaquim Barbosa afirma que os soviets russos eram um bloco rígido e inquebrável, e que a isso se devia a disciplina e a “subordinação do eu ao conjunto”, e que qualificar o “regime dos soviets” de “tirania bolchevista” era infame – visto que em nenhum outro país do mundo “a vontade do proletariado é tão respeitada”. Para comprovar isso o autor cita o afastamento de Trotsky de seu cargo na República dos Soviets, pois ele deixou de corresponder “as opiniões da maioria que lhe delegaram o mandato”. Isso é significativo porque, como já vimos, nessa época, a autonomia política dos soviets já tinha sido suprimida pela burocracia do Partido-Estado e não havia eleições diretas para os membros do governo.

Na verdade, o artigo de Joaquim Barbosa – que indica no final ser do Rio de Janeiro e datado de 2 de fevereiro de 1925 – reflete as disputas políticas que ocorriam na União Soviética no interior do PCUS. A partir de 1923, Trotsky – que como vimos foi umas das principais autoridades comunistas responsáveis pela repressão à Comuna de Kronstadt em 1921 – acordou para o problema da burocratização e do autoritarismo crescentes no partido, após as repressões do governo contra uma nova onda de greves operárias em Moscou e Petrogrado na época (CAMPOS, 1985, p. 29). Passando a denunciar a falta de democracia

<sup>277</sup> A Lucta em torno da Unidade Syndical. **O Solidario**, Santos, 11 abr. 1925. Ano 2, nº 36, p. 03.

<sup>278</sup> Não temos certeza se o “Joaquim B. de Souza” identificado em nossa fonte é o mesmo a que se refere Bandeira. Em nossa pesquisa verificamos que, ao que tudo indica, ele é realmente “Joaquim Barbosa de Souza”, alfaiate e um dos membros fundadores do PCB. Em 2018 houve publicações sobre a identidade deste militante na imprensa brasileira. Cf.:

<<https://jornalggn.com.br/artigos/joaquim-barbosa-fundador-do-partido-comunista-do-brasil-urariano-mota/>>

<[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=9707&id\\_coluna=93](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=9707&id_coluna=93)>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

interna no partido – que já tinha Stálin como secretário geral desde 1921 – Trotsky acabou por formular a “Oposição de Esquerda” de 1923, entretanto, manipulando habilmente a XIII Conferência do partido em inícios de 1924, Stálin conseguiu condenar as teses da oposição. Então, a partir destas cisões é que se confrontaram, cada vez mais, a teoria do “socialismo num só país”, defendida pela burocracia stalinista e canonizada pelos partidos comunistas ao redor do mundo, e a teoria da “revolução permanente” de Trotsky (CAMPOS, 1985, p. 28-30).<sup>279</sup>

Dessa forma, Trotsky, a partir dessa época, começa a perder influência política no interior do governo soviético e do partido – até então ele ocupou o cargo de Comissário do Povo para Assuntos Militares e Navais até 1925 –, processo este que culminaria até a sua expulsão definitiva da URSS em 1929 (CAMPOS, 1985, p. 30-33; DEUTSCHER, 1988, p. 393). E nessa luta política, portanto, as decisões foram resultadas de manobras na cúpula do PCUS, já centralizado na figura de Stálin, longe de ter sido uma decisão pautada na “opinião da maioria”, como diz Joaquim Barbosa. Com isso, podemos pensar como e de que maneira os comunistas brasileiros recebiam essas informações para que estas fossem repassadas dessa forma, o que faz que levantemos duas hipóteses (ou fatores): o primeiro seria a questão de uma “autocensura”, como já nos referimos no capítulo anterior, isto é, a tendência em “deformar” a realidade para que fosse estruturada uma narrativa positiva do regime russo; a segunda possibilidade é considerar as influências diretas das autoridades soviéticas sob as informações que eram repassadas para os partidos comunistas nacionais (no caso o PCB). Devemos pensar também que estes dois fatores poderiam atuar ao mesmo tempo sob a visão que os comunistas brasileiros tinham da Rússia. Estes são elementos que devem ser considerados porque havia também a necessidade dos comunistas de justificarem o regime russo, pois isso era crucial para a ideologia e para a luta política deles. Devemos lembrar que Joaquim Barbosa dirige o artigo para “os nossos adversários”, que qualificavam o regime dos soviets de “tirania bolchevista” – e entre estes adversários estavam os anarquistas.<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> O historiador britânico Edward Hewlett Carr – que escreveu uma monumental História da Rússia Soviética em 14 volumes – concebeu a sua obra na era da Guerra Fria, mas esta fugiu do padrão ortodoxo, buscando uma “história total” (política, econômica e social) puramente a partir de fontes primárias soviéticas (SEGRILLO, 2010, p. 74). Assim, Carr (1974b, p. 338), após explicar detalhadamente ao longo de um capítulo toda a evolução da oposição entre Stálin e Trotsky entre 1923-1924, aponta, no final, para o fato de que nesta XIII Conferência do PCUS a luta pelo poder se desenvolveu sem nenhum pudor – e Lênin morre em janeiro de 1924. O autor salienta que pela primeira vez se pode observar que uma assembleia representativa do partido não se ocupou de discutir princípios, e sim de atacar “pessoas” – tendo por principal objetivo desacreditar a oposição e a figura de Trotsky.

<sup>280</sup> Estes dois fatores a serem considerados na análise dos comunistas já foram apontados no capítulo anterior, vimos então que se trata de uma tendência. Nessa época o PCB pode ter tido a influência inclusive de informações trazidas pelo argentino Rodolfo Guioldi, que era delegado da Comissão Executiva da Internacional

Outras matérias interessantes sobre os avanços e conquistas da URSS continuaram saindo naquele ano na imprensa comunista. Como exemplo mencionamos um longo texto assinado por A. Ponomarew em *A Classe Operaria*, indicando ser uma correspondência internacional, que possivelmente era uma autoridade soviética cuja identidade não conseguimos identificar em nossa pesquisa – o que confirma a influência das autoridades estrangeiras acima comentado. O artigo fala das experiências bem-sucedidas no campo educacional das escolas russas após um concurso sobre os melhores exemplos, realizado pelo Commissariado do Povo para a Educação – o equivalente a um Ministério da Educação – durante o ano de 1923, segundo o artigo. Os esforços no país na área da educação e seus professores, após tantos anos de dificuldade, são salientados, assim como a visão heroica da “revolução proletária” que resistiu às forças contrarrevolucionárias na guerra-civil. Melhorias no campo da cultura e da instrução – que fez a Rússia se aproximar dos modelos do Ocidente – e que realmente aconteceram (LEWIN, 2007c, p. 380). Assim, destacamos:

Não se enganava o Commissariado do Povo para a Educação ao imaginar que as qualidades por elle exigidas para um bom educador poderiam encontrar-se na realidade. Estava convencido de que o paiz, renovado pelo espirito vivificante da Revolução proletaria, obtendo, numa serie de annos, tantos exemplos de soberbo heroismo em todas as frentes de batalha, deveria possuir tambem no *front* da educação popular heroes eminentes e ricamente dotados.

Foi o que ficou provado com o trabalho empreendido. Por mais difficeis que fossem as condições relativas á educação, sabiamos, não obstante, que durante todos esses annos a escola do trabalho se manteve, graças a multiplos esforços. Não quer apenas dizer que ella jamais entrou em declinio; mais do que isso, ella se firmou de maneira notavel. Não resta a menor duvida de que isso foi obra da massa do pessoal docente da escola sovietica.<sup>281</sup>

No ano de 1926, a Rússia volta às páginas da imprensa anarquista, novamente por meio de *O Syndicalista*. Em uma ampla matéria ocupando metade da capa do jornal

---

Comunista e que chegou no Brasil em janeiro de 1924, para tratar da admissão oficial do PCB na IC – o que ocorre em junho-julho de 1924 (SANTOS, 2017, p. 210-211). Assim, este fator – das informações oficiais emitidas por autoridades comunistas estrangeiras – pode ter influenciado nas apreciações sobre a URSS, tanto no artigo de Joaquim Barbosa quanto no artigo anterior de *Voz Cosmopolita*, que era datado de 9 de junho de 1924. Podemos talvez considerar que as realidades inconvenientes do sistema soviético (o autoritarismo e a repressão), por serem reveladas e denunciadas pelos anarquistas, fez com que estes últimos apresentassem uma visão menos “distorcida”, porém eles também desenvolveram um imaginário sobre a Rússia – a da “revolução traída” – e observamos que isso obscureceu em parte o reconhecimento dos avanços modernizantes de uma realidade tão complexa e contraditória quanto a da Rússia. Podemos utilizar o termo empregado por Lewin (2007a, p. 466), ao falar sobre a visão internacional que se tinha da Rússia, de “espelhos deformadores”, que projetavam e refletiam “imagens” da Rússia onde era quase impossível distinguir entre a realidade e a ficção – ainda mais naqueles conturbados anos de 1920 no Brasil.

<sup>281</sup> Correspondencia Internacional: o melhor educador na Russia dos Soviets. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1925. Ano 1, nº 6, p. 04.

encontramos a transcrição de uma narração peculiar. São histórias de cenas do cotidiano da Rússia relatando a forma como pessoas civis e populares eram atendidas pelas autoridades comunistas. No início da matéria há a indicação que se trata de um trecho “De Casanova”, e entre histórias de repressão e violência contra os camponeses russos, destacamos a seguinte conversa:

- E’s ainda muito ingênuo – observa um seu vizinho, que parece um comerciante de varejo. Dê uma *propina* ao secretario do soviet. Aquelle joven, rubro, que está á direita do presidente... Dê-lhe um *papelucho* de 25 rublos e em seguida terá você a... “licença”.
- Deverás?
- Não duvides, não. Esse é o modo de se conseguir as cousas em toda a Russia. Assim foi e assim será sempre. Ha dias que tinha eu um assumpto no soviet. Dirigi-me ao secretario. Elle escutou-me attentamente, e logo, sem dizer uma palavra, levantou tres dedos.
- Tres dedos?
- O auditório manifesta uma grande curiosidade.
- Sim, tres dedos, o que quer dizer trezentos rublos.
- E deu-os, você?
- Claro que sim. Que ia eu fazer?<sup>282</sup>

“De Casanova” na verdade se refere, muito provavelmente, ao nome da espanhola Sofia Casanova, que foi poeta, romancista e jornalista. Casanova era uma mulher culta, destacando o perfil humano em suas crônicas. Ela foi correspondente do jornal *ABC* da Polônia, e tendo viajado para a Rússia em 1915, devido a invasão alemã àquele país – no contexto da Primeira Guerra Mundial – ela permanece na Rússia até 1918, tendo presenciado eventos importantes da revolução e até mesmo entrevistado Trotsky. Ela sofreu censuras das autoridades bolcheviques ainda na Rússia pelo conteúdo de suas crônicas jornalísticas. Assim, na década de 1920, ela escreve alguns livros e muitos artigos, onde inclui as suas memórias sobre a Revolução Russa.<sup>283</sup> Essa matéria traz no final o provocativo pseudônimo de “Mujik” (como eram chamados os camponeses russos) e indica São Paulo em janeiro de 1926, provavelmente é o correspondente que enviou esse texto ao jornal.

Enquanto observamos que os comunistas brasileiros se nutriam em grande parte de fontes providas de personalidades estrangeiras do movimento comunista internacional, e até mesmo de autoridades russas, os anarquistas continuavam utilizando fontes da imprensa internacional. Aqui, desta vez, uma fonte que originalmente não provinha da imprensa

<sup>282</sup> O “companheiro” Lenine. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 13 fev. 1926. Ano 7, nº 12, p. 01.

<sup>283</sup> Há indicações que posteriormente, na década de 1930, ela inclusive se simpatizou com o fascismo. A respeito da escritora Sofia Casanova Cf.: <[https://es.wikipedia.org/wiki/Sof%C3%ADa\\_Casanova](https://es.wikipedia.org/wiki/Sof%C3%ADa_Casanova)>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

operária internacional, e sim da grande imprensa em geral. De qualquer maneira, como demonstramos desde nossas pesquisas anteriores e nesse próprio trabalho, relatos de estrangeiros que foram testemunhas oculares da revolução e dos acontecimentos na Rússia sempre foram utilizados pela imprensa operária no Brasil desde 1917 – e particularmente pela imprensa anarquista. Não temos como determinar até que ponto a narração da Casanova é verídica, e não conseguimos acesso aos seus livros no original. Porém, podemos dizer, mais uma vez, que esse quadro, que revela uma cena do cotidiano russo – ainda que possa conter elementos fictícios e ideológicos – não estava completamente fora da contraditória realidade social vivida na União Soviética. O Estado burocrático soviético, apesar das inovações revolucionárias, como o recrutamento de trabalhadores das classes mais baixas para a administração do governo, herdou diretamente muitas instituições czaristas e suas tradições políticas. Após a revolução, muitos setores do Estado que foram reativados pelo governo comunista só puderam funcionar com a incorporação de quadros de funcionários do velho regime – o que resultou em uma continuidade histórica muito maior do que se pensava (LEWIN, 2007a, p. 461). Dessa maneira, as novas instituições do governo soviético, em muitos aspectos, passaram a funcionar conforme os procedimentos já estabelecidos e a continuidade das práticas do passado foi, assim, inevitável (LEWIN, 2007a, p. 462). Com isso, podemos pensar que a corrupção e as práticas desonestas na administração do Estado, que foi um dos elementos no passado que fez com que a burocracia czarista passasse a ser odiada pelo povo, ódio esse que acelerou a queda da monarquia e o início da revolução (FERRO, 2011, p. 15; REIS FILHO, 2003, p. 16) voltavam a ser praticadas sob a administração comunista.

É interessante que nessa época a imprensa comunista publica muitas matérias a respeito das condições de trabalho na Rússia e da recuperação de sua economia, o que parece ser uma resposta às notícias críticas sobre o autoritarismo soviético contra os trabalhadores publicados pelos anarquistas. Estas informações positivas sobre a URSS foram abundantes no período e *O Solidario* publica um artigo cujo correspondente é José Penelón da Argentina:

Os operarios da Russia Sovietista estão já, sobre varios aspectos, numa situação superior á dos operarios de outros paizes capitalistas da Europa e sua condicção sobrepassa muito, á que tinham no regimen czarista.

Examinemos detalhadamente sua condicção social.

CONDICÇÕES DE TRABALHO – Todas as grandes emprezas e as explorações que antes da Revolução de Novembro, se se encontravam nas mãos dos capitalistas, foram nacionalizadas.

Por consecuencia, os operarios se transformaram em certa medida em cooroprietarios de seus ateliers, o que determina que se encontrem

directamente interessados no aperfeiçoamento das condições de trabalho e no aumento da produção.<sup>284</sup>

Lembremos que José Penelón foi um dos fundadores do Partido Comunista da Argentina e nessa época era membro do Secretariado Sul-americano da IC (DULLES, 1977, p. 326). A matéria indica que a correspondência vem de Buenos Aires e que é distribuída a todos os periódicos operários que a solicitam. No início também há uma explicação, como subtítulo, que o texto se trata de “como a viu um diretor de uma usina metalúrgica da Lorena” – dando a entender que também se refere a relatos de um observador estrangeiro, para mostrar “a verdadeira situação da Rússia” no ano de 1925.

Não sabemos de que “diretor” de Lorena – provavelmente da França – se refere, mas há indicações que a Rússia recebeu convidados oficiais do governo, entre liberais e socialistas, que em seus relatos “racionalizavam o lado pior da vida soviética” como legados do czarismo ou consequências da hostilidade ocidental (PIPES, 2008, p. 319). De fato, houve na Rússia no período entre 1924-1926 melhoras nas condições de trabalho. A partir de 1924, graças a uma reforma financeira, a uma moeda estável, ao crescimento geral da prosperidade com as políticas da NEP e uma maior produção industrial houve, assim, um aumento da remuneração dos trabalhadores, que ao menos lhes permitiam viver e trabalhar (CARR, 1974c, p. 382). Isso fundamentava a afirmação no artigo de que os trabalhadores na Rússia estavam “numa situação superior” à dos outros países europeus. Parece que os sucessos do planejamento econômico soviético, diante da crise econômica capitalista global que se avizinhava, e da economia européia fragilizada do pós-guerra, foram elementos explorados pelos comunistas para um olhar mais benevolente do Ocidente em relação a Rússia, apesar das perseguições que ocorreram no país – fenômeno esse que será intensificado no período stalinista na década de 1930, após a crise econômica de 1929 (LEWIN, 2007a, p. 466).<sup>285</sup>

Consideremos também que nessa época a imprensa escrita era a principal fonte de notícias e Moscou passou a se tornar uma referência para todos os jornais importantes. Assim, a URSS passou a credenciar apenas jornais e jornalistas amistosos que poderiam cooperar com o governo. Estes jornalistas também passaram a praticar a autocensura e acabaram se transformando em propagandistas do sistema (PIPES, 2008, p. 323-324). Estes dados devem ser considerados para entender a forma como as notícias da Rússia chegavam para os comunistas brasileiros. Essa matéria de *O Solidario* é extensa e trata de vários assuntos sobre

<sup>284</sup> A Rússia em 1925. *O Solidario*, Santos, 10 mar. 1926. Ano 3, nº 40, p. 02.

<sup>285</sup> Sobre o crescimento do interesse pelo modelo de economia planejada da URSS a partir dessa época Cf.: (HOBSBAWM, 1995, p. 100-101).

a Rússia, mas destacamos o tópico sobre as condições de trabalho no país porque estas discussões na imprensa operária eram cruciais nas disputas entre as correntes políticas do movimento operário. Sabemos que, com a estatização das fábricas na URSS, os operários, ao contrário do que diz o artigo, não se tornaram “coproprietários” das empresas, pois a propriedade era estatal e não socializada. Estava nas mãos de uma burocracia violenta que não aceitava qualquer tipo de contestação; uma política autoritária que retirou qualquer autonomia política dos soviets e o controle que eles exerciam sobre as unidades de produção (FIGES, 1999, p. 768-770; LEWIN, 2007a, p. 461 e 463).

A influência da visão oficial das autoridades soviéticas sobre os comunistas no Brasil parece também se revelar em mais um texto do CCE do PCB publicado em *Voz Cosmopolita* pouco depois. Defendendo-se das acusações de que a NEP era um recuo ao capitalismo – acusações estas que inclusive foram lançadas pelos anarquistas como mencionamos no capítulo anterior – os redatores justificavam essa política soviética seguindo a tendência, mais uma vez, do argumento das dificuldades da guerra civil para, assim, defender os caminhos e decisões repressivas do regime. Argumento esse que foi utilizado inclusive pelos dirigentes comunistas (FERRO, 1984, p. 88). E, ao que tudo indica, continuavam a acusar a revolta de Kronstadt de 1921 como um movimento contrarrevolucionário:

[...] Quando os communistas russos, obrigados por factores objectivos poderosos; contra seu desejo de avançar, progredir sempre; tendo perdido 300 mil companheiros – a flôr da Revolução – nos campos de batalha; forçados pela desorganização do paiz, pela contra-revólta de Cronstadt [...] tal recúo é uma necessidade inelutavel, tal recúo é imposto pelos interesses das massas trabalhadoras, tal recúo é objectivo, independente da vontade dos communistas. [...].<sup>286</sup>

Entretanto, na edição especial de 1º de maio daquele ano de 1926, *O Syndicalista* de Porto Alegre retorna à publicação de trechos da jornalista Sofia Casanova e novamente indicando o codinome de “Mujik” no final, dizendo ser de São Paulo em março de 1926. Ainda há uma nota de rodapé explicando que o título do artigo, “A Comissão Extraordinária”, é o nome da organização bolchevique que luta contra os adversários do regime, “que exerce o terror mais implacável” e que “tem ramificações em todo o país”. São apresentadas duas histórias, narrando cenas dessa “comissão extraordinária” das autoridades comunistas na Rússia, destacamos a segunda:

---

<sup>286</sup> A NEP. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1926. Ano 5, nº 78, p. 03.



– Outro, depressa! – berra o presidente.  
 Entra um homem de uns trinta anos, alto, de olhos negros muito vivos. Está mal vestido.  
 – Ivan Kuzmichew?  
 – Sim.  
 – Obreiro?  
 – Sim. Trabalhava na fabrica de Obujow. Tenho sido membro do Comité Obreiro da fabrica.  
 – Elegido pelos menchevikes?  
 O obreiro não contesta.  
 – Na fabrica de Obujow, todos os obreiros são uns canalhas! Não fazem mais que protestar e oppôr-se ao poder Sovietista. Deveriam ser fuzilados todos!  
 – Porém, companheiro...  
 – Cala-te, canalha! Tu e eu não somos companheiros.  
 O presidente enrubrece e, dando golpes na mesa, continua:  
 – Sim, todos uns canalhas! Atreveis a oppôr-se ás autoridades de vossa propria classe! Preferis seguir aos trahidores como Martow!  
 – Porém... Martow também é um revolucionario...  
 – Cala-te! Vamos fuzilar todos os vossos Martow, todos os trahidores... Porém, não tenho tempo para discussões. Accusam-te de haver pronunciado, em um “meeting” da fabrica, um discurso sedicioso, qualificando o regimen sovietista de tyrannia vermelha. Confessas?  
 – Sim, falei contra o Governo bolchevista, porém, eu creio que nós, os obreiros, temos o direito...  
 – Basta! Não me interessam tuas asneiras. É preciso estabelecer um governo forte, uma dictadura de ferro, – senão jamais triunphará o socialismo: O povo é um rebanho, e carece ser conduzido á pauladas...  
 E, com ar official, pergunta:  
 – Cidadão Kuzmichew, quer Vm. assignar sua declaração?  
 – E se assigno, Vm. irá me fuzilar?  
 – Já veremos. Isso depende do tribunal...  
 O proletario assigna a declaração.  
 Na mesma noite, o obreiro socialista Kuzmichew é fuzilado em nome do Governo dos Obreiros...<sup>287</sup>

Este sinistro episódio tirado dos relatos de Sofia Casanova publicado em *O Syndicalista*, que naquele momento, devido ao estado de sítio no Brasil, se tornara um dos principais, se não o principal, jornal anarquista em circulação – tanto que o texto é enviado pelo militante “Mujik” de São Paulo – é um caso paradigmático e revelador das disputas em torno dos imaginários em relação a Rússia soviética como a encarnação, ou não, da “revolução operária”. Os embates de visões opostas, entre comunistas e anarquistas, do que era e como era o regime político soviético, eram diretamente determinantes para os debates sobre a organização operária.

Em nossa pesquisa não conseguimos identificar sobre quem foi Ivan Kuzmichew, o operário que é executado, mas conseguimos dados que conferem embasamento histórico a

<sup>287</sup> A Comissão Extraordinaria. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1 maio 1926. Ano 8, nº 2, p. 04.

esta narrativa de Casanova. Quando a autoridade comunista alega, ao interrogar o personagem Ivan Kuzmichew, que o comitê (o soviete) da fábrica de “Obujow”, onde Ivan trabalhava, foi elegido por “mencheviques” e que por isso ele e todos os trabalhadores daquela fábrica eram “canalhas” – já que preferiam seguir traidores como “Martow” – encontramos evidências interessantes. Acreditamos que “Martow” é, provavelmente, é Yuli Martov (1873-1923), já que pode ter tido um erro de tradução realizada, talvez, pelo correspondente “Mujik”. Martov foi um socialista menchevique de grande prestígio durante a Revolução Russa, um dos líderes da facção de esquerda de seu partido e que antes de ocorrer a revolução de outubro de 1917 já defendia um governo composto por todas as correntes socialistas (FIGES, 1999, p. 578). Após iniciar os embates militares entre o Soviete de Petrogrado e o partido bolchevique contra o Governo Provisório de Kerensky (revolução de outubro de 1917) o II Congresso Pan-Russo dos Soviets se reuniu às pressas para decidir a constituição do governo que se sucederia a queda do governo Kerensky e, nessa ocasião, Martov propôs a composição de um governo democrático pluripartidário baseado em todas as agremiações políticas com assento no Soviete – sugestão essa que recebeu a aclamação e aplausos de grande parte do Congresso e aprovada imediatamente, sendo admirada até mesmo por bolcheviques (FIGES, 1999, p. 608). No entanto, em seguida, vários mencheviques e SRs (membros do Partido Socialista Revolucionário) denunciaram com veemência a insurreição armada que estava ocorrendo contra o Governo Provisório como uma “aventura criminosa” por parte dos bolcheviques – abandonando, então, o Congresso. Assim, a decisão de Lênin de tomar o poder antes do Congresso ser realizado funcionou como uma provocação deliberada, pois fez com que mencheviques e SRs deixassem o Congresso, rachando as forças de oposição aos bolcheviques e isolando Martov e os demais socialistas favoráveis à coalizão democrática. Ocasião esta em que Martov, no final, também abandona o novo governo soviético nascente e, ainda que admirado por muitos bolcheviques, passa a ser visto como traidor (FIGES, 1999, p. 608-609).<sup>288</sup>

Outra informação importante e que reforça a plausibilidade histórica do relato é o nome da fábrica envolvida, “Obujow”, pois acreditamos que também aqui pode ter tido um

---

<sup>288</sup> Recordemos que “menchevique” significava em russo “minoría” e que “bolchevique” significava “maioría”, eram as duas alas do Partido Operário Social-Democrata Russo – e que após a revolução de 1917 os bolcheviques se designariam como “Partido Comunista”. Tanto os mencheviques quanto os SRs também participaram da constituição do Soviete de Petrogrado após a queda do czar (FERRO, 1984, p. 124; REIS FILHO, 2017a, p. 211-212). Há indicações que Martov durante a guerra civil apoiou o Exército Vermelho contra o Exército Branco contrarrevolucionário, mas que continuou se opondo aos bolcheviques, denunciando as perseguições destes contra os seus opositores políticos – tanto social-democratas quanto sindicalistas e anarquistas. Martov foi banido e exilado recebendo a permissão legal de deixar a Rússia, indo para a Alemanha em outubro de 1920, Cf.: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Julius\\_Martov](https://pt.wikipedia.org/wiki/Julius_Martov)>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

erro ou confusão de tradução. Isso porque “Obujow” é um nome que se aproxima ao da fábrica metalúrgica de “Obukhovsky”, uma das maiores da cidade de Petrogrado. Pode ser que estejamos errados e que estes nomes não se refiram à mesma fábrica, mas o fato é que a fábrica “Obukhovsky” tinha um soviete com grande influência de mencheviques e que se opôs a política comunista, decretando greve nas ondas de protesto que ocorreram em fins de fevereiro de 1921, sofrendo repressão severa do governo – ocasião esta em que a base naval de Kronstadt declara sublevação em apoio ao movimento grevista (FIGES, 1999, p. 933-934). Apesar de Sofia Casanova ter permanecido na Rússia até 1918 é possível, então, que se trata da fábrica em questão, devido a coincidência da influência dos mencheviques em seu soviet.

Podemos pensar o quanto que este tipo de narrativa e literatura impactavam a opinião pública da época – que era centrada na mídia escrita –, e sobretudo a “opinião militante”, ao ser publicado na imprensa operária brasileira no contexto das disputas ideológicas entre libertários e marxistas. Isso porque com o prestígio internacional da Rússia e o mito da “Revolução Mundial” que ela conduziria, que ainda era forte na época, o interesse, e a polêmica em torno desse assunto era muito grande. O fato do operário Kuzmichew ter sido executado no final após ser interrogado pelo “presidente da Comissão”, que, ao acusa-lo, proferiu frases fortes, carregadas de “simbologias políticas” importantes, confere, assim, um peso e uma força ao texto que precisa ser comentada. O presidente da Comissão diz que Kuzmichew e todos os seus companheiros de fábrica eram canalhas porque se atreveram a “opor-se às autoridades de vossa própria classe”. Condena o acusado pelo fato dele dizer em um “meeting” (reunião de fábrica) que o regime soviético era uma “tirania vermelha”, e ao interromper a defesa da liberdade de expressão pelo operário, como se fossem “asneiras”, o presidente ainda diz: “É preciso estabelecer um governo forte, uma ditadura de ferro, senão jamais triunfará o socialismo”. Ainda acrescentando em seguida: “O povo é um rebanho, e carece ser conduzido a pauladas”.

Isso é interessante porque ainda que contenha certos tendencionismos anticomunistas nos elementos do texto – da própria autora original ou por conta da tradução no Brasil – devemos considerar também que Sofia Casanova angariou certa notoriedade e prestígio com sua produção jornalística. E acreditamos que isso ocorreu não apenas por ela ter produzido um conteúdo inconveniente da realidade soviética, mas também porque seus relatos traziam um embasamento histórico – que é comprovado a luz da historiografia atual. Fitzpatrick (2017, p. 131-132) salienta que os bolcheviques descreviam o seu regime político como uma “ditadura do proletariado” e como “poder soviético”, mas uma “ditadura” que deixou bem claro, desde o início, que deixaria pouco espaço para os outros partidos e, muito menos claro ainda, o que

significava esta “ditadura” em termos de formas de governo. Assim, a qualificação enquanto “poder soviético” não era uma descrição muito imprecisa porque a “revolução de outubro” foi em essência um movimento de partido e não de todo o conjunto dos soviets, além da questão da burocratização dos soviets pelo Partido Comunista, que fez com que o “Governo Soviético” não tivesse uma realidade efetiva com estes órgãos. A historiadora ainda destaca que o partido bolchevique era um partido com tendências autoritárias, onde a disciplina e a unidade sempre foram enfatizadas, e que outra característica importante do pensamento político dos bolcheviques é que este girava em torno da lógica da “classe social” – em que devido a sua base social, apoiada sob a classe operária, formou-se uma “autoimagem” do partido onde seus laços com o proletariado eram parte importante de sua “constituição emocional” e, portanto, a expressão do ódio e desconfiança em relação aos “inimigos de classe” (FITZPATRICK, 2017, p. 134-135). A expressão “inimigos de classe”, que por sua vez serviu de pretexto e fundamento para a repressão e imposição do terror aos opositores políticos (PIPES, 2008, p. 237-238).

Assim, na narração, quando o personagem do governo diz ser uma traição “se opor a autoridade de vossa própria classe”, e que é necessária “uma ditadura de ferro” para construir o socialismo, sabemos que estas visões eram condizentes com a mentalidade política dos bolcheviques no período. Algo que é relevante, porque este imaginário político percorreu o mundo na época e influenciou o pensamento dos comunistas ao redor do globo, inclusive no Brasil. Enquanto os comunistas brasileiros, portanto, depositavam grande confiança nas fontes advindas das autoridades russas, os anarquistas utilizavam fontes alternativas da visão oficial soviética e que não se resumiam a “simples invenções”.

No mesmo dia comemorativo de 1º maio, o jornal *O Trabalhador Graphico*, que publicou muitas matérias a respeito da Rússia nessa época, imprime no final de sua edição um artigo interessante sobre uma carta enviada por um operário, identificado pelas iniciais “G.T.”, ao jornal *Unitá*, que indica ser de Bolonha, na Itália, e data de fevereiro de 1926. Nesta carta, que é transcrita em parte, o autor questiona a veracidade das notícias que circulavam na imprensa a respeito de novas greves que estariam acontecendo na Rússia e se pergunta, assim, se era possível ocorrer greves na Rússia, já que lá existia um “governo operário”. Em seguida ao conteúdo da carta, a redação do jornal, sem autoria, tece comentários importantes sobre como o regime soviético era visto pelos comunistas que atuavam no sindicato dos gráficos. Ao qual destacamos:

O companheiro G.T. nos faz por sua conta e em nome de outros uma pergunta: “É possível que em um Estado no qual existe um governo de operários e camponeses, a classe trabalhadora deve recorrer á greve para ter respeitados os seus direitos”?

Em outros termos: “É possível ou não uma greve de trabalhadores na Rússia”?

[...]

Na Rússia os operários, com **A CONQUISTA DO PODER**, collocaram-se seguramente no caminho da realização do socialismo. Aparece evidente, porém, que o socialismo não pode ser instaurado com um golpe de varinha mágica (como erroneamente alguns poderiam pensar), mas é o resultado de um longo e complexo processo do qual a classe operária, que tem em mão o poder político, é o elemento consciente e dominante. Logo, na Rússia, a luta de classe continua, mas sob outras formas que entre nós; e ella continuará a existir enquanto não desaparecerem as classes e não fôr realizado o socialismo, isto é, até que não haja mais necessidade de um Estado que domine.<sup>289</sup>

O texto explica anteriormente que a carta se refere a uma greve dos “condutores” de Moscou, mas não conseguimos identificar que greve foi essa. Contudo, sabemos que em 1925 houve um constante assédio das autoridades comunistas por um aumento da produtividade industrial, o que gerou novas manifestações e descontentamentos entre os trabalhadores de Moscou e outras localidades, produzindo uma nova onda de greves (CARR, 1974c, p. 403). O autor enfatiza em destaque que na Rússia os operários, com “a conquista do poder”, se colocaram no caminho do socialismo, embora a realização do socialismo dependa de um “longo e complexo processo” em que a classe operária, de posse do poder político, “é o elemento consciente”. Assim, para o autor, na Rússia, a luta de classes continua e continuará, ainda que de “outras formas”, enquanto não se realizar o socialismo, ou seja, até que “não haja mais necessidade de um Estado que domine”.

A força do mito e do imaginário do “governo operário”, e de que essa era a realidade da Rússia, como já destacamos, fez parte da vitalidade do “mito soviético” por anos, mas que não era condizente com a realidade burocrática e autoritária da União Soviética. É interessante como o autor justifica que a luta de classes continua existindo na Rússia, mas de “outras formas”, dando a entender em outras passagens que os conflitos sociais na Rússia eram mais tênues, pelo país possuir um “governo operário”. Interessante que este artigo está na edição especial de 1º maio, onde na capa há uma matéria que relembra os mártires de Chicago de 1886, e um grande desenho de operários empunhando uma bandeira com inscrições que significam “Trabalho, Paz e Liberdade”. As lutas dos trabalhadores e as greves históricas

---

<sup>289</sup> As greves na Rússia soviética. **O Trabalhador Graphico**, São Paulo, 1 maio 1926. Ano 7, nº 62, p. 05.

constituíam em elementos simbólicos do imaginário de uma tradição política, onde o “governo operário” da Rússia era visto como mais uma fase destas lutas.

Destaca-se a ideia expressa de que o socialismo seria instalado quando não haver a necessidade de um Estado, mas que isso dependeria de um longo processo. Isso na verdade refletia as ideias de Lênin, que deixou claro as divergências com os anarquistas, retomando Marx, de que o Estado não poderia ser abolido de imediato porque a classe operária não poderia abrir mão da violência organizada do Estado para “quebrar a resistência da burguesia”, e de que o Estado seria abolido no desenvolvimento ulterior do socialismo quando as próprias classes sociais fossem abolidas (LÉNINE, 1978a, p. 262-263).<sup>290</sup>

No fim do ano, *O Trabalhador Graphico* ainda lançaria uma matéria que nos chamou a atenção. Alegando se tratar de uma transcrição da carta do jornalista Helander Ribeiro, que viajou recentemente para a Rússia e obteve informações sobre a instrução pública do país, a redação do jornal escreve uma nota, após a carta, que contém uma passagem relevante:

N. R. – Na Russia os filhos de operarios ou propriamente os operarios, podem cursar academias e escolas superiores, formarem-se em direito, medicina ou engenharia, e isso sem serem obrigados a disporem de quantias avultadas...

Os filhos dos operarios mais pobres, que lá residem, podem internar-se em collegios, gozar de todas as regalias, que no Brasil, só são dadas aos filhos de ricos e milionarios...

[...]

Em vista disto, a Russia é o “Paraiso dos Pobres” ou melhor, “a terra de promessa”.<sup>291</sup>

O jornalista português Helander Ribeiro (1886-1967) também foi romancista, advogado e escreveu as suas memórias de viagens, incluindo a Rússia, devido ao seu interesse pela defesa dos direitos dos trabalhadores.<sup>292</sup> De fato, sabemos que houve grandes progressos na Rússia soviética em relação a educação e a cultura como um todo (LEWIN, 2007c, p. 380).

---

<sup>290</sup> Em outra passagem importante, que muito influenciou a visão dos comunistas do mundo inteiro sobre a Rússia, Lênin alega: “[...] a experiência da ditadura proletária vitoriosa na Rússia mostrou de forma evidente a quem não sabe pensar, ou a quem não teve ocasião para refletir sobre esta questão, que a centralização incondicional e a disciplina mais rigorosa do proletariado constituem umas das condições fundamentais da vitória sobre a burguesia” (LÉNINE, 1978b, p. 281). Já enfatizamos que, desde Marx, defendia-se a ideia de que o comunismo seria uma fase superior do socialismo, quando o Estado e as próprias classes sociais fossem abolidas. Desde muito cedo em sua produção intelectual o filósofo alemão, contudo, também deixava claro a ideia de que o “comunismo”, enquanto um estado social de superação da propriedade privada, seria uma “apropriação efetiva” da “essência” humana “pelo e para o homem” – tornando-se este “consciente” de toda a riqueza de seu desenvolvimento social realizado (MARX, 2010, p. 105). Talvez aqui encontramos a matriz desta visão da classe operária enquanto o “elemento consciente”.

<sup>291</sup> O Paraiso Terrestre: a Russia e o seu actual regimen de instrucção. **O Trabalhador Graphico**, São Paulo, 15 nov. 1926. Ano 7, nº 70, p. 03.

<sup>292</sup> Cf.: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Herlander\\_Ribeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Herlander_Ribeiro)>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

Utilizando-se aqui também de relatos de observadores estrangeiros, estes progressos sociais na URSS eram utilizados com abundância pelos comunistas para fazer uma propaganda do regime, explorando no caso a opinião pública, comparando aquele país com o Brasil. A despeito de toda a “modernidade contraditória” da União Soviética – expressando-se com autoritarismo, violência e burocratização –, a visão dos comunistas foi marcada pelo imaginário da Rússia enquanto um “paraíso socialista”, um “paraíso dos pobres”.<sup>293</sup>

### 3.1.3. A revolução no Brasil e a Coluna Prestes

Em nosso terceiro tema de análise da imprensa operária, que consiste sobre “As crises políticas da República”, buscamos destacar de que maneira as correntes políticas do movimento operário interpretaram os conflitos que ocorreram no país na época – para compreender melhor os elementos que o pensamento anarquista apresentou de particular, de singular, a respeito destas crises. No capítulo anterior, a análise foi sobre os levantes tenentistas de 1922 e de 1924 e observamos que as visões dos anarquistas e comunistas variou entre a desconfiança, a crítica e o interesse pelo potencial político que as sublevações militares angariaram nestes fatídicos episódios – sendo que no caso dos anarquistas de São Paulo, do jornal *A Plebe*, vimos até mesmo que houve a adesão formal em prol dos militares revoltosos.

A partir do segundo levante de São Paulo, em 1924, observamos que o ponto de vista da opinião militante operária a respeito dos eventos que continuaram a se desenrolar, e que culminaram na formação da Coluna Prestes, passou a desenvolver representações e imagens do que era, e de como poderia ser, uma revolução no Brasil – encabeçada pelos setores militares em revolta. Tanto os anarquistas quanto os comunistas expressaram esse tipo de imaginário sobre a “Revolução do Brasil”, editando jornais que se dedicaram exclusivamente em cobrir e defender as lutas destes soldados rebelados, como os impressos *A Liberdade* e *O 5 de Julho*. E recordemos que estas duas folhas foram produzidas e circularam na clandestinidade, devido ao severo estado de sítio imposto pelo governo, por isso estes dois títulos não apresentavam datas precisas e os artigos são todos anônimos.

---

<sup>293</sup> Nesta seção sobre a Rússia Soviética entre os anos de 1924 a 1926 catalogamos 45 artigos a respeito deste tema em todos os jornais pesquisados, dos quais analisamos aqui 10 artigos desse total. O desfalque da imprensa anarquista no período, que teve no jornal *O Syndicalista* praticamente o seu único representante, não nos permitiu uma visão mais abrangente das fontes, mas acreditamos que esta amostra foi significativa.

Além da defesa dos sublevados militares ser a tônica destas duas publicações, essa produção impressa também foi marcada por fortes críticas ao presidente Arthur Bernardes e ao seu governo – em consonância com uma comoção maior na opinião pública brasileira que ocorreu a partir dos levantes tenentistas e que acelerou a crise da República oligárquica. Na verdade ocorre que, na década de 1920, a sociedade brasileira estava passando por profundas transformações, no qual o ano de 1922 – com a Semana de Arte Moderna, a criação do PCB e o movimento tenentista – são indicadores que colocaram em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 389). Aliados às mudanças no quadro econômico – como o maior desenvolvimento e complexificação das atividades industriais –, a ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias e a diversificação dos interesses no interior das próprias elites econômicas, o conjunto dessas transformações estimularam, portanto, alterações no quadro político – questionando as bases do sistema oligárquico desta Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 389-390).

É interessante que estas fissuras no tecido social e na configuração política que ocorriam podem ser sentidas em nossas fontes jornalísticas. Nos primeiros números de *O 5 de Julho*, que conseguimos adquirir nos arquivos, encontramos um artigo importante em que se revela a oposição ao governo e a conclamação para que os soldados do exército – e o texto se dirige a eles – apoiassem a revolta militar contra o presidente Arthur Bernardes. Afirmando no início do texto que “há mais de dois meses” ocorrera o levante de São Paulo, temos uma confirmação, assim, de que esta edição pode ser aproximadamente de setembro-outubro de 1924. Analisemos as passagens:

Não, não foi por ambição ou interesse que os vossos camaradas de S. Paulo abandonaram a commoda posição de “servidores da legalidade” para se lançarem numa lucta na qual o menos que poderiam em caso de insuccesso perder seriam as posições, a carreira e a liberdade. Não. Elles revoltaram-se por um nobre e santo idéal, qual o de livrar o Brazil da commandita dos Bernardes e Companhia, que está nos vendendo ao estrangeiro e que opprime os vossos irmãos, os vossos paes e as vossas irmãs que trabalham nas fabricas e nas officinas ou que lavram a terra. [...]

[...]

Soldados! Pensae no destino da Patria. Considerae o damno que ao Brazil causaria a permanencia no poder desses homens que já quasi tudo empenharam ao estrangeiro e que ainda por cima perseguem os patriotas que querem um Brazil livre e respeitado habitado por cidadãos respeitados e livres. Si o criminoso governo ao qual por circunstancias de facto ainda obedeceis vos mandar para o Sul, afim de combater os heróes da nova Independencia do Brazil, pois bem, soldados: ou passae para onde elles



estão, ou não atireis contra elles! Vós sois os soldadinhos do Brazil e não os janizaros do presidente Bernardes!<sup>294</sup>

O tom é irônico e enfático contra o presidente Bernardes, mas acreditamos que se referir e apelar para o exército como “os soldadinhos do Brasil”, no diminutivo, seja uma forma amistosa e carinhosa de se dirigir na época. O autor explica que os soldados que se revoltaram não se sublevaram por interesses pessoais, mas sim “por um nobre e santo ideal” que era o de livrar o Brasil do governo Bernardes e seus apoiadores, que vendem o país ao estrangeiro e que oprime os “vossos irmãos, pais e irmãs” que trabalham nas “fábricas” e “oficinas”, ou que “lavram a terra”. De fato, a revolta tenentista se voltou contra o governo Arthur Bernardes e teve a pretensão de ser um movimento militar conspirativo para derrubar pelas armas as oligarquias da burguesia cafeeira dominantes. Contudo, esse foi um liberalismo de “fachada”, pois o tenentismo se manteve fiel à defesa da ordem e das instituições – era um movimento elitista, como já destacamos, já que propunha a moralização política mas por mudanças a partir “de cima”, entregando o poder a “políticos honestos”, uma mudança que não incluía a participação das classes populares (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 316).<sup>295</sup>

Afirmar que o presidente vendia “o país ao estrangeiro” e que o governo oprime os que trabalham em “fábricas”, “oficinas” e os que “lavram a terra” são elementos ideológicos e simbólicos típicos dos comunistas – que enfatizavam a interferência do imperialismo do capital externo no país e tinham em seu imaginário a figura da união dos “operários”, “camponeses” e “soldados” que fizeram a vitória da Revolução Russa, apelando para o fato de que estes trabalhadores poderiam ser familiares dos soldados.<sup>296</sup> O artigo ainda conclama os soldados para desobedecerem o governo se eles fossem mandados para combater no sul do

<sup>294</sup> Soldadinhos do Brazil! **O 5 de Julho**, Rio de Janeiro, 1924. Ano 1, nº 5, p. 02.

<sup>295</sup> É importante esclarecer que a expressão “tenentismo” ou “tenentes”, para se referir ao movimento, não existia na época. É claro que a adesão, principalmente, dos escalões baixos e médios do exército a esse movimento foi o que deu origem a esta expressão, mas na documentação da época estas denominações não existiam, mas sim a de “militares revolucionários”, “revoltosos”, “rebeldes” etc. Isso porque o termo “tenentismo” surgiu na década de 1930, no contexto das disputas políticas do período de Getúlio Vargas, quando os líderes remanescentes do movimento aderiram a política institucional e ao governo Vargas, indicando então “tenentismo” no sentido de “partido político” (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 345). Sobre a fidelidade do “tenentismo” para com a defesa da ordem e das instituições é relevante mencionar que a historiadora Maria Cecília Spina Forjaz (1977, p. 57-58) explica que um dos motivos que influenciaram diretamente na segunda revolta de São Paulo em 1924 foi a condenação dos militares que participaram da primeira revolta de 1922. Isso porque para os conspiradores militares esta condenação partia de um erro do Judiciário porque este poder estava sendo parcial, influenciado e subserviente ao Executivo e ao Legislativo, controlado por Arthur Bernardes. Assim, esta perspectiva dos militares em revolta demonstra o caráter “legalista” e “pouco inovador” de sua contestação ao sistema, pois não se tratava de destruir as bases do sistema republicano vigente, mas sim de afirmá-las através da representatividade do voto (que em grande parte era fraudado) e com a garantia da independência dos poderes da República.

<sup>296</sup> Sobre estes elementos do pensamento dos comunistas no período Cf.: (PINHEIRO, 1992, p. 63-67).

país, visto que naquela época inicia-se também uma revolta tenentista no Rio Grande do Sul, liderada por Luís Carlos Prestes e que daria origem a “Coluna Gaúcha”. Entretanto, essas campanhas no Sul iniciam-se em outubro (CARONE, 1975, p. 87); o que reforça a suposição de que este artigo e esta edição do jornal podem ter sido de outubro de 1924. No final, ainda encontramos um elemento interessante do imaginário político dos militantes ligados ao periódico *O 5 de Julho*, a de que o movimento tenentista encarnaria uma “nova Independência do Brasil”, revestidos, como se disse antes, de um “santo ideal” que era o de libertar o Brasil e seus cidadãos, para que estes fossem “livres”, o que era uma visão um tanto romantizada e que não condizia exatamente, como vimos, ao que os líderes militares do movimento realmente almejavam.

O jornal *O 5 de Julho*, como já destacamos, teve como diretor e principal redator o militante Antonio Bernardo Canellas, que fundou esse jornal meses depois de ter sido expulso do PCB, logo após a revolta tenentista de 5 de julho de 1924 em apoio ao movimento. Canellas contou com a ajuda de Everardo Dias, que foi um dos principais colaboradores do jornal. Everardo Dias que fez parte da primeira geração do PCB e, ao que indica, devido a sua participação neste jornal, ele não concordou com a expulsão de Canellas do partido. Não há como saber a autoria do artigo, mas considerando a personalidade “sincera e as vezes ingênua” de Canellas, como alegou Everardo Dias em suas memórias, é possível que o texto seja do próprio Canellas.<sup>297</sup>

Apenas dois números seguintes, selecionamos um artigo relevante por ser mais enfático na visão que os militantes do jornal possuíam sobre a “questão nacional”, que era a situação em que se encontrava o país diante dos “acontecimentos revolucionários”. Referindo-

---

<sup>297</sup> Estas informações a respeito de *O 5 de Julho* são fornecidas por Salles (2005, p. 193-196), que em grande parte se baseia nas memórias de Everardo Dias (1962). A autora ainda afirma que a redação do jornal era agitada e perigosa, visto que a sua oficina tinha que mudar de localidade periodicamente para evitar as investigações dos órgãos de repressão. Ela ainda explica que junto a Antonio Bernardo Canellas e Everardo Dias havia ainda um grupo de “jovens idealistas” que colaboravam no jornal, que são: Rubem de Almeida Belo, Rodolfo Mota Lima, Gontram Pinheiro Cruz, José Bastos Schomaker e Nuta Bartlett James (SALLES, 2005, p. 195). Já Dulles (1977, p. 200 e 217) afirma que colaboraram com *O 5 de Julho* “os irmãos Rodolfo, Paulo e Pedro Mota”, sendo que Paulo Mota e Pedro Mota eram comunistas, mas que Rodolfo, o mais velho, não era. Rodolfo Mota Lima (1891-1948), que é mencionado por Dulles e Salles, foi jornalista e pertencia ao Partido Liberal Democrata, envolvendo-se com os militares conspiradores desde a primeira revolta em 1922 por sua oposição ao governo de Epitácio Pessoa. Já Nuta Bartlett James (1885-1976) foi uma famosa revolucionária e feminista brasileira da época – que adquiriu este sobrenome de seu marido que tinha origem inglesa. Nuta e seu marido se envolveram com o movimento tenentista desde a campanha de Nilo Peçanha à presidência da República em 1922, ao qual apoiaram e cuja derrota está na origem da primeira revolta daquele ano. Sobre Rubem de Almeida Belo, Gontram Pinheiro Cruz e José Bastos Schomaker não conseguimos obter informações. Para os dados a respeito de Rodolfo Mota Lima e de Nuta Bartlett James Cf.:

<<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-rodolfo-mota>>  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuta\\_James](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuta_James)>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

se mais uma vez aos operários, o texto, que ocupa lugar de destaque na capa do jornal, desta vez se dirige a todos os cidadãos brasileiros:

A indiferença ante os acontecimentos revolucionarios do actual momento não seria simplesmente um descuido, mas um crime. Todo cidadão brasileiro deve considerar-se parte directa nesta pugna em que se decide não méras questões de pundonor militar ou negocios de Partido, mas os altos destinos da nação. É uma lueta entre o espirito de democracia e o espirito de despotismo. É um duello entre a Escravidão e a Liberdade, entre a Theologia e o Livre Exame.

O operario que labuta e soffre no antro das officinas, sabe que deste governo nada mais tem a esperar sinão prisão e chibata. As prisões estão cheias de operarios presos por puro medo, sómente porque “poderiam” “talvez” coadjuvar qualquer movimento dos militares. [...].<sup>298</sup>

Acreditamos que esta edição de *O 5 de Julho* seja aproximadamente por volta de novembro de 1924, mas é difícil saber já que nessa época o jornal não tinha uma periodicidade exata. O texto acusa que a indiferença em relação aos acontecimentos revolucionários seria um crime e que todo cidadão brasileiro deve considerar-se parte destes eventos, já que neles se decidem “os altos destinos da nação”. É interessante que se alega que estes acontecimentos revolucionários não se resumem a meras questões militares ou “negócios de Partido”, algo relevante porque sabemos que Canellas, nessa época, ainda se confessava comunista, mas distanciara-se do regime bolchevique – passando até mesmo a atacar a perseguição dos anarquistas na Rússia. Assim, Canellas, nesse período, continua a desacreditar no voto como forma de mudança – uma herança de seu período anarquista – e também estava desacreditado em relação a partidos e sindicatos, mas continuava apostando na insurreição armada e acabou vendo no tenentismo uma possibilidade de uma “revolução brasileira” (SALLES, 2005, p. 194). Sendo assim, é possível que este artigo tenha influências do pensamento de Canellas.

Igualmente pertinente é o jogo binário que se revela no texto, qualificando os acontecimentos revolucionários como uma luta maniqueísta entre a escravidão e a liberdade, a democracia e o despotismo etc. Mais uma vez aproxima indiretamente a figura do “operário” com os acontecimentos do tenentismo dizendo que este “sabe que deste governo nada mais tem a esperar”. E denuncia que as prisões estão cheias de operários, “por puro medo”, como diz, de que “talvez poderiam” estes se aliar ao movimento dos militares. Como sabemos o governo reprimiu duramente o movimento operário nessa época, e para as autoridades, uma aliança entre os setores operários e a insatisfação das casernas não era irrealista (DULLES,

<sup>298</sup> Uma questão nacional. *O 5 de Julho*, Rio de Janeiro, 1924. Ano 1, nº 7, p. 01.

1977, p. 205-206; SAMIS, 2002, p. 109-113). O fantasma – ou o espírito dependendo da perspectiva – do comunismo e da união entre operários e soldados que fez a glória da Revolução Russa, continuava habitando o imaginário político daqueles dias conturbados.

Em seguida, no jornal *A Liberdade*, encontramos uma das fontes mais importantes da visão anarquista destes acontecimentos e crises que se sucediam. Dirigindo-se aos brasileiros a aos “homens livres”, sem distinção de “cor política” ou nacionalidade, em um artigo que ataca as autoridades do governo Bernardes e o próprio presidente, se referindo ao autoritarismo e às repressões e prisões das autoridades contra os militares sublevados, destacamos:

[...] Não obstante, tudo foi em vão para elles, porque, para honra do Brasil, o Exercito e a Armada nacionaes levantaram-se e estão erguendo por toda parte a bandeira da liberdade. Desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, desde o memorável 5 de Julho em Copacabana, reproduzido dois annos depois em S. Paulo, até hoje, o Exercito, a Marinha e o Povo, com ou sem armas, mas com plena consciencia, proclamaram a revolução, e imannados, lutam pelo mesmo santo ideal. Não se trata de uma lucta partidaria, no estreito ponto de vista.

A revolução brasileira libertadora não tem partidos. Só quer a salvação da patria e a liberdade de todos os brasileiros, incluindo os proprios escravos do despotismo. Vencedores, jamais praticaremos vinganças mesquinhas. Romperemos e seguiremos quebrando ferros e carceres para libertar o povo e os proprios pretorianos. Cumprenos, além disso, esclarecer aos nossos visinhos do Prata, de que somos portadores de garantia, de liberdade, de direito da justiça, e amigos invariaveis da paz.

A reforma que pretendemos estabelecer em nosso paiz obedece unica e exclusivamente aos propositos que, em 1889, o Exercito, a Armada e o Povo brasileiro proclamaram, ante o mundo civilizado: ORDEM E PROGRESSO.<sup>299</sup>

Este artigo é significativo para a análise do pensamento político dos anarquistas sob diversos aspectos. Primeiramente, é necessário esclarecer que esta única edição de *A Liberdade* é provavelmente de dezembro de 1924, por indicações do próprio jornal que comentaremos adiante. Como já indicamos, de acordo com Khoury (1988, p. 44; 2007, p. 125), esta folha, de São Paulo, foi publicada e dirigida por Edgard Leuenroth e ela traz epígrafes no início das páginas como: “A liberdade não se pede: toma-se” e “Contra a tirania, a revolução é um direito e um dever”. Essas frases, para Khoury, revelam a perseverança do grupo na luta direta e no esforço de construção de caminhos revolucionários contra o Estado (KHOURY, 1988, p. 44-45). Porém, há uma indicação do jornal em seu início de que, devido

---

<sup>299</sup> Aos brasileiros e aos homens livres sem distinção de cor politica ou nacionalidade. *A Liberdade*, São Paulo, 1924. Ano 1, nº 1, p. 02.

a repressão, e por razões de segurança, a oficina que editou essa folha se instalou em um “porão em terra de Tiradentes” – o que dá a entender que ela pode ter sido impressa em algum lugar do Estado de Minas Gerais, apesar dos editores serem de São Paulo.

Este artigo é repleto de simbolismos e referências importantes. Como vimos, a perspectiva heroica e romantizada dos eventos que se sucediam demonstra o quanto estas sublevações militares excitaram as expectativas políticas tanto dos comunistas quanto dos anarquistas. Chama nossa atenção quando dizem que, apesar de toda a repressão do governo, o “Exército e a Armada nacionais” levantaram a “bandeira da liberdade”, e isso “desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul”. E também quando afirmam que desde os dois 5 de julho (de 1922 e 1924) o “Exército, a Marinha e o Povo” – este último com ou sem armas, ainda que com a “consciência” – “proclamaram a revolução”, e também aqui, “emanados de um santo ideal”, ideal que não é apenas uma luta partidária, “no estreito ponto de vista”. Naquela época tanto setores do Exército quanto da Marinha realmente tinham se sublevado, em insurreições localizadas que ocorreram em vários pontos do país, incluindo o Amazonas e o Rio Grande do Sul, mas apenas os revoltosos gaúchos tinham vínculos organizacionais diretos com os sublevados em São Paulo.<sup>300</sup>

Assim, as perspectivas de uma generalização da revolução no país eram vistas no momento como uma possibilidade real. Há elementos libertários pertinentes nesta visão sobre as lutas tenentistas, como a luta pela “bandeira da liberdade”, que não era uma “luta partidária”, “no estreito ponto de vista”. Isso pode ser entendido, diante das várias revoltas que de fato ocorriam naquela época, que os redatores parecem se esforçarem para conferir uma interpretação libertária para aqueles conflitos – onde uma luta que não se resume a partidos pode ser compreendido tanto como uma luta mais ampla, em que não há um partido dirigindo o movimento, como a de uma outra política possível, que não se resume a um

---

<sup>300</sup> Lembremos que no segundo semestre de 1924 os militares sublevados de São Paulo, ao se retirarem da capital, ocuparam diversas cidades no interior paulista, facilitados pelo fato de também ter ocorrido revoltas no interior do Estado, fomentando a assim chamada “Coluna Paulista” (CARONE, 1975, p. 73-83). Os insurgentes do Sul, liderados pelo capitão Luís Carlos Prestes, deram origem a “Coluna Gaúcha”, que marcharam ao encontro da Coluna Paulista que se encontrava estacionada em Foz do Iguaçu, a partir de dezembro de 1924, se unindo aos paulistas em março de 1925 e formando assim a “Coluna Prestes” (CARONE, 1975, p. 92 e 98; LANNA JÚNIOR, 2006, p. 327-329). Essa união direta foi possível porque, da série de levantes que se iniciaram a partir da “revolução” de São Paulo, apenas a do Rio Grande do Sul tinha vínculos organizacionais com os paulistas, tanto que a revolta nos dois Estados tinham que ter ocorrido simultaneamente – o que foi impossibilitado pelas deficiências da organização e dificuldades de comunicação (FORJAZ, 1977, p. 82). Ocorreram várias insurreições localizadas na Marinha e nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Sergipe, Pará e no Distrito Federal (RJ). Todos estes movimentos articulavam-se ideologicamente com a revolta de São Paulo, assim como eram liderados por oficiais de baixa patente. Contudo, o mais autônomo e abrangente foi o que ocorreu no Amazonas porque, diferentemente do de São Paulo – que se importava mais com a crítica política e jurídica às oligarquias –, o tenentismo no Amazonas apresentou uma roupagem mais social, menos elitista, identificado com questões concretas como o da corrupção na administração pública e problemas locais (CARONE, 1975, p. 103-108; LANNA JÚNIOR, 2006, p. 326; FORJAZ, 1977, p. 82).

“estreito ponto de vista”. É curioso como o texto também aproxima as figuras do “Exército”, “Marinha” e “Povo”, dizendo que estes “proclamaram a revolução”, lutando por um mesmo “santo ideal”. Coincidentemente a visão de *O 5 de Julho* aquelas revoltas eram glorificadas como “santas”, e novamente aparece, agora pela visão dos anarquistas, a união entre “soldados” (Exército), “marinheiros” (Marinha) e “povo” (trabalhadores) – que foi tão típica e presente nas representações sobre a Revolução Russa desde o seu início. Estas expectativas otimistas não eram irrealistas para a época, ainda que exageradas, pois principalmente a partir da Coluna Prestes – que na verdade já inicia-se com a marcha de Prestes ainda no Rio Grande do Sul – a participação efetiva de civis foi considerável, tanto que a Coluna Prestes consistiu numa maioria de civis comandados por uma minoria de militares (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 329).

Este artigo nos chamou muito a atenção. É incrível como ele transparece uma visão libertária dos eventos, com um imaginário de fortes traços anarquistas de como seria a “Revolução do Brasil”, tanto que o texto declara: “A revolução brasileira libertadora não tem partidos”, almejando a “salvação da pátria e a liberdade de todos os brasileiros”, mesmos os “escravos do despotismo”. A visão de liberdade e de revolução que o artigo oferece é ampla, sem vanguardismos de partidos políticos, uma revolução que se estenderia a todos que nela pudessem participar, e ainda sem o autoritarismo de “vinganças mesquinhas” após a vitória, pois o objetivo era “quebrar ferros e cárceres” para todos, inclusive os “pretorianos” – o que subtende que são aqueles que defendem o governo. O próprio título do artigo, se dirigindo aos brasileiros, e aos homens livres, “sem distinção de cor política ou nacionalidade”, pode apenas indicar a tentativa de uma aliança política maior, pluripartidária, como pode indicar também, e nos lembram, a posição libertária dentro sindicalismo revolucionário – em que a união política está acima dos particularismos ideológicos de cada um. A visão de transformação social no anarquismo é ampla, pois nesta doutrina as forças sociais para a transformação revolucionária estão em todos aqueles que são oprimidos, o anarquismo não confere um papel específico e central ao proletariado industrial como no marxismo (JONG, 2008, p. 55). O artigo até esboça uma “política externa libertária”, ao se referir aos “vizinhos do Prata”, dizendo que a “liberdade”, a “justiça” e a “paz” serão garantidas nas relações entre os países.

Por fim, é revelador que, ao concluírem, expressa-se uma forma de “nacionalismo libertário”. Sabemos que o anarquismo é contrário ao Estado e, portanto, ao nacionalismo e ao patriotismo, mas essa é uma forma que encontramos de dizer que aqui podemos estar diante de uma maneira libertária de expressar a visão de uma “utopia brasileira”. Dessa forma, ao

defenderem que “a reforma” que pretendem estabelecer obedecem aos ideais de 1889 (a proclamação da República) e que o Exército, a Armada e o Povo – novamente representações que lembram a Revolução Russa – proclamaram a “Ordem e o Progresso” (a frase contida na bandeira nacional) podemos interpretar isso como uma tentativa de união popular em torno de interesses maiores para a população brasileira, e não necessariamente como um patriotismo de fato – ainda que esteja se utilizando de um patriotismo para esta união. Até mesmo porque a ideia de “Ordem” e “Progresso” não são completamente contraditórias à doutrina anarquista, podemos estar diante, de certa forma, de uma “ressignificação” de símbolos.<sup>301</sup>

Não sabemos exatamente quais militantes anarquistas estiveram envolvidos na redação deste impresso. Como dissemos, este é o único número de que dispomos e talvez ele não teve continuidade, e de que a única referência historiográfica que encontramos de *A Liberdade* é a da pesquisadora Yara Khoury (1988, 2007), que atesta que esta folha teve a participação de Edgard Leuenroth. Houve outros jornais no período com o mesmo título, mas verificamos que não se tratava do mesmo *A Liberdade* que aqui estudamos. Também não sabemos quais relações que os redatores deste jornal tinham com os militantes de *A Plebe* – além da figura de Leuenroth – assim também como não podemos dizer até que medida os membros de *A Liberdade* poderiam ser os mesmos de *A Plebe* e, também, até que ponto eles estariam conscientes do apoio formal dado pela *A Plebe* à revolta tenentista de São Paulo – até mesmo porque as dificuldades da repressão naquele período tornam estas questões muito obscuras.<sup>302</sup>

No fim do jornal destacamos um pequeno artigo que é mais um complemento importante sobre como os eventos tenentistas eram projetados pelo prisma destes militantes. Questionando, ao que parece, as afirmações do governo de que a revolta militar estava

---

<sup>301</sup> É relevante que no projeto social e político do anarquismo é imaginado uma sociedade na qual as relações mútuas não seriam regidas por leis auto-impostas por autoridades, mas pela mútua concordância de todos e pela soma de usos e costumes sociais – não imobilizados por leis, rotinas ou superstições – mas de práticas sociais em contínuo desenvolvimento, sofrendo reajustes sempre que necessário. Portanto, o anarquismo é a proposta de uma “ordem” social sem coação e violência, em contínua evolução, com uma visão de “progresso” no sentido social, sem cristalizações e imobilismos, que se aproxima-se a uma visão “naturalista” da evolução: o progresso enquanto um contínuo aperfeiçoamento. Cf.: (WOODCOCK, 2007, p. 23).

<sup>302</sup> Aqui é necessário frisar que Bonomo (2007, p. 65-68) salienta a influência de Malatesta na posição dos editores de *A Plebe* em apoiarem a revolta tenentista de 1924 em São Paulo, onde os aspectos do pensamento do anarquista italiano de uma “união tática”, apenas na cooperação militar, com outras correntes políticas para a derrubada de um governo são reconhecidas, mas mantendo a independência da autonomia e do projeto político dos anarquistas. Contudo, o historiador destaca que esta tentativa de uma política “policlassista” dos anarquistas nesta ocasião foi mais uma forma de discussão da teoria e de propaganda da causa – apesar do apoio formal e da tentativa prática de aproximação dos tenentistas, cuja repressão do governo lhes custaram caro. Assim, este ato de *A Plebe* não se materializou em propostas concretas voltadas as outras classes sociais potencialmente aliadas do proletariado – e que este campo de ação foi melhor explorado pelo PCB, elemento este que estaria envolvido no processo de “crise do anarquismo”. Entretanto, aqui, o que nos interessa não é propriamente os motivos da crise do anarquismo, mas sim os elementos novos de seu pensamento que surgiram no período, ainda que isso possa estar envolvido no processo de seu declínio.

contida, e de que as tropas legalistas estavam sob controle da situação, transcrevemos na íntegra:

“O governo está inteiramente senhor da situação...” Desde 5 de Julho que ouvimos esta phrase repetida em todos os tons. No entanto, em 5 de janeiro completará SEIS MESES de revolução.

A ditadura está sempre senhora da situação; os revoltosos ha seis mezes que fogem com botas de sete léguas desse terribilissimo Rondon!

No entanto...

A revolução campeia e a bandeira vermelha tremúla orgulhosamente em trez ou quatro Estados!

Além disso, as leis internacionaes concedem direitos especiaes ás revoluções que, seis mezes depois de iniciadas, não foram esmagadas pelos interessados.

O Exercito vai decidir-se de uma vez e não será por Bernardes.<sup>303</sup>

O texto é irônico e apresenta-se como uma pequena nota no fim do jornal. Há indícios de que esta edição de *A Liberdade* é, portanto, de dezembro de 1924, talvez até de fins do ano, pois, desmentindo as alegações do governo de que a situação estaria controlada, se afirma: “No entanto, em 5 de janeiro completará seis meses de revolução”, destacando em caixa alta que já durava seis meses. O tom chega a ser satírico ao dizer que “a ditadura está sempre senhora da situação”, mas que há seis meses que os revoltosos fogem com “botas de sete léguas” de Rondon, que era general legalista (SAMIS, 2002, p. 119). É interessante que este artigo apresenta uma representação significativa sobre os eventos tenentistas, na passagem quando se afirma: “A revolução campeia e a bandeira vermelha tremula orgulhosamente em três ou quatro Estados!” Além de considerar as revoltas tenentistas como revolução, sendo enfático de que ela ainda estava em movimento, o texto traz o símbolo da “bandeira vermelha”, como sendo representante desta revolução, e de que ela estaria tremulando em “três ou quatro Estados”. Isso é curioso porque a “bandeira vermelha” é um símbolo dos comunistas, porém devemos lembrar que os comunistas marxistas não detinham o monopólio deste símbolo, a “bandeira vermelha” é um símbolo da luta social e do socialismo em geral pelo menos desde o século XIX. Assim, podemos pensar que, não necessariamente, isto seja uma comprovação de que comunistas colaboraram neste impresso – já que todos os indícios indicam que ele era anarquista –, mas talvez de que o imaginário da “luta social” permeava as visões que se tinham sobre o tenentismo, apesar deste não ser um símbolo propriamente anarquista, cuja bandeira é negra.<sup>304</sup>

<sup>303</sup> Seis mezes com as armas na mão. *A Liberdade*, São Paulo, 1924. Ano 1, nº 1, p. 04.

<sup>304</sup> A “bandeira vermelha”, associada particularmente à esquerda revolucionária, emblema de socialistas e comunistas, também fez parte da tradição de social-democratas e de partidos trabalhistas desde o século XIX. Tanto a bandeira como a cor vermelhas tiveram, desde aquela época, o significado de luta social não só para



Naquela época tinham ocorrido outras revoltas tenentistas localizadas, como no Rio de Janeiro e na Marinha – a primeira em dezembro e a última em novembro –, porém, as revoltas tenentistas no Mato Grosso e no Amazonas tinham ocorrido em julho-agosto. Todas estas revoltas duraram pouco tempo e foram derrotadas e/ou esmagadas pelas tropas legalistas ao governo (CARONE, 1975, p. 103-108). Contudo, a resistência da Coluna Paulista e da Coluna Gaúcha, esta última que naquele momento rumava ao encontro da primeira, aliada também as dificuldades de informação na época – situação esta que ainda era piorada pelo severo estado de sítio que censurou diversos órgãos de imprensa – são fatores que devemos considerar para estas avaliações esperançosas e empolgadas contidas nesta fonte – além da própria identificação em si pelas revoltas militares. Tanto que os redatores do jornal deixam a entender que as revoluções que duram seis meses, e que ainda “não foram esmagadas pelos interessados”, podem ser vitoriosas. O que não era uma visão irrealista para eles, visto que tanto os revoltosos de São Paulo quanto do Rio Grande do Sul estavam em luta armada contra o governo desde julho de 1924. E terminam, ainda, profetizando que o Exército iria se decidir definitivamente, e que “não será por Bernardes”.

Houve outros artigos nesta única edição de *A Liberdade* que qualificam as revoltas tenentistas como uma “luta libertadora”, mas grande parte do jornal também é dedicada no ataque contra o presidente Arthur Bernardes. Com isso, acreditamos que o seu material mais significativo sobre as visões a respeito do tenentismo foi satisfatoriamente exposto.

Nesse período, no fim de 1924 em diante, é relevante destacar que, segundo Samis (2002, p. 119-120), a imprensa anarquista de Portugal começou a se apresentar como uma alternativa importante para a divulgação da opinião dos anarquistas e sindicalistas brasileiros sobre estes acontecimentos, já que eles estavam privados de seus principais órgãos de imprensa. Samis menciona o caso de José Lima Bessa, que era militante da “União de Artes e Ofícios de Santos”, que escreveu uma carta para o periódico *A Comuna* do Porto – publicada naquele jornal em 7 de dezembro de 1924 – denunciando a destruição desta associação pela polícia em 24 de julho de 1924 – e que nessa ocasião, em que ele foi preso, as associações amarelas, reformistas, não sofreram com a repressão devido ao seu apoio ao governo. Nesta carta ainda há a opinião deste militante, que é parecida com o posicionamento crítico que os anarquistas de *A Plebe* tiveram, pois ele nega a intenção “social” do movimento, mas também

---

partidos políticos, como também para sindicatos, organizações sociais e movimentos de trabalhadores que se identificaram à esquerda do espectro político. Já a bandeira do anarquismo é negra justamente por oposição e negação a todas as estruturas opressivas e ao Estado, existindo ainda a bandeira rubro-negra dos anarcossindicalistas e comunistas libertários – que associam e unem os ideais do socialismo com os do anarquismo. Cf.: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_vermelha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_vermelha)> <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Simbolismo\\_anarquista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Simbolismo_anarquista)>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

revela uma certa simpatia que se aproxima dos libertários de *A Liberdade*. Assim, transcrevemos: “E entretanto, a Revolução que, se bem que não seja de caráter social, é feita, todavia, com intuito de trazer várias reformas e melhorias para o país segue o seu curso” (SAMIS, 2002, p. 119).

No ano de 1925 o desfalque na imprensa anarquista nos impossibilitou de acompanhar o pensamento desta tendência sobre o tenentismo, apesar de ter tido outras manifestações, como veremos, de militantes brasileiros na imprensa libertária de Portugal. Contudo, a partir dessa época, surgem algumas opiniões na imprensa sindical dos comunistas e o jornal *O 5 de Julho* continuou cobrindo os eventos. Jornal este que é muito interessante para compreender as interpretações da conjuntura nacional, e da crise política que se arrastava, por estes setores militantes, que no início desse ano tentavam incitar a população a apoiar os revolucionários militares:

No capítulo dos prognósticos moraes, a causa do governo está perdida irremediavelmente perdida, porque a Nação inteira deseja e espera o triunfo da Revolução. Todavia não bastam, por si sós, os prognósticos de ordem moral. Eles só servem a quem os sabe utilizar. Para o governo, toda tentativa nesse capítulo é infructifera porque o publico resiste instictivamente ás mentiras e ás insihuações com que pretendem illudil-o os legalistas. Os Revol. serão porém bem succedidos em tudo o que emprehenderem na direcção que os prognósticos moraes indicam. Pois a nós outros, Revol., incumbe multiplicar por toda a parte as occasiões de povo e Exercito se manifestarem, preparando a insurreição [...].<sup>305</sup>

É provável que esta edição seja de janeiro-fevereiro de 1925, pois no número seguinte a ela há referências no jornal que indicam ser de fevereiro. O conteúdo do texto defende que no quesito dos “prognósticos morais”, o governo de Arthur Bernardes está desmoralizado, porque “a Nação inteira deseja e espera o triunfo da Revolução”, e de que o “público resiste as mentiras legalistas”. Com isso, os “revolucionários” serão bem-sucedidos e os “outros revolucionários” devem aproximar o povo e os militares para a insurreição. É provável de que estes “outros revolucionários” sejam os militantes do jornal e outros, que inclusive tinham origem no ativismo junto ao movimento operário, como Antonio Bernardo Canellas. Aliás é necessário por em evidência, como aponta Salles (2005, p. 194), que Canellas desperta para o potencial revolucionário dos jovens oficiais líderes do tenentismo bem antes que o PCB, já que foi apenas em 1927 que Astrojildo Pereira buscou a primeira aproximação com Luís Carlos Prestes. No olhar do autor do artigo, os revolucionários militares iriam vencer porque o

---

<sup>305</sup> Preparemos a insurreição. *O 5 de Julho*, Rio de Janeiro, 1925. Ano 2, nº 26, p. 01.

governo já estava desacreditado, mas apesar dessa previsão ter sido irrealista – já que não houve uma ruptura do alto comando militar com o governo – isso reflete uma comoção de fato que as lutas tenentistas geraram em proporções nacionais, que empolgou amplos setores da sociedade, desde segmentos dissidentes das oligarquias regionais aos setores urbanos, entre as camadas médias e a classe operária (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 400).

Não obstante, ainda no mês de fevereiro, encontramos um artigo importante da opinião comunista publicada em *Voz Cosmopolita* que nos traz um paralelo de comparação de como os militantes ligados ao PCB avaliavam a situação. Traçando as tarefas e linhas das lutas políticas a percorrer, “dada a atual situação do país”, como se diz no início, e assinado por Francisco Silva, o texto trata sobre organização, ideologia e, na parte sobre as atitudes políticas, o autor propõe e defende:

Fazermos o balanço das forças em luta, afim de sabermos o momento em que deveremos entrar na batalha, para decidil-a;  
Apoiarmos, como aliados independentes, a pequena burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, pois, segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequeno-burguezes quando estes resistem á reacção,<sup>306</sup>

Não conseguimos obter informações mais precisas sobre quem foi Francisco Silva, talvez ele possa ser Francisco Dias da Silva porque este era padeiro e em 1920 representou a União dos Empregados em Padarias no 3º Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro (BATALHA, 2009, p. 152-153). Como este último nome trata-se de um militante do Rio de Janeiro, e como *Voz Cosmopolita* era um órgão de um sindicato dos empregados do ramo alimentício daquela cidade, compreendemos que, talvez, seja a mesma pessoa. A ideia de que, “segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequeno-burguezes quando estes resistem à reação”, é uma referência que o autor faz as lutas tenentistas, pois estas são as interpretações que os comunistas e o PCB estavam tendo naquela época – de que as lutas tenentistas representavam a revolta da pequena-burguesia em armas. Estas interpretações tinham por base teórica os escritos de Marx, Engels e Lênin, que salienta que a burguesia também desencadearia um papel revolucionário e a revolução burguesa, nesse caso, supunha a direção revolucionária da burguesia e que, com o acirramento da luta de classes pela presença marcante do proletariado, assim, o sentido e direção da revolução burguesa aparece definida a partir da prática revolucionária do proletariado, o que desencadearia a possibilidade histórica

---

<sup>306</sup> Nossas tarefas: politicamente. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1925. Ano 4, nº 52, p. 02.

da “república social” – o sonho de uma sociedade de produtores livres (DE DECCA, 1994, p. 61). Portanto, a perspectiva de uma “revolução social” também foi presente no marxismo.

É significativo quando Francisco Silva diz que é necessário apoiar, “como aliados independentes, a pequena burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café”. Isso porque os comunistas, apoiados nessa base teórica, defenderam a tese de que a crise tenentista representava uma “revolução democrática burguesa”, e de ser um “movimento liberal da burguesia industrial” – apoiado pelo imperialismo estadunidense –, contra os interesses do imperialismo britânico – apoiado pelas oligarquias latifundiárias. Esta interpretação partiu tanto de Astrojildo Pereira, por exemplo, que era um dos principais dirigentes do partido, quanto de Humbert-Droz, membro dirigente da IC e que posteriormente se tornou responsável pelas diretrizes dos partidos comunistas latinos do continente americano – teses que foram formuladas no II Congresso da IC de 1920 (PINHEIRO, 1992, p. 63 e 68-69). Apoiar a “pequena burguesia”, ou seja, os tenentes seria, inclusive, uma diretriz que seria estabelecida no II Congresso do partido em maio de 1925, então estas discussões já ocorriam no interior do partido (CARONE, 1982, p. 39 e 43). Assim, apoiar os militares revoltosos contra o presidente Bernardes e seu governo era algo lógico para os membros do PCB, visto que Arthur Bernardes era visto pelos “tenentes” como o ícone das oligarquias dominantes (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 401).<sup>307</sup>

Retornando ao jornal *O 5 de Julho*, identificamos em meados do ano um artigo de grande importância para termos tanto uma comparação das opiniões desse grupo de comunistas e “dissidentes”, que compunham esse jornal, para com as opiniões dos comunistas do PCB, como também as prováveis influências do pensamento dos anarquistas – ou até mesmo ecos das discussões que ocorriam com estes últimos. Com o título de que “Uma

---

<sup>307</sup> Na verdade na primeira revolta tenentista de 1922 os militares se articularam politicamente, em sua oposição ao presidente Epitácio Pessoa e a candidatura de Arthur Bernardes, – apesar das causas endógenas das insatisfações no interior do próprio Exército – com a chamada “Reação Republicana”, que como explicamos na seção do capítulo anterior, tratou-se da articulação da insatisfação de setores dissidentes das oligarquias, no caso as oligarquias de “segunda grandeza”, ante a dominação das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo (maiores produtores da café). Estas oligarquias de segunda grandeza representavam a resistência dos interesses dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, contudo, ao deflagrar-se a sublevação militar, os eventos desencadeados fizeram com que as oligarquias voltassem a se unir para evitar qualquer subversão da ordem, os dissidentes recuaram e apoiaram as medidas excepcionais do governo, a Reação Republicana foi, tão logo, completamente desarticulada, isolando o movimento militar (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 399-400). Diante disso, podemos observar que as revoltas tenentistas tiveram influências de confrontos intraoligárquicos no processo de crise da Primeira República, não sendo essencialmente um movimento “pequeno burguês”, e a suposição de que as classes médias eram “representadas” pelos tenentes é frágil. E que, como já comentamos, as interpretações dos comunistas de que este processo representava o conflito interimperialista entre os EUA e a Inglaterra eram irrealistas e não se sustentam diante das pesquisas documentais realizadas, que comprovam que não houve qualquer apoio dos industriais brasileiros e das empresas e do governo dos EUA para com o movimento tenentista (PINHEIRO, 1992, p. 69).

revolução social deve ser obra de todos”, o texto condena duramente os militantes do interior do movimento operário que criticavam a revolta dos militares:

Entre as classes populares, mesmo entre o proletariado, é frequente ouvir-se a obtemperação de que esta Revolução é “política”, “pequeno-burguesa”, ou mesmo militarista. Que de toleima, inconsciencia ou hypocrisia não vae nesse ridiculo parecer!

[...]

O caracter, o matiz, a feição de qualquer movimento revolucionario é sempre a resultante das forças em presença. E o unico meio de tornar radical, avançada, audazmente progressista, uma Revolução, é empenharem-se nella, em forte maneira, as forças sociaes correspondentes, que são o povo (camponeses e profissões liberaes) e o proletariado.<sup>308</sup>

Por indicações de outras passagens no jornal, esta edição é possivelmente dos primeiros dias do mês de julho de 1925, e a edição seguinte, de nº 48, comemora a data de 5 de julho, evidenciando a época do jornal. O autor critica aqueles que qualificam a revolução tenentista de “política”, “pequeno-burguesa” ou “militarista”, o que demonstra, possivelmente, ressonâncias da opinião de anarquistas, visto que já comentamos as tendências antimilitaristas do anarquismo e o quanto os militantes libertários tinham uma aversão a “política” – no sentido de “política” a partir do “centro”, que objetive a conquista do Estado. A qualificação de “pequeno-burguesa” pode, até mesmo, indicar críticas ao posicionamento dos comunistas do PCB. O autor questiona estas qualificações dizendo que a natureza de um movimento revolucionário depende das “forças em presença”, e de que o único meio de a radicalizar, de torna-la “audazmente progressista”, seria unir a ação das “forças sociais correspondentes” que são o “povo” – entre camponeses, profissionais liberais e o proletariado. É singular que o título traga a ideia de que “a Revolução social deve ser obra de todos”, pois como comentamos a ideia de “revolução social” é muito enfatizada na teoria anarquista, e ao destacar que “povo” inclui “todos” (camponês, profissionais liberais e operariado), o texto apresenta uma visão ampla dos agentes que promoveriam a revolução, aqui o proletariado industrial não ocuparia a exclusividade do protagonismo, mas dividiria essa tarefa com camponeses e profissionais liberais das classe médias. Algo significativo porque apesar da aliança do operariado e campesinato ter se tornado um grande símbolo da Revolução Russa, e das alianças políticas com setores da “pequena burguesia revolucionária” não ser algo estranho na teoria marxista, essa visão também se aproxima da perspectiva mais ampla e geral

---

<sup>308</sup> Uma Revolução social deve ser obra de todos. **O 5 de Julho**, Rio de Janeiro, 1925. Ano 2, nº 47, p. 01.

que o anarquismo possui sobre os agentes da “revolução social”, que inclui até mesmo, ao lado de “todos que são oprimidos”, os “intelectuais de classe” (JONG, 2008, p. 55-56).

É necessário lembrarmos que, de acordo com algumas indicações historiográficas, os anarquistas José Oiticica e Edgard Leuenroth teriam voltado a se aproximar de Antonio Bernardo Canellas depois que ele criou o jornal *O 5 de Julho*, tendo até tido a colaboração episódica destes anarquistas nesse periódico (SANTOS, 2017, p. 216; KHOURY, 1988, p. 44). Essa possibilidade, aliado à formação anarquista do próprio Canellas, pode ter influenciado nessas ressonâncias do pensamento libertário neste artigo e também nesse imaginário político onde a “revolução brasileira” ideal é pensada em termos de uma “revolução social”.

Na mesma época, contudo, é enriquecedor acrescentar que anarquistas brasileiros voltaram a se manifestar no jornal *A Comuna*, da cidade do Porto em Portugal. Em artigo assinado por E. Viana, publicado pouco antes do artigo de *O 5 de Julho*, na edição de 21 de junho de 1925 daquele jornal, o autor expressa uma opinião severa, ainda mais crítica do que a dos anarquistas de *A Plebe* na ocasião da revolta tenentista de 1924:

Que a origem da revolução foi devido às concorrências políticas, ninguém poderá obscurecer; que ela contém que podemos subscrever, também é uma coisa incontestável; mas não nos enganemos quanto aos seus fins – reformas, que não sairão desse círculo vicioso – propriedade privada, salariedade, burocracia; enfim, o Estado procurando vestir-se com uma roupa de última moda, vindo da Europa, para lhes dar um aspecto mais moderno. (SAMIS, 2002, p. 119).

Isso é relevante para uma apreensão das opiniões díspares que ocorriam e de que havia anarquistas que desconfiavam completamente dos objetivos dos militares revolucionários, possuindo um entendimento realista da natureza do movimento. Porém, apesar das visões mais “heterodoxas” que apareciam em *O 5 de Julho*, também tinham aquelas que enalteciam os líderes do movimento e transpareciam as ideias típicas de vanguardismo e heroísmo, ainda mais nesse contexto em que as batalhas da Coluna Prestes estavam nos seu clímax – um tipo de texto que foi abundante nesse jornal nessa época:

Prestes, Siqueira Campos e outros bravos lidadores da Grande Revolução brasileira embrenharam-se audazmente no Centro do Brasil, de onde farão irradiar a acção militar do Exército Libertador. Será possível que, ainda d’esta vez, deixemos sozinhos esses valentes? Eles agora, no estado em que se puzeram terão que vencer ou morrer: deixaremos que se sobre eles se lancem tranquilamente as hordas bernardistas? Nada procuraremos fazer para alliviar a carga que peza sobre os hombros d’esses

heróis? Eles lutam e se sacrificam na esperança de um auxílio nosso. Ajudemol-os! Não o deixemos sózinhos! Soldados e marinheiros do Brazil! Cumpri o vosso dever, séde dignos d'esses vossos irmãos que nos campos de Goyas pelem pela liberdade e pela honra do Brazil!<sup>309</sup>

Nesse período, em fins de junho de 1925, a Coluna Prestes entrou em Goiás, como evidencia o artigo, cuja campanha nesse Estado se estendeu até agosto, quando a Coluna rumou para Minas Gerais. Na estadia em Goiás ocorreu a reorganização da Coluna, ficando agora o Coronel Luís Carlos Prestes como chefe do Estado Maior e o Coronel Antônio Siqueira Campos – também citado – como chefe do 3º Destacamento da Coluna (CARONE, 1975, p. 128-130). Aqui também são presentes representações importantes que sustentam um imaginário das lutas da Coluna Prestes como o “Exército Libertador”, e seus líderes Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos como os “bravos” lidadores (lutadores) da “Grande Revolução brasileira”. Conclama, mais uma vez, aos soldados do Exército legalista e indiretamente ao povo, a auxiliar o fardo dos ombros desses “heróis” que lutam pela liberdade e “honra do Brasil”. Para os militantes envolvidos na redação de *O 5 de Julho* a adesão e o apoio a Coluna revolucionária tinha que ser total e imediata, independente da natureza do movimento.

Em 1926, encontramos fontes jornalísticas que confirmam as diferenças e particularidades das interpretações entre os grupos políticos a respeito das lutas da Coluna Prestes e da situação política nacional. No jornal *O Solidario*, em um artigo sem autoria e já citado no tema sobre a organização operária, porém agora na sua primeira parte que aborda a situação do país, há várias comparações, com dados econômicos, entre a influência cada vez maior do capital estadunidense no Brasil e o capital inglês em declínio. Destacamos o trecho final:

Todos esses dados, embora summarissimos, demonstram claramente o gráo de independencia em que se encontra a economia brasileira em relação ao imperialismo financeiro, principalmente da City e de Wall Street. Ora, quem diz dependencia economica diz dependencia politica. Dahi que os antagonismos de interesse entre imperialismos yankee e britannico se reflectam inevitavelmente – e não raro determinadamente – nas lutas da politica nacional.

Com referencia, por exemplo, á revolta de 5 de julho, não poucos indicios mostram a Inglaterra apoiando os legalistas (agrarios) e os Estados Unidos apoiando os revoltosos (industriais e pequena burguezia).<sup>310</sup>

<sup>309</sup> Ajude-mos esses bravos lidadores. *O 5 de Julho*, Rio de Janeiro, 1925. Ano 2, nº 47, p. 03.

<sup>310</sup> Característicos da situação política nacional: factor imperialista. *O Solidario*, Santos, 10 mar. 1926. Ano 3, nº 40, p. 01.

Novamente a interpretação de que os levantes dos 5 de julho e a crise política que se arrastava no país eram uma consequência direta das influências dos imperialismos econômicos dos EUA e da Inglaterra se apresenta. Já enfatizamos o quanto estas visões dos comunistas foram influenciadas pelas interpretações do caso brasileiro que, de acordo com Pinheiro (1992, p. 63), eram realizadas pelas autoridades da IC com um alto grau de generalizações e devolvidas ao PCB na forma de diretrizes. Estas diretrizes começaram a ser desenvolvidas no II Congresso da IC em 1920 a partir dos debates sobre a questão colonial e nacional que pautaram a luta contra as políticas imperialistas do capital internacional. Contudo, a necessidade dos comunistas brasileiros, e estrangeiros, de fazer confirmar as teses elaboradas pela IC fizeram com que eles tendessem a enxergar as lutas tenentistas como expressão das lutas interimperialistas – e com “não poucos indícios” como dizem –, subestimando a autonomia dos interesses dos grupos políticos nacionais. Isso porque não há base documental e histórica que confirme esta visão, muito pelo contrário, as fontes indicam que tanto os governos dos EUA quanto da Inglaterra estavam preocupados com a crise brasileira – e condenavam a luta tenentista – porque receavam por seus negócios financeiros no país. Assim também como os industriais no Brasil estavam preocupados com suas propriedades e não apoiaram, de fato, os militares sublevados (PINHEIRO, 1992, p. 13, 74-77 e 80-82).

Em seguida apresentamos um artigo muito interessante de *O 5 de Julho* que demonstra o quanto as interpretações realizadas neste jornal eram significativamente diferentes das visões emanadas dos comunistas do PCB. Não é possível precisar a data exata em que foi publicado, mas, considerando a numeração avançada desta edição, desconfiamos que seja de meados de 1926. O texto faz uma profunda reflexão sobre se o Brasil estaria maduro ou não para uma revolução, extraímos:

Uma Revolução social é alguma cousa mais que a reacção contra a tyrannia: é sobretudo a mais formosa e positiva manifestação da vitalidade d’um povo. Uma collectividade, um povo, uma Nação incapazes de executar um movimento revolucionario, são corpos decadentes, degenerados ou retardatarios, condemnados á escravidão.

A Revolução é como na Mulher a puberdade, no Homem a virilidade, na Natureza a primavera. É a mostra do halito vital, da energia criadora, da força de expansão. Que povo ha hoje no mundo de força mais juvenil & bella e de maior poder renovador e conqui[s]tador, de mais profundo alento vital que o da Russia dos Soviets – esse admiravel povo slavo que d’uma autocracia semi-asiatica passou a um pre-socialismo avançado?

[...]

Assim, pois, vemos nós que a condição indispensavel d’uma Revolução é a existencia de uma pleiade, agrupamento, ou partido revolucionarios e de um



povo cozinhado pela propaganda d'esses agitadores e possuído da consciencia de seu estado social.

É o que infelizmente nos falta. Nem temos um grupo importante de intellectuaes dedicados á causa popular e nem temos um partido revolucionario. Tampouco tem o nosso povo consciencia do seu estado social.

[...]

Esse trabalho do esclarecimento das massas populares póde ser feito antes, durante ou após o assalto revolucionario. Eis porque se justifica o desencadeiamento da acção revolucionaria por uma minoria consciente, antes de o povo estar maduro para a Revolução – como presentemente se está a fazer no Brazil.<sup>311</sup>

O artigo inicia retomando mais uma vez a ideia de “Revolução social” e expressa várias representações de como seria esse tipo de revolução, que é a “manifestação da vitalidade de um povo”, da “puberdade”, da “virilidade” e da “primavera” – conferindo um sentido “naturalista”, como um fenômeno que espelha os ciclos da própria natureza e que, do contrário, um povo que não realiza um movimento revolucionário, degenera à escravidão. Assim, para os redatores de *O 5 de Julho*, a “Rússia dos Soviets” também é citada como um exemplo do “poder renovador” do povo eslavo, mas que, ao contrário dos militantes do PCB, que tendiam a identificar o regime russo como a concretização da ditadura do proletariado, nesse jornal a URSS era qualificada como um “pré-socialismo avançado”. Era uma diferença significativa, mas ainda assim a Rússia era vista como referência revolucionária inclusive para o Brasil – apesar de seu autoritarismo burocrático. De qualquer maneira, é curioso que estas visões “naturalistas” da “revolução social”, como um aperfeiçoamento contínuo e natural, são representações bem próprias do imaginário anarquista da transformação social – sendo que pela lógica anarquista, inclusive, o revolucionário libertário, aquele que luta contra as instituições autoritárias, é um “regenerador” que se esforça para restabelecer a evolução social em sua direção natural (WOODCOCK, 2007, p. 23-24).

É claro que não temos como precisar o grau de influência que os anarquistas tiveram sobre a redação de *O 5 de Julho* nessa época, mas temos que considerar que os debates que ocorriam pela imprensa operária e militante fizeram com que estas ideias fossem conhecidas e discutidas, além do fator das próprias relações pessoais entre os militantes que compunham estes periódicos, já que muitos deles, entre anarquistas e comunistas, se conheciam. E no caso de *O 5 de Julho* observamos que também há uma forte influência do pensamento marxista, mas o pensamento expresso nesse jornal é mais heterodoxo em relação ao dos militantes ligados ao PCB. Isso fica evidente na passagem: “a condição indispensável de uma revolução

---

<sup>311</sup> Não estaremos ainda maduros para a Revolução? **O 5 de Julho**, Rio de Janeiro, 1926. Ano 2, nº 75, p. 01-02.

é a existência de um partido revolucionário”, e de um povo “cozinhado” e consciente por sua propaganda. A centralidade do “partido revolucionário” é mantida, como normalmente se expressa na teoria marxista, mas em seguida alega-se que “o que infelizmente nos falta”, para o caso brasileiro, são “intelectuais dedicados à causa popular” e, também, a existência de um “partido revolucionário” – ignorando completamente a existência do PCB e demonstrando o seu lado dissidente. Assim, para os militantes de *O 5 de Julho*, o trabalho de conscientização das massas populares deve ser feito antes, durante e após “o assalto revolucionário” e isso, inclusive, era o que justificava “a ação revolucionária por uma minoria consciente”, antes do povo “estar maduro para a revolução”, o que era, para os redatores, precisamente o que estava acontecendo no Brasil – se referindo possivelmente as lutas da Coluna Prestes.

O jornal *O 5 de Julho* trazia nessa época por subtítulo em seu cabeçalho a frase: “A vitória da revolução é a nossa lei suprema”. Portanto, observamos ao longo da análise deste periódico, que o comprometimento com o apoio ao movimento tenentista e a perspectiva insurrecional nas visões da “revolução brasileira” – típicas do pensamento de Antonio Bernardo Canellas naquela época – permearam as interpretações deste jornal. Depois de tanto apelar para a opinião pública por um apoio efetivo à causa dos militares revoltosos, e diante daquele ano de 1926 em que as lutas da Coluna Prestes arrefeciam, este artigo é um exemplo interessante e rico das contribuições deste periódico no aprofundamento das reflexões, e do pensamento político militante, acerca das crises políticas que o país sofria.<sup>312</sup>

### **3. 2. 1927: o debate em campo aberto**

Ao iniciar o ano de 1927 uma nova e breve conjuntura se abre na política brasileira e também na dinâmica do movimento operário de esquerda, que estava em recuo e desarticulado devido ao autoritarismo do governo do presidente Arthur Bernardes desde 1924. Na eleição de março de 1926 foi eleito Washington Luís, então governador de São Paulo, como o novo presidente para assumir em novembro. Então, já no final de 1926, como presidente, Washington Luís decide terminar com o estado de exceção e com a suspensão da imprensa de oposição, intencionando em se mostrar como um presidente e um governo aberto ao apaziguamento (CARONE, 1974, p. 394). Os remanescentes da Coluna Prestes nessa

---

<sup>312</sup> Nesta seção sobre as “crises políticas da República” no período das Colunas Tenentistas registramos 34 textos jornalísticos classificadas nessa temática, sendo que foram analisadas nesta pesquisa 11 artigos desse total – incluindo o poema no início do capítulo.

época já estavam se dispersando e dirigindo-se para a Bolívia e para o Paraguai (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 340-341). Assim, a eleição de Washington Luís como candidato único ocorreu sem maiores problemas e o seu governo iniciou em um clima de relativa estabilidade, dando indícios de que os pactos entre as oligarquias estavam temporariamente recompostos (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 403).

A reabertura política permitiu, portanto, que o ano de 1927 experimentasse um revigoramento e um ressurgimento da plena atividade do movimento operário e de sua imprensa, permitindo que os debates e disputas ideológicas entre os anarquistas e comunistas retornassem à opinião pública em “campo aberto”, ou seja, sem as interferências das censuras do governo. Nesse ano as disputas entre libertários e marxistas são protagonizadas principalmente pelos jornais *A Plebe*, que volta a circulação, e do novo órgão oficial do PCB, o periódico *A Nação*. As polêmicas e denúncias sobre a repressão do governo anterior de Arthur Bernardes e suas vítimas – em grande parte do movimento operário – que sofreram na colônia penal de Clevelândia no Amapá. Como também as discussões em torno das sublevações militares e seus significados; das eleições estaduais que se realizaram naquele ano – em que os comunistas lançaram candidatos e formaram o Bloco Operário como uma plataforma de alianças políticas para estas eleições –, são, portanto, os assuntos principais que marcaram a produção jornalística da imprensa operária em 1927.

No entanto, a liberdade e os dias tranquilos para os militantes da imprensa operária duraram pouco. Devido ao recrudescimento da repressão internacional contra o movimento comunista, que desconfiava de que a agência comercial soviética na América Latina – sediada em Buenos Aires – servia de apoio para as atividades da IC, o governo brasileiro tendeu, novamente, para a repressão. Essa é uma época também marcada pelas disputas internas na URSS que se acirravam, pelo início de mudanças significativas na política da IC, pelos primeiros contatos entre o PCB e os líderes tenentistas e, também nesse período, Luís Carlos Prestes se encontrava exilado na Argentina. Assim, justificava-se as maiores suspeitas do governo brasileiro que decreta, por sua vez, a Lei Celerada em 12 de agosto de 1927, autorizando o governo a fechar associações e jornais – ocasião em que os periódicos *A Plebe* e *A Nação* são suspensos (DULLES, 1977, p. 272-276).<sup>313</sup>

---

<sup>313</sup> De acordo com Dulles (1977, p. 272-273) a Lei Celerada já começou a ser discutida no Congresso em maio, por pressão de bancos ingleses no governo, contra o comunismo. A respeito dessa conjuntura para o PCB e das desconfianças internacionais sobre a agência comercial soviética na Argentina, que serviram de justificativa para que o governo de Washington Luís aprovasse a Lei Celerada, Cf.: (PINHEIRO, 1992, p. 132-133). É importante dizer que Pinheiro explica nessa passagem que a União Soviética e os comunistas consideravam essas acusações como torpes, e de que elas não foram comprovadas, porém é uma possibilidade que não teve ser descartada.

Sendo assim, neste ano de 1927, a produção da imprensa operária foi intensa e abundante, ainda mais considerando que o jornal *A Nação* foi um impresso diário, então a quantidade de fontes jornalísticas catalogadas foi grande. Isso faz com que nos orientemos por um maior rigor classificatório na análise de nossos três temas, selecionando e expondo apenas uma pequena amostra, do que consideramos mais significativo, para a continuação dos objetivos desta pesquisa.

### **3.2.1. A luta política do proletariado**

Em nosso primeiro tema sobre a “organização operária” em 1927, observamos, na análise do conjunto das fontes jornalísticas, que as discussões na imprensa operária enfatizaram muito a questão de como deveria ser “a luta política do proletariado”. De como seria os seus caminhos e métodos e no que consistia, para a classe trabalhadora, uma luta que fosse “política”. Isso reflete, pelo que constatamos na catalogação das fontes, às maiores polêmicas e disputas que ocorriam entre os campos marxista e libertário. Polêmicas em torno das discussões sobre as eleições estaduais que ocorreram naquele ano, pois, pela primeira vez, uma eleição ao parlamento tinha a participação do PCB – enquanto autoproclamado representante da classe operária no Brasil. O PCB, portanto, inscreveu representantes que disputaram aquele pleito. A recusa a ação parlamentar pelos anarquistas e a intenção de disputar o Estado dos comunistas marcaram, portanto, o pensamento sobre a organização operária naquele ano.

Entretanto, esse foi um período em que também se destacam as questões a respeito da centralização, ou não, do movimento operário para efetivar essa luta política – sendo que os comunistas defendiam um modelo centralizado e os anarquistas preconizavam um federalismo descentralizado. Observamos que estas discussões já aconteciam na imprensa operária desde o início de nossa análise, mas, no ano de 1927, como veremos, os comunistas intensificaram a sua atividade sindical no sentido da centralização, tanto na discussão política na imprensa quanto na estruturação de novas organizações operárias. Isso, por sua vez, fez com que os anarquistas também intensificassem a devesa do federalismo libertário e buscassem reestruturar, e até recriar, associações operárias sob os preceitos do sindicalismo revolucionário, já que muitas tinham sido fechadas pela repressão.

No primeiro dia do ano, assim, apresentamos um artigo que é exemplar de como os comunistas brasileiros estavam encarando o movimento operário naquela conjuntura. Os

preceitos teóricos e ideológicos ainda continuavam os mesmos, mas há maiores considerações sobre a capacidade dos próprios trabalhadores. Sem autoria e publicado em *O Internacional* o texto disserta sobre a necessidade de organizar os trabalhadores dos “cafés”, os estabelecimentos que serviam café – já que o jornal era órgão do sindicato do setor de serviços alimentícios de São Paulo:

A falta de methodo e de uma analyse systematica na organização dos trabalhadores do Brazil, tem feito com que camadas de trabalhadores de grande importancia tenham ficado ao abandono. Ainda até bem pouco tempo, no Rio de Janeiro existia um sem fim de syndicatos do nosso ramo, sendo que estes todos juntos não valiam um caracol, só valiam para dividir os trabalhadores. Por ahi, pode-se analysar a falta de methodo e a incapacidade de organização dos dirigentes anarchistas e amarellos que na ancia de predominar na direcção dos syndicatos, não se importam com o enfraquecimento dos mesmos; quando não podiam dominar num lado, a ideia predilecta delles era a de criar outro syndicato onde elles pudessem ser os bandeiras.

O que nós precisamos hoje na época das grandes lutas de classes, é termos technicos capacitados para organizar as grandes massas desorganizadas. Em São Paulo precisamos organizar os empregados em cafés porque representam uma força.<sup>314</sup>

Para o autor do artigo, que se dirige aos empregados em cafés, o ramo se encontrava em abandono, sem organização, por “falta de método e de uma análise sistemática”, devido a “incapacidade” dos dirigentes anarquistas e amarelos (os reformistas). Estes dirigentes, assinala, apenas querem “predominar na direção” dos sindicatos, criando associações inúteis e dividindo os trabalhadores. Para contornar esta situação, o autor anônimo defende que o movimento operário precisa, nessa época de “grandes lutas de classes”, de “técnicos capacitados para organizar as grandes massas”, que estavam desorganizadas, isso porque os empregados em cafés de São Paulo representavam uma “força” política. Contudo, na intenção de deslegitimar os anarquistas no movimento operário, o texto afirma que estes não se importavam com o enfraquecimento dos sindicatos porque a intenção deles era de “dominar” os mesmos. Essa apreciação ignorava que a “neutralidade” política dos sindicatos e a liberdade individual dos associados, de expressarem as suas opiniões políticas, sempre tinham sido defendidas pelos anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário, e que isso até tinha gerado discussões no interior do movimento libertário para que esta neutralidade continuasse a ser respeitada, que em grande parte se mantinha como o princípio dos anarquistas naquela

---

<sup>314</sup> Organizemos os empregados em cafés. *O Internacional*, São Paulo, 1 jan. 1927. Ano 7, nº 113, p. 02.

época, apesar das inclinações ao anarcossindicalismo no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2018, p. 221-222 e 235).

Este artigo também é citado por Munakata (1984, p. 49-50), de forma que este autor salienta que este texto expressa, numa visão “levada às últimas consequências”, a concepção de que os trabalhadores são incompetentes, por eles mesmos, para decidirem sobre a sua própria luta, pois não possuem uma visão “realista” que só os dirigentes comunistas possuem. Assim, a tomada de decisões, que é um ato político, torna-se uma questão “técnica”, que é independente da vontade dos interessados. Estes “técnicos” seriam os únicos capacitados para “organizar as grandes massas”, como diz o texto, e Munakata confere relevo ao quanto essa concepção, que se corporificava nos sindicatos comunistas, foi um elemento burocratizante no movimento operário – problema este, como veremos, que vai se tornar cada vez mais agudo com o passar dos anos.<sup>315</sup>

Alguns dias depois, no jornal *A Nação*, que se iniciava há pouco tempo em sua nova fase comunista, agora como órgão oficial do PCB, encontramos, na sua página sindical, um artigo paradigmático de como os comunistas entendiam a luta operária e, portanto, a luta política do proletariado. Assinado apenas sob as iniciais “N. B.”, o autor se refere as várias tendências em disputa no movimento operário e de vários episódios de lutas da classe trabalhadora no Brasil, para dar exemplos e explicar o seu ponto de vista. Porém, as suas críticas se concentram mais nos anarquistas:

Que é política? É a luta revolucionaria pela conquista do Estado. Nós achamos que o sindicato e o Partido Comunista são órgãos de preparação do proletariado para a luta pela conquista do Estado (governo). [...]  
Os anarquistas reduzem a luta politica á luta eleitoral; é o mesmo que desejar reduzir um elephante a um grillo. Tal concepção, além de revelar estreiteza, revela uma profunda ignorancia por parte dos anarquistas.  
Para nós, a luta eleitoral é apenas uma parte da luta politica.  
Dizer que o sindicato nada tem com politica, é dizer que o sindicato nada tem com a emancipação dos trabalhadores. Numa gréve de salarios, o primeiro choque dos grevistas com a policia, logo transforma a gréve, de simples movimento economico, num movimento politico. Toda luta economica é uma luta politica, é uma luta de classes, e vice-versa.<sup>316</sup>

<sup>315</sup> A concepção de que os comunistas tinham a visão mais “realista” da luta do movimento operário remonta a Marx, onde os comunistas são tidos como os portadores da teoria e que tem a vantagem, sob o restante da classe operária, de compreender as condições gerais do andamento da luta proletária (MARX; ENGELS, 2007b, p. 59). Disso decorre, assim, a concepção de Lênin de que o partido comunista deveria ser um partido operário de vanguarda da classe, onde a teoria socialista seria introduzida pelo partido entre os trabalhadores, pois o partido era o elemento “consciente” da classe operária (JOHNSTONE, 1985a, p. 116-117; JOHNSTONE, 1985b, p. 14 e 16).

<sup>316</sup> O Sindicato e a Política. *A Nação*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1927. Ano 2, nº 277, p. 03.

O artigo é publicado numa coluna central da página sindical do jornal, em destaque. Isso é importante porque esta página, a 3ª, era umas das principais de *A Nação*, onde se concentravam a maior parte das discussões sobre a organização operária e as notícias a respeito dos sindicatos. Essa passagem é fundamental por revelar não só a visão da luta política que os comunistas tinham como também a visão que eles possuíam dos anarquistas. O autor deixa claro que para ele a luta política consistia na conquista do Estado pelo proletariado, e que os sindicatos e o Partido Comunista eram “órgãos de preparação” para isso – de acordo com a teoria marxista. Contudo, ele alega que os anarquistas “reduzem a luta política à luta eleitoral”. O que revela “estreiteza” e “ignorância”, pois para eles (os comunistas) “a luta eleitoral é apenas uma parte da luta política” – já que eles almejam a conquista do Estado.

É interessante observar que o autor enfatiza a “estreiteza” do pensamento dos anarquistas onde estes últimos “reduzem à luta política a luta eleitoral”, sendo que quem se lançam à luta eleitoral são os comunistas – mas é claro que o autor se refere aqui às críticas que os anarquistas dirigiam a ação eleitoral. No entanto, entendemos que esse texto também revela a falta de compreensão e os preconceitos em relação as concepções de luta política dos anarquistas, que como já destacamos foram típicas de suas ideologias adversárias, em especial o marxismo. Isso porque recordemos que o anarquismo é uma doutrina política que se recusa a recriar novas formas de relação “centro-periferia” (a relação assimétrica e autoritária entre o governo-centro e a população governada periférica ao poder), propondo uma outra lógica política e não negando a política (JONG, 2008, p. 39). Assim, os adversários dos anarquistas, muitas vezes em suas críticas, não tomavam o ponto de vista do próprio anarquismo para criticá-lo, acabando por analisar a doutrina ácrata a partir de “padrões políticos de poder”, dentro da lógica “centro-periferia”, que o anarquismo nega (JONG, 2008, p. 39).

É necessário também esclarecer a passagem quando o autor critica os anarquistas por estes alegarem que “o sindicato nada tem com política”, já que a “luta econômica é uma luta política, que “é uma luta de classes e vice-versa”. Ao que parece a necessidade de combater a tendência anarquista no movimento operário fez com que os comunistas ignorassem toda a plataforma e as discussões políticas do movimento anarquista a respeito da luta sindical. Já haviam debates no movimento anarquista internacional, promovidas em grande parte por Malatesta, que foi uma das principais referências teóricas do anarquismo brasileiro, a respeito das lutas políticas da classe operária nos sindicatos. O anarquista italiano objetou que a luta meramente econômica dos sindicatos, sem as discussões políticas orientadas pelos ideais anarquistas revolucionários e sem uma organização política anarquista, levariam os sindicatos

à “acomodação dentro da ordem”, se limitando por conquistas residuais e abandonando a perspectiva de classe e a luta sistêmica contra o capitalismo (OLIVEIRA, 2018, p. 213-214).

Assim, ao destacar que para os anarquistas “o sindicato nada tem com política”, o autor reduz toda a teoria anarquista a respeito dos sindicatos pela simples negação da “política”, que para os comunistas se mantém na lógica “centro-periferia” por entender a “política” pela conquista do poder do Estado. O autor se atém, na verdade, ao aspecto da negação da “política institucional” dos sindicatos orientados pelo sindicalismo revolucionário ou pelo anarcossindicalismo, que preconizam a “ação direta” – o não aparelhamento da luta sindical a partidos políticos e a governos. A tática e as estratégias da ação direta que eram defendidas pelos anarquistas, apesar de seus limites, representaram a emergência de bandeiras políticas autônomas da classe trabalhadora brasileira em um ambiente de quase total exclusão de canais institucionais de reivindicação – devido aos limites do liberalismo oligárquico da Primeira República (OLIVEIRA, 2018, p. 218). Assim, ao contrário do que alega o artigo de *A Nação*, os anarquistas não ignoravam a perspectiva classista da luta política e, do ponto de vista libertário, a negação do Estado e de suas instituições também era uma luta política.

É de notar que estas críticas dos comunistas publicadas em *O Internacional* e *A Nação* são de inícios do ano de 1927, em janeiro, quando a imprensa anarquista ainda estava se recuperando do longo estado de exceção, o que demonstra que para os comunistas os anarquistas ainda consistiam como os principais adversários a combater. Tão logo, não obstante, o clima das discussões se eleva em fevereiro com a volta de *A Plebe* no “debate em campo aberto” da imprensa operária. Em um artigo sem autoria, que possivelmente foi elaborado pelo corpo de redatores do jornal, os anarquistas lançam críticas diretas as intenções dos comunistas de disputarem as eleições daquele ano, com uma grande dose de ironia e sarcasmo – onde no título já se referem àquele pleito como “a próxima feira eleitoral”, dando a entender que é onde tudo se barganha. Separemos as passagens:

Em regra, as eleições no Brasil, feitas sem eleitores, passam despercebidas para o grosso do publico. Desta vez, porém, as proximas eleições para o parlamento federal promettem ter, pelo menos no Rio, um pouco mais de animação.

[...]

Estão sendo postos em pratica todos os manejos da politiquice corruptora. Socialistas agua-de-rosa e bolchevistas palavrosos, no mesmo afan da caça ao voto, formam conlicios com candidatos mais ou menos sociaes e formam blocos em nome dos trabalhadores para depois poderem chegar á gamella parlamentar.

E tudo isso fazem para *beneficiar o proletariado*, jurando que defenderão os seus direitos.



A historia do parlamentarismo está cheia dessas miserias.

[...]

Não confieis nos salvadores. Elles só poderão dar-vos leis, direitos inscritos num papel, trapos sem valor, ou carregar-vos de impostos, para vos offerecerem melhoramentos... á vossa custa. Uni-vos, estudaee, agi; adquiri a consciencia dos vossos direitos, fazei-voz fortes, pela organização, pela acção e pelo estudo, para resistir á exploração e ás prepotencias, venham donde vierem. Agi vós mesmos, porque ninguem vos salvará, senão vós proprios.<sup>317</sup>

Os anarquistas salientam que as eleições no Brasil, “em regra”, são feitas sem eleitores, e por isso “passam despercebidas para o grosso do público”. Isso não era uma simples crítica as eleições e sim uma constatação. Apesar do regime político no Brasil daquela época ser formalmente representativo e democrático a exclusão dos analfabetos (maioria da população), do corpo eleitoral, fez com que, ao longo de toda a Primeira República, os eleitores oscilassem entre 1,4% a 3,4% do total da população brasileira (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 390 e 411). Questões estas que já foram comentadas e que propiciaram uma cultura operária avessa e distante do pleito eleitoral, o fato do voto ser aberto e as eleições controladas pelos partidos situacionistas sempre dificultara enormemente um socialismo parlamentar no Brasil (BATALHA, 2000, p. 22).

Naquela eleição de 1927, entretanto, os anarquistas esperavam, ironicamente, “um pouco mais de animação”, pelo menos, como dizem, no Rio de Janeiro. Esta fonte também é citada por Dulles (1977, p. 261 e 277), mas sem grandes aprofundamentos. Este historiador explica que o PCB tinha lançado a candidatura de João da Costa Pimenta – gráfico e um dos fundadores do partido – como candidato do primeiro distrito daquele Estado para disputar as eleições federais para o congresso, marcadas para 24 de fevereiro de 1927. Nessa ocasião, o jornal *A Nação* lançou uma carta aberta (publicada nesta folha em 5 de janeiro de 1927) dirigindo-se ao Partido Socialista e a outros políticos proeminentes das causas sociais, onde os comunistas propunham a formação de um “Bloco Operário” para disputar as eleições (DULLES, 1977, p. 256-257). Por isso, o artigo de *A Plebe* expressa que “socialistas água de rosa” e “bolchevistas palavrosos”, caçando votos, formam “blocos em nome dos trabalhadores”, e que isso era uma “politiquice corruptora”. Ao direcionarem estas críticas, realçando que estes candidatos tencionam “beneficiar o proletariado”, “jurando que defenderão os seus direitos”, mas que isto consistia na história de “misérias” do

---

<sup>317</sup> A próxima feira eleitoral. *A Plebe*, São Paulo, 12 fev. 1927. Ano 11, nº 245, p. 03.

parlamentarismo, os anarquistas não estavam apenas se opondo politicamente aos comunistas como, também, se fundamentando na própria teoria ácrata.<sup>318</sup>

No final, encontramos elementos importantes que denotam as particularidades do pensamento dos anarquistas de São Paulo diante daquelas eleições. Onde adverte-se os eleitores: “Não confieis nos salvadores”. Desenvolvendo o argumento de que estes “salvadores” não poderiam oferecer nada a seus eleitores além de burocracias, impostos e “melhoramentos a vossa custa”. Aconselha e defende, assim, a união, o estudo, a organização e a ação do povo para atingir a “consciência dos vossos direitos”, fazendo-se “fortes” para resistir à exploração “venham donde vierem” – o que pode incluir os partidos de esquerda, socialistas e comunistas. É relevante notar que, ao contrário dos comunistas que acreditavam que a verdadeira consciência socialista só poderia ser introduzida na massa operária pelo partido revolucionário, pela “vanguarda consciente”, os anarquistas deixam claro que a “consciência” depende da ação e da vontade individual e espontânea. E asseveram nesse sentido: “Agi vós mesmos, porque ninguém vos salvará, senão vós próprios”.

Isso é fundamental porque revelam aspectos centrais do anarquismo, já que esta doutrina tem uma perspectiva política orientada para a “periferia”, ao propor a união popular por meio da organização de unidades autogeridas, unidas pela luta contra a ordem existente, onde os meios de luta já são os germes da sociedade futura (JONG, 2008, p. 59). Enquanto a concepção marxista defende o uso de instrumentos e formas de organização políticas criadas pelas classes dominantes (partido, Estado), os anarquistas argumentavam que isso só geraria mais opressão (JONG, 2008, p. 60). Assim, para os anarquistas, socialismo e progresso significavam a libertação da sociedade existente, a liberdade para o ser humano atual, enquanto que no marxismo a ênfase está na sociedade futura (JONG, 2008, p. 65). A ênfase na “consciência” a partir da própria busca pessoal são indícios do pensamento de Malatesta entre os libertários de São Paulo, onde a “anarquia” e a luta contra a opressão só podem ser frutos da vontade daqueles que não querem este estado de coisas, respeitando à personalidade

---

<sup>318</sup> Para os anarquistas, desde os inícios da formulação das doutrinas libertárias, reconhecia-se que a oposição à participação do movimento operário na instituição parlamentar se devia, primeiramente, ao próprio caráter de classe do parlamento, visto que essa era uma instituição própria da classe dominante que controla o Estado – que estaria sempre pronta, portanto, em sabotar a democracia parlamentar e prol de seus interesses e desviando o proletariado de seu programa político. Dessa forma, o Estado, para os anarquistas, quaisquer que sejam a sua constituição política, tende sempre à lógica interna da centralização e da concentração de poder. Assim, o sistema representativo era uma forma da burguesia garantir que as reivindicações da classe operária fossem diluídas numa representatividade fictícia, que permitem realizar duas condições indispensáveis à economia capitalista: a centralização do Estado e a submissão da soberania do povo à minoria dominante. Cf.: (BERTHIER, 2018, p. 109, 115 e 118). Em relação as candidaturas do PCB naquelas eleições o candidato do partido João da Costa Pimenta obteve expressiva votação, mas não foi eleito, enquanto outro candidato, Azevedo do Amaral, foi de fato eleito (DEL ROIO, 2007a, p. 237).

individual de cada um. É uma luta ontológica em que se trata de “educar para a liberdade”, de tonar as pessoas, que estão acostumadas à obediência e à passividade, “conscientes de sua própria força” (AVELINO, 2004, p. 45). Por isso, acreditamos que não podemos simplesmente dizer que nesse artigo de *A Plebe* os anarquistas estavam apenas repetindo formulações ideológicas que eles já defendiam desde antes, nas condenações contra as eleições, de forma estática, como uma simples reprodução de princípios. As bases teóricas deles continuavam sendo as referências do anarquismo internacional, mas eles estavam considerando também uma situação nacional, onde pela primeira vez um partido que tinha ligações com a classe operária, o PCB, iria disputar as eleições.<sup>319</sup>

No mês seguinte, o periódico *A Nação* publica um artigo na sua página sindical que ataca os métodos anarquistas de organização dos sindicatos, deixando bem claro as divergências de princípios e concepções políticas entre dois modelos opostos de organização – o modelo libertário e o modelo marxista. O texto é assinado como P. Lavinias, mas não sabemos se este nome se trata de um pseudônimo ou não, pois não conseguimos obter nenhuma informação sobre o autor, que assim se expressa:

Duas tendencias se debatem hoje em dia, no movimento syndical de todo o mundo.

A tendencia federalista, esposada pelos anarchistas e pelos anarcho-syndicalistas, nesta luta de princípios, vae cada vez perdendo terreno.

A centralista é a que mais se impõe aos operarios, como o meio mais efficaz de lutarem contra a burguezia.

Entre nós, prevalecia, até bem pouco tempo o federalismo anarchico.

[...]

O resultado disto, foi a dispersão das forças, a desagregação, e o estado de fraqueza em que se encontra o proletariado, diante da offensiva patronal.

A tendencia centralista, cada vez mais se impõe. Em vez dos sindicatos de officio, os sindicatos de industria. Em vez das federações autonomas, as federações locais, federações nacionais de industria e, como remate, a Confederação Geral do Trabalho, organismo por excellencia centralizador de todo o movimento syndical.

Esta organização é a que mais consulta os interesses do proletariado na época actual de capitalismo, centralizado, solidamente organizado.<sup>320</sup>

<sup>319</sup> Fazemos estas ponderações para salientar o caráter dinâmico do pensamento político dos anarquistas, já que eles partiam da própria compreensão que tinham da realidade que viviam, ainda que seja para “chegar as mesmas conclusões”, como diz Bonomo (2007, p. 149-150), onde esta fonte também é citada. Este historiador alega que os anarquistas não fizeram nenhuma avaliação da conjuntura econômica, social e política do país para avaliar aquele pleito eleitoral neste artigo, se resumindo a expressar as “mesmas conclusões”, Cf.: (BONOMO, 2007, p. 150). Contudo, acreditamos que isso não anula o aspecto “dinâmico” do pensamento deles até mesmo porque, como enfatizamos, os anarquistas partiam de uma análise política a partir da perspectiva “periférica” e, talvez por isso, uma “avaliação de conjuntura” daquela forma não era interessante ou necessária naquele momento.

<sup>320</sup> Centralismo ou federalismo? *A Nação*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1927. Ano 2, nº 323, p. 03.

Primeiramente, P. Lavinias afirma que duas tendências se debatem atualmente no movimento sindical, a tendência federalista dos anarquistas e a centralista – que se mostra “como o meio mais eficaz” na luta contra a burguesia. Tanto que o autor deixa claro que o federalismo anárquico, que antes prevalecia, resultou na “dispersão de forças” do proletariado e no seu “estado de fraqueza”, por isso que a tendência centralista “cada vez mais se impõe”. Este artigo também é citado por Munakata (1984, p. 44-45) como exemplo das visões opostas entre anarquistas e comunistas sobre o sindicalismo, onde o autor explica, que por estas divergências, quando os comunistas propõem a realização de um Congresso Sindical Regional no Rio de Janeiro, que seria o núcleo inicial da CGT – a Confederação Geral do Trabalho, citada no artigo – os anarquistas rejeitam o convite. Contudo, devemos considerar que o sindicalismo anarquista não perdia força simplesmente por seus erros e limitações, como afirma Lavinias, mas devido às mudanças de condições históricas. Com a emergência das primeiras leis trabalhistas, a dinâmica da luta política estava se modificando: se antes os anarquistas conquistavam terreno por meio da ação direta contra um Estado que nada garantia, agora, os anarquistas se recusavam a fazer cumprir as leis, já que isso era um contrassenso para uma doutrina política que objetivava a abolição do Estado – o que permitiu que os comunistas ganhassem mais terreno já que estes pressionavam por estas leis (MUNAKATA, 1984, p. 41-42).

Isso é importante de se considerar porque este artigo de *A Nação* denota uma inclinação ao centralismo burocrático dos comunistas para o movimento operário, que inclusive influenciariam nas críticas que os anarquistas fariam, cada vez mais, a partir dessa época, como veremos adiante. Esta visão centralizadora se expressa quando Lavinias defende que, no lugar dos “sindicatos de ofício” – típicas do sindicalismo revolucionário –, se impunham os “sindicatos de indústria”, que abarca várias categorias profissionais – seguindo a tendência das propostas dos comunistas já analisadas anteriormente. O objetivo, portanto, era criar a CGT, que seria o “organismo por excelência centralizador de todo o movimento sindical”.

Essa visão centralizadora da utopia comunista se expressa com todo o vigor quando o artigo diz que o centralismo é adequado à época atual do capitalismo, que está “solidamente organizado” e, portanto, corresponde melhor aos “interesses do proletariado”. Isso espelha uma perspectiva política vista a partir do “centro”, não só porque busca criar novos “centros” políticos de poder como também por ter por referência o desenvolvimento do próprio capitalismo para a instauração do socialismo, que foi próprio do pensamento de Marx (JONG, 2008, p. 52 e 59). Esta visão utópica, da construção do socialismo a partir da centralização das

organizações operárias, que tanto fez parte do imaginário comunista, articula-se nesta fonte com a própria posição do artigo no jornal, pois a página sindical de *A Nação* era muito importante e graficamente bem elaborada – trazendo em seu cabeçalho um desenho da famosa estrela comunista (simbolizando a união proletária) com a foice e o martelo no centro, uma estrela que brilha irradiando luz sobre chaminés de fábricas.

Na verdade, desde 1926, depois que o governo criou o CNT (Conselho Nacional do Trabalho), para discutir a situação do trabalho e da legislação social, o PCB passou a articular a criação do Comitê pró-CGT e uma campanha mais intensa de sindicalização (DEL ROIO, 2007a, p. 236). Assim, neste contexto em que a política sindical dos comunistas ganhava força, e principalmente pelo órgão *A Nação*, eles passaram a pressionar o CNT para que se fizesse cumprir a legislação trabalhista em implementação (MUNAKATA, 1984, p. 55-56). Então, a partir dessa época, os comunistas entram cada vez mais em conflito com os anarquistas por estes se recusarem a aceitar as leis trabalhistas, e, como fica evidente no artigo a seguir, as leis de férias representaram o centro das contendas:

Edgard Leuenroth declarou, na convocação operaria da U. T. Graphics, que o operariado devia despreocupar-se da lei de férias, porque era uma lei burguesa, e o operariado nada devia esperar da burguezia.

Por que?

Nós, os operarios, nada temos com as intenções da burguezia, ao votar e sancionar a lei. O que sabemos é que a lei existe, que nos beneficia, que nos dá 15 dias de férias – e assim tem que ser cumprida.

Lutaremos denodadamente para que ella seja cumprida.

[...]

Você, Edgard, cada vez mais põe á mostra a sua tactica de parlapatão, a sua tactica de reformista “á rebours”, tal qual esse bobo-alegre de Oiticica ou essa bexiguinha de púz que se chama Domingos Passos.

[...]

O proletariado terá a lei de férias – embora os anarchoides não queiram, embora os anarchoides se colloquem ao lado dos patrões contra os trabalhadores!<sup>321</sup>

Esse artigo é um dos inúmeros em que *A Nação* publicou nesse período atacando os anarquistas pelas críticas que os libertários faziam contra a lei de férias, muitas vezes com um alto grau de difamação. Deslegitimar a atuação de anarquistas importantes no movimento operário como Edgard Leuenroth, José Oiticica e Domingos Passos – que como comentaremos eram os principais opositores nessa época à política dos comunistas –, ao que parece, era um imperativo, já que depois das eleições de fevereiro o PCB se concentrou na reorganização do movimento trabalhista (DULLES, 1977, p. 261). Apesar de evitarmos as

<sup>321</sup> O Papa dos anarchoides falou... *A Nação*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1927. Ano 2, nº 346, p. 02.

fontes jornalísticas que se estendem em ataques pessoais, este artigo, sem autoria, demonstra a disposição dos comunistas de lutarem por esta lei – afinal eles passaram a explorar as demandas políticas e institucionais pela elaboração da legislação trabalhista. Contudo, ao contrário do que diz o artigo, os anarquistas não estavam contra os trabalhadores por se objetarem contra a lei de férias, eles tinham os seus motivos e a resposta libertária veio logo em seguida:

A lei das férias, votada pelo Congresso Nacional num de seus momentos de displiscencia, está sendo objeto de discussões e deliberações no seio de algumas associações operarias.

[...]

Ha os mystificadores, que, apregoando-se revolucionarios, que, affirmando que sómente com a quéda da burguezia o operariado melhorará de situação, defendem a lei das férias como chamariz para attrahir os trabalhadores para o seu rebanho. Nas reuniões declaram estar convencidos da inutilidade das leis, mas que, não por elles (os desinteressados!); mas pelos operarios é que acceitam a lei. Esses são os tartufos, os embrulhões, os mentirosos, os inimigos da revolução proletaria. Nesse caso estão os bolchevistas.

E ha os anarchistas, inimigos declarados das leis, porque são emanação da engrenagem burgueza e não podem ferir os interesses da burguezia; porque estão convencidos pelo ensinamento da historia de que as leis só servem para illudir os pobres, os trabalhadores, as victimas da tyrannia burgueza; porque sabem, pela experiencia de toda a parte e de todos os tempos, que, confiando nos illusorios beneficios das leis, os trabalhadores desprezam, abandonam a lucta em prol de sua emancipação com receio de perder a migalha cahida dos banquetes capitalistas; porque sabem que mesmo quando uma lei possa beneficiar os trabalhadores, ella só será executada onde e quando os proprios trabalhadores a fizerem executar pela sua acção decisiva.<sup>322</sup>

Discutir a natureza da legislação trabalhista e o apoio ou não à lei de férias era central nas disputas pelo movimento operário entre anarquistas e comunistas, pois, no fundo, isso envolvia a oposição entre dois modelos distintos de organização sindical – o federalismo e o centralismo – além de ser também o choque entre dois projetos políticos opostos de transformação social: o marxista e o anarquista. *A Plebe*, no ano de 1927, se apresentava como “Periódico Libertário” e tinha o nome de Rodolfo Felipe como diretor e gerente, mas a sua publicação era quinzenal, não mais um semanário como era antes, talvez o jornal tenha passado por dificuldades materiais neste ano mas não encontramos referências que apontem as causas desta mudança. De qualquer maneira, assim, a capacidade de emitir respostas dos anarquistas eram mais limitadas, diante da dos comunistas que estavam de posse de um impresso diário como *A Nação*.

---

<sup>322</sup> A Lei das férias e os trabalhadores. *A Plebe*, São Paulo, 9 abr. 1927. Ano 11, nº 249, p. 02.

Neste artigo de *A Plebe*, também sem autoria, os anarquistas condenam os comunistas por defenderem a lei de férias, pois, apesar destes últimos apregoarem a revolução e a queda da burguesia, se utilizam da defesa desta lei “como chamariz para atrair os trabalhadores para o seu rebanho”. Isso porque, segundo os anarquistas, os bolchevistas declaram a inutilidade das leis, mas a aceitam pelos operários, sendo “os desinteressados” – apontando de forma irônica – e, com isso, condenam os bolcheviques como mentirosos e “inimigos da revolução proletária”. Os anarquistas justificam a visão deles em seguida dizendo que são contra as leis porque elas são a “emanação da engrenagem burguesa”, que só servem para “iludir os pobres” e que nunca podem ferir os interesses da própria burguesia – o que revela o ponto de vista “periférico” da política. Argumentam ainda que, devido a própria experiência histórica, os benefícios das leis acabam servindo para iludir os trabalhadores, que passam a desprezar e a abandonar a luta de sua própria emancipação com receios de “perder a migalha dos banquetes capitalistas”. Por último, os libertários ainda enfatizam que mesmo quando uma lei pode beneficiar os trabalhadores esta lei só é executada pela “ação decisiva” dos trabalhadores, isto é, pela pressão de sua organização.

Esta visão dos anarquistas não era simples retórica para manter uma oposição política aos comunistas. Devemos lembrar que já a partir de 1919 o processo de burocratização dos sindicatos, com o início da legislação trabalhista, que será reforçada com a criação do CNT em 1923, resultou num processo de regulamentação da autonomia dos sindicatos – fenômeno este que foi intensificado pela pressão de partidos políticos pela efetivação destas leis, particularmente o PCB (BONOMO, 2007, p. 83; VIANA, 2006, p. 40). A lei de férias foi estabelecida pelo governo em 1925 e, quando o PCB lança o Bloco Operário como uma frente ampla para a disputa legislativa de fevereiro, a sua plataforma política envolvia pressões para a regulamentação da legislação social (BONOMO, 2007, p. 83; DULLES, 1977, p. 256). Por isso que, no último artigo de *A Nação*, se diz que os operários nada tinham a ver com as intenções da burguesia “ao votar e sancionar a lei”.

O que ocorreu, no entanto, é que com o modelo de centralização dos sindicatos dos comunistas, a partir da elaboração da CGT naquele ano, em todos os níveis de organização, dos sindicatos às Federações – e a FSRR, Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, núcleo territorial da CGT, tinha sido criado pelos comunistas naquela época – impõem-se, assim, uma série de normas aos associados e sindicatos que tinham agora de prestar contas e obedecer as diretrizes das instâncias superiores (MUNAKATA, 1984, p. 45-47). Um tipo de organização, devemos lembrar, que não existia e era condenado no sindicalismo revolucionário defendido pelos anarquistas. Todo este aparato organizativo dos comunistas

colocava os sindicatos e seus associados sob vigilância e controle, adequando a ação dos sindicatos, de acordo com os comunistas, a “objetivos maiores”, criando um modelo de organização em que os trabalhadores perdiam a sua decisão política, pois agora as decisões dos sindicatos – sob a influência comunista – se tornavam uma “questão técnica” a ser decidida pelas instâncias superiores, inclusive sobre a decretação de greves (MUNAKATA, 1984, p. 47-50). O paradoxo desta situação era que para conquistar o controle pelos trabalhadores das condições de trabalho, os trabalhadores acabam reforçando uma forma de organização que os controla. E essa política comunista funcionou, utilizando-se dessa força sindical centralizada sob seu controle para intensificar as mobilizações em torno da aplicação efetiva das leis trabalhistas, sobretudo a de férias (MUNAKATA, 1984, p. 55).

Isso é importante para contestarmos as “explicações totalizantes” sobre a “ineficiência” do sindicalismo anarquista, pois a importância que os comunistas passaram a adquirir no movimento sindical, mais intensamente a partir dessa época, também se explica pelo pragmatismo dos militantes marxistas nas leituras das necessidades de seu tempo. Com o avanço do Estado corporativo no Brasil, com a promoção da legislação trabalhista pelo governo, os comunistas tomavam espaços no movimento sindical antes ocupados pelos anarquistas que, em recuo, lentamente perdiam o protagonismo da luta política por recusarem a legislação social – que foi amplamente explorada pelos comunistas (MUNAKATA, 1984, p. 41-42; SAMIS, 2002, p. 296). Assim, os comunistas promoveram a burocratização sindical e se beneficiaram politicamente com a burocratização imposta pelo governo, uma estratégia que se mostrou bem-sucedida para o isolamento dos anarquistas.

Esta fonte de *A Plebe* também é citada por Bonomo (2007, p. 83-84), mas sem grandes aprofundamentos em relação às questões suscitadas pelos debates com os comunistas sobre a burocratização sindical – mesmo porque ele não utiliza a imprensa comunista como documentação. Dessa forma, este autor conclui, sobre a postura dos anarquistas em relação à legislação trabalhista, que estes se preocuparam em denunciar o caráter coercitivo destas leis e estiveram na vanguarda do movimento pela manutenção da autonomia sindical contra o intervencionismo estatal (BONOMO, 2007, p. 95). Este artigo de *A Plebe* evidencia isso, mas acreditamos que podemos acrescentar que, mais uma vez, os anarquistas demonstravam, ainda que indiretamente, que o pensamento político dos libertários se articulava de forma dinâmica em relação aos acontecimentos de seu tempo, que eles buscaram soluções e respostas às críticas que os comunistas direcionavam aos métodos dos anarquistas, ao denunciarem a burocratização dos sindicatos. Ainda que seja, portanto, reforçando posicionamentos políticos já estabelecidos pela doutrina ácrata, pois destacamos, novamente, que isso não pode ser



compreendido como mero dogmatismo ideológico, pois assim desconsideraríamos que, para os anarquistas, a própria ética libertária se pauta na efetivação da atitude antiautoritária – não se limitando a simples persuasão lógica ou teórica (AVELINO, 2004, p. 34 e 36).

Neste ano de 1927 registramos muitos artigos em *A Nação* que entraram em conflitos ideológicos com os anarquistas, porém estes textos contêm muitos ataques pessoais e difamatórios, principalmente contra Edgard Leuenroth, José Oiticica e Domingos Passos. Como estes militantes eram as principais lideranças anarquistas no movimento operário – e que estavam em oposição a política dos comunistas na imprensa – as críticas recaíram contra eles, e de maneira caluniatória, como quando Edgard Leuenroth é criticado por uma viagem que ele fez aos EUA para participar de um congresso de imprensa (DULLES, 1977, p. 264-268). Decidimos, mais uma vez, por não abordar esta documentação e nos concentrarmos nos artigos que mais contribuem para a compreensão do pensamento político dos grupos envolvidos.

Em meados do ano, *A Plebe* publicou artigos relevantes de Domingos Passos, o militante libertário negro, que reforçavam a concepção anarquista do sindicalismo. Primeiramente, ele dissertou sobre considerações importantes que envolvem, também, a luta política do proletariado:

O verdadeiro syndicalismo é revolucionario, porque procura estabelecer novas normas nas relações sociaes. A acção directa é a principal característica dos syndicatos operarios revolucionarios, em contraposição á acção indirecta, que constitue a norma principal das organizações operarias de orientação marxistas ou socialistas, burguezas ou indefinidas. Nas luctas pela acção directa o trabalhador, como principal interessado nas questões, é chamado a agir directamente contra os seus exploradores, enquanto que pela acção indirecta, preconizadas pelos marxistas, burguezes e socialistas o trabalhador é levado a entregar nas mãos de felizardos politicos, ditos proletarios, todos os seus interesses sociaes. É o colaboracionismo, intelligentemente arrastado para as esferas proletarias.<sup>323</sup>

Este artigo de Domingos Passos, até onde conseguimos observar em nossa pesquisa, não foi citado em nenhum trabalho historiográfico que consultamos. É interessante que ele diz que o sindicalismo revolucionário – que é o “verdadeiro” sindicalismo – estabelece “novas normas nas relações sociais”. Sendo assim, a “ação direta” é destacada como a principal característica deste tipo de sindicalismo, em contraposição ao que seria a “ação indireta”, tida como a norma principal das organizações operárias sob a influência dos “marxistas”,

<sup>323</sup> A organização operaria. *A Plebe*, São Paulo, 9 jul. 1927. Ano 11, nº 255, p. 02.

“socialistas” e “burgueses”. Domingos Passos explica que nas lutas sob a orientação da “ação direta” o trabalhador, como o principal interessado pela sua própria luta, age “diretamente” contra quem o explora, diferentemente da “ação indireta”, onde o trabalhador entrega a seus representantes – “felizardos políticos” – “os seus interesses sociais”.

Já comentamos o quanto a ideia da “ação direta” é fundamental no anarquismo – uma ideia que consiste na negação de qualquer representatividade e delegação de funções, logo isso resulta em um tipo de luta política que condena a ação parlamentar e qualquer colaboração e submissão dos sindicatos com partidos políticos e instituições governamentais. Entretanto, o que parece ser mais interessante neste artigo é a formulação de Domingos Passos de “ação indireta”, referindo-se a ação parlamentar empreendidas pelos “felizardos políticos”, que representariam os interesses dos trabalhadores ao serem eleitos, isso porque esse termo era incomum, até onde vimos na imprensa operária da época, para se referir a um socialismo parlamentar. Logicamente que estas reflexões não eram gratuitas, mas podemos vê-las como uma crítica as recentes experiências do PCB nas eleições. Mais curioso ainda, contudo, é o fato dele aproximar, em um mesmo bloco, os marxistas, socialistas e burgueses – como adeptos da ação indireta. Isso porque talvez essa forma de designar não seja simplesmente um preconceito político, por colocar todas estas tendências e grupos juntos na mesma classificação, mas pode estar refletindo a própria visão libertária da política – visto que aos olhos do anarquismo tanto os comunistas, socialistas e liberais possuem uma perspectiva política voltada para o “centro”, para a conquista do poder político e das instituições dominantes, instância onde nega-se qualquer antagonismo entre os “centros” de poder e as áreas “periféricas”, que devem obedecer aos modelos impostos pelo centro (JONG, 2008, p. 59-61).

Mais uma vez vimos que, dentro das peculiaridades da doutrina ácrata e numa linguagem própria de se expressar, ao que parece, os anarquistas avaliavam criticamente a realidade social em andamento. No número seguinte de *A Plebe*, Domingos Passos publica um artigo que mostra os contornos de toda a riqueza do imaginário anarquista acerca da luta dos trabalhadores por um sindicalismo autônomo:

A classe trabalhadora quer viver, precisa viver e tem direito a viver. Para isto deve estudar as leis da natureza e segui-las com o maximo conhecimento possivel.

A lei suprema da natureza é a Harmonia.

Os trabalhadores modernos querem a harmonia, para que a vida humana caminhe para a felicidade...

[...]

É por isto que, querendo viver de acordo com as leis da natureza, os trabalhadores optaram pelo federalismo. Federalismo é a doutrina que, ao contrario do Centralismo dos politicos e dos sotainas, congregam homens diversos em organismos ou sociedades, sem perda de sua autonomia individual, congrega organismos ou sociedades na federação, sem perda da autonomia societaria, congrega ainda as federações nas confederações e estas nas internacionaes, mantendo impoluta a autonomia em toda a sua plenitude. Nada de escravidão: internacional, confederal, social ou individual.

Tal qual as relações existentes entre ás constellações solares, os planetas, satélites, cometas, os mineraes, os vegetaes os animaes, etc. A vida enfim.

Suprema harmonia, na qual todos vivendo sua vida propria concorrem para a vida total...

O centralismo ao contrario é a negação da autonomia do individuo, collocada nas mãos do presidente ou presidium do seu organismo ou partido politico. Negação ainda deste – partido politico ou organismo – collocado nas mãos dos chefes da Internacional...

Internacional!!!!? Não, só erradamente ou mystificadamente pode-se na linguagem centralista fallar em federações, confederações e internacionaes ou inter-nações.

Em centralismo, formado o partido ou seita, os chefes deste partido ou seita dão ordens e todos os seus adeptos cumprem-nas sem hesitação, sem discussão.<sup>324</sup>

Este é um texto que chama a atenção pela energia cativante e força literária. É surpreendente o quanto este artigo espelha o contraponto libertário em relação à visão comunista do sindicalismo, expressado por P. Lavinias em *A Nação*, analisado acima. Tanto que os títulos de ambos os artigos são apenas sensivelmente diferentes e os dois estão carregados de fortes imaginários políticos. Aqui, mais uma vez, encontramos imagens e representações “naturalistas” do processo social, que é uma característica do anarquismo, onde a evolução social, quando caminha em sua direção “natural”, segue uma evolução contínua tal como na natureza em busca do equilíbrio social, pois o anarquismo enfatiza a origem natural das sociedades – logo, a evolução natural é em direção a uma sociedade livre, sem coerção, em direção a utopia ácrata (WOODCOCK, 2007, p. 23-24). Assim, quando Domingos Passos aconselha que a classe trabalhadora, que tem o direito de viver, deve “estudar as leis da natureza”, já que os trabalhadores desejam a “harmonia” para que a vida “caminhe para a felicidade”, porque “a lei suprema da natureza é a harmonia”, ele está, assim, revelando toda esta “visão naturalista” do anarquismo.

Este artigo de Domingos Passos publicado em *A Plebe* também é citado por Munakata (1984, p. 43-44), mas apenas um trecho menor e como exemplo da concepção anarquista de sindicalismo na comparação com a concepção comunista. E ao chegar ao ponto sobre o

---

<sup>324</sup> Federalismo e Centralismo. *A Plebe*, São Paulo, 23 jul. 1927. Ano 12, nº 256, p. 04.

sindicalismo, Domingos Passos reforça a visão naturalista, dizendo que por quererem “viver de acordo com as leis da natureza”, os trabalhadores escolhem o federalismo. Em seguida, ele explica toda a estrutura sindical do federalismo, de “baixo para cima”, para que a autonomia se mantivesse “impoluta”, isto é, intacta – e já destacamos a importância do “federalismo” na doutrina anarquista, enquanto uma proposta e projeto de reconstrução social. Assim, ele associa a organização federativa como uma “evolução natural”, como em vários fenômenos da natureza entre “constelações solares”, “planetas” etc. A “cosmovisão utópica” de Domingos Passos compreende, assim, a opção pelo federalismo como a “suprema harmonia”, “na qual todos vivendo sua vida própria concorrem para a vida total” – e aqui “concorrem” no sentido de “contribuir”.

Esta é uma formulação de pensamento importante que na verdade revela ecos e traços do pensamento de Kropotkin, outra referência teórica do anarco-comunismo, que impactou nesta face naturalista das ideias ácratas, e que foi muito influente no movimento libertário brasileiro. Kropotkin afirmava que o ser humano é um ser social por natureza e que sua inclinação em viver em sociedade foi uma necessidade da evolução, portanto, uma sociedade que se inclinasse em viver em liberdade seria de fato uma sociedade natural (WOODCOCK, 2007, p. 23).<sup>325</sup>

Em contrapartida a esta harmonia natural do federalismo Domingos Passos sublinha que o centralismo é “a negação da autonomia do indivíduo” – que acaba sendo colocada “nas mãos” do “presidium” –, e onde até à instância maior, que é a Internacional, todos os adeptos tem que cumprir sem discussão as ordens que são dadas. De forma que o partido se torna uma “seita”, onde só “mistificadamente” se pode falar em “federações” e “confederações”. Sabemos, no entanto, que esta condenação de Domingos Passos ao centralismo era uma resposta direta aos comunistas e que não partia de meras invenções, pois a IC determinava a subordinação de todos os PC’s nacionais a sua autoridade e os líderes sindicais que aderissem a ISV teriam que combater todas as outras tendências políticas dos sindicatos para submetê-los a direção da ISV (SALLES, 2005, p. 84; COLE, 1961, p. 301-302; RODRIGUES, 1979,

---

<sup>325</sup> Esta visão utópica expressa por Domingos Passos na verdade transmite reflexões que estiveram na formação da doutrina anarquista. Desde Proudhon já encontramos a ideia – que acabou por influenciar Kropotkin na sua maior obra teórica, *A Conquista do Pão* – de que a herança da humanidade, ou seja, tudo o que ela produziu, culturalmente e materialmente, é coletiva e que, portanto, não é possível medir a contribuição de cada indivíduo isoladamente. Esta herança devia, então, ser compartilhada coletivamente (WOODCOCK, 2007, p. 230). Domingos Passos olha o projeto federalista como a “suprema harmonia, na qual todos vivendo sua vida própria concorrem para a vida total”, ou seja, cada um contribui para a vida total da sociedade. Esta é uma formulação que lembra uma famosa passagem de Kropotkin, onde: “Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos têm trabalhado na medida das suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção atual das riquezas” (KROPOTKIN, 2011, p. 24).

p. 28-32). O “Presidium”, na verdade, era o centro diretivo do CEIC (Comitê Executivo da Internacional Comunista), e dos próprios PC’s, e sabemos que neste contexto, já a partir de 1926, começaram a surgir no interior da própria IC críticas ao extremo centralismo deste organismo, pelo fato do PC russo passar a exigir, cada vez mais, uma unidade absoluta dos PC’s nacionais sem divergências (PINHEIRO, 1992, p. 154-156). Podemos compreender, assim, que as críticas de Domingos Passos ao centralismo não eram irrealistas e que ele era um militante que estava atento à sua própria atualidade. O que se passava na Rússia continuava repercutindo e influenciando as discussões do movimento brasileiro.

Por fim, o artigo de Domingos Passos em *A Plebe* também ocupa uma posição especial no jornal, que potencializa o seu imaginário utópico por meio de imagens associadas – como exemplo, coincidentemente, do artigo de P. Lavinias em *A Nação*. Essa matéria foi publicada na seção *Mundo Operário*, que era uma parte importante do jornal dedicada às notícias do movimento operário. Assim, bem acima do título do artigo, esta seção se insere junto a um desenho, que mostra dois operários abraçados junto a um ramo de flores com gestos de saudação fraternal a uma paisagem que revela o sol nascendo e iluminando uma fábrica com chaminés fumegantes – onde se inscreve *Mundo Operário*. Um “mundo operário”, portanto, que seria a efetivação da “harmonia social”, a visão libertária da solidariedade dos trabalhadores, construída pelo federalismo.

Ao chegar ao fim da análise sobre o nosso primeiro tema da “organização operária”, neste capítulo podemos fazer algumas considerações importantes que observamos a partir desta documentação. As relações do “pensamento político” (mais objetivo e racionalizado) com o imaginário político (mais subjetivo, onírico e simbólico) parecem ter se revelado, aparentemente, mais nítidas do que em relação ao nosso primeiro período de análise, no capítulo anterior. Talvez isso possa ser um indício do maior estabelecimento e penetração dos comunistas no interior das organizações operárias, que fizeram com que tanto os anarquistas quanto os comunistas “operassem” os seus respectivos imaginários não apenas para afirmar os seus posicionamentos ideológicos em relação ao adversário – como entre 1922-1924, quando o PCB tinha acabado de ser criado – mas, também, e ainda mais, para reforçar as táticas e métodos que eram empregados no movimento operário – já que agora os comunistas passaram a ter uma presença maior nas organizações sindicais. Isso porque devemos lembrar que os mitos políticos possuem uma autonomia própria, que agem segundo as conveniências do momento e se constituem como uma forma particular de discurso (GIRARDET, 1987, p. 11-14). Assim, os mitos políticos, constituídos pelo imaginário, é uma forma de “potência mobilizadora” que agem sobre a “reestruturação do mental” (GIRARDET, 1987, p. 183). Os

imaginários agiram, dessa forma, em nossas fontes, como uma “potência” para justificar, fortalecer e reafirmar as ideias políticas que eram defendidas para a organização operária.<sup>326</sup>

### 3.2.2. O que se passa no país dos trabalhadores?

Retornando às discussões em torno da “Rússia Soviética” na imprensa operária, para o ano de 1927, observamos que esta é uma época que, ao se completar a primeira década após a Revolução Russa de 1917, o “mito soviético” e da “revolução mundial” ainda se mantinham fortes entre os comunistas brasileiros. Entretanto, é em 1927 que as rupturas e conflitos internos no PCUS, e as mudanças na linha política da IC, se configuraram com maior nitidez. Com o fim das expectativas imediatas de uma revolução mundial, a URSS se viu completamente isolada politicamente nos anos 1920, o que acirrou os embates internos entre a visão de Trotsky – que defendia uma revolução internacional a qualquer custo, pois sem ela a União Soviética, atrasada e isolada, estaria condenada – e a posição de Stálin, que defendia a construção e o fortalecimento do socialismo num só país. Logo, se constituiu a associação natural em que defender a revolução soviética era defender a revolução mundial (REIS FILHO, 2003, p. 83).

A adoção da NEP pode ser interpretada como um marco inicial do fechamento cada vez maior da democracia interna do regime soviético, que inclusive vai refletir no domínio mais efetivo dos dirigentes soviéticos sobre a IC e sobre os PC’s nacionais. Isso porque na medida que a NEP foi uma tentativa de solução da crise econômica russa sem auxílio exterior, esse processo acabou fortalecendo a linha de Stálin do “socialismo num só país” (SPINDEL, 1985a, p. 39-40, 42). A partir de então, a figura de Stálin, cada vez mais influente, vai impor mudanças na NEP na direção de uma industrialização acelerada e da coletivização das terras a partir da administração estatal – em direção aos Planos Quinquenais, de planificação econômica em massa, que caracterizou a administração stalinista, assim como os conflitos e

---

<sup>326</sup> Nesta seção sobre a organização trabalhista para o ano de 1927 foram catalogados 47 artigos a respeito deste tema. A maioria pertencente ao jornal *A Nação*, já que este impresso teve uma abundante produção por ser diário. Pouco conteúdo relevante foi encontrado nas outras publicações comunistas do período aqui estudadas, como *Voz Cosmopolita* e *O Internacional* – o que tinha de mais interessante neste último foi utilizado na abertura desta seção. Dessa forma, foram aqui analisados 8 artigos desse total e acreditamos que esta foi uma cobertura significativa para o estudo do pensamento político na imprensa operária, já que *A Plebe* foi um periódico quinzenal no período e muitos artigos levantados em *A Nação*, como observamos, continham muitos ataques pessoais as figuras proeminentes do anarquismo, fazendo com que deixássemos este material em segundo plano.

as violências contra o campesinato que não aceitou muito bem estas medidas (REIS FILHO, 2003, p. 84-85). Diante da concentração crescente e ininterrupta do poder de Stálin a oposição, que se reunia em torno de Trotsky, e que nessa altura já acusava o autoritarismo e a grande burocracia da administração stalinista, foi derrotada, e no ano de 1927 Trotsky foi expulso do Bureau Político do PCUS (CAMPOS, 1985, p. 32-33).

Estas mudanças internas na URSS refletiram de certa maneira nos debates que ocorreram na imprensa operária e observamos que os anarquistas foram mais sensíveis a elas. É importante lembrar que o ano de 1927 marca uma inflexão no desenvolvimento político e social daquele país que inclusive afetaram na forma como a União Soviética passou a ser vista a partir de então. Assim ocorreu porque as primeiras representações do “mito soviético” e da “revolução mundial” foram as que predominaram nas visões externas a respeito do regime nos primeiros dez anos após a revolução de 1917 – já que o poder político dos soviets tinha sido real no início da revolução. Contudo, a partir dessa época, as representações stalinistas começaram a ganhar força na forma em que a URSS era vista e apresentada (FERRO, 1984, p. 61-62). Por tudo isso, as discussões na imprensa operária brasileira sobre “o que se passa no país dos trabalhadores” – como a Rússia muitas vezes era chamada pelos comunistas – continuou acirrada mesmo após dez anos de Revolução Russa, e ainda mais agora com as reviravoltas políticas internas no país que era o centro do movimento comunista internacional.

Dessa forma, as polêmicas entre comunistas e anarquistas sobre o que se passava na “pátria do proletariado”, e no que consistia e no que resultou a revolução soviética que deu origem à URSS, inicia-se, mais intensamente, a partir de março, depois que *A Plebe* é reaberta em fevereiro. Logo no início daquele mês *A Nação* publica um artigo sem autoria atacando diretamente a figura de José Oiticica por suas declarações na imprensa:

E, ultimamente, deu para atacar a Russia. O artigo do dia 5 é uma vergonha. O “Correio da Manhã”, é um dos jornaes que têm feito campanha contra a Russia. É um jornal de confusão e mystificação.  
[...]  
[...] Pois é um jornal desses que o pequeno burguez anarchista José Oiticica Bittencourt começou a atacar estupidamente a Russia, dizendo que ella está voltando ao capitalismo [...].<sup>327</sup>

Nessa época, José Oiticica era articulista do jornal *Correio da Manhã*, periódico da grande imprensa carioca fundada pelo advogado Edmundo Bittencourt, que era seu proprietário (LAURIS JUNIOR, 2009, p. 12; SODRÉ, 1983, p. 286-287). Por isso, *A Nação*

<sup>327</sup> O grammatico reaccionario José Oiticica. *A Nação*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1927. Ano 2, nº 323, p. 02.

ironiza chamando de “José Oiticica Bittencourt”, criticando Oiticica – já no título – por ser reacionário por colaborar naquele jornal e atacar a Rússia. Não utilizaremos aqui o artigo de Oiticica em *Correio da Manhã* porque não analisamos este jornal, mas é importante esclarecer que o *Correio da Manhã* acolheu colaboradores de diversas ideologias políticas, inclusive da esquerda, ao longo de sua história, já que buscava não tomar uma posição dogmática, mesmo discordando das posições políticas de seus colaboradores – como é o caso do anarquismo, que o *Correio da Manhã* achava uma utopia (LAURIS JUNIOR, 2009, p. 12). Isso é importante destacar porque este jornal não teve uma política de reles “confusão” e “mistificação” como aponta *A Nação*.

Os comunistas discordam principalmente nesta passagem com a declaração de José Oiticica de que a Rússia “está voltando ao capitalismo”. Isso refletia todo um debate que já vinha do período anterior, observado no último capítulo, desde quando se iniciou a NEP – enquanto Nova Política Econômica implantada por Lênin em 1921. Um debate que percorreu a opinião militante dentro e fora da Rússia sobre se esta política representava, ou não, um retrocesso para o capitalismo, já que restaurava a liberdade de comércio que tinha sido suspensa no período de comunismo de guerra para poder, assim, restaurar a economia (CARR, 1974a, p. 285-288). No debate marxista que houve na Rússia sobre a edificação de uma ordem socialista em um país agrário e atrasado prevaleceu, portanto, a interpretação de Lênin de que era necessário implantar a NEP, pois a Rússia não tinha atingido plenamente uma fase “democrático e capitalista”, e em termos teóricos, uma “revolução burguesa” na economia condicionaria o desenvolvimento socialista posterior (CARR, 1974a, p. 282-283).

As explicações destas alegações ainda seriam justificadas por José Oiticica na imprensa anarquista. Porém, antes disso, os anarquistas gaúchos, por meio do periódico *O Sindicalista*, publicaram um longo artigo que faz vários comentários sobre a conjuntura internacional no qual destaca-se o julgamento que é feito a respeito da Rússia:

As dictaduras militares seguem sua marcha sanguinária contra os povos indefesos.

Na Italia Mussolini, na Hespanha Primo de Rivera, na Russia Stalin & Cia., na Bulgaria Liopcheff, etc, por todos os lados, em todos os paizes a mão criminal do Estado semeia o terror e a morte.<sup>328</sup>

No final desse artigo a redação do jornal aponta que a autoria dele é de S. Daneff e que foi traduzido da *Protesta* de Buenos Aires. Não conseguimos informações sobre quem foi S.

---

<sup>328</sup> Bellezas da Civilização. *O Sindicalista*, Porto Alegre, mar. 1927. Ano 8, nº 3, p. 05.



Daneff, mas o referido jornal provavelmente trata-se de *La Protesta* que era um periódico anarquista argentino.<sup>329</sup> O autor afirma que as “ditaduras militares” seguem em “marcha” pelo mundo e, falando de regimes autoritários em vários pontos da Europa, ele cita o caso da Rússia, de Stálin e companhia, como uma “ditadura militar”. Isso nos chamou a atenção porque não era um termo comum na época ao se referir sobre a Rússia, mesmo ao criticá-la. Porém, já mencionamos que o sistema soviético era autocrático e, ainda mais com Stálin, de um autoritarismo absoluto (LEWIN, 2007a, p. 462-463). De qualquer maneira o aspecto militar do regime soviético era uma realidade já que após a guerra civil todo o sistema burocrático do Estado soviético nascente foi militarizado, com um comando centralizado de sua engrenagem administrativa (FIGES, 1999, p. 741).

Alguns números seguintes do jornal *A Nação*, um pequeno texto nos chamou a atenção porque, segundo uma nota da redação, se trata de um trecho de Lênin chamado “A democracia burguesa e a democracia proletária”, que foi uma conferência lida por ele no congresso de abertura da III Internacional em 1919. Isso foi relevante porque este texto é publicado em *A Nação* no dia de comemoração da Comuna de Paris, em 18 de março, e faz uma associação da Revolução Russa com a Comuna, algo significativo para considerarmos que a presença das representações do mito soviético ainda era forte naquela época na imprensa comunista:

Pois é precisamente hoje, quando o movimento soviético estendendo-se pelo mundo inteiro, continua aos olhos de todos, a obra da Communa, é precisamente neste momento que os traidores do comunismo esquecem a experiência e as lições práticas da Communa de Paris, e estão repetindo a velha rapsódia burguesa sobre “a democracia em geral”, sobre a excelência do regime parlamentar. A Communa foi uma instituição não parlamentar.<sup>330</sup>

O interessante é que se enfatiza que “o movimento soviético continua a obra da Comuna”, e que a “Comuna foi uma instituição não parlamentar”. Assim, aproximava-se o advento dos soviets da Revolução Russa com a continuidade de uma luta que se iniciou na Comuna de Paris, que eclodiu em 18 de março de 1871 e se tornou uma data comemorativa do movimento operário mundial. A operação destes mitos e símbolos, pelos comunistas brasileiros, reforçavam e mantinham o “mito soviético” como a visão predominante da Rússia, mesmo após dez anos da revolução de 1917, numa época em que os soviets, vivos,

<sup>329</sup> Sobre *La Protesta* Cf.: <[https://es.wikipedia.org/wiki/La\\_Protesta](https://es.wikipedia.org/wiki/La_Protesta)>; <<http://archivomagon.net/la-protesta/>>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

<sup>330</sup> O movimento soviético continuação da obra da Communa. **A Nação**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1927. Ano 2, nº 332, p. 04.

autônomos e atuantes, como em 1917, já não era mais uma realidade naquele país (REIS FILHO, 2003, p. 82).<sup>331</sup>

Na edição comemorativa de 1º de maio o jornal *O Syndicalista* novamente publica uma pequena apreciação sobre a Rússia em que a compara a outro regime autoritário, no caso os fascistas na Itália. Assinado por Riduzindo Colmenero, o texto é um comentário de um artigo anterior sobre o 1º de maio – que na verdade é um discurso de Johann Most sobre os mártires de Chicago que deu origem àquela data rememorativa de luta do movimento operário.<sup>332</sup> Antes, o autor ainda cita, como exemplos de mártires do anarquismo, os casos de Sacco e Vanzetti que foram condenados à morte nos EUA e seriam executados naquele ano – um caso inclusive que repercutiu em toda imprensa operária mundial e que também ocupou grande espaço nesta imprensa no Brasil, entre todas as tendências políticas.<sup>333</sup> Assim, indicando Bagé no interior do Rio Grande do Sul no final do texto, o autor comenta:

---

<sup>331</sup> Já sublinhamos que os soviets foram conselhos autônomos, informais e populares organizados pelo próprio povo russo durante a revolução e que chegou mesmo a desempenhar algumas funções governamentais e a desenvolver uma forma de “parlamentarismo” e “democracia” operárias, de maneira horizontal e descentralizada – pela representação de delegados, mas sem mandatos fixos (REIS FILHO, 2003, p. 42 e 60). A associação da experiência russa com a Comuna de Paris, que foi tida como a primeira experiência em que a classe operária assumiu a administração da própria sociedade, depois que a população parisiense se rebelou no contexto da guerra franco-prussiana em 1871, já tinha sido feita pelo próprio Lênin em *O Estado e a Revolução*. Nessa obra, concluindo-se sobre a Comuna de Paris a partir das considerações de Marx, reconhece-se que o Estado burguês foi suprimido na Comuna por uma “democracia mais completa” pelo proletariado, onde já não é mais propriamente um “Estado”, já que os órgãos de repressão passariam para a maioria da população contra os opressores e que o parlamentarismo foi abolido pela Comuna e substituído por instituições novas (LÊNINE, 1978a, p. 250-251 e 254). Também quando retorna a Rússia em 1917 Lênin, em suas *Teses de Abril*, defende uma “república de soviets de deputados operários” e a supressão do Estado czarista atual (LÊNIN, 2010, p. 17). Estas ideias políticas e as experiências revolucionárias fizeram parte de toda a “mística” do imaginário de possibilidades do pensamento militante, onde a Comuna já se tornara um episódio de referência para o movimento operário, tanto para comunistas, socialistas em geral como para os anarquistas, e isso desde a época em que ela ocorreu. Por sua vez Bakunin assinalou que a Comuna de Paris foi a negação e a abolição do próprio Estado pelos trabalhadores, já que foi dirigida pela ação espontânea das massas no sentido da revolução social, onde o povo parisiense buscou se autogovernar apesar das vicissitudes de suas divisões políticas, pois apesar dos socialistas e internacionalistas não serem a maioria, o federalismo proudoniano obteve certa influência sobre a organização da Comuna (SAMIS, 2011, p. 345-347). Por outro lado, Marx, no seu famoso livro *A Guerra Civil na França*, apresenta um ponto de vista mais libertário em relação aos seus escritos anteriores. Para ele a Comuna foi uma experiência em que a classe operária não se apossou, simplesmente, da máquina do Estado, mas sim “quebrou” esta máquina – efetivando-se como uma forma de “república social” em que não se buscava suprimir uma forma de dominação de classe, mas “a dominação de classe ela mesma” (MARX, 2011, p. 54 e 56). Assim, parece ter sido comum e normal no pensamento das esquerdas certa contradição ao classificar a Comuna e os Soviets de instituições não parlamentares, ou de um novo tipo de “parlamento operário”.

<sup>332</sup> Johann Most (1846-1906) foi um anarquista alemão que viveu boa parte de sua vida nos EUA, Cf.: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann\\_Most](https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Most)>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

<sup>333</sup> O caso dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, que viviam nos EUA e foram condenados a morte, se tornou mundialmente conhecido na época e também marcou as discussões e campanhas do movimento operário brasileiro tanto anarquista quanto comunista naquele ano de 1927. Sacco e Vanzetti foram acusados de homicídio de um guarda de fábrica em 1920 no Estado de Massachusetts, mas todo o processo e julgamento dos dois foram marcados por contradições judiciais, num contexto de xenofobismo contra os imigrantes italianos e preocupação das autoridades em relação as insatisfações sociais e a influência dos anarquistas. Executados em 23 de agosto de 1927 houve ampla denúncia mundial de que eles estavam sendo

Na Rússia, os fascistas de camisa vermelha, são iguaes aos de camisa preta na Italia; a diferença é só de cor.

Os anarquistas na terra de Stalin; estão sujeitos aos mesmos processos bárbaros como na terra del “Duce”. E aqui nós, nesta terra de promissões, de “Democracia”, temos tambem um cemitério onde se enterram seres vivos, se condemnam a morte lenta, a indefesos companheiros nossos: Este cemitério erroneamente chamado Oyapok ou Clevelândia, ceifou vidas laboriosas de homens de idéas livres, de propagandistas da sociedade dos iguaes, dos livres e dos humanos.<sup>334</sup>

Constatamos que Riduzindo Colmenero, segundo Rodrigues (1998, p. 109 e 111), era na verdade Rudezindo – ao que parece houve um erro de impressão de seu nome no jornal –, ele foi encanador e era espanhol e anarquista. Imigrante desde muito jovem, Colmenero se estabeleceu realmente em Bagé e foi redator do jornal *O Syndicalista* – sendo um dos mais radicais anarquistas do sul do país defensor da concepção libertária do sindicalismo nos congressos operários do Rio Grande do Sul, e muito rígido contra as outras tendências políticas do movimento operário. Enfatizar que “os anarquistas na terra de Stálin” estavam à mercê das mesmas condições bárbaras que na terra do “Duce”, tal como era chamado Mussolini, líder fascista da Itália, assim também como no Brasil, onde anarquistas tinham sido enviados a Clevelândia, são julgamentos duros a respeito da Rússia. No entanto, estas opiniões não eram infundadas, visto que já enfatizamos as questões sobre a repressão contra o anarquismo russo que, de fato, ocorreram, tanto que nessa época não existia mais nenhuma oposição política na Rússia ao governo comunista, já que todos os outros partidos e correntes políticas tinham sido perseguidas e postas na ilegalidade. O cerco do capitalismo internacional ao país e o mito da União Soviética como a “fortaleza sitiada do socialismo” ofereceram as justificativas, portanto, para a consolidação da ditadura política do regime (REIS FILHO, 2003, p. 82).

Percebemos, ao catalogar as nossas fontes, que nesse período a imprensa operária, e particularmente a imprensa anarquista, entra em um clima de comoção cada vez maior devido a aproximação da execução de Sacco e Vanzetti nos EUA, que ocorreria em agosto. Assim, citar os casos dos dois anarquistas italianos injustamente presos nos EUA, o caso dos mártires anarquistas do 1º de maio e associar estes episódios à repressão mundial, que ocorreu e ocorria em todas as partes contra os libertários, igualava a Rússia – que era um mito para os comunistas – como possuindo os mesmos “processos bárbaros” empregados pelos fascistas na

---

condenados por serem anarquistas, posteriormente na década de 1970 eles foram absolvidos e considerados inocentes. Cf.: (RODRIGUES, 1979, p. 268-269);

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo\\_de\\_Sacco\\_e\\_Vanzetti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_de_Sacco_e_Vanzetti)>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

<sup>334</sup> Primeiro de Maio. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1 maio 1927. Ano 8, nº 4, p. 03.

Itália – além, também, da “Democracia” brasileira, que condenou os “homens de ideias livres” a morte lenta em Clevelândia. Estes julgamentos rígidos de Colmenero eram potencializados pelo clima de comoção do momento, onde ele acaba se contrapondo diretamente ao mito da revolução mundial dos comunistas, já que a Rússia deixa de ser, e de ter, qualquer referência para a revolução social. Com isso, a visão da luta dos anarquistas como aqueles que mais defendem a causa da liberdade é reforçada, ainda mais em um artigo que tinha por tema o 1º de maio na edição do jornal especial desta data, na capa este imaginário é associado a própria figura da musa da liberdade – que se apresenta seminua acima do poema “A Liberdade” do abolicionista José Bonifácio.

Na mesma época a imprensa comunista, principalmente pelo órgão do PCB *A Nação*, publica uma grande quantidade de matérias sobre o que se passava na Rússia e sobre os fatores e dados positivos do regime soviético – seguindo uma tendência que evidenciamos desde os anos anteriores. Alguns dias depois do artigo de *O Syndicalista*, portanto, encontramos uma matéria de capa que nos chamou a atenção, visto que se referia às eleições dos soviets que vinham ocorrendo na Rússia e que serviam como uma resposta dos comunistas às críticas que percorriam a opinião pública sobre o autoritarismo do regime soviético:

Os resultados eleitoraes conhecidos da commissão permanente permitem já uma caracterização mais ou menos pormenorizada e exacta das recentes eleições para os Soviets.

A campanha eleitoral de 1927 salienta-se por uma participação maior da população, o que se verifica não só pelo augmento numerico dos eleitores, como igualmente pelo interesse manifestado, no pleito, pelas populações camponeza e urbana. [...].<sup>335</sup>

Esta matéria contém uma série de dados técnicos e porcentagens sobre as eleições dos soviets na Rússia. A redação do jornal explica no subtítulo que trata-se de um extrato do relatório do presidente da comissão eleitoral central, chamado A. Enukidzé – que possivelmente trata-se de Aveli Enukidzé, um bolchevique que na época era secretário do executivo dos Sovietes.<sup>336</sup> O artigo também é acompanhado de fotos de uma autoridade bolchevique discursando para a campanha eleitoral e de operárias de uma fábrica participando das eleições, a ênfase da participação feminina no pleito e da “democracia proletária na

<sup>335</sup> A democracia proletaria na Russia. *A Nação*, Rio de Janeiro, 13 maio 1927. Ano 2, nº 380, p. 01.

<sup>336</sup> Sobre Aveli Enukidzé, que ao que parece aderiu ao trotskismo, sendo condenado e executado em 1937, Cf.: <<https://www.marxismo.org.br/content/os-trotskistas-na-uniao-sovietica-1929-1938-1a-parte/>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

Rússia” servia de respostas aos detratores da URSS, inclusive aos anarquistas. A imagem que se passava era de uma União Soviética democrática, ordeira e organizada, e também moderna, com a participação feminina nas eleições.

Este artigo repercute um processo político que realmente ocorreu na URSS, as eleições eleitorais para os Sovietes. Contudo, isso não significava uma democracia de fato. De acordo com Carr (1975, p. 304), a teoria constitucional bolchevique durante a revolução, bastante influenciada por Lênin, como vimos, e que se expressava pelo lema “todo o poder para os soviets”, considerava que todos os soviets eram depositários e representantes da vontade do povo soberano – de onde emanava o poder dos congressos dos soviets e de onde os seus organismos executivos tomavam uma autoridade delegada. No entanto, já nos primeiros meses do novo governo comunista em 1917-1918, essa teoria se chocou com as necessidades práticas de um governo central eficaz, que logo começou a transformar os soviets em organismos administrativos locais do poder central. Assim, e ainda mais a partir da guerra civil de 1918-1920, os soviets foram rapidamente integrados ao aparato governamental e perderam a sua independência e seu caráter representativo. E lembremos que a URSS era um regime de partido único, onde toda a oposição política já tinha sido posta na ilegalidade desde essa época (REIS FILHO, 2003, p. 82).

Entretanto, a partir de 1922, com a volta de uma normalidade social após os agitados anos de revoluções e guerras civis, começou haver uma campanha do governo comunista no sentido de “revitalizar” os soviets. Com isso, decretos começaram a ser emitidos para que congressos e comitês executivos dos soviets fossem criados, sobretudo nos distritos rurais, pois os soviets rurais que sobreviveram após a guerra civil tinham baixa penetração do Partido Comunista, onde predominava mais a influência do Partido Socialista Revolucionário – que ainda que posto na ilegalidade tinha construído ampla popularidade junto ao campesinato desde antes da revolução (CARR, 1975, p. 304-306 e 311). Ocorreram, portanto, eleições para os representantes dos soviets entre 1924-1925 e 1925-1926, em que inclusive o número de eleitores, principalmente das zonas rurais, aumentaram significativamente (CARR, 1975, p. 346-347). A campanha específica para a “revitalização” dos soviets pelo governo comunista terminou, portanto, em 1926, mas temos informações que a linha política que ela inaugurou prosseguiu e se ampliou a partir de então, inclusive para as regiões da Rússia que ainda não tinham sido alcançadas (CARR, 1975, p. 363). Em 1927, assim, as eleições para os soviets na URSS já se realizavam com regularidade, apesar dos eleitores votarem em candidatos já eleitos por antemão pelo governo, o debate e a persuasão passaram a desempenhar um papel maior do que a imposição e o arbítrio – que marcaram inclusive esta “revitalização” dos

soviets nos anos anteriores (CARR, 1975, p. 364). Porém, este processo representou na verdade o fortalecimento da regionalização do poder central do Estado comunista, onde os soviets já não tinham mais a função representativa do povo soberano e sim a de órgãos locais do governo, encarregados de executar as ordens da autoridade central (CARR, 1975, p. 364).

A despeito da visão democrática, moderna e de legalidade que os comunistas de *A Nação* transmitiam sobre as eleições dos soviets na Rússia é necessário concluir, portanto, que, segundo Carr (1975, p. 364), o conceito e o princípio de representatividade na tradição política russa eram débeis. Assim, a “revitalização” dos soviets representou o fortalecimento de um governo embasado no consentimento dos governados, mas a irrealidade que rodeava estas “instituições representativas soviéticas” foi consequência da apatia manifestada pela população russa diante das imposições que vinham do governo (CARR, 1975, p. 364).

No fim do mês, não obstante, artigos importantes sobre a opinião anarquista a respeito da URSS são publicados em *A Plebe*. Primeiramente, destacamos um texto sem autoria, publicado na capa do jornal, e que trata de acontecimentos espinhosos que ainda eram pouco divulgados na época:

Quando o povo russo se levantou e deixou abaixo o regimen da tyrannia tzarista, procurando vencer o capitalismo, todo o mundo proletario acompanhou com entusiasmo esse movimento grandioso. Depois, porém, com a subida ao poder dos bolchevistas, que implantaram a dictadura de seu partido, começaram as transigencias com a burguezia internacional, ao mesmo tempo que se iniciaram as perseguições aos anarchistas e aos proprios communistas que protestaram contra esse desvirtuamento das conquistas da revolução.<sup>337</sup>

O autor relembra de todo entusiasmo inicial que o movimento operário teve com a Revolução Russa de 1917, mas recorda que, com a tomada do poder pelos comunistas, iniciou-se “as transigências com a burguesia internacional”, referindo-se à necessidade das autoridades soviéticas de restabelecerem acordos comerciais com outros países após o processo revolucionário, e que já tinha sido tema de polêmicas anteriores entre anarquistas e comunistas (CARR, 1973b, p. 284). Contudo, o que mais chama a atenção neste artigo é que, além do autor lembrar que com o governo comunista “se iniciaram as perseguições aos anarquistas” na Rússia, estas perseguições também se estenderam “aos próprios comunistas que protestaram contra esse desvirtuamento das conquistas da revolução”. Isso é algo significativo porque pode estar refletindo os conflitos internos na URSS entre Stálin e a oposição de Trotsky, que como vimos já vinha se acentuando desde 1924, mas, em 1927,

<sup>337</sup> Pobre Revolução Russa!... *A Plebe*, São Paulo, 28 maio 1927. Ano 11, nº 252, p. 01.

Trotsky, e seus apoiadores mais próximos foram expulsos do Partido Comunista russo e presos e/ou exilados, incluindo o próprio Trotsky (REIS FILHO, 2003, p. 84). Então, estes eram acontecimentos ainda muito recentes e espinhosos a respeito da Rússia, e que eram pouco divulgados na imprensa da época, o que demonstra o grau de sintonia com as questões da atualidade dos anarquistas de *A Plebe*.

Na mesma edição de *A Plebe* em um longo artigo que se insere ao lado deste último, e que continua na página seguinte, evidenciamos uma outra opinião que aponta neste sentido, agora do famoso anarquista José Oiticica que reaparece na imprensa libertária com um texto de impacto. Falando a respeito das recentes divisões que ocorriam no seio do Partido Comunista russo Oiticica demonstrava com ironia informações atualizadas sobre o que se passava no “país dos trabalhadores”:

Sabem todos que, nas grimpas communistas, nem tudo são flores. Já o anno passado grande foi o bate boca na scisão provocada por tres chefes judeus: Trotsky, Zinovief e Kamenef. Esses tres pregadores da ferrea disciplina desapertaram os arroschos quando lhes ralam as carnes e saíram a publico explicando os motivos do dissidio e appellando para as massas obreiras. O Partido bufou com a historia, chamou a conta os desgarrados disciplinadores e impoz-lhe amende honorable, confissão da falta um mea culpa de joelhos, a mais patente submissão da historia. Elles o fizeram fronticurvus e ainda padeceram acintosa demissão dos seus cargos effectivos.

[...]

Pensa o bloco dominante, encabeçado por Stalin, que a Russia, por si só ou pelo menos ajudada de outras republicas sovieticas, é capaz de realizar o Estado socialista.

Como se vê, os opposicionistas são conservadores, pregam o entendimento com o burguês a manutenção do capitalismo particular, sem cuja intercessão reverteria a Santa Russia aos ominosos tempos da fome negra.

Infere-se do comunicado serem os tres recalitrantes accusados de anti-leninistas, affirmação para elles calumniosa.

[...]

Ora, evidentemente, não se mudou, do dia para a noite, a situação economica e financeira da Russia. A instituição da Nep da nova politica economica propugnada por Lenine como salvação unica, faz regredir a Russia ao capitalismo puro e simples, aniquilou todos os possiveis germens communistas criados pela revolução.

Será impossivel volver agora prestemente, ao communismo ou sequer tentar um arranco para elle. Ao menor aceno nesse rumo veria o governo russo o retrahimento immediato de todo o credito internacional, e, mais ainda, a ameaça intervencionista dos paizes burguezes. É o que prevê sensatamente Trotsky.<sup>338</sup>

Este artigo é longo e ele é citado por Dulles (1977, p. 268), este autor explica que Oiticica acreditava que a Rússia reverteria ao capitalismo e que as terras russas tinham caído

<sup>338</sup> Brigam os amos. *A Plebe*, São Paulo, 28 maio 1927. Ano 11, nº 252, p. 01.

nas mãos de uma nova burguesia, em boa parte israelita, por isso ele acreditava que os membros da oposição – Trotsky, Zinoviev e Kamenev – eram “chefes judeus”. Observamos que com isso muitas críticas foram lançadas em *A Nação* de que José Oiticica estaria expressando opiniões antissemitas, contudo não podemos precisar até que ponto estas expressões indicavam um pensamento preconceituoso por parte de Oiticica.

Apesar dos erros e equívocos de Oiticica neste artigo por acreditar que as terras russas estavam nas mãos de uma burguesia israelita, quando na verdade o que ocorreu no campesinato russo nos anos 1920 com a aplicação da NEP foi a ascensão dos kulaks – camponeses mais prósperos, próximos a uma pequena burguesia rural (REIS FILHO, 2003, p. 79). Há, contudo, apreciações e informações interessantes neste texto. Primeiramente, logo se destaca o nome dos opositores bolcheviques: Trotsky, Zinoviev e Kamenev que realmente, em julho de 1926, tinham formado a “Oposição Unificada” contra a política de Stálin, acusando a falta de democracia do governo e seus erros na política de industrialização. Porém, acreditamos que Oiticica se refere ao momento em que esta oposição ainda estava se configurando, pois ela já se expressa em fins de 1926 na XV Conferência do PCUS, assim como os impasses da oposição dos seguidores de Trotsky no ano de 1925, em que eles evitaram um conflito direto para não serem expulsos do partido, época em que Trotsky é destituído de seu cargo no Exército Vermelho – o que talvez explique as afirmações de Oiticica, como a de que foi “a mais patente submissão da história” (CAMPOS, 1985, p. 32-33; DEL ROIO, 1990, p. 105; DEUTSCHER, 1988, p. 393).

Igualmente relevante é quando Oiticica salienta que o bloco dominante de Stálin pensa que a Rússia “por si só é capaz de realizar o Estado socialista” e de que os opositores são conservadores, pois pregam a “manutenção do capitalismo particular”, já que a Rússia precisaria evitar uma nova época de fome, sendo acusados, neste contexto, de serem “anti-leninistas”. Isso reflete todo um debate que de fato ocorreu na Rússia entre a “Oposição de Esquerda” de Trotsky contra a administração de Stálin desde 1923. Entre os comunistas que controlavam o Estado soviético, destacando-se Stálin e Bukharin, formou-se um tipo de “nacionalismo socialista”, pois, com as decepções e o desânimo de uma revolução europeia que não ocorrera, começou a ganhar força a ideia de que a Rússia deveria seguir seu caminho, sozinha, rumo ao socialismo e estes líderes, assim, começaram a entrar em conflito com as teses internacionalistas de Trotsky que tinham sido a base dos quatro primeiros congressos da IC (CAMPOS, 1985, p. 8, 10 e 21). Assim, Trotsky começou a acusar os dirigentes do partido de desvio das teses marxistas visto que a revolução socialista, para Trotsky, começava no terreno nacional e só se completaria no terreno internacional, com a vitória do proletariado



sob o capitalismo em todo o mundo, a revolução, portanto, tinha que ser “permanente” (CAMPOS, 1985, p. 10 e 20).

A reflexão de Oiticica também se destaca na parte em que ele analisa a política da NEP, que fez a Rússia, segundo ele, regredir para o “capitalismo puro e simples”, aniquilando os “germes comunistas criados pela revolução”. Como vimos, esta opinião não era nova entre os anarquistas, mas Oiticica acrescenta que agora era impossível para a Rússia um retorno a um rumo comunista, já que qualquer tentativa nesse sentido iria suspender de imediato “todo o crédito internacional” e acirrar a hostilidade dos países burgueses, afirmando, ainda, que isso era “o que prevê sensatamente Trotsky”. Estas alegações de José Oiticica sobre as discussões políticas dos dirigentes russos, mais uma vez, surpreendem pelo seu grau de correspondência com o que se passou na URSS. Desde o início da instituição da NEP em 1921, Lênin a concebeu como um recuo estratégico ao capitalismo na esfera econômica para restaurar a economia do país. Com isso, tanto Trotsky quanto Stálin não estavam completamente divididos em relação às necessidades da NEP – que consistiam em uma estratégia de industrialização acelerada (FITZPATRICK, 2017, p. 144 e 163). Assim, nas discussões sobre os programas da NEP, quando Trotsky apontou que o comércio e o crédito exteriores eram essenciais para o financiamento da industrialização russa – para que a população não fosse arrojada de forma insuportável –, a ala de Stálin o acusou de ser subserviente aos favores do Ocidente capitalista, apelando para uma posição patriótica e pragmática para se contrapor à sua influência (FITZPATRICK, 2017, p. 171). Então, observamos que as alegações de Oiticica não eram reles invenções.

Estas opiniões de José Oiticica, assim como o artigo anônimo anterior que foram publicados em *A Plebe*, evidenciam que os anarquistas estavam atentos aos conflitos que ocorriam no interior do próprio centro do mundo comunista: a Rússia. Em outras passagens do artigo, Oiticica confere indícios das fontes de informações de que ele se utilizou, que inclui a agência de notícias estadunidense United Press e as opiniões de Maria Spiridonova, que era uma liderança da ala esquerda do Partido Socialista Revolucionário e que foi presa pelo governo bolchevique.<sup>339</sup>

---

<sup>339</sup> Segundo Oiticica ele teria se utilizado de um manifesto aos trabalhadores do Ocidente, ao qual ele transcreve alguns trechos, escrito por Maria Spiridonova. De acordo com a anarquista Emma Goldman e suas memórias de quando esteve na Rússia, entre 1919 a 1921, ela conheceu pessoalmente Maria Spiridonova, de forma clandestina, já que esta era procurada pelas autoridades comunistas, pois ela tinha sido presa uma primeira vez em 1918 por tramar uma insurreição anti-bolchevique. Maria Spiridonova ficou presa por anos e foi executada a mando de Stálin em 1941 (GOLDMAN, 2017, p. 164-165). Acreditamos que este é um dado importante a considerar devido às ligações e correspondências que os anarquistas brasileiros mantinham com o movimento operário internacional, que pode ter fornecido estas fontes – sem dizer também que os relatos de Emma Goldman

Dessa forma, devemos destacar que este artigo de José Oiticica adianta algumas discussões que ocorriam na Rússia, ainda que indiretamente e de forma vaga, que não eram publicadas na imprensa comunista no Brasil – talvez até mesmo não eram conhecidas pelos comunistas brasileiros nessa época. Isso porque as posições de Trotsky sobre os rumos do governo stalinista – e o próprio trotskismo em si – só seriam mais conhecidas pelos comunistas no Brasil a partir de Mário Pedrosa, que introduz o trotskismo no país em 1929, quando retorna ao Brasil de sua viagem na Europa onde conhece as teses de Trotsky (CAMPOS, 1985, p. 64-65). De certa maneira era como se a imprensa anarquista no Brasil adiantasse alguns elementos vagos do trotskismo antes do aparecimento desta tendência no país, algo interessante para demonstrar o caráter dinâmico do pensamento libertário e de que ele produziu interpretações singulares para a época, ao menos entre alguns militantes mais informados como José Oiticica.

Alguns dias depois da publicação deste artigo de *A Plebe* observamos que muitas matérias surgiram em *A Nação* acusando os anarquistas José Oiticica, Edgard Leuenroth e Domingos Passos de terem renegado a Revolução Russa, visto que na época que ocorreu a revolução em 1917 estes mesmos anarquistas eram entusiastas do processo revolucionário russo. Porém, estes artigos não contêm informações pertinentes sobre a Rússia em si, e sim mais ataques pessoais e difamações contra estes anarquistas. As matérias especificamente sobre a Rússia na imprensa comunista a partir dessa época continuaram apontando os pontos positivos do regime e não há, até onde observamos, nenhuma referência em torno da polêmica de Trotsky. Entre estas matérias destaca-se uma que discorre sobre os intelectuais na Rússia:

O regimen sovietista é o regimen de quem trabalha. Contra esta definição real e precisa surge a critica que procura limitar a classe e a categoria de trabalhadores para os quaes a Revolução de novembro, effectivamente, apontou o principio de uma nova ordem. E a critica disfarça-o, attribuindo-lhe a finalidade de considerar o trabalho material e manual como um privilegio, especialmente perante o trabalho mental ou intellectual. [...] mas uma nação e um povo que deslocam, ou ainda peor, desconhecem as melhores energias do engenho e do saber, não podem olhar com confiança o porvir. E os cânticos da maior admiração aos cultores da sciencia enche a critica, que se pretende decisiva e incontestavel, ao regimen sovietista. Porem, como a verdade é diversa tambem a este respeito! A consideração para os homens de sciencia, para com os estudiosos, para os que empregam os esforços de sua intelligencia e do seu espirito para o bem collectivo, nunca foi tão effectiva como na Russia revolucionaria. [...].<sup>340</sup>

---

já eram bem conhecidos naquela época, cuja as primeiras edições foram publicadas nos EUA em 1923 (GOLDMAN, 2017, p. 11).

<sup>340</sup> Como são tratados os intellectuaes na Russia. *A Nação*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1927. Ano 2, nº 397, p. 01.

Como subtítulo deste artigo, que ocupa grande espaço na capa, a redação do jornal indica: “Visita a uma casa de descanso – fala a revista dos próprios intelectuais”. O artigo é de autoria de Guido Maglioli, que foi um político e sindicalista italiano que teria visitado a URSS por volta desta época, simpatizando-se com o regime russo.<sup>341</sup> Ao que parece, trata-se do relato dele sobre as casas de repouso e lazer que o Estado soviético oferecia aos intelectuais do país. A matéria é longa em sua narração e continua na quarta página. Porém, o incentivo maior às instituições educacionais, às artes e à ciência na Rússia da era soviética foi um fato que chamou a atenção dos observadores estrangeiros, ainda que muitas vezes passasse despercebido o seu caráter ideológico (FERRO, 1984, p. 70). As próprias necessidades da NEP e da industrialização fizeram com que o governo soviético buscasse concentrar esforços no sentido da maior alfabetização, de mais escolas, trabalhadores qualificados e engenheiros, conferindo maior importância para as ciências e a educação como um todo (FITZPATRICK, 2017, p. 165; LEWIN, 2007c, p. 377-378 e 380).

Poucos dias depois, no entanto, José Oiticica volta a se manifestar em *A Plebe* sobre a Rússia. Com mais uma provocativa ironia ele diz que a burguesia, as autoridades e a imprensa, inclusive no Brasil, não precisavam temer o comunismo porque eles não sabiam o que se passava na Rússia, pois aquele país era capitalista também, com instituições semelhantes aos outros países. E ainda asseverava:

Quando a Europa, estarecida, sentia nas ilhargas o ferro mortal, eis que lhe surge uma Russia fundamentalmente parlamentarista, capitalista, conservadora, burguesa até o amago, pedindo-lhe amparo financeiro, rigidando codigos, saneando a moeda, instituido bancos, offerecendo concessões, garantindo operações de credito, disciplinando o seu exercito, reforçando o salariato, fortalecendo mui directamente sua pequena burguesia, aperfeiçoando seus aparelhos compressores, criando seus tribunaes, encarcerando e trucidando seus adversarios, restaurando o despotismo autocrático na sua oligarchia republicana comicamente “proletaria”.

Com effeito, a Russia de hoje tem um regimen accentuadamente identico aos mais burguezes do universo.

Sua feição politica se molda no systema, segundo Malatesta, distinctivamente burguez: “o parlamento”, isto é, o “governo dos representantes”, onde sempre governa a minoria de um partido, ou grupo dos mais habeis politiqueiros.

O “Soviet” e os “soviets” não se distinguem dos parlamentos em qualquer parte. Suas resoluções vêm préviamente formuladas da chefia do Partido Comunista; as eleições dos delegados são feitas a dedo e só entram nelles os que a dictadura permite. Não ha differença alguma entre a organização do

---

<sup>341</sup> A respeito de Guido Maglioli Cf.: <[https://it.wikipedia.org/wiki/Guido\\_Miglioli](https://it.wikipedia.org/wiki/Guido_Miglioli)>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

“Soviet” russo e a da Câmara bernardista ou do Congresso Washington Luís.<sup>342</sup>

Este mesmo artigo é mencionado por Samis (2002, p. 298), mas é utilizado outro trecho mais adiante, em que este autor destaca que José Oiticica instituiu uma visão da Rússia que lembra o clássico conceito de “Capitalismo de Estado”. A interpretação que Oiticica insere é exatamente esta, enfatizando que na Rússia uma economia capitalista estaria sendo administrada pelo governo comunista. No início, ele menciona uma série de fatos que, como observamos, realmente corresponderam aos processos de construção do Estado soviético, de sua concentração de poder e das consequências das políticas da NEP – quando diz: “redigindo códigos”, “pedindo amparo financeiro”, “criando seus tribunais”, “encarcerando e trucidando adversários” etc.<sup>343</sup>

Em seguida, destaca-se quando Oiticica salienta que a “feição política” do sistema russo – utilizando-se do pensamento de Malatesta – se molda ao sistema burguês do “parlamento”, “onde sempre governa a minoria de um partido” – expressando a típica condenação do Estado e do parlamentarismo do anarquismo, assim como a sua “visão periférica” da política. E esta concepção é reafirmada quando se refere aos soviets porque ele afirma que estes “não se distinguem dos parlamentos em qualquer parte”. Assinala que “suas resoluções vêm previamente formuladas” pelas autoridades do Partido Comunista, assim como as eleições dos delegados dos soviets, que são escolhidas “a dedo” por estas autoridades. Com isso, termina alegando que não há diferença entre o Soviet e a “Câmara bernardista” ou o “Congresso Washington Luís – se referindo aos últimos presidentes do Brasil. É surpreendente que Oiticica tenha expressado estas informações sobre as eleições dos delegados dos soviets russos porque, como vimos, o jornal *A Nação* tinha publicado uma notícia sobre isso no mês anterior e, realmente como indicamos, os soviets russos já não mais representavam a vontade popular naquela época, as eleições soviéticas não eram independentes, pois os delegados que disputavam o pleito eram previamente designados pelas autoridades comunistas (CARR, 1975, p. 364).

Sendo assim, considerando que houve de fato na URSS uma extrema concentração de poder em uma cúpula burocrática, como uma espécie de “absolutismo burocrático”, que em 1927 já estava consolidado e com toda a dissidência política eliminada – inclusive a própria

<sup>342</sup> Não Temer. **A Plebe**, São Paulo, 11 jun. 1927. Ano 11, nº 253, p. 02.

<sup>343</sup> Em relação a questão do regime soviético ser considerado um “Capitalismo de Estado” é interessante acrescentar a consideração de Lewin (2007a, p. 461) onde há confusões e contradições que derivam do fato de que, para ele, a URSS não era capitalista, já que a propriedade da economia estava toda nas mãos do Estado – o que reforça o conceito utilizado de “absolutismo burocrático” para classificar o sistema soviético.

dissidência comunista que seria vencida até finais daquele ano – as alegações de José Oiticica são, por isso, no mínimo contundentes. Podemos dizer que agora já não se trata mais apenas de um questionamento em relação à tese e ao mito comunistas da “revolução mundial”; questionando e discordando de que a Revolução Russa e a formação da URSS eram o prelúdio próximo da queda do capitalismo, que estava nas suas fases finais – como Oiticica tinha feito em 1923-1924, analisado no capítulo anterior. Agora, Oiticica estava desconstruindo mesmo completamente a ideia da Rússia enquanto centro da revolução mundial. Chega mesmo a afirmar que a Rússia estava: “restaurando o despotismo autocrático na sua oligarquia republicana comicamente ‘proletária’”, como querendo dizer que o próprio autoritarismo típico da época czarista estava tão presente quanto agora sob a república “proletária”. De qualquer maneira podemos apontar com este artigo de Oiticica que este elemento – de negação total da Rússia enquanto uma referência para a existência de uma revolução social mundial, ao menos pelo o que ela tinha se transformado – foi um fator novo do pensamento libertário nesse período, após dez anos da revolução de 1917. O processo político russo já tinha se estabilizado e a opinião anarquista brasileira já estabelecia conclusões mais sólidas a partir de informações mais precisas.

A partir de junho de 1927 observamos que, na produção jornalística da imprensa operária aqui analisada, diminuíram sensivelmente as polêmicas e discussões entre anarquistas e comunistas, tanto em relação a Rússia quanto em relação as disputas sindicais. Com a aproximação da execução dos anarquistas Sacco e Vanzetti nos EUA e a aprovação da Lei Celerada que já vinha sendo discutida no Congresso – que acabaria inclusive fechando os jornais *A Plebe* e *A Nação* –, eventos estes que ocorreriam em agosto, houve uma maior solidariedade, assim, entre as duas tendências nestes pontos e uma breve trégua. Tanto que *A Plebe* em seu último número antes de ser fechada refreou qualquer ataque aos comunistas e se solidarizou com o jornal *A Nação*, que vinha recebendo assédios das autoridades policiais que já se preparavam para uma nova onda repressiva sobre o movimento operário e social (DULLES, 1977, p. 276).

Ao finalizar o tema sobre a Rússia Soviética neste capítulo devemos tecer algumas breves considerações preliminares. Como já comentamos desde o capítulo anterior, havia, aparentemente, uma autocensura dos comunistas em relação às notícias negativas do autoritarismo e desvios do socialismo soviético apontados pelos anarquistas, pois os comunistas brasileiros tendiam mais a utilizar fontes oficiais de autoridades comunistas, estrangeiras e soviéticas, ou de simpatizantes do regime, enquanto os anarquistas se apoiavam em fontes mais diversas e de várias tendências políticas – da grande imprensa à imprensa

operária internacionais. Acreditamos que o próprio caráter centralista e sectário do PCB na época são elementos que ajudam a explicar este bloqueio às outras fontes de informações diversas, assim como a própria crença no mito soviético que ainda era muito forte na época no mundo inteiro. Assim, no período analisado por este capítulo, isso ficou mais evidente, visto que os anarquistas indicaram a ocorrência das crises políticas que estavam acontecendo no governo da URSS, mas a imprensa comunista ignorou na época estes eventos.<sup>344</sup>

### 3.2.3. Impasses da revolução no Brasil

Novamente sobre o tema das crises políticas da República analisada pela imprensa operária, inicialmente verificamos que em 1927 abre-se um novo contexto destas crises, que as desaceleram brevemente. Como vimos desde a primeira revolta tenentista de 1922 e sobretudo a partir da segunda, em 1924, a República oligárquica entrara em crise e as perspectivas de uma possível revolução no Brasil estimulou o pensamento, a reflexão e o imaginário dos militantes da imprensa operária, entre anarquistas e comunistas. Com a continuidade das lutas tenentistas com a Coluna Prestes entre 1924-1926, estes militantes, como vimos, se empenharam em entender aqueles eventos e até em apoiá-los, por meio de impressos que tiveram justamente essa finalidade, como *A Liberdade* e *O 5 de Julho* – e isso numa época de acirrada censura à imprensa. Entretanto, as oligarquias políticas tinham se unido novamente com a crise militar, e passados os momentos mais agudos da crise, a recomposição do pacto oligárquico se refez, ainda que temporariamente, e a transição do governo de Arthur Bernardes para o de Washington Luís, no final de 1926, ocorreu em clima de tranquilidade (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 402-403).

Nessa época a Coluna Prestes ainda se encontrava no Brasil, mas, desde meados de 1926, já estava em retirada, objetivando a emigração, pois o governo de Arthur Bernardes estava no fim e a sua derrubada tinha sido o seu objetivo, sem dizer que as tentativas de conflagrar uma revolução no Brasil fracassaram. Exausta, reduzida numericamente e sem recursos, a Coluna buscou o exílio. Assim, em 4 de fevereiro de 1927, a Coluna, tendo à frente dos líderes tenentistas Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, internou-se na Bolívia, e em 4 de março, o destacamento de Siqueira Campos interna-se no Paraguai (JÚNIOR, 2006, p.

---

<sup>344</sup> Nesta seção para o ano de 1927 foram catalogados no total 67 artigos sobre esse tema, dos quais utilizamos para a nossa análise 9 destes textos jornalísticos. A maior parte deste material foi impresso em *A Nação*, mas como a periodicidade de *A Plebe* era quinzenal acreditamos que esta foi uma significativa amostra das discussões da imprensa operária.

340-341). O movimento tenentista perde força e entraria numa nova fase a partir de então, tanto que o jornal *O 5 de Julho* deixa de circular nesses finais dos anos 1920 (SALLES, 2005, p. 196).

Diante destes acontecimentos as possibilidades de uma revolução no Brasil entram num impasse, ficando para um futuro incerto. A imprensa operária, então, tendeu mais por fazer avaliações sobre as revoltas tenentistas que tinham ocorrido anteriormente, já que a crise brasileira aparentemente caminhava para um apaziguamento. Observamos que a produção da imprensa anarquista em 1927 sobre esse tema foi bem reduzida, ao contrário da imprensa comunista que, por meio do diário *A Nação*, muito se publicou sobre as lutas tenentistas. Como veremos, isso também refletia posicionamentos bem distintos entre as duas tendências sobre as revoltas militares. De qualquer maneira, nossa análise tem de se pautar pela produção da imprensa anarquista, na sua comparação com a dos comunistas, para atingirmos nossos objetivos, portanto, apresentaremos uma pequena amostra destes debates dentro da documentação que temos a disposição.

Sendo assim, o primeiro artigo que apresentamos e que melhor expressa os posicionamentos dos militantes do movimento operário nos vem de *A Nação*, apenas alguns dias depois que a Coluna Prestes se adentrou na Bolívia. O artigo não possui autoria e se insere no fim do jornal, mas em destaque e enviando saudações aos líderes tenentistas já no subtítulo:

Nesta hora de combates e batalhas, enviamos a nossa saudação a Isidoro, a Prestes, a Siqueira Campos, a Miguel Costa, a todos os bravos pequenos burgueses da revolta. Não somos os amigos das horas faceis. Somos os amigos fieis das horas tragicas, das horas amargas.

Victoriosos ou vencidos, respeitamo-vos e defendemo-vos. Tendes sempre para nós o mesmo valor. Vosso ideal é a preliminar de nossos ideaes. Vosso inimigo – o feudalismo – é o nosso inimigo. Aplinaes o caminho da revolução proletaria.

Assim é nesta hora difficil que queremos significar o nosso apoio moral á vossa obra.

Somos fieis em toda a linha.

Se a burguezia cafeeira não está mentindo, se de facto o cyclo da Segunda Revolta está terminado, só temos uma resposta:

– Viva a Terceira Revolta!<sup>345</sup>

A Coluna Prestes tinha entrado na Bolívia há poucos dias – fato que é mencionado no fim do artigo – e os comunistas enviavam suas saudações para os rebelados que, segundo eles, “aplainava (facilitava) o caminho da revolução proletária”. Isso porque devemos lembrar que

<sup>345</sup> Bravos revoltosos! *A Nação*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1927. Ano 2, nº 304, p. 06.

os comunistas brasileiros enxergaram nas revoltas tenentistas possíveis ensaios de uma insurreição revolucionária mais ampla, que foram interpretadas como os elementos de um processo revolucionário em curso no país, que inseria o Brasil na crise do capitalismo mundial (PINHEIRO, 1992, p. 66-67).

Quando o artigo se refere aos líderes tenentistas, “Isidoro, Prestes, Siqueira Campos, Miguel Costa” e “todos os bravos pequenos burgueses da revolta”, deixando claro que “o vosso inimigo – o feudalismo – é o nosso inimigo”, encontramos, aqui, os reflexos dos posicionamentos que o PCB passou a ter em relação àqueles eventos. Como já demonstramos, muitas das interpretações dos comunistas brasileiros foram inspiradas na estratégia geral da IC para os países coloniais e semi-coloniais – justificando-se a aliança estratégica dos comunistas com os “democratas e nacionalistas burgueses”, para derrubar o imperialismo internacional, visto que nestes países o desenvolvimento capitalista (e do proletariado) ainda era precário (PINHEIRO, 1992, p. 40-41). Logo, então, as teses da IC, que enfatizavam uma luta em curso contra o imperialismo nos países periféricos do capitalismo, foram generalizadas para o caso brasileiro e as revoltas tenentistas e a Coluna Prestes foram vistas como revoltas da “pequena burguesia”, assim como é qualificada no artigo acima (PINHEIRO, 1992, p. 65-66). Assim, apesar da pauta anti-imperialista não ter sido pregada pelos revoltosos militares do tenentismo, o fato deles se sublevarem contra o sistema político de uma República oligárquica – que se sustentava sobre a base social do latifúndio – pode ter potencializado estas interpretações. Aliado às teses da IC, portanto, a transposição para o Brasil deste modelo de alianças políticas fez com que o PCB vislumbrasse uma união de forças com o tenentismo, pois este lutava contra as oligarquias e os comunistas viram isso como reflexos das disputas imperialistas entre os EUA e a Inglaterra – onde o primeiro estaria apoiando a pequena burguesia revolucionária contra os fazendeiros apoiados pelo segundo, fato que já destacamos (PINHEIRO, 1992, p. 68-69). Por isso, o texto de *A Nação* destaca que eles e os revoltosos “pequenos burgueses” têm um inimigo em comum: “o feudalismo” – referindo-se à elite agrária.

Outro elemento que nos chama a atenção é quando se diz que “se a burguesia cafeeira não estiver mentindo”, de que, de fato, o “ciclo da segunda revolta” se findou, então eles já passariam a pregar: “Viva a terceira revolta!”. Como o movimento tenentista era visto pelos comunistas como um processo histórico de uma conjuntura revolucionária em ascensão esperava-se, então, que com o agravamento da situação econômica e política do país pudesse ocorrer, assim, uma “terceira revolução” – já que a primeira teria sido a revolta de 1922 e a segunda a de 1924, de onde a Coluna Prestes seria a continuação desta última (PINHEIRO,



1992, p. 67). Como ainda veremos, nos anos posteriores essa crença numa “terceira revolta” foi intensificada entre os comunistas a partir dessa época.

Dessa forma, o desejo de uma aliança entre o PCB e os líderes tenentistas, em especial com Luís Carlos Prestes, que era o mais prestigiado, se configura de forma mais nítida neste ano de 1927. Tanto que é por meio do jornal *A Nação*, portanto, que os comunistas começam a defender uma aproximação com a Coluna Prestes (DEL ROIO, 2007a, p. 238). Uma política que vai culminar de forma prática pelo envio de Astrojildo Pereira à Bolívia no fim do ano, em dezembro, a fim de se encontrar com Luís Carlos Prestes e propor a ele uma aliança com os comunistas (DEL ROIO, 2007a, p. 239).

No dia seguinte a esta publicação de *A Nação*, o periódico libertário *A Plebe* retorna ao cenário da imprensa operária depois da longa censura imposta pelo governo anterior. Em seu primeiro número daquele ano, em artigo de capa e sem autoria, os editores publicam uma longa matéria que continua pela página seguinte e que denuncia as perseguições do governo de Arthur Bernardes contra os anarquistas, depois de se deflagrar a revolta tenentista em São Paulo em 1924. Assim, os anarquistas deixam expressar algumas opiniões pertinentes sobre aquele evento, ainda que bem breves:

Os trabalhadores que pelo seu espirito de sacrificio, pela sua dedicação, mais actividades desenvolvem no meio associativo, são buscados por toda a parte como se fossem criminosos vulgares, são presos, mettidos em immundas prisões semanas e mezes.

Essa perseguição ainda tomou maior vulto depois da revolução de 1924 e com o estabelecimento do estado de sitio.

A historia do martyrologio do proletariado registra nestes dois ultimos anos casos horríveis, que, relatados ao mundo civilizado, provocariam os protestos de todas as consciencias rectas. Em Julho de 1924 fizeram-se prisões em massa de trabalhadores, que nada tinham que ver com o movimento militar.<sup>346</sup>

O número anterior a esta edição ainda era aquele de 25 de julho de 1924, quando os anarquistas de *A Plebe* publicaram um número especial em que se analisava a revolta tenentista de 5 julho daquele ano junto com uma moção de apoio ao “movimento revolucionário”. Contudo, apesar de citar o ocorrido, neste artigo, os anarquistas se limitam a dizer que aquela revolta gerou a prisão em massa de trabalhadores, “que nada tinham que ver com o movimento militar”, e não se referem ao apoio que foi dado. Apesar do tema principal ser a repressão que ocorreu a partir de 1924, mencionando adiante o nome dos anarquistas e trabalhadores que foram presos e enviados ao campo de concentração de Clevelândia, essa

<sup>346</sup> A classe trabalhadora e a situação. *A Plebe*, São Paulo, 12 fev. 1927. Ano 11, nº 245, p. 01.

pequena passagem revela que aquela revolta era qualificada por eles como uma “revolução” – ainda que isso fosse uma forma comum de se referir às revoltas na época –, porém, uma revolução que se tratava de um “movimento militar”. De qualquer maneira não podemos considerar que os militantes que colaboravam com *A Plebe* em 1927 não soubessem daquele fato, mesmo porque o nome de Rodolfo Felipe era indicado como o diretor do jornal tanto em 1924 como naquele ano de 1927.

Podemos pensar que os anarquistas talvez evitavam aquele assunto, em que *A Plebe* apoiou a revolta de 1924 – ainda que criticamente como vimos –, por ser uma lembrança dolorosa devido às perseguições que se sucederam, já que um dos redatores do jornal, o gráfico Pedro Augusto Motta, foi preso e enviado para Clevelândia, morrendo na Guiana Francesa em 1926 (SAMIS, 2002, p. 220). Inclusive, o nome de Pedro Augusto Motta também é citado adiante, em outra matéria na mesma página, sobre a morte dele. Ou ainda podemos considerar que os anarquistas não tocavam naquele assunto por já não concordarem com as atitudes que foram tomadas em 1924, não dando muita importância a elas, pois os libertários ligados àquele jornal tiveram uma visão crítica da revolta tenentista já naquela época e, de qualquer maneira, esse movimento já tinha sido derrotado. Neste último artigo, portanto, as sublevações tenentistas ainda são qualificadas como uma “revolução militar” – sem referência a qualquer conteúdo político e social mais profundo.

Em nosso trabalho de catalogação não encontramos muitas opiniões dos anarquistas sobre o tenentismo neste ano de 1927. Porém, ainda identificamos um artigo muito importante e revelador que demonstra os posicionamentos mais críticos e severos desta tendência sobre o movimento dos militares sublevados, quebrando o silêncio sobre aqueles acontecimentos. Na edição especial de 1º de maio de *A Plebe*, o famoso anarquista Florentino de Carvalho, que tinha sido um dos principais editores do periódico *O Libertário* estudado no capítulo anterior, escreve numa longa coluna no fim do jornal, um texto forte e emotivo, homenageando os militantes libertários e trabalhadores que foram perseguidos pelo governo a partir da segunda revolta tenentista. E com isso, assim, ele expressa duras considerações:

A tempestade reaccionaria serenou um pouco após se ter feito do solo brasileiro um tendal de victimas e regado elle com o sangue generoso do povo numa lucta fraticida.

[...]

Á longa serie de logradouros, de regiões nos quaes o povo tem sido sacrificado, vem sommar-se agora Oyapock e Clevelandia.

Nem as cartas constitucionaes, nem os codigos de nenhum Estado, mesmo o mais barbaros, autorizam qualquer castigo extralegal aos presos por delicto politico ou commum.

No entanto, temos a lastimar os maus tratos dado aos indiciados como participantes da revolta e a detenção e a tortura de varios elementos nossos, de muitos anarquistas, esforçados pioneiros da emancipação dos trabalhadores, das liberdades humanas, pelas autoridades representativas do regime vigente, que, sabendo-os inocentes, alheios ao golpe de Estado de 5 de Julho de 1924, aproveitaram, entretanto, o ensejo para inutilizal-os ou eliminal-os.

E é preciso que se faça justiça apresentando a obra dos nossos irmãos em ideal em toda sua plenitude e significação.

Marques da Costa, Domingos Braz, Oiticica, Nascimento, Domingos Passos [...] Parada, Nino Martins e aquelles encerrados nas prisões, confinados, martyrizadas ou assassinadas em Oyapock e Clevelândia não foram demagogos, nunca aspiraram a criar partidos politicos, nunca se manifestaram como protectores do proletariado, não pertenceram á estirpe dos chefes politicos ou militares, avidos de riqueza e de poder como Isidoro Dias Lopes, João Francisco, Antonio Prado, Assis Brasil e tantos outros da mesma linhagem e, finalmente, não se enfileiraram entre os trabalhadores como famintos arrastados á lucta pela necessidade economica, mas vieram á arena fraternalmente como combatentes de um ideal, como homens capazes dos maiores sacrificios pela realização da idéa de igualdade social, de liberdade, synthetizadas na philosophia do anarchismo.<sup>347</sup>

No início deste trecho, Florentino de Carvalho já destaca que as perseguições políticas, “a tempestade reacionária”, diminuíram após ter ocorrido no Brasil uma “luta fratricida” – dando a entender que as batalhas que ocorreram, dos levantes tenentistas à Coluna Prestes, foram um derramamento de sangue desnecessário entre os brasileiros. Acusa ainda que, somados aos sofrimentos do povo que já existiam, inseriu-se uma repressão que nem “os códigos de nenhum Estado”, mesmo os bárbaros, autorizariam àquelas práticas, como a de “Oiapoque e Clevelândia” – referindo-se ao campo de concentração para presos políticos do governo que ficava no extremo do Amapá às margens do Rio Oiapoque, nas divisas com a Guiana Francesa. Por isso parece que Florentino se refere a dois lugares, confundindo o nome da cidade, que se encontrava a instituição penal, com a região.<sup>348</sup>

<sup>347</sup> Perante a queda heroica de nossos martyres... **A Plebe**, São Paulo, 1 maio 1927. Ano 11, nº 250, p. 04.

<sup>348</sup> A colônia penal de Clevelândia no Amapá recebeu a primeira leva de deportados do estado de sítio do governo de Arthur Bernardes em fins de 1924, e ao que parece ela se manteve em funcionamento até o final daquela década – apesar que, com o fim do governo Bernardes, grande parte da opinião pública se comove com o fato a partir de 1926. Não há um número preciso da quantidade exata de pessoas que foram enviadas para aquela colônia, mas um relatório de meados de 1926 apontava cerca de 946 prisioneiros, sendo que 408 eram ex-soldados sublevados do tenentismo, capturados em Catanduva no Paraná após rendição em 29 de março de 1925. Outros 419 eram do próprio Rio de Janeiro, dos quais a maioria operários. Deste número por volta da metade teria morrido ao longo daqueles anos devido às péssimas condições de salubridade da colônia, que vitimou boa parte devido às doenças. É importante também frisar que para Clevelândia não foram enviados apenas militares sublevados e militantes do movimento operário (os revolucionários como diziam) e muitos operários em geral, mas também todos os elementos que se constituíam como os “indesejáveis” para o governo e a polícia, numa política deliberada contra os pobres das cidades, àqueles qualificados de “marginais” e “vadios”, como mendigos, crianças abandonadas e criminosos comuns. Cf.: (SAMIS, 2002, p. 172-173, 176, 201 e 203-205).

Em seguida, Florentino lamenta os maus tratos e torturas dos “indiciados como participantes da revolta”, inclusive de muitos anarquistas, “esforçados pioneiros da emancipação dos trabalhadores” – como que referindo-se, possivelmente, aos anarquistas que aderiram àquela revolta de São Paulo. Entretanto, além dele já ter qualificado as batalhas tenentistas como lutas “fratricidas”, nesta passagem ele ainda julga o levante de 5 de julho de 1924 de São Paulo como um “golpe de Estado” – que serviu de pretexto para que as autoridades do regime perseguissem os anarquistas.

Adiante, ele defende, num trecho de difícil leitura devido aos desgastes do tempo no original, que se faça justiça com os “irmãos de ideal” e cita os nomes dos anarquistas perseguidos: Marques da Costa, Domingos Braz, José Oiticica, “Nascimento”, Domingos Passos, “Parada” e Nino Martins, que foram encarcerados ou “martirizados” em Clevelândia.<sup>349</sup> Sendo assim, Florentino de Carvalho protesta, dizendo que estes anarquistas “não foram demagogos”, pois “nunca aspiraram a criar partidos políticos” para se dizerem “protetores do proletariado” – até como uma alusão indireta, e provocativa, aos comunistas. E ainda acrescenta – em uma das críticas mais duras até então contra os conflitos tenentistas – que os anarquistas não são como “os chefes políticos e militares”, ávidos de riqueza e poder, como Isidoro Dias Lopes, João Francisco, Assis Brasil e Antonio Prado. E que os militantes libertários não foram “arrastados à luta pela necessidade econômica”, como os trabalhadores, mas que “vieram a arena fraternalmente”, como combatentes do ideal da igualdade social e da liberdade, “sintetizadas pela filosofia do anarquismo” – expressando assim um imaginário de luta de feições solidárias. Ao que parece Florentino quis dizer que os anarquistas que aderiram

---

<sup>349</sup> Já apontamos que com a onda repressiva instaurada pelo governo após a revolta de 5 de julho de 1924 o próprio Florentino de Carvalho tinha sido preso na sede da UOCC no Rio de Janeiro, juntamente com o anarquista português Marques da Costa – que editou o periódico *O Trabalho* daquela associação, analisado no capítulo anterior – e que foi deportado, assim, para Portugal. Cf.: (DULLES, 1977, p. 195; SAMIS, 2002, p. 101). Assim também como José Oiticica, que como já destacamos, foi encarcerado naquela ocasião sofrendo momentos difíceis nas prisões do Rio de Janeiro, apesar de não ter sido enviado para Clevelândia (SAMIS, 2007, p. 99). Em relação a Domingos Braz, Nino Martins, Domingos Passos e “Nascimento” – que muito provavelmente se refere ao sindicalista José Alves do Nascimento – e “Parada”, que se refere a Nicolau Parada, estes foram, portanto, os militantes anarquistas que realmente foram enviados para Clevelândia – além do já comentado Pedro Augusto Motta. Também já nos referimos a Domingos Passos, o anarquista negro, que conseguiu fugir de Clevelândia, indo para a Guiana Francesa e posteriormente para Belém no Pará, de onde conseguiu retornar para o Rio de Janeiro (SAMIS, 2002, p. 218-219; SANTOS, 2017, p. 190-191). Em relação a Domingos Braz ele era operário têxtil e foi enviado junto com Domingos Passos para Clevelândia, retornou ao Rio de Janeiro e, nos inícios dos anos 1930, ingressa para o PCB. José Alves do Nascimento, por sua vez, era comerciante e morreu em Clevelândia. Nicolau Parada era espanhol e garçom, sindicalizado no Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro, e posteriormente radicado em São Paulo, também morreu no desterro do Oiapoque. Por fim, Nino Martins, que também era gráfico e um dos signatários da moção de apoio que *A Plebe* publicou para com os militares rebelados em 1924, Nino Martins também morreu em Clevelândia. Cf.: (SAMIS, 2002, p. 219-220).

a revolta assim o fizeram para defender um ideal, já que muitos trabalhadores aderiam para fugir da miséria econômica.<sup>350</sup>

Dessa forma, Florentino de Carvalho fazia duras críticas ao movimento tenentista, a de que tal evento teria sido uma tentativa de golpe de Estado que gerou uma desnecessária luta fratricida. E ainda acusava os líderes militares do movimento de se aliarem com outros políticos em busca de “riqueza” e “poder”. De fato, como vimos, a luta tenentista teve um caráter de golpe de Estado e todos os líderes tenentistas a partir desta época – com exceção de Luís Carlos Prestes que se converteria ao comunismo – se aproximariam, portanto, dos opositores liberais contra o governo de Washington Luís, que acabaria fortalecendo Getúlio Vargas – processo que discutiremos no próximo capítulo. Com isso, na visão anarquista de Florentino de Carvalho, que negava a conquista do Estado, as atitudes de Isidoro Dias Lopes eram completamente condenáveis, colocando-o na “estirpe” dos homens ambiciosos. Uma visão que, como observamos no artigo de *A Nação*, era completamente contrária dos comunistas, que glorificavam e saudavam Isidoro por almejavam a aproximação com o tenentismo. Podemos apontar que este posicionamento de Florentino de Carvalho foi uma opinião singular no movimento anarquista da época em relação ao tenentismo, já que expressava uma condenação total de forma clara e objetiva, sem dúvidas sobre a natureza daquelas revoltas militares e sem expressar qualquer simpatia por elas.

Depois desta edição de 1º de maio de *A Plebe* não encontramos mais nenhuma fonte jornalística que evidencie as opiniões dos anarquistas a respeito das lutas tenentistas ou da Coluna Prestes. E pelo que vimos, para os libertários, as possibilidades de uma revolução no Brasil estavam fora de cogitação por aqueles momentos. Entretanto, como foi demonstrado, os comunistas tinham uma abordagem distinta das lideranças do movimento militar revolucionário porque desejavam uma aliança tática com estes setores, pois acreditavam que aquelas revoltas da jovem oficialidade rebelde do Exército tinham sido sintomas de um

---

<sup>350</sup> Em relação a Isidoro Dias Lopes já mencionamos que ele foi um dos principais generais das lutas tenentistas, tendo comandado a revolta de São Paulo de 1924. Isidoro, que em meados de 1926 estava exilado na Argentina, tentou ainda coordenar uma nova revolta no Rio Grande do Sul em novembro de 1926, em aliança com o político gaúcho Assis Brasil – que nessa ocasião era líder da “Aliança Libertadora” e um dos membros do “governo revolucionário” que tentou ser instaurado na ocasião, episódio que fez parte das chamadas “colunas relâmpagos” e que não conseguiram sucessos (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 340; CARONE, 1975, p. 153; FORJAZ, 1977, p. 85). Já João Francisco foi um famoso coronel tenentista da época (CARONE, 1975, p. 262). Por fim, Antonio Prado também foi político e ajudou a fundar em 1926, inclusive junto com Assis Brasil, o Partido Democrático Nacional, partido esse que se tornou de oposição ao governo de Washington Luís e ao qual, inclusive, os comunistas se aliariam via BOC em 1928. O Partido Democrático, porém, também faria parte da Aliança Liberal que lançaria nos anos seguintes a candidatura de Getúlio Vargas à presidência (DE DECCA, 1994, p. 88-91). Sobre Antonio Prado e Assis Brasil Cf.:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_da\\_Silva\\_Prado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_da_Silva_Prado)>;

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim\\_Francisco\\_de\\_Assis\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Francisco_de_Assis_Brasil)>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

processo revolucionário maior, que fazia parte do processo histórico, a partir de uma visão marxista. Com isso, os comunistas conjugavam as suas estratégias de alianças políticas dentro das visões e representações que tinham da crise brasileira:

Prestes, o maior general do exercito brasileiro, esquadrejou o paiz de norte a sul, combatendo em prol de uma causa justa.  
 Elle não queria grande coisa, por falta de educação revolucionaria.  
 Vencedora a revolta, muitas coisa, senão quasi tudo, ficaria por fazer.  
 Mas no seio da officialidade revoltosa já se vem operando certa evolução em matéria de ideologia. “A revolução é a locomotiva da historia...  
 [...] Assim como ficaram conhecendo as falhas do inimigo, não lhes devem ser mais desconhecidas as falhas do regimen que elles tentaram endireitar, não se apercebendo que é mal da republica burgueza e chronico e incuravel.  
 Teremos ainda muitos Bernardes.  
 [...] O genio militar brasileiro, o guerreiro de 29 annos, o autor da mais heroica marcha militar que já se observou na historia, Luiz Carlos Prestes deve ter comprehendido o seguinte: o regimen que gera os Epitacios, os Bernardes e os Washingtons tem que ser decepado pela raiz.<sup>351</sup>

Nessa época, a Coluna Prestes já se encontrava na Bolívia e, ao noticiar a situação dos revoltosos naquele país, os redatores do jornal – o artigo não possui autoria – constroem uma imagem heroica de Luís Carlos Prestes como “o maior general do exército brasileiro”. Em seguida, contudo, acrescentam que Prestes “não queria grande coisa por falta de educação revolucionária”. E que, caso fossem vencedores, muita coisa, senão tudo, ainda “ficaria por fazer”. Os comunistas assim julgavam os acontecimentos do tenentismo porque, como já observamos, a Coluna não teve por objetivo mudar a essência do regime Republicano, mas moralizá-lo dentro da sua constituição (FORJAZ, 1977, p. 57-58). Assim, para os comunistas, Prestes tinha essa visão porque não possuía a “educação revolucionária”, isto é, a consciência da ideologia comunista. Porém, ainda se afirma que ocorre uma evolução na oficialidade revoltosa em “matéria de ideologia” e cita a frase: “A revolução é a locomotiva da história”.

Isso são indícios de que os comunistas já estavam discutindo uma aproximação com a Coluna Prestes, ao enalteceram a figura de Prestes e afirmarem que os líderes tenentistas estão evoluindo em sua ideologia – como que expressando os próprios desejos dos militantes marxistas. A própria frase “a revolução é a locomotiva da história” remete ao pensamento de Marx, onde o pensador alemão já apontava que “a história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes” e que as lutas de classes fazem parte de um movimento histórico real (MARX; ENGELS, 2007b, p. 45 e 60). Uma análise da história,

<sup>351</sup> A situação dos revoltosos emigrados. **A Nação**, Rio de Janeiro, 6 maio 1927. Ano 2, nº 374, p. 01 e 04.

aliás, que não deixa de também expressar toda uma visão messiânica, pois, como afirma Girardet (1987, p. 11), o marxismo não teria, talvez, tido tanta atração se fosse destituído de seu apelo profético e reduzido apenas a um sistema de análise sociológica. E os comunistas brasileiros não estavam isentos destas características.

Em seguida os comunistas afirmam que os revoltosos passaram a conhecer com aquela experiência de luta as falhas do “regime que eles tentaram endireitar”, não percebendo ainda que é um mal da república burguesa, que é “crônica e incurável”. Queriam dizer com isso que a corrupção e o autoritarismo do sistema republicano brasileiro eram próprios do sistema burguês, ou seja, do sistema capitalista, por isso previam: “teremos ainda muitos Bernardes”. Por fim, se concentram na figura de Prestes, dizendo que ele deve ter compreendido que o regime político que gera os “Epitácios”, “Bernardes” e “Washingtons” – referindo-se aos últimos presidentes brasileiros desde a primeira revolta de 1922 – deve ser “decepado pela raiz”, ou seja, o próprio sistema capitalista e burguês deve ser abolido. Mais uma vez o imaginário heroico de Prestes construído pelos comunistas transparecia os seus desejos de terem o mais prestigiado líder do tenentismo nas fileiras do PCB – algo que inclusive eles conseguiriam nos anos seguintes.

Alguns números adiante, em outro artigo sem autoria e no fim do jornal, os comunistas reforçam a ideia de que os líderes do tenentismo tinham de se aproximar da teoria revolucionária do comunismo, assim como avaliam as causas de seus insucessos:

Por que Isidoro e seus companheiros não foram vitoriosos? A resposta é simples: porque não tinham theoria revolucionaria; e, sem theoria revolucionaria, conforme ensina Lenine, não é possível movimento revolucionario, ou victoria revolucionaria. Quem não sabe o que é ser revolucionario não póde vencer.

Isidoro era pequeno-burguez. O pequeno-burguez luta pelo “povo” em geral, e não por uma classe contra outra classe. Elle se satisfaz com simples e apparentes conquistas liberaes.

[...]

Isidoro, Prestes, Juarez e todos os demais só têm uma salvação: fazer causa commum com o proletariado e aprender a ser com este revolucionarios de verdade, revolucionarios não pelo povo, mas pelos que soffrem contra os que fazem soffrer, pelos que não têm contra os que têm individualmente, pela grande massa dos trabalhadores contra a minoria que os opprime e explora.<sup>352</sup>

Para os militantes de *A Nação* os revoltosos militares não foram vitoriosos porque eles não possuíam a teoria revolucionária e sem a teoria revolucionária não era possível vencer,

---

<sup>352</sup> Por que Isidoro e seus companheiros não foram vencedores. *A Nação*, Rio de Janeiro, 31 maio 1927. Ano 2, nº 395, p. 04.

“conforme ensina Lenine”, como se diz. Esse raciocínio espelhava as teorias leninistas onde entendia-se que a classe operária não poderia atingir a consciência revolucionária socialista sem um partido de vanguarda dotado de teorias e teóricos que analisem o desenvolvimento político, social e econômico de forma mais ampla (JOHNSTONE, 1985b, p. 21). O líder tenentista Isidoro, mais uma vez utilizando-se da expressão, é classificado como “pequeno burguês”, que não propôs a luta de uma classe contra a outra, se limitando a “aparentes conquistas liberais”. Assim, Isidoro, Prestes e Juarez – referindo-se a Juarez Távora que compôs o Estado Maior da Coluna (CARONE, 1975, p. 257-258) – só tinham segundo eles como única salvação “fazer causa comum com o proletariado”. Com isso, os líderes da Coluna se tornariam “revolucionários de verdade”, não pelo povo, mas pelos “que sofrem contra os que fazem sofrer”, isto é, pelos trabalhadores contra a burguesia. Uma ideia que remetia a própria noção de ditadura do proletariado, numa formulação bem próxima a de Lênin, onde o proletariado teria que utilizar os meios e os métodos do poder de Estado contra os exploradores (LÉNINE, 1978a, p. 263).

Foi importante analisar mais estes exemplos dos posicionamentos dos comunistas como uma medida de comparação com as opiniões dos anarquistas. Ao finalizar este capítulo, e no caso o tema das crises políticas da República até esta data de 1927, devemos fazer alguns balanços interpretativos. Vimos que os comunistas e o PCB passaram a encarar as lutas tenentistas como um processo revolucionário maior em curso no país – reflexos das disputas interimperialistas – os marxistas brasileiros eram influenciados, assim em parte, por análises elaboradas pelas autoridades da IC que eram tomadas na forma de diretrizes, interpretações estas que não correspondiam com a realidade (PINHEIRO, 1992, p. 63-64). Os desejos dos comunistas de confirmarem as teses da IC para o caso brasileiro fizeram que formulassem as suas “estratégias” dentro das “ilusões” do que entendiam ser a natureza dos movimentos políticos em curso, que fizeram parte das representações sobre a “revolução brasileira” na época (PINHEIRO, 1992, p. 14-15). O apoio ao movimento “pequeno burguês” dos militares revoltosos, o desejo de aproximá-los da ideologia marxista revolucionária, a proposta de uma aliança do tenentismo com o comunismo e a defesa de uma “terceira revolução” tenentista foram elementos presentes em nossas fontes e que evidenciam este imaginário de uma revolução no Brasil, ainda que ela estivesse passando por um impasse momentâneo. Outro fator a considerar é o contexto internacional, já que na China, naquela época, os comunistas estavam em plena luta revolucionária e em aliança com grupos nacionalistas que representavam uma “pequena burguesia”, o que estimulou este tipo de interpretação entre os



comunistas brasileiros (DEL ROIO, 1990, p. 90-96). As notícias sobre a China são abundantes no jornal *A Nação*.

Por outro lado, podemos dizer que os anarquistas tiveram um posicionamento mais heterogêneo e ambivalente. Como evidenciamos no capítulo anterior, na primeira revolta de 1922 houve grande desconfiança por parte dos libertários, enquanto que na revolta de 1924 os anarquistas de *A Plebe* apoiaram criticamente o movimento. Ao adentrar o período da Coluna Prestes, estudado neste capítulo, os anarquistas do impresso *A Liberdade* demonstraram total apoio àquelas lutas, inclusive de forma até romântica e laudatória – como vimos no soneto que abre este capítulo. Devemos considerar que a revolta contra o governo de Arthur Bernardes e de sua violência contra o movimento operário, assim como os episódios dramáticos e espetaculares dos embates entre as tropas rebeladas e os exércitos legalistas naquele período, podem ter incidido diretamente sobre estes posicionamentos dos militantes de *A Liberdade*, que eram até atípicos nos meios libertários, devido ao seu apregoado antimilitarismo.

Contudo, ao chegar 1927, as opiniões dos anarquistas ficam mais críticas e o artigo de Florentino de Carvalho pode ser apontado como um elemento novo, naquele momento, do pensamento anarquista em relação as crises da política brasileira. Isso porque Florentino de Carvalho retoma posições mais antimilitaristas, devido a uma visão mais crítica, pois para ele aquelas lutas tinham sido “fratricidas”. A condenação de famosos líderes das colunas tenentistas, por ambicionarem o poder e fazerem alianças com políticos, a acusação das revoltas militares de terem sido apenas tentativas de golpe de Estado, demonstram um ponto de vista “periférico” – típica do anarquismo – da crise brasileira, onde os trabalhadores não foram e não poderiam ser beneficiados. Considerando, como vimos, as alianças políticas que estavam sendo feitas entre líderes tenentistas e políticos de oposição, para a conquista do Estado, que os anarquistas tanto condenavam, este artigo de Florentino evidencia que havia setores no movimento libertário brasileiro que estavam atentos aos acontecimentos do país, e que avaliavam a situação com um certo realismo. Podemos apontar, então, que o pensamento anarquista neste ano de 1927 estava bem mais cético em relação a uma revolução no Brasil.<sup>353</sup>

---

<sup>353</sup> Nesta última seção sobre as crises da República catalogamos 23 artigos jornalísticos sobre este tema de forma que aqui analisamos 5 artigos desse total. Mais uma vez a maior parte desta documentação foi publicada pelo diário *A Nação*, mas como apenas dois artigos foram encontrados na imprensa anarquista acreditamos que esta análise foi uma amostra relevante para os objetivos de nosso estudo sobre o pensamento político na imprensa operária.

## Capítulo 4

### Combates e Resistência: as visões da revolução proletária no avanço da repressão burocrática (1928-1935)

Em uma reunião havida por iniciativa da Federação Operaria de São Paulo, de varias organizações obreiras conjuntamente, para tratar do momentoso caso da lei de férias, o representante gráfico fez perentoria declaração de que a União dos Trabalhadores Gráficos irá até á sindicalização oficial, para não perderem êles, os orientadores, o controle das “massas”... gráficas.

Quer dizer: politicos como são, raposas como todos os outros politicos, não tem nenhum escrupulo em submeter os trabalhadores da enorme corporação, cujo passado na história do proletariado é cheio de lances magníficos de luta, ao jugo do Ministerio do Trabalho e, conseqüentemente, aos interesses do patronato.<sup>354</sup>

No último capítulo analisamos as fontes jornalísticas da imprensa operária entre os anos de 1928 até 1935. Trata-se de um período muito conturbado, em que a *Revolução Liberal de 1930*, a *Revolução Constitucionalista de 1932* e a formação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), em 1935, são os grandes eventos da crise do sistema republicano que marcaram esses anos – e que constituirão nos principais assuntos deste capítulo na análise do tema sobre as lutas políticas das crises da República. O contexto repressivo de Getúlio Vargas contra as organizações operárias e, principalmente os mecanismos de controle estatal dos sindicatos por meio do aparelho burocrático de seu governo, foram problemas que o movimento operário enfrentou na época e que transparecem em nossas fontes.

Dessa maneira, principalmente a partir da década de 1930, os novos obstáculos enfrentados pelo movimento operário se revelaram pela forma de uma “repressão burocrática”, onde o governo de Getúlio Vargas – iniciado no ano de 1930 – instituiu leis e mecanismos de controle sobre os sindicatos operários. O artigo acima, sem autoria, expressa toda a polêmica e debates que foram gerados na imprensa operária com o aprofundamento da legislação trabalhista imposta pelo governo e da lei de sindicalização, que obrigou os sindicatos a se oficializarem perante o governo. Assim, setores do movimento operário aderiram a esta oficialização e os anarquistas de *A Plebe*, contrários a ela, não mediram suas críticas.<sup>355</sup>

<sup>354</sup> Recuos e “táticas” do bolchevismo. *A Plebe*, São Paulo, 3 mar. 1934. Ano 2, nº 57, p. 04.

<sup>355</sup> Em relação a este controle burocrático do governo Vargas a pesquisadora Maria Celina D’Araujo (2007) esclarece que através da fiscalização dos sindicatos o governo tinha instrumentos poderosos para controlar a ação dos trabalhadores, como evitar a eclosão de greves ou silenciar o movimento operário. Como o reconhecimento dos sindicatos e de associação eram demandas políticas do movimento dos trabalhadores em todo o mundo, o

Sendo assim, os anarquistas se deparam nesse período com uma situação cada vez mais difícil, pois já enfatizamos que eles eram contrários a uma pressão política pela legislação social – o sindicalismo revolucionário e a ação direta colocaram os anarquistas em evidência em uma época de total ausência do Estado nas questões trabalhistas, situação esta que se modificou na década de 1930. Narrando uma reunião da FOSP (Federação Operária de São Paulo), que era uma entidade anarcossindicalista, o autor do artigo de *A Plebe* relata, que ao tratar sobre a lei de férias, representantes da UTG (União dos Trabalhadores Gráficos), ao qual o jornal *O Trabalhador Graphico* era o órgão representante, revelaram que eram favoráveis à sindicalização oficial. Isso causou veementes críticas dos anarquistas, cujo autor do artigo alega que os militantes da UTG assim procediam, segundo os militantes gráficos, para não perderem “o controle das massas gráficas”. Com isso, o artigo acusa estes militantes gráficos de serem “políticos”, “raposas como todos os outros políticos”, já que não possuíam escrúpulos por submeter os trabalhadores ao controle do Ministério do Trabalho e, por sua vez, “aos interesses do patronato” – traíndo a história de luta da própria UTG.

Nessa época, a UTG era controlada pelos trotskistas, que passam a serem os principais antagonistas dos anarquistas na imprensa do movimento operário, já que o PCB passava por um período de declínio e de grandes dificuldades. Assim, praticamente não possuímos fontes jornalísticas dos comunistas ligados ao PCB a partir de 1930, pois o partido enfrentava esse revés tanto devido a repressão sistemática do governo, que se acentuava desde fins da década de 1920, como também pelas mudanças na sua linha política. A partir de 1929, quando Stálin passa a controlar a IC na URSS, a Internacional passa a influenciar diretamente a organização interna do PCB, impondo uma política sectária de “proletarização” em que os antigos quadros dirigentes são substituídos por novos membros operários – o que desarticula completamente o partido (VIANNA, 2007a, p. 71, 73-75).

Entretanto, como mencionamos, os anarquistas tiveram como principais opositores nesse período os comunistas de vertente trotskista e, ao iniciar a década de 1930, e as

---

governo brasileiro passou a reconhecê-los, mas criando restrições para que os sindicatos não fossem utilizados pelos trabalhadores como instrumentos de reivindicação e mobilização (D'ARAUJO, 2007, p. 220). Assim, as leis trabalhistas, como a lei de férias citada no artigo da epígrafe, já estavam sendo formuladas desde a década de 1920 e são ampliadas no período Vargas – como por exemplo a lei de proteção contra acidentes de trabalho. Houve uma preocupação maior do próprio governo para que estas leis fossem cumpridas pelo patronato, assim também como devemos considerar que a própria pressão de setores do movimento operário contribuíra para esta legislação, criando uma demanda de adesão destas leis entre os trabalhadores (D'ARAUJO, 2007, p. 222-223). A Revolução de 1930 marcou a intervenção direta do Estado sobre as questões trabalhistas e o fim da autonomia do movimento sindical, com a vinculação das associações de classe ao governo. Ainda em novembro de 1930 é criado o Ministério do Trabalho, em que o poder Executivo assumia diretamente a política trabalhista, instituindo uma primeira lei de sindicalização em 1931 – determinando que os sindicatos fossem “oficializados”, ou seja, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (D'ARAUJO, 2007, p. 223). Política esta, que como observamos, é condenada pelos anarquistas no artigo acima de *A Plebe*.

intenções do governo Vargas de sindicalização burocrática e corporativa, todos os setores da esquerda do movimento operário se mostraram contrários àquelas intenções. Assim, tanto os anarquistas, quanto os comunistas e os trotskistas, se opuseram a estas medidas expressas pela lei de sindicalização – o que permitiu que as associações “amarelas”, os socialistas reformistas, ganhassem terreno (DULLES, 1977, p. 375-376). Contudo, com o avançar dos anos 30, os trotskistas que controlavam a UTG viram que a luta e a pressão pelo cumprimento da legislação trabalhista e, ao mesmo tempo, a recusa à lei de sindicalização, não eram mais possíveis e passam, portanto, para não perderem o apoio das bases do sindicato, a reivindicar o reconhecimento oficial da entidade – o que gera críticas não só dos anarquistas como também dos comunistas (MUNAKATA, 1984, p. 92-94). É claro também que devemos considerar que houve uma resistência do próprio patronato pela efetivação destas leis, que precisaram de uma pressão do governo para que elas fossem respeitadas – de forma que no artigo de *A Plebe* o autor estava em parte equivocado por acreditar que as medidas do Ministério do Trabalho atendiam diretamente “os interesses do patronato” (MUNAKATA, 1984, p. 80-82).

Os posicionamentos em relação a lei de sindicalização e a política do Ministério do Trabalho foram, portanto, a tônica das principais discussões e polêmicas na imprensa operária nesse último capítulo sobre o tema da organização e da luta trabalhistas. Em tempos de recrudescimento da repressão – agora também por vias burocráticas – os “combates e resistências” dos militantes operários para continuarem defendendo as suas “visões” de uma revolução proletária possível teve, assim, que se deparar com uma realidade adversa e bem diferente do contexto anterior – estudado nos capítulos precedentes. Por isso, o pensamento político dos anarquistas – que constitui o nosso foco – muito acusou e condenou o “recuo tático” dos comunistas trotskistas, como se evidencia no próprio título do artigo de abertura.

Quanto às discussões sobre a Rússia na imprensa operária desta época, elas são marcadas pelo predomínio incontestado da ditadura de Stálin na URSS, pela maior influência direta da IC sobre o PCB, pelo aparecimento dos trotskistas na cena operária brasileira – o que enriquece ainda mais as discussões políticas na imprensa trabalhista sobre a União Soviética – e de um revigoramento da imprensa anarcossindicalista de São Paulo. Reaquecimento das esquerdas, portanto, que entram em choque com o fortalecimento do controle burocrático da legislação trabalhista de Vargas. A formação da ANL e a união antifascista que uniu as esquerdas contra os integralistas também marcam esse período.

Como já explicamos no primeiro capítulo, assim como foi destacado no capítulo anterior, a Lei Celerada de agosto de 1927 fechou muitos jornais operários, como os

periódicos *A Nação* dos comunistas e a anarquista *A Plebe* – esta que só retornaria em 1932 em nova fase, por isso que sua numeração recomeça. Diante disso, os anarquistas, que já tinham sido os mais prejudicados pela repressão do governo de Arthur Bernardes – que não vitimou os comunistas na mesma intensidade – passaram, a partir de 1928, por um acentuado declínio, de maneira que perderam grande espaço no Rio de Janeiro e se concentraram mais em São Paulo, com pequenas publicações avulsas e panfletárias até inícios dos anos 1930 (DULLES, 1977, p. 398-399; SAMIS, 2002, p. 222-223; 2004, p. 172 e 174). Isso pode explicar porque não conseguimos encontrar quase nenhum jornal anarquista entre os anos de 1928 a 1930 nos arquivos consultados. Durante este período, portanto, de passagem da República Velha para a Segunda República de Vargas, praticamente possuímos apenas a imprensa comunista a nosso dispor. Contudo, os acontecimentos desta época seriam comentados pela imprensa anarquista ao iniciar os anos 1930, o que compensa, em parte, esta defasagem.

Devido a estas condições decidimos, então, por também dividir este capítulo em duas partes. Na primeira, intitulado “Uma passagem difícil”, trataremos deste primeiro momento, entre 1928 a 1930, em que há poucas fontes anarquistas, mas que a análise de uma amostra da opinião comunista se torna interessante para comparar com os posicionamentos libertários que seriam publicados posteriormente. Portanto, esta primeira parte é mais curta e aborda esta “passagem difícil” do movimento ácrata brasileiro nesta transição de Repúblicas – marcado pela censura a sua imprensa e prisões de militantes anarquistas importantes. Em seguida, passamos para a parte intitulada “A Segunda República em dissolução”, mais longa por abarcar um período de intensas crises políticas, entre os anos de 1931 a 1935, crises estas que vão acentuar a queda da Segunda República – culminando no Estado Novo instituído por Vargas em 1937. Um segundo momento em que se destaca o revigoramento da imprensa anarquista de São Paulo, devido a breve reabertura política e com uma grande produção jornalística.

Para a redação deste capítulo final nos dispusemos de 11 jornais no total. Entre os periódicos em que analisamos os comunistas temos: *A Classe Operaria*; *O Combate*; *O Internacional*; *Voz Cosmopolita* e *O 5 de Julho*. Este último, agora, numa fase sem influência dos anarquistas, mas representando um grupo comunista ligado ao dissidente Antonio Bernardo Canellas – ao contrário dos impressos anteriores que eram ligados ao PCB. Entre os jornais anarquistas contaremos com: *A Plebe*; *O Trabalhador*; *O Syndicalista* e *O Trabalho*. E, por fim, também faremos uso de *O Trabalhador Graphico*, que nessa época passa a ter influência predominante dos trotskistas – mais substancialmente a partir de 1929. E, também,

do jornal *A Luta de Classe*, órgão oficial dos trotskistas no Brasil. Neste capítulo foram catalogados no total 169 artigos a respeito dos três temas pesquisados, ao longo de 222 edições entre todos os jornais arrolados, dos quais 74 artigos jornalísticos desse total foram selecionados para análise e dissertação desta etapa final.

#### **4. 1. Uma passagem difícil**

Durante este intervalo de tempo que compreende a crise final da Primeira República na passagem para a Segunda República, entre 1928 a 1930, alguns fenômenos e acontecimentos políticos e sociais importantes se destacam por influenciarem o movimento operário. Após a Lei Celerada de agosto de 1927, não apenas os jornais *A Plebe* e *A Nação* foram fechados pelo governo, mas o próprio PCB e as instituições sociais da classe operária foram postas na ilegalidade, com vários militantes presos, inclusive os anarquistas Edgard Leuenroth e Domingos Passos (DULLES, 1977, p. 276; DEL ROIO, 2007a, p. 238-239). Contudo, apesar da legislação repressiva existente, a partir de 1928, o movimento operário continuou se desenvolvendo, já que a desagregação da ordem oligárquica voltou a se manifestar, de maneira que abriu espaços políticos novos para a manifestação dos insatisfeitos e a pressão operária pelas leis trabalhistas tomou um novo impulso (DEL ROIO, 1990, p. 46 e 175). Nesse processo, e diante das novas condições de ilegalidade, o PCB decidiu transformar o BO (Bloco Operário), que disputara as eleições de 1927, em BOC (Bloco Operário e Camponês), intensificando a estratégia e as teses – até então defendidas pela IC – de união do movimento operário em uma frente ampla com a pequena burguesia. O BOC, assim, serviria como uma fachada legal para o partido e um meio para participar das eleições regionais de 1928 (DULLES, 1977, p. 291 e 297; DEL ROIO, 1990, p. 43-44; 2007a, p. 239).

Em 1929 iniciou-se um novo processo de sucessão presidencial e o então presidente, Washington Luís, que tinha sido governador de São Paulo, tinha que indicar um sucessor mineiro, mas acabou apoiando o nome de Júlio Prestes, paulista como ele e presidente daquele Estado. Isso acabou processando uma cisão no próprio grupo oligárquico dominante, abrindo espaços para as outras oligarquias regionais que tinham sido sufocadas nas crises dos anos 1920, pois Minas Gerais passou então a apoiar o nome de Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul para a presidência, formando a Aliança Liberal (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 403). Com a derrota eleitoral desta Aliança em 1930, setores inconformados desta articulação política se uniram com lideranças do movimento tenentista,

que embora derrotados militarmente tinham grande prestígio político. Tal processo culminou numa conspiração que resultaria na Revolução Liberal de outubro de 1930 que colocaria Getúlio Vargas no poder, depondo Washington Luís (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 404 e 407).

Estas mudanças políticas são importantes porque elas repercutiram na imprensa operária, nas discussões sobre as crises do sistema republicano e a revolução no Brasil. Aliás, estes acontecimentos não só repercutiram na imprensa operária da época como também seriam analisadas pela imprensa anarquista, como veremos, em outra época, quando os impressos libertários retornam a legalidade a partir de 1931. Sem dizer que, com a extrema repressão sobre os anarquistas – que por sua vez não almejavam disputar a política por meios institucionais como as eleições – o movimento operário nessa “passagem difícil” ficou com o seu contraponto libertário e “antipolítico” em desfalque. Assim, a disputa eleitoral – que os comunistas intensificaram via BOC – e a ampla frente de oposições ao antigo governo oligárquico se mostraram, de certa forma, como “um único caminho para os trabalhadores”. Ao menos como o caminho político mais evidenciado por forças das circunstâncias para às discussões sobre a organização operária, devido a quase ausência da opinião dos anarquistas no período. Tema este que consiste, então, na próxima seção.

#### **4.1.1. Um único caminho para os trabalhadores**

O período final da dissolução da Primeira República ou da República Velha, como ela passou a ser chamada após a “Revolução Liberal” de 1930, que instituiu Getúlio Vargas no poder, isto é, os anos entre 1928 a 1930, são muito conturbados politicamente. O que dificultou a sobrevivência do movimento operário devido a legislação severamente repressiva que foi imposta a partir de 1927, apesar do movimento ter resistido e se desenvolvido com a ação dos comunistas via BOC. Como observamos, de acordo com Dulles (1977, p. 398-399), os anarquistas, principalmente em São Paulo onde tinha se concentrado o movimento libertário mais forte, valeram-se de publicações avulsas nesse intervalo, pois os seus órgãos de imprensa estavam fechados. Estas publicações avulsas consistiam principalmente de panfletos e manifestos que concitavam os operários a se filiarem nos sindicatos anarquistas associados à Federação Operária de São Paulo – denunciando a exploração patronal dos industriais no período, principalmente de mulheres e crianças.

Sendo assim, quando acentuamos que nesses anos houve “um único caminho para os trabalhadores”, nos referimos principalmente ao espaço da imprensa operária, que é a documentação que trabalhamos, pois, de fato, a imprensa anarquista nesse período ficou bem reduzida e não encontramos jornais desta tendência nos arquivos referentes a estas datas. Isso não quer dizer que os anarquistas deixaram de existir e exercer a sua militância, pois destacamos que houve estas publicações avulsas, mas elas não fazem parte do tipo de documentação que trabalhamos. Talvez até poderíamos encontrar outros impressos libertários dessa época, mas isso demandaria o trabalho em outros arquivos que não tivemos acesso.

Contudo, houve periódicos que ainda resistiram nestes anos de difícil passagem das associações trabalhistas. O órgão dos empregados em hotéis, bares, cafés e restaurantes de São Paulo, *O Internacional*, em inícios de 1928, publica um artigo sem autoria que oferece indícios das discussões que ocorriam naquele instante:

Participamos das eleições com um fim de propaganda. Não somos eleitores. O que tem pra nós importancia é o conteúdo proletario da luta eleitoral e da luta parlamentar. As eleições e as Camaras constituem instrumentos como outros quaesquer: como o jornal, como o sindicato, como a cooperativa.

[...]

Dizem alguns operarios que os nossos representantes acabarão corrompidos pelo ambiente. Isto porém, não succederá desde que os trabalhadores sejam os primeiros a fiscalizar os seus e nossos representantes. Estes verse-ão obrigados a andar na linha pois que saberão o que os esperará no caso de traição: a perda do mandato, o desmascaramento perante as massas, o naufragio de todo o prestigio junto ás mesmas e penas mais graves no dia em que os trabalhadores conquistarem o poder...<sup>356</sup>

Nessa época, *O Internacional* ainda era um jornal comunista, já que depois ele seria tomado pela influência anarquista, como já comentamos no capítulo anterior (DEL ROIO, 1990, p. 62). Porém, não conseguimos acesso ao *O Internacional* em seu período libertário. Quando o artigo salienta que “participamos das eleições com um fim de propaganda” ele está se referindo, de acordo com Dulles, onde esta fonte também é citada (1977, p. 291), as intenções do BOC naquele momento de participar das eleições estaduais e municipais de São Paulo. Consideremos também que o autor se justifica, afirmando que não são eleitores (houve um erro de grafia), de que o que importa é o “conteúdo proletário”, as eleições como um fim de propaganda – o que refletia um princípio e uma tendência do PCB de agitação política maior do que a capacidade organizativa do partido (DEL ROIO, 1990, p. 180).

---

<sup>356</sup> Os porques de sermos partidarios da politica. **O Internacional**, São Paulo, 1 fev. 1928. Ano 8, nº 127, p. 01.



Podemos pensar que estas justificativas do autor também podem indicar uma resposta indireta que os comunistas lançavam contra as críticas que vinham do campo anarquista – que condenava a ação parlamentar do operariado. Há informações de que estas ideias, do candidato operário que não iria se corromper, porque os trabalhadores serão “os primeiros a fiscalizar”, provinham de Astrojildo Pereira que, na época, impulsionava o candidato da Coligação Operária ao pleito municipal de Santos – e que expressou estas opiniões no periódico comunista *Praça de Santos* – folha esta ao qual não tivemos acesso (DULLES, 1977, p. 291). A perspectiva da tomada do poder pelos trabalhadores – que acarretaria graves consequências para os traidores –, por fim, completava o raciocínio, e a fé, de que os representantes operários não seriam “corrompidos pelo ambiente” ao disputarem as instituições representativas do Estado.

Devemos lembrar que este é um período que mesmo os periódicos comunistas que sobreviveram funcionaram em condições de ilegalidade. O PCB, como explicamos, conseguiu exercer uma atividade na semilegalidade por meio da frente de alianças do BOC, o que lhe possibilitou inclusive conseguir espaço na seção *Movimento Operário* do jornal *O Combate*. Este jornal apoiou as frentes de oposições que desejavam derrubar as oligarquias tradicionais do Partido Republicano Paulista, representados pelo governo federal de Washington Luís, frentes estas congregadas no BOC e no Partido Democrático. Assim, o BOC foi aceito para administrar sua seção trabalhista, desde que se apresentasse como uma agremiação partidária, espaço jornalístico este que, aliado à força política deste periódico, serviu para os comunistas tentarem submeter as tendências políticas contrárias do movimento operário, em especial o anarquismo (DE DECCA, 1994, p. 93-94). Curiosamente, no entanto, nesses inícios de 1928 encontramos amplas matérias que denunciavam perseguições, que foram abundantes nesta seção do jornal:

Escrevem-nos:

Trabalhadores conscientes, camaradas: Ha já cerca de quarenta dias que prenderam e encarceraram nos horríveis calabouços da “Inquisição Policial” os nossos dois camaradas Domingos Passos e Affonso Festa.

Motivos? Todos os sabemos: o crime imperdoavel de serem elles anarchistas, isto é, serem homens que pensam por conta propria o pregam publicamente entre seus companheiros de trabalho as suas idéas de paz e bem estar para todos.

Ora, isto para os senhores oligarchas do “Fascio” brasileiro, constitue temivel delicto, digno, portanto, de se punir sem o minimo assomo de piedade. [...].<sup>357</sup>

<sup>357</sup> Ao proletariado militante e ao povo em geral. *O Combate*, São Paulo, 19 mar. 1928. Ano 13, nº 4660, p. 06.

Em relação a Domingos Passos já comentamos que ele foi um dos anarquistas mais famosos nos meios libertários e operários, novamente preso nessa ocasião, em decorrência das perseguições da Lei Celerada, esta foi uma das últimas notícias sobre sua vida (SAMIS, 2002, p. 219; 2004, p. 174). Por sua vez, Afonso Festa, que foi preso junto com Domingos Passos nessa ocasião, era um operário sapateiro, italiano e anarquista (RODRIGUES, 1994, p. 74).<sup>358</sup>

O artigo é assinado com o pseudônimo de “Um Liberto” e considerando a forma como ele se refere aos anarquistas, como “homens que pensam por conta própria” e que pregam aos trabalhadores “ideias de paz e bem estar para todos”, não é improvável que os comunistas tenham publicado uma carta de um anarquista. Isso pode parecer contraditório, mas acreditamos que esse artigo é importante por demonstrar que os comunistas estavam dispostos em ganhar simpatias no movimento operário, devido à grande comoção pública que houve na época com a prisão destes militantes. Como também pode revelar a força relativa que o anarquismo ainda possuía nos meios operários, sobretudo em São Paulo, e de que naqueles momentos de crises políticas, os militantes marxistas buscaram evitar maiores conflitos com as bases operárias sobre influência do anarquismo. Assim, a opinião de um ex-prisioneiro do governo que acusava “os senhores oligarcas do Fascio brasileiro” – referindo-se ao fascismo – ao que parece também agradava a direção de *O Combate*. Ao exemplo do artigo anterior de *O Internacional*, estes são indícios, portanto, que as opiniões anarquistas continuavam circulando no período e até mesmo reverberavam indiretamente na imprensa comunista. Algum tempo depois encontramos mais exemplos significativos desta cautela dos comunistas em fazer ataques diretos aos anarquistas nesse jornal, as críticas eram mais indiretas e transpareciam toda a concepção, do ponto de vista marxista, que se tinha da organização operária:

Um dos males que mais affectam o proletariado é a falta de “consciencia de classe”.

Ha uma determinada tendencia para a pequena burguesia sob a casca lustrosa de uma demagogia affectada e ridicula.

Emprega-se mesmo o vocabulario pequeno-burguez, tendencioso e ôco, e muito no fundo do seu revolucionarismo sem finalidade, encerra tão só, um baixo egoismo pessoal.

[...]

Só um partido proletario, com um programma opposto ao dos partidos burguezes e baseado nos postulados socialistas do marxismo é que poderá

---

<sup>358</sup> Afonso Festa trabalhou e viveu em São Paulo e acabou sendo expulso do Brasil por ser imigrante italiano e ter se envolvido na militância anarquista, como aconteceu com muitos trabalhadores de origem estrangeira. Ele foi fundador do Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados no ano de 1928. Afonso Festa foi um dos militantes mais visados pela polícia nessa época, que perseguia de preferência os que se destacavam na organização de greves e manifestações (RODRIGUES, 1994, p. 75).

resolver essa questão econômica e acabar com esses antagonismos da que adoce a sociedade presente.<sup>359</sup>

O artigo é assinado apenas pelas iniciais “D. D.” e afirmar que um dos maiores problemas do proletariado é a falta de consciência de classe, de modo que “há uma determinada tendência para a pequena burguesia”, afetada por demagogias pessoais, pode significar uma crítica à tendência anarquista. Isso porque, como já vimos, a crítica dos comunistas de que os anarquistas representavam um movimento pequeno burguês era recorrente. No fim, reafirma-se a adesão a um partido proletário.

Seguindo, contudo, críticas mais específicas e pregando uma centralização maior do movimento operário, um comunista, na página operária de *O Combate*, alguns dias depois do artigo anterior, se expressa de forma um pouco mais direta:

Os trabalhadores de S. Paulo, que já possuem seus sindicatos precisam não se esquecer de que, também na luta econômica, se deve manter uma disciplina severa para com todos os militantes. Sem isso não tem sentido a palavra organização...

[...]

Desorganizado como esta o proletariado paulista, hoje mais que nunca se faz mister que os poucos sindicatos existentes, concentrem as suas melhores forças, no sentido de forjar uma disciplina inquebrantável que os transforme em verdadeiros batalhões da classe trabalhadora.<sup>360</sup>

Já este artigo é assinado pelo pseudônimo de Tangapema e em nossa pesquisa não conseguimos identificar a real autoria deste nome. É interessante que o autor se refere aos trabalhadores de São Paulo que, apesar de já possuírem os seus sindicatos, não poderiam esquecer que “na luta econômica se deve manter uma disciplina severa”. Isso é importante porque, como observamos nos capítulos anteriores, a crítica dos comunistas de que os sindicatos organizados pelos anarquistas consistiam numa luta econômica, sem atentar muitas vezes a um conteúdo político, por negar a disputa do Estado, se expressou algumas vezes. Consideremos ainda que Tangapema alega que o proletariado paulista está desorganizado, em uma crítica indireta aos anarquistas, visto que naquela época a FOSP, anarquista, era a principal Federações sindical do Estado. Dessa maneira, devemos levar em consideração que muitas dessas críticas dos comunistas eram recorrentes e que partiam, como já discutimos, ou de um desconhecimento ou de um preconceito, por parte dos marxistas, sobre o real significado político da luta anarquista – que propunha uma lógica “periférica” da política.

<sup>359</sup> Consciência de Classe. *O Combate*, São Paulo, 5 abr. 1928. Ano 13, nº 4675, p. 06.

<sup>360</sup> Disciplina Proletária. *O Combate*, São Paulo, 16 abr. 1928. Ano 13, nº 4683, p. 06.

Sem dizer que nessa época a representatividade do PCB nas organizações operárias de São Paulo era bem inferior ao dos anarquistas. O partido contava apenas com cerca de 80 a 100 militantes filiados em todo Estado, enquanto os libertários eram majoritários nas associações sindicais – o que dificultou muito a campanha eleitoral do BOC, devido a abstenção eleitoral dos anarquistas (DEL ROIO, 1990, p. 62 e 65).

No entanto, naquele ano de 1928 ainda encontramos um exemplar da imprensa anarquista e a opinião desta tendência se expressa pelo jornal *O Syndicalista* de Porto Alegre, que parece ter resistido um pouco mais à severa repressão. Porém, este impresso retorna naquele ano em seu primeiro número – pois a cada ano ele reiniciava a numeração – apenas em maio, o que pode denotar as dificuldades do jornal. Como trata-se da edição de maio a maior parte do jornal relembra os mártires do anarquismo, desde o evento de Chicago em 1886 até Sacco e Vanzetti, inclusive escrito por Florentino de Carvalho. Destacamos inicialmente uma nota sem autoria no final daquela edição, e que nem sequer possui um título, mas que revela o nível de hostilidades em que se encontrava o movimento sindical daquela época:

As ciladas bolchevistas estão se repetindo contra os nossos camaradas. Quando encontram nas organizações operarias quem se oponha ás suas aspirações politicas, não trepidam em ir até ao assassinato. Do Rio de Janeiro recebemos, ha dias, a triste noticia do assassinato do companheiro Antonio Domingues, sapateiro, em uma reunião dos gráficos daquela cidade. Esta cilada foi adrede preparada pelo chamado partido comunista. O assassinato foi perpretado por um renegado, de baixo nivel moral, sob a suggestão do esbirro... ou deputado de fancaria Azevedo Lima. Os bolchevistas procedem pela calumnia e pelo punhal e agora entregam os trabalhadores á sanha dos capangas. Avalie se quando estiverem no poder. Bellos pregadores da frente unica.<sup>361</sup>

Este episódio é comentado em alguns trabalhos historiográficos e consiste em fatos trágicos que nunca foram elucidados completamente. Na noite do dia 14 de fevereiro daquele ano de 1928 tinha ocorrido na sede da União dos Gráficos, (UTG) do Rio de Janeiro, uma reunião convocada pelo então deputado Azevedo Lima, que era aliado dos comunistas e candidato pelo BOC, que iria denunciar um líder sindicalista que estaria entregando informações de militantes a polícia – que no caso seria Joaquim Pereira de Oliveira, presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecido (DULLES, 1977, p. 284-285; SAMIS, 2004, p. 172). Não entraremos em maiores detalhes, mas ocorre que essa reunião,

---

<sup>361</sup> *O Syndicalista*, maio 1928. Ano 9, nº 1, p. 04.

que já tinha sido anunciada, gera grande repercussão e nela não compareceram apenas operários, em grande quantidade, como atraiu também repórteres e investigadores da polícia. Aconteceu uma grande confusão no meio da reunião e as luzes são apagadas propositalmente, havendo, assim, um tiroteio. Dez trabalhadores foram feridos e dois faleceram, entre estes o sapateiro anarquista Antonio Domingues, que na verdade se chamava Antonio Rodrigues. O movimento libertário no Rio de Janeiro já estava em pleno declínio naquela época. Para os anarquistas, os tiros partiram dos comunistas, enquanto que para os comunistas os disparos teriam sido obra de policiais infiltrados, os “secretas” (SAMIS, 2004, p. 172). Ao que parece o caso nunca foi plenamente elucidado, mas considerando o grau de repressão política do governo contra o movimento operário naquela época, não é improvável que a tragédia possa ter sido causada pela própria polícia.

No final do texto, chama atenção que os redatores de *O Syndicalista*, que muito acusam os comunistas da morte de Antonio Domingues, ainda afirmam: “Avaliem-se quando estiverem no poder. Belos pregadores da frente única”. Estas palavras não revelam apenas ressentimentos entre as alas militantes como também a perspectiva que os anarquistas já tinham sobre os comunistas – considerando as informações sobre o autoritarismo do regime russo que os libertários já possuíam e suas oposições a forma de “frente única” proletária que os marxistas pregavam. Isso é relevante destacar porque dispomos de poucas informações sobre a opinião anarquista nesse período. Ainda que os militantes gaúchos de *O Syndicalista* estivessem longe daquele evento trágico no Rio de Janeiro, devemos considerar que esta edição teve a colaboração, como acentuamos, de Florentino de Carvalho. Inclusive, o IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul tinha sido realizado pela FORGS em janeiro de 1928 em Pelotas, e nele participaram anarquistas como Florentino de Carvalho, Reduzindo Colmenero – de que já comentamos, libertário de Bagé – e Domingos Passos, antes de ser preso (CORRÊA, 2018a, p. 112). Estes militantes tinham grande conhecimento do movimento operário e do anarquismo, o que pode ter influenciado na orientação política desta edição de *O Syndicalista* – que era o órgão da FORGS.<sup>362</sup>

---

<sup>362</sup> Neste IV Congresso da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul) houve grandes debates teóricos e políticos entre os militantes libertários a respeito da organização sindical. Um dos principais pontos foi, inclusive, a questão de não deixar que as organizações operárias anarquistas caíssem nas mãos de seus adversários políticos, o que podemos incluir os comunistas. Assim, neste congresso se delibera que nele, e em suas organizações federadas, só poderiam participar anarquistas, acentuando o abandono pela FORGS – que como vimos já vinham se configurando desde o III Congresso de 1925 – dos princípios de neutralidade política dos sindicatos – defendido pelo sindicalismo revolucionário – em prol das posições anarcossindicalistas, de ideologização dos sindicatos a favor do anarquismo (CORRÊA, 2018a, p. 113 e 115). Assim, estas posições podem ter refletido no artigo acima de *O Syndicalista*, com uma negação ainda mais acentuada e enfática, das propostas de “frente única” que provinham dos comunistas. Na década de 1930, no entanto, a FORGS acabaria caindo sobre a influência dos comunistas (MUNAKATA, 1984, p. 89-90).

Estas posições ainda mais radicais dos anarquistas de *O Syndicalista* contra os comunistas, que inclusive conduziu a FORGS ao anarcossindicalismo, abandonando o sindicalismo revolucionário, também podem ser sentidas em outro artigo que foi impresso ao lado deste último. Contudo, este artigo se insere na chamada “Seção doutrinária” e a redação do jornal indica que se trata de um texto do famoso anarquista italiano Carlo Cafiero:

Convém portanto fazer notar, sobretudo em resposta a nossos adversarios, os socialistas de Estado, que a tomada de posição e o desfructar de toda a riqueza, deve ser, conforme nós, a obra do povo inteiro. O povo, a humanidade, não sendo um individuo que possa ter em suas mãos a riqueza, tem-se pretendido fazer crêr que será necessario instituir uma classe de representantes e depositários da riqueza commum. Não queremos intermediarios: não queremos representantes que acabam por representar se a si mesmo; não queremos moderadores da igualdade que acabam por ser moderadores da liberdade, – não mais novos governos, não mais Estados, chamados populares ou democraticos, revolucionarios ou provisionaes. [...].<sup>363</sup>

Carlo Cafiero (1846-1892) foi um influente anarquista no movimento operário europeu da segunda metade do século XIX, militando ao lado de Bakunin e Malatesta ainda na época da 1ª Internacional (WOODCOCK, 2006, p. 153-155). Ainda que fosse um texto de outra época, podemos imaginar o impacto que textos doutrinários como esse poderiam ter nos leitores da imprensa operária – ainda mais naquele momento, em que os atritos entre comunistas e anarquistas no Brasil estavam até mesmo produzindo acusações de assassinatos. Levemos em consideração, também, que nessa altura os libertários brasileiros já possuíam muitas informações a respeito do violento centralismo sem limites do regime soviético russo – que como vimos foram amplamente divulgados em sua imprensa. Assim, quando se enfatiza, pelas palavras de Cafiero, em resposta aos “socialistas de Estado”, que o desfrutar de toda a riqueza só pode ser “obra do povo inteiro”, isto é, a construção do comunismo. E de que, assim, não poderia se fazer crer que seja necessária “uma classe de representantes”, isso pode ser tomado, então, como um ataque direto aos comunistas naquele tempo presente. As críticas aos socialistas de Estado de Cafiero eram dirigidas ao grupo de Marx, no contexto do século XIX, mas diante daquele momento em que os anarquistas brasileiros já possuíam sólidas evidências sobre a natureza do sistema político da Rússia – que era a maior referência prática do movimento comunista-marxista no mundo inteiro – este texto, portanto, assumia um impacto direto nas discussões sobre a organização operária por parte de *O Syndicalista*.

---

<sup>363</sup> Comunismo e Anarchia. *O Syndicalista*, maio 1928. Ano 9, nº 1, p. 04.

Depois desta edição de maio de 1928 de *O Syndicalista* não encontramos mais nenhum exemplar da imprensa anarquista, nesse ano e no biênio seguinte até 1930. Dessa maneira, a partir daqui iremos expor apenas uma amostra da opinião comunista em sua imprensa, para as comparações de nossa análise – fontes jornalísticas estas que também não foram muito abundantes devido ao quadro repressivo e agitado daqueles anos. Pouco tempo depois desta edição de *O Syndicalista*, em julho, destacamos um artigo de *O Combate* que demonstra, indiretamente, como estava a dinâmica das disputas entre anarquistas e comunistas no movimento operário:

Trabalhadores!

Não vos cansaremos de chamar a vossa atenção para a enorme responsabilidade que vos pesa sobre os ombros. Tendes um partido e é a vós, unicamente, que compete sustentá-lo. Se amanhã fracassar o esforço da vanguarda, não tereis o direito de protestar, não tereis o direito de queixa. Sereis, sim, os únicos culpados, pois a vanguarda, nada pôde fazer sem o vosso apoio, sem o prestígio do vosso auxílio, sem o concurso da vossa actividade.

O proletariado paulista tem permanecido numa inercia verdadeiramente lamentável. Ter-se-ão os trabalhadores de S. Paulo conformado com a sua miséria que cada dia se agrava? Faltar-lhes-á a coragem para a luta? Haverá desconfiança sobre a sinceridade da vanguarda?

Como é difícil responder!<sup>364</sup>

Este artigo ocupa posição de destaque na seção “Movimento Operário” de *O Combate*, e é assinado por A. Rossini, sobre o qual não conseguimos maiores informações sobre sua identidade. Um texto que também é citado por De Decca (1994, p. 94), que transcreve apenas a parte inicial do trecho acima, explicando que, como não era possível conceber uma passividade da classe operária, tal como descrita por Rossini, naquele agitado ano de 1928, então, este artigo também deve ser um indicador das lutas internas do operariado.

De fato, devemos levar em consideração o contexto e alguns indícios da fonte porque, como já indicamos, os anarquistas de São Paulo nessa época, apesar de não possuírem um órgão de imprensa, realizaram e intensificaram a sua atividade de agitação, panfletagem e convocação para que novos trabalhadores se associassem a FOSP – além de muito denunciar a exploração patronal. Até mesmo a atividade do BOC foi intensa, com muitos comícios de trabalhadores dispersados violentamente pela polícia (DEL ROIO, 1990, p. 180). De maneira que dizer que: “o proletariado paulista tem permanecido numa inercia verdadeiramente lamentável”, indagando se lhe falta “coragem para a luta”, são afirmações um tanto que

<sup>364</sup> Bloco Operario e Camponez: Apello ao proletariado de S. Paulo. *O Combate*, São Paulo, 9 jul. 1928. Ano 14, n° 4755, p. 04.

exageradas – ainda mais com os vários militantes operários que foram presos naquele ano devido a sua agitação política. Devemos atentar que Rossini questiona se “haverá desconfiança sobre a sinceridade da vanguarda”, apelando anteriormente à classe operária de que a vanguarda “nada pode fazer sem o vosso apoio”. A “vanguarda”, no caso, é o BOC, em que os comunistas estavam em plena campanha eleitoral naquele momento e, em última instância, o próprio PCB, pois já salientamos que para os comunistas o partido era entendido como a “vanguarda consciente” da classe operária. Assim, boa parte do movimento operário paulista era influenciado pelas opiniões anarquistas de abstenção eleitoral, de condenação ao Estado e das intenções de disputas parlamentares por parte dos trabalhadores. As declarações de Rossini, portanto, podem ser entendidas como um ataque indireto as posições dos anarquistas, contudo, mais uma vez os comunistas do BOC, envolvidos com o jornal *O Combate*, parecem ter evitado um conflito direto com os anarquistas, provavelmente pelas intenções de conquistar possíveis eleitores entre o operariado.

No ano seguinte, 1929, catalogamos poucas fontes, entre os jornais comunistas que se mantiveram ativos, sobre a organização operária que se direcionassem, ainda que indiretamente, aos anarquistas. Porém, obtivemos indicações de que as críticas que eram feitas, em grande parte, mantinham certos padrões dos anos anteriores. Um exemplo claro, mas que ainda mantinha um tom bem contido, nos vem de *O Trabalhador Graphico*:

De todas as tarefas em prol da organização syndical que os trabalhadores de S. Paulo tem de realizar, uma, entretanto, sobresáhe pela sua importancia no momento que atravessamos – a **unidade syndical**. Sem concretizarmos este trabalho, pouco ou nada poderemos progredir. Urge, pois, que sejam dedicadas as melhores das nossas energias em prol da arregimentação de todos os trabalhadores d’uma mesma industria num mesmo syndicato, construindo desta forma syndicatos fortes de industria, que com eficiencia possam lutar pelas reivindicações do proletariado. Os preconceitos absurdos que ainda persistem numa boa parte dos trabalhadores de São Paulo é necessario que desapareça afim de que se possa fazer uma vasta obra de organização. O patronato sabe da falta de unidade dos trabalhadores que tem os seus syndicatos de industria; sabe da desorganização da maioria, compreende que, a continuar este estado de cousas, poderá continuar impunemente a exploração do trabalhador sem que este possa oppor uma resistencia seria.<sup>365</sup>

Novamente, a questão sobre a unidade sindical ressurgia e, em um artigo assinado por Reis Siqueira, que era secretário do Comitê Intersindical pró-FSRSP (Federação Sindical Regional de São Paulo), os comunistas buscavam, nesse ano de 1929, formar uma federal

---

<sup>365</sup> A Unidade Syndical. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, 10 jan. 1929. Ano 8, nº 103, p. 04.



sindical rival à FOSP anarquista (DEL ROIO, 1990, p. 176-177). O problema da unidade sindical, mais uma vez, era vinculado à necessidade de se constituir sindicatos de indústria, que congregassem várias categorias profissionais de um mesmo ramo industrial, para a concentração maior do movimento operário, seguindo as teses centralistas dos comunistas. Na verdade, vimos que esta proposta de organização sindical no Brasil, por parte dos comunistas, tinha começado em 1925, por influências do V Congresso da IC de 1924, que determinava uma presença maior de células de comunistas sobre os sindicatos (DEL ROIO, 2007a, p. 235-236; COLE, 1962, p. 229). Dessa forma, Reis Siqueira enfatiza que os trabalhadores de São Paulo precisavam superar os seus “preconceitos absurdos”, para realizarem uma organização maior e mais abrangente – dando a entender que o assédio da exploração patronal se devia a falta de organização por sindicatos de indústria. Estes “preconceitos” que Reis Siqueira se refere, muito provavelmente, são críticas direcionadas à organização dos sindicatos de resistência dos anarquistas, aos preceitos do sindicalismo revolucionário, e que se constituíam como associações de ofício por categoria profissional.

Nestes anos finais da Primeira República, ainda mais após 1928, observamos que poucas fontes jornalísticas foram registradas sobre a organização operária, pois houve uma atenção maior na imprensa comunista para com os desdobramentos da crise política brasileira que culminaria na Revolução Liberal. Em 1930 ocorreu, entretanto, uma reviravolta substancial na política dos comunistas para com a linha política que estava sendo seguida para a organização do movimento trabalhista. No órgão oficial do PCB, *A Classe Operaria*, que voltava a circular, ainda que clandestina, encontramos uma longa matéria, que segundo uma nota da redação no início, tratava-se de uma “Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira”, como indicava o próprio título. O texto se refere a vários assuntos, mas indicando dois pontos específicos destacamos:

O Bloco Operario e Camponez não representa, no Brazil, um partido operario e camponez; elle não tem nenhuma ligação com a massa camponesa e com o proletariado agrícola. De facto, o Bloco Operario e Camponez transformou-se num segundo partido operario, que não faz uma politica revolucionaria consequente. Este partido tem seus estatutos, suas organizações nas fabricas. Na realidade, elle se substitue ao partido comunista, em vez de cobri-lo legalmente e de ligal-o com as massas operarias. [...].<sup>366</sup>

E, mais adiante, na mesma matéria, mas sobre outro tópico:

---

<sup>366</sup> O Partido Comunista do Brazil e o Bloco Operario e Camponez. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1930. Ano 2, nº 89, p. 03.

O Partido Comunista do Brasil só poderá desempenhar o papel de vanguarda do proletariado deste país e conservar a direcção na revolução democrático-burguesa, sob a condição de saber organizar as massas operarias e camponesas nas largas organizações sem partido e de se garantir na direcção destas organizações. Além dos sindicatos, o partido comunista deve tomar a iniciativa para a organização de Uniões (ou comités) revolucionarios camponeses, sem, no entanto, transformal-as em partido camponez independente. [...].<sup>367</sup>

A matéria revela no final ser do próprio Secretariado Político da IC, indicando Moscou em fevereiro de 1930, determinando quais deveriam ser as ações do PCB. Isso já refletia uma conjuntura em que a IC passava a influenciar diretamente na organização interna do PCB. A partir do VI Congresso daquela Internacional, em 1929, acentuou-se o chamado período stalinista, com grandes simplificações das teses marxistas e um profundo sectarismo, condenando qualquer aproximação com as forças da pequena burguesia (VIANNA, 2007b, p. 334). Assim, agora, o BOC era acusado de não fazer “uma política revolucionária consequente”, por acabar substituindo o PCB que – para poder conservar a “direção na revolução democrático burguesa” – tinha que organizar as massas, além dos sindicatos, em “comitês revolucionários”. Em outubro de 1929, o PCB tinha realizado o seu III Pleno, renegando as teses dos II e III Congressos do partido que pregavam uma aproximação com a pequena burguesia e afastando Astrojildo Pereira e Octávio Brandão da direção, que defendiam essa tese. O BOC, portanto, passava a ser encarado como uma organização deletéria (VIANNA, 2007b, p. 334-335).

A revolução democrático burguesa que se referiam eram as crises geradas pelo movimento tenentista que agora, em grande parte, os seus líderes se aliavam à Aliança Liberal contra o presidente Washington Luís. Contudo, a repressão, aliada ao isolamento político dos comunistas nessa época, com a adoção da política sectária imposta pela IC, faziam que estas declarações na imprensa comunista não passassem de retórica, pois com a bipolarização política do período, as camadas populares e o proletariado tenderam a seguir a coligação da Aliança Liberal (DEL ROIO, 1990, p. 180-181). O fim da República Velha se aproximava e, de qualquer maneira, parecia haver “um único caminho para os trabalhadores”: servirem de reboque das agremiações políticas envolvidas na revolução das elites. Estas novas diretrizes do PCB, inclusive, iriam repercutir nas discussões da imprensa operária dos próximos anos.<sup>368</sup>

---

<sup>367</sup> O Partido Comunista do Brasil e as organizações de massa. **A Classe Operaria**, Rio de Janeiro, 17 abr. 1930. Ano 2, nº 89, p. 03.

<sup>368</sup> Nesta seção sobre a organização operária e a luta trabalhista, entre 1928 a 1930, catalogamos 19 artigos a respeito deste assunto, dos quais analisamos 9 nesta redação. Consideramos que as duas últimas citações de *A Classe Operaria* pertencem a mesma matéria.

#### 4.1.2. Uma Rússia sem opositores

Ao passar para os assuntos que acabam por se remeter aos fenômenos e acontecimentos políticos externos ao movimento operário, nesse período de 1928 a 1930 – como é o caso dos temas sobre a Rússia Soviética e as crises da República brasileira – não obtivemos nenhum artigo de jornal que representasse os posicionamentos anarquistas. Por outro lado, os principais fatos sobre estes assuntos, nessa época, seriam posteriormente comentados e analisados pela imprensa anarquista a partir de 1931, quando ela volta à legalidade. De maneira que apresentaremos nestas seções apenas uma amostragem dos principais artigos que nortearam as opiniões dos comunistas, para assim contrapormos aos dos anarquistas posteriormente.

No que concerne sobre a Rússia Soviética nesse período, dos anos finais da década de 1920, os acontecimentos mais marcantes e que incidiram sobre o movimento operário mundial, incluindo o Brasil, estão relacionados à consolidação da ditadura de Stálin na URSS e a expulsão, e perseguição, da oposição trotskista e do próprio Trotsky – que acaba por fundar uma oposição de esquerda dentro do próprio movimento comunista internacional. Tal fato, como já comentamos, criou uma oposição trotskista minoritária no interior do movimento operário brasileiro a partir do militante comunista Mário Pedrosa, que acabou trazendo esta tendência para o Brasil em 1929 e se opondo a política do PCB – que se manteve numa linha stalinista. Os trotskistas, por sua vez, por se oporem a condução política que Stálin impunha a URSS, passaram a enriquecer ainda mais os debates na imprensa operária a respeito de uma Rússia, que agora, era totalmente “sem opositores”.

O primeiro artigo que apresentamos pertence ao periódico do PCB, *A Classe Operaria*, e, portanto, representava a visão “oficial” dos comunistas, visto que o PCB era vinculado a IC, agora controlado pelo chefe de Estado máximo da URSS, Stálin. Trata-se de um documento histórico importante porque se remetia a acontecimentos recentes da Rússia e, ainda, consistia na nota oficial do PCUS e da IC sobre o próprio caso transcorrido da oposição trotskista:

A sessão plenária do C. E. da I. C. verifica com satisfação que o XV Congresso do P. C. da U. S. liquidou energicamente a opposição trotskista, pondo-a fora das fileiras do partido. A sessão plenária solidariza-se inteiramente com as resoluções do P. C. da U. S. e com as medidas tomadas por intermedio dos órgãos administrativos, para por fima á actividade anti-sovietista da opposição.

[...]

[...] No actual periodo, o perigo do trotskismo no movimento operario internacional reside precisamente no facto de que os trotskistas sustentam directamente a ideologia e a politica dos suppostos “esquerdistas” do reformismo; de que os trotskistas dão força aos leaders “de esquerda” do oportunismo na sua luta contra o comunismo e contra a U. R. R. S.; de que os trotskistas multiplicam as mentiras e calumnias empregadas pelos reformistas na sua luta contra o comunismo [...] Calumniando, a coberto das phrases de devotamento á revolução e á U. R. S. S., a Internacional Comunista, o P. C. da U. S. e a dictadura proletaria, cuja politica externa e interna calumniam, taes como os social-democratas, os trotskistas tanto quanto a social-democracia internacional, anunciam á queda do poder sovieta. <sup>369</sup>

No próprio título da matéria, que é longa e ocupa lugar de destaque na primeira página, continuando no fim do jornal, indica-se que é um documento das próprias autoridades soviéticas. Eram resoluções sobre o relatório de Bukharin sobre a oposição trotskista. Bukharin era presidente da IC e tinha feito parte da ala de Stálin contra as teses de Trotsky sobre a NEP nas disputas internas do PCUS, quando este último foi expulso do partido em finais de 1927. Contudo, depois de janeiro de 1928, quando Trotsky é deportado para Alma Ata, no interior da Rússia, Stálin temeu a aproximação de Bukharin com Trotsky em torno do tema da democracia interna. De fato, Bukharin nesse ano acaba rompendo com Stálin e é afastado da direção da IC, e Trotsky acaba sendo expulso do território russo no ano seguinte (CAMPOS, 1985, p. 33; DEL ROIO, 1990, p. 115-117).<sup>370</sup> Assim, devemos considerar que estas informações publicadas em *A Classe Operaria* nessa época poderiam estar um pouco desatualizadas em relação aos fatos que estavam ocorrendo na Rússia.

É interessante notar as tentativas, de aproximação no texto, entre as posições dos trotskistas com os reformistas da socialdemocracia, colocando ambas as tendências políticas como caluniadoras da ditadura do proletariado na URSS. Desde meados da década de 1920 a IC já realizava uma radicalização do seu sectarismo e oposição aos sociais democratas – as alas mais reformistas – no movimento operário internacional (DEL ROIO, 1990, p. 118-119). Assim, agora, esta associação foi automática porque com o conflito entre Stálin e Trotsky, em 1927 em diante, o clima da temperatura política se elevou. Após o exílio e deportação de Trotsky, Stálin implantou uma série de medidas para perseguir e eliminar qualquer suspeito de se opor ou de discordar do regime (FITZPATRICK, 2017, p. 179-180). É necessário ainda considerar que, para os comunistas stalinistas, isolar a oposição trotskista, consistia também

<sup>369</sup> Resolução sobre o Relatório de Bukharine acerca da Oposição Trotskista adoptada por unanimidade. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, 1 maio 1928. Ano 1, nº 1, p. 01.

<sup>370</sup> Sobre Bukharin Cf.: <<https://www.marxists.org/portugues/bukharin/index.htm>>. Acesso em: 6 de junho de 2019.

em explorar ainda mais o imaginário da URSS como a vanguarda da “revolução mundial” – o que fica subentendido no texto por reconhecer a URSS como portadora da ditadura do proletariado, que mantinha a Internacional para este objetivo ao qual os trotskistas passaram a criticar. A esta visão, soma-se no jornal o lugar de destaque que a matéria ocupa, na capa da edição especial de 1º de maio, onde acima figura-se a imagem de operários abraçando o globo terrestre e lembrando a expressão de Marx, transcrita junto ao desenho: “Trabalhadores, unidos”.

No ano de 1929 continuamos a encontrar artigos apenas da visão dos comunistas do PCB, que tendiam a não só a enfatizar os pontos positivos do regime russo, como acabava por refletir a visão oficial das próprias autoridades soviéticas. Primeiramente apresentamos trechos de um artigo que chega ser emblemático nesse sentido e que foi publicado em *O Trabalhador Graphico*:

Para ter-se uma noção exacta da situação em que vivem actualmente os trabalhadores da União Sovietica é necessario antes de tudo observarmos as condições em que elles viviam antes da revolução.

[...]

Nos ultimos annos, os preços dos generos de primeira necessidade baixaram de preço devido a uma maior produtividade de maneira que o valor do salario e sua capacidade de compra augmentou. Demais é necessario considerar as vantagens de que gozam os operarios na União Sovietica.

[...]

Se, passarmos a examinar as regalias politicas de que gozam os trabalhadores da União Sovietica, encontraremos ahi, tambem, todo um mundo de cousas novas, só possiveis de ser disfructadas por um proletariado que derrubou a burguezia e alcançou o poder. O operario e em seguida o camponez, são, na União Sovietica, o centro irradiador e de controle de tudo enquanto existe. A direcção economica e politica do paiz gira por completo em suas mãos.<sup>371</sup>

Nessa época, *O Trabalhador Graphico* ainda era um jornal predominantemente comunista, a influência trotskista é posterior, tanto que nesse ano de 1929 a UTG passa por uma grande greve e o BOC destinou verbas para auxiliar os grevistas (GUALBERTO, 2008, p. 75). O artigo acima é assinado por J. Lago, mas não conseguimos identificar a sua autoria, e também não há indicações de que fontes o autor se utiliza. Ele compara, num longo texto, a situação dos trabalhadores russos antes e depois da revolução e, apesar de ter havido, como vimos, uma melhora nas condições do país a partir da NEP, nesse período a URSS passava por uma transição entre as políticas da NEP e o primeiro plano quinquenal de Stálin. Dessa forma, a partir de 1928, a produção agrícola piorou e o governo assumiu medidas de

<sup>371</sup> O operariado na Russia. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, 10 jan. 1929. Ano 8, nº 103, p. 02 e 04.

emergência, como requisições forçadas de produtos agrícolas por meio de destacamentos armados e o rompimento político do Partido Comunista com o campesinato se acentua (REIS FILHO, 2003, p. 84-85). Esse é um momento da história russa, que ainda enfatizaremos mais profundamente adiante, que começa a coletivização estatal em massa das fazendas e uma grande violência do governo contra o campesinato (REIS FILHO, 2003, p. 86-88). Como já destacamos, na URSS a autonomia dos soviets foi suprimida muito cedo e a repressão contra todas as outras tendências políticas da própria esquerda foi implacável – seja a própria oposição operária que surgiu, como também a eliminação dos mencheviques; socialistas revolucionários, dos anarquistas e, até mesmo, da própria oposição comunista do grupo de Trotsky. Assim, as afirmações de J. Lago, portanto, de que os trabalhadores gozavam de “regalias políticas” naquele país, e de que os operários e camponeses russos são “o centro irradiador e de controle de tudo”, além de ser uma propaganda do regime, era completamente retórico e quimérico para a época, salvo a fé no mito da “revolução mundial”.

Em meados do ano, encontramos um artigo importante em *A Classe Operaria* que pode demonstrar, mais uma vez, as influências dos discursos oficiais soviéticos sobre os militantes brasileiros. Informando ser uma carta enviada de Moscou na Rússia o texto traz como subtítulo: “A bandeira da paz é a bandeira dos soviets”. O autor assina como Tristão da Cunha e, no final, indica Moscou em 15 de junho de 1929. Destacamos:

Os Estados capitalistas são a organização política de um regimen de concorrência economica, de antagonismos de interesse, de luta pela conquista de mercados. Ora, são estes, exactamente, os unicos factores de guerras entre os povos. A “luta pela paz” dos Estados capitalistas não passa pois, de rematada hypocrita de ministros e diplomatas. Só a União Sovietica luta de facto pela paz – porque este é o seu interesse supremo. A União Sovietica luta pela implantação do regimen socialista, isto é, de regimen que é a negação de toda concorrência economica, de todo os antagonismos de interesses, de qualquer intento visando conquistar mercados – regimen de cooperação que é a negação da guerra.

Tem as theses fundamentaes sustentados magistralmente, com abundancia e vigor de argumentos pelo camarada Rykov; a luta da União Sovietica pela paz e a preparação da guerra pelos Estados capitalistas.<sup>372</sup>

O artigo é um pouco extenso e começa na capa do jornal e termina na sua página sindical. O autor, Tristão da Cunha, muito provavelmente trata-se de um pseudônimo de Astrojildo Pereira porque o nome “Tristão” foi utilizado por ele. Nessa época, Astrojildo realmente estava na Rússia, onde ficou entre fevereiro de 1929 a janeiro de 1930 para estudar

---

<sup>372</sup> Cartas de Moscou. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1929. Ano 2, nº 65, p. 03.

as instruções da IC, que mudara a sua linha política e, conseqüentemente, a do PCB, determinando a proletarização do partido (AMARAL, 2007, p. 256-257).<sup>373</sup> Astrojildo, neste artigo, comenta a respeito das declarações de Rikov durante o V Congresso dos Soviets – Rikov era membro do Bureau Político do Comitê Central do PCUS e ocupava um cargo semelhante ao de Primeiro Ministro na URSS.<sup>374</sup>

Destaca-se a visão expressa da URSS como sendo o de um regime político de cooperação, pois ainda era forte nessa época o mito de que a Rússia encarnava as esperanças de um futuro socialista para a humanidade, com um projeto alternativo de modernidade que cativava observadores estrangeiros (REIS FILHO, 2003, p. 97). Outro elemento relevante é quando Astrojildo alega, a partir das declarações de Rikov, que a União Soviética luta pela paz enquanto há “a preparação da guerra pelos Estados capitalistas”. Isso pode revelar indícios da atmosfera política interna da URSS na época. Com a implantação do Primeiro Plano Quinquenal a partir de 1929, e aliado a reverses na política externa, a tensão interna do regime aumentou, ainda mais com o início dos conflitos com o campesinato. Assim, nesse período, a Rússia vivia uma expectativa de guerra, de ser novamente invadida por potências estrangeiras, e a visão militarista e bélica da situação favoreceu a repressão e as perseguições de Stálin contra os dissidentes internos, acusados de conspiração (FITZPATRICK, 2017, p. 177-178). Com isso, é muito provável que Astrojildo tenha sofrido as influências dos discursos oficiais das autoridades soviéticas.

Por fim, apresentamos um outro documento histórico importante como um contraponto à visão “oficial” dos comunistas vinculados ao PCB. No ano de 1930 é fundado no Rio de Janeiro o primeiro jornal trotskista no Brasil pelo militante Mário Pedrosa, o impresso *A Luta de Classe*, que tinha uma periodicidade irregular. Na edição de agosto foi publicado uma ampla matéria que se tratava de um artigo de Trotsky, a respeito do primeiro Plano Quinquenal de Stálin, avaliando criticamente os direcionamentos políticos da URSS. Assim, este artigo é muito relevante porque inseria nas discussões da imprensa operária brasileira as contribuições dos trotskistas, por meio das palavras do próprio Trotsky, a respeito do processo e do desenvolvimento político e social da União Soviética:

---

<sup>373</sup> Sobre a confirmação de que o pseudônimo “Tristão”, entre outros na época, foi utilizado por Astrojildo Pereira Cf.: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/astrojildo-pereira-duarte-silva>>. Acesso em: 6 de junho de 2019.

<sup>374</sup> Sobre Rikov Cf.:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Aleksei\\_Rykov](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aleksei_Rykov)>;

<[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/rykov\\_alexei.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/rykov_alexei.htm)>. Acesso em: 6 de junho de 2019.

A collectivização “generalizada” sobre a base do gado morto e vivo da classe camponesa é uma aventura cheia de crises agrícolas e de perigosas consequências políticas.

Entretanto, se fosse possível alimentar a tempo os kolkhoz com ferramenta moderna, a economia rural collectivizada atravessaria com facilidade infinitamente maior o período de “doenças infantis”, para chegar a um coeficiente de colheita superior nos próximos anos e com possibilidades de exportações tais que o mercado europeu do trigo se acharia radicalmente mudado e mudadas igualmente as próprias bases do problema de aprivionamento das massas operárias. A desproporção ameaçadora entre o grau de collectivização e o estado do material técnico resulta directamente do estado de isolamento da União Soviética.<sup>375</sup>

Trotsky nessa época já tinha sido expulso da URSS e organizava no exterior a oposição ao stalinismo (DEUTSCHER, 1988, p. 393). Segundo *A Luta de Classe* este artigo foi publicado em *La Vérité*, um jornal trotskista francês, e indicava 14 de março de 1930.<sup>376</sup> Trotsky analisa a política de coletivização da agricultura russa por Stálin que ocorreu naquela época, entre dezembro de 1929 a março de 1930, e, quando ele se refere aos “kolkhoz” (ou “kolkhozes”), trata-se das cooperativas estatais no campo. A coletivização do Primeiro Plano Quinquenal naquele momento tinha sido um desastre porque houve uma grande resistência dos camponeses e, portanto, uma acentuada queda na produção agrícola – e com a hesitação das autoridades – ocorre a debandada em massa dos trabalhadores das unidades coletivas de produção (REIS FILHO, 2003, p. 88). É pertinente salientar que, segundo Trotsky, a coletivização poderia dar certo se fossem introduzidas ferramentas modernas e material técnico, o que não era possível devido ao grau de isolamento da União Soviética. Isso porque Trotsky também era a favor de uma industrialização acelerada da URSS (FITZPATRICK, 2017, p. 171). O que vinculava também, ao pensamento dos trotskistas, a visão de que a construção do socialismo e, sobretudo do socialismo na Rússia dependeria do desenvolvimento econômico do país aos moldes da industrialização. Uma visão do progresso típica do marxismo, que se propunha a fazer o que o capitalismo não poderia fazer na Rússia, a partir de referências do “centro” político do poder do Estado.<sup>377</sup>

<sup>375</sup> O plano quinquenal e a desocupação. *A Luta de Classe*, Rio de Janeiro, ago. 1930. Ano 1, nº 4, p. 02.

<sup>376</sup> Sobre o jornal *La Vérité* Cf.: <[https://fr.wikipedia.org/wiki/La\\_V%C3%A9rit%C3%A9\\_\(journal,\\_1929\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/La_V%C3%A9rit%C3%A9_(journal,_1929))>. Acesso em: 6 de junho de 2019.

<sup>377</sup> Essa seção sobre a Rússia Soviética, entre 1928 a 1930, obteve 21 artigos catalogados, em que analisamos 4 nessa pesquisa.



### 4.1.3. Esperanças e desilusões de um Brasil revolucionário

Durante este período de dissolução final da Primeira República, entre 1928-1930, como mencionamos, as agitações partidárias, as manifestações públicas e os embates políticos foram intensos no país de modo geral. Particularmente sobre a classe operária, e em relação às suas organizações e ao movimento sindical, estes foram tempos também intensos de atividade política e sobretudo de resistência contra a repressão estatal – que atingiu todas as tendências do movimento. Apesar de ter sido reduzida a participação anarquista na imprensa operária nesse período, a militância sindical desta corrente foi intensa e os comunistas, por sua vez, estiveram engajados nas campanhas do BOC. Assim, acentuadamente em 1928 e inícios de 1929, o movimento operário vinha crescendo e se organizando, se beneficiando em parte pelas fraturas e desagregações do bloco de poder oligárquico (DEL ROIO, 1990, p. 175).

A partir de junho de 1929, quando o confronto entre os setores das classes dominantes se tornou incontornável – com a configuração da Aliança Liberal, que impulsionaria a Revolução de 1930 – iniciou-se uma nova onda de repressão estatal que se tornou sistemática em todo o país até o ano subsequente. O ataque visava principalmente as organizações do movimento operário para que estes não continuassem a se desenvolver naquele momento que precedia rupturas institucionais. Assim, houve desde fechamento de sindicatos até a repressão direta aos movimentos grevistas, com proibição de manifestações e reuniões públicas e prisões indiscriminadas de militantes. Enquanto o Estado tentava atenuar os conflitos entre os setores da burguesia e das classes dominantes, em relação às organizações políticas das classes subalternas, a ação era de violência e repressão – principalmente para aqueles que defendiam um projeto alternativo de organização social, como os anarquistas e os comunistas (DEL ROIO, 1990, p. 175-176).

À semelhança do que ocorre sobre o tema da Rússia Soviética, estes acontecimentos políticos das crises da República brasileira, que culminou na Revolução Liberal de 1930, foram analisadas pela imprensa anarquista posteriormente – quando retorna uma relativa normalidade institucional com o início da nova República sobre a presidência de Getúlio Vargas. Então, em parte, isso compensou os desfalques da imprensa libertária nesse momento. Observamos ainda, que não foi registrado em nossa pesquisa de catalogação das fontes nenhum artigo jornalístico sobre estas crises políticas no Brasil no ano de 1928. Podemos considerar que as necessidades de reorganização e resistência das associações sindicais, numa conjuntura de ilegalidade imposta pela legislação desde 1927, condicionou a maior preocupação com as questões da organização operária nesse ano de 1928. Isso vale para todas

as tendências, e especialmente para os anarquistas – os comunistas, além da atividade sindical, ainda se ocuparam das atividades de agitação do BOC para as eleições daquele ano. Tanto que, como vimos, foram mais abundantes os artigos sobre a organização do movimento operário em 1928.

Talvez outro motivo também para a ausência de discussões sobre as possibilidades de uma revolução no Brasil, a partir das crises da República, não terem aparecido na imprensa operária, ao menos entre os periódicos que trabalhamos, no ano de 1928, seja o próprio contexto histórico. Como observamos, depois que os remanescentes da Coluna Prestes entraram na Bolívia em inícios de 1927, o governo de Washington Luís inicia com relativa estabilidade, sem perspectivas de ocorrerem novas lutas do movimento tenentista. Com a Lei Celerada de agosto daquele ano o movimento operário entra em refluxo, contudo, ao se aproximar o fim do mandato de Washington Luís, as tensões políticas voltam a se acirrar.

Como já explicamos, este presidente rompeu o bloco oligárquico dominante por não ter indicado um político mineiro à sucessão presidencial. Assim, a campanha eleitoral de 1929 foi muito acirrada e disputada e o clima de crise política foi agravado pela crise econômica – com a queda da bolsa de Nova York que ocorreu em outubro daquele ano. A crise atingiu a cafeicultura paulista com uma queda violenta de seus preços, centenas de fábricas faliram e no Rio de Janeiro e São Paulo tinham milhares de desempregados. Nas eleições de 1930, por sua vez, o candidato situacionista Júlio Prestes venceu o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas. Setores da Aliança, inconformados com a derrota, buscam, então, aproximação com as lideranças do movimento tenentista (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 404). As insatisfações com o governo oligárquico, representado por Washington Luís, já eram muito grandes naquele momento, e as conspirações para a Revolução Liberal já estavam em andamento, uma revolução no Brasil, portanto, volta a ser discutida e se torna plausível. Os setores do movimento operário que conseguiram manter seus órgãos de imprensa, assim, vislumbraram nesse período as “esperanças de um Brasil revolucionário”, como também manifestaram as suas “desilusões” em relação ao processo revolucionário pelo qual o país entrava.

O primeiro artigo que identificamos desta temática nos vem do jornal do PCB, *A Classe Operaria*, que na edição de 6 de julho de 1929, publica uma matéria sem autoria que analisa as revoltas tenentistas de 1922 e 1924 – ao qual o aniversário destes eventos tinha ocorrida na véspera daquela edição, em 5 de julho. Então, comemorando e lembrando aquela data, o autor faz uma análise dos significados daquelas revoltas militares que tinham agitado aquela década:

Passou-se hontem o 5 de julho. E os jornaes burguezes que se dizem liberaes amanheceram embandeirados em arco, para commemorar a data revolucionaria.

A CLASSE OPERARIA homenageia tambem os que se empenharam na primeira e na segunda revolta.

Mas não usa da phraseologia ôca, do palavrório bonito mas vazio da Imprensa burgueza, que visa esconder as verdadeiras origens e a finalidade historica do movimento.

[...]

As causas do movimento de 5 de julho são bem varias e complexas. Estas causas, entretanto, as subordinam a uma unica: a industrialização do paiz.

[...]

Só uma força póde abater a dominação do imperialismo e da grande burguesia. Esta força é o proletariado.

A classe media, para libertar-se, precisa alliar-se com elle. E ella o fará certamente realizando o terceiro 5 de julho.<sup>378</sup>

O artigo é longo e destacamos os trechos mais diretos e significativos. O autor passa grande parte do texto tratando do crescimento industrial ao longo da década de 1920, pois, para ele, a industrialização do país foi a principal causa para a eclosão do movimento tenentista. Podemos entender que esta interpretação em parte procedia das teses comunistas – influenciadas inclusive pelas teses da IC – de que as lutas tenentistas representavam uma “revolução democrático burguesa”, um movimento ligado à burguesia industrial. Contudo, salientamos que estas teses não passavam de ilusões, pois não há qualquer comprovação documental de que houve um apoio de setores da burguesia industrial aos militares revoltosos (PINHEIRO, 1992, p. 69-70; 74-77 e 80-82). Porém, já mencionamos que, de fato, as próprias mudanças na economia do país, como o desenvolvimento industrial, foi um dos fatores – aliado a várias outras mudanças sociais e culturais – que estimularam os questionamentos das bases do sistema oligárquico da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 389-390). Ainda assim, entretanto, as revoltas tenentistas tiveram origens ligadas a confrontos intraoligárquicos, não sendo um movimento essencialmente “pequeno burguês” e as classes médias não eram representadas pelos militares em revolta (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 399-400).

No final do artigo alega-se que só uma força poderia abater a grande burguesia e o imperialismo estrangeiro: o proletariado. E que, portanto, a classe média, para se libertar, deveria aliar-se ao proletariado para produzir um “terceiro 5 de julho”. Novamente o mito de uma terceira revolução tenentista entrava no imaginário comunista, contudo, o que devemos atentar é que esta aliança propugnada entre o proletariado e as forças da classe média – que

---

<sup>378</sup> A Verdadeira Significação da Data Revolucionaria de hontem. **A Classe Operaria**, Rio de Janeiro, 6 jul. 1929. Ano 2, nº 63, p. 01 e 03.

seriam representadas pelo tenentismo – estava para ser modificada no PCB ainda em finais daquele ano, quando foi realizado o III Pleno do partido para entrar em conformação com as novas diretrizes sectárias da IC, já sobre a influência de Stálin (VIANNA, 2007b, p. 334-335).

Ao se aproximarem as eleições de 1930, que foram realizadas em março, o clima de crise política se acentuou, e ainda mais após a vitória do candidato situacionista Júlio Prestes. Nessa época o prestígio político das lideranças do movimento tenentista era muito grande e, como apontamos, com a derrota eleitoral, parte da Aliança Liberal buscou unir forças com estes líderes militares insurgentes. A articulação, assim, entre, de um lado, os setores oligárquicos dissidentes (advindos da Aliança Liberal), e, de outro, os “tenentes”, avançou lentamente. Foi uma união política que já começou difícil e muito polêmica, sobretudo porque o mais importante e famoso líder do tenentismo, Luís Carlos Prestes, publicou um manifesto em maio de 1930 que causou grande repercussão, pois neste manifesto Prestes, além de denunciar a farsa da última campanha eleitoral, condenava o apoio às oligarquias representadas pela Aliança Liberal (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 404-405).

As posições de Luís Carlos Prestes, que nesse momento se encontrava exilado em Buenos Aires, na Argentina, já refletiam as concepções comunistas, que se acentuaria nos anos seguintes, gerando grande incômodo na imprensa brasileira e encontrando fortes resistências de outras lideranças tenentistas. No manifesto, Prestes assimilava a análise do PCB, afirmando que a crise política brasileira se dava pela luta entre interesses contrários de duas correntes oligárquicas, que eram apoiadas e estimuladas por dois grandes imperialismos rivais – anglo-americano (DEL ROIO, 1990, p. 163).<sup>379</sup>

Sendo assim, o manifesto de Prestes não só causou grande impacto na opinião pública brasileira como também foi de grande relevância para a imprensa operária daquele momento. Isso porque tal manifesto não só consistia em um novo episódio da crise política brasileira – que poderia desencadear em um processo revolucionário – como também por ser de autoria do principal líder do movimento tenentista, que chegou a ser conhecido na época como o “Cavaleiro da Esperança”. Assim, o primeiro artigo jornalístico que nos aparece na imprensa

---

<sup>379</sup> Luís Carlos Prestes transferiu o seu exílio para a Argentina em fevereiro de 1928, apenas dois meses após o seu encontro com Astrojildo Pereira na Bolívia. Ele julgava que em Buenos Aires teria melhores condições de estudar e estaria mais próximo da movimentação política do Brasil. De fato, em Buenos Aires, Prestes conseguiu maiores contatos com dirigentes importantes do PCB, como Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum, além de passar a conhecer e ler os programas e periódicos do PC da Argentina. Também foi muito importante, para a conversão de Prestes ao comunismo, o fato dele ter entrado em contato direto com agentes da IC por meio da SSA-IC (Seção Sul-Americana da Internacional Comunista), sediada em Buenos Aires. Com a formação da Aliança Liberal e o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas as expectativas em torno dos posicionamentos políticos de Luís Carlos Prestes e da Coluna tenentista eram muito grandes, por isso a grande repercussão do manifesto de Prestes, que foi publicado na imprensa brasileira em fins de maio de 1930. Cf.: (DEL ROIO, 1990, p. 159-160 e 162).

militante encontramos em *A Luta de Classes*, o periódico dos trotskistas, que tinha acabado de ser fundado e que foi um dos primeiros a se manifestarem:

Afinal desencantou-se o “Cavaleiro da Esperança” da burguezia. E logo foi rebaixado, pela imprensa burgueza que o endeusava, de “general” a “capitão”, de “chefe” da “revolução” a apaniguado de Moscou. [...]

[...]

Agora é a nossa vez de falar. O manifesto não nos surpreendeu. Vamos porem desde já affirmando que não o subscreveríamos: não é, nem pretende, julgamos, ser comunista. É porem um passo a frente dado pelo ex-general da “revolução”... burgueza. Neste sentido já merece que o tratemos de “camarada”. [...]

[...]

Dessa analyse é que parte o manifesto para declarar uma luta de morte, total, contra – nomeadamente – os senhores da terra, fazendeiros, contra a burguezia agraria, vulgo feudal, e contra o imperialismo. E é aqui que se revela, em toda a sua gravidade, a grande omissão symptomatica do manifesto. (Que esta omissão não seja consciente, o que acreditamos, não muda em nada a sua gravidade, e por isso mesmo chamamos a atenção para ella). Queremos nos referir á completa ausencia de referencia á burguezia nacional das grandes cidades, á burguezia industrial, a grande burguezia comercial e bancaria, que se nota no manifesto. Será possivel que o autor do manifesto negue a existencia dessa burguezia?

[...]

[...] O proletariado é a grande força motriz da revolução, qualquer que seja esta. Mas nos paizes semi-coloniaes e coloniaes nem mesmo o proletariado urbano, conseguindo arrastar consigo toda a massa rural, pôde chegar ao triumpho decisivo. – A revolução brasileira, abandonada ás suas proprias forças, isto é, sem o auxílio do proletariado victorioso da U. R. S. S., do proletariado dos paizes imperialistas, sem a cooperação da revolução latino-americana está destinada a apenas dar mais vastas perspectivas... ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

A revolução é proletaria, a revolução é internacional, ou a derrota é certa.<sup>380</sup>

O jornal era mensal naquele momento e o artigo acima foi publicado logo após o manifesto de Prestes, em junho, e o texto não possui autoria, o que leva a entender que, provavelmente, é do corpo editorial. Já de início se comenta os impactos do manifesto na imprensa burguesa (a grande imprensa) e alega-se que aquele manifesto ainda não era comunista, mas já era “um passo à frente”, de forma que agora Prestes poderia ser tratado como “camarada” pelos trotskistas – a forma como os militantes comunistas geralmente se tratavam, aliás como em toda a esquerda. O artigo é longo e selecionamos os trechos mais representativos para a análise do pensamento dos trotskistas que melhor resumem a visão desta tendência sobre a revolução no Brasil.

<sup>380</sup> O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, jun. 1930. Ano 1, nº 2, p. 04.

Em uma das passagens de maior importância, os trotskistas acusavam o manifesto de Prestes de não levar em consideração – em sua análise da crise brasileira – a existência da burguesia nacional, tanto a burguesia industrial quanto a comercial e bancária. Isso é significativo e necessário realçar, porque indicam que nessa época os trotskistas, a partir das formulações teóricas de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, já começavam a elaborar uma análise da crise brasileira e de seu processo revolucionário que iria culminar na Revolução de 1930. Tal análise foi uma tentativa de interpretação marxista, que segundo Del Roio (1990, p. 171), foi pioneira em relação as elaborações do PCB. Isso porque na interpretação dos trotskistas os interesses concretos das classes dominantes brasileiras eram realçados – ainda que exagerando o nível de desenvolvimento do capitalismo nacional –, contudo, dessa maneira, eles se isentavam de conduzir, e reduzir, a situação brasileira a um mero campo de disputas entre o imperialismo inglês e estadunidense – como fazia a análise do PCB (DEL ROIO, 1990, p. 172).<sup>381</sup>

Por fim, o artigo de *A Luta de Classe* acaba por afirmar que o proletariado “é a grande força motriz da revolução”, mas que devido a realidade semicolonial do Brasil, a revolução brasileira só se concretizaria com a ajuda da URSS e do proletariado do mundo inteiro – expressando as perspectivas e teses internacionalistas do trotskismo. No entanto, como também explica Del Roio (1990, p. 172), as concepções trotskistas, apesar de avançar na análise da situação brasileira, ainda compartilhava algumas formulações típicas das dos comunistas do PCB, “subjetivistas” e “abstratas”. Nessa fonte podemos identificar estes “resquícios” na visão do Brasil enquanto uma “realidade semicolonial” – que provinham das teses da IC –, e no próprio imaginário da revolução brasileira inserida numa revolução mundial, onde “o proletariado vitorioso da URSS” prestaria um auxílio decisivo. Devemos lembrar que estas teses e críticas dos trotskistas não tinham apenas a imprensa operária e os trabalhadores como destinatários, mas também se direcionavam a um grupo específico: o público comunista. Os trotskistas constituíam-se de militantes que foram expulsos do PCB,

---

<sup>381</sup> A análise teórica da crise brasileira dos trotskistas foi formulada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier no texto *Esboço de uma análise de evolução econômica e social do Brasil*, que foi redigido em outubro de 1930, no calor dos acontecimentos da Revolução Liberal (DEL ROIO, 1990, p. 171). Porém, esta fonte jornalística em *A Luta de Classe* indica que estas reflexões já vinham sendo elaboradas desde antes. Nessas formulações, como já destacamos no primeiro capítulo, Mário Pedrosa e Lívio Xavier tentavam demonstrar que o capitalismo brasileiro se desenvolveu através das contradições de formas atrasadas e avançadas de dominação política e produção econômica – o que condicionou a existência de uma constante instabilidade política e de governos fortes e centralistas (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 398). Importante mencionar também que Mário Pedrosa, após tomar conhecimento do Manifesto de maio de Prestes, viaja até Buenos Aires a fim de convidá-lo a colaborar na discussão sobre a questão agrária, que o Grupo Comunista Lênin (que era a organização trotskista no Brasil, ao qual o jornal *A Luta de Classe* era órgão) estava realizando. A resposta foi negativa por parte de Prestes (DEL ROIO, 1990, p. 164 e 169).

mas que ainda se consideravam membros do partido, ao qual buscavam disputar e, segundo suas concepções, reorientar para uma verdadeira linha revolucionária (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 398). Isso refletia os posicionamentos do movimento trotskista em nível internacional, uma vez que nessa época Trotsky tentava orientar a sua oposição no sentido de levar as suas discussões e críticas a todos os Partidos Comunistas da IC, para que reconhecessem os erros da política stalinista (CAMPOS, 1985, p. 11).

A opinião dos comunistas ditos stalinistas, por serem membros do PCB, se expressou pelo seu órgão oficial, o jornal *A Classe Operaria*, na mesma época dos trotskistas, mas elas foram publicadas nas edições de julho. Assim, assinado pelo Presidium do partido, os stalinistas também faziam as suas ponderações e avaliações do famoso Manifesto de maio de Prestes:

Mas, apesar da sua nova posição, esses elementos revolucionarios da Columna Prestes não perderam a sua natureza de pequenos burguezes. É como pequeno burguezes que elles querem dirigir a revolução, porque não salientam no manifesto que a direcção da revolução agraria e anti-imperialista TEM DE SER do proletariado. O manifesto não diz que o governo dos conselhos de operarios, camponezes, soldados e marinheiros TEM DE CONCENTRAR EM SUAS MÃOS TODO O PODER e deve ser sustentado pelos operarios e camponezes armados contra a burguezia desarmada totalmente.<sup>382</sup>

A posição oficial do PCB considerou que, no manifesto, Prestes expressava desejos de dirigir a revolução brasileira porque não salientava que esta deveria ser dirigida pelo proletariado. Contudo, esta nota do PCB foi elaborada pelo SSA-IC, já que nessa época o partido brasileiro recebia, portanto, interferências diretas da IC – refletindo as teses da nova linha política desta Internacional que condenava qualquer frente única com a pequena burguesia representada pelos tenentistas (DEL ROIO, 1990, p. 150-151). O manifesto de Prestes causou entusiasmos em muitos comunistas do PCB, sobretudo Astrojildo Pereira que viu os seus esforços teóricos e práticos se concretizando, finalmente Prestes assumia um rompimento com a Aliança Liberal e se aproximava do comunismo. No entanto, apesar do clima de euforia que este manifesto causou nas fileiras do partido, já em 22 de junho, em reunião do CC (Comitê Central) do partido, reiterou-se as teses da IC sobre a questão brasileira (DEL ROIO, 1990, p. 148-151). A partir disso, as esperanças e expectativas criadas pelo manifesto de Prestes se transformam em perplexidade, desilusão e em desmantelamento

---

<sup>382</sup> O Partido Comunista perante o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1930. Ano 6, nº 92, p. 04.

do partido. Obrigado pela SSA-IC, o PCB excluiu de suas fileiras todos aqueles acusados de serem “pretistas”, “aliancistas” e de “desvios de direita”. Octávio Brandão – que ao lado de Astrojildo foi um dos principais articuladores das teses de aproximação com os tenentistas – capitulou diante das imposições do SSA-IC, Astrojildo Pereira seria expulso do partido no ano seguinte (DEL ROIO, 1990, p. 151-152; VIANNA, 2007b, p. 334-335).<sup>383</sup>

No número seguinte de *A Classe Operaria*, portanto, as críticas do PCB contra o manifesto de Prestes ficam mais explícitas e diretas, e ainda refletindo elementos de suas teses sobre a crise brasileira:

A Aliança Liberal, que até agora realizou systematicamente o programma do imperialismo yankee, devia, depois de haver effectuado o bloco com os conservadores, representar o papel de um “partido revolucionario”, utilizando-se de um golpe de Estado no interesse do imperialismo americano, com o fim de esmagar o imperialismo inglez e afogar a revolução operaria e campesina, que se desenvolve.

[...]

Prestes, que se desenvolveu e se educou nas condições do pronunciamento e do golpe militar (golpe de Estado puramente burguez, em beneficio do imperialismo), comprhendeu que agora é necessario lutar em união com as massas operarias e camponezas, para a tomada e nacionalização da terra, para organização das massas nos Conselhos de Operarios e Camponezes, etc.; porém não compreendeu que sómente as massas operarias e camponezas pódem realizar a revolução. [...]

[...]

Partindo dessas considerações, o nosso Partido deve combater e desmascarar toda tentativa de criação de um partido pequeno-burguez, operario e camponez, por parte de Prestes e denuncial-o como o mais serio perigo para a revolução.

O Partido Communista não cessará “em nome da paz, em nome das bôas relações”, suas criticas ás vacillações dos generaes revolucionarios, e indicará ás massas operarias e camponezas que Prestes representa os elementos vacillantes que não romperam ainda com o aventureirismo do golpe de Estado, dos pronunciamentos.<sup>384</sup>

---

<sup>383</sup> A conversão de Luís Carlos Prestes para o comunismo se deu numa época de sectarização da linha política da IC. Com a mudança de direção na URSS, com a ascensão de Stálin, a política de “frente única” da IC, com outros segmentos da pequena burguesia revolucionária nos países periféricos, foi substituída pela tática da “classe contra classe”. Isso derivava de vários fatores sendo que um dos mais importantes estava relacionado a crença de que o mundo caminhava naquele momento para novos conflitos imperialistas, devido a crise do capitalismo ao qual o ano de 1929 foi o ápice. Assim, tal contexto conduziria a uma nova conjuntura revolucionária de radicalização das lutas de classes, ao qual o proletariado tinha que buscar uma posição independente. Esse processo afetou os partidos comunistas do mundo inteiro e também expressavam as necessidades de Stálin na sua luta contra as facções adversária na Rússia, pois a partir de então a IC perde, gradualmente, o interesse pelo comunismo internacional, que passa a ser visto como um apêndice secundário dos interesses de Estado russo. Cf.: (PINHEIRO, 1992, p. 197-206). Tanto que isso vai criar uma situação ambígua no partido em que o PCB vai resistir a adesão de Prestes em suas fileiras até 1934, quando a própria IC intervém para que ele fosse admitido (VIANNA, 2007b, p. 335).

<sup>384</sup> O Partido Communista e o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1930. Ano 6, nº 93, p. 01 e 02.



Novamente as teses do PCB, que determinavam a crise brasileira às disputas Inter imperialistas entre Inglaterra e EUA, se manifestavam, de maneira que toda a luta tenentista de Prestes agora era vista como mera tentativa de golpe de Estado – burguês e “em benefício do imperialismo”. A exemplo do artigo anterior, o texto acima resgata as imagens da Revolução Russa dos Conselhos (soviets) de operários e camponeses como o objetivo da revolução, mas ainda alega que Prestes não compreendia que a vanguarda da revolução cabia ao proletariado. Com isso, acusa-se Prestes mais uma vez de querer dirigir a revolução, por meio da formação de um partido “pequeno burguês” e que, assim, ele representava “o mais sério perigo para a revolução”. De “cavaleiro da esperança” dos comunistas, Prestes foi transformado, naquele momento, em um inimigo da revolução, decisão do partido que, como vimos, provocou grandes desilusões.

Por causa das novas orientações da IC, a essa altura, o BOC já atacava abertamente a Aliança Liberal e tinha se afastado do Partido Democrático. A intervenção direta da SSA-IC desarticulou o grupo dirigente do PCB, e com suas leituras equivocadas da realidade, isolou ainda mais o partido politicamente e o afastou do movimento social das massas, que ocorriam com o fim da Primeira República (DEL ROIO, 1990, p. 182 e 190). Mesmo duramente criticado pelo PCB, Prestes, em Buenos Aires, continuou o caminho em direção a nova ideologia tentando assimilar as críticas e sem compreender muito as divergências internas do partido (DEL ROIO, 1990, p. 164). De acordo com Pinheiro (1992, p. 231) o manifesto de Prestes e as críticas dos comunistas brasileiros falavam a mesma língua, mas diante da SSA-IC, o PCB precisava demonstrar rigor contra o “prestismo” para seguir a sua linha. Ainda que mais tarde, passado as refutações do rigor sectário do período “obreiro”, que admitira apenas operários no partido, Prestes tenha sido admitido pela própria IC.

Expor a visão dos trotskistas e stalinistas a respeito do processo político da crise brasileira foi importante, pois, no ano seguinte, em 1931, já diante do novo governo de Getúlio Vargas, a imprensa anarquista voltaria ao cenário dos debates e discussões. Assim, por medida de comparação, poderemos compreender melhor o lugar em que se inseriu o pensamento político dos libertários a respeito da Revolução de 1930.<sup>385</sup>

---

<sup>385</sup> Neste tópico sobre As Crises Políticas da República brasileira, entre 1928 a 1930, registramos 10 artigos sobre a temática, de forma que analisamos 4 desse total.

#### 4. 2. A Segunda República em dissolução

Os dias finais da Primeira República terminaram com grande agitação e comoção política impulsionados pela conspiração articulada pela Aliança Liberal, em 24 de outubro de 1930 generais opositoristas depuseram o então presidente Washington Luís e Getúlio Vargas, assim, é empossado na Presidência da República em novembro. Nasce, dessa forma, a Segunda República. A partir de então, é formado um Governo Provisório que dissolve o Congresso e as câmaras legislativas estaduais, tal governo tinha como um dos objetivos primários organizar uma Assembleia Constituinte para o país (CARONE, 1973, p. 18).

Segundo uma das principais linhas interpretativas, a Revolução de 1930 criou uma espécie de “Estado de compromisso”, pois os vitoriosos de 1930 formavam um grupo muito heterogêneo, do ponto de vista social e político. Oligarcas dissidentes, os tenentistas e o Partido Democrático – os principais elementos da Aliança Liberal que compuseram o Governo Provisório – se tiveram, no início, um objetivo em comum, que era derrubar as oligarquias tradicionais do poder, agora, já não poderia se dizer o mesmo em relação às expectativas políticas desses diferentes atores envolvidos no movimento (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 409-410).

Sendo assim, desde o início começam a se manifestar embates entre estes grupos que estiveram envolvidos nesta revolução e uma das principais divergências foi sobre o próprio tempo de duração do Governo Provisório. Enquanto as lideranças civis – principalmente articuladas em torno do Partido Democrático – desejavam a instalação imediata da democracia e o fim do regime discricionário, os tenentes e seus aliados afirmavam que o retorno a ordem democrática só deveria ocorrer após reformas sociais, pois os alicerces do poder oligárquico ainda não tinham sido desmantelados (PANDOLFI, 2007, p. 17). Situação esta, aliás, que constituirá um dos principais motivos para a eclosão da *Guerra Civil paulista de 1932* – que também foi vista como uma “revolução” na época pelos seus fomentadores –, visto que o Partido Democrático rompe com o governo e se alia ao Partido Republicano Paulista (derrotado na Revolução de 1930), insatisfeitos com a política centralizadora de Vargas (PANDOLFI, 2007, p. 22-25). Esta guerra civil, que foi uma das mais graves vividas pelo país, aliado aos próprios acontecimento da *Revolução de 1930* e a formação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), que foi uma tentativa de frente de esquerda contra o governo Vargas, constituirão, portanto, como os nossos principais temas de análise sobre a opinião da imprensa operária a respeito das crises da República e dos rumos da revolução no Brasil. Fenômenos estes que acentuaram uma crise política que iria culminar com a instauração do

Estado Novo por Vargas em 1937, portanto, este é o período da “Segunda República em dissolução”, pois tão logo ela nasce, os conflitos políticos, que não tinham sido resolvidos pela Revolução de 1930, voltam à tona e aprofundam a crise política do país.

Devemos considerar ainda que a própria qualificação do golpe político de 1930 como uma “revolução” constituiu-se numa espécie de estratégia simbólica. Tal evento, portanto, foi um golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário, que era visto como uma ameaça à dominação burguesa. Qualificar estes acontecimentos de “revolução” teria servido para apagar a memória da luta de classes que se realizava (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 410).<sup>386</sup> De acordo com Del Roio (1990, p. 11-12), por sua vez, os acontecimentos de 1930 denotariam uma espécie de “revolução burguesa” pela via “passiva”, pelo “alto”, ou seja, por meio do Estado, sem a participação das camadas populares, já que as forças sociais existentes eram insuficientes para realizar esta revolução – que consistiu no aprofundamento das relações específicas do modo de produção capitalista no país.

A natureza destes fenômenos políticos e sociais da crise brasileira da época são fundamentais, visto que atingiram diretamente o movimento operário. Primeiramente porque isso era o cerne dos debates na imprensa operária em nosso tema sobre As Crises Políticas da República, pois estavam acontecendo “revoluções”, promovidas pelas elites oligárquicas e militares dissidentes. A esquerda revolucionária, que militava junto ao movimento operário – os anarquistas, comunistas, trotskistas e sindicalistas –, tiveram que se posicionar politicamente e interpretar os acontecimentos de acordo com suas “visões” da “revolução proletária”. E também, em segundo lugar, consideremos que estas mudanças políticas do período expressavam a correlação da luta de classes. A consolidação e imposição da legislação trabalhista nessa época consistiu, como já apontamos, em uma forma de “repressão burocrática”, onde o governo Vargas buscou o controle sobre o movimento político da classe operária por meio de dispositivos institucionais de controle dos sindicatos. A luta, portanto, pela autonomia sindical e contra as leis arbitrárias do Ministério do Trabalho acabaram pautando os debates – entre as tendências políticas de esquerda do movimento trabalhista – sobre os caminhos e estratégias a respeito do tema da organização operária nestes difíceis tempos de resistência.

Em relação ao nosso tema sobre a Rússia Soviética a conjuntura dos anos 1930 é marcada pela experiência da planificação econômica e do Primeiro Plano Quinquenal na URSS, assim como a consolidação do domínio ditatorial de Stálin e suas violências

---

<sup>386</sup> Esta linha interpretativa, como aponta Ferreira e Pinto (2006), advém da análise de De Decca (1994).

empregadas para a efetivação destas políticas. Um elemento novo, e marcante, na análise deste tema nessa época foi a inserção da opinião dos trotskistas nos debates da imprensa operária. Somados às visões críticas que já vinham sendo formuladas pelos anarquistas a respeito da URSS, as discussões sobre este assunto foi, assim, muito enriquecido – já que os trotskistas também passaram a emitir apreciações que destoavam da ortodoxia comunista stalinista.

#### 4.2.1. A luta operária na repressão burocrática

Após o golpe político de outubro-novembro de 1930, que empossou Getúlio Vargas na presidência, o movimento operário brasileiro se rearticulou, especialmente em São Paulo onde os anarquistas constituíam a maior força política nas organizações trabalhistas. De maneira que em 1931 em diante a imprensa anarquista retornava ao cenário público com os jornais *O Trabalho* e *O Trabalhador* de São Paulo, juntamente com *A Plebe* que reabre a partir de 1932. Este revigoramento da imprensa anarquista parte de um esforço dos militantes libertários na rearticulação da FOSP (Federação Operária de São Paulo) – aliás o jornal *O Trabalhador* constituiu-se como o porta voz oficial desta entidade (SILVA, 2006, p. 122). Durante os anos 1930, assim, a imprensa anarquista foi protagonizada principalmente pelos periódicos *A Plebe* e *O Trabalhador*.<sup>387</sup>

É importante destacar a respeito desta nova conjuntura que, em trabalhos historiográficos anteriores, os anos 1930 muitas vezes foram apontados como uma época em que se completa o declínio do anarquismo em benefício da preponderância dos comunistas – como por exemplo Carone (1973, p. 9) que afirma ser este um momento que os comunistas superam, definitivamente, o movimento anarquista. Contudo, em estudos mais recentes realizados pelo pesquisador Rodrigo Rosa da Silva (2018), que se utiliza tanto da imprensa operária quanto dos prontuários do DOPS, enfatiza-se que houve grandes obstáculos em se abordar a atuação anarquista após o golpe de 1930 – tanto por razões vinculadas às fontes

---

<sup>387</sup> Como já apontamos no início de nosso trabalho, nestes periódicos, como veremos, se articularam militantes importantes do cenário anarquista brasileiro. Além de Edgard Leuenroth, que esteve a frente do ressurgimento de *A Plebe*, temos o nome do anarquista espanhol Hermínio Marcos – que era secretário da FOSP e diretor do jornal *O Trabalhador* (SILVA, 2006, p. 122). Importante mencionar também que José Oiticica se transferiu para São Paulo nessa época diante do declínio do movimento anarquista carioca, participando da imprensa libertária paulistana e auxiliando Edgard Leuenroth (DULLES, 1977, p. 400; SAMIS, 2007, p. 100). Igualmente também, destacamos a colaboração neste cenário do famoso militante libertário Florentino de Carvalho, que retorna à capital paulista depois de anos de perseguição política, assumindo e se inserindo na reestruturação da FOSP (NASCIMENTO, 2006, p. 185).

históricas e suas dificuldades como por questões políticas, que impediram um olhar mais cuidadoso das resistências e capitulações das correntes políticas que estavam em jogo naquele contexto. Portanto, para este autor, é importante compreender melhor qual foi o papel dos anarquistas no movimento de oposição e resistência dos trabalhadores ao enquadramento sindical imposto, já nos primeiros meses do governo provisório, pela administração de Getúlio Vargas. Atentando, assim, à importância da presença anarquista na vida política dos anos 1930, como organizadores e defensores de uma luta no campo sindical fundamentada pelo princípio da ação direta e da resistência dos trabalhadores contra o capital e o Estado (SILVA, 2018, p. 273). Assim, são nesses direcionamentos que se inserem o nosso último tópico a respeito das discussões sobre a organização dos trabalhadores na imprensa sindical e militante, isto é: quais foram e como se desenvolveram as pautas e debates sobre “a luta operária na repressão burocrática”.

De uma maneira geral, durante esta primeira metade dos anos 1930, a classe operária enfrentou grandes dificuldades com o desemprego e o rebaixamento salarial, procurando se defender destas duras condições e tendo suas organizações atuando sob intensa repressão política. Porém, o processo constituinte empreendido pelo governo Vargas permitiu certos espaços de liberdades democráticas e a retomada da organização autônoma da classe operária, por outro lado, os sindicatos reformistas, os “amarelos”, vinham sendo fortalecidos pelo governo desde 1928 (DEL ROIO, 1990, p. 176 e 198). Esta reorganização do movimento sindical, na verdade, já se inicia no final do ano de 1930, assim que se implanta o novo governo provisório, pois muitos sindicatos que haviam sido fechados com a repressão dos anos anteriores são reabertos com os movimentos grevistas daquele período – articulados pelos anarquistas e trotskistas através do “Comitê de Reorganização Sindical” (SILVA, 2018, p. 276). Diversas categorias profissionais nessa época tiveram suas associações de classe criadas e reerguidas, resultando na formação de duas federações sindicais estaduais, ideologicamente rivais: a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), dirigida pelos comunistas do PCB, e a FOSSP, de orientação anarquista.<sup>388</sup>

---

<sup>388</sup> Ao contrário do episódio que intitulamos nesse trabalho de “A Batalha das Federações”, entre a FTRJ comunista e a FORJ anarquista, trabalhado anteriormente, no contexto do Rio de Janeiro em 1923-1924, em que havia um equilíbrio de forças entre as tendências, a situação da correlação entre as correntes operárias na São Paulo dos anos 1930 era bem diferente. A FSRSP reunia principalmente sindicatos de cidades do interior, sem bases fortes na capital, já a FOSSP congregava a maior parte dos sindicatos – com algumas das categorias mais importantes da indústria – na capital São Paulo. A FOSSP, a título de exemplo, tinha entre seus associados: a Liga Operária da Construção Civil; a União dos Artífices em Calçados; o Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros; a União dos Operários Metalúrgicos e a União dos Operários em Fábricas de Chapéus, entre várias outras associações menores. Algo importante de considerar para dimensionar a influência dos anarquistas no movimento operário paulistano daqueles anos. Cf.: (SILVA, 2018, p. 276-277).

É importante contextualizar como ocorreu a reestruturação do movimento sindical em São Paulo naquelas passagens de 1930-1931 nos inícios da Segunda República, pois, como vimos, esse processo teve a participação tanto dos anarquistas quanto dos comunistas e trotskistas – estes últimos minoritários no cenário operário de São Paulo. Isso porque estas vicissitudes da reorganização do movimento trabalhista repercutiram na imprensa operária da época. Como já salientamos, os comunistas do PCB adentraram os anos 1930 com o partido desarticulado, em grande parte devido as interferências deletérias da IC, de maneira que a imprensa ligada ao partido passou por grandes dificuldades na época. Assim, os debates na imprensa operária nesse momento são protagonizados, em nossa pesquisa, principalmente pelos anarquistas e os trotskistas.

Sendo assim, ao que parece, o revigoreamento do movimento operário em São Paulo foi muito importante nos debates entre as tendências operárias na imprensa militante até fora do Estado, tanto que as primeiras opiniões são emitidas pelos trotskistas, a partir do seu órgão oficial, *A Luta de Classes*, que era um jornal do Rio de Janeiro. Em um longo artigo de capa do jornal, que continua em outra página, os trotskistas, assinando em nome da “Liga Comunista (Oposição)” – como eles se denominavam – fazem considerações interessantes sobre a atuação dos anarquistas e direcionavam críticas aos militantes comunistas do PCB. Estas críticas são enumeradas e dizem respeito a recusa dos militantes stalinistas do partido, segundo os trotskistas, de fazerem uma frente única entre todos os comunistas contra a tendência anarquista no movimento sindical paulista. Dessa maneira, destacamos as passagens:

5º) Erro não menos grave é o da fracção dirigente do Partido, tomando a iniciativa de dividir o movimento syndical do proletariado de São Paulo. A F.O.S.P., sob a pressão do nosso grupo resolveu convocar uma Conferencia Operaria Estadual para meados de Março, nesta Capital. E eis que, contra essa medida, os camaradas da fracção dirigente improvisam um “comité” da C.G.T. e convocam uma “Conferencia Sindical Regional” para uma data anterior, isto é, para o 1º de Março, transferindo logo depois para o dia 8 do mesmo mez. Não é verdade, pois, a sua intenção de dividir o movimento syndical?

[...]

8º) Os camaradas da fracção dirigente do Partido, por intermedio do seu pseudonymo “Comité da C.G.T.” têm incriminado a F.O.S.P. e os militantes que se encontram á sua frente de “reformistas”, “fascistas”, “contra-revolucionarios”, etc. Ora, taes accusações não passam de invencionices ridiculas e calumnias indignas de verdadeiros communistas. A Federaçao tem commettido graves erros, mas o seu programma é de luta de classes, e a sua actividade, principalmente nos ultimos tempos, não tem desmentido esse programma. Leiam os camaradas o manifesto de 20 de Janeiro da Federaçao e as suas resoluções sobre a Lei de Férias, onde se denuncia abertamente a

política reaccionaria do governo provisório, do governo de São Paulo, do Ministerio do Trabalho, – e se convencerão de que affirmamos (documentos nº 2 e 3).<sup>389</sup>

E, mais adiante, os trotskistas lançam ao PCB as suas propostas de uma frente única comunista para a ação sindical:

#### BASES DE FRENTE UNICA

1º) Todos os ataques pessoais aos opposicionistas de esquerda devem cessar imediatamente;

2º) Renuncia ao projecto de fundação de uma nova “Federação Sindical Regional”;

[...]

4º) Deve realizar-se uma reunião preparatoria, dos opposicionistas de esquerda e membros da fracção dirigente do P.C. afim de se estabelecer uma plataforma unica a ser defendida na Conferencia Estadual Operaria e nos sindicatos filiados a F.O.S.P. Dessa plataforma, deve constar a palavra de ordem de reorganização da C.G.T.B.<sup>390</sup>

Agora eram os trotskistas que acusavam os comunistas do PCB de divisionismo. Alegando que, por pressão dos trotskistas, os anarquistas da FOSP convocaram uma “Conferência Operária Estadual”, para meados de março, mas “os camaradas da fracção dirigente” improvisaram um comitê da CGT para outro dia – convocando uma “Conferência Sindical Regional”. Na verdade, o que ocorre é que nesta Conferência Operária Estadual, realizada em São Paulo entre os dias 13, 14 e 15 de março de 1931, a própria FOSP é refundada (SILVA, 2018, p. 280). Como a edição de *A Luta de Classe* é de fevereiro-março talvez haja um pequeno equívoco dos editores ao expressarem que a FOSP, sobre pressão deles, convocou a Conferência – referindo-se aos anarquistas pelo nome da FOSP. Quando se referem “aos camaradas da fracção dirigente” os trotskistas estão indicando os militantes do PCB – já que eles se consideravam opposicionistas membros do partido. Segundo eles, portanto, o PCB teve a intenção de dividir o movimento sindical, porque o comitê pró CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), como já vimos, era o comitê por meio do qual os comunistas tentavam agir no movimento sindical para tentar unificar o movimento sobre sua direção. Esse comitê teria convocado uma Conferência Sindical Regional, segundo os trotskistas, para dividir o movimento, o que se refere, na verdade, as intenções do PCB de configurar, por meio desta conferência, a FSRSP que, como já vimos em seção anterior, era

<sup>389</sup> A direção do Partido Comunista: secção brasileira da IC. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, fev.-mar. 1931. Ano 2, nº 6, p. 01.

<sup>390</sup> A direção do Partido Comunista: secção brasileira da IC. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, fev.-mar. 1931. Ano 2, nº 6, p. 01 e 04.

uma tentativa de federação rival aos anarquistas que os comunistas tentavam estruturar desde 1929, inviabilizado pela repressão naquela época (DEL ROIO, 1990, p. 176-177).<sup>391</sup>

Além das críticas em relação às ações divisionistas por parte do PCB, os trotskistas ainda condenam as calúnias proferidas pelo partido contra os anarquistas da FOSP. Os trotskistas argumentam que a FOSP “tem cometido graves erros”, mas que o seu programa é de “luta de classes”, que podem ser comprovadas pelas suas ações, como a oposição dos anarquistas a Lei de Férias que é denunciada como uma “política reacionária do governo”. De fato, já observamos, no capítulo anterior, que desde 1927 os anarquistas vinham denunciando a legislação trabalhista como um mecanismo de controle sobre o movimento operário.

É interessante que, no final, os trotskistas lançam as suas bases de uma frente única dos comunistas para superarem o movimento anarquista nas organizações operárias de São Paulo. Primeiramente, os ataques contra os “oposicionistas de esquerda” (os trotskistas), por parte do partido, deveriam cessar. Em seguida, o que é significativo da parte do pensamento dos trotskistas, é que eles defendem que o PCB deveria abdicar de fundar a FSRSP e que, ao invés disso, deveria se realizar uma reunião preparatória – entre os trotskistas e os stalinistas – para estabelecer uma plataforma única que fosse defendida na próxima Conferência Estadual Operária e entre os sindicatos filiados a FOSP. Uma plataforma única que envolvesse a palavra de ordem pela reorganização da CGTB – que seria o órgão máximo do operariado a nível nacional em que os comunistas, de ambas as tendências, poderiam exercer a sua influência majoritária. Em outras passagens do artigo, que é longo e possuiu muitos trechos ilegíveis devido a corrosão dos originais, os trotskistas acusavam os dirigentes do PCB – citando passagens de Lênin – de oportunismo, por não disputarem os sindicatos da FOSP, e a própria FOSP, para o lado dos comunistas. Por isso, os trotskistas naquele momento eram contrários a fundação de outra federação sindical no Estado e propunham a disputa política dentro da própria FOSP e de seus sindicatos.<sup>392</sup>

No entanto, o jornal *A Luta de Classe* não se direcionava apenas aos comunistas do PCB, mas também se dirigia às outras correntes adversárias do movimento operário, em

---

<sup>391</sup> Para os comunistas a estruturação da FSRSP, ao lado da FSRR – Federação Sindical Regional do Rio – que já estava assentada, devido a maior força do PCB no movimento operário do Rio de Janeiro, eram indispensáveis para a estruturação final da CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil). Afinal, tratava-se dos dois maiores pólos industriais do país. Os trotskistas, que nessa época se concentravam em São Paulo basicamente na UTG-SP (União dos Trabalhadores Gráficos), que tinha o periódico *O Trabalhador Graphico* como representante – jornal que retorna em 1932 –, por sua vez, não eram contrários a formação da CGTB. A UTG participou da referida Conferência Operária Estadual de março de 1931, que reabriu a FOSP, porém a UTG foi expulsa da FOSP em agosto, por suas posições pró-CGTB. Cf.: (DELO ROIO, 1990, p. 172-173; 176-177).

<sup>392</sup> Os trotskistas se utilizavam das passagens de Lênin que condenavam os comunistas que não disputavam os “sindicatos reacionários”, por não considerar a questão da influência sobre as massas e demonstrando uma levandade de “esquerda” (LÉNINE, 1978b, p. 302).



especial aos anarquistas que ainda representavam uma força considerável nas organizações trabalhistas e principalmente em São Paulo – onde os libertários eram mais fortes que o PCB. Com isso, na mesma edição no final deste jornal, os trotskistas, em artigo sem autoria, criticavam os anarquistas da FOSP na conferência estadual que tinha ocorrido:

Na recente conferencia estadual, promovida pela Federação Operaria de S. Paulo, a minoria comunista apresentou um projecto de resolução, propugnando o auxilio aos desempregados pelo Estado. Discutida a proposta, foi a mesma rejeitada pela maioria anarchista, sob o ridiculo fundamento de que os operarios não devem receber esmolas do Estado capitalista [...].

[...]

[...] O proletariado unido na luta por esta reivindicação, adquirirá maior consciencia revolucionaria, convencendo-se, não com phrases, mas por factos concretos, de que deve derrubar o Estado burguez para destruir o regimen capitalista. É isso *acção direta* das massas sobre o patronato, sobre o Estado dos patrões. Não é esmola!<sup>393</sup>

O artigo possui esse título porque, em outra passagem, os trotskistas criticam os anarquistas por estes se absterem de protestar contra o governo brasileiro pelo reconhecimento diplomático da URSS – o que não era uma contradição dentro dos posicionamentos dos anarquistas, devido a oposição destes ao Estado e ao regime russo. Diante das acusações que os anarquistas já lançavam contra a legislação trabalhista desde os anos anteriores, já que, para eles, era uma contradição lutar pela aplicação das leis que serviriam para o próprio controle dos trabalhadores (MUNAKATA, 1984, p. 41-42 e 55) os posicionamentos dos libertários, assim, se mantinham os mesmos em relação a uma pressão para o auxílio aos desempregados. No fim destes trechos, os trotskistas afirmam que pressionar o Estado com reivindicações por estas leis não era “esmola” e consistia, portanto, em “ação direta” contra o patronato, tentando atacar os anarquistas a partir de um conceito que era central para o próprio pensamento ácrata. Contudo, como já vimos, a “ação direta” para os anarquistas era justamente o contrário, pois consistia em se opor a burguesia pela “ação direta” do proletariado, sem intermediários, muito menos por representação do Estado quer era, por definição, uma instância das classes dominantes e da própria burguesia.<sup>394</sup>

<sup>393</sup> Os anarchistas inimigos dos desempregados e dos trabalhadores da URSS. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, fev.-mar. 1931. Ano 2, nº 6, p. 06.

<sup>394</sup> Neste ponto é necessário considerar, que ao longo da história da Primeira República, a militância operária – em alguns momentos com a participação dos anarquistas – também esteve associada não apenas a formação de organizações sindicais, mas também de organizações mútuas, de socorro mútuo, para a assistência dos operários desamparados. Estas organizações se davam dentro e fora dos sindicatos e, apesar de entrarem em declínio a partir dos anos 1930, com o início da implantação efetiva da legislação social e trabalhista, estas associações em parte ainda existiam na época (VISCARDI; JESUS, 2007, p. 32 e 44). Contudo, embora os anarquistas tenham

Finalmente, os anarquistas retornam ao cenário do debate público da imprensa operária em setembro de 1931 com a inauguração do jornal *O Trabalhador* – o impresso operário oficial da FOSP. Em um artigo de destaque, logo na capa, e sem autoria – então possivelmente eram opiniões do grupo editorial do jornal e, portanto, do próprio comitê federal da FOSP –, foi publicado os posicionamentos dos anarquistas sobre a “frente única” do proletariado que, novamente, estava sendo proposta pelos comunistas:

Mais uma vez as organizações operarias de São Paulo receberam uma circular da pseudo Federação Syndical Regional, com o convite de uma frente unica de todos os trabalhadores. Em these, sobre o assumpto, estamos de plenissimo accôrdo. A nossa manifestação nesse sentido é unanime, e por isso nos temos batido sempre. Queremos a unificação absoluta da classe trabalhadora contra o Capitalismo e o Estado em suas multiplas fôrmas. Mas, torna-se necessario esclarecer a qualidade de qualquer unificação. Não poderemos estar de accôrdo com os que sáem de uma escola hypocrita de uma variação socialista que fracassou em suas tentativas, que se aproveita do atrofiamiento da mentalidade popular jugulada ante o peso esmagador de superstições seculares, e que quer culminar, como a experiencia tem demonstrado, na escravidão, do pensamento e nas perseguições em massa dos que tudo fizeram para a redempção e engrandecimento da especie humana.

[...]

A alliança que nos offerece á Federação Syndical Regional não é uma alliança de massas, porque ella carece de força syndical. E acceitando-a teriamos que convir com as normas politicas porque se rege o seu partido, o que seria uma trahição vergonhosa aos principios que até hoje temos defendido como trabalhadores e como militantes dentro e fôra das organizações operarias.

Assim, pois, como productores, praticamos a frente unica com todos os explorados do regimen capitalista, com os que estiveram de accordo com as bases fundamentaes do syndicalismo revolucionario, que são, afinal, as que sustentam e defendem a Federação Operaria de São Paulo e os sindicatos a ella filiados.<sup>395</sup>

Logicamente que a “Federação Sindical Regional”, que os anarquistas se referem, é a FSRSP dos comunistas que, segundo os libertários, é uma “pseudo Federação”, que “carece de força sindical” e, portanto, não seria uma “aliança de massas”. O que não deixava de ter parte de sua verdade, pois como vimos a FSRSP era bem inferior a FOSP em número de aderentes e importância de suas associações. Os anarquistas deixam bem claro um dos principais pontos de discordância para com as propostas de frente única dos comunistas, que

---

constituído os “sindicatos de resistência” – na “ação direta” contra o patronato e o Estado – poucas vezes as atividades destes sindicatos se combinavam com práticas assistencialistas, pois os anarquistas acreditavam que estas práticas eram “desvirtuadoras do proletariado”. A luta política dos anarquistas se manifestou muito nas atividades educacionais, pois eles almejavam uma revolução social e não política (GOMES, 1994, p. 70-71).

<sup>395</sup> Frente Unica. *O Trabalhador*, São Paulo, 1 set. 1931. Ano 1, nº 1, p. 01.

era, que ao aceitá-las, teriam que se adequar “as normas políticas porque se rege o seu partido”, ou seja, o PCB – o que seria uma “traição vergonhosa de seus princípios”. No final, os militantes da FOSP argumentam que a frente única já é realizada por eles e sua entidade, entre “todos os explorados do regime capitalista” e “os que tiverem de acordo com suas bases” – que eram estabelecidas pelo sindicalismo revolucionário, que é afirmada como a orientação oficial da Federação. É significativo nesse ponto o fato deles acentuarem a sua frente única com “todos os explorados do regime capitalista”, não centrando apenas na figura do proletariado (industrial, urbano), como era entre os comunistas, pois isso era um aspecto da visão radicalmente “periférica” que os anarquistas tinham da política, onde eles se dirigem a todos os marginalizados e excluídos da sociedade, e desde que aceitem a adesão voluntária ao seu programa (JONG, 2008, p. 55).

As passagens que mais nos chamam a atenção nesse artigo é quando os anarquistas enfatizam que eles são a favor da unificação total da classe trabalhadora contra o capitalismo e o Estado. Entretanto, salientam que importava a “qualidade” da unificação proposta, e que eles, os anarquistas, não poderiam estar de acordo com os militantes de “uma escola hipócrita de uma variação socialista”, que “fracassou em suas tentativas” e, portanto, se aproveitavam de “superstições seculares” para promover a escravidão do pensamento e as perseguições contra aqueles que lutam pelo “engrandecimento da espécie humana”. Como os anarquistas estão se dirigindo aos comunistas, fica evidente que eles estão se referindo às experiências da Revolução Russa e do regime político da URSS.

Isso é relevante porque denota que os anarquistas não estavam meramente repetindo formulações já elaboradas anteriormente, pois vimos que eles acompanharam o processo russo em sua imprensa desde o início e muito denunciaram as perseguições aos anarquistas russos – que podem ser aqueles que lutaram pela “redenção humana” no texto, revelando o componente utópico dessas apreciações. Assim, como veremos na próxima seção, nessa época a imprensa anarquista passa a receber as notícias da ditadura de Stálin em vigor na Rússia, o artigo acima revela, então, que eles estavam acompanhando o processo russo e, como deixam a entender, que os comunistas se utilizavam de “superstições seculares”, esta é uma expressão, portanto, que já desmoralizava completamente o “mito soviético” – operado pelo imaginário comunista. Atentos ao que se passava na URSS, o pensamento anarquista buscava se manter ativo e articulado ante aos fatos que lhes chegavam e estas discussões continuavam sendo importantes para o movimento operário.

No segundo número de *O Trabalhador*, publicado em dezembro, encontramos uma importante fonte documental que resume, e reafirma, os preceitos políticos da FOSP. Trata-se

de suas bases e estatutos que na verdade tinham sido estabelecidas na sua refundação, na ocasião da Terceira Conferência Operária Estadual, realizada em março de 1931. Destacamos os seguintes pontos e parágrafos:

f) Sustentar activa campanha contra a intromissão da politica partidaria nos meios operarios, evitando o predominio, a interferencia ou a influencia de qualquer elemento ou partido politico;

[...]

Orientação

3º – A F.O.S.P. não obedecerá nenhuma tendencia político-partidaria ou religiosa, não podendo nenhuma de suas adherentes ou qualquer de seus membros, individual ou collectivamente, servir-se de suas filiadas ou adherentes para se manifestar em sentido politico ou religioso.

4º Procurando tornar evidente e pratico o seu ideal de egualdade social, a F.O.S.P. não conferirá nem admitirá em seu seio, para seus membros como taes ou para extranhos, qualquer título ou menção honorifica.

5º – Não poderá pertencer a F.O.S.P. quem occupar cargos politicos ou a elles se faça candidato.

[...]

Adendo

A 3º Conferencia Operaria Estadual, resolveu que, até o reerguimento da Confederação Operaria Brasileira da qual é adherente, a F.O. de São Paulo se filie a Associação Continental Americana dos Trabalhadores e a A.I.T. com sede actualmente em Berlim.<sup>396</sup>

Este texto publicado em *O Trabalhador* é muito significativo para analisar o pensamento anarquista naquele momento sobre a organização sindical. Algumas passagens são de suma importância como quando os anarquistas estabelecem (no ponto “f” que era do segundo parágrafo) ser contrário à intromissão “da política partidária nos meios operários”, e da influência de partidos políticos sobre os mesmos. Como também o parágrafo 3º, afirmando que a FOSP não “obedecerá a nenhuma tendência político-partidária”, assim como que qualquer um, individual ou coletivamente, era autorizado a se utilizar de suas filiadas para manifestar uma ideologia oficial. Nos pontos 4º e 5º, negam qualquer título honorífico a qualquer membro e que estão vedadas a adesão de quem ocupa cargos políticos ou candidatos a estes cargos. Todos estes pontos deixavam claro a tática da ação direta na organização dos sindicatos – quanto a negação de qualquer representatividade e/ou submissão parlamentar e ao Estado, bloqueando a interferência de partidos políticos ou de políticos e governantes. O que também pode ser visto como uma reafirmação de posições, e espaços, nas disputas dos anarquistas diante dos comunistas e trotskistas.

---

<sup>396</sup> Bases de Accordo da Federação Operaria de São Paulo. **O Trabalhador**, São Paulo, 5 dez. 1931. Ano 1, nº 2, p. 02-03.

Contudo, de acordo com Silva (2018, p. 283-284), que menciona este documento, há interpretações díspares na historiografia a respeito destes posicionamentos da FOSP, pois, se para uns estes estatutos demonstravam bases fundadas no sindicalismo revolucionário, para outras interpretações, estes princípios estabelecidos pela FOSP expressavam contornos mais próximos do anarcossindicalismo. Em nossa reflexão, entendemos que, embora os estatutos neguem a adesão para quem ocupa cargos políticos (como senadores e membros da câmara e do parlamento), assim como para quem se candidata a estes cargos nas eleições – enfatizando que não admitirá a interferência político partidária na entidade e seus filiados –, não há, entretanto, nenhuma menção contrária a filiação de indivíduos filiados a partidos políticos. Dessa maneira, as bases da FOSP parecem estar mais próximas do sindicalismo revolucionário – como inclusive foi declarado no artigo anterior sobre a frente única. Para Silva este documento é um indicativo de que havia várias disputas de ideias entre os anarquistas sobre a organização sindical, posturas nem sempre divergentes, mas que não eram tratadas como uma incoerência pelos anarquistas, pelo contrário, na verdade serviam para reforçar o “espírito libertário” de organização já que: “[...] nenhuma dessas correntes tentava lançar mão de artimanhas políticas ou violentas para conquistar uma pretensa ‘hegemonia’ (SILVA, 2018, p. 284).

Ao nosso ver este documento da FOSP ainda pode expressar indícios, apesar de indiretos, que os anarquistas estavam buscando pensar e repensar as suas bases de organização sindical. Sintomas, talvez, de uma certa fermentação interna no movimento libertário, até mesmo por influências e impactos de anos de disputas sindicais e embates ideológicos contra os comunistas. É claro que assim afirmamos de maneira hipotética, mas veremos adiante, em outros anos, que está “fermentação interna” no movimento anarquista, entre as correntes libertárias, sobre o sindicalismo, iria se manifestar com mais força.

Por fim, no adendo, informa-se que nesta 3ª Conferência Operária Estadual ficou estabelecido, que até o reerguimento da Confederação Operária Brasileira (COB), a FOSP se filiasse a Associação Continental Americana dos Trabalhadores (ACAT) e a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) de Berlim, a Internacional anarquista. A COB estava desarticulada, mas tinha sido a confederação nacional dos sindicatos anarquistas estabelecidos sobre o sindicalismo revolucionário desde o 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 (OLIVEIRA, 2018, p. 215). Já a ACAT era um ramo da AIT na América Latina, fundada em Montevideu no Uruguai em 1929 (JONG, 2004, p. 276). O que demonstrava as ligações

internacionais do anarquismo paulistano, e isso é importante porque a AIT assumiu paulatinamente fundamentos mais próximos do anarcossindicalismo.<sup>397</sup>

Em 1932, ao se completar um ano do revigoramento da FOSP, o editorial do jornal *O Trabalhador* relembra os acontecimentos daquela 3ª Conferência Operária Estadual em que a federação foi reativada. Neste artigo, tecem-se comentários interessantes a respeito da luta operária que os anarquistas empreenderam no ano anterior – inclusive nas suas disputas com as tendências adversárias do movimento operário:

A Conferencia teve a representação directa, de todas as tendencias sociaes, porem a que desde o inicio predominou, foi a dos anti-politicos e anti-estataes, muito embora o pacto mutuo, feito entre os Bolchevistas da direita e da esquerda para se apossarem da Federação Operaria de São Paulo e adheril-a á Internacional de Moscou.

Horas inesqueciveis viveram os Delegados durante a batalha ideologica, vencendo – como era esperado – a corrente que esposa as doutrinas de libertação integral da humanidade e combate todo autoritarismo, ainda que este seja exercido em nome dos trabalhadores. [...]

[...]

[...] Dentro do perimetro urbano da capital paulista, realizou em um anno, 30 comicios de propaganda e protesto; distribuiu acima de 100 manifestos e publicou um boletim especial na greve dos operarios em fabricas de tecidos. Em consecuencia de sua actividade é, não ter conseguido o Ministerio do Trabalho nem o Departamento Estadual do Trabalho, tirar partido das organizações operarias, e se não tivesse sido o desvioamento de alguns militantes, que se declararam colaboracionistas, este ultimo não teria conseguido colocar uma só caderneta profissional, nem interferir em nenhuma questão entre os patrões e os operarios. [...].<sup>398</sup>

Inicialmente, ao relatar os acontecimentos do ano anterior de 1931, os redatores relembram que na referida Conferência houve o predomínio dos “antipolíticos” e “anti-estatais”, que logicamente se remete aos anarquistas. Apesar, como expressaram, da união entre os “bolchevistas da direita e da esquerda”, que tentavam se apossar da FOSP para aderir a IC. Evidentemente, que os “bolchevistas da direita” se referia ao grupo majoritário dos comunistas stalinistas, aderentes e dirigentes do PCB, enquanto que os “bolchevistas de esquerda” seriam os trotskistas, minoritários – que se declaravam enquanto oposição de esquerda no partido, embora expulsos. O artigo ainda continua salientando que, após a

---

<sup>397</sup> Apesar da AIT ter sido fundada sobre os preceitos do sindicalismo revolucionário, e ter aderido no seu seio sindicatos e federações de tendências sindicalistas revolucionárias, ela se desenvolveu, com o tempo, para concepções anarcossindicalistas. No anarcossindicalismo a condenação da “política”, dos partidos políticos e do Estado, ficam mais explícitas, portanto, enquanto que no sindicalismo revolucionário esta “política” – centrada na lógica do “centro”, da conquista do Estado – deve estar apenas “fora” dos sindicatos, no anarcossindicalismo esta “política” é o “inimigo”. Cf.: (JONG, 2004, p. 277-278 e 287-290).

<sup>398</sup> Terceira Conferencia Estadoal. **O Trabalhador**, São Paulo, mar.-abr. 1932. Ano 1, nº 4-5, p. 02.

“batalha ideológica”, venceram os anarquistas, que representam a doutrina “da libertação integral da humanidade”, a única que combatia todos os autoritarismos, ainda que seja o autoritarismo “exercido em nome dos trabalhadores”. Além do conteúdo utópico dessas passagens, que revelam mais uma vez os aspectos do imaginário dos anarquistas, que viam a sua luta como “a libertação integral da humanidade”, este texto é interessante por mais uma vez reafirmar e delimitar espaços e posições diante dos comunistas (trotskistas e stalinistas), numa época em que voltam a se acirrar as disputas no movimento operário. Assim, os libertários reforçam que estão dispostos a combater todo autoritarismo, mesmo daqueles que dizem ser exercidos em nome dos trabalhadores – e isso se remetia aos stalinistas e trotskistas.

Na parte final dos trechos que selecionamos, os anarquistas, ao comentarem todas as atividades realizadas pela FOSP no ano anterior, que foram intensas – entre comícios, manifestos e até mesmo um boletim especial que se dedicou a greve dos tecelões – encontramos considerações importantes dos libertários sobre a luta que empreenderam. Eles alegavam que, em consequência de suas lutas, o Ministério do Trabalho e o Departamento Estadual do Trabalho não conseguiram tirar maiores proveitos das organizações operárias. Salientavam, que se não fosse os desvios de “alguns militantes”, “colaboracionistas”, o governo não conseguiria colocar “uma só caderneta profissional” – nem interferir nas disputas entre o patronato e o operariado. Estas considerações são importantes na medida que revelam toda a combatividade dos anarquistas de São Paulo naquela primeira metade dos anos 1930 contra a exploração patronal e, especialmente, contra as medidas autoritárias do governo Vargas que buscava controlar e submeter o movimento sindical autônomo.<sup>399</sup>

Sendo assim, as críticas a “alguns militantes colaboracionistas” também são relevantes porque demonstram a tendência que houve no movimento operário naquele período, como já nos referimos, de adesão, e consequentemente de submissão, a nova legislação trabalhista que estava sendo imposta pelo governo (D’ARAÚJO, 2007, p. 222-223). Como também revelam o quanto que os anarquistas se mantiveram coesos na defesa de um sindicalismo autônomo, sem interferências estatais. Podemos pensar que estes “colaboracionistas” poderiam ser tanto operários não militantes, quanto sindicalizados e ativistas de todas as tendências entre socialistas, comunistas, trotskistas e, até mesmo, talvez, anarquistas que poderiam ter

---

<sup>399</sup> É interessante mencionar, para melhor ilustrar a expressividade e resistência dos anarquistas nestes primeiros anos de 1930, que em São Paulo circularam outros jornais direcionados às outras categorias profissionais específicas filiadas a FOSP, editados pelos seus respectivos sindicatos, como: *O Trabalhador da Light*, *O Trabalhador Padeiro*, *O Trabalhador Chapeleiro*, *O Trabalhador Vidreiro*, *A Voz dos Profissionais do Volante*, entre outros. Nestas folhas, muitas vezes de duração efêmera e publicação esporádica, a propaganda sindicalista libertária foi intensa, infelizmente não conseguimos acesso a estes impressos nos arquivos consultados. Cf.: (SILVA, 2018, p. 287).

capitulado. A questão é que esse artigo também revela as disputas que houveram entre o movimento operário, no caso os anarquistas, contra o governo pelo controle do mercado de trabalho. A “caderneta profissional”, ao qual se referem no texto, tinha sido estabelecida pelo Ministério do Trabalho naquele ano de 1932 e esse documento passa a ser exigido pelo poder público tanto para a associação em um sindicato quanto para o gozo da lei de férias – que só seriam concedidas aos sindicatos associados pelo Ministério (MUNAKATA, 1984, p. 90). A primeira lei de sindicalização já tinha sido imposta em 1931, estipulando que os sindicatos fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho que proibia a manifestação política ou ideológica destes sindicatos, expurgando o campo da esquerda nos sindicatos oficializados (D’ARAJO, 2007, p. 223-224). A caderneta profissional era, portanto, um instrumento de controle e dominação do governo e nesta época todas as tendências de esquerda no movimento operário lutaram contra essas medidas (MUNAKATA, 1984, p. 90-92). Os sindicatos filiados a FOSP, portanto, eram ilegais perante o governo. Dessa maneira, em relação aos anarquistas, cuja análise do seu pensamento político consiste em nosso foco, este artigo de *O Trabalhador* demonstra que os libertários estavam resistindo às investidas do governo e fazendo um balanço de suas lutas na situação social em que viviam, avaliando os percalços de suas resistências contra o Ministério do Trabalho.

No entanto, nesse ano, os anarquistas não foram os únicos que criticaram o Ministério do Trabalho na imprensa militante. Em maio, o jornal *O 5 de Julho*, que então retornara, indicando agora como sede a cidade de Niterói no Rio de Janeiro, publica um artigo, sem autoria, se posicionando em relação aquele Ministério e sua política de sindicalização oficial:

O ministro do Trabalho, nos tempos actuaes, tem que ser um erudito da questão social, um conhecedor profundo da economia industrial e dos sistemas de produção. Não é possível, de simples delegado de policia, ascender a um posto que não tem nada a vêr com as funções policiaes. E, nas suas palavras aos jornaes, por ocasião de seu assumpto no Ministerio, o sr. Salgado Filho revelou concepções sociaes e administrativas pouco á altura de tão elevado cargo. Disse que “permittiria” taes e taes syndicatos, em taes condições. De maneira que a organização das classes trabalhadoras, sobre as quaes se pretende, até, fundar um novo systema politico baseado na representação de classes, ficaria subordinada a licença do Ministerio, como se faz na Prefeitura com o funcionamento das quitandas. E o Ministro, na sua incontinencia verbal, disse, mais, que dentro dos Syndicatos faria selecção de taes e taes elementos, como si o apparecimento de ideologia as mais diversas não fosse uma consequencia ineluctavel de todos os ajuntamentos de sêres humanos. [...] Os grupos intellectuaes que gravitam em torno das esquerdas revolucionarias não são assim tão pobres de homens que não possam, para o lugar actualmente occupado, em permanente eclipse,



pelo Sr. Salgado Filho, fornecer alguém que tenha ao menos o mérito da inteligência e da erudição sociológica.<sup>400</sup>

Com grande teor de ironia e sarcasmo, esse artigo é um exemplo de destaque das opiniões de certos setores da esquerda brasileira dissidente daquele período. Nesse ano de 1932, *O 5 de Julho* reabre na cidade de Niterói, sem os entraves da censura, e passa, então, a estampar na capa o nome do famoso militante Antonio Bernardo Canellas como diretor do jornal. Já vimos que alguns militantes que apoiaram os levantes tenentistas atuaram junto a Canellas nesse jornal, assim como o seu amigo Everardo Dias, que era do PCB e, possivelmente, nos anos 1920, até mesmo anarquistas como José Oiticica e Edgard Leuenroth teriam colaborado nesta folha. Contudo, nos anos 1930, observamos que esse jornal já não carregava nenhum traço e elementos do pensamento libertário, mas se assumiu, portanto, como um periódico de oposição ao governo de Getúlio Vargas, e bem crítico aos líderes tenentistas que passaram a compor o novo governo. O jornal segue a característica de publicar grande parte de seu material sem autoria, mas acreditamos ser possível que Antonio Bernardo Canellas, como diretor, tenha tido grande influência em sua produção, inclusive neste artigo, devido ao seu estilo sagaz. Canellas tinha sido expulso do PCB em 1924, como vimos, e ele não aderiu ao trotskismo, assim também como não era mais anarquista. Canellas era um comunista dissidente e independente, por isso qualificamos *O 5 de Julho* como um impresso “dissidente” dentro da esquerda comunista da época.

O jornal *O 5 de Julho*, portanto, assume uma clara oposição à política do Ministério do Trabalho de Vargas, na figura do ministro Salgado Filho, que tinha assumido o cargo na chefia daquele ministério no mês anterior, em abril de 1932. Com a posse do novo governo em novembro de 1930, Salgado Filho tinha sido delegado e chefe de polícia, assim, aquela decisão do governo é duramente criticada pelo jornal, que alega que aquele cargo tinha que ser ocupado por um “erudito na questão social”, não por um “simples delegado de polícia”. Enfatiza que as questões do trabalho não deveriam ser tratadas como caso de polícia e denuncia as intenções autoritárias, já pronunciadas pelo ministro, de controle dos sindicatos e da ideologia de seus membros. Destaca-se a passagem, com fina ironia, quando *O 5 de Julho* comenta que o ministro pretendia instaurar um “novo sistema político baseado na representação de classes”, subordinada ao Ministério, fazendo dos sindicatos, como se diz, “como se faz na Prefeitura com o funcionamento das quitandas” – se utilizando desta comparação para criticar o desdém para com a autonomia dos sindicatos. Porém, não apenas

---

<sup>400</sup> A recomposição Ministerial. **O 5 de Julho**, Niterói, 2 maio 1932. Ano 8, nº 92, p. 02.

isso, estas críticas também se dirigiam, e denunciavam, as ações do governo de Getúlio Vargas que, com o Código Eleitoral de 1932, estabelecia uma representação classista (de trabalhadores sindicalizados) nas Assembleias da Constituinte – o que foi um estímulo, e uma estratégia, para impulsionar a sindicalização oficial (D’ARAÚJO, 2007, p. 224). No final, o autor do artigo ainda acrescenta que a “esquerda revolucionária” possui aqueles que se destacam na “erudição sociológica”, e que poderiam assumir o lugar de Salgado Filho, mas não se pronuncia sobre quem seria essa “esquerda revolucionária” – de forma genérica, como está, poderíamos considerar que *O 5 de Julho* se referia às várias tendências, dos anarquistas aos comunistas.<sup>401</sup>

A partir da catalogação das fontes, observamos que a temperatura das disputas entre as correntes políticas nos meios sindicais aumentou nesse ano de 1932, e com isso encontramos alguns artigos mais relevantes, do ponto de vista do pensamento e dos posicionamentos políticos dos militantes, ainda que em meio, às vezes, de sentimentos mais exaltados. Em meados do ano, foi publicado em *O Trabalhador* um artigo de Florentino de Carvalho, com o seu costumeiro estilo impactante e polêmico:

Eis ahi trabalhadores, a força que constitue o pseudo partido comunista, a famosa Confederação Geral do Trabalho, sem confederados e a Federação Syndical Regional sem sindicatos.

[...]

Para elles a classe trabalhadora é uma massa bruta que se deve empregar em todas as manifestações.

Agora, trabalhadores, que conheceis os vossos inimigos mais poderosos, os que minam e destroem as vossas organizações economicas, para transformalas em grupos politicos, sabereis agir em consequencia. É preciso que os trabalhadores se emancipem do jugo do capitalismo e do jugo bolchevista. As organizações operarias por elles influenciadas ou dominadas devem recuperar a sua autonomia.

A emancipação dos trabalhadores ha de ser obra dos proprios trabalhadores e não dos politicos de qualquer partido e muito menos dos feitores a serviço de Moscou.<sup>402</sup>

Essa foi uma época conturbada na cidade de São Paulo porque a guerra civil paulista, que analisaremos adiante, começa em julho e nesta edição de *O Trabalhador* há orientações da FOSP para a não participação dos anarquistas naqueles eventos político-partidários (SILVA, 2018, p. 286). De acordo com Del Roio (1990, p. 229-230) nesse momento os anarquistas José Oiticica e Edgard Leuenroth, a frente da FOSP, lutavam encarniçadamente

<sup>401</sup> Sobre Salgado Filho Cf.: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/salgado\\_filho](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/salgado_filho)>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

<sup>402</sup> A posição das forças proletárias em face do movimento grevista. **O Trabalhador**, São Paulo, jul. 1932. Ano 1, nº 7, p. 04.

para manter a autonomia sindical e os libertários participaram ativamente do movimento grevista, que se sucedeu nesta profunda crise política, de maio e junho de 1932. Contudo, a repressão que se abateu a partir dessa onda de greves iria atingir a espinha dorsal da coletividade anarquista, de maneira que a partir desses eventos inicia-se o lento declínio do movimento libertário sindical em São Paulo.

As declarações de Florentino de Carvalho, que foi outro nome de relevo dos meios ácratas nesse contexto difícil, deixam transparecer uma radicalização maior para com os comunistas, talvez devido ao calor dos acontecimentos do momento. Contudo, ele cita a inexpressividade da CGT e da FSRSP e chama mais a atenção quando afirma que, para os comunistas, “a classe trabalhadora é uma massa bruta”, “que se deve empregar em todas as manifestações”. Isso poderia refletir ao fato, já destacado, que para os comunistas o partido era considerado a “vanguarda consciente” da classe operária, e justamente por isso – adicionado a visão radicalmente “periférica” que os anarquistas possuem da política – Florentino de Carvalho se expressou dessa maneira. Consideramos em outra oportunidade que, ao contrário do anarquismo, para o marxismo, o proletariado industrial é o personagem principal da revolução, esta doutrina tendia, então, a comungar do mesmo desprezo pelo “lupemproletariado” – os desempregados e marginalizados de todo tipo –, que as outras doutrinas políticas que possuem uma perspectiva “central” da política, isto é, pela manutenção do poder do Estado (JONG, 2008, p. 51-55). A partir deste ponto, Florentino de Carvalho acusa a destruição das “organizações econômicas” – se referindo aos sindicatos sobre o sindicalismo revolucionário – pelos comunistas, que a transformam em “grupos políticos”, por atrelarem as associações ao PCB. E, assim, ele passa a condenar completamente tanto os “bolchevistas” quanto o Estado, e os dois passam a ser vistos como inimigos a combater nos sindicatos sem distinções. Embora Florentino de Carvalho sempre tenha apresentado uma visão visceralmente contra a ideia de um Estado socialista (NASCIMENTO, 2000, p. 98-100) devemos nos perguntar se naquele momento ele estava assumindo uma posição mais anarcossindicalista ou não, pois nesse contexto conturbado muitas lideranças anarquistas seriam presas e os sindicatos ficaram mais frágeis à influências adversárias.

No fim do ano, os trotskistas retornam ao debate operário, primeiramente pelo seu órgão carioca, em artigo sem autoria, em *A Luta de Classe*:

Durante a “revolução” da burguezia paulista, a acção syndical foi praticamente nulla. Limitaram-se os syndicatos existentes a não fecharem as portas. A repressão toda poderosa que se desencadeiou sobre os militantes mais combativos e conscientes foi a causa immediata dessa inacção. Mas a

causa fundamental desse marasmo em que jazem as organizações de massa do operariado de São Paulo, vem de longe: a política liquidacionista da burocracia stalinista e o sectarismo dos remanescentes amarellecidos do anarquismo. Stalinistas e anarquistas, por caminhos diferentes, chegam ao mesmo objectivo comum, que é a liquidação do movimento syndical. Os primeiros, em nome do dogma da “radicalização das massas”, desprezam systematicamente o trabalho nos sindicatos, “esquecendo-se”, portanto, de conquistar as proprias massas; os segundos, fundados no dogma do apoliticismo dos sindicatos, “esquecem-se” de tomar partido na luta de classe, isto é, vão fazendo o jogo da burguesia.<sup>403</sup>

Para os trotskistas, apesar de toda a onda repressiva do governo que se desencadeou após as greves de maio-junho, e da guerra civil, o marasmo do movimento operário se devia principalmente à política dos stalinistas e ao sectarismo dos anarquistas. Os primeiros porque, em nome da “radicalização das massas”, esqueciam de disputar os sindicatos – críticas estas que já tinham sido feitas –; e os segundos – os anarquistas – porque, com o “apoliticismo” dos sindicatos, “esqueciam de tomar partido na luta de classes”, “fazendo o jogo da burguesia”. Segundo Del Roio (1990, p. 180-182) parece ter havido realmente no PCB, após a sua maior dogmatização e sectarismos com as interferências da IC, uma tendência dos militantes de expressarem uma “crença voluntarista” – de propor a “radicalização das massas” – mas que eram irrealistas para as possibilidades políticas do momento e que partiam de leituras equivocadas da realidade.

Porém, em relação aos anarquistas, mais uma vez os trotskistas confundiam o princípio “apolítico” dos sindicatos – que era a própria tática da ação direta dos libertários – como uma falta de “posicionamento” na luta de classes. Isso porque os trotskistas também tendiam a compreender a política apenas do ponto de vista do “centro”. Os trotskistas, assim como os comunistas do PCB nos anos 1920, também parecem ter se utilizado do raciocínio que a desorganização do movimento operário, após a intensa repressão estatal, era devido a ação dos anarquistas e seus métodos. Contudo, estas críticas não eram justas, já que os trotskistas afirmavam que durante a “revolução da burguesia paulista”, a guerra civil, a ação sindical foi quase nula, sendo que vimos que houve o engajamento dos anarquistas. Na verdade, por volta dessa época e posteriormente, a repressão contra o anarquismo, por parte do DOPS, foi sistemática e, ainda sim, a movimento anarquista não deixava se intimidar e protestou energicamente por todos os meios – pela imprensa e por comícios e passeatas – contra as arbitrariedades das autoridades (SILVA, 2018, p. 287-294).

---

<sup>403</sup> O Momento Syndical. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, 5 out. 1932. Ano 3, nº 8, p. 04.

No mês seguinte, contudo, o jornal *O Trabalhador Graphico*, que tinha sido reaberto naquele ano e que agora estava sobre a orientação dos trotskistas, se posicionava, em texto sem autoria, em relação as medidas do governo para a organização sindical. De maneira que deixa a entender que todas as tendências de esquerda se batiam contra aquelas medidas que retiravam a liberdade dos sindicatos:

O traço característico do governo surgido da victoria do movimento de 1930 foi a tentativa de fazer frente as tendencias espontaneas das corporações operarias a organizarem-se dentro de sindicatos de luta de classe. O controle desejado das organizações operarias pelo Estado esta expresso na famigerada Lei de sindicalização, a unica lei na “republica nova” pode-se dizer, que não engana, que não nega os seus fins. O objectivo do dec. 19770 é limitar a acção directa do proletariado nas suas reivindicações, isto é, cercear a nossa defesa nas lutas cotidianas contra o patronato pela interposição do aparelho burocratico do ministerio do Trabalho. Ao mesmo tempo que amortece o espirito de luta da massa operaria, a lei de sindicalização organiza o controle do Estado sobre a vida das organizações syndicaes. [...].<sup>404</sup>

O decreto 19.770 a que se referem é a própria lei de sindicalização de 1931, que retirava completamente a autonomia dos sindicatos que passavam a ser administrados pelo governo (D'ARAÚJO, 2007, p. 223). Os trotskistas se posicionavam contra estas medidas e, apesar das críticas anteriores, expressavam que todas as tendências espontâneas do movimento operário – o que possivelmente incluía os anarquistas – se organizavam pela luta de classe, e que isso era um entrave às intenções do governo “vitorioso do movimento de 1930”. Apesar disso, sabemos que nessa época as disputas internas do movimento operário se acirraram, pois com a repressão que se abateu com a crise política de 1932, os sindicatos que foram atingidos, muitos deles que eram orientados pelos anarquistas, passaram a ser controlados pelo governo e depois, lentamente, pelos comunistas (DEL ROIO, 1990, p. 230). Talvez, em razão disso, o jornal *A Plebe*, que retorna a circular nesse fim de ano de 1932, após estar fechado desde a repressão de 1927, publicou uma nota oficial da FOSP – na seção “movimento operário” – orientando e alertando os trabalhadores contra as intromissões de membros de um partido político nos sindicatos, possivelmente o PCB, mas também deve envolver os trotskistas:

A Federação Operaria de S. Paulo, que tanto na sua primeira fase, como na atualidade, soube manter incólumes os principios do apoliticismo sindical,

---

<sup>404</sup> A liberdade de organização – nossa reivindicação mais premente. **O Trabalhador Graphico**, São Paulo, 10 dez. 1932. Ano 12, nº 7, p. 01.

está sendo alvo do odio dos politiqueiros de todos os matizes e de todas as cores. [...]

[...]

Oportunamente e nas colunas do referido periódico, lhe daremos a resposta que merecem, para esclarecimento dos que não conhecem a obra nefanda de divizionismo que a mandado dum partido politico, estão realizando. Para S. Paulo a resposta está sendo dada pelos proprios trabalhadores que diariamente ocorrem aos sindicatos filiados á Federação Operaria de S. Paulo. [...].<sup>405</sup>

Apesar dessa época em diante marcar o início do declínio anarquista em São Paulo esse processo foi lento. Ao iniciar o ano de 1933, então, os debates na imprensa operária sobre a organização e a luta dos trabalhadores se mantiveram acirrados, e com ânimos exaltados devido a conjuntura política. A partir dessa época a imprensa anarquista já tinha sido reforçada pela reabertura de *A Plebe* e muitos artigos jornalísticos interessantes foram publicados nesse jornal sobre os rumos da organização e da resistência operária a se empreender:

Com tal fim, e para estar prevenido para o que dêr e vier, lembrou-se de criar o sindicalismo obrigatorio a ver se chama a si o apoio dos trabalhadores, o mais vasto nucleo do Brasil, e publicou leis que parecem serem favoraveis ao proletariado como a lei das férias, lei das oito horas, sindicalização etc., porém resalvando aquilo que dizem ser os privilégios do capitalismo e da burguezia, procurando encobri-lo com o maior cuidado áqueles que, pela sua ignorancia, não estão em estado de compreender este maquiavelismo.

Porém a burguezia fascista e o governo desta mesma seita, se enganam, e aqueles que tiverem um pouco de compreensão do que são os verdadeiros ideais revolucionarios compreenderão a organização, porém, não para satisfazer posições sectarias e criminosas, não para proteger aqueles que sempre nos perseguiram e continuarão a faze-lo, mas sim para defender-nos de todos que querem explorar a nossa boa fé, o nosso suor e nosso trabalho. Façamos a organização para defender os nossos direitos, espezinhadados durante toda a vida e, por ultimo, para prestar a nossa solidariedade ao proletariado nacional e internacional, que sofre deste mesmo mal. [...].

Para isso, torna-se necessario que nossas organizações sejam limpas de toda a politica e dos aproveitadores da boa fé proletaria que se introduzem no nosso meio para interromper a nossa obra, por estarem a serviço da burguezia exploradora e lavradaz.<sup>406</sup>

Este artigo é assinado por um militante de nome de José Prados Escobar, mas apesar do nome ser mais comum, não conseguimos em toda nossa pesquisa identificar quem era esse colaborador da imprensa anarquista, que na mesma época também escreveu em *O Trabalhador*. Ele inicia fazendo uma crítica a lei do sindicalismo obrigatório e acusando a

<sup>405</sup> Federação Operaria de S. Paulo: nota oficial. **A Plebe**, São Paulo, 31 dez. 1932. Ano 1, nº 6, p. 04.

<sup>406</sup> Avante camaradas! **A Plebe**, São Paulo, 7 jan. 1933. Ano 1, nº 7, p. 03.

legislação trabalhista – como a lei de férias e das oito horas – de ser uma manobra maquiavélica do governo, não compreendida por aqueles que se mantêm na ignorância de suas reais intenções. Porém, a parte que mais nos chama a atenção nesse artigo é que o autor afirma que todos os que compreendem “os verdadeiros ideais revolucionários” devem entender a necessidade de organização, contudo, “não para satisfazer posições sectárias e criminosas”, não “para proteger aqueles que sempre nos perseguiram e continuarão a fazê-lo”, mas, dando a entender, que preconiza-se uma organização que proteja os trabalhadores contra os exploradores de “sua boa fé”.

Acreditamos que esse autor possa estar se dirigindo à militância operária como um todo, como aos próprios libertários, para estes não caiam em sectarismos, contudo, também acreditamos que ele possa estar se dirigindo às outras tendências do movimento operário, como os trotskistas e os comunistas. Entendemos que José Prados Escobar está propondo, e cobrando, um esforço maior de toda a militância para pensar a questão da organização operária na sua resistência nestes momentos difíceis – em que a repressão política recrudescia e a legislação e o controle burocrático avançavam sobre os sindicatos. Isso porque ele enfatiza o problema do “sectarismo” e que a organização operária não poderia ser utilizada “para proteger aqueles que sempre nos perseguiram”, e perseguirão – dando a entender que possa estar se referindo aos políticos ou a quem ocupasse cargos de poder na política. É claro que isso são suposições, mas os indícios desta fonte nos conduzem a esta reflexão: de que este artigo também se dirigia, e apelava, aos comunistas e trotskistas; propondo repensar sobre a questão da organização e tentando aliviar as tensões “sectárias”. Até mesmo pelo próprio título do artigo, “Avante camaradas!”, faz com que pensemos nestas possibilidades. Ainda que no final, o autor reafirme as suas posições anarquistas, ao salientar que para esta resistência e organização, seja necessário “que nossas organizações sejam limpas de toda a política e dos aproveitadores” do proletariado. Isso quer dizer que os sindicatos deveriam continuar neutralizando as influências da intromissão da “política” – no sentido da “política” partidária, que objetive a conquista do Estado.

No mesmo mês de janeiro, entretanto, os trotskistas publicaram incisivas críticas, mais uma vez, tanto aos anarquistas quanto aos stalinistas do PCB, pelo seu órgão principal *A Luta de Classe*. Como em grande parte o texto, sem autoria, dirige críticas ao PCB, mais uma vez, elas são organizadas em tópicos, ao qual destacamos:

Ninguém deseja a morte quando a vida vai correndo bem. Se ainda hoje, no ano de 1932, quinze anos depois da Revolução russa, ainda existem

operários que se deixam arrastar pelos anarquistas, manifestando um horror “sagrado”, ultra-moral, pela política, isso só se explica pelo cepticismo inevitável como consequência de uma política fundamentalmente errônea, criminosa e oportunista.

[...]

e) mais tarde, com suas intrigas, com suas manobras, com sua sabotagem ao trabalho comunista dentro da F.O.S.P., impediram que a oposição sindical levasse a bom termo o seu trabalho e consolidaram, por essa forma, a direção dos anarquistas.

f) contemporaneamente, quando a U.T.G. lutava, dentro da Federação, contra a direção anarquista, não tomaram posição no caso e, com a sua “mentalidade”, permitiram que os anarquistas usassem de um golpe de força contra aquele sindicato;

[...]

Eis os serviços do stalinismo. Não é por acaso que o anarquismo germina e viceja sôbre êsse estêrco. Anarquismo e stalinismo, embora diversos na dualidade de sua estupidez, vão caminhando juntos para o mesmo fim: a liquidação do movimento operário.<sup>407</sup>

Este artigo deve ter sido escrito no final de 1932, por isso aquela data, e publicado no início do ano seguinte. Assim como os comunistas stalinistas do PCB, os trotskistas também mantinham o imaginário forte da Revolução Russa como uma revelação dos verdadeiros caminhos revolucionários. Tanto que ironizaram se perguntando como pode haver anarquistas mesmo após quinze anos daqueles eventos e, também como os stalinistas, eles afirmam que os anarquistas mantinham um “horror sagrado”, “ultra moral”, pela política. Dessa maneira, os trotskistas mantinham uma tendência, que se manifestou em ambas as correntes comunistas, de entender que a condenação dos anarquistas pela “política” era um pensamento meramente moral, como se o anarquismo não tivesse desenvolvido toda uma reflexão, e um pensamento político, para condenar a “política” (centrada no Estado).<sup>408</sup>

Entretanto, quando os trotskistas se referem a “uma política fundamentalmente errônea”, “criminosa e oportunista”, eles estão lançando críticas ao PCB, pois mais uma vez eles acusavam o partido pelo crescimento dos anarquistas no movimento operário. Nas partes que se seguem, os trotskistas condenam a direção do partido por atrapalhar a oposição comunista dentro da FOSP, consolidando a direção dos anarquistas, e de não ter apoiado a UTG (sobre a direção trotskista) em sua oposição na FOSP, o que, segundo eles, possibilitou com que os anarquistas expulsassem a UTG da FOSP – fato que já citamos. A partir deste

<sup>407</sup> Anarquismo e Stalinismo. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, jan. 1933. Ano 8, nº 9, p. 03.

<sup>408</sup> Mais uma vez, é necessário esclarecer nesse ponto que, segundo Gomes (1994, p. 67), os anarquistas defenderam uma estratégia de luta que também consistia em conquistar e construir uma nova identidade para os trabalhadores na sociedade. Uma identidade em que a ideia de “política” era redefinida a partir das questões dos interesses econômicos dos trabalhadores e de sua participação na sua própria luta. Assim, o “apoliticismo” dos anarquistas não pode ser entendido como uma negligência da dimensão da política, mas como uma forma distinta de lidar com ela – algo que, inclusive, já apontamos.



raciocínio, no final, os trotskistas asseveravam que tudo isso resultava dos “serviços do stalinismo”, já que o anarquismo tinha crescido a partir de seus erros e que ambos, o stalinismo e o anarquismo, contribuíam para a “liquidação do movimento operário”.<sup>409</sup>

Observamos, ao catalogar as fontes, que nesse ano de 1933, houve uma diminuição dos artigos que continham debates entre as tendências operárias sobre a organização dos trabalhadores, principalmente no primeiro semestre. Houve uma quantidade maior de material que se enquadrou no terceiro tema, devido aos impactos da guerra civil paulista do ano anterior. Porém, em meados do ano foram publicados textos importantes e primeiramente apresentamos um artigo de *Voz Cosmopolita*, que foi o único exemplar desse periódico na década de 1930 que conseguimos encontrar. Enfatizamos que o PCB adentrou a década de 1930 desarticulado e com grandes dificuldades, devido a repressão e aos efeitos da interferência direta da IC. Contudo, a atividade dos comunistas se manteve no âmbito sindical – como evidenciamos inclusive por meio das fontes jornalísticas das outras tendências. O periódico *Voz Cosmopolita*, portanto, era um impresso sindical que se manteve ligado ao PCB, nos oferecendo um exemplar dos posicionamentos dos comunistas do Centro Cosmopolita a respeito da legislação trabalhista que estava sendo imposta – assinado pelo codinome de “Tupy”:

Nós, trabalhadores do comercio hoteleiro, não devemos concordar nem nos collocar partidarios das carteiras profissionaes estabelecidas pelo Ministerio fascista do Trabalho.

[...]

[...] Essas carteiras é um meio que a burguezia lança mão, para nos obrigar a trabalhar mais horas, diminuir nossos salarios e jogar no desemprego uma parte dos trabalhadores e ainda mais, facilitar a policia controlar os trabalhadores que se destacam nas nossas luctas.

Trabalhadores que somos e vanguarda consciente dos explorados e oprimidos da nossa profissão, levantamos nosso protesto e concitamos a todos os trabalhadores em geral a não tirar outra carteira a não ser a de seu sindicato.

---

<sup>409</sup> A partir desse ponto se torna necessário realizar alguns esclarecimentos a respeito do “stalinismo”. Até agora utilizamos o termo “stalinistas” para designar os comunistas que se mantiveram no PCB e não se converteram para o trotskismo. De fato, isso ocorre tanto porque o PCB era vinculado a IC – que a partir da expulsão de Trotsky da URSS passou a ser controlada por Stálin – como também por ser assim que os trotskistas passaram a denominar os comunistas que se mantiveram fiéis a III Internacional – uma definição que encontramos, inclusive, na própria historiografia. Contudo, também devemos destacar que por “stalinismo” ficou compreendido uma forma de comportamento, e pensamento, militante dos comunistas atrelados aos PC’s da III Internacional no período de predomínio de Stálin – sobretudo de 1928 em diante. Tal período foi marcado pela “bolchevização” dos PC’s ao redor do mundo onde, gradualmente, as perspectivas internacionalistas do pensamento marxista foram abandonadas, pois os militantes passaram a assimilar acriticamente modelos e dogmas emanados de Moscou. Assim, os partidos comunistas dos outros países, e a própria IC, se transformaram em instituições auxiliares da política externa de Stálin, perdendo a perspectiva revolucionária e expressando um sectarismo catastrófico contra as outras tendências de esquerda que isolou ainda mais os comunistas. Cf.: (PAULO NETO, 1981, p. 48-52).

Precisamos formar uma frente única de todos os trabalhadores, para repudiar a carteira fascista.<sup>410</sup>

Os comunistas stalinistas, assim, também repudiavam a carteira profissional e as intenções do governo que, para eles, era uma forma da polícia melhor controlar o movimento operário, o que diante da posse do ministro Salgado Filho não era uma irrealdade. Reparamos, nessa época, a maior utilização do termo “fascista” dos militantes operários ao se referirem aos seus inimigos, pois é o ano da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e houve uma grande comoção neste tipo de imprensa a este fato. Expressando a concepção dos comunistas de que constituíam a “vanguarda consciente” dos trabalhadores do ramo, Tupy, então, concita a uma frente única contra aquela medida e orienta os trabalhadores a não adquirir nenhuma carteira, além da “de seu sindicato”.<sup>411</sup>

No mês seguinte, o impresso oficial da FOSP, *O Trabalhador*, publica um artigo de destaque em sua capa sem autoria e de ânimos exaltados. Um texto que nos chamou a atenção porque se diferencia, pelo seu tom mais agressivo, ao que geralmente encontramos na imprensa anarquista:

Erigida a violencia em sistema para responder as aspirações, do proletariado, é lógico que este não pode continuar por mais tempo á margem da realidade, confiando na justiça de sua causa, nas reclamações pacificas.

Deante da violencia patronal ou governamental o método eficaz, a salvassão possivel, está exclusivamente na violencia proletaria.

[...]

Os “revolucionarios” das correntes marxistas, afirmam que opondo uma politica proletaria a politica burgueza, se chegará a meta final. Os resultados encarregam-se de desmenti-los.

Os libertarios, os anarquistas dizem ao povo o contrario.

Para sacudir o jugo que oprime a maioria da humanidade, ha que suprimir antes de todo o principio de autoridade e o Estado, burguez ou proletario, assenta-se em ele.

Não ha meio algum, fora da accção directa que impeça os desmandos dos detentores do poder e da riqueza social, e muito menos que transforme a sociedade.

A accção directa individual ou colectiva, é a única que realmente evitará a propagação do fascismo, dará mais liberdade e maior bem estar economico a classe productora e que é mais importante, a capacitará para a batalha definitiva da que surgirá o Communismo Libertario.<sup>412</sup>

<sup>410</sup> Carteiras Profissionaes significa: Carteiras Policiaes. **Voz Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 1 jun. 1933. Ano 10, nº 194, p. 02.

<sup>411</sup> A carteira profissional decretada pelo Ministério do Trabalho de Vargas naquela época, ao qual já nos referimos, visavam substituir as carteiras até então emitidas pelos sindicatos – que garantiam ao trabalhador um certificado de idoneidade, qualificação e os direitos garantidos e conquistados pelas lutas sindicais. Essa política do governo, invalidando as carteiras sindicais, foi mais um dispositivo burocrático que retirou dos trabalhadores e suas organizações o controle sobre o mercado de trabalho. Cf.: (MUNAKATA, 1984, p. 90-92).

<sup>412</sup> Acção directa. **O Trabalhador**, São Paulo, 23 jul. 1933. Ano 2, nº 6-7, p. 01.

Reconhecendo a violência sistemática, tanto patronal quanto governamental, em que os trabalhadores estavam submetidos naquele momento, o autor desconhecido – que pode ser do comitê editorial –, alega que o proletariado não pode mais apenas confiar “na justiça de sua causa” e “nas reclamações pacíficas”. E que diante daquela situação, portanto, a salvação seria, apenas, o emprego da “violência proletária”. Devemos levar em consideração que estas palavras mais agressivas também poderiam, possivelmente, ser sintomas de uma conjuntura difícil para os anarquistas naquele ano de 1933, pois as perseguições do DOPS contra os militantes libertários, assim como os seus atos de resistência e coragem frente as autoridades, com protestos e comícios, foram intensos no período (SILVA, 2018, p. 288-294).

Nos trechos finais do artigo, os anarquistas citam na discussão sobre os caminhos que o proletariado pode empreender – na sua luta e resistência ante àquela situação – os “revolucionários das correntes marxistas” – o que podemos incluir aqui os stalinistas e os trotskistas. Os libertários argumentam que os marxistas defendem opor, contra a política burguesa, à política proletária (a conquista do Estado), para se chegar “à meta final” (o comunismo). Contudo, para eles, “os resultados encarregam-se de desmenti-los” – o que provavelmente é uma referência a Revolução Russa e ao regime soviético. A partir desse ponto há uma defesa enfática do princípio de “ação direta” porque o texto assegura que a única forma de libertar a maioria da humanidade seria suprimir, antes de tudo, o “princípio de autoridade e o Estado”, seja burguês ou proletário. Assim, a “ação direta” – a luta dos explorados diretamente contra a classe dominante, sem a intermediação de partidos políticos, representantes ou da própria máquina do Estado – é reconhecida como a única forma de impedir os desmandos dos “detentores do poder e da riqueza social”. A “ação direta”, dessa forma, individual e coletiva, é a única maneira, segundo os anarquistas, de garantir o advento do “Comunismo Libertário”.<sup>413</sup>

---

<sup>413</sup> A concepção anarquista de que o Estado deveria ser abolido de imediato com a revolução foi muito desenvolvida por Bakunin em seus debates contra Marx no seio da 1ª Internacional, que não só se tornaram célebres como constituíram-se em fontes doutrinárias para todos os anarquistas. Ao se contrapor a Marx, Bakunin argumentava que o Estado, como inevitavelmente sendo o governo de cima para baixo, sempre teria por sua própria lógica se autoconservar e que nunca daria conta de atender todas as necessidades dos governados. Diante do Estado, mesmo o pretense Estado popular que Marx defendia, sempre haveria descontentes porque sempre haveria sacrificados. Assim, o Estado sempre tenderia a reforçar e alimentar as desigualdades, logo, para Bakunin, não se tratava de conquistar o poder político, mas sim de destruí-lo, com a tomada dos meios de produção (fábricas, terras etc) pelo proletariado armado. Isso porque o Estado não poderia ser “moldado” em prol da classe trabalhadora, pois constituía em um reservatório de força para a reação pelo fato de conservar as relações de dominação. A revolução deveria, então, destruir imediatamente a organização centralizadora do poder, pois, na perspectiva bakuniana, a sobrevivência do Estado inevitavelmente engendraria uma nova classe dominante no poder, enquanto que para Marx a posse do Estado era necessário para o sucesso revolucionário. Cf.: (BAKUNIN, 2016b, p. 304-305; s.d., p. 97; NORTE, 1988, p. 88).

Acreditamos que as perseguições policiais aos anarquistas naquela época tenham radicalizado as suas concepções. Assim também como o contexto internacional, semelhante ao que ocorreu com os comunistas em 1927, que ficaram empolgados com a Revolução Chinesa, nessa época os anarquistas estavam em êxtase com os conflitos sociais na Espanha, que caminhava para a sua revolução com grandes atos de ação direta dos anarquistas espanhóis – inclusive há passagens no artigo acima que evidenciam estas influências. Afirmamos isso porque este texto revela posicionamentos, ainda que não explicitamente, em que os anarquistas propunham o confronto aberto contra o patronato e o governo, dando a entender, inclusive, que o que se defendia, era uma possível luta armada – sobre as táticas e meios da ação direta. Algo relevante de se considerar porque isso demonstra que os anarquistas naquele momento buscaram pensar em meios e possibilidades para encontrarem uma saída para aquela situação, soluções que eram mais radicais, mas que respondiam ao grau de violência que estavam sofrendo. De qualquer forma, o tom mais agressivo deste artigo não era comum na produção jornalística dos anarquistas, ainda assim ele não deixou de expressar um aspecto utópico, no imaginário da luta pela ação direta ligada ao advento do comunismo libertário.

No fim do ano os trotskistas da UTG de São Paulo voltavam a se manifestar pelo seu órgão oficial, o jornal *O Trabalhador Graphico*. Nessa ocasião, em artigo sem autoria e também de capa, os militantes do ramo gráfico passavam a defender mais enfaticamente a luta pelo cumprimento da lei de férias através da proposta de uma frente única, e lançavam, assim, uma sutil crítica aos anarquistas:

Mais uma vez insistimos sobre essa grande necessidade.

Posto que quasi isolados, soubemos em 1932, defender com gaihardia os interesses da nossa corporação, a ponto de que a quasi totalidade dos industriaes, se viram constrangidos a cumprir a lei. Outros, mais recalcitrantes, ainda estão em demanda no processo de multa.

Isso não se deu entretanto em outras corporações onde o aparelho syndical dos trabalhadores se manteve afastado da lucta e da agitação, sob o futil e sectario pretexto de que “não se deve levar em conta uma lei burgueza”.

A U.T.G., em contraste com a esterilidade desse ponto de vista prejudicial a grande maioria dos trabalhadores, muitos dos quaes, embora trabalhando em outra industria, reclamam as ferias por nosso intermedio, conseguiu fazer valer seus direitos.

Não é demais, portanto, fazer aqui um apello aos demais syndicatos para a realização de uma frente unica de lucta tendo por objetivo a Lei de Férias.<sup>414</sup>

---

<sup>414</sup> Pela regulamentação da lei de férias. **O Trabalhador Graphico**, São Paulo, 4 nov. 1933. Ano 12, nº 11, p. 01.

Houve, como já comentamos, uma crescente demanda pela adesão da legislação social por parte dos trabalhadores, que como observamos, os trotskistas tentavam se aproveitar. Como também salientamos, que essa demanda política, que começou a ser empreendida com mais força naquela época, resultou, também, das pressões de anos de lutas do movimento operário de todas as tendências – incluindo os anarquistas – e que, dessa forma, o governo instituiu meios de controlar as tendências de esquerda nos sindicatos. E de que houve, também, resistência do próprio patronato para cumprir estas leis, tendo que o governo interferir para aplicá-las, além da pressão do movimento operário, aspectos que ficaram evidenciados na fonte jornalística acima (MUNAKATA, 1984, p. 80-82; D’ARAUJO, 2007, p. 222-223). Assim, lembrando das lutas, desde o ano anterior, pela efetivação da lei de férias, os militantes da UTG lançavam uma crítica indireta aos anarquistas. Eles alegavam que as corporações que não conseguiram o gozo da lei se deviam ao fato de se afastarem da luta, “sobre o fútil e sectário pretexto”, de que “não se deve levar em conta uma lei burguesa” – retomando os argumentos dos anarquistas, anteriormente já expostos.

No fim do ano de 1933 e inícios de 1934 encontramos artigos muito importantes no jornal *A Plebe* que revelam a mencionada “efervescência interna” no movimento anarquista do período em relação as discussões em torno do sindicalismo. Semelhante ao que aconteceu neste jornal em 1923, quando opiniões a respeito da organização sindical receberam críticas do grupo libertário “Os Emancipados”, devido a possíveis desvios da doutrina anarquista – influenciados pelas discussões com os comunistas, trabalhado no segundo capítulo – *A Plebe*, dessa época, também revela debates parecidos. Acreditamos que estas fontes são relevantes porque podem demonstrar que os anarquistas se aprofundaram mais em suas reflexões políticas acerca das questões das funções do sindicalismo na luta operária e revolucionária, após anos de embates ideológicos com os comunistas. Assim, este material jornalístico revela também toda a complexidade de interpretações das correntes e divisões internas que existiam no movimento anarquista e oferecem indicações, por sua vez, de que os libertários produziram reflexões novas naquela época, que buscavam atender aos impasses e dificuldades que o movimento ácrata passava. Primeiramente, então, apresentaremos as considerações iniciais que deram fruto à polêmica sobre o sindicalismo e que se trata de uma matéria assinada pelo “Grupo Editor de *A Plebe* – Centro Libertário Terra Livre”. Assim temos:

Consideramos que o sindicato deve ser a base construtiva da sociedade futura, estando a êle reservado o papel de organismos de controle e distribuição da produção e do consumo.

O trabalho de organização sindicalista deve, pois, ser encarado pelos anarquistas como necessidades orgânicas da fase construtiva da revolução, além do caráter defensivo, e mesmo agressivo no terreno das lutas sindicais.<sup>415</sup>

Este artigo, assim como os outros que foram publicados em resposta, todos, foram impressos na seção “Vida Anarquista”, que passou a ocupar a segunda página deste jornal nesta nova fase dos anos 1930. Esta seção era dedicada, justamente, para os debates e formação doutrinária e teórica dos militantes libertários, tanto que no fim deste artigo – que depois reproduz os posicionamentos deste jornal sobre o tema no ano de 1922 – há uma nota da redação de *A Plebe* explicando que as concepções publicadas são uma orientação, e que esta seção publicará todas as sugestões que “forem enviadas nesse sentido”.

O principal elemento que intriga a nossa análise nesse artigo é que ele defende a ideia de que o sindicato “deve ser a base construtiva da sociedade futura”, reservando a ele o controle sobre as relações econômicas. Assim, os anarquistas deveriam encarar a organização sindicalista como sendo de “necessidades orgânicas”, tanto da fase de construção da revolução (visto para um futuro), quanto para o “caráter defensivo” e “agressivo” no campo “das lutas sindicais”. Os redatores propunham, assim, que os sindicatos se tornassem os “centros organizadores” da revolução e, permitem a entender, que esta forma de pensar os sindicatos, poderia auxiliar, de alguma maneira, para se pensar as táticas ofensivas e defensivas no terreno das lutas sindicais que então ocorriam. Além de proporem uma reformulação de como pensar a luta sindical para aqueles momentos difíceis de repressão que atravessavam, os anarquistas de *A Plebe* se aprofundam nas reflexões da teoria política e, na verdade, nesse ponto eles revelavam uma visão “antiestatista” que não era propriamente da teoria anarquista. Como já apontamos no primeiro capítulo, o antiestatismo anarquista era diferente do antiestatismo do sindicalismo revolucionário, pois os anarquistas projetavam uma sociedade sem Estado, mas organizada (de baixo para cima, sem centro) sobre federações de associações voluntárias de indivíduos e coletivos; enquanto que no sindicalismo revolucionário pregava-se a substituição do Estado pelos sindicatos, que seriam a base celular da sociedade futura organizada num sistema federativo de sindicatos (TOLEDO, 2004, p. 31-32 e 33).

No entanto, como o próprio jornal já anunciava, estas questões eram para ser debatidas e, como indicamos, as disputas de ideias entre os anarquistas serviam para reforçar o “espírito libertário”, já que o anarquismo é, por essência, antidogmático. Assim, nenhuma tendência

---

<sup>415</sup> Em torno do sindicalismo. *A Plebe*, São Paulo, 30 dez. 1933. Ano 2, nº 52, p. 02.

interna buscava impor uma “hegemonia”, sob o risco de deixar de ter uma atitude anarquista (SILVA, 2018, p. 284). Este tipo de reflexão, como vimos, também se manifestou em *A Plebe* em 1923, mas, agora, estes pensamentos foram mais aprofundados. Dessa maneira, tão logo no número seguinte do jornal, na mesma seção “Vida Anarquista”, a primeira crítica a estes posicionamentos foi publicada por um militante que assinava como A. Padilha:

[...] Eu penso que não. Considerando a “organização de resistência dos trabalhadores como um fenômeno imanente da sociedade capitalista”, deve desaparecer junto com esta.

Uma vez desaparecido o capitalismo não se justifica o organismo de resistência, porquanto não achará a quem resistir; só si se quiser emprega-la contra aqueles que ajudaram a queda do capitalismo: os anarquistas.

Marcar, desde já, a máquina que deverá movimentar a sociedade futura, é um erro, porque nem os sindicalistas, nem os anarquistas, nem outra qualquer ideologia, por muito revolucionária que seja – se fóra da anarquia há revolucionarismo – poderão marcar as bases nas quais deverá manter-se a sociedade futura.

[...] Eu estou de acordo com Malatesta quando disse: “Os sindicalistas tomam o meio pelo fim e a parte pelo todo”, e isso faz com que para muitos o sindicalismo se converta em uma teoria nova que ameaça substituir ao anarquismo. [...].<sup>416</sup>

Em relação ao autor, A. Padilha, apesar de termos o sobrenome, ficou difícil rastrear sobre quem se tratava e não conseguimos informações sobre este militante em nossa pesquisa. Logo de início, ele já deixa claro que discordava daquelas opiniões de *A Plebe* porque, sendo os sindicatos “organizações de resistência” contra o capitalismo, estes deveriam desaparecer junto com o capitalismo, a não ser, como expressa, que os sindicatos sejam empregados contra aqueles que derrubaram o capitalismo, que no caso seriam os anarquistas. Assim, nesta reflexão, o autor queria dar a entender que, na lógica dos redatores de *A Plebe*, os sindicatos poderiam se tornar em novos órgãos de poder autoritário – e talvez poderíamos até nos perguntar até que ponto as experiências dos soviets (estatizados) na Revolução Russa podem ter influenciado na visão dos anarquistas.

Em seguida A Padilha alertava que querer definir, “desde já”, a forma como se constituiria a sociedade futura, depois da revolução, era um erro contraproducente. Isso porque nenhuma ideologia, segundo ele, “nem os sindicalistas”, “nem os anarquistas” nem qualquer outra, por mais revolucionária que seja, e se perguntando: se é que “fora da anarquia há revolucionarismo” – se referindo possivelmente as correntes revolucionárias marxistas, os stalinistas e trotskistas – poderiam dar respostas a estas questões. Estas ponderações, junto ao

---

<sup>416</sup> O sindicato e a Sociedade futura. *A Plebe*, São Paulo, 13 jan. 1934. Ano 2, nº 53, p. 02.

alerta de que os sindicatos, dentro de tais concepções expressas por *A Plebe*, poderiam se transformar em órgãos de poder, revelam que os posicionamentos de A Padilha eram mais realistas e cautelosos. O que na verdade refletiam aspectos importantes do pensamento anarquista que já destacamos, ou seja, a coerência entre meios e fins – a ideia de que os próprios meios e estratégias de luta pela transformação social revolucionária condicionariam diretamente os caminhos da sociedade futura (JONG, 2008, p. 19-20).

Por fim, A. Padilha sintetiza as suas reflexões retomando os posicionamentos de Malatesta sobre o sindicalismo, criticando, como o anarquista italiano, de que os sindicalistas “tomavam o meio pelo fim e a parte pelo todo”, e que isso seria querer substituir o anarquismo por uma teoria nova. Como apontamos em outra ocasião, Malatesta realmente alertou, em seus debates com os sindicalistas revolucionários, o problema de os sindicatos tornarem-se em novos órgãos de poder conforme atingisse maior importância política (MALATESTA, 2018, p. 86-92).

No mês seguinte encontramos outro posicionamento importante sobre este debate. Agora assinado pelo nome de A. Neves, em nome do grupo anarquista “Ação Libertária”, o artigo fazia reflexões sobre o sindicalismo e oferecia questionamentos relevantes para a militância, transcrevendo partes do artigo criticado da edição nº 52, ao qual separamos:

[...] Que os camaradas digam esta ou aquela diretriz é coisa que pouco nos importa; mas daí a procurar englobar a pluralidade de todas as concepções anarquistas no terreno syndical, é contraproducente e até prejudicial.

[...] Pelo o que os camaradas deixam entrever nas linhas acima, devemos tomar como fim, o que apenas é um meio, isso é, o sindicato como finalidade básica. Nós entendemos que o sindicato deve apenas ser um dos meios de que nos devemos servir para a nossa propaganda e proselitismo, mas não o único. Dizem os camaradas que o sindicalismo é uma consequência do regime capitalista. Pois justamente por ser uma consequência do regime capitalista tende a desaparecer com o mesmo, para dar lugar a novas formas de organização que devem nascer da própria revolução. Eis a razão porque entendemos que os anarquistas não devem descuidar os problemas de antes e após a revolução; devemos estar preparados para tirar partido de todas as revoluções que possam surgir, sejam elas de que caráter forem. Pois estamos convencidos que a revolução social só se fará quando passarmos ter uma forte corrente de opinião que trabalhe em sentido anarquista. E esta corrente de opinião não pode estar apenas circunscrita ao sindicato; já porque nem todos os anarquistas, pela sua posição e temperamento podem actuar no sindicato; já porque o sindicato dedica mais a atenção aos interesses de ordem económica que aos de ordem moral. E mesmo sendo o sindicato um organismo que agrupa todos os trabalhadores, apenas pela sua razão de serem trabalhadores e não por terem esta ou aquela ideologia, não pode de modo algum ser uma agrupação anarquista.<sup>417</sup>

<sup>417</sup> Sindicalismo e Anarquismo. *A Plebe*, São Paulo, 10 fev. 1934. Ano 2, nº 55, p. 02.



Mais uma vez, a imprecisão do nome completo do autor não permitiu que identificássemos a sua identidade, como também não conseguimos informações a respeito do grupo “Ação Libertária”. Sabemos que nessa época os anarquistas, ameaçados pela repressão, sofrendo o assédio da concorrência das outras tendências e sentindo cada vez mais restrições de atuação pela via sindical, devido ao avanço da legislação burocrática do governo, procuraram agir por outros meios e passaram a questionar os métodos do sindicalismo. Foram formados, então, vários grupos e coletivos anarquistas que abarcavam não só a atuação ideológica nos sindicatos, mas que tentavam espriar-se por práticas educativas e culturais – ao qual a fundação do Centro de Cultura Social (CCS), em meados de 1933, foi o maior exemplo (SAMIS, 2004, p. 175-176; SILVA, 2018, p. 279).

O autor A. Neves já inicia chamando a atenção de que discutir “esta ou aquela diretriz” era algo natural, mas que era prejudicial querer “englobar a pluralidade de todas as concepções anarquistas no terreno sindical” – o que rende uma nota da redação de *A Plebe* no final, em que os redatores do jornal se justificam alegando que foram mal interpretados. A. Neves salienta o mesmo raciocínio de A. Padilha, de que os sindicatos eram apenas um meio de luta, não um fim, porque os sindicatos iriam ser extintos com o advento revolucionário junto com o capitalismo. Contudo, A. Neves vai além e ainda acrescenta a observação de que os sindicatos não deveriam ser os únicos meios de que os anarquistas dispunham para a sua “propaganda e proselitismo”, mas sim mais um meio entre outros. Por estas razões, A. Neves entendia que os anarquistas não poderiam separar os problemas de antes e depois da revolução e que, então, deveriam estar aptos para se aproveitarem de todas as revoluções que possam ocorrer, independente do caráter destas revoluções. Isso porque, segundo A. Neves e o grupo que ele representava, uma revolução só poderia adquirir um caráter social – a “revolução social” – quando houver uma “forte corrente de opinião anarquista”, que não poderia ser construída e estar delimitada ao espaço dos sindicatos. Os sindicatos, dessa forma, eram para ele um espaço limitado porque nem todo anarquista poderia atuar nos sindicatos, mas também porque os sindicatos dedicavam-se aos interesses econômicos, e não de “ordem moral” – e aqui compreendemos que por “moral” ele queira entender a formação ideológica e teórica do anarquismo. Por fim, A. Neves relembra a pluralidade ideológica dos trabalhadores, por isso os sindicatos não poderiam “de modo algum ser uma agrupação anarquista”, se posicionando contra a ideologização dos sindicatos e assumindo o programa do sindicalismo revolucionário nesse ponto.

Acreditamos que as tensões políticas do período, com as pretensas “revoluções” das elites e seus conflitos políticos – como a “Revolução Liberal” de 1930 e a “Revolução

Constitucionalista”, a guerra civil paulista de 1932 – são fatores que ajudam a entender a visão de A. Neves de que os anarquistas deveriam se aproveitar das revoluções que surgissem. É certo, entretanto, que estas afirmações expressam que as perspectivas revolucionárias e, portanto, o imaginário utópico, continuavam sendo importantes para o pensamento político sobre a organização operária e a luta dos trabalhadores. De acordo com Silva (2018, p. 284), nos anos 1930 haviam disputas no interior do movimento libertário de São Paulo – embora dentro da perspectiva anarquista de não impor uma hegemonia – a respeito das questões sindicais entre: “anarquistas puros”, sindicalistas, anarcossindicalistas e comunistas libertários. Não podemos perder a perspectiva de que o movimento operário de São Paulo foi muito influenciado pela imigração italiana e que, portanto, na Itália, o sindicalismo revolucionário construiu um corpo teórico próprio, constituindo-se como uma corrente independente do anarquismo e do marxismo dentro do movimento operário – apesar de ter sido influenciado por estas duas últimas doutrinas (TOLEDO, 2004, p. 28; 101-103; 131-142). Contudo, o mesmo não aconteceu no Brasil, pois como vimos ao longo deste trabalho, e como aponta Oliveira (2018, p. 217), o sindicalismo revolucionário no Brasil foi um conjunto de princípios que permitiram a militância anarquista atuar junto aos sindicatos.

Fazemos estes apontamentos para analisarmos este conjunto de artigos de *A Plebe* sobre o sindicalismo – fontes estas que não foram mencionadas pelos trabalhos historiográficos que utilizamos. Assim, no primeiro, que iniciou a polêmica, afirma-se que os sindicatos deveriam ser encarados como a “base da sociedade futura”, uma ideia, que como vimos, era típica do antiestatismo do sindicalismo revolucionário. Contudo, tal concepção também era semelhante as ideias do anarcossindicalismo – que concebia a construção da sociedade ácrata a partir dos sindicatos com vínculos explícitos com o anarquismo (OLIVEIRA, 2018, p. 217). O artigo do grupo editor de *A Plebe*, portanto, seria a expressão de sindicalistas libertários que se aproximaram de interpretações particulares do sindicalismo revolucionário ou, então, de militantes que estavam assumindo o anarcossindicalismo, que como vimos se expressou tardiamente no Brasil. Primeiro artigo este, portanto, que por si só, já consiste numa demonstração significativa de que o movimento anarquista estava se aprofundando nas reflexões acerca dos impasses e dificuldades que enfrentavam na ação sindical.

Por outro lado, o texto de A. Padilha parece ser de um anarco-comunista malatestiano, por suas considerações inspiradas por Malatesta sobre os sindicatos, e tem o mérito de evidenciar, ainda que implicitamente, que estas discussões também consideravam as outras teorias revolucionárias não anarquistas – o que pode denotar, possivelmente, uma referência

indireta ao marxismo e aos comunistas. Finalmente, e talvez o mais importante, o artigo de A. Neves, que por questionar a exclusividade dos sindicatos, provavelmente também se tratava de um tipo de comunista libertário. Entretanto, este artigo é fundamental em nossa pesquisa porque constitui-se como mais uma comprovação documental na imprensa anarquista – e a mais clara até agora no tema da organização operária – de que houve militantes, como os envolvidos no grupo Ação Libertária, que não apenas colocaram em questionamento a centralidade dos sindicatos como cobrou, que a militância anarquista, se fizesse sentir mais fora dos sindicatos. Considerando, como explicamos no início deste trabalho, que um dos problemas que apontam o declínio do anarquismo pela historiografia foi o seu exclusivismo dentro dos sindicatos – o que facilitou a repressão – esta última fonte jornalística, então, é singular. Os objetivos principais de nossa pesquisa ao trabalhar com a história do pensamento político na imprensa operária consistem, dessa maneira, em apontar: *quais foram os elementos novos apresentados e produzidos pelo pensamento anarquista no período*. Sendo assim, acreditamos que a busca por novos espaços de atuação política dos anarquistas além dos sindicatos – apresentado por A. Neves e o grupo Ação Libertária – é uma manifestação de novas reflexões que ocorreram no interior do movimento anarquista.

Em 1934 poucos artigos na imprensa trotskista sobre este tema foram encontrados, essa tendência acaba se manifestando mais nos finais desse ano. Contudo, os atritos entre os anarquistas e os trotskistas no campo sindical se acirram ainda mais nesse período e, agora, em torno das questões sobre a própria sindicalização oficial determinada pelo Ministério do Trabalho. Assim, retornamos ao artigo, sem autoria, que serviu de epígrafe à abertura deste capítulo, mas em outras passagens, pois se trata de um texto muito significativo:

Esses senhores bolcheviques, quer da direita quer da esquerda, aqui como em toda a parte, não teem feito outra coisa senão desorganizar e levar a confusão ao seio dos sindicatos das classes onde conseguiram penetrar e exercer a sua nefasta influencia.

A U.T.G., como U. dos Trabalhadores em Fabricas de Tecidos, foram as organizações que mais sofreram com a ação corrosiva da “tatica” bolchevista.

[...]

Não sabemos como classificar a atitude “legalitaria” do proceder “revolucionario” que, no momento preciso em que se evidencia o fracasso e a desmoralização da sindicalização oficial, venha a aconselhar a adesão da U.T.G. ao Ministerio do Trabalho.

Isto, em linguagem revolucionaria, chama-se deserção.

Póde ser que na linguagem confusionista do marxismo tenha outro nome; nós, porém, como não compreendemos essa linguagem, chamamos a isso colocar-se contra os interesses do proletariado.

[...]

Nós, os anarquistas, que sempre negamos o nosso concurso a qualquer obra de colaboracionismo com o Estado, presamos muito o patrimonio moral que temos, e que adquirimos no trilho da senda ideologica que traçamos e seguimos com coerência.

Sabemos e temos a certeza que ninguem como o povo sabe distinguir e apreciar as atitudes dos homens que atuam no seu meio.<sup>418</sup>

A partir dessa época, explicamos no início deste capítulo que a UTG, que era o núcleo onde se concentrava a militância trotskista no movimento operário de São Paulo, passou a ceder à pressão pela sindicalização oficial. Isso porque os trotskistas se encontraram na contradição de lutarem por uma legislação trabalhista que só seria concedida mediante a sindicalização oficial – e também para não perder apoio da base de seu sindicato (MUNAKATA, 1984, p. 92-94). Assim, talvez seja por isso que os anarquistas acusavam a ação da “tática corrosiva” dos bolchevistas na UTG e na UTFT, onde os trotskistas mais atuavam – aliás as críticas dos libertários começam se referindo, novamente, aos bolchevistas da “direita” e da “esquerda”, os stalinistas e os trotskistas.

Continuando nas críticas, os anarquistas condenavam totalmente os trotskistas alegando não entender aquela atitude “legalitária”, por querer legalizar o sindicato da UTG no Ministério do Trabalho, logo agora em que se evidenciava o “fracasso” e a “desmoralização” da sindicalização oficial. E que isso, assim, era uma “deserção” do campo revolucionário e se colocar “contra os interesses do proletariado”. Talvez, este “fracasso” e “desmoralização” da lei de sindicalização que os anarquistas se referem, possa estar relacionado ao fato da prerrogativa de submissão dos sindicatos ao governo não ter sido suprimida mesmo com as alterações na Constituição de Getúlio Vargas de 1934 (D’ARAÚJO, 2007, p. 224).

Os anarquistas se mantinham na defesa do sindicalismo autônomo e, no final do artigo, salientavam que sempre negaram “qualquer obra de colaboracionismo com o Estado”, mantendo o “patrimônio moral” de sua ideologia, e que o povo, assim, saberia apreciar aquelas atitudes. Estas posições também poderiam refletir o fato de uma diferença fundamental entre o anarquismo e o marxismo, pois para o pensamento libertário os fatores sociopsicológicos são considerados autônomos e não subordinados aos fatores econômicos, como no marxismo. Logo, para o anarquismo, o campo de disputas e batalhas políticas estavam na “sociedade em si”, e não na “política”, nas disputas pelo poder político, que para o marxismo estão em primeiro lugar (JONG, 2008, p. 56 e 62-63). Assim, expressava-se um imaginário de fundo, do sindicalismo autônomo, anarquista, sem a interferência do Estado e que lutava pelo povo trabalhador. Tanto, que na capa desta edição, encontramos uma charge

---

<sup>418</sup> Recuos e “táticas” do bolchevismo. **A Plebe**, São Paulo, 3 mar. 1934. Ano 2, nº 57, p. 04.

grande, ao centro, em que se figura a personagem de um burguês (com os trajes típicos da época) com a inscrição em seu braço “M.T.” – que queria dizer, auxiliado pelas legendas ao lado, “Ministério do Trabalho”. Essa personagem, por sua vez, é posta a fora, ao ponta pé, da porta de um sindicato, chutada possivelmente por um trabalhador.

Com o avanço do Estado corporativo sobre os sindicatos observamos, assim, que as estratégias de luta política dos anarquistas e dos trotskistas foram opostas. A tendência crescente dos trabalhadores, em pressionar pela efetivação das leis trabalhistas, colocavam os anarquistas numa situação defensiva para manterem os seus espaços sindicais contra as outras correntes do movimento operário. Uma evidência disso encontramos na seção de notícias do jornal *O Trabalhador*, onde numa nota sem autoria, narra-se os acontecimentos do festival operário do 1º de maio daquele ano, organizado pelos anarquistas:

Na sessão solene, o companheiro Florentino de Carvalho, dissertou longamente sobre os problemas sociais atualmente no tapete da discussão. Com abundância de argumentos, demonstrou a falência do Estado em todas as suas formas, e concitando os trabalhadores a não se deixarem ludibriar pelos que lhes acenam com um Estado proletário e sim empregar todo esforço no sentido de estabelecer o único regime de verdadeira harmonia social: O Comunismo Anárquico.<sup>419</sup>

Era comum anarquistas de maior relevo e formação teórica participarem de palestras e conferências operárias para debater vários assuntos, como Florentino de Carvalho, que como apontamos, muito atuou nas organizações da FOSP na década de 1930, além, propriamente, da imprensa operária anarquista. Consideramos que quando Florentino de Carvalho se referia a “falência do Estado”, é provável, que ele não estava se remetendo a um enfraquecimento do poder do Estado, mas sim a sua “falência moral”, devido ao seu centralismo, ao seu controle e as suas violências contra a classe trabalhadora. Falência esta do Estado que, para ele, se estendia a todas as suas formas, por isso os trabalhadores não deveriam deixar se enganar por aqueles que “acenam com um Estado proletário”, isto é, aqueles que defendiam a ideia da posse do Estado pelo proletariado, que é a base da doutrina marxista – logo ele está se referindo aos comunistas stalinistas e aos trotskistas. Em lugar disso, os trabalhadores, segundo Florentino de Carvalho, deveriam se empenhar na luta pelo único regime que traria a “verdadeira harmonia social”, que era o “comunismo anárquico”. Diante do crescimento das violências estatais contra os anarquistas, o assédio crescente das outras correntes adversárias nos sindicatos libertários e as notícias do regime político da URSS, estas declarações, assim,

---

<sup>419</sup> Festival e sessão solene. *O Trabalhador*, São Paulo, 10 maio 1934. Ano 3, nº 1, p. 02.

faziam todo o sentido para os anarquistas – pois reforçavam o imaginário de uma “verdadeira harmonia social” como a única solução possível.

As opiniões políticas dos trotskistas sobre os andamentos da luta operária retornam, contudo, no segundo semestre de 1934. A partir de então, essa tendência passa a justificar os seus novos posicionamentos em relação a sindicalização oficial a partir da análise da situação política, numerando em tópicos e se defendendo das críticas dos anarquistas:

2- No Rio de Janeiro e outros pontos do país a tendência para a chamada sindicalização oficial foi muito acentuada. A vanguarda do movimento, dividida e enfraquecida, de um lado, pelo obtuso “apoliticismo” anarquista, e, de outro, pelo aventurismo delirante e criminoso dos stalinistas (ex-Partido Comunista), foi suplantada por aquela tendência, apesar dos esforços em contrario desenvolvidos pelos pequenos núcleos da Liga Comunista no Brasil. Depois da vitória da ditadura sobre a burguesia paulista, estavam contados, de fato, os dias do movimento sindical livre.

[...]

5- Tendo admitido a sindicalização oficial não como princípio, mas como recurso necessário de ligação com as massas, que para ela se orientavam, e para garantir e reforçar os sindicatos livres, cuja existência periclitava, a Liga Comunista não tem hoje senão a tarefa de desdobrar o seu trabalho no mesmo sentido. [...]

6- A política sindical da L.C. deve ser o resultado de uma firme posição de princípios – a conquista da massa para a revolução proletária. A conquista da massa para a revolução proletária depende da existência de uma vanguarda corajosa e habil, que saiba conciliar os métodos legais e ilegais de luta, e isso precisamente para acercar-se da massa, dirigi-la na agitação pelas reivindicações imediatas, mas sempre tendo em vista os objetivos finais da revolução. [...].<sup>420</sup>

Mais uma vez atacando as outras duas tendências da esquerda operária, tanto o “apoliticismo” dos anarquistas quanto o “aventurismo delirante” dos stalinistas – ao qual ainda ironizam chamando de ex-Partido Comunista –, os trotskistas relembram a situação do movimento operário e a hegemonia dos libertários. Afirmam que após a “vitória da ditadura sobre a burguesia paulista” – referindo-se à vitória militar do governo federal de Getúlio Vargas contra o Estado de São Paulo na guerra civil – as condições para o movimento sindical livre foram definitivamente abaladas. Assim, em passagens mais à frente, a Liga Comunista, LC – que era a organização dos trotskistas – admitia a sindicalização oficial, “não como princípio”, mas para não perder a sua “ligação com as massas”, que “para ela se orientavam”. Em seguida, a LC reforça que os seus objetivos é a revolução proletária, mas que para isso era

---

<sup>420</sup> Tese sobre a questão sindical, aprovados na Conferencia Nacional da LCI. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, ago. 1934. Ano 4, nº 21, p. 06.

necessária uma “vanguarda corajosa e hábil”, para poder “conquistar a massa”, aproximar-se dela e “dirigi-la” na luta pelas reivindicações imediatas.<sup>421</sup>

No fim do ano, os trotskistas, pelo periódico dos gráficos de São Paulo, avaliavam a situação sindical e reforçavam a concepção de que as mudanças nas condições políticas justificavam os seus posicionamentos:

É claro que o dec. 19.770 não nos foi dado “de mão beijada”. Depois do movimento armado de 1930 os novos governantes cederam á pressão das massas trabalhadoras e tiveram de conciliar, num systema mixto, as suas necessidades de conservação do proprio prestigio politico, com as reivindicações mais urgentes do proletariado. Dahi a lei de syndicalização e as sucessivas leis de caracter social. Dirá um companheiro timorato, pouco esclarecido: Viva então esse governo que nos deu a oportunidade de organizar os nossos syndicatos e algumas vantagens concretas! Dirá um companheiro mais avançado, mas também pouco esclarecido na questão: Devemos ser contra o Dec. 19.770, e todas as leis sociaes porque o governo ao dal-as só nos faz é tapear!<sup>422</sup>

Mais uma vez o decreto da sindicalização oficial é mencionado e, como o próprio título do artigo deixa a entender, o texto consiste em uma análise do governo Vargas desde o “movimento armado de 1930”, ou seja, a “Revolução Liberal”, até aquele momento, que tinha sido promulgada uma nova Constituição em 1934. O artigo, como é indicado no final, segundo os redatores de *O Trabalhador Graphico*, foi transcrito do *Syndicalista*, que era um órgão dos ferroviários da Sorocabana. Não conseguimos informações precisas sobre este jornal, mas, ao que tudo indica, as suas concepções eram as mesmas dos trotskistas da UTG. O texto é longo e transparece a concepção da inevitabilidade da sindicalização oficial com aquela conjuntura política. Contudo, destacamos a parte que transparece as opiniões que ocorriam nos meios operários e militantes, como a de que “devemos ser contra o decreto 19.770 e todas as leis sociais”, pois os únicos que eram contra o decreto de sindicalização e,

---

<sup>421</sup> Em relação a esta conjuntura histórica que se refere neste artigo, em que após a Guerra Civil paulista de 1932 as condições para um sindicalismo livre pioraram, podemos acrescentar que, com as mudanças da Constituição de 1934, implantada por Getúlio Vargas, houve uma limitação relativa e temporária da intervenção do Estado sobre os sindicatos, mas a prerrogativa estatal do reconhecimento sindical se manteve (D'ARAUJO, 2007, p. 224). Nesse ponto também é importante esclarecer uma diferença fundamental nas perspectivas de luta entre os anarquistas e os marxistas. Como comunistas marxistas, os trotskistas também enxergavam a organização do partido revolucionário como a “vanguarda consciente” da classe operária, algo que já comentamos, por isso eles tendiam a interpretar os objetivos de sua luta como sendo o de “dirigir as massas”, já que a “massa operária” seria “inconsciente”. Por outro lado, o anarquismo tendia a enfatizar a responsabilidade pessoal dos indivíduos e a educação de suas consciências, para que as relações de todos os envolvidos nas lutas com uma “vanguarda” fossem de horizontalidade, ou seja, as “lideranças” anarquistas se assumiam enquanto tais pelo reconhecimento e consentimento. Tal lógica anarquista era voltada para a “periferia” e constituiu um desafio para as concepções tradicionais de progresso orientadas pelo “centro”, como o marxismo (JONG, 2008, p. 44-46 e 69-70).

<sup>422</sup> A Constituição e os sindicatos ou a syndicalização livre... oficializada. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, 14 dez. 1934. Ano 12, nº 12, p. 04.

também, das leis sociais, eram os anarquistas. E no artigo ainda se afirma que o “companheiro” que expressa esta opinião, ainda que “mais avançado” que a opinião anterior (que confia nas intenções do governo), é, contudo, “pouco esclarecido na questão” – tentando deslegitimar uma corrente de opinião que era própria dos anarquistas.

A partir dessa época, do segundo semestre de 1934 em diante, a imprensa operária passa a sofrer ainda mais agressões da repressão política, tanto que o jornal *O Trabalhador* da FOSP é fechado pelo DEOPS nesse ano e o seu diretor, Hermínio Marcos, é preso e deportado para a Espanha, o seu país natal (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 204; SILVA, 2018, p. 291). Observamos também que o jornal *A Luta de Classe*, apesar de permanecer sendo publicado até 1935, ficou com a estrutura física de suas edições cada vez mais precária e improvisada. Contudo, o jornal *A Plebe* também se manteve até meados de 1935 e, no início desse ano, publicava outro artigo, também sem autoria, em que os anarquistas lançavam mais críticas aos comunistas que aderiram a oficialização sindical:

[...] Saibam, porem, que em materia de confusão os comunistas são insuperaveis: fazem “frentes unicas” cada vinte e quatro horas com todos [...]. Aí está, como exemplo de quanto afirmamos, o fato com o Ministerio do Trabalho. Até ontem combatiam-no com toda a energia bolchevista; hoje em seus boletins de consuetudinarias “oposições” aconselham os trabalhadores a formar parte daquêle departamento estadual; e as organizações que sofrem a influencia comunista, pleiteiam com ardor a carta da sindicalização oficial amarela. Temos assim: “Vermelhos”, fazendo propaganda “amarela”, maior confusão é humanamente impossível. [...].<sup>423</sup>

Os anarquistas acusavam, mais uma vez, os comunistas de aderirem à oficialização sindical do Ministério do Trabalho, argumentando que antes eles combatiam as medidas do governo, com “toda a energia bolchevista”, mas que agora aconselhavam os trabalhadores a aderirem aquele “departamento estadual”. Estas críticas possivelmente eram dirigidas aos trotskistas, pois como vimos a UTG acabou tomando partido pela oficialização, e os anarquistas já tinham condenado estas medidas. Porém, encontramos elementos que trazem algumas indicações, pois quando os anarquistas apontam que os comunistas fazem com frequência “frentes únicas”, eles podem estar se referindo ao fato de que os comunistas do PCB, em meio ao surto grevista que ocorreu em 1934, tinham lançado a Frente Única Sindical (FUS) – para congregar todos os sindicatos, de todas as correntes, para pressionar o governo pelo cumprimento das legislações trabalhistas básicas (MUNAKATA, 1984, p. 97).

<sup>423</sup> “Beocios ou mal intencionados?”. *A Plebe*, São Paulo, 5 jan. 1935. Ano 3, nº 79, p. 03.



Isso é importante comentar porque, apesar dos comunistas do PCB também terem, como os anarquistas, criticado veementemente os trotskistas por aderirem a sindicalização oficial, acusando-os de traidores – defendendo, então, a bandeira da autonomia dos sindicatos –, o projeto dos stalinistas direcionava-se para outros caminhos. Assim, os militantes do PCB no período, apesar de proporem que o movimento operário se organizasse de forma independente do governo, era, contudo, para que este pressionasse mais eficazmente o Estado para fiscalizar e fazer cumprir as leis sociais. Dessa forma, o PCB abandona a proposta de que o movimento operário possa, por si mesmo, controlar o mercado de trabalho (que era o que os anarquistas defendiam) – incorporando, assim, na prática dos militantes stalinistas, a ideia de que o controle do mercado de trabalho deveria passar pelo Estado. Contudo, era uma redefinição das questões sobre o controle do mercado de trabalho que passava por um projeto de conquista de poder, pois seria o “governo popular”, o Estado instrumentalizado pela classe operária, que deveria realizar o controle deste mercado (MUNAKATA, 1984, p. 94-98). Essa política agiu no sentido do aprofundamento das amarras burocráticas do movimento operário e, ao que parece, contribuiu para o declínio do movimento anarquista, e os libertários sentiam isso, pois, como se expressa em *A Plebe*, nas organizações sobre a influência dos comunistas, os trabalhadores pleiteavam “com ardor a carta da sindicalização oficial amarela”. Para os anarquistas, então, os “vermelhos” (comunistas) faziam uma propaganda amarela (reformista).

As respostas e opiniões dos trotskistas não demorariam a ser divulgadas e no mês seguinte o jornal *O Trabalhador Graphico* publicou um editorial em que fazia um balanço dos caminhos tomados pelo sindicato da UTG:

Será ainda preciso mostrar á corporação poligraphica de São Paulo que a circulação regular d’ O Trabalhador Graphico é uma necessidade indiscutível? Isso todos os companheiros o compreenderão facilmente, principalmente nesse momento em que o nosso syndicato, procurando adaptar-se ás novas condições da legislação do paiz, requereu ao Ministerio do Trabalho o seu reconhecimento.

A U.T.G., seja dito mais uma vez, não abandonou um instante sequer o terreno de luctas em que tradicionalmente se situava. Nas batalhas contra o patronato, o proletariado é obrigado a tomar posições tacticas que melhor correspondam, em determinadas circunstancias, aos fins visados – isto é, a defesa dos seus interesses de classe mais elementares, os interesses economicos. [...].

Tudo mostra que foi muito acertado o caminho que escolheu, apesar das criticas partidas de certos meios, onde a faculdade raciocinadora é

perturbada por um inqualificável espírito de seita, que se superpõe aos interesses reais do movimento sindical.<sup>424</sup>

Os trotskistas justificavam a decisão do sindicato de requerer o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, argumentando que a UTG não tinha abandonado a tradição de suas lutas, mas que o proletariado era “obrigado a tomar posições táticas”, para defenderem os seus mais elementares “interesses de classe”. É possível, então, que estas formulações dos trotskistas já ocorressem antes, pois já vimos que os anarquistas criticavam esta visão, de que a capitulação diante do governo era uma questão de “tática”. O interessante é que no final os trotskistas confirmam que a decisão da UTG foi o melhor caminho, apesar das críticas de certos meios em que a faculdade de raciocínio “é perturbada por um inqualificável espírito de seita” – que estão contra os interesses do movimento sindical. Acreditamos que os trotskistas estejam se referindo aos anarquistas, já que estes eram os mais intransigentes defensores do sindicalismo autônomo e que tinham direcionado as críticas mais duras contra a UTG.

Mais tarde, em maio, num artigo sem autoria, os trotskistas completavam as suas justificativas do emprego dessa política diante das outras tendências:

A Federação Operaria, com seus anarquistas, a Federação Sindical Regional e o ex-Partido Comunista, com os seus stalinistas, e a Associação dos Empregados no Comércio, com os seus almofadinhas constitucionalistas, vem pretendendo “criticar” a atitude da U.T.G., e do Sindicato dos Profissionais do Volante em face da lei de sindicalização. Como se sabe essas organizações operarias, continuando fiéis ao principio da sindicalização livre, resolveram continuar também ligadas aos operarios e, para esse fim, pedir a sua oficialização ao Ministerio do Trabalho. Os anarquistas, os stalinistas e os comerciários não quiseram, por sectarismo estúpido, ou não puderam, por burrice, compreender uma medida puramente tática. Eles não enxergam que a propria massa, que iria uma vez abandonada por sua vanguarda, servir de instrumento nas mãos dos seus dirigentes do Ministério do Trabalho, irá, ligada a uma vanguarda revolucionária, revogar a lei de sindicalização e não somente, como fazem aqueles senhores, gritar contra ela.<sup>425</sup>

Defendendo-se das críticas da FOSP dos anarquistas, da FSR dos comunistas stalinistas e da Associação dos Empregados no Comércio, que eram constitucionalistas – estes, talvez, assim denominados por defenderem a Constituinte de Vargas –, os trotskistas argumentavam a favor da UTG e do Sindicato dos Profissionais do Volante, que também teria

<sup>424</sup> “O Trabalhador Graphico”. **O Trabalhador Graphico**, São Paulo, 7 fev. 1935. Ano 12, nº 13, p. 01 e 04.

<sup>425</sup> A oficialização sindical e a critica adversaria. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, maio 1935. Ano 4, nº 20, p. 03.

aderido à lei de sindicalização.<sup>426</sup> É interessante notar nesse ponto que este último sindicato, dos profissionais do volante – que imaginamos que seja dos trabalhadores motoristas –, era um sindicato que foi associado a FOSP (SILVA, 2018, p. 287). Assim, temos uma comprovação de que os anarquistas estavam perdendo sindicatos devido as questões relacionadas a lei de sindicalização. Para os trotskistas, as suas razões continuavam as mesmas: a sindicalização oficial era uma medida “puramente tática”, que os adversários não entendiam, pois assim a vanguarda não perderia suas ligações com as “massas operárias”. Caso contrário, as “massas”, cairiam nas mãos dos “dirigentes do Ministério do Trabalho”, contudo, ligadas a uma “vanguarda revolucionária”, os trabalhadores poderiam um dia revogar a lei de sindicalização – ao invés de apenas “gritarem contra ela”, como fazem os seus adversários, demonstrando também a perspectiva, entre os trotskistas, da tomada do poder pelos trabalhadores.

Observamos, ao longo desta seção, que todas as correntes políticas da esquerda no movimento operário lutaram entre si para defenderem as suas respectivas visões da revolução proletária, nestes tempos de repressão burocrática. Para Gomes (1994, p. 7), o trabalhismo produzido pelo Estado getulista acabou produzindo uma identidade “de fora” na classe trabalhadora, isto é, atrelou os trabalhadores a vínculos com lideranças externas à classe, subordinada a interesses que não eram os seus. Assim, a lógica material estabelecida pelos benefícios da legislação social, representavam simbolicamente “doações” concedidas pelo governo e que se beneficiavam da experiência de luta dos próprios trabalhadores, pois este “trabalhismo”: [...] “pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira República, elementos-chave de sua autoimagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo” [...] (GOMES, 1994, p. 8).<sup>427</sup>

Porém, também constatamos nesta seção que os anarquistas lutaram por uma identidade própria da classe operária por meio da defesa do sindicato autônomo, resistindo, em meio a extrema violência policial, às pressões do Estado corporativo e autoritário de

---

<sup>426</sup> Não sabemos na verdade de qual Associação dos Empregados no Comércio os trotskistas se referem, como o jornal *A Luta de Classe* é do Rio de Janeiro é possível que a referida associação seja desta cidade. Mesmo porque a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, de caráter mutualista, tinha sido fundada em 1880 e sobreviveu até aquele ano de 1935 (BATALHA, 2009, p. 187).

<sup>427</sup> Com a Constituição de 1934 ainda havia certas limitações ao controle do Estado sobre os sindicatos, logo eliminados com a ditadura do Estado Novo em 1937 e sua própria Constituição, consolidando o corporativismo Estatal. A partir de então, as greves eram proibidas e o governo passou a controlar as finanças, as eleições e as atividades administrativas dos sindicatos, até a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Modelo corporativo estatal dos sindicatos este que durou, com poucas mudanças, até a Constituição de 1988 (D’ARAÚJO, 2007, p. 224-226).

Getúlio Vargas. Ainda que os anarquistas, neste processo, tenham buscado revisões, repensado as bases de seu próprio sindicalismo e das estratégias de sua militância política.<sup>428</sup>

#### 4.2.2. O mito soviético blasfemado

Durante os anos de 1931 a 1935, constatamos, no trabalho de pesquisa de catalogação das fontes, que a quantidade de material jornalístico na imprensa operária a respeito do tema sobre a Rússia Soviética diminuiu sensivelmente, de uma maneira geral, comparado aos outros temas. As discussões sobre o que estava acontecendo na União Soviética nos anos de 1930 e o que era a natureza de seu regime político, assim como as avaliações do que teria sido o fenômeno da Revolução Russa, continuaram presentes, mas percebemos que houve uma cobertura maior dos outros temas – da organização operária e das crises políticas do Brasil. É possível que isso fosse um efeito imediato da conjuntura política que o movimento operário brasileiro atravessava, pois os sindicatos estavam em luta contra o aumento do controle burocrático do governo Vargas e as crises políticas no país voltaram a se agravar drasticamente – com a eclosão de uma guerra civil em 1932 e o aprofundamento da ditadura varguista.

Por outro lado, em relação à evolução histórica da URSS nesta primeira metade dos anos 1930, essa época é marcada, como já comentamos, pelos efeitos do 1º Plano Quinquenal e a consolidação e o aprofundamento da ditadura de Stálin. Esse primeiro Plano Quinquenal tinha sido instituído pelo governo russo em 1929 e consistiu numa experiência de planificação econômica estatal em larga escala, caracterizada, principalmente, por uma política de industrialização acelerada sem precedentes históricos e da coletivização estatal do campo e da produção agrícola – realizada às custas de grandes violências contra o campesinato russo, os *mujiks* (REIS FILHO, 2003, p. 84-86).

Quanto aos aspectos políticos, a ditadura de Stálin caminhou para uma concentração ininterrupta e total de poder nas mãos do próprio Stálin. Para concretizar esse projeto Stálin fragmentou as instituições políticas mais importantes da URSS, esvaziando-as de seu poder político, pois, após submeter a IC ao seu controle e transformá-la em apenas um órgão de sua política externa – algo que já sublinhamos – Stálin agiu sobre o próprio PCUS. De uma

---

<sup>428</sup> No decorrer desta seção sobre a organização operária e a luta dos trabalhadores, entre os anos de 1931 a 1935, foram catalogados 46 artigos jornalísticos entre todos os periódicos estudados, entre os quais analisamos nesta pesquisa 25 artigos desse total.

organização autônoma politicamente, como havia sido por origem sob o bolchevismo, o partido foi liquidado e transformado em reles aparato burocrático. Em 1932, os princípios igualitaristas do partido que ainda restavam – como o que determinava que um membro do partido, independente de posição hierárquica, não poderia ter rendimentos maiores do que um trabalhador qualificado – foram definitivamente abandonados. Assim, para “motivar” e controlar o partido, a “fraternidade proletária” foi substituída por um monte de responsabilidades e privilégios a serem alcançados e respeitados. Os membros menos graduados do partido e da administração estatal se submetiam, assim, aos apelos autoritários dos membros dos escalões superiores, cuja estrutura hierárquica passou a abranger todo o sistema soviético. Por fim, à medida que Stálin aumentava seu controle, ele desmantelou vários organismos consultivos do partido-Estado, submetendo, até mesmo, o “Politburo”, que era o órgão máximo e central do partido (LEWIN, 2007d, p. 111-112).

Esses acontecimentos, desde a ascensão de Stálin na URSS, em finais dos anos 1920, como comentamos, foram analisados pela imprensa anarquista dos anos de 1930, imprensa esta que tinha ficado de fora do debate público nos anos finais da Primeira República. As notícias e opiniões sobre a Rússia, portanto, continuaram na época da Segunda República na imprensa operária, ganhando ainda mais relevo entre os anarquistas que foram os que mais publicaram sobre esse assunto. Contudo, também salientamos que este tema foi ainda mais enriquecido nesse período pelas contribuições dos trotskistas, pois os seguidores de Trotsky no Brasil também se opunham ferrenhamente às políticas de Stálin na URSS. Assim, aliado ao fato de que o PCB passou por grandes dificuldades nos anos 1930, e de que, portanto, a imprensa dos comunistas stalinistas no período foi reduzida – de maneira que nessa pesquisa pouco material jornalístico desta tendência durante esse período foi encontrado nos arquivos consultados –, esses anos foram marcados, então, por críticas incisivas contra o regime político russo. A tal ponto, que podemos dizer que estes foram anos em que o “mito soviético” foi acidamente “blasfemado” e desconstruído.

O primeiro artigo que apresentamos sobre a Rússia Soviética nessa época, assim, nos vem do jornal *O Trabalho*, dos anarquistas de São Paulo, em uma edição especial do dia 1º de maio de 1931, dia rememorativo das lutas dos trabalhadores. Em um texto que comparava o regime político burguês (capitalista), tendo como exemplo a Revolução Francesa, com aquele que existia na URSS a partir da Revolução Russa, destacamos as passagens:

[...] Por um audacioso golpe de Estado, desfechado pela burguezia contra o proletariado, conseguiu implantar o governo constitucional, o que não é

estranho, porque, nos tempos que correm, o bolchevismo na Russia sovietica, tambem appella para essas armas, com o exclusivo fim de impôr a sua mesquinha vontade a toda uma população. É a eterna conspiração dos que se arvoram a directores da humanidade.

[...]

O phenomeno politico social em ambos os casos é identico, embora varie na forma, em sua applicação na vida da sociedade. A variação da formula governativa entre os dois paizes está á vista de qualquer um: a burguezia adoptou o systema constitucional electivo; o bolchevismo optou pelo systema da dictadura communista ou proletaria, como muito manhosamente a denominam. A burguezia firmou a propriedade com caracter particular, afim de incrementar o commercio e o capitalismo; a dictadura communista incorporou a propriedade privada ao Estado, tomando-a como patrimonio d'este; enfim, a burguezia redigiu e sancionou leis e decretos, de maneira a canalizar a vontade humana a seus interesses de classe; o bolchevismo reduzio esses principios politicos a simples prerogativas do Estado, onde meia duzia de dirigentes põe em jogo a vontade de toda uma enorme collectividade que produz.

De qualquer modo, o productor em ambas situações não tem o direito de usufruir do resultado do seu trabalho nem gozar da liberdade que por uma lei natural lhe assiste. É o escravo incondicional do Estado e da propriedade privada, é a eterna besta de carga sem mais direitos que os de ser explorado e governado.<sup>429</sup>

Este artigo é assinado pelo “Grupo Spartacus”, mas não conseguimos encontrar em nossa pesquisa informações sobre este coletivo. Sabemos que nessa época, como sublinhamos, houve uma tendência dos anarquistas de São Paulo em articular outros grupos libertários paralelos à ação sindical (SILVA, 2018, p. 279). Devemos lembrar, entretanto, que este jornal *O Trabalho* não é o mesmo jornal *O Trabalho* analisado no segundo capítulo, que era do Rio de Janeiro. Como salientamos no primeiro capítulo, o periódico *O Trabalho* aqui tratado tinha o mesmo endereço em seu cabeçalho do jornal *O Trabalhador* da FOSP – Rua Irmã Simpliciana 7-A (sobrado). Acreditamos, dessa forma, que *O Trabalho*, ao qual dispomos apenas desta única edição, tenha sido editado pelo mesmo grupo anarquista que participaria, também, da edição de *O Trabalhador* no contexto de rearticulação da FOSP daquele ano. Até mesmo porque neste jornal *O Trabalho* é indicado no “expediente” os nomes de Florentino de Carvalho na Redação e o de Francisco Cianci na Administração – este último que também participara de *O Trabalhador* e era militante ativo da FOSP (SILVA, 2018, p. 286 e 290).

Comparando a Revolução Francesa de 1789, que segundo os autores engendrara o sistema burguês capitalista, com o sistema soviético na Rússia, o artigo aponta que o bolchevismo também impôs, autoritariamente, a sua vontade sobre a população –

---

<sup>429</sup> Factores da Revolução Social. *O Trabalho*, São Paulo, 1 maio 1931. Ano 1, nº 1, p. 02.

constituindo, ambos os sistemas, como “a eterna conspiração dos que se arvoram (se impõe) a diretores da humanidade”. Continuando na comparação entre a França (como exemplo de país capitalista, o que pode ser evidenciado em outras passagens do texto), com a Rússia (como o modelo de comunismo estatal), para os anarquistas do Grupo Spartacus o “fenômeno político social” de ambos era o mesmo, apenas variando na forma como era aplicado na sociedade. Assim, enquanto que no sistema burguês foi adotado uma forma constitucional eleitoral, no sistema “bolchevista” optou-se pela “ditadura comunista”, ou “proletária” – como destacam de forma irônica, pois é assim como “muito manhosamente a denominam”, referindo-se aos comunistas. Dando continuidade, enquanto a burguesia conferiu um caráter particular a propriedade e canalizou a política para os seus interesses de classe, a “ditadura comunista” absorveu a propriedade privada como patrimônio do Estado; reduzindo os princípios políticos a simples “prerrogativas do Estado” de uma maneira que apenas “meia dúzia de dirigentes põem em jogo a vontade de toda uma enorme coletividade que produz”.

O mais interessante é que podemos constatar que estas opiniões e avaliações dos anarquistas não eram inspiradas apenas por convicções ideológicas, elas estavam conectadas com fenômenos políticos e sociais que já tinham acontecido, e que ainda estavam em curso, na URSS. Quando os anarquistas destacavam que na Rússia a propriedade privada foi absolvida pelo Estado devemos recordar que naquele país, após os anos iniciais da revolução, toda a esfera econômica, agrária e industrial, era propriedade do Estado. Assim, o velho princípio e modelo de propriedade pré-revolução, baseado pela propriedade de toda a terra pelo Estado – pois esta era a maior riqueza na época –; durante a autocracia czarista, foi preservada e até reforçada – agora estendida para toda a economia – na nova época soviética, e explorando diretamente a classe trabalhadora, mas agora alegando “credenciais socialistas” (LEWIN, 2007a, p. 463). Portanto, os anarquistas concluem que por meio deste processo apenas uma pequena parte de dirigentes controlavam a vida da maior parte “que produz”, isto é, a grande massa de trabalhadores do país. Isso refletia o fenômeno, acima já comentado, que nessa época na URSS consolidava-se a formação, de fato, de uma nova classe dominante e privilegiada de burocratas, com condições de vida acima do resto da população (LEWIN, 2007d, p. 111).

Por fim, os libertários do Grupo Spartacus afirmam que em ambos os regimes, o “produtor” (o trabalhador) não pode usufruir dos resultados de seu próprio trabalho nem gozar da liberdade, que é um direito natural – continuando como “escravo incondicional do Estado e da propriedade privada”. Vimos que na Rússia houve uma burocratização total da economia, a ponto de Lewin (2007a, p. 461) propor o conceito de “absolutismo burocrático” para

qualificar o sistema soviético. Então, poderíamos argumentar que em parte os anarquistas não estavam corretos, pois na Rússia não havia mais a submissão à propriedade privada, mas apenas à propriedade estatal. Contudo, para os anarquistas a direção “natural” do equilíbrio social é em direção à liberdade (WOODCOCK, 2007, p. 23-24), porém, ela já não mais existia na Rússia e esta análise, publicada em *O Trabalho*, evidencia o quanto que os libertários de São Paulo estavam fazendo uma avaliação plausível e coerente com a realidade de seu tempo. O título do artigo evidenciava a ideia de “revolução social”, e assim os libertários queriam expressar que a Revolução Russa resultou em uma revolução meramente política, de troca de classes dominantes. O pensamento anarquista dessa época, portanto, foi dinâmico, e buscou estar atualizado sobre no que consistia o mito soviético.

No mesmo dia do 1º de maio, enquanto uma data especial para o movimento operário, o jornal dos trotskistas *A Luta de Classe* também faz publicar uma edição de destaque para o tema das lutas operárias. Em um artigo sem autoria – o que era uma característica desta folha, e ao que parece dos grupos “dissidentes”, ao exemplo de *O 5 de Julho* – encontramos fortes e graves acusações contra o governo de Stálin na URSS:

Assim como a burguezia, em desespero de causa, recorre ao fascismo como última taboia de salvação para se conservar no poder, assim também Stalin e sua fracção centrista, sentindo approfundar-se a sua quéda inevitavel, entregam-se á repressão e ao terror contra os bolchevistas-leninistas, como ultimo meio que ainda lhes resta para continuarem, por mais algum tempo, a deturpar o pensamento de Lenine. As calumnias já não surtem mais o effeito desejado. Ninguem mais acredita em Stalin e seus valetes. Por isso, a burocracia dirigente recorre ao encarceramento, á deportação e ao assassinio. A imprensa official da I.C. esconde esses crimes. [...] Esta a actividade de Stalin nestes ultimos annos. A repressão physica, a calumnia e a provocação – suas armas de combate contra o leninismo. Mas, o proletariado da U.R.S.S., de quem todos esses crimes vinham sendo cuidadosamente escondidos, principia a saber a verdade e a protestar contra a covardia stalinista. O proletariado mundial não permitirá que se assassinem impunemente os vanguardeiros da Revolução de Outubro, os herdeiros do pensamento revolucionario de Lenine.<sup>430</sup>

Como sabemos, já em dezembro de 1927, Trotsky e seus discípulos mais próximos foram expulsos, presos e/ou exilados da URSS e, apesar de nos inícios dos anos 1930 o poder de Stálin ainda não estar completamente consolidado, as perseguições no país continuavam sem muitas restrições (REIS FILHO, 2003, p. 84; LEWIN, 2007d, p. 114-115). Os “bolchevistas-leninistas” a que se refere o texto são, portanto, os trotskistas que estavam

---

<sup>430</sup> Os bolchevistas-leninistas encarcerados e assassinados na URSS. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, 1 maio 1931. Ano 2, nº 7, p. 06.



sendo perseguidos por Stálin na Rússia e o interessante é que os redatores de *A Luta de Classe* aproximavam o regime stalinista das práticas do fascismo – movimento de extrema direita –, desqualificando completamente o atual governo russo. Acusavam a “burocracia dirigente”, assim, de recorrerem ao “encarceramento, à deportação e ao assassinio” dos trotskistas na URSS – o que era combater o leninismo, uma vez que estes eram os herdeiros do “pensamento revolucionário de Lênin”. O que não deixava de ser uma “ironia histórica”, pois vimos ao longo deste trabalho, as perseguições dos comunistas russos contra todas as outras tendências da esquerda, incluindo os anarquistas – sendo que o próprio Trotsky tinha comandado a repressão militar contra a comuna de Kronstadt em 1921 (ARVON, 1984, p. 111-112). Por conclusão, e talvez o elemento mais importante que revelam aspectos do pensamento dos trotskistas nesse artigo, era que se afirmava que o “proletariado da URSS” começava a compreender a verdade “e a protestar contra a covardia stalinista”, e que o “proletariado mundial”, então, não permitiria estes crimes.

Estas últimas afirmações não indicavam apenas as esperanças dos trotskistas, mas espelhavam, também, elementos importantes de seu pensamento político, como a principal contribuição de Trotsky para o marxismo, que consistia na teoria da *revolução permanente*. As concepções de Trotsky consistiam na ideia de que a revolução socialista começava no terreno nacional, se desenvolvia na arena internacional, mas só poderia se completar no plano mundial, principalmente ao se tratar de um país atrasado como a Rússia, pois para o próprio marxismo o socialismo só seria alcançado se a revolução atingisse o centro do mundo capitalista desenvolvido. A revolução socialista, portanto, só poderia ser *permanente*, no sentido de que ela só poderia se consumir com a vitória do proletariado em todo mundo (CAMPOS, 1985, p. 20; DEUTSCHER, 1988, p. 393).<sup>431</sup>

No fim do ano, o jornal da FOSP *O Trabalhador* publicava, também sem autoria, uma reflexão interessante sobre o processo revolucionário da Rússia:

---

<sup>431</sup> Em relação ao fato de os trotskistas afirmarem que eles eram os herdeiros do pensamento de Lênin – o que faziam questão de salientar no próprio nome de suas organizações – se deve ao fato de Lênin, segundo os trotskistas, também ter adotado teses internacionalistas nesse sentido na revolução de outubro de 1917. É importante frisar, até mesmo para termos uma base de comparação com as posições dos anarquistas sobre a Rússia, que Trotsky – e conseqüentemente os trotskistas – consideravam que a burocracia governante na União Soviética sobre Stálin não era uma “nova classe”, mas uma “excrecência parasitária”, e de que a sociedade soviética não era um “capitalismo de Estado”, mas um “Estado dos trabalhadores deformado”, ou seja, degenerado. Cf.: (DEUTSCHER, 1988, p. 393). Para o próprio Trotsky, na sua maior obra teórica *A Revolução Permanente*, independente do desenvolvimento capitalista dos países, a teoria da revolução permanente significava que a solução política, para completar as tarefas democráticas e nacional-libertadoras, só se daria por meio da “ditadura do proletariado”. De maneira, assim, que a própria construção socialista só era concebível baseada na luta de classes em escala nacional e internacional, dada a dominação das relações capitalistas na arena mundial (TROTSKY, 2007b, p. 205 e 208).

Não pregamos o saint-simonismo, mas a provisão de conhecimentos que tenha por fim elevar o grau mental e moral das massas.

A Classe trabalhadora encontra-se atualmente sumida numa ignorância absoluta. Ela esqueceu que já fez a revolução inglesa, o 89 e 93, e que fez também a Revolução Russa. E a sua falta de conhecimentos fez com que todos esses movimentos fossem cair nas mãos dos exploradores das revoluções.<sup>432</sup>

A Revolução Russa nem consistia no assunto principal do artigo, mas fez parte da reflexão do autor anônimo. Destacando que não pregava o “saint-simonismo”, se referindo a Saint-Simon que foi um socialista utópico francês, advertia que elevar o grau de consciência dos trabalhadores era fundamental. Isso porque, para ele, os trabalhadores estavam em ignorância absoluta, pois tinham esquecido que fizeram a revolução inglesa – e aqui acreditamos que ele tenha se confundido com a francesa, cuja data é 1789 – e, também, esquecido que realizaram a Revolução Russa. Assim, devido a essa falta de conhecimento dos trabalhadores, estas revoluções caíram “nas mãos dos exploradores das revoluções”. De qualquer maneira, estas reflexões partiam dos pressupostos anarquistas de que a verdadeira revolução social só poderia acontecer por meio de uma transformação ontológica dos indivíduos, refletindo a intenção dos libertários de São Paulo do período de trabalharem com a transformação das “consciências” (AVELINO, 2004, p. 75-77).

No ano de 1932 foi encontrada, no entanto, apenas uma fonte jornalística na imprensa operária sobre a Rússia Soviética, e ela nos vem de *O Trabalhador*, dos anarquistas da FOSP. Mais uma vez o artigo é de autoria do perspicaz e incisivo Florentino de Carvalho que, na verdade, trata-se de um texto que já foi utilizado na seção anterior sobre a organização operária. Contudo, esse artigo é longo e possui um conteúdo pertinente para os dois temas, por isso destacamos:

Impera na Russia um regime mil vezes mais despotico do que o imperio dos tzares, um regimem que restabeleceu a escravatura do proletariado e que pretende dominar todos os paizes do mundo.

Se na Russia o povo não se revolta, é porque cada proletario está cercado de gendarmes e espiões.

A monarchia russa de Stalim, esta sendo hoje a menina dos olhos de todos os Estados capitalistas.

O imperialismo bolchevista não se defende da burguezia, defende-se do proletariado, pois teme que o clamor do proletariado universal, chegue a echoar nas estirpes moscovitas.<sup>433</sup>

<sup>432</sup> O problema da cultura do operariado. **O Trabalhador**, São Paulo, 5 dez. 1931. Ano 1, nº 2, p. 01.

<sup>433</sup> A posição das forças proletárias em face do movimento grevista. **O Trabalhador**, São Paulo, jul. 1932. Ano 1, nº 7, p. 04.

Florentino de Carvalho alegava que o regime russo se tornou ainda muito mais despótico do que na época dos tzares, restabelecendo “a escravatura do proletariado” e que pretende dominar, assim, todo o mundo – pronunciando a ideia de uma espécie de imperialismo soviético. Afirmava ainda que, “se na Rússia o povo não se revolta”, é porque o proletariado estava cercado de espiões. Como vimos, as afirmações dos anarquistas sobre o autoritarismo do regime russo não se tratavam de meros “exageros ideológicos”, mas correspondiam, em grande parte, com a realidade. Quando Florentino se refere aos “espiões” que vigiavam o proletariado devemos acrescentar que, já em 1920, a Rússia soviética transformara-se num verdadeiro Estado policial. As atuações da “Tcheká” (a polícia política soviética) se estendiam por toda a parte, com agentes secretos infiltrados em todos os ramos da administração, da burocracia e nas empresas para vigiar possíveis “sabotadores” – o efetivo militar da Tcheká, já nessa época, chegava a quase 250 mil agentes (PIPES, 2008, p. 246). No contexto da década de 1930, portanto, em plena ditadura stalinista, é difícil imaginar que esta repressão contra a população russa fosse mais branda, uma vez que nessa época, as perseguições políticas começaram a se estender, até mesmo, para os altos escalões do partido (LEWIN, 2007d, p. 114-115).

Em seguida, para enfatizar o autoritarismo daquele país, Florentino de Carvalho se refere à “monarquia russa de Stálin”, que se tornou “a menina dos olhos” dos Estados capitalistas. Mais uma vez, agora de forma explícita, ele utiliza-se do termo “imperialismo bolchevista”, e de que este não se defendia da burguesia, mas do próprio “proletariado universal” – que poderia protestar, pelo que podemos entender, devido a estas verdades sobre o regime russo. Comparar a gestão de Stálin a uma nova monarquia não era algo irrealista, Florentino de Carvalho demonstrava estar atualizado sobre as peculiaridades do sistema político russo. Isso porque Stálin realmente chegou a expressar pensamentos de que o povo russo precisava de um novo czar, e desde a morte de Lênin, em 1924 – quando na época ele prestou um espetacular juramento ao grande líder bolchevique falecido – Stálin planejou, minuciosamente, o culto de sua imagem (LEWIN, 2007d, p. 126-127). Outro elemento também interessante desta passagem é que Florentino, ao afirmar que a Rússia se tornou “a menina dos olhos” do capitalismo, isto é, passou a ser vista com interesse pelo mundo capitalista, é provável que ele esteja se remetendo ao fato de que – devido à crise econômica mundial de 1929 – o planejamento econômico estatal soviético passou a ser olhado com interesse pelos economistas do Ocidente – já que a URSS não foi afetada por esta crise e, com esta política, apresentava taxas de crescimento econômico expressivas (HOBSBAWM, 1995, p. 366-368).

Já destacamos diversas vezes o quanto estas discussões e matérias sobre a Rússia soviética eram cruciais para os debates internos do movimento operário brasileiro. Pelo próprio título do artigo de Florentino de Carvalho averiguamos que as discussões centrais se remetiam às posições que as lutas operárias deveriam tomar naquele contexto conturbado de julho de 1932 – em plena onda grevista e inícios de uma guerra civil em São Paulo. Tanto que trabalhamos este mesmo artigo na seção anterior, e o recado implícito, então, era de que os trabalhadores não se direcionassem para a propaganda comunista. Outro elemento também importante desta fonte jornalística é de que esta revolta de Florentino de Carvalho contra a URSS – e devemos lembrar de que este militante foi um dos primeiros anarquistas de maior expressão no Brasil a se voltar contra o regime russo, já em 1920 – espelhavam a oposição dos anarquistas contra todas as estruturas da moderna sociedade industrial e estadista, que se impôs no século XX, tanto no mundo capitalista quanto na Rússia, já que os anarquistas cultuavam mais o que fosse natural e espontâneo (WOODCOCK, 2007, p. 27).

Por tudo isso, observamos que apesar das críticas incisivas e contundentes dos trotskistas contra Stálin, e a visão destes últimos – de que a URSS ainda era um “Estado operário”, ainda que deturpado – estava muito distante da visão dos anarquistas, para o qual o “mito soviético” estava sendo definitivamente “blasfemado”.

No ano de 1933 esse tema volta a ganhar mais força na imprensa operária e militante. É importante esclarecer que nos anos 1930 apenas na imprensa dos comunistas trotskistas foram encontradas matérias jornalísticas que se remetiam a Rússia, pois devido as dificuldades políticas do PCB que já comentamos, não conseguimos registrar fontes da imprensa dos stalinistas sobre este assunto. Porém, apenas no jornal *A Luta de Classe* foi catalogado esse tipo de material porque o periódico *O Trabalhador Graphico* se dedicou exclusivamente aos debates sobre a organização sindical – como vimos na seção anterior. Assim, logo em janeiro, encontramos um documento histórico importante. Destacamos ao longo deste trabalho, que a publicação de lideranças e personalidades estrangeiras da militância operária e socialistas foi recorrente entre todas as correntes políticas da esquerda – dos anarquistas ao campo comunista –, pois isto também servia para reforçar o poder simbólico do jornal e das opiniões dos militantes envolvidos. Desta maneira, *A Luta de Classe* publicou na capa da edição de janeiro um artigo do próprio Trotsky que fazia uma análise dos quinze anos da Revolução Russa de 1917. Podemos dizer, então, que os trotskistas no Brasil também tomavam e assimilavam estas posições e concepções sobre a Rússia soviética:

A Revolução de Outubro está a completar o seu decimo quinto aniversario. Este simples algarismo testemunha ao mundo inteiro a força gigantesca que existe no Estado proletario isolado. Ninguem, mesmo os mais otimistas entre nós, tinha presvisto tal vitalidade. E isso não é de admirar: o otimismo de tal previsão acerca de um Estado proletario isolado teria encerrado em si o pessimismo a respeito da revolução internacional.

Os chefes e as massas, na subversão de outubro, não viam senão a primeira etapa da revolução mundial. Em 1917, ninguem defendeu ou levantou, ou formulou sequer, a idéa da edificação independente do socialismo na Russia isolada. [...]

[...]

[...] Hoje, com ha quinze anos, o programa de uma sociedade socialista num país só é utópico e reacionario.

Os sucessos economicos da União Soviética são muito grandes. Mas precisamente no 15º aniversario, as contradições e as dificuldades são de uma acuidade ameaçadora. Atrasos, rupturas, desproporções revelam em primeiro lugar, uma falsa direção. [...].<sup>434</sup>

Para Trotsky a União Soviética era um “Estado proletário isolado”, ao qual mostrou a sua força e vitalidade por ter durado quinze anos mesmo em isolamento. Isso porque, como ele afirma, em 1917 ninguém defendia a ideia do socialismo em uma Rússia isolada, mas via a “primeira etapa da revolução mundial”. De fato, como vimos, a ideia dos “socialismo num só país” foi desenvolvida por Stálin e seus seguidores posteriormente e, na Revolução Russa de 1917 e nos anos subsequentes, as perspectivas entre os bolcheviques que ocorresse uma revolução mundial eram cogitadas como reais, tanto que a III Internacional foi fundada em 1919 para promover a exportação de uma “revolução soviética” para o mundo (JOHNSTONE, 1988, p. 197). Isso é importante porque esta visão, da URSS como um “Estado proletário isolado”, e que só sairia de seus impasses se a revolução socialista se expandisse para o mundo inteiro, caracterizaram o pensamento dos trotskistas sobre a Rússia e o imaginário político desta tendência sobre a revolução.

Trotsky data esse artigo em 13 de outubro de 1932, indicando Prinkipo, onde ele estava exilado na Turquia, e ele menciona os sucessos econômicos da União Soviética, mas adverte que o país caminhava para “uma falsa direção”. De fato, nesse ano de 1932, os efeitos do 1º Plano Quinquenal já se faziam sentir e o salto industrial da URSS tinha sido grande (REIS FILHO, 2003, p. 92-93).<sup>435</sup>

O interessante é que no mesmo mês o jornal *O Trabalhador* publicou um artigo de Francisco Cianci que demonstrava o quanto, que para os anarquistas, a URSS estava longe de ser considerado sequer um “Estado proletário deformado”, como acreditava os trotskistas:

<sup>434</sup> 15 Anos. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, jan. 1933. Ano 8, nº 9, p. 01.

<sup>435</sup> A respeito de Prinkipo, uma ilha no território da Turquia e que serviu de exílio para Trotsky entre 1929 a 1933 Cf.: <<https://en.wikipedia.org/wiki/B%C3%BCy%C3%BCkada>>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

Não ha estadista capaz de produzir o milagre da formula salvadora. Nenhum plano, nenhuma concepção de politico produzirá a felicidade humana.

[...]

A falencia da democracia arrastou para o abysmo, todos os systemas politicos. A experiencia marxista sonhada pelo genio de um Lenine tombou, desastradamente, no autoritarismo da sua burocracia.

[...]

Os famintos ameaçam perturbar o sonno do pacifico burguez.

E dahi surgiram as inquietações e os eternos paliativos para cura-los. Republicas, Monarquias, Bolchevismo, Socialismo de Estado, ou Fascismo, todos demonstraram a sua impotencia na satisfação das necessidades colectivas.<sup>436</sup>

Para Francisco Cianci, como para os anarquistas em geral, nenhum estadista e “nenhuma concepção de político” poderá trazer a felicidade humana. Logicamente, que para os libertários, ao menos a “concepção de político” na sua forma tradicional – construída e determinada pelo “centro”. Esse texto na verdade faz uma reflexão da situação política e social do Brasil e do mundo, portanto, quando Francisco Cianci menciona a “ameaça” dos famintos ele estava se referindo à crise econômica mundial que recaia sobre o mundo naquela época. Assim, ele colocava o Bolchevismo (comunismo), e o Socialismo de Estado, ao lado de todas as outras formas de governo – das monarquias às repúblicas e o fascismo – como meros “paliativos” para tentar resolver os problemas sociais – e não ameaçar “o sono do pacífico burguês”. Todas as formas de Estado estas, que demonstravam, portanto, a suas incapacidades “na satisfação das necessidades coletivas”. Destaca-se quando Cianci aponta que a “falência da democracia arrastou para o abismo todos os sistemas políticos”, assim, a “experiência marxista”, sonhada por Lênin, desastrosamente resultou “no autoritarismo da sua burocracia” – referindo-se à experiência da Revolução Russa. Considerando o que já demonstramos a respeito do regime político e social da URSS, que inclusive poderia ser classificado como uma espécie de “absolutismo burocrático”, as palavras de Cianci não estavam fora da realidade. Porém, é interessante ainda, que ele faz estas reflexões sobre a experiência marxista da Rússia atento ao que se passava pelo mundo, como uma grande crise do ideal democrático inserida numa “era de extremos”. Devemos lembrar que 1933 é o ano em que Hitler toma o poder na Alemanha e essa época é vista como de catástrofes para as instituições básicas das democracias liberais – liberdades de expressão, publicação e reunião – irracionalidade do pensamento da extrema direita (HOBSBAWM, 1995, p. 113-116).

---

<sup>436</sup> Problema do momento. **O Trabalhador**, jan. 1933. Ano 2, nº 1, p. 04.

Contudo, valores democráticos básicos estes, que para os anarquistas também já tinham sido suprimidas na URSS.<sup>437</sup>

No ano de 1933 o jornal *A Plebe* se insere nos debates sobre a Revolução Russa e publica uma série de matérias muito interessantes que demonstravam os esforços dos anarquistas ao selecionarem as fontes de informação sobre a URSS. Destacamos apenas os exemplos mais notórios em um conjunto abundante de fontes de grande valor para este tema. Assim, em maio, uma longa matéria que prometia continuações, e sem autoria, portanto sendo dos redatores do jornal, tratava da situação russa por meio de um periódico anarquista europeu. Primeiramente os redatores de *A Plebe* avaliam as fontes de informações, depois, apresentam, já traduzido, o artigo que escolheram:

É de nosso dever informar os camaradas do quanto se passa no mundo, referente á questão social. Nesse particular, a experiencia da Russia bolchevista nos interessa muito; porém temos de ser excessivamente circunspectos na escolha das informações. Não nos devemos fiar nada nas referencias de fonte burguesa, suspeitissimas de enegrecer quanto possivel o inferno bolchevista; muito menos ainda nos ditirambos comunistas ou nas mirabulancias do plano quinquenal onde a fantasia visa multicolorir o paraíso bolchevista.<sup>438</sup>

E, logo abaixo, os redatores apresentavam o artigo selecionado:

Oito anos depois, esquecidas as lições de Kronstadt, formulou o novo ditador Stalin a tese contraria: “Os 120 milhões de campónios russos devem ser, no mais breve tempo, transmutados em trabalhadores socialistas... Foi essa a originaria linha geral da industrialização e do plano quinquenal. Os interesses dos camponeses devem ser sacrificados aos do Proletariado. Marchou-se e contramarchou-se na coletivização da agricultura.”<sup>439</sup>

Os anarquistas de *A Plebe* indicam, junto a esta nota inicial do editorial, de que o documento que eles traduziram se trata dos nº 48, 49 e 50 de um jornal anarquista vienense – de Viena, capital da Áustria. O jornal em questão chamava-se *Erkenntnis Und Befreiung*, de Pierre Ramus, e assinado por L. WIT. Este impresso, *Erkenntnis Und Befreiung*, na verdade era uma revista anarquista austríaca publicada por Pierre Ramus (1882-1942), que foi um

---

<sup>437</sup> O anarquista Francisco Cianci era imigrante italiano, tido como culto e grande orador do anarquismo em São Paulo. Durante a Greve Geral anarquista de 1917 naquela cidade esteve à frente do “Comitê de Defesa Proletária” ao lado de Edgard Leuenroth, Gigi Damiani, Florentino de Carvalho e Rodolfo Felipe. Em 1931, ele participou do reerguimento da FOSP e representava o sindicato da União dos Profissionais do Volante. Cf.: (RODRIGUES, 1995, p. 93).

<sup>438</sup> Aspectos da situação Russa. **A Plebe**, São Paulo, 20 maio 1933. Ano 1, nº 25, p. 03.

<sup>439</sup> Aspectos da situação Russa. **A Plebe**, São Paulo, 20 maio 1933. Ano 1, nº 25, p. 03.

anarquista pacifista, considerado o principal nome do movimento anarquista da Áustria. Em relação ao autor do artigo, L. WIT, não foi possível identificar a sua autoria apenas com estas iniciais.<sup>440</sup>

Na nota editorial, os redatores afirmavam que a experiência da Rússia comunista os interessavam muito – e aqui devemos considerar que este interesse partia não só pelo fato da Rússia ter tido uma experiência revolucionária em si, como também porque era um assunto importante nas disputas entre os anarquistas e comunistas no campo do movimento operário. Contudo, eles apontam que as fontes “burguesas” (da direita liberal), e também a dos comunistas, não eram confiáveis, pois uma e outra constroem a imagem ou do “inferno bolchevista” ou do “paraíso bolchevista”. Assim, os anarquistas de *A Plebe* apresentam a fonte de *Erkenntnis Und Befreiung* como uma maneira de tentar uma maior isenção. É claro que devemos considerar que, optando por esta fonte, que provinha da imprensa anarquista internacional, eles não estavam oferecendo uma plena imparcialidade ideológica – o que talvez seja impossível. Porém, isso demonstrava os esforços dos anarquistas de São Paulo de apresentar um “terceiro olhar”, ainda que anarquista, mas que era importante numa época de total polarização ideológica no mundo entre direita e esquerda – e em um assunto que continha tanta guerra de informações e polêmicas quanto a Rússia. Na verdade, demonstramos desde nossa pesquisa anterior (GOMES, 2012) que os anarquistas brasileiros buscaram tomar esses cuidados, para tentar atingir uma maior imparcialidade, desde a eclosão da Revolução Russa em 1917.

Já no artigo de L. WIT, por ele mencionar em passagem anterior uma reflexão de Lênin, de que a transformação das consciências dos trabalhadores para uma consciência socialista seria uma obra de gerações, enfatiza-se, então, que Stálin, ao contrário, queria transformar de uma vez 120 milhões de camponeses russos em “trabalhadores socialistas”. E isso esquecendo, após oito anos, “as lições de Kronstadt” – referindo-se à revolta da base naval em Petrogrado que se voltou contra o autoritarismo comunista em 1921. Contudo, oito anos depois do episódio de Kronstadt remete-se ao ano de 1929, quando começa o Primeiro Plano Quinquenal na Rússia. Assim, este é um artigo importante porque os anarquistas fazem uma análise dos principais acontecimentos russos deste 1929 – época, que como demonstramos, a imprensa anarquista brasileira estava suprimida.

---

<sup>440</sup> A respeito da revista anarquista austríaca *Erkenntnis Und Befreiung* – cuja tradução é “Conhecimento e Libertação” –, que era um órgão da maior Federação Anarquista da Áustria, e do libertário Pierre Ramus, o principal redator. Cf.:

<<https://www.anarchismus.at/anarchistische-klassiker/artikel-aus-erkenntnis-und-befreiung>>;

<[https://de.wikipedia.org/wiki/Erkenntnis\\_und\\_Befreiung](https://de.wikipedia.org/wiki/Erkenntnis_und_Befreiung)>;

<[https://de.wikipedia.org/wiki/Pierre\\_Ramus](https://de.wikipedia.org/wiki/Pierre_Ramus)>. Acesso em: 17 de junho de 2019.



Analisando, assim, o Primeiro Plano Quinquenal e a coletivização estatal da agricultura russa, o anarquista desconhecido, L. WIT, afirma que os interesses dos camponeses foram “sacrificados aos do proletariado”. De fato, o que ocorreu é que, com a coletivização dos campos, o campesinato russo foi submetido a violências em larga escala – com deportações forçadas e em massa de trabalhadores rurais para as fazendas estatais, com entregas obrigatórias de sua produção agrícola e pesadas multas se as metas não fossem cumpridas. A industrialização russa, dessa forma, teria ocorrido sobre a intensa exploração dos mujiks – camponeses russos, que era a maioria da população – de maneira que reduziu os camponeses à condição de “cidadãos de segunda classe” (REIS FILHO, 2003, p. 88-91). O que justificava, assim, para os anarquistas, afirmar que os interesses dos camponeses foram sacrificados pelos do proletariado.

Dessa forma, algum tempo depois, *A Plebe* publicava a continuação da matéria que demonstrava, com muitos dados numéricos, as requisições forçadas do governo soviético contra o campesinato, e com números desde 1928:

Começaram com a mais brutal requisição de trigo para o Estado. Durante 1928 foram tomadas para o Estado 660 milhões de puds (um pud são 16 quilos, pouco mais de uma arrôba) e para o plano requisitório de 1930 consignaram-se 1330 milhões de puds; para 1931, 1400. Lemos, com espanto, que 175 milhões de dz., ou um quinto da colheita se perdeu. Extorquiram-se na realidade os últimos pedaços de pão aos camponeses.<sup>441</sup>

Não tivemos meios de averiguar a autenticidade destes números, mas sabemos que – como foi analisado em seção anterior – no início da coletivização dos campos, em 1928-1929, os resultados foram catastróficos na produção agrícola russa, apenas melhorando os seus números a partir de inícios de 1930, às custas de muita violência estatal. Com isso, de fato, as metas governamentais, cada vez mais crescentes, para a requisição das entregas obrigatórias das colheitas – confiscadas com tropas armadas e controle policial – foram reais e aumentaram significativamente (REIS FILHO, 2003, p. 88-90). Os anarquistas, assim, mostravam-se mais uma vez atualizados com os fatos russo e, em outras passagens deste último artigo, os dados numéricos daquele país remetiam até o ano de 1932.

Podemos fazer uma observação importante na comparação da cobertura anarquista destes eventos com a cobertura que os comunistas – stalinistas e trotskistas – fizeram na última seção anterior deste tema. Enquanto os stalinistas do PCB expressaram uma visão harmoniosa da Rússia, como a “pátria do proletariado” que estava construindo o socialismo,

---

<sup>441</sup> O fiasco da Coletivização Agrícola. *A Plebe*, São Paulo, 3 jun. 1933. Ano 1, nº 27, p. 02.

os trotskistas foram críticos à política de Stálin e seus fracassos. Entretanto, por sua vez, os anarquistas acusaram e denunciaram veementemente as violências do regime soviético contra o campesinato russo, algo que a imprensa trotskista não realizou – seja por textos dos próprios trotskistas ou pelas palavras do próprio Trotsky nas matérias que foram publicadas. Isso é relevante e demonstram diferenças fundamentais, pois os anarquistas tendiam a visão mais “periférica” da política e conferiam uma visibilidade maior para os grupos mais marginalizados, para além do operariado industrial – algo que já salientamos. Por outro lado, os marxistas tenderam a considerar as “razões de Estado” e, no caso, a crença no “Estado operário” soviético. O próprio Trotsky, como comentamos, era favorável à industrialização acelerada da URSS e já tinha demonstrado, em outras ocasiões bem antes de ser expulso da Rússia, ser favorável ao recrutamento militar de trabalhadores – não levando em consideração o sofrimento humano que estas políticas poderiam gerar, pois haviam os interesses do “Estado proletário” a cumprir (FITZPATRICK, 2017, p. 171).

Algum tempo depois, foi publicada uma outra série de matérias, agora sobre os eventos da Revolução Russa. Novamente, o famoso anarquista José Oiticica retornava às páginas de *A Plebe* para rebater e questionar a visão oficial dos comunistas sobre os eventos revolucionários russos, anos depois de seus acontecimentos. Desta vez, José Oiticica, também indicando que haveria continuções, se aprofundou na história do movimento makhnovista da Ucrânia – a luta de Makhno em prol dos soviets agrários livres na revolução ucraniana:

Vejo pela *A Plebe*, que tem despertado em S. Paulo grande interesse a extraordinária figura de Nestor Makhno, tão vilmente caluniado pelos bolchevistas. O primeiro caluniador oficial foi o despuadorado chefe bolchevista Leão Trotsky, aquele mesmo que aconselhava aos seus sequazes do Partido Comunista, a calunia, a campanha de desmoralização contra os militantes anarquistas.

[...]

Essa vil publicação era o início de uma longamente premeditada guerra aniquiladora dos makhnovistas, somente porque estes, anarquistas conscientes, recusaram aceitar as autoridades bolchevistas para eles tão execráveis quanto as czaristas ou quaisquer outras.

Os leitores de *A Plebe* vão ter os documentos decisivos para julgar quem foram, nessa vergonhosa empresa, os verdadeiros contrarrevolucionários se os makhnovistas que instituíram um regime livre de qualquer autoridade e organizaram comunas livres de trabalhadores, sem polícias, sem cárceres, sem proprietários, sem patrões, sem Estado, ou se os bolchevistas que, em nome do comunismo, destruíram as comunas agrárias da Ucrânia para implantar, nas cidades e aldeias já comunistas, suas arbitrariedades, sua

tcheka, seus pelotões fuziladores, sua burocracia corrompida, seus bancos, seus códigos, todo o seu re[pleto] regime autoritário de capitalismo estatal.<sup>442</sup>

Nesse artigo longo e que indicava continuções – que percorreram outras edições de *A Plebe* nos meses seguintes –, José Oiticica atende, segundo ele, o interesse que a figura de Nestor Makhno despertava entre os leitores e colaboradores de *A Plebe*. Personagem este, acrescenta, que foi “tão vilmente caluniado pelos bolchevistas”, e de que um dos primeiros e principais caluniadores, então, teria sido Trotsky. Em outras passagens do mesmo artigo, José Oiticica explicava que se tratava de uma série de documentos que seriam transcritos e publicados sobre a luta de Makhno e que consistiam, na verdade, das memórias de Piotr Archinov – que é utilizado por Oiticica como fonte de suas alegações sobre a revolução na Ucrânia. Já trabalhamos, no segundo capítulo, sobre a natureza e características do movimento makhnovista, nas polêmicas que este tema gerou na imprensa operária dos anos de 1922 a 1924 – ocasião esta em que sublinhamos que Archinov tinha influenciado a formação anarquista de Makhno e que participara, também, de seu movimento na Ucrânia, cujo o auge das atividades teriam ocorrido entre 1918 a 1920. Assim, como já tínhamos indicado, Archinov escreve uma longa e documentada “História do movimento makhnovista” (ARCHINOV, 2008). Isso é importante de destacar porque a obra de Archinov foi concluída em abril de 1921 segundo o prefácio do mesmo autor, antes dele emigrar para a França após as derrotas de Makhno na Ucrânia (ARCHINOV, 2008, p. 33). Dessa maneira, a militância anarquista no Brasil só parece ter tido acesso a esta obra muito depois, mas ao que tudo indica, pelo tom inédito de Oiticica, no Brasil, este livro ainda era pouco conhecido na época.<sup>443</sup>

Sendo assim, este artigo, e as matérias subsequentes, possuem vários trechos transcritos da obra de Archinov, que são relevantes para o estudo de vários aspectos da militância anarquista da época aqui no Brasil, visto que os documentos foram selecionados pelos critérios de José Oiticica – enfatizando diversos assuntos da luta anarquista. Contudo, por limitações de espaço, decidimos por enfatizar mais as palavras do próprio Oiticica como mais um exemplo dos esforços dos anarquistas para atingirem as informações mais verídicas

---

<sup>442</sup> Documentos sobre o movimento makhnovista na Ucrania. **A Plebe**, São Paulo, 12 ago. 1933. Ano 1, nº 37, p. 02.

<sup>443</sup> De acordo com o historiador Alexandre Skirda, em uma história que parece inacreditável, Archinov teria retornado para a URSS em 1933, depois de ter renegado o anarquismo publicamente e se convertido ao marxismo – para adquirir permissão para retornar, já que estaria decepcionado com os impasses do anarquismo. Contudo, Archinov teria sido fuzilado em Moscou em 1937, acusado de querer restaurar o anarquismo na URSS – o que demonstraria uma possível estratégia que ele empregou para agir na Rússia de forma clandestina (ARCHINOV, 2008, p. 33).

possíveis sobre a Revolução Russa – e deste importante episódio desta revolução que consistiu na experiência particular da Ucrânia, que fazia parte da esfera de influência russa.

Retomando as calúnias dos comunistas contra Makhno, José Oiticica explica que as publicações da imprensa comunista contra o revolucionário ucraniano foram o início de uma guerra contra os makhnovistas, pois estes se recusavam a aceitar a autoridade dos bolchevistas – tão execráveis, segundo ele, quanto a autoridade czarista ou qualquer outra. Em seguida, Oiticica afirma apresentar aos leitores de *A Plebe*, com os documentos decisivos, quem eram os “verdadeiros contrarrevolucionários”: se eram os makhnovistas – que organizaram comunas livres de trabalhadores, sem as instituições do Estado – ou, por sua vez, se eram os “bolchevistas” – que destruíram as comunas agrárias da Ucrânia e implantaram, em aldeias e cidades que “já eram comunistas”, todo o seu aparato repressivo de um “capitalismo estatal”. Para Oiticica estas “aldeias” e “cidades” já eram comunistas porque seguiam os preceitos anarquistas de Makhno – em um comunismo libertário que dispensava as instituições do Estado.

Para além de toda a estrutura autoritária e repressiva do Estado soviético que foi construído após a revolução de 1917 – ao qual já destacamos em diversas passagens –, é importante retomar que o movimento makhnovista na Ucrânia possuiu, de fato, o caráter de um movimento social e agrário. Um movimento que instituiu soviets livres de camponeses e que efetivou um programa de revolução agrária, pela auto-organização da produção agrícola em função das necessidades da produção e do consumo dos próprios camponeses (MAKHNO; BERKMAN; SKIRDA, 2001, p. 10-11 e 84). Com isso, temendo a influência que o movimento revolucionário de Makhno poderia ter na Rússia, os bolcheviques teriam determinado primeiro a difamação da imagem de Makhno e, depois, partiram para as agressões militares contra os makhnovistas na Ucrânia. Medidas estas que partiram, inclusive, de Trotsky, que era o então líder do exército vermelho (ARCHINOV, 2008, p. 119 e 157).<sup>444</sup>

No ano de 1934 não foram catalogadas fontes jornalísticas sobre a Rússia na imprensa trotskista, mas já na imprensa anarquista *A Plebe* continuou publicando artigos com pontos de vista muito interessantes, e de outros militantes importantes do movimento libertário. Assim, destacamos passagens de um texto de Gigi Damiani que tocava em uns aspectos importantes da URSS:

---

<sup>444</sup> Em diversas ocasiões o exército camponês e guerrilheiro de Makhno (os russos negros devido a bandeira do anarquismo) auxiliou o exército vermelho na luta contra os russos brancos contrarrevolucionários na guerra civil russa de 1919-1920. Porém, isso não impediu que Makhno fosse traído pelas autoridades bolcheviques (MAKHNO; BERKMAN; SKIRDA, 2001, p. 12-15).

Fanatismo, totalitarismo, sectarismo, consequencias monopolizadoras de uma pratica politica iminentemente autoritaria? Sim: tudo quanto quizerdes; mas deve haver alguma coisa a mais; e procura-la é um dever, mesmo para salvar o que resta da revolução russa.

E essa outra coisa que talvez exista, que, ao meu parecer, existe, precisamos procura-la naquilo que se chama desenvolvimento nacionalista da revolução russa monopolizada pelos bolchevistas: desenvolvimento fatal, inevitavel quando uma revolução se suicida no Estado e, de fator de liberdade, se transforma em instrumento de opressão, dando vida e defesa a tudo o que é negação do direito e da liberdade: a ditadura, seja de um homem, de uma elite de partido. [...].<sup>445</sup>

Gigi Damiani era um anarquista italiano que viveu alguns anos no Brasil, tendo influenciado muito o movimento brasileiro e sendo expulso devido a sua militância, nessa época, então, ele escrevia da Itália para a imprensa libertária de São Paulo – ao qual tinha muitos contatos (RODRIGUES, 1995, p. 124-126). É interessante que este artigo se utilizava de um termo que era pouco comum na época para qualificar o regime soviético, o de “totalitarismo”. Contudo, outro ponto que também chama a atenção é que Damiani salienta que, apesar destes aspectos principais sobre o sistema político russo – o totalitarismo, o fanatismo e o sectarismo –, haveria um, em particular, que deveria ser destacado e analisado, mesmo para salvar o que ainda restava daquela revolução: que era o “desenvolvimento nacionalista da Revolução Russa”. Algo relevante porque desde a ascensão de Stálin, em seus conflitos com Trotsky, o nacionalismo e o patriotismo russo tinham sido intensificados, principalmente ente Stálin e seus seguidores para se oporem as teses internacionalistas de Trotsky (FITZPATRICK, 2017, p. 171 e 179). Assim, Damiani afirmava que este nacionalismo foi um desenvolvimento inevitável e fatal para uma revolução que “se suicida no Estado” – e de fator de liberdade, a revolução se “transforma em instrumento de opressão”. São reflexões pertinentes publicadas em *A Plebe*, pois demonstravam que os anarquistas também não tinham perdido as suas perspectivas internacionalistas da luta dos trabalhadores.

Nesta mesma edição de *A Plebe* e na mesma página, abaixo do texto de Gigi Damiani, encontramos um artigo muito significativo da militante anarquista Isabel Cerruti, ao qual já analisamos as suas opiniões, também sobre a Rússia, no segundo capítulo. Comentando inicialmente, que camaradas, ex-anarquistas da “velha guarda”, que teriam passado para o campo comunista, teriam convidado ela para ingressar no partido, Isabel Cerruti tece comentários e apontamentos também relevantes:

---

<sup>445</sup> Problemas imediatos. *A Plebe*, São Paulo, 28 abr. 1934. Ano 2, nº 61, p. 03.

Disse á esses camaradas, do meu ponto de vista pessoal: – de um possível êrro em que incorressemos ao utilizarmo-nos da Russia para servir ao frontespicio de todas as nossas questões como símbolo ou como uma divisa sagrada.

[...]

Quero insistir no meu ponto de vista pessoal: A minha previsão do mundo, pelo que observo – das manobras políticas da Russia, com os seus tratados até com o vaticano, seus preparativos militares, convencendo o seu povo, inerme, da necessidade de se preparar militarmente e se armar até ao extremo, com os mais engenhosos processos e maquinarias de guerra, para mim, anarquista desde os meus verdes anos de mocidade, é que a Russia com esta tática “proletária”, não obedece a outro escopo que o de futuramente exercer a sua hegemonia sobre os demais países.<sup>446</sup>

As reflexões irônicas de Isabel Cerruti são pertinentes para o período. Desde finais dos anos 1920, a Rússia foi tomada de “imagens bélicas” nas propagandas estatais e uma atmosfera de crise de tempos de guerra que tomou conta do país – o que fez parte, como já mencionamos, de uma estratégia de Stálin para culpar e perseguir inimigos internos, acusados de sabotadores. Mas havia, de fato, um medo de agressões estrangeiras. Assim, o tema da guerra e uma cultura bélica incrustou-se na mentalidade soviética daquele período, e com a industrialização acelerada a partir do Primeiro Plano Quinquenal, a indústria bélica e de armamentos foi intensificada e fortalecida (REIS FILHO, 2003, p. 91; FITZPATRICK, 2017, p. 177-178 e 182-183). Isabel Cerruti alertava ainda dos equívocos e erros – em suas discussões com os “camaradas” comunistas – de se utilizar da Rússia como um tipo de recurso retórico nas reflexões e questionamentos, como um “símbolo” ou uma “divisa sagrada”. Algo importante, porque ela estava “desmistificando” o “mito soviético”.

Dessa maneira, para Isabel Cerruti, havia um perigo possível da Rússia querer “exercer a sua hegemonia sobre os demais países” – apontando mais uma vez, entre as opiniões dos anarquistas, a ideia de um provável imperialismo soviético. O que torna estas apreciações dos anarquistas interessantes, pois Isabel Cerruti estava se remetendo a um fenômeno na Rússia que se intensificara desde finais dos anos 1920. E como vimos, entretanto, a imprensa comunista – como por exemplo o artigo de Astrojildo Pereira em *A Classe Operaria* de 1929, analisada na seção anterior deste tema – apontava uma visão da URSS como um país que tinha, por ideal e prática, a paz entre os povos. Estas críticas dos anarquistas quanto ao nacionalismo e ao militarismo russo também reforçavam o ponto de vista internacionalista que defendiam – associados ao imaginário da luta internacional dos explorados que o anarquismo também vinculava. De forma que na capa desta edição de *A*

---

<sup>446</sup> Previsão do mundo: perigo de hegemonia da Russia. **A Plebe**, São Paulo, 28 abr. 1934. Ano 2, nº 61, p. 03.

*Plebe*, que contém os artigos de Gigi Damiani e de Isabel Cerruti, há um grande desenho de uma mulher – representando a Liberdade – carregando a bandeira rubro negra anarco-comunista, e com a inscrição “AIT”, referindo-se a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Internacional anarquista.<sup>447</sup>

Alguns meses mais adiante encontramos outro artigo de um militante importante, Pedro Catalo, que também apontava estes aspectos do militarismo russo e rebatia as interpretações de Luís Carlos Prestes, na época já em processo de admissão no PCB:

[...] Não terminou aqui a façanha do militarismo vermelho ao qual Luis Carlos Prestes tanto se esforça em tecer hinos de louvores. As suas fardas foram salpicadas de sangue proletário, as suas baionetas cravaram-se sem trepidações nos corações heroicos dos bravos operários e marinheiros de Kronstadt que em Março de 1921, se rebelaram contra a nova tirania bolchevista que sufocou os verdadeiros princípios da revolução de Outubro. Os mártires de Kronstadt morreram pelo lema – “Todo o poder aos soviets”, isto é, todo o poder aos conselhos de operários e camponeses.<sup>448</sup>

Nessa época, Luís Carlos Prestes se encontrava na URSS, onde estava desde 1931, portanto, é provável que Pedro Catalo tenha feito estes comentários a partir do que poderia estar sendo vinculado pela imprensa do PCB (DEL ROIO, 1990, p. 167). Pedro Catalo critica diretamente o “militarismo vermelho” lembrando os episódios da revolta de Kronstadt em 1921, e os ideais dos soviets livres também defendidos por esta revolta – que seriam os “verdadeiros princípios” da revolução de outubro, de “todo o poder aos soviets”. Lembremos que também tratamos da revolta de Kronstadt anteriormente no segundo capítulo, ocasião que destacamos que esta revolta criticava principalmente o autoritarismo do governo comunista no interior dos soviets e que, por isso, teve o apoio de anarquistas de dentro e fora da Rússia (ARVON, 1985, p. 40-41; AVRICH, 2006, p. 170). Assim, estas afirmações de Pedro Catalo são indícios de que os anarquistas naquele momento ainda poderiam estar respondendo e rebatendo as visões – tanto do PCB quanto dos trotskistas – sobre a Rússia soviética, apontando os aspectos militaristas do regime.<sup>449</sup>

<sup>447</sup> No que concerne às questões sobre as relações entre os países no campo das esquerdas houve, entre Lênin e Trotsky, com concepções advindas de Marx, a defesa do princípio de direito de separação e independência de cada povo e país subjugado, princípio que tornaria possível uma livre e voluntária união, e fusão, entre as nações socialistas. Um princípio, no entanto, que teria ficado em segundo plano com Stálin, devido ao seu centralismo burocrático e suas tendências chauvinistas (LÖWY, 2007, p. 163-164 e 170-171). A liberdade e a separação voluntária também foram enfatizadas pelo anarquismo, onde a união dos explorados, e consequentemente dos povos explorados, “só pode nascer do livre acordo, da harmonização espontânea e desejada dos interessados” (MALATESTA, 2008, p. 83).

<sup>448</sup> O Exército Vermelho Bolchevista. **A Plebe**, São Paulo, 1 set. 1934. Ano 2, nº 70, p. 02.

<sup>449</sup> Pedro Catalo era sapateiro e um militante anarquista que foi ativo e muito presente na imprensa libertária e nos principais acontecimentos das lutas anarquistas no Brasil. Foi através das memórias deste militante que

No ano seguinte *A Plebe* publicava um documento que reforçava a visão de uma nova classe dominante na Rússia, e que era um texto de uma personalidade importante para o movimento anarquista internacional:

A experiencia da Russia nos ha demonstrado que não basta (como o pretendem todos os socialistas estatais) destruir a propriedade economica. A experiencia russa nos demonstrou que é necessario destruir tambem o Estado que, mesmo sob a forma a mais liberal, destrói inevitavelmente a liberdade, estabelece os privilégios, engendra uma nova classe dominante – a Burocracia – e créa um regime estatico de escravidão, a mais terrível das escravidões, porque compreende e abarca todas as manifestações da vida e do individuo.<sup>450</sup>

O artigo é assinado pelo anarquista russo Maximov e indica o periódico *Delo Truda* (a causa dos trabalhadores traduzido do russo), com a data de dezembro de 1934. Maximov tinha sido um anarquista de expressão durante a Revolução Russa, engajando-se até mesmo no Exército Vermelho, mas sendo preso e condenado à morte por se recusar a realizar tarefas repressivas (SKIRDA, 2017, p. 105). Acabou sendo solto por pressão do movimento anarquista internacional e, no exílio em Chicago nos EUA, acabou editando junto a outros exilados a revista *Delo Truda*. As posições de um anarquista russo, que era um veterano daquela revolução, era um argumento simbólico de peso para os libertários no Brasil.<sup>451</sup>

Em 1935 foram encontradas poucas fontes sobre este tema, mas constatamos que a tendência das críticas dos libertários sobre a política russa, inclusive da política externa, e que a apontavam para um militarismo, continuaram presentes:

Toda a politica do Kremlin, inspirada por Stalin e executada pela velha raposa da diplomacia russa que é o sr. Litvinoff, está sendo conduzida no sentido de normalizar a situação do governo de fato e, como tal, tomar parte, como está tomando bem salientemente, no conluio macabro das alianças e blocos de nações “para o equilíbrio europeu”, mas que, na realidade, o que se está preparando é a nova guerra desapiedada e exterminadora, que amanhã procurarão justificar, como já o fizeram em 1914, como sendo a guerra em defesa dos interesses superiores da ... civilização!<sup>452</sup>

---

muitos fatos da atuação anarquista na revolta tenentista de São Paulo em 1924 foram apresentados. Cf.: (RODRIGUES, 1998, p. 37 e 50; ROMANI, 2009, p. 51).

<sup>450</sup> Por uma Rússia livre: manifesto dos anarquistas russos. **A Plebe**, São Paulo, 13 abr. 1935. Ano 3, nº 86, p. 04.

<sup>451</sup> A respeito de Maximov e da revista *Delo Truda* Cf.:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gregori\\_Maximoff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gregori_Maximoff)>

<[https://en.wikipedia.org/wiki/Dielo\\_Truda](https://en.wikipedia.org/wiki/Dielo_Truda)>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

<sup>452</sup> A marcha a ré da revolução russa. **A Plebe**, São Paulo, 25 maio 1935. Ano 3, nº 89, p. 04.



O artigo é sem autoria e aponta para o fato da aproximação diplomática da URSS, naquela época, com países como a França e a Grã Bretanha, indicando Litvinoff – que era o comissariado dos assuntos exteriores da Rússia – de articular esta política de Stálin, para um “conluio macabro de alianças”, que poderia conduzir a uma nova guerra mundial como em 1914. Antevendo uma nova hecatombe bélica nestas manobras diplomáticas, esse artigo é interessante porque indica as críticas dos anarquistas em uma época em que a visão negativa internacional sobre a Rússia tinha sido atenuada – mesmo com as perseguições internas no país. Isso porque nesse momento houve uma projeção negativa maior do capitalismo no Ocidente, devido aos efeitos da crise econômica global (LEWIN, 2007a, p. 466).<sup>453</sup>

No segundo semestre, finalmente os trotskistas publicaram uma longa matéria sobre as políticas de Stálin na URSS. Nesse texto que indicava o “secretariado internacional da Liga Comunista Internacionalista” – que era a organização dos seguidores de Trotsky no Brasil – as condenações a política externa russa foram também incisivas:

[...] Hoje não ha mais nem um só operario, mesmo o mais atrazado politicamente, que não saiba que os burocratas soviéticos acabam de trair definitiva e publicamente o proletariado internacional. Pela primeira vez, Staline disse abertamente a verdade, isto é, repudiou aos olhos do mundo o internacionalismo revolucionario e passou para a plataforma do social-patriotismo. [...].<sup>454</sup>

Estas condenações dos trotskistas estavam associadas ao fato de Stálin ter promovido uma aproximação diplomática também com a Alemanha, nos inícios dos anos 1930, por interesses econômicos, comerciais e militares. Contudo, devido às políticas sectárias da IC – de “classe contra classe” –, que isolou ainda mais os comunistas na Alemanha, a III Internacional não conseguira evitar a ascensão de Hitler naquele país (PIPES, 2008, p. 327-328; CAMPOS, 1985, p. 11-12). Tanto que há muitas outras indicações nesta longa matéria que indicam uma “capitulação à Hitler”. Então, essa política desastrosa da URSS foi vista por Trotsky como uma comprovação que os PC’s alinhados a III Internacional tinham se tornado um obstáculo para a revolução, pois eram irreformáveis. Assim, ela passava a articular, desde 1933, a formação de uma IV Internacional, a Internacional trotskista, que acabaria sendo formada em 1938 (CAMPOS, 1985, p. 12). O mito da III Internacional, assim, era agora soterrado pelos trotskistas.

<sup>453</sup> A respeito de Litvinoff Cf.: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Maxim\\_Litvinov](https://en.wikipedia.org/wiki/Maxim_Litvinov)>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

<sup>454</sup> Staline assignou o attestado de obito da III Internacional. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, ago. 1935. Ano 5, nº 26, p. 01.

Observamos ao longo desta última seção sobre a Rússia Soviética no período stalinista algumas diferenças fundamentais entre a cobertura anarquista e trotskista na imprensa operária e militante que devem ser destacadas. Houve muitas opiniões críticas dos trotskistas às políticas de Stálin na URSS, no sentido da perda das perspectivas internacionalistas da revolução socialista, das denúncias contra o patriotismo que isso acarretava e as perseguições contra os próprios trotskistas na Rússia. Contudo, as razões de Estado não permitiram que eles salientassem as violências do regime contra a população – porque até então a URSS era tida como um “Estado proletário deformado”, que poderia ser reconquistado. Isso, pelo menos, não na mesma intensidade e profundidade com que os anarquistas denunciaram as violências internas – principalmente quanto a questão da coletivização camponesa e a exploração humana que isso gerou. Assim como destaca-se também entre os libertários as críticas sobre o nacionalismo e o militarismo naquele país.<sup>455</sup>

#### 4.2.3. “Revolução”, guerra civil e frente única

No início deste capítulo chamamos atenção ao fato de que as crises políticas dos finais dos anos 1920, que culminaram na queda da Primeira República e início da Segunda República, terem correspondido, em grande parte, a conflitos que ocorreram no interior das oligarquias dominantes – intensificadas pelos descontentamentos das oligarquias dissidentes. Processo este que se configurou na formação da Aliança Liberal e que, com a conspiração desta aliança em conjunto com líderes do tenentismo, abriu-se caminho, assim, para a derrubada de Washington Luís e a chamada “*Revolução Liberal de 1930*” – com a posse de Getúlio Vargas em novembro daquele ano. Entretanto, uma “revolução” que não foi a “revolução” que era esperada pelas correntes políticas de esquerda do movimento operário, até mesmo porque comentamos que este processo político foi um golpe de Estado, empreendido por setores das classes dominantes. Um golpe que também pode ser interpretado como uma manobra preventiva destas classes dominantes para manter o seu domínio ante as ameaças vindas de baixo, do movimento operário. Qualificar estes acontecimentos de “revolução” teria servido, portanto, para apagar a memória das lutas de classes que se realizavam desde a crise da “República Velha” (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 410).

---

<sup>455</sup> Nesta última seção de análise da imprensa operária sobre a Rússia Soviética, entre 1931 a 1935, foram catalogados 35 artigos jornalísticos sobre a temática, entre as quais 15 foram analisados.

Nesta seção trabalhamos, então, com as repercussões destes eventos, que não foi bem uma “Revolução”, na imprensa das correntes políticas que influenciavam o movimento operário. Porém, vimos também que o novo regime instituído nesta “Revolução Liberal” muito cedo já sofreu fortes contestações. Divergências tanto entre as elites – como o rompimento do Partido Democrático com a Aliança Liberal –, processo este que acabou resultando na *Guerra Civil Paulista de 1932* (PANDOLFI, 2007, p. 22). Quanto a enfrentamentos advindos da oposição de esquerda – dos comunistas e de setores descontentes do tenentismo com o governo de Vargas – que culminou, por sua vez, na formação da ANL (*Aliança Nacional Libertadora*), uma pretensa “frente única” anti-imperialista e anti-integralista, devido a ascensão do fascismo nacional representado pelos integralistas. Esta aliança de “frente única”, que consistiu na ANL – em grande parte com o envolvimento de comunistas e setores descontentes do tenentismo com a “revolução” de 1930 – abriu oposição a Getúlio Vargas e influenciou na insurreição comunista de 1935 (VIANNA, 2007a, p. 80-81). Assim, estes eventos consistiram nas crises políticas do período da Segunda República e que serão os temas analisados na imprensa operária aqui pesquisada.

Enfatizamos, que o movimento operário em refluxo, desde as medidas repressivas do governo Washington Luís, volta a se organizar rapidamente ainda em fins de 1930, aproveitando-se da desarticulação institucional do golpe de Estado, por meio da ação de anarquistas e trotskistas na reorganização do movimento sindical. Dessa forma, os primeiros a se manifestarem, poucos meses depois da posse de Getúlio Vargas, foram os trotskistas, até mesmo porque o jornal deste grupo, *A Luta de Classe* já estava estruturado desde 1930:

No seu famoso manifesto de Porto Alegre, em que procurava explicar e justificar os motivos da mashorca de outubro de 1930 o sr. Getulio Vargas caracterizou esse movimento como uma “contra-revolução”. O presidente do Rio Grande do Sul tinha, pois, consciencia do golpe de Estado typico que dava, mas isto não o impediu que se arvorasse logo a seguir em “chefe civil da revolução”, para satisfazer certamente os arretados elementos militares das revoltas de 1922 e 24 que participavam, carregados de galões e de ridiculo, da sua aventura guerreira.

Installou-se no poder a dictadura. A crise brasileira ainda mais se aprofundou, sob o jogo das contradicções das proprias forças da burguezia e da pressão instintiva das massas trabalhadoras, sobre as quaes recáe todo o peso da crise que o paiz atravessa.<sup>456</sup>

Comentando os últimos acontecimentos políticos que constituíram na “Revolução de 1930”, os trotskistas argumentavam que Getúlio Vargas, no seu “famoso manifesto de Porto

<sup>456</sup> A transformação fascista da “Revolução Liberal”. *A Luta de Classe*, Rio de Janeiro, fev.-mar. 1931. Ano 2, nº 6, p. 02.

Alegre”, procurava justificar a “mazorca” (perturbação da ordem) de outubro de 1930. Ocasão em que Vargas, segundo os redatores de *A Luta de Classe*, caracterizou aquele movimento de “contrarrevolução”. Não conseguimos ter acesso ao documento em questão, mas sabemos que nesse referido Manifesto de Porto Alegre – lançado possivelmente logo em 4 de outubro de 1930, quando as tropas militares revolucionárias já tinham tomado a cidade – Getúlio Vargas conclamou os gaúchos à luta contra o governo. Era o início da “Revolução Liberal”, que iria derrubar Washington Luís em 24 de outubro e empossar Getúlio em novembro (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 407; DULLES, 1977, p. 357).<sup>457</sup>

Para os trotskistas, Getúlio Vargas, que tinha sido até então o presidente (governador) do Rio Grande do Sul, tinha consciência do golpe de Estado que empreendia. Contudo, o que não o impediu de querer se tornar o “chefe civil da revolução”, para satisfazer os “militares arretados” das revoltas de 1922 e 1924 – referindo-se as lideranças tenentistas. De fato, a condução do movimento “revolucionário” de 1930 ficou a cargo dos tenentistas e de grupos de políticos civis, que por afinidade às posições políticas dos tenentistas, ficaram conhecidos como os “tenentes civis” (PANDOLFI, 2007, p. 17). Assim, a despeito da heterogeneidade da Aliança Liberal que derrubou Washington Luís, com os seus elementos civis e militares, a plataforma política dos “revolucionários” propunha reformas no sistema político: como a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais – além de defender os direitos sociais básicos voltados a classe operária, como a jornada de oito horas, e a anistia para os perseguidos políticos (PANDOLFI, 2007, p. 16). Contudo, acreditamos que os trotskistas, talvez, tenham alegado que o próprio Getúlio Vargas qualificara aquele movimento de “contrarrevolucionário” como um recurso argumentativo de crítica, devido ao próprio caráter autoritário que os “revolucionários” impuseram desde as primeiras medidas do novo governo provisório. Isso porque, logo após a posse de Getúlio Vargas, foi promulgado um decreto que institucionalizava os poderes discricionários do Governo Provisório – que reunia em suas mãos as atribuições do Poder Executivo e também do Poder Legislativo –, dissolvendo o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e municipais e qualquer órgão legislativo ou deliberativo. Situação excepcional que deveria durar até que fosse eleita uma nova Assembleia Constituinte (GOMES, 1981, p. 14).

Na parte final do trecho que selecionamos – que está logo no início deste artigo, que é longo e que continua em outra página do jornal –, os trotskistas afirmavam, assim, que

---

<sup>457</sup> Sobre o “movimento de outubro”, que deu início a “Revolução” no Rio Grande do Sul, e o Manifesto de Getúlio Vargas Cf.: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30/RevolucaoRS>>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

“instalou-se no poder a ditadura”. Uma ditadura, então, que aprofundara a crise brasileira “sob o jogo das contradições das próprias forças da burguesia” – e, também, devido a “pressão instintiva das massas trabalhadoras”. Ao longo deste artigo, que é muito extenso, os trotskistas desenvolveram a argumentação que, com as contradições e conflitos de classe no Brasil – entre a burguesia e o proletariado –, no aprofundamento da “crise brasileira”, a burguesia, representada pelo Governo Provisório, cada vez mais lançaria mão de métodos de dominação fascistas para manter o controle. Daí o título do artigo: “A transformação fascista da ‘Revolução Liberal’”. Isso é importante porque revela as concepções que os trotskistas tiveram daqueles eventos. O emprego de “métodos fascistas” se referia ao recrudescimento de políticas autoritárias do governo contra o movimento operário, mas também se expressava nestas apreciações as interpretações marxistas dos trotskistas, baseado sobre a análise das lutas de classes. Enfatizar as “contradições” da própria burguesia consistiam, possivelmente, em ressonâncias do pensamento trotskista no Brasil – que como vimos foi impulsionado por Mário Pedrosa e Lívio Xavier – onde a existência de governos fortes e centralistas no país permitiu a ocorrência de conflitos internos no seio das próprias classes dominantes. Uma interpretação, como vimos, que obteve o mérito de reduzir a crise brasileira às contradições dos interesses entre o imperialismo inglês e estadunidense – como fazia o PCB (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 398-399).

Mais tarde, em maio, a imprensa anarquista retornava aos debates da opinião pública militante e se inseria nas discussões sobre a “Revolução de 1930”. Primeiramente pelo jornal *O Trabalho*, na única edição de que dispomos, encontramos, assim, um artigo muito significativo, novamente do polêmico militante Florentino de Carvalho:

Ao reaparecermos no cenário das lides jornalísticas em prol da Justiça e da Liberdade, norteados pelas idéas que consubstanciam a philosophia anarchista, cumprenos, em face da actual perturbação economica, politica e social, das agitações e explosões revolucionarias, definir a nossa attitude de militantes de uma corrente social iconoclasta e libertaria [...]

[...]

As nossas convicções sobre a inabilidade da politica, na vida de relação, quér pelo principio de dominação que transpira dos seus postulados, feitos de duplicidades, incoherentes e simulações, quer pela immoralidade dos respectivos chefes, azues, brancos ou vermelhos, são inabaláveis.

Póde haver, e, de facto ha, em todos os partidos, homens honestos, desinteressados, sonhadores, mas não é mesnos certo que, destes, muitos se corrompem e, os que permanecem fieis a si mesmos, são levados de roldão pela onda dos immoraes, dos ambiciosos e aproveitadores, que constituem o eixo, a força do dinamismo politico.

[...]

O nosso repudio das actividades politicas não significa que havemos de permanecer indifferentes ao desenrolar dos acontecimentos. Estamos em aberta opposição aos partidos politicos, auctoritarios e tyrannicos, mas fazemos constar que a nossa opposição está em razão directa do grau de auctoritarismo em que os mesmos, respectivamente, se encontrarem hoje, ou prometterem para o futuro.

[...] Como revolucionarios e libertarios proclamamos uma revolução mais profunda, de mais amplos horizontes – a Revolução Social.

[...]

Nós não constituimos a vanguarda ou a direcção da revolução, ou das classes revolucionarias. Nós não concebemos, como os politicos concebem, a revolução vinda de cima, dos dirigentes, a base das leis, de decretos, nós concebemos a revolução vinda de baixo para cima, feita pelos humildes, os famintos, os maltrapilhos. Com estes, nós nos hombreamos, nos unimos como irmãos, para a lucta em favor da grande causa social.<sup>458</sup>

Ao retornarem ao cenário jornalístico, como destaca Florentino de Carvalho, os anarquistas se viam na necessidade de definir as suas posições – “iconoclastas e libertárias” – diante das “perturbações” econômica, política e social que o país atravessava. E aqui devemos lembrar que, além da crise política e social que o Brasil sofria, ainda havia uma retração econômica sob os efeitos da crise mundial de 1929, que muito dificultou a vida da classe trabalhadora com um desemprego acentuado e diminuição dos salários – além de uma política monetária e orçamentária rígida por parte do governo, para manter a estabilidade da moeda (DEL ROIO, 1990, p. 198; CARONE, 1973, p. 103).

Florentino de Carvalho, que fala de forma a representar as opiniões de um coletivo, reafirma as convicções dos anarquistas da inutilidade e da frivolidade da “política” “na vida de relação”, isto é, para a sociedade. Isso porque esta “política” é pautada “pelo princípio de dominação” e pela “imoralidade dos chefes”, sejam estes “azuis”, “brancos” ou “vermelhos” – querendo se referir a todas as tendências e partidos políticos que almejam conquistar o poder, e fazendo uma referência indireta aos comunistas, os “vermelhos”. Florentino reconhece, entretanto, que pode haver homens honestos na política, bem-intencionados, mas que logo se corrompem ou são levados, atropeladamente, na onda dos ambiciosos, imorais e aproveitadores que constituem o “dinamismo” da própria “política”.

A partir daqui devemos chamar a atenção, e recordar, que a visão de luta política do anarquismo partia, sempre, da “periferia”, ou seja, de uma visão “periférica da política”, pois quando os anarquistas se opunham a “política” eles estavam fazendo uma crítica a estrutura autoritária inerente ao Estado. Estrutura esta que acaba resultando na alienação e na falta de controle dos pobres, dos mais explorados, sobre os destinos de suas próprias vidas e da

---

<sup>458</sup> A Nossa Attitude em face do momento revolucionario. **O Trabalho**, São Paulo, 1 maio 1931. Ano 1, nº 1, p. 03.

sociedade em que vivem (JONG, 2008, p. 44). Por isso, uma “concepção periférica” da política que enfatizava as necessidades das camadas mais marginalizadas e que mais sofriam coação, condenando uma visão a partir do “centro” – das necessidades e da lógica do Estado e da conquista política do Estado.

Não nos cansamos de salientar esses pontos porque eles serão fundamentais, como veremos, para uma melhor interpretação do pensamento anarquista. Tanto, que em seguida, Florentino de Carvalho oferece pistas desta “outra visão da política” que os anarquistas defendiam. Como quando ele explica, que com “o nosso repúdio das atividades políticas”, isso não queria dizer que os anarquistas eram “indiferentes” aos acontecimentos que se sucediam – referindo-se à “Revolução de 1930”, sempre de forma indireta, sem citar o evento. Pelo contrário, Florentino afirmava que eles, os anarquistas, se declaravam em oposição a todos os partidos políticos, uma oposição que era proporcional ao autoritarismo de todos os partidos. Assim, Florentino realçava e dava a entender, que os anarquistas, como “revolucionários e libertários”, rejeitavam aquela “revolução” – a liberal de 1930 – porque desejavam uma revolução mais profunda e de horizontes mais amplos: a “Revolução Social”.

Dessa forma, na parte final, Florentino conclui o raciocínio explicando no que consistia a visão de revolução para os anarquistas – diante daquela “revolução” das elites que era imposta pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas. Florentino faz questão de deixar bem claro que eles, os anarquistas, não se colocavam como a “vanguarda” ou a “direção” da revolução, nem como “vanguarda” das classes revolucionárias”. Isso porque os anarquistas não concebiam, como “os políticos concebem”, a revolução como um fenômeno vindo “de cima” – a partir de “dirigentes”, “leis” e “decretos”. Assim, a “revolução” dos anarquistas só poderia ser uma revolução “vinda de baixo para cima” – da “periferia” contra o “centro” – em uma revolução realizada pelos “humildes”, “famintos” e “maltrapilhos”. Seriam apenas com estes, portanto, que os anarquistas se uniriam, ombro a ombro, se igualando em importância – sem querer se levantar acima da “massa”, para conduzi-la em nome de uma “vanguarda”. Em uma luta, então, “como irmãos”, em prol “da grande causa social” – elementos que consistiam nas representações da “revolução social” dos anarquistas. Uma “revolução”, sendo assim, que não consistisse em uma mera “revolução política” – de trocas de governos, dirigentes ou classes dominantes. A transformação revolucionária, defendida pelos anarquistas, propunha, como sabemos, a derrubada do Estado; e a reconstrução de uma nova ordem social, “de baixo para cima”, a partir da total descentralização do poder político (JONG, 2008, p. 20-22).

A partir deste artigo no jornal *O Trabalho*, Florentino de Carvalho realizava um esboço de uma análise anarquista dos eventos da “Revolução de 1930”, com uma

interpretação que consistia basicamente em apontar que nenhuma troca de governo resolveria os problemas sociais. Porém, mais profundamente ainda, ele deixava claro qual era o posicionamento dos anarquistas diante daquela “revolução” – e que seria, portanto, de total oposição. Não encontramos, até onde alcançou a nossa pesquisa, nenhuma referência a este artigo de Florentino de Carvalho entre os trabalhos historiográficos que utilizamos. De acordo com as contribuições de Bonomo (2007, p. 75-76), que também analisa esse mesmo tema na imprensa anarquista – inclusive com fontes documentais que também utilizaremos adiante – o posicionamento dos anarquistas em relação a “Revolução de 1930” teria sido bem diferente das atitudes assumidas diante da sedição militar tenentista de 1924. De fato, agora, não havia qualquer tipo de adesão, simpatia ou apoio aos movimentos políticos da crise brasileira – ainda que fossem para tentar conduzir os eventos para caminhos libertários, como foi em 1924. Assim, o posicionamento coletivo dos anarquistas teria sido o de “anulem-se” “politicamente em um momento de efervescência política do país (BONOMO, 2007, p. 76).

Entretanto, a partir do artigo de Florentino de Carvalho, acreditamos que, em parte, as avaliações de Bonomo (2007) estejam equivocadas. Assim afirmamos porque os posicionamentos de Florentino de Carvalho não consistiam em uma “anulação política” dos anarquistas, pois observamos que, apesar de negar qualquer adesão a “Revolução Liberal”, Florentino enfatizava uma outra visão da política pelos anarquistas, a visão “periférica”, propondo uma “revolução social”. Sem mencionar que, o fato de os anarquistas não aderirem àquele movimento político, estava longe de indicar uma “anulação” política a ponto de não influenciarem naquele “momento de efervescência do país”. Isso porque, como vimos anteriormente, a atuação dos anarquistas no movimento sindical – contra as medidas de Getúlio Vargas – foram intensas nos anos 1930 e, até mesmo, houve tentativas de novas atuações fora do âmbito sindical – em atividades educativas e culturais, em que a fundação do CCS em 1933 foi uma das maiores expressões.

Acreditamos que estas avaliações equivocadas partem do ponto de perspectiva que é assumido. De acordo com Jong (2008, p. 33), a maior compreensão das “áreas periféricas”, e, no caso, de um grupo político “periférico” como os anarquistas, que negavam a “política normal”, depende em abandonar o hábito de olhar estas manifestações marginalizadas da política do ponto de vista do “centro”, da política institucional e do Estado. Equívocos que podem decorrer no erro, assim, de considerar a experiência anarquista como uma manifestação meramente “pré-política”. Assim: “O que é ‘pré-político’ aos olhos de um centro é, em geral, puramente político [...]. O que é considerado pelo centro como um



processo político ‘normal’ muitas vezes é experimentado como opressão pelos habitantes das ‘áreas periféricas’” (JONG, 2008, p. 33).

No fim do ano de 1931, no jornal oficial da FOSP, *O Trabalhador*, os anarquistas publicavam outras considerações sobre o movimento de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder:

Os libertarios, quando uma parte do povo acclamava aos chefes da “revolução” de Outubro, declaravamos que a obra destes havia de ser em um todo semelhante a dos seus antecessores. Conheciamos a obra de todos elles e sabíamos que todo o phraseado da demagogia dos Getulios, dos Luzardos, dos Collor e dos Aranhas, não passava de um anzol para melhor conquistarem postos de dominação.

O primeiro grito de alarme foi lançado por nós, e denunciavamos o perigo que constituia para as liberdades publicas a confiança dos novos dirigentes, aconselhando a luta contra todos os lacaios do capitalismo nacional e o imperialismo estrangeiro.<sup>459</sup>

Este artigo é assinado pelo comitê do Ateneu Libertário de Cultura Social, indicando São Paulo em dezembro de 1931. Não conseguimos identificar exatamente de qual “Ateneu” se trata neste artigo. O que sabemos é que os Ateneus Libertários eram formas de organização anarquista autônomas que consistiam em associações de caráter cultural, científicas ou literárias – constituindo-se como entidades não oficiais de instrução e educação, secundária e acadêmica, para suprir as deficiências de formação dos trabalhadores. Esta fonte indica que em fins de 1931 os anarquistas de São Paulo articulavam Ateneus como este – e houve outros em períodos anteriores – e que, portanto, talvez este Ateneu Libertário de Cultura Social possa ter influenciado na formação do Centro de Cultura Social (CCS) de 1933, como remanescente de entidades culturais anteriores.<sup>460</sup>

Os anarquistas do Ateneu, portanto, relembram dos acontecimentos de 1930 e se referem a “revolução de outubro”, que nesse caso foi quando os aliancistas gaúchos (da Aliança Liberal) se sublevaram contra o governo federal em Porto Alegre, comentado no início desta seção. Em torno da figura de Getúlio Vargas, portanto, se encontravam nomes importantes destes aliancistas que representavam a oligarquia gaúcha, comentados ironicamente pelos anarquistas: como os de Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha (FERREIRA;

<sup>459</sup> Athneu Libertario de Cultura Social: aos trabalhadores e ao povo em geral. **O Trabalhador**, São Paulo, 5 dez. 1931. Ano 1, nº 2, p. 04.

<sup>460</sup> Trazemos estes dados a respeito dos Ateneus Libertários, cuja as primeiras experiências surgiram na Europa na segunda metade do século XIX – associações culturais libertárias estas que também existiram no Brasil desde inícios do século XX – das memórias do militante Jaime Cubero, que foi um dos fundadores do CCS. Cf.: <[http://ccssp.com.br/ccs/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=55](http://ccssp.com.br/ccs/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=55)>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

PINTO, 2006, p. 407). Assim, os militantes do Ateneu apontavam que, enquanto “uma parte do povo aclamava os chefes da ‘revolução’”, eles, os anarquistas, alertavam que estes políticos eram semelhantes aos “seus antecessores”, pois conheciam “a obra de todos eles” – repleta de demagogia. Com isso, eles apontavam “que o primeiro grito de alarme” foi lançado por eles, os anarquistas, dos perigos que este novo governo representava para as “liberdades públicas” – incitando a luta contra os lacaios do capitalismo nacional e do imperialismo estrangeiro.

Em outras passagens deste artigo, os libertários denunciavam a formação do Ministério do Trabalho por Getúlio Vargas, assim eles enfatizavam que suas previsões estavam corretas, devido as intenções daqueles dirigentes que não eram confiáveis. Esta fonte jornalística é citada por Bonomo (2007, p. 81) como um exemplo da postura dos anarquistas de não participação nos eventos da “Revolução de 1930”, uma abstenção para preservar a pureza dos princípios ácratas. Contudo, também acreditamos que é interessante salientarmos a crítica que os anarquistas fizeram da “demagogia” destes políticos da Aliança Liberal, em um momento em que grande parte da população tinha apoiado o movimento. Uma crítica que não partia apenas das desconfianças dos anarquistas para com a “política”, mas que também apontavam para aspectos importantes da ascensão de Getúlio Vargas.

No ano de 1932 outros periódicos entrariam nas discussões sobre a crise política brasileira, que seria ainda mais agravada pela guerra civil paulista que se deflagraria em julho daquele ano. Porém, antes disso, encontramos mais um posicionamento importante a respeito da “Revolução de 1930” que vale a pena ser destacado, pois foi publicado no jornal do comunista dissidente Antonio Bernardo Canellas, *O 5 de Julho*. O artigo, que segue a descrição típica desta folha com o anonimato, versava sobre a participação do proletariado naquela revolução:

Não é justo que recaia unicamente sobre o “Club 3 de Outubro” e outras organizações revolucionarias, todo o peso do labor constructivo da Revolução. O proletariado, como classe ascendente da sociedade moderna, deve, nos limites que lhe são designados pelas circunstancias, participar da obra revolucionaria.

[...]

Ha, nas camadas mais inteligentes e esclarecidas da corrente revolucionaria, a compreensão bem clara de que a questão social não é um caso de policia. Assim tambem, o apparecimento, entre as classes trabalhadoras, de certas doutrinas de applicação inexiquivel para nós, actualmente e num futuro proximo, não deve ser encarado como uma causa directa de perturbação social e sim um effeito logico do desequilibrio economico. Esta é que é causa a ser removida, para se conseguir uma harmonia de esforços entre o

proletariado e o poder revolucionario, dentro dos limites traçados pelas circunstancias historicas.<sup>461</sup>

Não temos como precisar se este artigo tinha sido escrito pelo próprio Antonio Bernardo Canellas ou se por outros redatores e colaboradores do jornal. O importante é que o texto afirmava, e defendia a ideia, de que o “Clube 3 de Outubro”, e “outras organizações revolucionárias”, não podiam ficar com “todo o peso” da responsabilidade da parte “construtiva” da “Revolução”. Não sabemos que “outras organizações revolucionárias” o artigo possa estar se remetendo, contudo, o “Clube 3 de Outubro”, ao qual se refere, trata-se de uma tentativa que houve na época de uma organização nacional do movimento tenentista, que criou este Clube em fevereiro de 1931. Assim, o Clube 3 de Outubro pretendia ser um grupo de pressão política junto ao Governo Provisório de Vargas, mas que o apoiava, e um centro de discussão e debate para que as contendas políticas entre os militares fossem trazidas para dentro do Clube – para evitar que os conflitos contaminassem os quartéis (PANDOLFI, 2007, p. 21-22). O Clube 3 de Outubro – que trazia a data de quando se deflagrou a “Revolução” de 1930 – trazia críticas ao federalismo oligárquico e, no programa do clube, constava, entre outras coisas, a defesa de um governo central forte; a intervenção do Estado na economia; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou confisco e a nacionalização de vários ramos da atividade econômica (PANDOLFI, 2007, p. 21-22).

Ao que parece, este programa político agradava os militantes e comunistas envolvidos no jornal *O 5 de Julho*, que apresentaram perspectivas positivas em relação ao Clube 3 de Outubro e da própria “Revolução de 1930” a que este clube estava envolvido. Porém, enfatizavam que o proletariado, “como classe ascendente da sociedade moderna”, também deveria participar daquela experiência “revolucionária”. Para que isso pudesse ocorrer – a união de esforços entre o “proletariado e o poder revolucionário”, isto é, com os elementos “revolucionários” que se encontravam no governo –, contudo, teria de haver a compreensão, entre os mais esclarecidos da “corrente revolucionária”, que a “questão social” não poderia ser tratada como um caso de polícia. E de que a existência de “certas doutrinas” entre a classe trabalhadora – inviáveis para o Brasil naquele momento – eram causas diretas do “desequilíbrio econômico”.

Estas posturas eram bem distintas das outras correntes envolvidas na imprensa operária e militante, opostas aos dos anarquistas – que condenavam qualquer participação naqueles eventos – e, ao mesmo tempo, diversas das dos stalinistas do PCB e dos trotskistas –

---

<sup>461</sup> O proletariado e a Revolução. *O 5 de Julho*, Niterói, 14 mar. 1932. Ano 8, nº 85, p. 03.

que reconheciam aquela “Revolução” como um golpe de Estado das elites, e não propunham aderir a ela. Assim, o que os redatores de *O 5 de Julho* estavam defendendo era que o proletariado fosse admitido, também, como um protagonista daquela “Revolução”, desde que fosse compreendido pelos seus dirigentes – os elementos “revolucionários” e do Clube 3 de Outubro – que a “questão social”, os problemas sociais da classe trabalhadora, não fossem entendidos como um problema de ordem pública. Assim, eles ponderavam as desconfianças de classe em relação ao proletariado, argumentando que a “existência de certas doutrinas” nesse meio operário – e aqui podemos pensar no anarquismo e no próprio comunismo – eram impraticáveis naquele momento e que eram reflexos dos conflitos das próprias desigualdades econômicas. Uma postura que parece expressar uma esperança de que poderia haver alguma inclinação progressista entre os membros tenentistas do Clube 3 de Outubro, até mesmo porque esse jornal, e o seu diretor Antonio Bernardo Canellas, como vimos, historicamente eram apoiadores e entusiastas das revoltas tenentistas e da Coluna Prestes.

No entanto, o Governo Provisório de Getúlio Vargas foi caracterizado por uma política intervencionista e de maior controle do governo central sobre os Estados e as oligarquias locais, uma política que era apoiada pela ala tenentista – isso porque, como já destacamos, os líderes tenentistas almejavam solapar as bases do poder político das oligarquias tradicionais (PANDOLFI, 2007, p. 17-19). Com isso, já em fins de 1931 em diante, para se contrapor aos avanços do tenentismo, várias facções oligárquicas que haviam se dividido na conjuntura pré-revolucionária de 1930 se reagruparam e exigiram o fim do regime discricionário e a reconstitucionalização do país. É nessa ocasião que o Partido Republicano Paulista – o grande derrotado na “Revolução de 1930” – se reorganiza e se alia ao seu opositor, o Partido Democrático – um dos vitoriosos de 1930 –, formando-se assim a “Frente Única Paulista”. Essa era a origem imediata dos conflitos políticos que iriam resultar na chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932, tal como designavam os seus apoiadores. Tratava-se da *guerra civil paulista* daquele ano, iniciada em 9 de julho, e que iria consistir na pior guerra civil vivida pelo país. Este conflito, onde o Estado de São Paulo, sozinho, enfrentou militarmente o governo federal de Getúlio Vargas, durou apenas três meses e os paulistas, isolados, foram vencidos e rendidos em 2 de outubro (PANDOLFI, 2007, p. 22 e 25-26).

Estes acontecimentos também repercutiram profundamente na imprensa operária, pois tratava-se da pior crise política da República até então, com o aparecimento de novos agentes que, naquele contexto, passaram a também se reconhecerem como “revolucionários” – no caso muitos apoiadores da causa paulista. Assim, em meio ao turbilhão daqueles eventos e

acontecimentos tensos, o jornal *O Trabalhador* da capital paulista, porta voz oficial da FOSP, publicava uma nota de editorial importante, logo na capa da edição de julho, dando orientações indispensáveis ao proletariado naquela difícil ocasião:

A Federação Operaria de S. Paulo e os elementos libertarios, alheio como sempre estiveram as campanhas politicas, vêm a publico declarar que nada tem que ver com o actual movimento politico militar. Correndo, ao mesmo tempo o boato de uma provavel greve geral, que seria provocada pelos industriaes, para prestar solidariedade á situação, prevenimos aos trabalhadores para que não atendam a nenhuma proclamação, indicação ou incitamento, que não partam diretamente da F.O.S.P. e organizações a ella aderentes.

TRABALHADORES! Todos deveis estar a postos e em condição de fazer respeitar os vossos direitos, as vossas reivindicações. As liberdades individuaes e collectivas, a existencia das organizações trabalhistas e todos os processos de propaganda oral ou escripta, não podem periclitir, seja qual for a facção politica dominante.<sup>462</sup>

Logo abaixo desta nota estava assinado como “o Comitê Federal”, apontando São Paulo em 12 de julho de 1932, tratava-se, então, dos posicionamentos da FOSP – apenas três dias após se deflagrar as hostilidades militares entre São Paulo e o Governo Provisório. A Federação, assim, conjuntamente com “os elementos libertários”, declarava que sempre estiveram alheios as “campanhas políticas” e que não poderiam compactuar, então, com aquele “movimento político militar”. Comentando o boato de que poderia ocorrer uma greve patronal dos industriais, em solidariedade a São Paulo, os anarquistas aconselhavam os trabalhadores a não atenderem a nenhuma convocação que não partisse da própria FOSP e suas organizações aderentes. No final – a nota é curta e transcrevemos na íntegra – os anarquistas insistem, que mesmo em meio a guerra civil, os trabalhadores deviam continuar firmes na luta pelos seus direitos e reivindicações, pois todas as liberdades, individuais e coletivas – e de organização e de expressão – não poderiam correr riscos, independente de qual “facção política” vencesse o conflito.

Na verdade, em grande parte, estas declarações da FOSP também poderiam estar sendo retóricas naquele momento, ainda que involuntariamente, não pela falta de sinceridade de suas posições políticas, mas por constituírem em apelos que encontravam reduzida ressonâncias na opinião pública mais ampla, em meio ao calor daqueles acontecimentos. Como indicamos, este posicionamento da FOSP foi publicado apenas três dias após se iniciar os conflitos. Assim, precisamos considerar que o desenvolvimento daquela guerra civil tinha

---

<sup>462</sup> Ao Povo de São Paulo. *O Trabalhador*, São Paulo, jul. 1932. Ano 1, nº 7, p. 01.

sido fruto de uma conspiração política e insurrecional – envolvendo o Partido Democrático, o Partido Republicano, a Força Pública do Estado e toda a burguesia paulista (CARONE, 1973, p. 53). Contudo, com as oposições das elites paulistas contra a política centralizadora de Getúlio Vargas, exigindo mais autonomia para São Paulo, as insatisfações da população paulista atingiram tal ordem que houve uma adesão em massa à “revolução”. Ocasão esta em que as fábricas foram adaptadas para produzir material bélico para a campanha, organizou-se mobilizações da população civil para o alistamento militar e para angariar fundos para a guerra (PANDOLFI, 2007, p. 25). Foi uma situação que acabou isolando politicamente os anarquistas, que se mantiveram coesos para manter a neutralidade, ao menos, do proletariado.

Esta fonte também é comentada por Silva (2018, p. 286), mas sem grandes aprofundamentos e análises, porém não é citada por Bonomo (2007). Apesar de aparentemente constituir um texto que apenas só reafirmava a posição de neutralidade dos anarquistas, em relação a movimentos políticos que propunham uma “revolução política” – de trocas de dirigentes – este artigo tinha o mérito de alertar os trabalhadores a respeito de ilusões graves. Isso porque os anarquistas salientavam, que independente da “facção política” que vencesse os conflitos, os direitos dos trabalhadores estavam ameaçados, por isso todos deviam “estar a postos”. Uma postura que não partia apenas de convicções ideológicas, porque naquele momento as autoridades de São Paulo também aproveitaram a situação política para empreenderem severa repressão contra o movimento operário e particularmente os anarquistas (DEL ROIO, 1990, p. 230).

Outras fontes da imprensa anarquista ainda abordaram os eventos desta guerra civil. Entretanto, é importante destacar que houve na época uma análise anarquista interessante destes acontecimentos. O conhecido libertário Florentino de Carvalho publicou um livro ainda naquele ano, no qual observamos que, já em fins de 1932 e 1933, passa a ser divulgado pela própria imprensa anarquista, cujo título consistia: *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*. Neste livro, Florentino de Carvalho, diante dos dois autoritarismos em luta – o governo paulista e o de Getúlio Vargas – reconhece as diferenças entre estas forças e busca o ângulo dos dominados e subalternos – ao qual deposita as suas esperanças de lutas futuras.

Assim, Florentino enfatizava o caráter reacionário, centralista e “fascista” do governo “outubrista” de Vargas, de querer controlar o movimento operário pelo Ministério do Trabalho, como igualmente denunciava os “constitucionalistas” de São Paulo – como representantes das velhas oligarquias e que não almejavam outra coisa a não ser conquistar o poder e manter os seus privilégios (CARVALHO, 2018, p. 33-36). Florentino explica, que

apesar da “arrancada paulista” empolgar as classes burguesas e de ter havido grandes manifestações de civismo, o proletariado foi a única classe que não aderiu por completo, pois haviam operários rebeldes à guerra que acabaram, dessa forma, sendo reprimidos pelas autoridades paulistas (CARVALHO, 2018, p. 24). Dessa maneira, para Florentino de Carvalho aquele conflito não tinha sido uma “guerra civil”, mas sim o sacrifício de inocentes, e que houve protestos contrários – também dos estudantes – e que muitos aderiram a guerra devido ao seu estado de miséria e às promessas de receberem ajudas materiais as suas famílias (CARVALHO, 2018, p. 26-27). Essas análises, como vimos, se aproximavam muito da visão “periférica” que Florentino de Carvalho ofereceu a respeito da “Revolução de 1930”, analisada na fonte de *O Trabalho*, já que é uma análise voltada ao reconhecimento da situação e necessidades das camadas sociais mais marginalizadas.

Mas como observamos havia opiniões bem diferentes da dos anarquistas dentro do espectro das esquerdas. No mês seguinte a nota de *O Trabalhador*, em plena guerra civil paulista, o jornal de Antonio Bernardo Canellas, *O 5 de Julho*, novamente voltava a se manifestar e, desta vez, fazendo considerações mais amplas, tanto sobre a “Revolução de 1930” quanto da crise da guerra civil em São Paulo:

Logo no dia seguinte da victoria do movimento de Outubro de 1930, se começou a agitar o espantallo do perigo das esquerdas, representado pela acção, propositadamente exaggerada, dos communistas, quando na realidade o unico perigo serio que ameaçava hontem, ameaça hoje e ameaçará amanhã a Revolução Brasileira, é o da direita, representado pelos reaccionarios de todos os matizes.

[...]

Os extremistas da esquerda, isto é, toda a gama socialista até os communistas, não poderiam constituir um perigo serio e real, pois a sua acção só encontra echo no seio das massas quando dirigida contra aquelles que se colocam no sentido contrario á ascendencia histórica – o que não é o caso dos revolucionarios dos 5 de Julho e de Outubro.

[...]

Si ainda depois do esmagamento do movimento armado de S. Paulo os dirigentes da Dictadura não se decidirem a enveredar pelo caminho direito e claro d’uma politica de consolidação e de fortalecimento dos ideiaes revolucionarios, sem compromissos declarados ou obscuros com os Bernardes, Pillas, Borges de Medeiros, etc., então é caso para se desesperar definitivamente do seu tino politico e da sua comprehensão da missão historica que lhes incumbe.<sup>463</sup>

É possível que este artigo, em destaque na capa do jornal, seja do próprio Antonio Bernardo Canellas, pelo estilo discreto e respeitoso nas críticas e também pelo raciocínio que

---

<sup>463</sup> O perigo da direita. *O 5 de Julho*, Niterói, 15 ago. 1932. Ano 8, nº 107, p. 01.

ainda abordava o movimento político dos tenentistas. De acordo com a jornalista Iza Salles (2005, p. 197), que também menciona esta fonte e estudou a vida deste militante, este artigo é do próprio Canellas que, nessa época, segundo ela, já estava desiludido com o Partido Comunista, com Prestes e com os tenentes – já que muitos deles estavam no poder com Getúlio Vargas. Contudo, segundo Salles, ainda assim, no conjunto de suas publicações de *O 5 de Julho*, observa-se a fidelidade aos mesmos princípios idealistas de seus primeiros jornais e dos anos anteriores.

Assim, julgando que seja Canellas, ele inicia o artigo recordando que logo que ocorreu o “Outubro de 1930” – a “Revolução Liberal” – começou uma desproporcional e irrealista preocupação em relação ao “perigo das esquerdas”, representada pelos comunistas. Entretanto, segundo Canellas, o único e maior perigo para a “Revolução Brasileira”, sempre, era o da direita política, representada “pelos reacionários de todos os matizes”. De fato, devemos mencionar, que bem antes mesmo de se iniciar o Governo Provisório de Vargas, logo ao se generalizarem as notícias do levante da Aliança Liberal, a partir de 4 de outubro de 1930, a polícia carioca na capital já começou a perseguir os comunistas mais conhecidos – ocasião em que Octávio Brandão é preso, mas Astrojildo Pereira consegue fugir (DULLES, 1977, p. 357).

Em seguida, Canellas afirma que os “extremistas da esquerda”, de todas as correntes socialistas até os comunistas – e aqui podemos incluir também os anarquistas em seu raciocínio – não são um perigo real, pois a ação destes, segundo ele, só repercutiam nas “massas” quando era dirigida contra àqueles que se colocavam contra a evolução histórica. Porém, para Canellas, esse não era o caso dos “revolucionários” dos “5 de Julho e Outubro – e aqui acreditamos que ele esteja se referindo as lideranças tenentistas, que participaram dos levantes de 5 de julho de 1922 e 1924 e depois aderiram a “revolução de outubro” de 1930.<sup>464</sup>

Na parte final, Canellas trata da guerra civil paulista que estava acontecendo naquele momento. Ele alerta que, se mesmo após o “esmagamento do movimento armado de São Paulo”, os líderes da “Ditadura” (o Governo Provisório) não se direcionarem aos verdadeiros “ideais revolucionários” tudo estaria perdido definitivamente. Para isso, os dirigentes da Ditadura, de acordo com Canellas, teriam que romper definitivamente com os “Bernardes”, “Pillas” e “Borges de Medeiros etc”. Canellas na verdade está se referindo ao ex-presidente

---

<sup>464</sup> Como sabemos, os “tenentes” se definiam como antioligárquicos – propondo a moralização do sistema eleitoral e até mesmo a reforma agrária – e, apesar de Luís Carlos Prestes não ter aderido à Aliança Liberal que derrubou Washington Luís, nesta aliança estavam lideranças tenentistas expressivas que depois apoiaram o governo Vargas: como Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias. Cf.: (PANDOLFI, 2007, p. 16).



Arthur Bernardes e a Borges de Medeiros e Raul Pilla – estes dois últimos eram lideranças gaúchas que tinham participado da “Revolução de 1930”. O que acontecia neste momento é que com a “Frente Única Paulista” – que sustentava uma guerra civil em São Paulo contra Getúlio Vargas – houve, também, a articulação de oposições em outros Estados em apoio a São Paulo, questionando a continuidade do Governo Provisório. Contudo, estes movimentos foram minoritários e facilmente sufocados pelo governo federal – no caso a tentativa de uma “Frente Única Gaúcha” – representados por Borges de Medeiros e Raul Pilla – e um movimento semelhante em Minas Gerais – liderado por Arthur Bernardes (PANDOLFI, 2007, p. 22). O que é possível entender nesse artigo é que, para Canellas, estes conspiradores que queriam derrubar o Governo Provisório pelas armas, ao lado de São Paulo, estariam associados aos “perigos da direita”, que confere o tema ao texto.

Apesar de Salles (2005, p. 197) ter compreendido a desilusão de Canellas nessa época, ao que parece ele ainda nutria algumas últimas esperanças em relação as lideranças tenentistas. O que era cada vez mais contraditório, visto que os membros da Aliança Liberal – ao qual muitos tenentistas se uniram para formar O Governo Provisório – eram conhecidos como os “oligarcas dissidentes” – como o próprio Getúlio Vargas (PANDOLFI, 2007, p. 16). Por outro lado, como observamos, a “Revolução Constitucionalista” de São Paulo representava mais um conflito intraoligárquico onde, inclusive, o comando geral da revolta militar de São Paulo, em 1932, coube, mais uma vez, ao ex-líder tenentista Isidoro Dias Lopes. Assim, com exceção de Luís Carlos Prestes naquele momento, toda a alta cúpula tenentista estava envolvida em plenas disputas de poder entre as oligarquias (PANDOLFI, 2007, p. 25).

No fim daquele agitado e tenso ano de 1932, após o término da Guerra Civil de São Paulo, novas opiniões na imprensa operária e militante foram publicadas. Desta vez, a primeira manifestação que registramos depois do fim dos conflitos foram dos trotskistas, que faziam uma análise daqueles eventos e propunham os direcionamentos das próximas lutas do movimento operário:

A tentativa da burguezia paulista de arrebatar o poder central pelas armas fracassou. Esse fracasso vae acarretar por força a ruptura de todas as frentes unicas burguezas dos estados sulinos. Novos reagrupamentos politicos deverão apparecer: scisões nos velhos partidos burguezes, fusões de democratas e perrepistas, alas radicaes, destacando-se destes velhos organismos, para formar novas aggremações partidarias, com programas e tapeações menos batidos e mais “radicalizantes” do que as desbotadas roupagens que cobriam os ossos do velho perrepismo nacional, etc.  
[...]

[...] Os seus representantes renderam-se sem condições, covardemente, desertando do campo da luta, mandando ás ortigas a bandeira constitucionalista, depois de ter, durante 80 dias, mandado inutilmente á morte milhares e milhares de homens, miseravelmente trahidos e enganados pela propaganda da imprensa e da igreja, a soldo de banqueiros e industriaes. Mas esses pequenos burguezes e mesmo os proletarios trahidos que em nome da constituinte foram se sacrificar nas trincheiras, não se conformam com essa defecção nem se resignam á idéa de que tanto sacrificio tenha sido em vão. Elles esperam poder continuar a luta num outro terreno. Nesse sentido, a direcção da campanha pela constituinte vae sahir assim das mãos da grande burguezia desmoralizada pela derrota e pela defecção para a pequena burguezia que a situação economica atira á luta e que a guerra civil radicalizou. Esse estado de espirito precisa ser aproveitado, para reagrupar todas essas massas pequeno-burguezas atraz do proletariado e conduzil-as á luta contra a fracção burgueza victoriosa, broquelada pela recente victoria militar e refortalecida nos seus pruridos fascistas militares.<sup>465</sup>

Quando os trotskistas chamam a atenção de que a derrota militar da “burguesia paulista” iria conduzir à rupturas nas “frentes únicas burguesas”, e a “novos reagrupamentos políticos” – citando os vários partidos em disputa –, isso quer dizer que eles estavam atentos a um processo real de rearticulação das oligarquias e das forças políticas após aquele grave episódio da guerra civil. Realmente, apesar da vitória militar, o Governo Provisório sofreu um profundo abalo em sua legitimidade com a eclosão daquela guerra, e já não podia mais adiar a reconstitucionalização do país. Assim, as bases políticas do Governo Provisório que eram contrárias à constitucionalização perdiam a sua solidez, pois a partir da derrota de São Paulo inicia-se o declínio gradativo e ininterrupto do tenentismo como movimento político autônomo – que até então era o principal apoio a ditadura de Vargas (GOMES, 1981, p. 19). A Guerra Civil de 1932 acabou provocando, então, uma depuração das elites civis e militares, pois as lideranças revoltosas foram alijadas do processo político e o Governo Provisório se empenhou no compromisso de reconstitucionalização. Com isso, ao se anunciar a Assembleia Constituinte para 1933, novas alianças político partidárias se configuraram para influir na constituinte. Por outro lado, o movimento tenentista se dividia e perdia forças – inclusive com elementos do tenentismo que, desiludidos com os desvirtuamentos da “Revolução de 1930”, se afastaram do governo e se aproximaram dos movimentos contestatórios do regime, que passaram a ganhar mais força nesse contexto, como o comunismo e o integralismo (PANDOLFI, 2007, p. 26-27).<sup>466</sup>

<sup>465</sup> A Situação. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, 5 out. 1932. Ano 3, nº 8, p. 03.

<sup>466</sup> A participação política de alguns tenentes para apoiar o Governo Provisório na bancada situacionista da Assembléia Constituinte, tentando neutralizar o poder dos grandes Estados, constituiu em um fator para a fragmentação político-ideológica do grupo tenentista – com a abdicação de seus próprios projetos sócio-políticos. Derrotados pelas grandes oligarquias devido ao conflito militar de 1932, os tenentes são obrigados a

Os trotskistas também chamaram a atenção para os aspectos sociais do conflito. Eles denunciavam que as lideranças constitucionalistas de São Paulo abandonaram a luta depois de terem, por 80 dias, mandado a morte inútil milhares de homens traídos e enganados miseravelmente pela propaganda da Igreja e da imprensa, financiada por banqueiros e industriais. Estas passagens refletem, também, o forte apoio popular e civil que houve pela insurreição paulista naquele contexto entre as várias classes sociais e suas instituições (PANDOLFI, 2007, p. 25). Contudo, os trotskistas afirmavam que os “pequenos burgueses” e “proletários”, mesmo traídos e vencidos, não desistiriam do seu intento e que agora a luta passava para outro terreno, que seria na “campanha pela constituinte”. Com isso, com o acirramento das disputas nesse campo, este “estado de espírito” precisava ser aproveitado e, assim, os militantes de *A Luta de Classe* defendem a reagrupação “das massas pequeno-burguesas” com a direção do proletariado contra a “facção burguesa vitoriosa” – isto é, o governo Vargas, agora refortalecido em seus aspectos “fascistas militares”.

Devido a linha de análise dos trotskistas da crise brasileira, que como vimos apontavam, em maior profundidade, para as forças e contradições das elites nacionais, a estratégia, então, passou a ser explorar estas contradições entre as burguesias estaduais. Os trotskistas viam a “Revolução” de 1930 como uma ditadura discricionária, que elevou novamente a temperatura política por sua recusa em compor-se com os estados economicamente preponderantes, por isso eles passaram a pregar que os comunistas lançassem a palavra de ordem de uma Assembleia Constituinte soberana – deslocando a luta para este campo (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 399).

Ainda no final de 1932 o jornal *A Plebe* retorna à cena pública e reforça a opinião anarquista em São Paulo. Muitos artigos foram publicados neste periódico a respeito da guerra civil paulista daquele ano, neste período de passagem de 1932 para 1933. Eram acontecimentos recentes e que ainda impactavam enormemente a opinião pública. Dessa maneira, os anarquistas não pouparam críticas àqueles eventos e considerações interessantes percorreram as páginas de *A Plebe*. Destacamos, inicialmente, um texto singular de uma militante mulher, anarquista, e que fazia considerações incômodas:

Mulher paulista!

Nos dias tenebrosos de três meses de guerra, entre brasileiros, diversas foram as vozes que, dizendo-se da “mulher paulista”, ecoaram incitando à mobilização geral, ao cumprimento do “dever” cívico e patriótico...

---

conciliar com as oligarquias menores, tornando-se porta vozes de seus interesses políticos que passavam pela centralização estatal. Cf.: (FORJAZ, 1988, p. 216).

Em nome da mulher paulista, falaram as senhoras católicas, as senhoras evangélicas, as senhoras espíritas e espiritualistas, professoras e damas do escólo social. Todas no mesmo diapasão.

A mulher operária e as mães dos soldados anônimos, não puderam falar em nome da *Mulher Paulista*.

Mulher Paulista!

Por ventura se restringe, a mulher paulista, às categorias acima mencionadas, e as operárias, as mulheres das classes dos humildes, serão excluídas do direito de nacionalidade?

[...]

Em próximo artigo enviarei a reprodução da exortação de Leão Tolstói – “Aos Soldados” – que me foi enviada, à guisa de oração, nos dolorosos dias da contrarrevolução, por uma operária, pensadora e paulista.<sup>467</sup>

Este artigo é assinado como Isabel Ferreira Bertolucci e indica São Paulo em 24 de novembro de 1932. É muito possível que este seja mais um texto de Isabel Cerruti, pois já indicamos que ela se utilizava de vários pseudônimos e obtemos a informação de que Isabel Cerruti foi esposa de Luigi Bertolucci, que era italiano, o que reforça a origem do nome.<sup>468</sup> Sendo assim, Isabel Ferreira, ou Cerruti, relembra, numa crítica ácida, que “nos dias tenebrosos” da guerra foram diversas as vozes da “mulher paulista”, referindo-se aos apelos cívicos e patrióticos pela causa de São Paulo advindos de mulheres de distintas posições sociais e religiosas. Porém, ela enfatizava que a “mulher operária”, e as “mães dos soldados anônimos” não foram ouvidas, excluindo estas mulheres de uma “nacionalidade” paulista.

Este texto é importante não só, por mais uma vez, refletir a postura “periférica” dos anarquistas que se preocupavam em apontar as condições daqueles que eram marginalizados, que não eram ouvidos, como por ser a opinião de uma militante mulher – que evidenciava, como ela diz, a perspectiva de uma mulher operária. Assim, ela analisava as visões de mulher dentro de uma perspectiva de classe, denunciando que durante a guerra apenas foi considerada, como “mulher paulista”, as “damas” da elite, enquanto as mulheres das classes “humildes”, e as “mães dos soldados”, não foram ouvidas. Esse tipo de crítica social incisiva dos anarquistas, e das anarquistas, contra a cultura cívico-militar assumida pela sociedade paulista naquele período foi abundante. Destaca-se, no final, que Isabel – ao comentar sobre um texto de Tolstói, que foi uma referência para o pacifismo e antimilitarismo anarquista – qualifica a guerra civil paulista de “contrarrevolução”.

Logo nos inícios do ano de 1933, encontramos uma fonte jornalística curiosa, que também lançava críticas sociais polêmicas contra a adesão dos paulistas naquele conflito,

<sup>467</sup> E’co da Revolução: voz da mulher paulista. **A Plebe**, São Paulo, 3 dez. 1932. Ano 1, nº 3, p. 02.

<sup>468</sup> Para estas informações adicionais sobre Isabel Cerruti Cf.: <<https://www.anarquista.net/isabel-cerruti/>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

revelando aspectos pertinentes da guerra civil. O artigo, publicado em *A Plebe*, é assinado por uma personalidade peculiar, Anibal Vaz de Melo, que até onde conseguimos identificar, foi um escritor talentoso e chegou a ser professor catedrático da Universidade de Minas Gerais.<sup>469</sup> No final do artigo há uma nota do próprio autor explicando que aquele texto tinha sido escrito na ocasião da “Revolução Paulista”, mas impedido de ser publicado devido à censura policial do “Governo Mineiro”, por isso que só agora o referido artigo era publicado. Assim, selecionamos as passagens:

Para o observador dos problemas brasileiros há de ter chamado a atenção a não participação do operariado, num momento em que a super exitação dos Desmóstenes da Demagogia levava tanta gente a se alistar. O radio não anunciou ainda, a adesão de uma só sociedade proletaria. Quanto ao clero, porém, ele prefriu cerrar as paginas luminosas do Evangelho de Cristo, tão manso e humilde de coração, para ter aos seus fiéis a cartilha manuseada pelos velhos caciques da política profissional de S. Paulo.

[...]

Foi assim, que ouvimos através das antenas da Radio Educadora Paulista os fatos que vão abaixo: rebentando o movimento revolucionario, na Pulicéa, começaram as manifestações de apoio com um manifesto concitando o povo e que era assinado em primeiro lugar pelo Arcebispo D. Duarte Leopoldo, seguido de intelectuais e burguezes: [...] 6º) o bispo de Assis fez exortações ao povo mineiro para aderir ao movimento e mandou pregar a campanha nos pulpitos das Igrejas [...].

[...]

As castas que lutam já pertencem ás velharias do passado... O mundo contemporaneo está cansado da exploração e da mentira da burguezia, do capitalismo, do militarismo e do profissionalismo político. Ares novos arejam o ambiente social do mundo. Uma rajada de espiritualismo e de socialismo sacode a consciencia universal.<sup>470</sup>

De acordo com Anibal Vaz de Melo esta descrição dos fatos tinha sido redigida no calor dos acontecimentos e segundo os indícios ele se encontrava em algum ponto do Estado de Minas Gerais, mas só naquele momento era publicada. Já nos inícios, Anibal salientava que, para quem observava os problemas do Brasil, era de reparar o não engajamento do operariado na guerra, já que ao menos “o rádio” não tinha anunciado nenhuma “sociedade proletária” (sindicatos), apesar da ação dos oradores e demagogos que levavam muitos a se alistarem. Em São Paulo, como destacamos acima, estas informações correspondiam pelo

<sup>469</sup> Anibal Vaz de Melo foi um “anarquista cristão”, personagem excêntrico e que foi difícil de rastrear informações a seu respeito. Ele foi autor de um famoso livro, que se tornou raridade bibliográfica, intitulado: *Cristo - o maior dos Anarquistas*, de 1956. De acordo no que consta nas fontes, ele também foi espírita, esperantista, maçom, futurólogo e advogado. Cf.:

<<http://anarkocristianismo.blogspot.com/>>;

<<http://lendoanarkia.blogspot.com/2012/09/anibal-vaz-de-melo-cristo-o-maior-dos.html>>;

<<https://www.recantodasletras.com.br/acrosticos/636932>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

<sup>470</sup> Durante a tempestade. *A Plebe*, São Paulo, 7 jan. 1933. Ano 1, nº 7, p. 02.

menos as atitudes assumidas pelos anarquistas, pois o posicionamento da FOSP para as suas aderentes tinha sido de não adesão e participação na guerra. Aqui é importante realçar que Anibal – que narra a situação de receber aquelas notícias – revelava a utilização de um veículo de informação muito importante, que era o “rádio”, que era a fonte que ele estava se utilizando naquele contexto.<sup>471</sup>

Em seguida, no entanto, Anibal Vaz de Melo lançava severas críticas ao clero católico que, segundo ele, tinha ignorado “as páginas luminosas do Evangelho de Cristo” – que era “humilde de coração” – para levar aos fiéis as palavras e intenções dos “velhos caciques da política profissional de São Paulo”. Assim, Anibal narra de que “ouvimos”, pela “Rádio Educadora Paulista”, que ao iniciar a guerra, na capital São Paulo, começaram as manifestações de apoio concitando o povo a aderir à guerra e, com isso, foi lançado um manifesto assinado, entre outros “intelectuais” e “burgueses”, pelo “Arcebispo Dom Duarte Leopoldo”. O que aconteceu de fato é que, logo ao se iniciar a “Revolução Constitucionalista”, em 9 de julho de 1932, tropas militares fiéis a São Paulo ocuparam os pontos estratégicos de comunicação como: a Companhia Telefônica, o prédio dos Correios e Telégrafos, a Rádio Educadora Paulista e a Rádio Record. Assim, estas estações e canais de rádio passaram a emitir as posições favoráveis a São Paulo, era a visão oficial dos “constitucionalistas”. E o Arcebispo de São Paulo, na época, era de fato Dom Duarte Leopoldo e Silva.<sup>472</sup>

---

<sup>471</sup> É importante frisar que a base social do movimento constitucionalista em São Paulo era formada por uma aliança de classes entre a oligarquia paulista, as classes médias e a burguesia urbana. Tanto, assim foi, que grande parte da mobilização civil a favor da guerra partiu dos estudantes da Escola de Medicina, da Faculdade de Direito e do Clube Comercial de São Paulo. As organizações operárias politicamente mais representativas e economicamente mais significativas na época – e aqui podemos indicar o peso da influência dos anarquistas e da FOSP –, por sua vez, se mantiveram ausentes das mobilizações a favor da guerra. Assim, setores importantes e numerosos como os empregados têxteis, ferroviários, metalúrgicos, sapateiros, trabalhadores da construção civil, marceneiros etc, ao menos no posicionamento oficial dos sindicatos, não apoiaram a guerra civil e se mantiveram neutros. Havia muitas reservas e desconfianças do proletariado paulista em relação ao movimento constitucionalista e sua luta armada contra Getúlio Vargas, pois isso refletia a descrença em relação à política oligárquica estadual – tanto em relação ao Partido Republicano Paulista (PRP) quanto ao Partido Democrático (PD). Além, também, do fato, de ambos os partidos não reconhecerem as urgências das questões sociais e pela repressão às organizações operárias em todos os seus governos. Cf.:

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1932-1>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

<sup>472</sup> A Rádio Educadora Paulista nessa ocasião era organizada pela Rádio Record para a divulgação da “Revolução” de 1932. Realmente, ao lado de banqueiros, industriais e liberais o arcebispo D. Duarte Leopoldo assinou manifestos ao povo paulista, e o clero na ocasião abençoava os “filhos da mulher paulista” que iam para a guerra, o que justifica as afirmações acima de Isabel Carruti. Cf.: (CAPELATO, 1981, p. 37 e 45). Sobre a Rádio Educadora Paulista – que mais tarde se transformou na atual Rádio Gazeta – ela tinha sido fundada em São Paulo no ano de 1923. E sobre a ocupação desta Rádio pelas tropas constitucionalistas Cf.: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio\\_Gazeta](https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_Gazeta)>; <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/404135-MEMORIA-DO-RADIO-OS-PIONEIROS-NO-BRASIL-E-NO-MUNDO-BLOCO-1.html>>;

Em seguida, Anibal Vaz de Melo enumera os bispos das cidades paulistas que pregavam a adesão ao movimento constitucionalista – angariando fundos e organizando batalhões patrióticos – cidades como em Santos, Taubaté, Botucatu e, entre estas – como colocamos em destaque – “o bispo de Assis” – que teria feito “exortações ao povo mineiro” para apoiar o movimento, determinando que se pregasse esta campanha “nos púlpitos das Igrejas”. Acreditamos que estas incitações ao “povo mineiro” a que se refere é porque eram declarações que foram emitidas pelo rádio, que Anibal ouviu, portanto, estando em Minas Gerais. Estas informações são curiosas não só porque demonstravam a amplitude do movimento constitucionalista na sociedade paulista, por todo Estado, como também por revelarem esses aspectos de nossa história regional. Na época, o bispo de Assis era Dom Antônio José dos Santos, que tinha assumido o bispado em 1929 e mantendo-se neste cargo até falecer em 1956.<sup>473</sup>

Em outras passagens, já caminhando para o final do artigo, Anibal Vaz de Melo expressava profundas lamentações em relação àquela tragédia militar, asseverando que “as castas que lutam já pertencem às velharias do passado”. Demonstrava, nestas palavras, as suas esperanças, e a sua “fé libertária”, de que o mundo contemporâneo já estava cansado da exploração e das mentiras da “burguesia”, do “capitalismo”, do “militarismo” e do “profissionalismo político” – se referindo aos políticos e a própria “política”, centrada nas mãos do Estado e das classes dominantes. Por fim, revelava as suas expectativas de um futuro melhor já que “novos ares” percorriam o “ambiente social do mundo”, com “rajadas” de “espiritualismo” e “socialismo” que atingia a “consciência universal”. Estas representações que indicavam um imaginário de uma “nova era” de consciência social poderiam não apenas indicar as convicções pessoais de Anibal, mas também o fato do prestígio que as ideias socialistas tinham no mundo já bipolarizado daquela época. Como, também, pelo fato das

---

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1932-1>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

Em relação ao Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, ele ocupou este cargo eclesiástico na arquidiocese de São Paulo entre 1908, quando tomou posse, até 1938, quando faleceu. Cf.: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte\\_Leopoldo\\_e\\_Silva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_Leopoldo_e_Silva)>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

<sup>473</sup> A respeito do bispo de Assis, Dom Antônio José dos Santos, o primeiro da cidade, já que a diocese de Assis tinha sido criada pelo Papa Pio XI em 1928, Cf.:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese\\_de\\_Assis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese_de_Assis)>; <<https://www.diocesedeassis.org/bispos-antigos>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

Entretanto, aqui é importante acrescentar que estes apelos “aos mineiros” que o bispo de Assis, e outros, emitiram pelo rádio se davam porque haviam expectativas, por parte de São Paulo, de uma adesão de Minas Gerais para o seu lado. Assim, houve grupos políticos mineiros que tentaram estabelecer uma participação efetiva do estado à causa paulista, mas sem êxitos, o que não impediu que voluntários de vários pontos do país se dirigissem para lutar ao lado dos paulistas (PANDOLFI, 2007, p. 25). Cf.:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1932-1>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

lutas sociais que ocorriam na Espanha – como destacamos em outra passagem, país que caminhava para um processo revolucionário, que iria se deflagrar em 1936 e que era protagonizado pelos anarquistas – cujas às notícias, assim, foram presentes pelas páginas de *A Plebe* a partir dessa época.

Vale ressaltar estas abordagens sociais dos anarquistas sobre os eventos da guerra civil de 1932 – para além das avaliações políticas e econômicas que eram mais comuns, principalmente entre os marxistas. O movimento anarquista no Brasil, e particularmente em São Paulo, assim como em outras partes do mundo, foi um movimento heterogêneo, de múltiplas vertentes do anarquismo. Ao lado dos anarcossindicalistas e anarco-comunistas, que eram mais comuns, havia a militância das anarco-feministas – como evidenciamos nas contribuições de Isabel Cerruti acima, que inclusive também traziam críticas ao belicismo das católicas e outras religiosas. A imprensa libertária se associava, dessa forma, a coletivos e indivíduos de caráter anticlericais, antimilitaristas, pacifistas e de livres pensadores – inclusive o jornal anticlerical e anarquista *A Laterna*, de Edgard Leuenroth, tinha sido reaberto junto com *A Plebe* durante essa época em 1932, até mesmo para se contrapor às articulações de setores católicos com o integralismo (KHOURY, 1988, p. 86; 2007, p. 119 e 126-127; RAGO, 2007, p. 285). Assim, estas frentes de militância se constituíram em outros espaços da luta anarquista no período, já que os libertários estavam cada vez mais fustigados no campo sindical. Muitos anarquistas possuíam posturas anticlericais, portanto, primeiro porque o anarquismo é antidogmático por essência, alertando para os perigos da rigidez dos pensamentos e práticas. Como o anarquismo é a negação de toda a autoridade, enfatizando a autonomia individual e comunitária, a cultura reacionária da Igreja e determinadas práticas eram denunciadas como artifícios para se manter a exploração capitalista. Tanto, que em outras ocasiões – e como podemos evidenciar também durante a guerra civil de 1932 – a religiosidade e o patriotismo foram utilizados, pelas classes dominantes, como poderosos anteparos simbólicos para impedir e neutralizar as ideias e posicionamentos revolucionários advindos do movimento operário (VALLADARES, 2000, p. 16-17 e 51). Na guerra ou na paz, como vimos, a luta de classes também passava pelo imaginário político.<sup>474</sup>

---

<sup>474</sup> É importante esclarecer certos aspectos da mobilização social na Guerra Civil de 1932. Os representantes das classes dominantes paulista, por meio de um discurso ideológico ao qual os seus interesses particulares apareciam como universais, procuravam anular as contradições de classe. Dessa forma, as ideias da classe dominante passavam a ser aceitas como as únicas válidas para toda a sociedade. Daí o exemplo da “voz da mulher paulista”, que Isabel Cerruti criticava. Assim, a mobilização pelas classes dominantes tinham sido intensas no período. A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), por exemplo, militarizou a produção industrial para atender as demandas de guerra e o clero católico realmente organizou campanhas para arrecadar fundos. Cf.: (CAPELATO, 1981, p. 20, 24 e 46).



Como mais um exemplo deste anticlericalismo acentuado do período, e que reafirmava a visão dos anarquistas de que aquela “revolução” era mais uma luta por poder, empreendida por interesses políticos e partidários, apresentamos uma opinião libertária que nos vem, mais uma vez, de uma mulher. Na mesma edição de *A Plebe* encontramos um artigo assinado por Josefina Parrilo, que lançava duras repreensões as atitudes daqueles que usavam sotainas (as batinas dos padres). Indicando a cidade de Campinas em 26 de dezembro de 1932, porém, não conseguimos obter maiores informações sobre esta militante:

Vós, sotainas, que empregastes todo o esforço ao vosso alcance para a vitória de S. Paulo, podeis-me dizer quem deu origem a tudo isto? Apontar-me o culpado de todo este transe doloroso que veio enlutar o coração do Brasil?!...

[...]

[...] Se os políticos não contassem com o vosso apoio a guerra não se desencadearia. Se os bispos, padres e todos os católicos instruídos pregassem a paz e não instigassem á luta de morte, a guerra não se produziria ou pouco duraria. [...].<sup>475</sup>

Nos conflitos dos anarquistas contra o patronato, contra o Estado corporativo de Vargas, contra os setores mais reacionários ligados as classes dominantes, como a Igreja – numa conjuntura de ascensão do integralismo no Brasil e do fascismo no mundo – os libertários, e as libertárias, não desperdiçaram, assim, as oportunidades de desmoralizar as atitudes da Igreja católica ante a opinião pública após a guerra civil, ainda mais diante do sofrimento humano que a guerra causou. Com isso, foram comuns esse tipo de fontes jornalísticas nessa época em *A Plebe*, e procuramos trabalhar aqui com artigos que não foram mencionadas nos estudos historiográficos que consultamos. Contudo, os anarquistas não realizaram apenas uma análise social da “Guerra Civil de 1932” ou se esforçaram em demonstrar o conteúdo elitista e “político” da “Revolução de 1930”, houve, também, análises mais profundas, de conjuntura e que questionavam, inclusive, as interpretações das outras correntes do movimento operário. É muito significativo, então, destacarmos um artigo que aponta nesse sentido:

Quando surgiu a Aliança Liberal houve quem afirmasse e quasi doutamente, digamos de passagem, que aquele movimento político era uma reação que obedecia a imperativos do imperialismo yankee que, como todo o mundo sabe, tem seus interesses em chόque contra os dos ingleses, cujo predomnio na economia brasileira era então assegurado pelo P.R.P.

---

<sup>475</sup> Para o povo em geral. *A Plebe*, São Paulo, 7 jan. 1933. Ano 1, nº 7, p. 03.

No fundo todavia a questão, apesar de suas aparencias ensinarem o que ficou dito, não passava de um dos as[c]pétos mais empolgantes da luta entre o capital e o trabalho.

[...]

[...] No outro lado, entretanto, entre os que se opunham á casta oligarquica, havia uma mentalidade mais evoluida. A questão social nestes arraiais, assumia as proporções de uma incógnita que, se não era passível de extração dentro dos quadros da organização social vigente, era, pelo menos, um problema digno de meditação.

[...]

Em 32 o conúbio P.D., P.R.P. organiza a Santa Cruzada da Reação. Reação característica porque englobava o que S. Paulo possui de mais retrógrado, anti-revolucionario e anti-proletario. Para fazer as honras do grande acontecimento foi chamado o cléro para pregar a extinção dos mouros da Terra Santa.

[...]

A luta atual toma as[c]pétos que podem parecer imprevistos, mas que o não são, verdadeiramente. Não é Norte-America que combate contra a Inglaterra. Tampouco é a lavoura agónica que pretende arruinar a industria, no seu perigoso instinto de conservação.

Não se iludam quanto á orientação dessas forças politicas que ôra se degladiam diante do povo que se contorce num malabarismo alucinado para não morrer de inanição: a luta a que assistimos é entre o capital e o trabalho. No dia em que esse combate desvairado assumir as proporções de uma loucura, nós vê-los-emos aos políticos juntinhos, unidinhos, para esmagar a grande classe dos que realmente produzem.<sup>476</sup>

O artigo é assinado por Plinio Robin de Moura, mas em toda nossa pesquisa, apesar do nome estar completo, não conseguimos nenhum registro ou informação sobre este militante, o que não descarta a possibilidade de ser até mesmo um pseudônimo. Este artigo é significativo e muito interessante porque ele faz uma referência às teses do PCB, de que as lutas políticas da crise brasileira eram um reflexo das disputas inter imperialistas entre EUA e Inglaterra. Teses que se formaram, como vimos, ao longo da década de 1920 influenciadas inclusive pelas avaliações da IC. Constatamos também, na seção anterior deste tema, que o PCB ainda afirmou estas teses por meio do periódico *A Classe Operaria* em 1930, quando os comunistas avaliavam o movimento da Aliança Liberal e o manifesto de Luís Carlos Prestes. Então, os anarquistas estavam retomando e analisando, aqui, todo o processo da crise brasileira desde os momentos pré-revolução de 1930, o que é importante porque salientamos que nessa época a imprensa anarquista estava censurada.

Dessa maneira, Plinio Robin de Moura, nesse artigo, questionava e contrariava as teses do PCB, pois para ele a ascensão da Aliança Liberal e a “Revolução de 1930” refletiam as disputas “da luta entre o capital e o trabalho” – isto é, entre a burguesia e o proletariado. Argumentava, em outra passagem, que antes a questão social era encarada apenas como uma

<sup>476</sup> A luta entre o capital e o trabalho. *A Plebe*, São Paulo, 27 maio 1933. Ano 1, nº 26, p. 01.

questão de “repressão policial”, mas que agora, entre os que se opunham à “casta oligárquica” anterior, “havia uma mentalidade mais evoluída” – que passou a encarar a questão social com maior atenção. O autor está fazendo referência aqui à legislação social e trabalhista – e ao controle burocrático dos sindicatos – por parte do governo Vargas. Em seguida ele deixa a entender que a união entre o PD e PRP, que acabou resultando na guerra civil de 1932, era um reflexo de uma não aceitação por parte dos paulistas dessa política – expressando o que São Paulo possuía de mais “retrógrado”, “antirrevolucionário” e “antiproletário”. Ocasão esta em que o clero também participou, enfatizando mais uma vez este aspecto. Assim, não havia, para Plínio, uma luta entre “Norte-América” e “Inglaterra”, muito menos entre o setor agrário e o industrial – como defendiam os comunistas do PCB. A luta, assim, era entre o capital e o trabalho – evidenciado pela política de maior controle do Estado sobre as organizações operárias, o que gerou desentendimentos entre as classes dominantes. No fim, acrescenta que quando esta luta de classes atingisse um estado agudo todos veriam esses políticos “juntinhos”, “unidinhos”, para esmagar a classe operária.

Embora, como vimos, tenha havido uma resistência inicial da burguesia industrial em aceitar a realidade da legislação trabalhista, e particularmente da burguesia paulista, que se ressentiu contra a centralização do governo Vargas, potencializando estas insatisfações e gerando a guerra civil (PANDOLFI, 2007, p. 20-22; DEL ROIO, 1990, p. 197-198), as raízes da crise brasileira eram mais profundas. Isso porque constatamos, ao longo deste trabalho, que os conflitos políticos brasileiros, a partir do levante tenentista de 1922, estavam vinculados, em grande parte, com disputas de poder intraoligárquicos. De certa maneira, os anarquistas também apontaram nesse sentido neste último artigo – enfatizando as insatisfações de São Paulo e dos grupos políticos dominantes. É curioso considerar, e recordarmos, que os trotskistas – por meio de *A Luta de Classe*, também abordado na seção anterior deste tema – já enfatizavam o peso da influência das próprias classes dominantes nacionais na crise brasileira, contrariando as teses do PCB. Evidenciamos, assim, que os anarquistas estavam atentos as várias interpretações militantes de sua época e buscavam também realizar as suas análises. Contudo, apesar dos trotskistas igualmente considerarem o fator “da luta entre o capital e o trabalho” na política brasileira, com a maior burocratização do movimento operário, como evidenciamos anteriormente nas questões sindicais, observamos que os anarquistas conferiram um maior relevo a estas questões nas suas interpretações da crise brasileira.

Talvez, a isso se devia ao fato de os anarquistas serem os mais intransigentes na defesa da autonomia sindical e os que mais sofriam, assim, as perseguições estatais. De

maneira que os anarquistas começaram a apontar, nessa época – assim como os trotskistas, mas de uma forma ainda mais explícita – que a “Revolução de 1930” fazia parte de um projeto de “fascistização” não declarado. Assim, no jornal *O Trabalhador* da FOSP, em artigo de editorial, encontramos um exemplo claro desta tendência. Comentando sobre uma forma de fascismo que seria disfarçada de “democracia” e de “liberalismo socialstóide”, os anarquistas assim se expressavam:

Este ultimo e o que desde a implantação da 2ª Republica, estamos sofrendo no Brasil.

Ainda o povo delirante percorria a rua dando vivas aos próceres outubristas e já as medidas repressivas estavam em acção.

[...]

A pretexto de prestar-se aos produtores a protecção de que careciam, creou-se o Ministerio do Trabalho com ramificações em todos os Estados e por intermedio delle, a legislação Mussoliniana foi introduzidas no Brasil.

[...]

A questão social que no regimen decahido era uma questão policial passou a ser da alçada do Ministerio do Trabalho e para soluçiona-la não só conta com o auxilio da policia, mas com todo o mecanismo represivo do Estado.

Nunca houve situação mais delicada para os homens idealistas: ou se amoldavam ao regimen de fascismo encoberto, ou se colocavam á margem da lei sem outra garantia que a vontade dos dominadores.<sup>477</sup>

Os anarquistas de *O Trabalhador*, portanto, já apontavam as medidas repressivas do novo regime desde os seus inícios. Eles denunciavam, assim, o caráter de “fascismo encoberto” do Governo Provisório de Getúlio Vargas, pois a pretexto de “protecção” aos trabalhadores, a “legislação mussoliniana” – remetendo-se ao líder fascista italiano Mussolini – serviam para submeter os trabalhadores a “vontade dos dominadores”. O que eles acusavam – como sendo uma característica da “Revolução de 1930” – era justamente a ascensão do “Estado corporativista”, que tentava neutralizar as lutas de classes por meio do controle dos sindicatos pelo Estado. Apesar destas práticas políticas terem tido muitos adeptos na extrema direita da época, como no nazifascismo europeu – daí a associação dos anarquistas – as práticas corporativistas se ajustaram a realidade de cada país (MUNAKATA, 1984, p. 71-72; D’ARAÚJO, 2007, p. 218).

Durante o ano de 1933, e também no seguinte, não encontramos fontes sobre a crise política brasileira na imprensa trotskista. Em toda a imprensa operária e militante, inclusive, no ano de 1934, foi catalogada apenas uma única fonte jornalística sobre essa temática e ela nos vem do periódico *A Plebe*. Os anarquistas de São Paulo, portanto, continuavam

---

<sup>477</sup> Da democracia ao fascismo. *O Trabalhador*, São Paulo, 23 jul. 1933. Ano 2, nº 6-7, p. 01.

aprofundando as suas avaliações sobre o caráter cada vez mais reacionário que foi assumido pela “Revolução de 1930”:

Lama, sangue, opressão, tirania, despistamento, prisões, arbitrariedades, invasão de sindicatos operários, expulsão de trabalhadores, eis o registro de uma revolução que se fez para regenerar os costumes políticos no Brasil.

Afastada cada vez mais dos interesses do povo, a revolução outubrista sofre agora, nas urnas, o último golpe de desprezo dado pelas massas oprimidas, que esperavam uma realização de promessas feitas para a solução dos seus problemas imediatos e, mentindo covardemente, os outubristas arrastaram-se, de crime em crime, até à tirania fascista. As figuras dos heróis de capa e espada que desfilaram pela revolução de 30, perderam-se na sombra das suas truculências deixando na história do proletariado páginas de sangue, de terror e de ignomínia.

[...]

E é desse estado de coisas que ha-de surgir a Revolução Social que implantará no Brasil, como o ha-de implantar em toda a parte, um regime de garantia para os direitos humanos, o Communismo Libertario.<sup>478</sup>

O artigo é sem autoria e se insere na capa, logo abaixo do cabeçalho do jornal em destaque, de maneira que parece ser, portanto, do editorial de *A Plebe*. Os libertários apontavam, assim, as diversas violências do regime político instituído por Vargas, como um resultado trágico de uma “revolução”, como enfatizavam, “que se fez para regenerar os costumes políticos do Brasil”. Entretanto, agora, os anarquistas faziam questão de destacar que, cada vez mais “afastada do povo”, a “revolução outubrista” sofria nas “urnas” o desprezo das “massas oprimidas”. O que os redatores de *A Plebe* estavam se referindo era fato de que, com Assembleia Constituinte instituída em 15 de novembro de 1933, e que estendera os seus trabalhos até 16 de julho de 1934, tinha sido promulgada, então, a nova Constituição. No dia seguinte da instituição da nova carta constitucional, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pelos constituintes. Contudo, no momento de aprovar os atos do Governo Provisório, a oposição se sobrepõe, e Getúlio Vargas sofre uma derrota, com a maioria dos deputados votando contra o governo. Sem dizer também, que com a nova Constituição, assegurou-se um predomínio do Legislativo no sistema político, para inibir o avanço do Executivo, o que foi uma derrota para os “revolucionários de 30”, pois isso mantia a grande influência das oligarquias locais (PANDOLFI, 2007, p. 28-29).

Dessa forma, o que os anarquistas de *A Plebe* demonstravam era a ideia de que o povo tinha abandonado a “Revolução de 1930”, já que não estava ocorrendo nenhuma mobilização popular – como tinha acontecido em outubro de 1930 – para apoiar os “outubristas” contra os

---

<sup>478</sup> Aqui jaz uma revolução... *A Plebe*, São Paulo, 27 out. 1934. Ano 2, nº 74, p. 01.

desvirtuamentos dos ideais daquela “revolução”. E isso acontecia, segundo eles, porque os “outubristas” se arrastaram, “de crime em crime”, a uma forma de “tirania fascista” – perdendo conseqüentemente todo o apoio popular. No final, os anarquistas concluem, esperançosamente e utopicamente, que seria desta situação que se deflagraria a “revolução social” no Brasil, que iria implantar, como no mundo inteiro, um regime de “garantia para os direitos humanos” que seria o próprio “comunismo libertário”.

É interessante considerarmos o contexto de extremas dificuldades que o movimento anarquista sofria naquele momento, que com o avanço do Estado corporativo sobre os sindicatos, acabava-se por criar uma situação onde as estratégias políticas da ação direta do sindicalismo anarquista perdia força diante de uma demanda cada vez maior pela legislação social. Algo, que como bem demonstramos nesse capítulo, constituiu-se numa situação nova que os libertários tiveram que se deparar. Portanto, em situações psicológicas de perda de legitimidade política, o apelo a uma “salvação” se fortalece (GIRARDET, 1987, p. 89-90). Como os anarquistas não acreditavam em um “salvador”, a “salvação” só poderia vir da sublevação das massas, da “revolução social”, o imaginário político e as representações, portanto, passam a ser operados, numa situação de crise como esta, para a resistência e aglutinação das convicções e dos posicionamentos daqueles que se mantinham esperançosos.

Nessa época houve uma radicalização dos embates entre o movimento integralista e a esquerda em suas diversas tendências, ocasião em que ocorreu o episódio conhecido como a “Batalha da Praça da Sé”. Neste acontecimento houve uma união inédita e temporária entre stalinistas do PCB, os anarquistas e os trotskistas para impedir uma passeata dos integralistas – que realmente foi dispersada, inclusive, com tiros de armas de fogo providas dos antifascistas.<sup>479</sup>

No ano de 1935, então, o clima político volta a ficar mais delicado e a oposição contra o governo de Getúlio Vargas se acirra, principalmente com a fundação da ANL, que ocorrera em maio daquele ano – propondo uma “frente única” popular antifascista e anti-imperialista (DULLES, 1977, p. 419). Assim, o primeiro jornal da esquerda operária a se manifestar sobre a ANL, na catalogação de nossas fontes, foi *A Luta de Classe*. Os trotskistas, portanto, bem na edição de 1º de maio, assim definiam as suas posições em relação àquela proposta de “frente única”:

---

<sup>479</sup> O episódio que ficou conhecido como a “Batalha da Praça da Sé” ocorreu em 7 de outubro de 1934 e consistiu numa ocasião incomum em que houve uma convergência entre as correntes revolucionárias para impedir aquela demonstração de força dos integralistas – que eram identificados com valores fascistas. Assim, naquele dia, em ato organizado pela FUA (Frente Única Antifascista) se reuniram na praça da Sé em São Paulo, para dispersar os integralistas, militantes socialistas, comunistas do PCB, trotskistas e os anarquistas. Cf.: (DULLES, 1977, p. 419 e 429; BESANCENOT; LÖWY, 2016, p. 10-11).

Os trabalhadores do Brasil não podem e não devem ter illusões com a Aliança Nacional Libertadora. O proletariado só deve seguir a uma organização que se bata por seus interesses, que mantenha em todas as situações uma luta sem treguas pela terminação da exploração capitalista em toda a face da terra. A massa operaria não pode confiar em uma organização que abre mão de sua função de vanguarda para se dissolver no caldo fétido da burguezia em decomposição.<sup>480</sup>

É importante mencionar que a ANL, fundada em 30 de março de 1935, por iniciativa dos comunistas do PCB e que teve o nome de Luís Carlos Prestes aclamado como presidente de honra, tinha sido uma aliança heterogênea – com a participação de partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares insatisfeitos provenientes do tenentismo (VIANNA, 2007a, p. 81). Entretanto, para os trotskistas, organizados sobre a LCI (Liga Comunista Internacionalista), como passaram a se chamar desde 1933, haviam reservas quanto ao apoio a esta aliança. Isso porque os trotskistas defendiam na época uma nítida distinção de classes e consideravam a frente da ANL oportunista, já que não era liderada pela classe operária (DULLES, 1977, p. 419). Esta postura em relação a ANL, inclusive, acabou produzindo uma cisão no já reduzido grupo dos trotskistas (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 401).<sup>481</sup>

Por outro lado, os anarquistas também tinham as suas reservas em relação a ANL, mas por razões distintas das dos trotskistas. Poucos dias depois, então, *A Plebe* publicava os posicionamentos dos libertários em relação àquela aliança de frente única:

Acreditamos que os orientadores da Aliança Nacional Libertadora devem ter sentido, bem de perto, quanto é ignobil a politicalha que tece a [...] instituições governamentais, para não enveredarem pelo caminho das conquistas do poder com ambição de mando.

É um movimento em torno do qual se esboçam simpatias populares, destinado, se houver espirito de sacrificio e desprendimento, a formar um movimento de opinião capaz de empolgar as multidões e leva-las a realização dos mais amplos conceitos da liberdade e da dignidade humana.<sup>482</sup>

Este artigo, cujo original está de difícil leitura, também é sem autoria e ocupava posição de destaque na capa. Esta fonte é citada por Bonomo (2007, p. 118-119) como mais um exemplo onde os anarquistas mantiveram os seus princípios de não adesão a movimentos

<sup>480</sup> Porque a L.C.I. não apoia a Aliança Nacional Libertadora. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, 1 maio 1935. Ano 5, nº 23, p. 04.

<sup>481</sup> A ANL tinha sido impulsionada pelo PCB sob as orientações da nova política da IC, que agora pregava a constituição de “frentes populares” em alianças com “setores progressistas” para combater o nazifascismo (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 401).

<sup>482</sup> Pão, terra e liberdade. **A Plebe**, São Paulo, 11 maio 1935. Ano 3, nº 88, p. 01.

políticos que objetivassem à conquista do Estado. Como fica evidenciado, apesar de expressar certas simpatias pelo apoio popular que aquela aliança poderia angariar, os libertários alertavam para as ambições de “conquistas do poder”, e que aquilo poderia conduzir a uma “politicalha ignóbil”, que inclusive os orientadores da ANL conheciam “bem de perto” – fazendo referências à “Revolução de 1930”, como pode ser constatado em outras passagens.

Assim, os anarquistas estavam avaliando a composição e o programa da ANL naquele período, já que aquela aliança tinha feito apelos a todas as forças anti-integralistas e democráticas (VIANNA, 2007a, p. 80). Pouco depois, em outra edição, eles confirmavam, então, de forma mais clara as suas reservas, mas acentuando ainda mais as suas simpatias:

Bem sabemos, pela experiencia adquirida em passados movimentos revolucionarios, tanto no pais como no exterior, que a liberdade, os direitos e a justiça prometidas ao povo nunca passaram de promessas fagueiras [...]. Surgindo, porém, das decepções de um movimento revolucionario que constituiu verdadeira traição aos anseios liberais do povo brasileiro, acreditamos que o atual movimento se caracterize pela sinceridade dos apostolados que visam o triunfo das grandes causas populares.

[...]

E aos anarquistas cabe, quando não contem com força suficientemente anarquica no seio do povo que determine uma revolução puramente nossa, como já disse Malatesta, fazer com que todas as revoluções sejam o mais “nossas” possível [...]

[...]

Acompanhando o desenvolvimento da A.N.L. com a sensação rebelde das nossas ideias, embora autonomos, sem compromissos politicos, sem pactos de frentes unicas, porque fazemos a frente única de fato, de ação, não, obedecendo a chefes, mas com o senso das responsabilidades que pesam nas concepções que determinam os nossos atos, visando a Revolução Social que colocará o individuo á altura da sua dignidade, livre, vivendo a vida sem peias e desembaraçada de todos os empecilhos que a acorrentam ás galeras do passado, em demanda do porvir.<sup>483</sup>

Os anarquistas de *A Plebe*, sem autoria, retomavam os outros movimentos revolucionários do passado, do Brasil e do exterior, para afirmarem que as liberdades e direitos prometidos ao povo nunca foram cumpridos. E aqui podemos compreender que os anarquistas, possivelmente, estavam considerando as experiências da Revolução Russa e da “Revolução Liberal” de 1930. Contudo, eles deixavam claro que acreditavam na sinceridade do “atual movimento” – referindo-se a ANL –, já que muitos de seus membros estavam decepcionados com a traição do movimento revolucionário anterior, o de 1930. Com isso, mais uma vez convocando as ideias de Malatesta, como na ocasião em que os libertários de *A Plebe* apoiaram a revolta tenentista em 1924, eles declaravam que deveriam participar das

<sup>483</sup> Estamos onde sempre estivemos. *A Plebe*, São Paulo, 8 jun. 1935. Ano 3, nº 90, p. 01.



lutas da aliança para que aquela possível revolução se tornasse o “mais nossas” quanto possível. No fim, revelavam as suas simpatias pela ANL, mas deixando claro as suas posições autonomistas, sem se submeterem a “compromissos políticos”, “pactos” de frente única e “chefes”, com responsabilidades apenas para com a “revolução social”.

Após esta data, de acordo com Dulles (1977, p. 419-420), em 29 de junho de 1935, houve uma conferência da ANL em São Paulo em que os anarquistas participaram, inclusive com as presenças de Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho. Nesta conferência os anarquistas teriam confirmado que colaborariam com a aliança, mas advertiram que tão logo os aliancistas se tornassem governo os libertários estariam na oposição. Este artigo também é mencionado por Bonomo (2007, p. 119), que também explica estas particularidades dos militantes ácratas entre as simpatias e a manutenção de suas desconfianças. Entretanto, para este autor, este artigo seria mais uma evidência do “auto isolamento” político dos anarquistas, por não aderirem a aliança. Inclusive, nessa época em 1935, Bonomo salienta que os anarquistas já estavam bem enfraquecidos e tinham “desaparecido” enquanto uma força política e social influente (BONOMO, 2007, p. 120-121 e 123). Porém, obtemos indícios, a partir destas fontes, de que houve no pensamento político dos libertários de *A Plebe* avaliações reais de uma adesão àquele movimento. Como buscamos aqui os elementos novos do pensamento anarquista do período, e não as razões de sua crise, acreditamos que nessas ocasiões eles tenham revelado indícios que consideravam a possibilidade de participações efetivas nas lutas que poderiam ocorrer.

Por fim, na última de nossas fontes, os trotskistas reafirmavam as suas posições classistas sobre a ANL e condenavam esta política do PCB de uma frente única com amplas camadas da sociedade:

A Aliança Nacional Libertadora é uma tentativa de criar no Brasil uma corrente intermediária entre o movimento revolucionário do proletariado, representado ainda no Brasil por força de inercia, pelo P.C. stalinizado e grupos circunvizinhos, e os partidos burgueses liberaloides, destroços do tenentismo, etc., representantes da burguezia adeantada e da pequena burguezia.

[...]

O proletariado deixou de ser para o stalinismo (as afirmações em contrario são puras formalidades) a classe revolucionária, a classe dirigente a detentora da hegemonia nas lutas politicas diarias e sociaes contra a grande burguezia e o imperialismo. A adhesão do P.C. á A.N.L. não significa outra coisa, sobretudo si se levar em conta toda a actividade passada sectaria ultra-esquerdista e aventurista.<sup>484</sup>

<sup>484</sup> A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, 25 jun. 1935. Ano 5, nº 25, p. 01.

Observamos que os comunistas trotskistas faziam uma avaliação semelhante ao que os comunistas do PCB tinham feito em relação ao BOC nos finais dos anos 1920. Os redatores de *A Luta de Classe* acusavam a ANL de ser uma tentativa de movimento “intermediário”, que corre o risco de se sobrepor ao “movimento revolucionário do proletariado” – devido ao seu caráter policlassista. As críticas dos trotskistas era de que, assim, o PCB estava abandonando o proletariado como a principal “classe revolucionária dirigente”, uma das bases do marxismo. Estas advertências se deviam ao fato da composição heterogênea da ANL que já comentamos, pois ela tinha sido formada, além dos comunistas, por militares ligados ao tenentismo, políticos provenientes do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e jornalistas (DEL ROIO, 1990, p. 283-284; PANDOLFI, 2007, p. 81).

É curioso o fato de que no final os trotskistas acusassem a adesão do PCB na ANL, como algo condizente ao seu passado “sectário”, “ultra-esquerdista” e “aventurista”, quando sabemos que isso representava uma mudança de política da IC, justamente devido aos desastres da política sectária passada. Podemos considerar, como elementos que influenciaram no pensamento político no campo marxista, principalmente o PCB nessa época, é que a influência do stalinismo fez com que houvesse uma simplificação da teoria marxista, já que ela era comprovada pela própria consolidação da URSS, ao qual os comunistas tinham de defender. Assim, ainda mais com a “Revolução de 1930”, as discussões políticas no PCB ficaram mais pragmáticas e as novas diretrizes da IC eram seguidas sem aprofundamento teórico (KONDER, 1988, p. 178 e 183-184).

A esta altura acentuava-se o recrudescimento da repressão estatal devido ao crescimento da oposição ao governo. A Segunda Republica caminhava para a sua dissolução com a consolidação da ditadura de Getúlio Vargas com o Estado Novo em 1937. A Lei de Segurança Nacional decretado pelo governo extinguiu a ANL em 12 de julho de 1935 (DULLES, 1977, p. 420). Assim, ocorre uma radicalização do PCB, deflagrando-se a *insurreição comunista* de 27 de novembro de 1935, ao qual já vinha sendo pensada desde 1934 – quando ocorreu o VII Congresso da IC em Moscou com a participação da cúpula do PCB e de Luís Carlos Prestes, admitido no partido (VIANNA, 2007a, p. 74 e 87-88). Assim, além da Lei de Segurança Nacional, em dezembro, em decorrência da insurreição derrotada, o governo instituiu medidas repressivas que não atingiram apenas os comunistas e aliancistas, como também todo o campo progressista e democrático (VIANNA, 2007a, p. 97). Com isso, já a partir de meados de 1935, a produção jornalística na imprensa operária, entre anarquistas e trotskistas, diminui até se interromperem por completo.

Ao concluir a análise de nosso último tema ao final de nosso recorte cronológico algumas considerações preliminares são necessárias. Podemos observar que houve uma tendência, em relação ao período anterior tratado no terceiro capítulo, entre os anarquistas, de negarem qualquer adesão ou apoio aos movimentos políticos partidários que estiveram envolvidos nas crises políticas intraoligárquicas – ao qual resultou na “Revolução de 1930”. A avaliação das forças envolvidas e de seus objetivos de conquista do Estado, e de suas conseqüentes políticas autoritárias, fizeram com que os anarquistas se abstivessem desta revolução e apontassem, com maior destaque, o crescimento cada vez maior de seu conteúdo extremamente reacionário. Enquanto, de forma distinta, os trotskistas também apontaram esse caráter reacionário, mas se preocupando mais com uma análise político e econômica, que revelassem as contradições entre as classes dominantes nacionais. Observamos depois, que ao correr dos anos 1930, também houve manifestações dos anarquistas quanto a uma análise socioeconômica da “Revolução” de 30 – indicando as divisões entre a burguesia e numa perspectiva mais ampla da luta de classes no Brasil, representado pelo fenômeno do avanço do Estado corporativo sobre os sindicatos. Análises estas, dos anarquistas e trotskistas, inclusive, que entravam em choque com as teses dos comunistas do PCB, onde a “Revolução” de 30 representaria mais um episódio das influências das disputas econômicas inter imperialistas no Brasil, entre os interesses dos EUA e da Inglaterra. Ainda houve, dentro deste espectro das esquerdas, a posição peculiar dos militantes de *O 5 de Julho*, representado por Antonio Bernardo Canellas, que ao contrário das outras tendências, ainda mantiveram esperanças quanto a possíveis inclinações progressistas entre os tenentistas, que faziam parte do Governo Provisório, nutrindo assim, um relativo e comedido apoio a “Revolução” de 30.

Em relação à “Guerra Civil de 1932”, devemos destacar que os trotskistas consideraram os aspectos sociais das perdas humanas, mas que focaram, ainda mais, nas rearticulações político-partidárias que a guerra tinha gerado. Por outro lado, os anarquistas conferiram um relevo muito grande aos problemas sociais da guerra, como o das perdas humanas, mas se aprofundando também na crítica à ideologia patrióticas, militaristas e beligerantes – que tinham sido promovidas pelas classes mais altas, pela imprensa, por setores da sociedade civil e do clero de São Paulo naquele contexto. Já no que diz respeito à “ANL”, observamos acima que as posições rigidamente classistas dos trotskistas fizeram com que estes lançassem duras e incisivas críticas às iniciativas do PCB de promover a ANL, não apoiando, assim, abertamente a aliança. Contudo, os anarquistas, pelo menos nas fontes que utilizamos, também não declararam formalmente uma adesão a ANL, pois ele manteria o seu combate ao Estado, independente das orientações ideológicas de quem assumisse o governo.

Porém, aqui tivemos indícios de que as reflexões políticas que realizavam vislumbravam uma cooperação em alianças policlassistas como a ANL, o que é relevante, pois como vimos anteriormente, tinham sido justamente as posições classistas dos anarquistas que os impediram que estes apoiassem a Aliança Liberal, a “Revolução” de 1930 e a “Revolução Constitucionalista” de 1932.

De acordo com as contribuições de Bonomo (2007, p. 75-76; 102 e 120-121), em relação a estes fenômenos políticos, que representaram os maiores episódios da crise republicana brasileira da época, a atuação dos anarquistas foram marcadas pelo “autoisolamento”, “anulando-se politicamente”. Isso para manterem, assim, a abstenção em relação às lutas partidárias de disputas pelo Estado – conservando a coerência dos princípios ácratas. É importante também considerar que Bonomo, se utilizando da documentação do DEOPS, revela que nas discussões entre os militantes, fora da imprensa, houve, até mesmo, manifestações de simpatias de anarquistas pelo movimento “outubrista” da “Revolução” de 1930, e que foram censuradas pela maioria e qualificados como não libertários – o que demonstra a complexidade das discussões internas entre os anarquistas. Contudo, e por isso mesmo, como salientamos, os objetivos de Bonomo consistem em investigar o processo, as causas e fatores do declínio do movimento anarquista, mas em relação ao pensamento político em si da corrente libertária. Acreditamos, porém, que são necessárias certas ponderações, que aprofundaremos adiante em nossas conclusões. Mas já adiantamos que a questão do “autoisolamento” político dos anarquistas, apontado por Bonomo, no campo das lutas entre as forças políticas naquele momento, é uma imprecisão, já que houve sim ao menos diálogos com setores mais amplos como a ANL – o que não significou, tão pouco, uma inatividade das reflexões e do pensamento que era produzido no campo libertário.<sup>485</sup>

---

<sup>485</sup> Na última seção de nossa pesquisa sobre a análise da imprensa operária, a respeito das crises políticas da República, entre os anos de 1931 a 1935, foram catalogados 38 artigos que abordavam todos os três temas (“revolução” de 30, guerra civil e a ANL). A partir deste conjunto documental, abarcando todos os periódicos, foram analisados 17 artigos jornalísticos desse total.

## Considerações Finais

Por esta axiomática opção pela liberdade temos a impossibilidade da utopia anarquista transformar-se numa ideologia, numa justificativa da ordem social existente. A tensão utópica do anarquismo é inesgotável por inesgotável ser a liberdade. Não há e nem pode haver um ponto de chegada para o anarquismo, um “sistema anarquista”, pois a utopia libertária é “a priori” um espaço de autonomia, um fazer perpétuo onde se procura conjugar as infinitas formas de liberdade e diversidade. [...] (Sergio Norte, *Introdução*, Apud IBÁÑEZ, 2015, p. 7-8).

Uma viagem contínua cujo sentido e direção se anseia com ardor, a liberdade, a diversidade. Mas é um caminhar que não pode esperar por um ponto final, não há um “sistema”, pois não há uma ordem social que seja justificável. Há um “fazer perpétuo”, a busca incessante pela autonomia, assim se manifesta a utopia anarquista. A luta pela liberdade nunca se finda, tal como uma eterna evolução – e destacamos o quanto estas visões se aproximavam de concepções naturalistas, de uma transformação contínua, rumo a formas mais evoluídas, como na natureza. Podemos dizer que a utopia anarquista é como se fosse um tipo de “utopia” singular e única, pois é uma “utopia antiutópica”, já que a ideia de uma sociedade perfeita pressupõe uma sociedade que deixaria automaticamente de evoluir.

Estes elementos do imaginário utópico do anarquismo são importantes porque eles se revelaram em nossas fontes e auxiliam na explicação das formas e aspectos que foram assumidos e que se manifestaram, pelo pensamento político dos anarquistas, impressos e publicados nos periódicos da imprensa operária que trabalhamos. Um dos efeitos imediatos desta “tensão utópica” do anarquismo, como podemos observar, foi uma heterodoxia e uma fluidez do pensamento político, que não se apegava a dogmas rígidos e apresentava uma grande gama de interpretações e contestações. Porém, averiguamos a partir das fontes que o pensamento anarquista, ao mesmo tempo, também apresentou os seus problemas e limitações, repetindo e reproduzindo formulações e posicionamentos às vezes de forma rígida e estéril.

Para adentrarmos nesta contradição, que é fundamental nas conclusões de nossa pesquisa, antes de nos aprofundarmos nos resultados diretos dos dados que obtivemos e das análises que realizamos, é imprescindível atentarmos para um outro elemento importante para a compreensão do próprio anarquismo. O que se compreende e o que se constitui como “movimento anarquista”, com um pensamento político diferenciado, próprio do anarquismo, são inseparáveis de um pensamento social que se forma em meio a condições políticas, econômicas, culturais e sociais determinadas; é o produto de lutas sociais muito precisas.

Assim, não existe um anarquismo sem o desenvolvimento do capitalismo e da exploração capitalista: o anarquismo é um produto específico das condições sociais geradas por esta exploração (IBÁÑEZ, 2015, p. 23-24). E isso é algo válido para o anarquismo tanto em outros países como no Brasil.

De maneira que o ostracismo, a perda de força e vitalidade do anarquismo brasileiro, em meados da década de 1930, não coincidentemente, correspondeu a uma crise do movimento anarquista no mundo inteiro – que se deu mais nitidamente a partir de 1940, após a derrota da revolução anarquista na Espanha em 1936 (IBÁÑEZ, 2015, p. 26). O fortalecimento das estruturas autoritárias e burocráticas do Estado, em um mundo bipolarizado que caminhava para mais uma guerra mundial e tensões internacionais, foram elementos que, ao lado da própria repressão, amorteceram as lutas populares tal como ocorriam. A maior burocratização da vida social agiu contra o anarquismo e isso também ocorreu, como vimos, no contexto brasileiro dos anos 1930. Ao longo de quase um século – de 1860 a 1940 –, o anarquismo se forjou enquanto um pensamento e uma doutrina política viva, ativa e dinâmica, mas diante deste mundo burocratizado – com o rompimento com a realidade das lutas – ele se enfraqueceu, fossilizando-se e tornando-se estéril, dogmatizando-se e voltando-se para si mesmo (IBÁÑEZ, 2015, p. 25-27). Esta incapacidade de evolução apresentada pelo anarquismo se deve ao fato de que: “[...] o anarquismo forja-se constantemente nas práticas de luta contra a dominação; fora delas, ele esmorece e periclita” (IBÁÑEZ, 2015, p. 27). O anarquismo é, portanto, “movimento”, não é estático.

Acreditamos, assim, que estes são elementos importantes para avaliarmos a produção do pensamento político, em sua relação com o imaginário político, dos anarquistas, na imprensa operária que estudamos. Para darmos conta, talvez, para melhor compreendermos estas contradições de uma cultura política que apresentou múltiplas interpretações e reflexões, mas, ao mesmo tempo, se fechou em repetições de suas formulações. Até para melhor aferirmos as contribuições do pensamento libertário para a história do pensamento político das esquerdas no Brasil, e para o próprio pensamento político brasileiro. Compreendemos que a questão da repressão e da burocratização que romperam a ligação dos anarquistas com as lutas sociais são problemas que também ocorreram no Brasil, já antes da década de 1930, e que devem, portanto, serem considerados para interpretarmos os resultados desta pesquisa.

Ao longo deste trabalho nos aprofundamos na produção jornalística da imprensa operária e militante entre todas as tendências políticas da esquerda revolucionária no movimento operário: anarquistas, trotskistas, os comunistas do PCB, comunistas dissidentes e sindicalistas identificados com o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Isso nos

conferiu uma visão de conjunto muito interessante dos debates que os anarquistas realizaram com as outras correntes na imprensa operária. Um debate público, nem sempre direto e explícito, mas que nos trouxeram perspectivas de análises profícuas ao nosso estudo. Dessa forma, no decorrer de toda essa pesquisa de grande fôlego, trabalhamos com uma massa e um corpo documental que abrangeram 18 jornais – periódicos e impressos operários, militantes ou que apresentavam espaços dedicados ao movimento operário e trabalhista –, ao longo dos anos de 1922 até 1935. Como resultado, foram analisados um número total de 752 edições entre todos os 18 jornais e periódicos selecionados. Em toda essa massa documental foram catalogadas e registradas, entre todos os três temas abordados, entre todos os jornais, a quantidade de 637 textos documentais – entre artigos de todas as espécies e tamanhos, notas e comunicados provindos da redação, editoriais, notícias, poemas, crônicas e matérias jornalísticas de vários tipos. Como resultado desta etapa preliminar da pesquisa, acabamos por selecionar, para a redação desta tese, o índice final de 219 textos e artigos, que foram analisados ao longo deste trabalho, entre todos os três temas, de 1922 a 1935.

Sendo assim, este foi um trabalho amplo, tanto na abrangência de análise de temas e assuntos quanto na quantidade de artigos e textos analisados. Aprofundar no conteúdo e discorrer sobre 219 artigos, ao longo de 14 anos de produção de imprensa operária, foi um empreendimento titânico, mas compensador. Esse índice de 219 artigos trabalhados corresponde a 34,3% de todo o material que foi catalogado, ou seja, 1/3 de todos os textos registrados foram analisados. Acreditamos, com isso, que esta pesquisa atingiu uma abrangência significativa, ampla e representativa para discorrer sobre as transformações do pensamento político, e do imaginário político dos anarquistas em suas polêmicas e disputas com as outras correntes de esquerda. Isso, tanto pela própria quantidade de fontes analisadas, como também entre a quantidade de jornais, pois, dos 18 títulos de que trabalhamos, em ao menos 10 destes periódicos, foram presentes a opinião e posicionamentos dos anarquistas. Assim, enquanto houve impressos e periódicos que eram nitidamente anarquistas e operários, como: *A Plebe*; *O Sindicalista*; *A Liberdade*; *O Trabalhador*; *O Libertario*; *O Trabalho* (RJ) e *O Trabalho* (SP), houve, também, folhas que não eram anarquistas e não necessariamente operárias, mas que a presença dos anarquistas ou foi consentida – como em *A Patria* –, ou foi como aliados na colaboração – como em *O 5 de Julho*, que expressou momentaneamente alguns elementos libertários na década de 1920 – ou, ainda, por oposição – como em *O Internacional*, que revelou a oposição anarquista no interior de seu próprio sindicato.

No campo marxista e comunista (entre stalinistas, trotskistas e dissidentes) encontra-se os periódicos restantes: *Movimento Comunista*; *O Internacional*; *O Solidario*; *A Classe*

*Operaria; Voz Cosmopolita; O Combate; A Nação; A Luta de Classe; O 5 de Julho; O Trabalhador Graphico*. Houve uma quantidade maior de fontes catalogadas no campo comunista em relação ao anarquista, até mesmo porque os comunistas estiveram presentes em periódicos diários, como *A Nação* e *O Combate*. Contudo, na quantidade de artigos analisados, priorizamos por um certo equilíbrio, contando com cerca de 114 artigos sobre orientação anarquista e 105 textos jornalísticos que representavam posições marxistas. Atentamos que os números absolutos não são determinantes para o tipo de estudo que realizamos, de maneira que apresentamos estes dados básicos para indicarmos a abrangência e representatividade deste estudo, assim como a metodologia adotada, para a compreensão do pensamento político por meio da imprensa operária. Necessário salientar também que, em nosso trabalho de catalogação, a classificação do material entre os três temas analisados, foi uma atividade arbitrária, imprescindível para a organização, mas esse material jornalístico nem sempre se enquadrava confortavelmente em nossos critérios. Assim, houve textos que se classificavam em mais de um tema, principalmente em relação aos assuntos sobre a organização operária e a Revolução Russa, como vimos, mas esta mistura de temas em um mesmo artigo ocorreu entre as três temáticas.

Outra questão importante a se comentar nos aspectos gerais de nossa pesquisa foi o sempre lembrado trabalho de “catalogação”. Esta etapa foi muito importante e consistiu em uma “pré-pesquisa”, um primeiro passo preparatório para permitir a análise das fontes. Assim, após as nossas atividades de “pesquisa de campo”, onde o material documental que trabalhamos foi adquirido (em formato digital) junto aos arquivos públicos que visitamos e consultamos diversas vezes, foi realizado um trabalho, portanto, de leitura de todos os textos que eram pertinentes aos nossos objetivos. Com isso, todos os 637 artigos catalogados foram lidos e classificados entre os três temas analisados: 1º *A organização operária*; 2º *A Rússia Soviética* e 3º *As crises da República*. Trabalho exaustivo, ao longo de anos, porém, extremamente importante porque nos permitiu obter uma visão de conjunto sobre a produção da imprensa operária ao longo deste extenso recorte cronológico, antes, até mesmo, de nos debruçarmos sobre a análise em si dos artigos. Assim, esta “pré-pesquisa” de catalogação nos permitiu uma posição mais confortável para escolher e selecionar o que parecia ser mais importante, incisivo, inesperado, inédito e relevante dentro da produção da imprensa operária em relação a cada um dos temas que trabalhamos.

É certo também que devemos ponderar as nossas limitações. De qualquer maneira, catalogar, classificar, selecionar e recortar os trechos utilizados, de todo este material, foram atividades arbitrárias criadas por nossos critérios e métodos. Por isso, devemos atentar e



sublinhar que, ainda que a intenção tenha sido a de apresentar o que de mais “significativo” foi produzido por esta imprensa, toda esta pesquisa, por sua vez, é uma pequena amostra – um recorte determinado da produção jornalística militante daqueles anos. Sendo assim, as potencialidades de pesquisas com a imprensa operária são muito amplas. Muito material, muitos artigos, textos e autores interessantes, que foram catalogados, não foram utilizados por nossas limitações de espaço e tempo. A complexidade e a riqueza do pensamento político que foram produzidos neste tipo de imprensa ainda reserva, portanto, muitos campos a serem explorados, ao qual o nosso trabalho foi apenas uma amostra desse material.

O tipo de estudo que buscamos realizar consistiu em um aprofundamento sobre a análise do pensamento político dos anarquistas em seu debate com as outras tendências políticas de esquerda dentro do campo da imprensa operária. Seja nas discussões e debates abertos e explícitos, em que os militantes ou jornais se dirigiam às outras correntes operárias, isto é, criticando e atacando os seus adversários políticos, ou em referências indiretas aos mesmos. Ou, ainda, como uma medida e um recurso de comparação, analisando os posicionamentos e abordagens distintas de cada tendência, de cada jornal, em relação aos temas que foram estudados. Para empreendermos estes objetivos, assim, tivemos que, em parte, também analisar a produção jornalística das outras tendências do campo marxista, ainda que apenas, e na medida, que completava o entendimento dos debates públicos e disputas com os anarquistas. Acreditamos que esta abrangência, para melhor apreender as discussões que ocorriam na imprensa trabalhista, nos permitiu compreender alguns aspectos importantes que serão apontados.

Mas de uma forma geral, contudo, já devemos salientar dois elementos importantes que nos deparamos ao analisar a imprensa operária na perspectiva de seus debates entre as suas várias tendências políticas – ao invés de focar a análise sobre a produção de apenas uma única família e cultura política. Primeiro foi um efeito que, por vezes, se manifestava nos debates destes jornais, que consistiam na publicação de opiniões e posições que até mesmo chegavam a ultrapassar os limites doutrinários da linha política do jornal. Constituíam em desvios, heresias, opiniões dissidentes ou exóticas. Esse tipo de documentação não foi abundante, mas é interessante mencionar para não perdermos a dimensão dinâmica que consistia no debate político cotidiano da imprensa periódica. E como observamos nesse trabalho, fontes como essas se revelaram tanto entre os comunistas como entre os anarquistas.

Em segundo lugar, vale ressaltar que analisar os confrontos e os embates dos anarquistas com as correntes marxistas, e vice e versa, nos possibilitou identificar como, que em cada um dos temas analisados, estes conflitos e disputas ideológicas influenciaram nas

particularidades do pensamento político que estava sendo produzido. Isso quer dizer: como determinadas convicções eram mantidas e reafirmadas; como novos elementos, propostas e discussões eram introduzidas; como – que em uma determinada situação histórica – o imaginário político era operado, seja para se defender de críticas ou atacar os adversários. Esta dinâmica, no calor das disputas do movimento sindical e ideológico, introduziu novos elementos, próprios do contexto histórico que os produziram, e que foram apontados para cada tema analisado. É como se tivesse ocorrido um certo efeito de “reverberação” do debate entre os pensamentos políticos em confronto – no interior de certas reflexões e posicionamentos que se expressavam na imprensa operária. Como um efeito de reflexo mesmo dos atritos que se sucediam – pontos estes que podemos colher indícios valiosos.

Dessa forma, o contexto e a dinâmica destes debates na imprensa operária foram fatores de estímulo para o aparecimento de outras perspectivas no pensamento político que era produzido entre os anarquistas, ainda que de forma tímida e esparsa. Assim, voltamos a sustentar que, diante destes fatos que consistiram nas disputas político-ideológicas do movimento operário, os anarquistas não foram totalmente sectários, não se limitaram, sempre, em se manterem presos dentro dos limites de seus dogmas. De maneira que houve, portanto, esforços para compreender os impasses que o movimento libertário atravessava e de elaborar novas análises que dessem conta de explicar a realidade. É nesse ponto que devemos, então, retomar as nossas teses e hipóteses de trabalho, de que as disputas dos anarquistas com os comunistas: *foram acontecimentos que levaram os anarquistas e os adeptos do sindicalismo revolucionário – correntes até então majoritárias e mais antigas nas lutas sociais e trabalhistas no Brasil – a repensarem muitas de suas formulações teóricas diante das tentativas de se colocar em prática as teorias marxistas.* Assim também a de que: *a Revolução Russa e a fundação do PCB não constituíram apenas em novos temas a serem debatidos, mas que possibilitou a ocasião para que os anarquistas reavaliassem seus posicionamentos.*

A partir destes postulados percorremos os objetivos de nossa pesquisa ao longo deste trabalho. Procuramos demonstrar o que o pensamento político dos anarquistas apresentou de novo ao longo deste período, tentando destacar as manifestações, expressões e momentos em que a reflexão dos anarquistas na imprensa operária apresentaram elementos novos em relação ao que já estava sendo pensado. Procuramos revelar até que ponto, e em que momentos, o pensamento ácrata se mostrou mais articulado com a realidade, em que momentos ele se mostrou dinâmico, fértil e ativo na produção de reflexões e concepções

diferentes ao que comumente era vinculado – ou o tanto que estes pensamentos se modificaram ou se adaptaram nos seus conflitos com as outras correntes militantes.

Neste ponto, então, torna-se incontornável fazermos algumas reflexões e considerações necessárias a partir da obra de Bonomo (2007). Este autor realizou um trabalho que foi muito importante para as nossas reflexões, em parte semelhante ao nosso em alguns aspectos, pois ele também realiza um estudo das lideranças anarquistas e analisa o seu pensamento político – como o nosso, já que a imprensa operária anarquista que analisamos era editada e organizada por “lideranças” do movimento. Bonomo (2007) também se utiliza da imprensa operária, contudo, as principais diferenças entre os nossos trabalhos é que enquanto o dele estende a documentação para os arquivos do DEOPS, e se limita a São Paulo, a nossa pesquisa se concentra na imprensa operária, mas também analisa os anarquistas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O tipo de estudo que Bonomo (2007) realiza, também quanto aos objetivos, são bem diferentes dos nossos, pois ele buscou demonstrar as causas e explicações do declínio do movimento anarquista em São Paulo. Enquanto que, aqui, procuramos realizar uma contribuição para a história do pensamento político dos anarquistas, e também de seu imaginário, por isso não procuramos estudar as suas organizações e as consequências práticas da militância libertária.

Dessa maneira, Bonomo (2007) também analisou o pensamento anarquista para explicar os motivos do declínio do movimento. O autor aponta que, além da questão da repressão que debilitou a ação dos libertários, facilitado até mesmo pelos próprios anarquistas, já que estes se organizavam e se manifestavam de forma pública, restringidos praticamente a ação sindical – o que facilitou infiltrações da polícia –, um dos principais elementos que os declinaram, contudo, foi a organização frágil que possuíam (BONOMO, 2007, p. 413-416). Esta organização frágil, segundo o autor, se deveu a discussões improdutivas quanto a questão da própria organização no seio do movimento. Assim, apesar de terem existido na proposição de alguns agrupamentos anarquistas concepções malatestianas: de uma organização política específica anarquista atuando em um movimento sindical neutro, e de possíveis alianças com outros grupos sociais e políticos no contexto das lutas, ainda que mantendo a autonomia dos libertários, estas alternativas, no entanto, não foram praticadas. A predominância das concepções kropotkinianas entre os anarquistas de São Paulo, assim, influenciou para que muitos libertários desenvolvessem a concepção de que, estando o anarquismo no ápice do desenvolvimento natural da humanidade, todos os obstáculos artificiais a este equilíbrio natural seriam derrubados pela ajuda e apoio mútuo da luta libertária (BONOMO, 2007, p. 416). Isso queria dizer que, ao contrário das concepções malatestianas, cuja a ajuda e o apoio

mútuo são determinados pela vontade humana – enfatizando o problema da organização para concretizar o advento da “anarquia” –, a ajuda e o apoio mútuo encarados na perspectiva de um desenvolvimento inexorável e natural da sociedade – advindas das compreensões kropotkinianas – conduziu a posturas diversas e uma ênfase na conduta individual – que fosse íntegra, incorruptível, em coerência com a doutrina (BONOMO, 2007, p. 416-417).

Sendo assim, na medida que a “sociedade caminhava para a perfeição”, para a “anarquia”, que era o desenvolvimento natural da sociedade, a questão de se manter firme nos postulados ácratas – a conduta ética – se tornou um empecilho, um entrave, para novos posicionamentos e novas propostas de organização (BONOMO, 2007, p. 417). Assim, por suas próprias insuficiências de se engajar em lutas policlassistas – com a reclusão no interior do movimento operário –, por suas concepções de mundo, projetos e formas de organização próprias dos anarquistas – respaldados por suas leituras teóricas de uma vertente específica do movimento anarquista internacional – os libertários foram, portanto, responsáveis por elementos importantes de seu próprio declínio (BONOMO, 2007, p. 422-424). É certo também que Bonomo (2007, p. 418-420) pondera de que é provável que, com a fragilização cada vez maior do movimento anarquista devido a repressão ao longo dos anos, a não participação em certos movimentos, a neutralidade e o auto isolamento podem ter sido um recurso de defesa, de autoconservação.

A partir destas contribuições devemos logo pensar que o pensamento anarquista também apresentou os seus problemas, pois a partir do momento que os anarquistas se prenderam e se limitaram a posturas dogmáticas – seja por suas limitações de compreensão da doutrina ou por leituras ortodoxas – o anarquismo se “perde”. Isso porque o anarquismo é “movimento”, estas manifestações de dogmatização, de repetição de formulações, mantendo posturas que impediam novos posicionamentos, novas propostas e visões – e que se diga de passagem também foram comuns em nossas fontes – poderiam ser sintomas de que o anarquismo brasileiro estava se retraindo, contraindo-se sobre si mesmo. Isso porque o movimento ácrata estava perdendo a sua base social: espremidos pela violenta repressão; vendo os seus sindicatos autônomos se esvaziando; o número de sindicatos anarquistas diminuindo; militantes presos, mortos ou expulsos do país; e a burocratização crescente do Estado cercando cada vez mais as possibilidades de lutar pela via da ação direta. Tudo isso foi um processo ao longo de anos, esta fragilização das ligações do movimento ácrata com uma base social significativa – ainda que restrita a classe operária urbana – se iniciou após a conjuntura de ascensão das lutas operárias de 1917-1920, se estendendo até 1935. Ainda que, em 1931-1932, o movimento operário anarquista de São Paulo tenha atingido um breve

revigoramento, a tendência já era de declínio, devido a fragilização ao longo dos anos com o abandono de muitos militantes que não suportavam as exigências das lutas. Questões estas, portanto, que também foram apontadas por Bonomo (2007, p. 413-414).

Dessa forma, podemos considerar que o anarquismo brasileiro, ao longo dos anos, não só foi perdendo a sua base social, com a diminuição de sua influência política sobre o movimento operário, como também, assim, esse fato fez com que a militância anarquista perdesse, paulatinamente, o contato com a realidade dinâmica das lutas sociais. Em uma mudança de conjuntura histórica onde o avanço do Estado corporativo, da burocratização social e das pressões para uma organização eleitoral e parlamentar das lutas sociais – promovida especialmente pelos comunistas – se aglutinavam, o isolamento político daqueles que lutavam pela via da ação direta é um elemento importante a se destacar. Com isso, cada vez mais fora da dinâmica das lutas diretas e cotidianas, o anarquismo deixa de se renovar, torna-se conservador defendendo “zelosamente seu patrimônio”, fechando-se “num círculo esterilizante de mera repetição” (IBÁÑEZ, 2015, p. 26). Já que o pensamento anarquista se desenvolve nas práticas constantes de luta contra a dominação (IBÁÑEZ, 2015, p. 27). E acreditamos que esse fenômeno também ocorreu para o caso brasileiro, pois a fé quase religiosa na bondade que professavam, na visão de “progresso histórico” que compartilhavam, prejudicaram nas mudanças de pensamento e postura dos anarquistas (BONOMO, 2007, p. 418). De uma doutrina antidogmática por essência, alguns libertários se perderam em dogmas.

No entanto, de acordo com Bonomo (2007, p. 424), isso não quer dizer que devemos retornar aos inícios dos estudos historiográficos do movimento operário e reafirmar ideologicamente as insuficiências práticas e teóricas do anarquismo e a sua incapacidade política, mas apenas de que as concepções dos anarquistas perderam os seus vínculos com a realidade. É importante tentar evitar o quanto possível alguns problemas perigosos que os estudos históricos sobre o movimento operário e as esquerdas por vezes cometem, ainda mais em um estudo como o nosso. Como a tentação, por exemplo, de ao reviver antigas batalhas ideológicas, o historiador se descuidar de uma análise judiciosa, situada na ótica do contexto que produziu as fontes. Ou, ainda, o problema de se perder em uma história especulativa, indo para muito além do valor apriorístico das fontes, tentando fazer uma história contrafactual, do que poderia ter acontecido. Não buscamos aqui, portanto, justificar o passado.<sup>486</sup>

Mas a natureza de nosso trabalho foi oferecer uma nova contribuição para a história do pensamento político e do imaginário político dos anarquistas no Brasil. Por isso, nós

---

<sup>486</sup> Realizamos estas reflexões acerca do problema da ideologia nos estudos históricos sobre o movimento operário a partir das contribuições de Hobsbawm (2005, p. 22-23).

devemos, agora, apresentar as análises finais de nossas fontes para discutir em quais momentos, e de que forma – no campo da produção do pensamento político – o anarquismo brasileiro se manteve em “movimento”. Isto é, até que ponto e quando o pensamento dos anarquistas, nos temas analisados, se mostrara dinâmico, ou seja, articulados com a realidade, ainda vivos, ativos, apresentando concepções novas e propostas alternativas. Procuraremos, para isso, não sermos exaustivos já que a documentação analisada foi extensa. Então, seria interessante seguirmos as nossas divisões por temas e na ordem cronológica dos capítulos.

Em nosso primeiro tema, “*A organização operária e a luta dos trabalhadores*”, é interessante destacarmos alguns pontos altos dos aspectos dinâmicos apresentados pelo pensamento anarquista. Inicialmente, então, em nosso primeiro período de análise, entre 1922 a 1924, abarcado pelo segundo capítulo, é de destacar que, logo de início, os anarquistas de *O Libertario* tenham apontado o caráter nada “transitório” do regime político russo – questionando os pontos da teoria marxista sobre a “transitoriedade” da “ditadura do proletariado”. É claro que para os comunistas o tempo desta “transitoriedade” era incerta, mas os anarquistas também estavam enfatizando a disposição do regime comunista russo em se manter no poder, como ficou mais evidente pelas contribuições de Gaston Leval em *A Plebe*, por meio da imprensa anarquista internacional. Estas discussões que tinham por referência a Rússia eram incontornáveis para os debates no movimento operário. Assim, enquanto os comunistas – principalmente por meio da revista *Movimento Comunista* – passaram a acusar os anarquistas de estarem fora da realidade e de serem dogmáticos, por não compreenderem que a conjuntura do mundo tinha mudado com a Guerra Mundial e com a Revolução Russa – expressando o imaginário da “revolução mundial”. Os anarquistas, por sua vez, já naquela época denunciavam a “mistificação” que era o dito caráter “transitório” da “ditadura do proletariado” – expressando a ideia de outros caminhos para a transformação revolucionária que passava por uma “evolução das consciências”, defendendo essas convicções pelo imaginário de uma revolução anarquista que representasse um estágio mais avançado de “elevação humana”, como no jornal *O Libertario*.

É curioso que este primeiro capítulo de análise, “*No Fogo da Crise: os conflitos de utopias nos tempos das sublevações militares*”, tenha apresentado, nos três temas, fortes visões utópicas e uma abundância de formas de imaginários políticos em disputa. De fato, parece que as crises políticas e ideológicas daqueles “tempos quentes” tenham produzido uma situação de “explosão utópica” de visões e imagens que eram vinculadas ao pensamento político com o intento de reforçá-los.

Mas apesar das críticas dos comunistas isso não quer dizer que os anarquistas não tenham reconhecido a inevitabilidade das “lutas de classes”, como foi expresso em *A Plebe*, ao reafirmarem as suas linhas sindicais. Apesar de uma revisão das bases da organização sindical se tratar, para os comunistas, de uma mudança de conjuntura óbvia – que estavam de acordo com as expectativas daquela época devido aos impactos da Revolução Russa –, os anarquistas se esforçaram em demonstrar, inclusive lançando-se mão de informações provenientes da imprensa operária internacional, que os métodos sindicais dos comunistas, e da própria ISV na Rússia, eram centralizadores e autoritários – e, portanto, deletérios para a organização operária. Um exemplo interessante destes questionamentos nos vem de *O Trabalho* da UOCC do Rio de Janeiro, que se utilizou de informações provenientes da FORAC argentina.

Outro episódio importante nesta conjuntura de 1922-1924 foi a “Batalha das Federações”, nas disputas sindicais entre os anarquistas e comunistas, em que os primeiros – acusados de divisionistas – não se recusavam a “frente única” com os comunistas por mero instinto de conservação, mas porque constatavam que sua forma de organização sindical era centralista e autoritária – respaldados ainda pelos documentos internacionais anteriormente publicados na imprensa operária, que evidenciavam os métodos da ISV. É importante ainda ressaltar as críticas dos anarquistas em relação às aproximações dos comunistas com os cooperativistas ligados ao governo na CSCB. Questões estas que se destacaram no jornal *A Patria*. Para uma corrente política que sofria constantes perseguições governamentais, aquelas atitudes dos comunistas eram no mínimo suspeitas e essa aliança, aliás, pode ter influenciado em algumas reflexões interessantes que vieram do campo libertário.

Nesse ponto é importante lembrar que o movimento anarquista não possuía uma visão ou um posicionamento que fosse “oficial”, único, que tinha que ser seguido por todos, como uma estrutura partidária. Então, as manifestações e opiniões, salvo quando eram um documento publicado em nome de um sindicato ou organização, geralmente, eram expressões pessoais e individuais dos militantes. Assim, no que concerne ao que podemos apontar como as manifestações de pensamento mais dinâmicas com a realidade, isto é, que se destacaram por seu nível de crítica, de análise sobre os acontecimentos de seu tempo e que apresentaram abordagens diferenciadas, certamente, deveremos mencionar o nome de José Oiticica. Ele não foi o único, mas certamente um dos mais presentes na produção de reflexões contundentes que colocaram o pensamento anarquista em “movimento”. Já nesse segundo capítulo, revelamos que José Oiticica tinha tecido considerações interessantes na época sobre o sindicalismo no interior do grupo “Os Emancipados”, denunciando os perigos dos sindicatos

libertários se degenerarem para o reformismo, pela luta econômica se tornar um fim em si mesmo. Nessa ocasião, como sublinhamos, José Oiticica se utilizava dos suportes teóricos de Malatesta, o que é um dado interessante. É possível que as críticas que o grupo “Os Emancipados” dirigiram ao jornal *A Plebe*, publicadas no mesmo periódico operário, portanto, refletissem aspectos das discussões que estavam sendo realizadas com a participação de José Oiticica. Nessa ocasião, é interessante refletirmos que as críticas direcionadas à *A Plebe* pelos Os Emancipados se deveram pelo fato de publicações, nesse jornal, de opiniões que tendiam para posicionamentos anarcossindicalistas e próximas do sindicalismo revolucionário – onde os sindicatos eram vistos como a célula organizadora da luta revolucionária e da sociedade futura. E isso, como apontamos, foram debates que estavam ocorrendo em meio as polêmicas contra a imprensa comunista naquele momento. São possíveis indícios documentais, portanto, dos efeitos de “reverberação” que mencionamos, pois pode ser que, nas discussões com os marxistas sobre as necessidades de uma maior centralização da organização operária, os anarquistas estavam revendo as suas próprias bases teóricas quanto a organização sindical. O debate entre as opiniões manifestadas por *A Plebe* e o grupo Os Emancipados poderia estar representando, assim, as disputas de opiniões entre anarcossindicalistas e anarco-comunistas malatestianos. É claro que evidenciar isso dependeria de outros estudos e da utilização do jornal *A Revolução Social* de Os Emancipados – periódico ao qual não conseguimos acesso.

Contudo, encontramos também a atuação direta do próprio Oiticica em *A Plebe* onde foram apresentados elementos novos do pensamento anarquista. José Oiticica, na série de artigos “Resposta necessária”, em relação às questões sobre a organização operária, se esforçou em demonstrar atitudes mais fraternais e antisectárias para com os comunistas – sem deixar de ser críticas para com eles. Assim, Oiticica se dirigiu especificamente aos comunistas e reconheceu toda a debilidade do movimento anarquista no que diz respeito à organização, fazendo uma autocrítica e enfatizando que, em relação a este aspecto, os comunistas realmente estavam a frente. Porém, nestas considerações Oiticica deixava bem claro que houve uma unidade de ação e pensamento no “bolchevismo”, em empreender a “vontade” de fazer a revolução imediatamente, que o aproximou do anarquismo. Contudo, o fato dos marxistas proporem a transformação revolucionária “a prestações”, por partes – se referindo a ideia de ditadura do proletariado –, isso acabava sendo uma fonte de “reformismo” ao invés de superação do capitalismo. É interessante que Oiticica tenha realizado estas reflexões justamente na época em que o PCB tinha procurado alianças políticas com a CSCB governista, o que pode ter influenciado em suas considerações.



Ainda nesse período, que compreendia da época da fundação do PCB às sublevações militares (1922-1924), em relação ao nosso segundo tema, “*A Rússia Soviética*”, nos deparamos com uma situação muito interessante que envolvia uma guerra de informação entre anarquistas e comunistas sobre a realidade da URSS. Não só uma “guerra de informações”, mas uma “guerra de imaginários”, de visões opostas sobre a Rússia, uma guerra entre “verdades” concorrentes e conflitantes entre si. Este é um dos temas mais empolgantes, onde as questões e os acontecimentos internacionais influenciavam nos debates entre as tendências operárias que seriam importantes para a organização trabalhista. Vimos, ao longo deste trabalho, que era como se o ato de se discutir e discorrer sobre os acontecimentos russos e o que a União Soviética representava fosse, quase assim, estar discutindo ao mesmo tempo sobre o movimento operário aqui no Brasil e os seus caminhos. Foi um tema fértil para o imaginário político e estas características gerais desse tema percorreram todos os períodos de nossa análise.

Com isso, já entre 1922-1924, os anarquistas acusaram e denunciaram veementemente as perseguições políticas na Rússia empreendidas pelos comunistas, e particularmente contra os anarquistas russos. Os casos da luta revolucionária de Makhno na Ucrânia e da Comuna de Kronstadt protagonizaram as polêmicas entre dois imaginários em disputa: o da “revolução mundial”, alimentado pelos comunistas; e o imaginário de uma revolução que tinha sido “traída”. É interessante que o imaginário da “revolução mundial”, simbolizado pelos comunistas pelas representações da “revolução proletária” – o país onde os “trabalhadores tomaram o poder” –, que era o prelúdio da expansão revolucionária soviética sobre o mundo, foi utilizada como um recurso para qualificar os anarquistas como “dogmáticos”, “irrealistas” e apegados a meras questões “morais”, por se recusarem a aderir a frente única dos comunistas. Isso fez até mesmo que militantes como Antonio Bernardo Canellas acusassem os anarquistas, pelas páginas de *Movimento Comunista*, de estarem colaborando com a campanha da imprensa burguesa contra a Rússia. Do outro lado, é interessante como os anarquistas buscaram se aproximar dos fatos russos por meio das fontes advindas da imprensa operária internacional, denunciando, associado ao imaginário, de uma “revolução traída”, a supressão das autonomia dos “soviets”, que poderiam ter sido uma prefiguração da “revolução social” rumo à anarquia, traídos pelo autoritarismo bolchevique que desviou a revolução de seu rumo original. Representações estas, contidas nas visões dos anarquistas sobre a Rússia, que permaneceram por todo nosso período de análise.

Dessa forma, nessa temática talvez nós tenhamos nos deparado, mais do que nas outras, com os efeitos da articulação do imaginário político com as ideias políticas. Já

tínhamos destacado o quanto a ocorrência de determinadas representações, que constituíam um imaginário político, pode ser entendida como formas de disputas de poder simbólico entre as correntes do movimento operário. De maneira que o poder simbólico é garantido e reforçado pela apropriação dos símbolos (BACZKO, 1985a, p. 298-299). Assim, os imaginários políticos, como o da “revolução mundial” e o da “revolução social traída”, atuavam como “potências mobilizadoras” dos posicionamentos políticos, reestruturando o campo mental, criando realidades e reforçando a unidade dos grupos políticos (GIRARDET, 1987, p. 182-184).

Um dos pontos altos da expressão dinâmica do pensamento anarquista neste tema, que chamamos atenção ao longo deste trabalho, e que foram apontados já nesta fase inicial entre 1922-1924, é quanto à questão das fontes de informação que eram utilizadas a respeito da Rússia. Assim, observamos ao longo de toda a pesquisa que há evidências de que os comunistas tenham empregado uma forma de “autocensura”, ainda que inconsciente e involuntária, por utilizarem mais relatos e opiniões favoráveis a Rússia, mas, sobretudo, por se utilizarem muito de fontes provenientes das próprias autoridades soviéticas. O que tendeu, evidentemente, a transparecer uma visão positiva do regime soviético. Diferentemente, no entanto, os anarquistas lançaram mão de uma variedade maior de matérias advindas principalmente da imprensa operária internacional – e não poucas vezes, como vimos, essas posições mais críticas dos libertários, bem menos dogmáticos do que os comunistas na sua cobertura jornalística, permitiram com que eles tecessem considerações mais próximas da realidade russa do que a visão “oficial” dos comunistas. Portanto, este é um tema que também podemos perceber o efeito de “reverberação” que nos referimos porque, a partir da visão heroica da “revolução mundial” que os comunistas passavam, os anarquistas se aprofundavam em suas tentativas de apreender o que realmente se passava na Rússia.

Este efeito de “reverberação” das discussões fica claro, mais uma vez, com as contribuições afiadas de José Oiticica. Continuando a sua série de “respostas necessárias” dirigidas aos comunistas e publicadas em *A Plebe*, Oiticica questionava a tese dos comunistas de que o regime fechado e autoritário dos bolcheviques na Rússia permaneceria – porque a revolução mundial não tinha acontecido –, apontando que isso era um alibi dos marxistas que se apegaram ao poder, apoiados pela própria doutrina marxista. Em seguida, ele alegava que os anarquistas russos tinham lutado ao lado da revolução, mostrando informações detalhadas sobre o movimento libertário russo e, o mais importante, Oiticica começava a desmistificar o “mito soviético” da “revolução mundial” já nessa época. Isso porque ele indicava – criticando as alegações de Astrojildo Pereira no *Movimento Comunista* – que era um erro acreditar que

a revolução mundial estava próxima e que o capitalismo mundial estava passando por suas crises finais. Oiticica apontava que o capitalismo, ao contrário, estava ainda muito forte e que os seus valores “burgueses” penetravam cada vez mais entre o próprio proletariado. Diante de todas as visões de utopias em conflito naquela época, as alegações de Oiticica foram bem conectadas com a realidade.

Em relação ao terceiro tema no período de 1922-1924, de “*As crises políticas da República*”, não há como não mencionar o apoio dos anarquistas de *A Plebe* à revolta tenentista de São Paulo em 1924. Desde a primeira sublevação militar de 1922, os anarquistas começaram encarando aqueles acontecimentos de forma desconfiada e sem conferirem maior importância. Contudo, a revolta de 1924 representou possivelmente o episódio mais dinâmico do pensamento anarquista dentro deste tema de análise em todo o percurso cronológico estudado. O fato de os anarquistas terem se utilizado dos aportes teóricos de Malatesta naquela ocasião, para apoiarem o movimento tenentista, demonstrava um grau de dinamismo do pensamento libertário com as realidades das crises da República naquele momento que não devem ser desprezadas. Como vimos ao longo do trabalho, as desconfianças que eles tiveram em relação aos tenentes não eram infundadas, diante das concepções elitistas dos militares revoltosos. Entretanto, apesar da declaração pública dos anarquistas ter sido um tanto quanto ingênua, pois facilitou a repressão posterior, essas atitudes podem ser tomadas como indícios das concepções que desenvolveram naquele momento sobre a revolução. Assim, os anarquistas se depararam com uma possibilidade real de luta armada e de um processo revolucionário. O fato de terem dado publicidade aberta de suas opiniões indicava que, para eles, a revolução social do Brasil só poderia ocorrer pela adesão espontânea e sincera de todos, ao qual teria que começar pelo exemplo deles próprios.

Na fase seguinte de nossas análises, no período do “*Interstício*” (1924-1927), destacaram-se, quanto a *organização operária*, as manifestações de Saavedra enquanto representante de uma oposição anarquista no interior de *O Internacional* e os debates com os comunistas sobre o corporativismo operário. Mas, na verdade, um elemento novo nas reflexões dos anarquistas nesse período, encontramos no jornal *O Sindicalista*, visto que os anarquistas gaúchos protagonizaram o pensamento libertário naqueles difíceis tempos de censura. Observamos que anarquistas importantes, como Edgard Leuenroth, Domingos Passos e Florentino de Carvalho tinham entrado em contato com o movimento operário do Rio Grande do Sul nessa época. Assim, podemos averiguar pelas páginas de *O Sindicalista* que o movimento gaúcho tendeu, na época, portanto, de concepções libertárias de defesa dos princípios do sindicalismo revolucionário, para posicionamentos mais próximos do

anarcossindicalismo – sendo mais hostis a aderentes filiados a partidos políticos e vinculando oficialmente a FORGS à AIT. Estes debates ocorreram em pleno conflito com os comunistas. Parece, assim, ser mais um indício de que os anarquistas estavam – a partir de seus conflitos com os marxistas – tentando articular mecanismos que garantissem maior coesão e solidez as suas organizações sindicais. Já as críticas libertárias em 1927, principalmente nos debates entre *A Plebe* e *A Nação*, em relação à luta pela via parlamentar e eleitoral e, a que mais se destacou, as considerações ácratas sobre o caráter reformista – de arrefecimento das lutas – ao se pressionar pela legislação trabalhista, completam os exemplos mais claros de um pensamento anarquista ainda dinâmico, em “movimento”, e conectado com problemas que realmente estavam acontecendo, que era o início da burocratização sindical.

Nesse período de “interstício” as abordagens dos anarquistas sobre a *Rússia soviética* foram férteis. Enquanto que os comunistas tenderam a manter a visão heroica da Revolução Russa e da URSS, apelando para o imaginário do “país e do governo dos trabalhadores”, exagerando até ao ponto de ver aquele país como o “paraíso socialista e dos pobres” – ainda que demonstrando informações plausíveis sobre a modernização e recuperação econômica da Rússia –, os anarquistas, por sua vez, conseguiram ser mais realistas. As crônicas jornalísticas publicadas em *O Sindicalista* sobre o extremo autoritarismo e violência do regime soviético sobre os próprios trabalhadores russos, por si só, já foram manifestações interessantes dos esforços dos libertários de desmistificarem o mito soviético, que merecem atenção, pois foram realidades comprovadas pela moderna historiografia da Revolução Russa. Ainda assim, contudo, o pensamento anarquista neste período, mais uma vez, foi enriquecido pelas colaborações de José Oiticica em *A Plebe* em dois pontos fundamentais. Primeiro, Oiticica, em 1927, faz comentários sobre as disputas e conflitos políticos no interior do PCUS, entre Trotsky e Stálin, adiantando indiretamente elementos dos debates russos que fundamentariam as posições do pensamento trotskista que seriam introduzidos no Brasil só em 1929. Como também faz considerações de um “capitalismo de Estado” na Rússia. Em outro momento, Oiticica questionava todo o processo parlamentar das eleições dos soviets na Rússia como um processo controlado pelo governo comunista, sendo que o jornal *A Nação* tinha publicado matérias sobre a Rússia sobre este mesmo assunto. A completa falta de independência do processo eleitoral soviético, portanto, foi comprovada pela moderna historiografia e estes exemplos, assim, são mais alguns pontos altos das manifestações dinâmicas e inovadoras, para a época, das contribuições do pensamento anarquista sobre a URSS.

No terceiro tema das *crises da República* nesse período, temos apenas para destacar as visões utópicas de uma revolução social brasileira empolgadas pelas lutas da Coluna Prestes,

contidas no impresso *A Liberdade*. Uma revolução que seria de “todos” e sem partidos. Por outro lado, o destaque também cabe a uma visão oposta, expressa por Florentino de Carvalho em *A Plebe*, de que as batalhas da Coluna Prestes tinham sido uma luta fratricida desnecessária, criticando duramente o oportunismo político dos líderes tenentistas já em 1927. Diante das lutas pelo poder que ocorreriam nos anos seguintes, com a dissolução da Primeira República, estas considerações de Florentino de Carvalho não devem ser desprezadas como uma interpretação crítica, e libertária, do processo político brasileiro.

Na última etapa de nossa análise, a utopia operária anarquista se manteve na defensiva, na resistência contra o avanço da repressão burocrática. A conjuntura de 1928 a 1935 enfraqueceu, lentamente, os laços do movimento libertário com o movimento operário e, conseqüentemente, o dinamismo e o “movimento” de seu pensamento. Ainda assim, porém, destacaram-se nas discussões sobre *a organização operária e a luta dos trabalhadores* as polêmicas com os trotskistas quanto aos princípios da autonomia sindical em oposição ao controle do governo. Mesmo nessa época difícil, de retração do anarquismo, conseguimos identificar mais algumas manifestações de opiniões críticas no movimento e até apresentando elementos novos. Como quando o “Centro Libertário Terra Livre”, o grupo editor de *A Plebe*, emitiu opiniões próximas do anarcossindicalismo, como destacamos, que colocavam uma centralidade maior no papel dos sindicatos. Isso causou a manifestação de outros militantes no jornal – como em 1923-1924 – que, inclusive, emitiram opiniões malatestianas, criticando a valorização excessiva dos sindicatos e – o que foi ainda mais importante – autocríticas foram emitidas, no sentido de que a militância ácrata não deveria ficar reduzida apenas aos espaços sindicais. Essa foi uma consideração e uma crítica, portanto, que não tinha sido apresentada antes, de forma tão explícita, na imprensa anarquista até então – ao menos nas fontes que tivemos acesso. Como comentamos, estes podem ser indícios também da “reverberação” das discussões dos anarquistas com os marxistas sobre a fragilidade das organizações ácratas.

Sobre a Rússia, nesse período da burocratização dos anos 1930, as opiniões e avaliações críticas dos anarquistas ainda se mantiveram articuladas, e atentas, com os acontecimentos contemporâneos, apesar das dificuldades. Essa foi uma época de desconstrução total do mito soviético para os libertários. As perseguições do período stalinista contra a própria dissidência comunista – representada pelos seguidores de Trotsky –; as violências contra o campesinato russo no processo da coletivização estatal; e o crescente militarismo e belicismo da cultura soviética do período, não passaram despercebidas pelas páginas da imprensa anarquista. Sensíveis à crescente concentração de poder do processo

soviético, os anarquistas empregaram, já naquela época, a ideia de “totalitarismo” para explicar o sistema político russo.

Por fim, ao chegar no último tema das crises brasileiras nesse contexto dos anos 1930, observamos que o pensamento anarquista sobre os movimentos políticos do período, no caso sobre a “Revolução” de 30 e a Guerra Civil paulista, se limitaram, realmente, a condenar o seu caráter “político” de luta pelo poder. Não houve avaliações, nem mesmo por meio das reflexões de Malatesta, de participação nestes eventos. Os libertários repetiam, assim, velhas formulações e, em parte, podemos dizer que se “auto isolavam”. Salvo indicações interessantes de que também houve, entre os libertários, militantes que passaram a construir outras explicações da crise brasileira e que atentavam – assim como os trotskistas – para as causas endógenas da própria realidade nacional – criticando as teses do PCB que se baseavam em interpretações ilusórias. Ainda houve esboços de reflexões maiores em relação à ANL, inclusive lembrando os preceitos de Malatesta, indicando possíveis adesões àquela aliança, mas que não se concretizaram na prática e não foram profícuas no campo do pensamento político. Assim, há certas evidências de que o pensamento anarquista não estava completamente inativo, mas já era bem menos dinâmico, se isolando e ossificando.

A partir deste conjunto de exemplos e evidências na produção da imprensa operária, entre 1922 a 1935, acreditamos possuir, portanto, indícios concretos de que o pensamento político dos anarquistas apresentou alguns elementos novos no período e de que foi relativamente dinâmico. Elementos novos, principalmente quanto aos debates sobre o sindicalismo, e da necessidade de uma organização política anarquista mais coerente e sólida fora dos sindicatos. E quando afirmamos “relativamente dinâmico”, foi principalmente em relação ao pensamento anarquista sobre a Revolução Russa e a URSS, pois os libertários se mostraram atentos, conectados e bem informados sobre o que se passava na Rússia. É claro que devemos concluir, atentando de que todos estes exemplos pouco contribuíram para mudanças práticas que contornassem os impasses da crise que o movimento anarquista atravessava. E também de que as manifestações mais dinâmicas e inovadoras do pensamento anarquista foram esporádicas e partiram de contribuições individuais e de setores específicos do movimento libertário.

Logicamente que todo este estudo também demonstra a possibilidade de que novas reflexões interessantes e próprias daquele momento histórico também foram produzidas no campo marxista. Apesar da ortodoxia exercida pelo paradigma soviético que tinha que ser seguido pelos comunistas, os debates cotidianos com os anarquistas na imprensa trabalhista

podem ter influenciado em aspectos novos do pensamento marxista – que poderão ser revelados em estudo específicos desta tendência.

Acreditamos ter conseguido demonstrar, assim, as principais contribuições do pensamento político dos anarquistas no período estudado. Contribuições tanto para o pensamento político das esquerdas quanto para o pensamento brasileiro. Procuramos construir ao longo deste trabalho, a partir das necessidades impostas pela análise das fontes, os nossos próprios caminhos e métodos para auxiliar no desenvolvimento da compreensão histórica do pensamento anarquista brasileiro e do movimento operário. Trabalhamos, dessa forma, com os embates e conflitos entre as *Visões da Utopia* que disputaram o movimento operário pela sua imprensa. Buscamos demonstrar o quanto as representações utópicas, de um outro mundo possível, de justiça social e liberdade construído pela luta revolucionária da classe trabalhadora, foram determinantes para as reflexões políticas dos militantes de todas as tendências. O imaginário político se mostrou inseparável e como parte atuante do pensamento e das ideias políticas mais “racionalizadas”, objetivas e concretas sobre a atuação no presente – como a forma em que se deveria organizar a classe operária e a sua luta; como o movimento deveria se posicionar diante da Rússia; de que maneira a militância iria agir diante das crises políticas que o país passava.

A grande contribuição do anarquismo, portanto, foi ter colocado de forma séria, e em pauta nas discussões e debates políticos, os perigos da concentração ilimitada de poder do Estado e da centralização política para a própria liberdade e para o próprio progresso social dos trabalhadores. A grande contribuição dos libertários brasileiros foi na desmistificação da realidade de seu tempo histórico, apontando que estes problemas, do poder ilimitado do Estado, estavam ocorrendo na Rússia soviética, o que era algo extremamente herético para a época. Estas questões não se trataram, como vimos, de meras “construções ideológicas” dos anarquistas, pois eles apontaram que isso consistia em uma realidade na Rússia. Assim, o que o anarquismo brasileiro, ativo em “movimento”, oferecia para o pensamento político brasileiro do período, tão apegado às concepções de soluções militaristas, de golpe de Estado para se atingir o poder e efetuar as mudanças – presentes tanto à direita quanto à esquerda – foi de que não haveria possibilidades de avanços democráticos se a luta social e política excluísse a participação ativa e concreta do povo e de todos os marginalizados na construção de novas formas de organização e práticas sociais de baixo para cima – e para isso a liberdade e autonomia dos trabalhadores era irrevogável. O anarquismo contribuiu no período, como nenhuma outra corrente, para a discussão sobre os perigos da burocratização como um processo que seria deletério para a própria luta de classes dos trabalhadores, contestando o

pensamento político dos comunistas que, como vimos, contribuíram para o processo de burocratização e para o próprio arrefecimento das lutas operárias.

Por fim, concluímos esta pesquisa acreditando que conseguimos apresentar alguns elementos, indícios e manifestações documentais que auxiliam e oferecem algumas contribuições na compreensão histórica, no sentido de superar os “silêncios” historiográficos deste período, de pós fundação do PCB e de declínio do movimento anarquista entre 1922 a 1935. Onde, na verdade, são as práticas do sindicalismo revolucionário que declinam, o que faz com que o anarquismo perca visibilidade. Buscamos trazer à luz a manifestação daqueles que foram mais ocultados pelo processo histórico, de auxiliar na quebra do “silêncio dos vencidos”, que foram os anarquistas – os vencidos no processo das disputas entre as memórias históricas e entre as forças políticas que estiveram em jogo durante as primeiras décadas republicanas do Brasil de inícios do século XX. Camadas marginalizadas do processo político e que consistiam em minorias políticas, assim eram os anarquistas, mas que conseguiram representar setores importantes da classe operária urbana organizada e dar voz e publicidade às opiniões e pensamentos relevantes quanto a autonomia política coletiva e individual; à justiça social e formas de democracia direta e horizontal. Procuramos, assim, apresentar uma “história vista de baixo”, uma história política e cultural a partir de setores marginalizados pela política “tradicional”, muitas vezes realizadas por militantes que eram trabalhadores de fábrica, operários libertários que colocavam a sua vida em prol da causa e do ideal da utopia ácrata contida em seus jornais operários. Assim, oferecemos as nossas contribuições para questionamentos maiores das explicações totalizantes e ideológicas na historiografia que apontaram que o anarquismo brasileiro ficou apenas apegado ao passado, superado pelo processo histórico que demonstrava a superioridade, e a própria superação, das doutrinas e métodos marxistas sobre o anarquismo. Questionando, dessa forma, as visões deterministas que apontam a incapacidade prática do anarquismo e que ocultam, muitas vezes, as críticas e contribuições libertárias para o pensamento político e para uma outra “política” possível.

Dessa maneira, o pensamento anarquista brasileiro no período estudado não se manteve estático, mas foi dinâmico, demonstrando elementos novos na crítica para o debate político como um todo. Ao desmistificarem a política institucional, inclusive a que se passava na Rússia, os anarquistas contribuíram para apontar as relações perigosas entre utopia e totalitarismo. Relações estas que ocorreram, mas de forma em que as utopias sociais foram instrumentalizadas pelo poder totalitário, ponto em que o anarquismo reivindicava em suas críticas uma utopia que fosse “legítima” diante dos fracassos da realidade. O que torna esse



ponto interessante, como aponta Baczko (1985b, p. 385-387), nos estudos das relações das representações utópicas com sistemas políticos autoritários, quanto também nas suas intercambianções com movimentos heterodoxos como o anarquismo.

Acreditamos que entre um mundo, onde o que se ficou compreendido enquanto socialismo se perdeu em labirintos burocráticos e num autoritarismo asfixiante, e um outro mundo, em que as limitadas e frágeis democracias representativas são ameaçadas pelo poder, igualmente totalitário, da economia de mercado, os libertários ofereceram grandes contribuições. Desde que não seja um pensamento fechado sobre si mesmo, mostrando-se como uma teoria pronta e acabada com fés escatológicas, o anarquismo ainda possui, portanto, muito a oferecer ao campo do pensamento político e igualmente para a própria história das experiências políticas.

## Referências

### 1. Fontes primárias (imprensa operária)

- A Classe Operaria* (Rio de Janeiro-RJ, 1925 e 1928 a 1930).  
*A Liberdade* (São Paulo-SP, 1924).  
*A Luta de Classe* (Rio de Janeiro-RJ, 1930 a 1935).  
*A Nação* (Rio de Janeiro-RJ, 1927).  
*A Pátria* (Rio de Janeiro-RJ, 1923-1924).  
*A Plebe* (São Paulo-SP, 1922 a 1924, 1927 e 1932 a 1935).  
*Movimento Comunista* (Rio de Janeiro-RJ, 1922-1923).  
*O 5 de Julho* (Rio de Janeiro/Niterói-RJ, 1924 a 1926 e 1932 a 1933).  
*O Combate* (São Paulo-SP, 1928).  
*O Internacional* (São Paulo-SP, 1922 e 1924 a 1928).  
*O Libertario* (São Paulo-SP, 1922).  
*O Solidario* (Santos-SP, 1923 a 1926).  
*O Syndicalista* (Porto Alegre-RS, 1923 a 1928).  
*O Trabalhador* (São Paulo-SP, 1931 a 1934).  
*O Trabalhador Graphico* (São Paulo-SP, 1922 a 1929 e 1932 a 1935).  
*O Trabalho* (Rio de Janeiro-RJ, 1922 e 1924).  
*O Trabalho* (São Paulo-SP, 1931).  
*Voz Cosmopolita* (Rio de Janeiro-RJ, 1922 a 1928 e 1933).

### 2. Bibliografia

ADDOR, Carlos Augusto. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In: \_\_\_\_\_; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 13-35.

\_\_\_\_\_. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Risoma, 2015.

ALAMBERT, Francisco. Mário Pedrosa. Política e arte em revolução. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 407-428.

ALVES, Paulo. **A Verdade da Repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo. Editora Arte e Ciência/Unip, 1997.

AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 249-272.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Trad. Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARCHINOV, Piotr. **Historia del Movimiento Makhnovista (1918-1921)**. Trad. Volin y Diego Abad de Santillán. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2008.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 191-229.

ARVON, Henri. **A Revolta de Kronstadt**. Trad. Elvira Serapico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

AVELINO, Nildo. **Anarquistas: ética e antologia de existências**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

AVRICH, Paul. **Kronstadt 1921**. Buenos Aires: Utopia Libertaria, 2006.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ROMANO, Ruggiero. (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985a. V. 5, p. 296-332.

\_\_\_\_\_. Utopia. In: ROMANO, Ruggiero. (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985b. V. 5, p. 333-396.

BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich. Carta ao jornal La Liberté, de Bruxelas. In: \_\_\_\_\_. **Obras Seletas 1**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo, 2016a, p. 231-256.

\_\_\_\_\_. Escrito contra Marx. In: \_\_\_\_\_. **Obras Seletas 1**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo, 2016b, p. 267-324.

\_\_\_\_\_. Federalismo, Socialismo e Antiteologismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras Seletas 2**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo, 2017, p. 239-339.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e Liberdade**. São Paulo: Luta Libertária, s.d.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. Panorama sócio-histórico da imprensa paulista. In: \_\_\_\_\_. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. **O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, n. 12, p. 128-141, 2005.

BARTZ, Frederico Duarte. **O Horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920)**. (Dissertação de Mestrado). UFRGS, 2008.

BATALHA, Cláudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo**

**excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 161-189.

\_\_\_\_\_. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 145-158.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Célia et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BERTHIER, René. Os anarquistas e o sufrágio universal. In: COÊLHO, Plínio Augusto. (Org.). **Os Anarquistas e as Eleições.** Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo, 2018, p. 109-126.

BESANCENOT, Oliver; LÖWY, Michael. **Afinidades Revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários.** Trad. João Alexandre Peschanski, Nair Fonseca. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920).** Londrina: EDUEL, 2008.

BONOMO, Alex Buzeli. **O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935).** (Dissertação de Mestrado). PUCSP. São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido.** 2ª. Ed. Brasília: Editora da UNB, 2002, p. 321-334.

BRAVO, G. M. Movimento operário. In: BOBBIO, Norberto. (et al.). **Dicionário de Política.** Trad. Carmen C. Varriale. (et al.). 3ª Ed. Brasília: Editora de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1991. V. 2, p. 781-786.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III (O Brasil Republicano), V. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 375-400.

CAMPOS, José Roberto. **O que é Trotskismo.** 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAPELATO, Maria Helena R. **O Movimento de 1932: a causa paulista.** 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. (Org.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.

CARONE, Edgard. **A República Velha (instituições e classes sociais)**. 2ª Ed. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1972. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

\_\_\_\_\_. **A Segunda República (1930-1937)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

\_\_\_\_\_. **A República Velha (evolução política)**. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

\_\_\_\_\_. **O Tenentismo: acontecimentos-personagens-programas**. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. **O PCB. 1922 a 1943**. São Paulo: DIFEL, 1982. V. I.

\_\_\_\_\_. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2ª Ed. São Paulo: Difel, 1984.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARR, E. H. **Historia de la Rusia Soviética: la revolución bolchevique (1917-1923)**. Traducción Soledad Ortega. Madrid: Alianza Editorial, 1973a. V. 1. La conquista y organización del poder.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Rusia Soviética: la revolución bolchevique (1917-1923)**. Traducción Soledad Ortega. Madrid: Alianza Editorial, 1973b. V. 3. La Rusia soviética y el mundo.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Rusia Soviética: la revolución bolchevique (1917-1923)**. Traducción Soledad Ortega. Madrid: Alianza Editorial, 1974a. V. 2. El orden económico.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Rusia Soviética: el interregno (1923-1924)**. Traducción Fernando de Diego de la Rosa. Madrid: Alianza Editorial, 1974b. V. 4.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Rusia Soviética: el socialismo en un solo país (1924-1926) I**. Traducción Fernando de Diego de la Rosa. Madrid: Alianza Editorial, 1974c. V. 5. El escenario. El renacimiento económico.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Rusia Soviética: el socialismo en un solo país (1924-1926) II**. Traducción Fernando de Diego de la Rosa. Madrid: Alianza Editorial, 1975. V. 6. La lucha en el partido. El orden soviético.

CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais**. São Paulo: Editora Entremares, 2018.

CHACON, Vamireh. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

COELHO, Teixeira. **O que é Utopia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COLE, G. D. H. **Historia del Pensamiento Socialista: marxismo y anarquismo (1850-1890)**. Traducción de Rubén Landa. México: Fondo de Cultura Económica, 1958. V. 2.

\_\_\_\_\_. **Historia del Pensamiento Socialista: comunismo y socialdemocracia (1914-1931) – primera parte**. Traducción de Enrique Gonzáles Pedrero. 1ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1961. V. 5.

\_\_\_\_\_. **Historia del Pensamiento Socialista: comunismo y socialdemocracia (1914-1931) – segunda parte**. Traducción de Julieta Campos. 1ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1962. V. 6.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul (1898-1928). In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018a, p. 97-117.

CORRÊA, Felipe. **Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica**. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. O Anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018b, p. 19-69.

CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. Raízes do anarquismo no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad, 2006. V. I, p. 45-56.

COSTA, Caio Túlio. **O que é Anarquismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CUBERO, Jaime. Reflexos da Revolução Russa no Brasil. In: **Libertárias: 80 anos de Revolução Russa**, nº 1. São Paulo: Imaginário, 1997, p. 30-33.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 213-239.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930 O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DEL ROIO, Marcos. **A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889- 1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. Vol. I, p. 223-248.

\_\_\_\_\_. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **História do Marxismo no Brasil (o impacto das revoluções)**. 2ª Ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007b. V. I, p. 51-107.

DEUTSCHER, Tamara. Trotski, Lev Davidovitch. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 393-394.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Edaglit, 1962.

DOESWIJK, Andreas L. **Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rioplatenses (1917-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). Unicamp, Campinas, 1998.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 28, p. 13-28, 2000.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O Revolucionário Cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Condé Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 388-415.

FERRO, Marc. **O Ocidente diante da Revolução Soviética: a história e seus mitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Russa de 1917**. Trad. Maria P. V. Resende. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **A verdade sobre a tragédia dos Romanov**. Trad. Alessandra Bonruquer. 1º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Trad. Cezar Augusto Mortari. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FIGES, Orlando. **A Tragédia de um Povo: A Revolução Russa 1891-1924**. Trad. Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FITZPATRICK, Sheila, **A Revolução Russa**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Todavia, 2017.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas medias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GARNER, Jason. **Goals and Means: Anarchism, Syndicalism, and Internationalism in the Origins of the Federación Anarquista Ibérica**. Chico CA: AK Press, 2016.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDMAN, Emma. O fracasso da Revolução Russa. In: WOODCOCK, George. **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Trad. Júlia Tettamanzy e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM editores, 1981, p. 140-149.

\_\_\_\_\_. **Minha Desilusão na Rússia**. 1ª Ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017. V. I.

GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.). Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III (O Brasil Republicano). São Paulo: Difel, 1981, V. 3, p. 7-75.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Velhos Militantes: depoimentos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Trabalhismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. (Dissertação de Mestrado). FCL/UNESP. Assis, 2012.

GUALBERTO, Edney dos Santos. **Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919-1935)**. (Dissertação de Mestrado). USP. São Paulo, 2008.

GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo: da doutrina à ação**. Trad. Manuel Pedroso. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Risoma, 2015.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem Patrão! (memória operária, cultura e literatura no Brasil)**. 3ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HILL, Christopher. **Lênin e a Revolução Russa**. Trad. Geir Campos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.



HOBSBAWM, Eric J. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História do Marxismo: o marxismo no tempo de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. V. 1, p. 301-346.

\_\_\_\_\_. Problemas da História do comunismo. In: \_\_\_\_\_. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. Trad. João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a, p. 15-22.

\_\_\_\_\_. O bolchevismo e os anarquistas. In: \_\_\_\_\_. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. Trad. João Carlos C. Garcia e Adelângela S. Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b, p. 67-79.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o anarquismo. In: \_\_\_\_\_. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. Trad. João Carlos C. Garcia e Adelângela S. Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982c, p. 90-98.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. Podemos escrever a História da Revolução Russa? In: \_\_\_\_\_. **Sobre História: ensaios**. Trad. Cid Knipel M. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 256-267.

IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é Movimento: anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo**. Trad. Sergio Norte. São Paulo: Intermezzo: Imaginário, 2015.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro: o austromarxismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985a. V. 5, p. 113-141.

\_\_\_\_\_. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b. V. 6, p. 13-43.

\_\_\_\_\_. Internacionais. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 195-199.

JOLL, James. **Anarquistas e Anarquismo**. Trad. Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964.

JONG, Rudolf de. A A.I.T. de Berlim. De 1922 à Revolução Espanhola. In: COLOMBO, Eduardo. (et. al.). **História do Movimento Operário Revolucionário**. Trad. Plínio Augusto

Coelho. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 271-290.

\_\_\_\_\_. **A Concepção Libertária da transformação social revolucionária.** Trad. Beatriz Vianna Boeira. Rio de Janeiro: Faisca Publicações Libertárias, 2008.

KHOURY, Yara Maria Aun. **Edgard Leuenroth: uma voz libertária – imprensa, memória e militância anarco-sindicalista.** 1988. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 113-130.

KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

KOVAL, Boris. **A Grande Revolução de Outubro e a América Latina.** Trad. Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

KROPOTKIN, Piotr. Carta de P. Kropotkin a V. Lenin. In: **Libertárias: 80 anos de Revolução Russa**, nº 1. São Paulo: Imaginário, 1997, p. 19.

\_\_\_\_\_. **O Princípio Anarquista e Outros Ensaios.** Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Hedra, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Conquista do Pão.** Trad. Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 313-350.

LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. **José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista.** (Dissertação de Mestrado). FCL/UNESP. Assis, 2009.

LÉNINE, V. I. O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas.** Lisboa-Moscovo: Edições Avante-Edições Progresso, 1978a. Instituto de marxismo-leninismo anexo ao CC do PCUS. Tomo 2, p. 219-305.

\_\_\_\_\_. A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas.** Lisboa-Moscovo: Edições Avante-Edições Progresso, 1978b. Instituto de marxismo-leninismo anexo ao CC do PCUS. Tomo 2, p. 275-349.

\_\_\_\_\_. Teses de abril. In: Vários Autores. **Discursos que Mudaram o Mundo.** 1ª Ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010, p. 15-17.

LEUENROTH, Edgard; NEGRO, Hélio. **O que é Maximismo ou Bolchevismo: programa comunista.** São Paulo: Editora Entremares, 2017.

LEWIN, Moshe. O que era o sistema soviético? In: \_\_\_\_\_. **O Século Soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Trad. Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2007a, p. 459-474.

\_\_\_\_\_. O tempo e o mundo de Lenin. In: \_\_\_\_\_. **O Século Soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Trad. Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2007b, p. 333-356.

\_\_\_\_\_. Uma modernidade surpreendente. In: \_\_\_\_\_. **O Século Soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Trad. Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2007c, p. 377-385.

\_\_\_\_\_. Como Stalin governou? In: \_\_\_\_\_. **O Século Soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Trad. Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2007d, p. 111-127.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **A Semana Trágica: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

LÖWY, Michael. Marx, os marxistas e a questão nacional: a Revolução de Outubro e o sonho naufragado. In: NÓVOA, Jorge. (Org.). **Incontornável Marx**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 161-173.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

\_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; \_\_\_\_\_. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008a, p. 149-175.

\_\_\_\_\_. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; \_\_\_\_\_. **O Historiador e seu Tempo**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008b, p. 117-127.

MAKHAÏSKI, Jan Waclav. A ciência socialista, nova religião dos intelectuais. In: TRAGTENBERG, Maurício. (Org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 96-108.

MAKHNO, Nestor; BERKMAN, Alexandre; SKIRDA, Alexandre. **Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Anarquia e outros escritos**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2018.

MARÇAL, João Batista. Crônica dos velhos militantes libertários de Porto Alegre (1892-1930). In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 165-172.

MARQUES NETO, José Castilho; KAREPOVS, Dainis. O trotskismo e os trotskistas: os anos 1920 e 1930. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 379-406.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini M. São Paulo: Boitempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007b.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Guerra Civil na França**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTA, Fernando Reyes. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: \_\_\_\_\_. **A Informação na Nova Ordem Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 55-72.

MILIBAND, Ralph. Ditadura do proletariado. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 111-112.

MINTZ, Frank. (Comp.). **Anatol Gorelik: el anarquismo en la revolución rusa**. 1ª Ed. Buenos Aires: Libros de Anarres; La Plata: Terramar, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História**, Ouro Preto: UFOP, n. 6, p. 92-100, 1996.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

\_\_\_\_\_. Florentino de Carvalho, um professor indisciplinado! In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad, 2006. V. I, p. 181-202.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. Cultura política, história política e historiografia. **História e Cultura**, Franca, UNESP, v. 4, n. 1, p. 361-376, 2015.

NETTLAU, Max. **História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2008.

NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin: sangue, suor e barricadas**. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 207-242.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-37.

PAULO NETTO, José. **O que é Stalinismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PEIXOTO, Maitê. **O Quarto Poder Vermelho: embates teóricos e político-ideológicos entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos partidos comunistas do Brasil**. (Dissertação de Mestrado). PUCRS. Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro): 1922-1928**. Lisboa: Prelo Editora, 1976.

PETERSEN, Silva Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, UFRGS, nº 3, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III (O Brasil Republicano). Rio de Janeiro: Difel, 1977, V. 2, p. 135-178.

\_\_\_\_\_; HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979, V. I – O Movimento Operário.

\_\_\_\_\_. **Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHO, Adelino Tavares de. **Pela Educação e pelo Trabalho e outros escritos**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2012.

PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PIPES, Richard. **História concisa da Revolução Russa**. Trad. T. Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

PRADO, Antonio Arnoni. Imprensa, cultura e anarquismo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 131-148.

PROUDHON, Pierre-Joseph. O Nascimento da Anarquia: a morte da Propriedade. In: WOODCOCK, George. **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Trad. Júlia Tettamanzy e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM editores, 1981, p. 60-66.

\_\_\_\_\_. **Do Princípio de Autoridade**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. **Há razão suficiente para revolução no século XIX? Dissolução do governo no organismo econômico**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2019.

RAGO, Margareth. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 273-293.

REED, John. **Dez Dias que Abalaram o Mundo: “o mais célebre relato da revolução russa”**. Trad. Armando Gimenez. Porto Alegre: L e PM, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. Coleção Revoluções do século XX.

\_\_\_\_\_. **A Revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Manifestos vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. Trad. Octavio M. Cajado. São Paulo: Cultrix, 1976.

\_\_\_\_\_. Uma história presente. \_\_\_\_\_. (Org.). **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a, p. 13-36.

\_\_\_\_\_. Do político. \_\_\_\_\_. (Org.). **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b, p. 441-450.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 89-120.

ROCKER, Rudolf. **Os Sovietes Traídos pelos Bolcheviques**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2007.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e sindicalismo no Brasil: 1675-1913**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

\_\_\_\_\_. **Novos Rumos: história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946)**. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os Companheiros 1**. Rio de Janeiro: Editores Associados, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Companheiros 2**. Rio de Janeiro: Editores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Companheiros 3**. Florianópolis: Editora Insular, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Os Companheiros 4**. Florianópolis: Editora Insular, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Os Companheiros 5**. Florianópolis: Editora Insular, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997c.

\_\_\_\_\_. **Um Século de História Político-Social em Documentos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 173-184.

ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história malcontada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 51-68.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Trad. Paulo Martinez. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, V. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SALLES, Iza. **Um Cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2002.

\_\_\_\_\_. Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo. (et. al.). **História do Movimento Operário Revolucionário**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 125-189.

\_\_\_\_\_. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 89-111.

\_\_\_\_\_. Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. V. II, p. 37-49.

\_\_\_\_\_. **Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris.** São Paulo: Hedra, 2011.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. **Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil (PCB).** 2º Ed. Rio de Janeiro: Risoma, 2017.

SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas.** 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SEGATTO, José Antonio. **A Formação da Classe Operária no Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEGRILLO, Angelo. Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens. **Projeto História,** São Paulo, nº 41, p. 63-92, 2010.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Mémoire et Oubli : Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire.** Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992.

SERGE, Victor. **O Ano I da Revolução Russa.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 39-63.

SILVA, Rodrigo Rosa da. As idéias como delito: a imprensa anarquista nos registros do DEOPS-SP (1930-1945). In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil.** Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad, 2006. V. I, p. 113-132.

\_\_\_\_\_. Anarquistas e sindicalistas em São Paulo: repressão política e resistência nos anos 1930. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. (Org.). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas.** 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 273-298.

SKIRDA, Alexandre. **Os Anarquistas Russos, os Sovietes e a Revolução de 1917.** Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é Comunismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985a.

\_\_\_\_\_. **O que é Socialismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985b.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945).** Campinas: Editora da Unicamp, 2004.



\_\_\_\_\_. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 53-87.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2007.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. V. I. (A Queda do Tzarismo).

\_\_\_\_\_. **A História da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a. V. II. (A Tentativa de Contra-Revolução).

\_\_\_\_\_. **A História da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b. V. III. (O Triunfo dos Sovietes).

\_\_\_\_\_. **A Revolução de Outubro**. Trad. Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Permanente**. Trad. Hermínio Sacchetta. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e Anticlericalismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2000. Coleção Escritos Anarquistas.

VASSILEV, Pano. **A Idéia dos Sovietes**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2008.

VIANA, Nildo. A aurora do anarquismo. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad, 2006. V. I, p. 23-43.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 63-105.

\_\_\_\_\_. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. V. I, p. 331-363.

VILAR, Pierre. Marx e a história. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do Marxismo: o marxismo no tempo de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. V. 1, p. 91-126.

VISCARDI, Cláudia M. Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 21-51.

VOLIN, V. M. E. **A Revolução Desconhecida: nascimento, crescimento e triunfo da revolução russa (1825-1917)**. Trad. Jaime de Almeida. São Paulo: Global Editora, 1980. V. 1.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 271-294.

WOODCOCK, George. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas**. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2006. V. 2: O Movimento.

\_\_\_\_\_. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas**. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2007. V. 1: A idéia.

YARTCHUK, Efim. Os soviets e a defesa da revolução. Trad. Plínio Augusto Coêlho. In: **Libertárias: 80 anos de Revolução Russa**, nº 1. São Paulo: Imaginário, 1997, p. 20-21.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, nº 4 (História e Historiografia). São Paulo: PUC, p. 89-102, 1985.